



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1712

Sexta-feira - 27 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Itaiópolis	335	Serra Alta	472
Alto Bela Vista.....	2	Itapoá	335	Siderópolis.....	476
Anchieta	4	Ituporanga	338	Sombrio.....	488
Antônio Carlos	29	Joaçaba.....	338	Tigrinhos	489
Bela Vista do Toldo.....	30	Lages	348	Timbé do Sul	490
Benedito Novo	34	Lauro Muller	350	Timbó	491
Biguaçu	34	Lebon Regis	352	Três Barras	494
Blumenau	35	Lindóia do Sul	353	Treze Tílias	495
Bom Jesus do Oeste	46	Luzerna	354	Tunápolis.....	495
Bom Retiro	47	Macieira.....	355	Turvo	496
Botuvera.....	56	Mafra	356	Urussanga	497
Braço do Trombudo	57	Maracajá	358	Vargeão.....	497
Brusque.....	74	Maravilha.....	358	Videira.....	498
Caçador.....	116	Marema.....	365	Vitor Meireles.....	501
Camboriú.....	118	Meleiro	365	Xavantina	504
Campo Alegre	120	Modelo	366	Xaxim.....	506
Campos Novos	135	Monte Carlo	367		
Canelinha	153	Morro da Fumaça	369	Associações	
Canoinhas.....	154	Navegantes.....	370	FECAM	506
Capinzal	159	Nova Trento	380		
Catanduvas.....	168	Novo Horizonte	381	Consórcios	
Celso Ramos.....	169	Orleans	382	CIDEMA.....	507
Concórdia	171	Palhoça	382	CIGA	507
Coronel Freitas.....	226	Palmitos	384	CIS Nordeste	510
Coronel Martins.....	227	Papanduva.....	385	CIS/AMARP.....	511
Correia Pinto.....	229	Passo de Torres.....	386	CIS/AMURES.....	512
Corupá	229	Passos Maia	386	CIASS.....	513
Curitibanos	231	Paulo Lopes	388		
Doutor Pedrinho.....	232	Penha.....	389		
Faxinal dos Guedes.....	233	Pinheiro Preto	390		
Forquilha.....	240	Pomerode	395		
Fraiburgo.....	243	Ponte Serrada	395		
Frei Rogério	269	Porto Belo.....	397		
Garopaba.....	271	Porto União.....	399		
Garuva	275	Presidente Castello Branco.....	399		
Gaspar	277	Rio do Sul.....	400		
Governador Celso Ramos	278	Salto Veloso	437		
Grão Pará	279	Santa Terezinha do Progresso	441		
Guaramirim.....	279	Santiago do Sul.....	442		
Guarujá do Sul.....	288	São Bento do Sul.....	444		
Herval d'Oeste	289	São Carlos	455		
Ibiam	290	São Domingos.....	456		
Ilhota	291	São João do Sul	457		
Imarui	295	São José	457		
Imbituba	297	São José do Cedro.....	466		
Indaial.....	307	São Lourenço do Oeste.....	467		
Iomerê	323	São Miguel da Boa Vista	468		
Ipumirim	324	São Miguel do Oeste.....	468		
Irineópolis	333	Schroeder	469		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

05 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº51 2014

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 51/2014

Termo Aditivo Ao Contrato de Serviços de Engenharia n. 51/2014, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e a empresa Quark Engenharia LTDA EPP estabelecida na Rua Gothard Kaesemodel, n. 732 - Joinville - SC, CNPJ n. 12.496.490/0001-48, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Hoylson Trevisol, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor do contrato em R\$ 3.366,60 (três mil trezentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), conforme projetos técnicos de engenharia em anexo .

Cláusula Aditiva Segunda: Fica prorrogado o prazo do contrato até 24/04/2015.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 24 de março de 2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal Quark
Contratante

HOYLSO TREVISOL
Engenharia Ltda EPP
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.010, DE 20 DE MARÇO DE 2015

"DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA O TERRENO QUE ABAIXO IDENTIFICA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

CÁTIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 9º, I "f" c/c § 2 do Art. da Lei Orgânica Municipal e art. 5º, alíneas "i" e "j" do Dec. Lei 3.365/41, com nova redação dada pela Lei 6.602/78 e parágrafos e pela Lei Municipal nº 642 de 04 de junho de 2014 :

DECRETA:

Artigo 1º: De Utilidade Pública para fins da edificação de uma Escola Pública Municipal, com base no que dispõe a Lei Municipal nº 642 de 04 de junho de 2014, o terreno denominado como: Parte do lote rural nº 283, da Colônia Rio Uruguai, individuado como lote urbano nº 09 (nove) da quadra P, com área de 19.420,50m² (dezenove mil, quatrocentos e vinte metros, e cinquenta decímetros quadrados), situado na Rua "A" anexo ao Loteamento Alto Bela Vista, centro, Alto Bela Vista - SC, com as seguintes confrontações;

AO NORTE/NORDESTE: Em linha sinuosa pelo Lajeado Cortume, na extensão total de 127,38 metros, partindo do ponto 01 coordenadas UTM: 410361.6381 N=6965873.6905, ao ponto 02 coordenadas UTM: E=410393.9082 N=6965866.3066, ao ponto 03 coordenadas UTM: E=410435.3200 N=6965790.8570, ate o ponto 04 coordenadas UTM: E=410442.9790 N=6965787.9011, com terras externas da parte do lote rural nº 283, pertencente a Neuli Roese - Matrícula nº 6.487;

AO SUL: Em linha reta, na extensão total de 79,80 metros, partindo do ponto 13, coordenadas UTM: E=410408.7890 N=6965566.3973, ao ponto 06 coordenadas UTM: E=410483.4950 N=6965576.1270, no azimute 91º18'11" ao azimute 85º24'15", com terras externas da área a Desmembrar da parte do mesmo lote rural nº 283, individualizado como lote urbano nº 09, pertencente a Vilmar Andreas Schneider e Claudete Tessmann Schneider - Matrícula nº 11.543, em continuidade ao ponto 05 coordenadas UTM: E=410487.9328 N=6965576.7050, na extensão de 4,46m, com terras externas da parte do lote urbano nº 08 da Quadra P, pertencente a Anderson Carlos Lohmann - Matrícula nº 13.920;

AO LESTE: Em linhas retas e quebradas, na extensão total de 215,57 metros, partindo do ponto 04, coordenadas UTM: E=410442.9790 N=6965787.9011, ao ponto 05, coordenadas UTM: E=410487.9328 N=6965576.7050, no azimute 123º07'11" ao azimute 85º24'15", com terras externas da parte do lote urbano nº 08 da Quadra P, pertencente a Anderson Carlos Lohmann - Matrícula nº 13.920;

AO OESTE: Em linha reta, na extensão total de 306,20 metros, partindo do ponto 01, coordenadas UTM: 410361.6381 N=6965873.6905, no azimute 68º23'18", ate o ponto 14 coordenadas UTM: E=410406.0100 N=6965595.2500, na extensão de 277,21m, com terras externas da parte do lote rural nº 284, individualizado como lote urbano da Quadra P, pertencente a Construtora Cauduro LTDA - ME - Matrícula nº 723, em continuidade ao ponto 13 coordenadas UTM: E=410408.7890 N=6965566.3973, no azimute 91º18'11", na extensão de 28,99m, com terras externas da parte do lote rural nº 284, individualizado como lote urbano da Quadra P, pertencente a Valdecir Schuck e Elaine Schwambach Schuck, conforme consta da matrícula nº 19.876, do 2º Ofício de

Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC.

Artigo 2º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista/SC, 20 de março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.011, DE 20 DE MARÇO DE 2015

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL QUE IDENTIFICA, DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 642 de 04 de Junho de 2014 e do Decreto Público Municipal nº 2010/2015;

Considerando o disposto no art. 14, § 1º, da Lei Orgânica do Município e art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando por fim, a necessidade de conferência das avaliações anteriormente realizadas relativamente ao imóvel que abaixo identifica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída comissão especial de avaliação, para fins de aquisição, nos termos da Lei Municipal nº 642 de 04 de Junho de 2014 e do Decreto Público Municipal nº 2010/2015, do seguinte bem imóvel: Parte do lote rural nº 283, da Colônia Rio Uruguai, individuado como lote urbano nº 09 (nove) da quadra P, com área de 19.420,50m² (dezenove mil, quatrocentos e vinte metros, e cinquenta decímetros quadrados), situado na Rua "A" anexo ao Loteamento Alto Bela Vista, centro, Alto Bela Vista - SC, com as seguintes confrontações;

AO NORTE/NORDESTE: Em linha sinuosa pelo Lajeado Cortume, na extensão total de 127,38 metros, partindo do ponto 01 coordenadas UTM: 410361.6381 N=6965873.6905, ao ponto 02 coordenadas UTM: E=410393.9082 N=6965866.3066, ao ponto 03 coordenadas UTM: E=410435.3200 N=6965790.8570, ate o ponto 04 coordenadas UTM: E=410442.9790 N=6965787.9011, com terras externas da parte do lote rural nº 283, pertencente a Neuli Roese - Matrícula nº 6.487;

AO SUL: Em linha reta, na extensão total de 79,80 metros, partindo do ponto 13, coordenadas UTM: E=410408.7890 N=6965566.3973, ao ponto 06 coordenadas UTM: E=410483.4950 N=6965576.1270, no azimuth 91°18'11" ao azimuth 85°24'15", com terras externas da área a Desmembrar da parte do mesmo lote rural nº 283, individualizado como lote urbano nº 09, pertencente a Vilmar Andreas Schneider e Claudete Tessmann Schneider - Matrícula nº 11.543, em continuidade ao ponto 05 coordenadas UTM: E=410487.9328 N=6965576.7050, na extensão de 4,46m, com terras externas da parte do lote urbano nº 08 da Quadra P, pertencente a Anderson Carlos Lohmann - Matrícula nº 13.920;
AO LESTE: Em linhas retas e quebradas, na extensão total de 215,57 metros, partindo do ponto 04, coordenadas UTM:

E=410442.9790 N=6965787.9011, ao ponto 05, coordenadas UTM: E=410487.9328 N=6965576.7050, no azimuth 123°07'11" ao azimuth 85°24'15", com terras externas da parte do lote urbano nº 08 da Quadra P, pertencente a Anderson Carlos Lohmann - Matrícula nº 13.920;

AO OESTE: Em linha reta, na extensão total de 306,20 metros, partindo do ponto 01, coordenadas UTM: 410361.6381 N=6965873.6905, no azimuth 68°23'18", ate o ponto 14 coordenadas UTM: E=410406.0100 N=6965595.2500, na extensão de 277,21m, com terras externas da parte do lote rural nº 284, individualizado como lote urbano da Quadra P, pertencente a Construtora Cauduro LTDA - ME - Matrícula nº 723, em continuidade ao ponto 13 coordenadas UTM: E=410408.7890 N=6965566.3973, no azimuth 91°18'11", na extensão de 28,99m, com terras externas da parte do lote rural nº 284, individualizado como lote urbano da Quadra P, pertencente a Valdecir Schuck e Elaine Schwambach Schuck, conforme consta da matrícula nº 19.876, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC.

Art. 2º. A comissão de que trata o artigo anterior é constituída por:

I - Carlos Alberto Maltauro;

II - José Luiz Rettore;

III - Sidnei Fries

IV - Jose Vitória Lermen Finger

§ 1º. A Comissão poderá designar um servidor público municipal para que faça os serviços de secretaria dos trabalhos decorrentes deste mandato, bem como, valer-se de pareceres imobiliários já apresentados a fim de estabelecer parâmetros seguros para a presente avaliação.

§ 2º. Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo ou modalidade de remuneração pelo desempenho das atribuições conferidas por este Decreto.

§ 3º. A Comissão Especial de Avaliação terá o prazo de cinco dias úteis para submeter à Prefeita Municipal o resultado conclusivo da avaliação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 20 de março de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas Publicações

Anchieta

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 003/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 14/04/2015 às 16H00

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/04/2015 às 16H00

A Câmara de Vereadores de Anchieta-SC, representado neste ato por seu Presidente, Sr. Valdez Izotton, com sede na Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01, fone (49) 3653-0585, e-mail secretaria@camaraanchieta.sc.gov.br, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL - EXECUÇÃO INDIRETA, e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações do órgão licitante, sito no endereço mencionado no preâmbulo, até o horário estipulado para o início da sessão pública de abertura dos envelopes e processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que a Câmara não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

1.2 Os aplicativos deverão possuir cadastro único de pessoas compartilhado por toda a solução licitada, evitando-se assim a duplicidade de cadastros. Alternativamente, serão aceitos aplicativos que embora não possuam tal funcionalidade, possuam todas as integrações requisitadas no Anexo I do Edital e contenham rotina automática para identificação e eliminação dos cadastros duplos, bem como atendam às trocas de informações exigidas entre todos os aplicativos licitados.

1.3. Os aplicativos licitados poderão funcionar a partir de base de dados única ou a partir de bases distintas, observadas neste último caso as integrações mínimas que interligarão todos os aplicativos licitados, que poderão ser apresentados em executável único ou em vários, sem necessidade de vinculação modular idêntica à requisitada no presente edital.

1.4. Poderão também participar da licitação empresas que apenas

sublicenciem/revendam aplicativos de terceiros, caso em que estarão desde logo cientes da obrigação contratual de manter os aplicativos licitados em acordo com as exigências de ordem legal federal e estadual.

1.5. Os aplicativos deverão permitir vários acessos simultâneos às mesmas rotinas, ou ainda rotinas diferentes por usuários diferentes ao mesmo tempo.

1.6. Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações:

- controlar o acesso ao aplicativo através de uso de hierarquia de senhas;
- inviabilizar o acesso ao banco de dados com ferramentas de terceiro;
- não permitir a alteração de dados por outro meio que não seja o aplicativo ou suas ferramentas.

1.7. Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro de cada aplicativo:

- As autorizações ou desautorizações, por usuário ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login do usuário;
- O aplicativo não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada exercício inaugurado.

1.8. Possuir consulta rápida aos dados cadastrais do aplicativo generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o aplicativo seja executado através de um browser, não desenvolvido pelo proponente.

1.9. Os relatórios apresentados deverão estar no formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou à jato de tinta, possibilitando:

- Permitir a visualização dos relatórios em tela;
- Permitir o "zoom" dos relatórios emitidos em tela;
- Permitir adicionar informações adicionais no cabeçalho e rodapé do relatório, demonstrando, no mínimo:
 - usuário;
 - data/hora de emissão;
 - comentário adicional;
 - seleção utilizada para a emissão.
- Salvar os relatórios em arquivos para posterior impressão;
- Salvar os relatórios em arquivo PDF com a possibilidade de assinar digitalmente;
- Salvar os dados dos relatórios em formato texto, csv, html, ou xls, para utilização em planilha;
- Permitir selecionar no momento da impressão do relatório qualquer impressora disponível no Windows, possibilitando, no mínimo:
 - escolher tamanho de papel;
 - configurar margens;
 - selecionar intervalos de páginas;
 - indicar o número de cópias a serem impressas;
 - e demais opções disponíveis na impressora.

1.10. As atualizações deverão estar disponíveis na internet ou serem remetidas em mídia digital, devendo ser automaticamente atualizado nos casos em que o aplicativo fique hospedado em datacenter sob responsabilidade da proponente.

1.11. Os aplicativos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (ex: habilitação das teclas "enter" e "tab"), salvo nos casos dos aplicativos licitados em ambiente web que sejam executados com o uso do navegador de internet que não reconheça os comandos do aplicativo subliminar.

1.12. Os aplicativos deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer

novo acesso ao aplicativo. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos.

1.13. Os aplicativos deverão possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetem a um determinado trecho da documentação.

1.14. Os relatórios de operações realizadas pelos usuários deverão conter as seguintes informações:

- Usuário;
- Data/hora de entrada e saída da operação;
- Descrição da operação (cadastro, processo, relatório).

1.15. A solução deverá operar por transações, de modo que os dados recolhidos em uma transação fiquem imediatamente disponíveis no banco de dados, devendo ser imediatamente validados.

1.16. O aplicativo operacional para o servidor de banco de dados deverá ser do tipo multiplataforma (windows/linux) e nas estações clientes devem se enquadrar: estação windows 95/98 ou superior ou thinclient acessando serviços de terminal remoto do servidor WTS, ou, ainda, rodar a partir de um datacenter sob responsabilidade da proponente.

1.17. Deverão permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída a impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

1.18. Deverá permitir a personalização do menu do aplicativo pelo usuário, possibilitando:

- Alterar as descrições e teclas de acessibilidade;
- Adicionar/alterar a teclas de atalho;
- Inserir ícones na barra de ferramentas do aplicativo;
- Inserir menus de acesso rápido para relatórios do aplicativo ou específicos do usuário;
- Copiar o menu de outros usuários.

1.19. Possuir o acesso rápido aos cadastros do aplicativo, de acordo com o campo que está selecionado, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo, salvo nos casos dos aplicativos ligitados em ambiente web que sejam executados com o uso o navegador de internet que não reconheça os atalhos do aplicativo subliminar.

1.20. Possuir o acesso rápido aos relatórios do aplicativo, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo, salvo nos casos dos aplicativos ligitados em ambiente web que sejam executados com o uso o navegador de internet que não reconheça os atalhos do aplicativo subliminar.

1.21. Permitir adicionar critérios personalizáveis para cadastros. As regras do cadastro poderão ser definidas pelo usuário e ser configuradas para as operações de:

- Inserção;
- Alteração;
- Exclusão.

1.22. Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os aplicativos:

- Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;
- Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;
- Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta

dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;

- Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;
- Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

1.23. Permitir gerenciar os usuários conectados ao banco de dados, possibilitando:

- Identificar as máquinas conectadas;
- Aplicativos;
- Data/hora da última requisição;
- Desconectar usuários;
- Enviar mensagens para os usuários.

1.24. Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

1.25. Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;
- Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;
- Permitir agendamento do backup;
- Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;
- Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos aplicativos;
- Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);
- Possuir relatório de backups efetuados;

1.26. Realizar o backup automaticamente, nos casos em que o banco de dados permaneça hospedado em Datacenter sob responsabilidade da proponente.

1.27. Permitir realizar validação do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

- Verificação de índices e tabelas corrompidas;
- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de validação do banco de dados;
- Permitir configurar usuários que poderão executar validação do banco de dados;
- Possuir relatórios de validações efetuadas;

1.28. Permitir realizar atualização do aplicativo e do banco de dados de forma padronizada através de setups de instalação com instruções passo a passo, possibilitando:

- configurar a atualização automatizada dos aplicativos (auto-atualização), através da rede local, possibilitando definir vários repositórios de acesso;
- configurar os usuários que poderão executar a atualização do banco de dados;
- garantir que a atualização de banco seja executada sem nenhum usuário conectado ao aplicativo e não permitir que durante a atualização os usuários acessem o aplicativo;
- garantir que caso algum erro ocorra durante a atualização, o aplicativo não possa mais ser acessado até que seja solucionado;
- possuir relatórios de atualizações efetuadas.

1.29. Permitir consolidar em uma consulta informações de diversas bases de dados dos aplicativos.

1.30. Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

1.31. Permitir criar consultas com a finalidade de "Alerta", consultas que só irão disparar um determinado e-mail se tal situação ocorrer. Por exemplo: criar uma consulta para o aplicativo da contabilidade onde será enviado um e-mail caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

1.32. Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do aplicativo operacional.

1.33. Os aplicativos deverão garantir a integridade relacional dos dados.

1.34. Os aplicativos deverão permitir gerar os arquivos em formato PDF.

1.35. Os aplicativos deverão permitir o envio de informações por SMS.

1.36. Os aplicativos deverão rodar em ambiente desktop, sob a arquitetura cliente x servidor, sem necessidade do uso de navegadores ou aplicativos de internet, exceto quanto aos aplicativos expressamente solicitados em ambiente web, ficando ressalvada ainda a possibilidade de, durante a execução contratual e de comum acordo entre os contratantes, modificar-se o ambiente operacional dos aplicativos.

1.37. Os demais elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos no Anexo I do Edital, facultando-se ao proponente interessado a formulação de esclarecimentos e de visita aos locais de prestação dos serviços visando outros esclarecimentos que reputar pertinentes.

2.DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1.Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital;

2.2.Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

2.3.Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal e quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

2.4.Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93.

2.5.A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso, ressalvado às proponentes o direito de impugnar o texto editalício e usar dos recursos e expedientes cabíveis em defesa de seus interesses, na forma da lei.

2.6.Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte:

2.6.1.As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

2.6.2.A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a.Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de

Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b.Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

2.6.3.Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

3.DO CREDENCIAMENTO

3.1.Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

3.2.A empresa participante deste processo licitatório que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

a)Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

-Cópia do ato constitutivo ou do contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

- Cópia da cédula de identidade;

- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

b)Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

- Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento dos quais conste, no mínimo, os poderes para representar a empresa neste processo licitatório, assinar propostas e declarações, negociar preços, ofertar lances, interpor recursos ou deles desistir, assumir compromissos de toda ordem e renunciar a prazos processuais;

- Cópia da cédula de identidade;

- Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social (dispensada no caso de apresentação de procuração pública);

- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

3.3.O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante, desde que a documentação constante dos envelopes de proposta e habilitação comprovem a legitimidade do respectivo subscritor. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

3.4.A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

3.5.Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

3.6.Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

3.7.Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

4.DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.A declaração de pleno atendimento aos requisitos de

habilitação deverá conter, no mínimo, indicação inequívoca de que a proponente cumpre todos os requisitos de habilitação dispostos neste edital e seus anexos, fora dos envelopes nº 01 e 02.

4.2.Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.

4.3.A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa o nome deste órgão, a modalidade e número desta licitação, a indicação do número envelope ("envelope 01 - proposta de preços" ou "envelope 02 - documentos de habilitação"), e a identificação inequívoca da proponente através de sua razão social e CNPJ.

5.DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 "DA PROPOSTA"

5.1.O Envelope nº 01 "Da Proposta" deverá conter os seguintes elementos:

5.1.1.Carta proposta, na forma impressa, de acordo com o modelo do Anexo II, contendo:

5.1.1.1.Razão social da empresa, CNPJ, endereço e telefone;

5.1.1.2.Preço unitário e total do item cotado e valor global da proposta, em moeda corrente nacional, incluso de taxas, fretes, impostos e descontos, conforme o caso, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais ou supressões, após a abertura dos envelopes. Os preços unitários poderão ser cotados com até 02 (dois) dígitos após a vírgula;

5.1.1.3.Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;

5.1.1.4.Local e data;

5.1.1.5.Assinatura do representante legal da proponente.

5.2.Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas no Anexo II - Orçamento estimado dos itens da licitação, parte integrante deste Edital.

5.3.Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotados, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

5.4.Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente de declaração expressa.

5.5.A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

5.6.A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.7.Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.8.O Pregoeiro considerará como formais erros e outros aspectos que não impliquem em nulidade do procedimento.

5.9.Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

5.10.Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

5.11.Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para a Câmara, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

6.DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1.Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

6.1.1.Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.1.A empresa que apresentar, conforme o subitem 3.2 deste edital, o Ato Constitutivo/Contrato Social no ato de credenciamento do seu representante para participação da presente Licitação, fica dispensada de apresentá-lo dentro do envelope da habilitação.

6.1.2.Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, expedido no máximo há sessenta dias contados da data limite para entrega dos envelopes;

6.1.3.Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Seguridade Social, bem como para com a Fazenda Estadual e Municipal;

6.1.4.Certificado de Regularidade perante o FGTS - CRF;

6.1.5.Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.1.6.Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira, dispondo dos índices de liquidez geral - ILG, de solvência geral - ISG e de liquidez corrente - ILC, iguais ou superiores a 1,0, conforme Balanço Patrimonial do último exercício financeiro, exigível a apresentado na forma da lei.

6.1.7.Apresentação de Atestado de fiel cumprimento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente implantou e que mantém em funcionamento aplicativos similares aos solicitados no presente edital.

6.1.9.Atestado fornecido pelo órgão licitante, de que a empresa licitante recebeu este edital, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais onde serão executados os serviços para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A visita poderá ser agendada pelo telefone constante do preâmbulo do edital, com o Sr. Pregoeiro, em dias e horários considerados úteis, devendo ser agendada até às 12h00min do dia útil imediatamente anterior ao da apresentação das propostas e executada até o encerramento do expediente do dia útil imediatamente anterior ao da apresentação das propostas. Caso a proponente dispense a visita e deixe de apresentar o referido atestado, deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as condições e circunstâncias relacionadas à execução dos serviços e se responsabilizar por quaisquer custos relacionados à execução do contrato, ainda que imprevistos em sua proposta.

6.1.10.Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

6.1.11.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

6.1.12.Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, não empregando menores em trabalho perigoso, noturno ou insalubre, bem como não empregando menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na eventual condição de aprendiz, a partir dos catorze anos;

6.2.Os documentos descritos nos subitens 6.1.1 ao 6.1.7 acima, poderão ser substituídos, em todo ou em parte, pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral atualizado, emitido pelo órgão licitante, e caso ocorra o vencimento de qualquer um dos

documentos, este deverá ser apresentado atualizado junto com o Certificado.

6.3.Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

6.3.1.As empresas que quiserem autenticar documentos junto ao órgão licitante deverão apresentá-los acompanhados dos originais sessenta minutos antes do prazo final para protocolo dos envelopes, junto ao Departamento de Compras e Licitações.

6.4.A Equipe de Apoio do Pregão poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

6.5.Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

6.6.No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

6.7.As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente Edital.

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1.O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.1.1.Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2.Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, momento em que os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

7.3.A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.3.1.Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

7.3.2.Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração.

7.4.As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a.Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b.Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.5.O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1.O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de

lances.

7.6.Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.7.A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8.Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº 123/2006.

7.9.O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.10.Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1.A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.11.Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.11.1.Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

7.12.Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.13.Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.14.Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

7.15.A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.

7.16.Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

7.17.Para o bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

7.18.Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

7.18.1.Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.18.2.Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

7.18.3.No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a.A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b.Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2 deste Edital, na ordem classificatória,

para o exercício do mesmo direito.

c.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

7.18.4.Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.18.5.A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.18.6.O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

7.18.7.A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.7.1.Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.18.7.2.A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18.8.A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento de acordo com o disposto no subitem 2.7, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

8.DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1.No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2.A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3.Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4.Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

8.5.A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.5.1.A adjudicação do objeto à proponente vencedora ficará vinculada à demonstração e comprovação de que os aplicativos ofertados atendem plenamente as funcionalidades previstas no Anexo I deste Edital.

8.5.2.Quando da definição do proponente vencedor, será marcada

a data para a demonstração prevista no subitem anterior.

8.5.3.Caberá a Câmara designar os técnicos para a avaliação dos aplicativos demonstrados.

9.DA CONTRATAÇÃO

9.1.Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, conforme Anexo III, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a Contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações.

9.2.A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

10.DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1.Cabe ao órgão licitante:

10.1.1.Tomar todas as providências necessárias à execução do presente processo de licitação;

10.1.2.Fiscalizar a execução do contrato proveniente do presente processo licitatório;

10.1.3.Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 14, deste Edital;

10.1.4.Providenciar a publicação do extrato do contrato decorrente do presente processo;

10.1.5.Demais obrigações contidas na Minuta do Contrato (Anexo III).

10.2.Cabe à proponente vencedora:

10.2.1.Executar o objeto da presente licitação conforme o disposto no subitem 1.2 - Da Forma de Execução e no Anexo I - Projeto Básico, deste Edital;

10.2.2.Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

10.2.3.Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.2.4.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.2.5.Demais obrigações contidas na Minuta do Contrato (Anexo III).

11.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1.Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos aplicativos de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2.O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 2% do total estimado para a contratação, por mês de atraso.

11.2.1.A penalidade aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

12.DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1.O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a.Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
- b.Amigavelmente, por acordo mútuo, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c.Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

12.2.O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao órgão licitante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

12.2.1.Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

12.3.Fica reservado ao órgão licitante o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.

13.DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS E DO ACOMPANHAMENTO

13.1.A adjudicação e o contrato provenientes do presente processo licitatório terão vigência de oito meses e meio, até 31/12/2015, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 meses até o limite de 48 meses a critério do contratante, sendo reajustado pelo INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, não constituindo renúncia ou alteração de tal prazo a confecção de contrato com prazo inicial de vigência limitada às dotações vigentes do exercício em execução.

13.2.A qualquer momento poderá a Administração revogar o contrato derivado da presente licitação, por motivo de interesse público devidamente justificado pela Administração, sendo assegurado à empresa contratada o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Também fica reservado à Administração o direito de revogar o contrato a partir do décimo terceiro mês da contratação, mediante comunicação à empresa contratada com no mínimo noventa dias de antecedência.

13.3.O prazo para assinatura do contrato será de no máximo 05 (cinco) dias após a notificação da vencedora, o que deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após a homologação do certame.

13.4.O prazo para execução das etapas de conversão, implantação de todos os aplicativos licitados e treinamento será aquele indicado no Anexo I do Edital, sendo contado a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

13.5.A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.DA FORMA DE PAGAMENTO, DA NOTA FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

14.1.O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequentes ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

14.1.1.Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal devidamente liquidada pelo setor competente.

14.1.2.O pagamento dos serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

14.2.Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice utilizado para correção dos débitos devidos à fazenda municipal.

14.3.Se a Entidade efetuar o pagamento nos prazos previstos e tendo a contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, com base no índice utilizado para correção dos débitos devidos à fazenda municipal.

15.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1.As despesas provenientes da execução deste edital correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

01.031.0001.2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Poder Legislativo

(04) 3.3.90.39.11 – LOCAÇÃO DE SOFTWARES

15.2.O órgão licitante bloqueará nos próximos exercícios, em seu orçamento, os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

16.DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

16.1.As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2.Caberá ao Chefe do Poder Legislativo Municipal, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

16.3.Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá o efeito de impugnação legal.

16.4.Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

16.5.No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada, sendo que a interposição de impugnação não respondida até o momento da abertura dos envelopes não impedirá a participação das proponentes impugnantes.

16.6.Integram o presente Edital:

Anexo I - Projeto Básico.

Anexo II - Orçamento estimado dos itens da licitação.

Anexo III - Minuta do Contrato.

Anexo IV - Modelo de Termo de Credenciamento

Anexo V - Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos

Anexo VI - Modelo de Declaração de Idoneidade

Anexo VII - Modelo de Declaração de Menor Idade

16.7.Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal e endereçado ao Pregoeiro do Município, na sede da entidade ou para o e-mail secretaria@camaraanchieta.sc.gov.br

16.8. Para dirimir questões decorrentes do presente processo licitatório fica eleito o foro da comarca da sede do órgão licitante, por mais privilegiado que outro possa ser.

Anchieta-SC, em 26 de março de 2015.
CÂMARA DE VEREADORES DE ANCHIETA-SC
VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

A - DETALHAMENTO DO OBJETO

1.O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em licenciamento de uso de aplicativos gestão Pública

2.Serviços de Migração, Implantação, Treinamento inicial;

3.Serviços de suporte técnico, quando solicitado;

4.Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

5.Serviços de treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;

6.Com intuito de um melhor dimensionamento do parque computacional do ente licitante, para assegurarmos que todos os computadores da rede interna compartilharão a demanda de processamento de dados gerada pela execução dos aplicativos licitados, desonerando-se o servidor e otimizando o resultado do processamento global, serão obrigatoriamente exigidos aplicativos cujo processamento seja executado na própria estação cliente, mediante a instalação do executável e demais arquivos correlatos diretamente nesta, os quais deverão ser automaticamente atualizados a partir do servidor de banco de dados. Em caráter excepcional, os aplicativos que por sua natureza ou finalidade sejam editacionalmente requisitados em ambiente web ficam desobrigados do atendimento da presente regra.

7.Os aplicativos deverão ser multitarefa, permitindo ao usuário o acesso a diversas rotinas simultaneamente em uma única janela do aplicativo a partir de um único login, com possibilidade de minimizar e maximizar quando desejar, realizando várias consultas ou operações simultaneamente.

8.Os aplicativos deverão possuir consulta rápida aos dados cadastrais, generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo aos cadastros, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o aplicativo seja executado através de um browser, não desenvolvido pela CONTRATANTE.

9.Os aplicativos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (habilitação das teclas "enter" e "tab").

10.Os aplicativos desktop deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao aplicativo. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos na mesma janela da barra de ferramentas sem necessidade de novo login.

11.Os aplicativos deverão possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetam a um determinado trecho da documentação.

12.Os aplicativos deverão permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída à impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

13.Os aplicativos deverão permitir a personalização do menu dos aplicativos desktop pelo usuário, possibilitando:

13.1.Alterar as descrições e teclas de acessibilidade (ALT+);

13.2.Adicionar/alterar a teclas de atalho (CTRL+, SHIFT+, ALT+ etc.);

13.3.Inserir ícones na barra de ferramentas do aplicativo;

13.4.Inserir menus de acesso rápido para relatórios do aplicativo ou específicos do usuário;

13.5.Copiar o menu de outros usuários.

14.Possuir o acesso rápido aos relatórios do aplicativo, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo.

15.Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os aplicativos:

15.1.Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;

15.2.Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;

15.3.Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;

15.4.Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;

15.5.Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

16.Os aplicativos deverão permitir a emissão de relatório ou gráfico referente aos acessos ao aplicativo, demonstrando os usuários que efetuaram login, data e hora de entrada e saída.

17.Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

18.Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

18.1.Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;

18.2.Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;

18.3.Permitir agendamento do backup;

18.4.Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;

18.5.Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos aplicativos;

18.6.Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);

18.7.Possuir relatório de backups efetuados.

19.Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

20.Permitir configurar hipóteses de "Auditoria", que deverão disparar um e-mail automaticamente, sem intervenção ou possibilidade de ingerência do usuário, ao gestor ou controlador responsável. Por exemplo: criar uma consulta para o aplicativo da contabilidade onde será enviado um e-mail ao Presidente caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

21.Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução do próprio aplicativo, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do Windows.

22.Por questões de conveniência, e à exceção dos aplicativos que, por sua finalidade ou natureza, devam funcionar em ambiente web, não serão admitidos aplicativos que rodem na rede interna/intranet a partir de navegadores de internet, de modo a evitar-se que a câmara fique refém do uso de navegadores de internet compatíveis com a aplicação, ou ainda, que fique refém do uso de versões obsoletas de determinados navegadores compatíveis com a aplicação. A presente especificação visa ainda evitar que os comuns erros dos navegadores (travamento) influenciem na

usabilidade da ferramenta, paralisando o aplicativo e exigindo novos logins e perda de tempo operacional, bem como evitar que o processamento de dados seja prejudicado em face do "delay" causado pelo processamento excessivo de dados ocasionado pelas comunicações entre usuário x navegador x servidor de aplicativo x servidor de banco de dados x servidor de aplicativo x navegador x usuário.

B - SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

1.Migração das Informações em Uso.

1.1.A migração dos dados cadastrais e informações dos aplicativos em uso na entidade serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os mesmos ser disponibilizados pela CONTRATANTE.

1.2.A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos dados migrados após a sua entrega, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados. O pagamento será realizado à CONTRATADA mediante apresentação de nota fiscal devidamente liquidada pelo departamento competente, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

1.3.Os pagamentos dos serviços de migração serão realizados via boleto bancário, de forma individual, para cada base migrada, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, e após liquidação no departamento competente.

2.Implantação dos Aplicativos

2.1.Para cada um dos aplicativos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de:

2.1.1.Instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros;

2.1.2.Adequação de relatórios e logotipos;

2.1.3.Estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários;

2.1.4.Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

2.2.Acompanhamento dos usuários no prédio sede da entidade, em tempo integral na fase de implantação do objeto.

2.3.Na implantação dos aplicativos acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

2.3.1.Instalação e configuração dos aplicativos licitados;

2.3.2.Customização dos aplicativos;

2.3.3.Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;

2.3.4.Parametrização inicial de tabelas e cadastros;

2.3.5.Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;

2.3.6.Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela câmara;

2.3.7.Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

2.4.A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos aplicativos implantados após a sua conclusão, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

2.5.Os pagamentos dos serviços de implantação serão realizados via boleto bancário, de forma individual, para cada aplicativo implantado, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções, e após liquidação no departamento competente.

2.6.Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser prévias e formalmente acordados e documentados entre as partes.

2.7.A CONTRATADA responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

2.8.A CONTRATADA e os membros da equipe deverão guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

2.9.O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

3.Treinamento de Implantação.

3.1.A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, que deverá ser realizado dentro do prazo de Implantação, compreendendo o uso das funções do aplicativo pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento.

3.2.Os Planos de Treinamento, a serem entregues em até cinco dias contados da assinatura do contrato, ainda deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

3.2.1.Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;

3.2.2.Público alvo;

3.2.3.Conteúdo programático;

3.2.4.Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;

3.2.5.Carga horária de cada módulo do treinamento;

3.2.6.Processo de avaliação de aprendizado;

3.2.7.Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, aplicativos, filmes, slides, etc.).

3.3.O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos aplicativos ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da entidade possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do Licitante.

3.4.As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de vinte (vinte) participantes.

3.5.A CONTRATANTE resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e validar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à contratada, sem ônus para o CONTRATANTE, ministrar o devido reforço.

3.6.Os pagamentos dos serviços de treinamento serão realizados via boleto bancário, de forma individual, para cada aplicativo treinado, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação de insuficiência, e após liquidação no departamento competente.

3.7.Este treinamento deverá ser realizado quando contratado os

serviços de implantação.

4. Suporte Técnico.

4.1. A prestação de serviços de suporte técnico poderá ser realizada na sede da entidade, ou por meio digital por técnico habilitado, apto a promover o devido suporte ao aplicativo, visando:

4.1.1. Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos;

4.1.2. Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;

4.1.3. Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros.

4.2. Será aceito suporte aos aplicativos licitados via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações.

4.3. O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco ocorrerá mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço.

4.4. Os pagamentos dos serviços de suporte técnico in loco serão realizados via boleto bancário, de forma conjunta, agrupando todas as solicitações de serviços realizadas no mês a qual será emitida em fatura em separado, após a validação do responsável, e após liquidação no departamento competente.

5. Treinamento de reciclagem.

5.1. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

5.2. O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

5.3. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

5.4. O pagamento dos serviços de treinamento serão realizados via boleto bancário, mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço e após liquidação no departamento competente.

C. RECURSOS COMPUTACIONAIS.

Os aplicativos deverão rodar:

Arquitetura operacional	CLIENTE/SERVIDOR-THIN CLIENT
Protocolo de comunicação de rede	TCP/IP
Sistema operacional do servidor	WINDOWS ou LINUX
Sistema operacional cliente (estações)	WINDOWS 95/98 e posteriores ou Thinclient Acessando serviços de terminal remoto do servidor WTS.
Quando em ambiente web (Data-center)	Rodar a partir do INTERNET EXPLORER 6.0 ou posterior, em Data-center sob total responsabilidade da Licitante.

Os aplicativos deverão rodar com a seguinte configuração mínima de hardware:

Hardware servidor	DUAL CORE COM 4.0 GHZ – 4GB RAM
Hardware cliente	PENTIUM III COM 900 MHZ – 512MB RAM

D - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS APLICATIVOS

1. APLICATIVO DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

1.1. O aplicativo de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

1.2. Efetuar a escrituração contábil nos aplicativos Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

1.3. Possibilitar a integração com o aplicativo de Compras.

1.4. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

1.5. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

1.6. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos aplicativos Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

1.7. Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

1.8. Possibilitar a consulta ao aplicativo, sem alterar o cadastro original.

1.9. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

1.10. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

1.11. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

1.12. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho.

1.13. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

1.14. Possibilitar inscrever automaticamente no sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.

1.15. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de

empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

1.16.Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

1.17.Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos aplicativos orçamentário e financeiro.

1.18.Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos aplicativos Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

1.19.Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica definida pelo usuário.

1.20.Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.

1.21.Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

1.22.Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

1.23.Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

1.24.Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da câmara.

1.25.Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

1.26.Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

1.27.Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento da Câmara e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

1.28.Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

1.29.Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos.

1.30.Registrar anulação parcial ou total de empenho.

1.31.Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

1.32.Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

1.33.Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

1.34.Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

1.35.Possibilitar consultar ao aplicativo sem alterar o cadastro original.

1.36.Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse da câmara.

1.37.Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Câmara.

1.38.Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

1.39.Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.

1.40.Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra orçamentária, possibilitando auditoria destas operações.

1.41.Emitir relatórios padrão TCE para solicitação de Certidão Negativa.

1.42.Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

1.43.Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das

despesas por tipo.

1.44.Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

1.45.Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento da Câmara e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

1.46.Permitir que nas alterações orçamentárias se possa adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

1.47.Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

1.48.Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

1.49.Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

1.50.Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

1.51.Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse da Câmara.

1.52.Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse da câmara.

1.53.Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.

1.54.Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 - LRF, de 04 de maio de 2000.

1.55.Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 - LRF de 04 de maio de 2000.

1.56.Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

1.57.Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

1.58.Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

1.59.Emitir os relatórios do Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;

1.60.Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.

1.61.Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.

1.62.Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.

1.63.Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no aplicativo antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.

1.64.Emitir relatórios com as informações para o SIOPS.

1.65.Emitir relatórios com as informações para o SIOPE.

1.66.Gerar os arquivos conforme o MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.

1.67.Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.

1.68.Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.

1.69.Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.

1.70.Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita

prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.

1.71.Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

1.72.Possuir relatório de saldo das contas por fonte de recurso, Possibilitar sua emissão demonstrando apenas as fontes em que existir diferença de saldo.

1.73.Possuir relatório da administração direta de consórcio Anexo 1 - Repasse de recursos dos municípios aos consórcios públicos

1.74.Possuir relatório da entidade consórcio Anexo 2 - Prestação de contas dos consórcios públicos

2.APLICATIVO DE COMPRAS.

2.1.O aplicativo de Compras deverá possibilitar acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:

- 2.1.1.Publicação do processo;
- 2.1.2.Emissão do mapa comparativo de preços;
- 2.1.3.Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
- 2.1.4.Interposição de recurso;
- 2.1.5.Anulação e revogação;
- 2.1.6.Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
- 2.1.7.Parecer jurídico;
- 2.1.8.Homologação e adjudicação;
- 2.1.9.Autorizações de fornecimento;
- 2.1.10.Contratos e aditivos;
- 2.1.11.Liquidação das autorizações de fornecimento;
- 2.1.12.Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos

2.2.Possibilitar separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.

2.3.Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.

2.4.Permitir cadastro de fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.

2.5.Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração sequencial.

2.6.Permitir uso do código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma sequencial, ou sequencial com grupo e classe.

2.7.Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

2.8.Permitir agrupamento de várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório de compra direta ou processo administrativo automaticamente.

2.9.Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.

2.10.Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.

2.11.Permitir controlar gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

2.12.Controlar data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.

2.13.Permitir integração com aplicativo de contabilidade, efetuando os seguintes processos:

2.13.1.Bloqueio do valor da licitação, da compra direta ou do termo aditivo;

2.13.2.Geração de empenhos e liquidações;

2.13.3.Atualização de dados cadastrais de fornecedores e da despesa.

2.14.Permitir desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.

2.15.Possibilitar integração com o aplicativo tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.

2.16.Permitir gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.

2.17.Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

2.18.Permitir consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.

2.19.Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.

2.20.Possibilitar emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

2.21.Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;

2.22.Emitir Edital de Licitação.

2.23.Controlar quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

2.24.Possibilitar gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.

2.25.Permitir cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento.

2.26.Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.

2.27.Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.

2.28.Permitir criação e edição de modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no aplicativo.

2.29.Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas relativos às licitações.

2.30.Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório sejam levados para o contrato de aditivo.

2.31.Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.

2.32.Registrar rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.

2.33.Permitir registro da suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.

2.34.Possibilitar cópia os itens de outro processo licitatório, já cadastrado.

2.35.Possibilitar cópia os itens de outra compra direta.

2.36.Permitir agrupamento de itens do processo licitatório por centro de custos.

2.37.Permitir alteração a data de emissão das autorizações de fornecimento.

2.38.Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).

2.39.Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos,

controlando a situação (entregue, vencido a vencer).

2.40. Controlar solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.

2.41. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.

2.42. Permitir cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.

2.43. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).

2.44. Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.

2.45. Possibilitar emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.

2.46. Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.

2.47. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo aplicativo.

2.48. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.

2.49. Possibilitar configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.

2.50. Dispor das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no aplicativo

3. APLICATIVO DE FOLHA DE PAGAMENTO.

3.1. O aplicativo de Folha de Pagamento deverá permitir ao Administrador configuração das permissões de acesso aos menus e permissões referente à Inserção, Alteração e Exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.

3.2. Permitir limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.

3.3. Permitir a flexibilização das configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.

3.4. Permitir o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.

3.5. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas

3.6. Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.

3.7. Permitir registro de casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.

3.8. Possuir controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.

3.9. Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.

3.10. Controlar a lotação e localização física dos servidores.

3.11. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à admissão do funcionário, através da informação do ato.

3.12. Permitir indicação para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.

3.13. Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.

3.14. Permitir cadastro de Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.

3.15. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;

3.16. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.

3.17. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.

3.18. Permitir controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

3.19. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

3.20. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado.

3.21. Possibilitar cálculo diferenciado para transportadores autônomos conforme legislação e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.

3.22. Possuir controle dos períodos aquisitivos de férias integrado com o RH, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.

3.23. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

3.24. Permitir programação do gozo e pagamento das férias antecipadamente.

3.25. Permitir criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.

3.26. Permitir registro dos vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário está vinculado.

3.27. Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.

3.28. Permitir validações que não possibilitem inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.

3.29. Permitir cálculo dos dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias

3.30. Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.

3.31. Possuir cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos integrado com o RH.

3.32. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.

3.33. Registrar dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.

3.34. Registrar tipos de administração, ou seja, as várias formas de gerenciamento das entidades.

3.35. Permitir configuração do modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.

3.36. Permitir registro dos possíveis tipos de cargos utilizados.

3.37. Possuir cadastro de Cargos integrado com o RH

3.38. Permitir configuração de férias por cargo

3.39. Permitir configuração de funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário

3.40. Permitir controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.

3.41. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

3.42. Permitir controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.

3.43. Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" inserir várias configurações de máscaras.

3.44. Permitir o cadastro de níveis salariais, com definição de ordem de progressão das classes e referências, possibilitando informar uma classe ou referência com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial.

3.45. Permitir controle de vagas do cargo por concurso via parâmetro.

3.46. Possuir processo de progressão salarial automatizado.

3.47. Manter informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

3.48. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cargo.

3.49. Permitir configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.

3.50. Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.

3.51. Registrar históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.

3.52. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.

3.53. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

3.54. Possuir controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.

3.55. Calcular automaticamente os valores referentes às pensões, cancelando automaticamente este cálculo quando informada a data de encerramento da pensão.

3.56. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.

3.57. Calcular reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.

3.58. Permitir controle da concessão e desconto de vales-transportes e mercado.

3.59. Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.

3.60. Permitir integração dos valores de folha de pagamento com as contas, elementos, despesas e recursos do aplicativo de contabilidade pública.

3.61. Permitir cópia das despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você desejar para que seja exportado para o aplicativo contábil.

3.62. Permitir inserir as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.

3.63. Permitir configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).

3.64. Permitir configuração de quais proventos e descontos devem

ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.

3.65. Permitir configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

3.66. Permitir cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverão ser informadas as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.

3.67. Permitir configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;

3.68. Possibilitar configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuar-las em conformidade com o estatuto do órgão;

3.69. Permitir inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

3.70. Permitir configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.

3.71. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado.

3.72. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado.

3.73. Permitir configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.

3.74. Permitir cadastro das informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na geração do "Arquivo Homolognet e TRCT - Portaria 1621/2010".

3.75. Permitir salvar a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

3.76. Permitir configuração da máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.

3.77. Configurar vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.

3.78. Configurar tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do aplicativo (férias, licenças, adicionais, etc.), tempo de serviço para aposentadoria.

3.79. Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.

3.80. Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.

3.81. Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.

3.82. Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.

3.83. Emitir cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.

3.84. Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.

3.85. Permitir desconto de faltas no pagamento das férias.

3.86. Permitir pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.

3.87. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às férias dos servidores, através da informação do ato.

3.88. Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde se deve informar quando o aplicativo deve se comportar conforme essa situação. Os relatórios de férias foram alterados adicionando uma coluna onde será informado a forma de pagamento utilizada para o 1/3 de férias.

3.89. Permitir previsão mensal do valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito. Os valores de Provisão também serão utilizados na integração com o

aplicativo contábil.

- 3.90.Determinar data inicial em que passou a utilizar a provisão.
- 3.91.Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.
- 3.92.Permitir visualização dos eventos que faltam ser provisionados e classificados.
- 3.93.Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.
- 3.94.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.
- 3.95.Permitir reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.
- 3.96.Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.
- 3.97.Não permitir emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.
- 3.98.Controlar afastamentos do funcionário.
- 3.99.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.
- 3.100.Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.
- 3.101.Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.
- 3.102.Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.
- 3.103.Registrar todo o histórico salarial do servidor.
- 3.104.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações salariais do servidor, através da informação do ato.
- 3.105.Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.
- 3.106.Possibilitar adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.
- 3.107.Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.
- 3.108.Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.
- 3.109.Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.
- 3.110.Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.
- 3.111.Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.
- 3.112.Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere calculo de folha com processo fechado.
- 3.113.Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.
- 3.114.Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.
- 3.115.Permitir que o cálculo mensal dos funcionários sejam agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.
- 3.116.Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.
- 3.117.Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.
- 3.118.Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale

- transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.
- 3.119.Permitir importação do arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.
- 3.120.Permitir configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo aplicativo, permitindo inclusive a inserção de comentários.
- 3.121.Permite salvamento de qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no aplicativo.
- 3.122.Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc...
- 3.123.O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.
- 3.124.Emitir relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.
- 3.125.Emitir relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.
- 3.126.Emitir relatório com o resumo da integração com o aplicativo de contabilidade, possibilitando assim a conferência dos valores de empenhos da folha de pagamento e seus respectivos encargos patronais.
- 3.127.Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções
- 3.128.Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes à previdência municipal por competência ou acumulado anualmente
- 3.129.Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.
- 3.130.Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia
- 3.131.Permitir emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.
- 3.132.Gerar em arquivo as informações referentes à GRRF.
- 3.133.Gerar GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).
- 3.134.Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.
- 3.135.Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.
- 3.136.Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.
- 3.137.Emitir TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012. A emissão deste termo passou a ser obrigatória a partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.
- 3.138.Emitir relatórios cadastrais em geral.
- 3.139.Emitir relatórios cadastrais de:

- 3.139.1.Grupos Funcionais;
- 3.139.2.Organogramas;
- 3.139.3.Locais de trabalho;
- 3.139.4.Tipos de Administração - Sindicatos;
- 3.139.5.Tipos de Cargos;
- 3.139.6.Cargos;
- 3.139.7.Planos Salariais;
- 3.139.8.Níveis Salariais;
- 3.139.9.Horários;

- 3.139.10.Feriados;
- 3.139.11.Aposentadorias e Pensões;
- 3.139.12.Beneficiários;
- 3.139.13.Pensionistas;
- 3.139.14.Dados Adicionais.

3.140.Emitir relatórios cadastrais de:

- 3.140.1.Tipos de Movimentação de Pessoal;
- 3.140.1.1.Fontes de Divulgação;
- 3.140.1.2.Atos;
- 3.140.1.3.Movimentação de Pessoal;
- 3.140.1.4.Naturezas dos Textos Jurídicos.

3.141.Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de:

- 3.141.1.Operadoras de planos de saúde;
- 3.141.2.Despesas com planos de saúde;
- 3.141.3.Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.

3.142.Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales:

- 3.142.1.Linhas de Ônibus;
- 3.142.2.Faixas;
- 3.142.3.Vales-transportes;
- 3.142.4.Vales-Mercado

3.143.Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil:

- 3.143.1.Condições para Eventos;
- 3.143.2.Elementos de Despesa;
- 3.143.3.Despesas;
- 3.143.4.Despesas por Organograma;
- 3.143.5.Complementos das Despesas.

3.144.Emitir relatórios cadastrais de:

- 3.144.1.Cálculo - Tabelas;
- 3.144.2.Eventos;
- 3.144.3.Cálculo - Tipos de Bases;
- 3.144.4.Eventos a Calcular;
- 3.144.5.Eventos a Calcular de Rescisão;
- 3.144.6.Médias e Vantagens;
- 3.144.7.Cancelamentos de férias;
- 3.144.8.Suspensões de Férias;
- 3.144.9.Configurações de Férias;
- 3.144.10.Formas de Alteração Salarial;
- 3.144.11.Bancos;
- 3.144.12.Agências Bancárias;
- 3.144.13.Homolognet.

3.145.Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações:

- 3.145.1.Vínculos Empregatícios;
- 3.145.2.Tipos de Afastamentos;
- 3.145.3.Tipos de Salário-Família;
- 3.145.4.Organograma;
- 3.145.5.Naturezas dos tipos das Diárias;
- 3.145.6.Tipos de Diárias;
- 3.145.7.Previdência Federal;
- 3.145.8.Outras Previdências/Assistência;
- 3.145.9.Planos de Previdência;
- 3.145.10.Motivos de Alterações de Cargos;
- 3.145.11.Motivos de Alterações Salariais;
- 3.145.12.Motivos de Rescisões;
- 3.145.13.Motivos de Aposentadorias
- 3.145.14.Responsáveis.

- 3.146.Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.
- 3.147.Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.
- 3.148.Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).
- 3.149.Emitir relatórios relacionados à parte salarial dos servidores do tipo alterações salariais, Médias salariais, progressões salariais, inconsistências de cálculo.
- 3.150.Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.
- 3.151.Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.
- 3.152.Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.
- 3.153.Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.
- 3.154.Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.
- 3.155.Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.
- 3.156.Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.
- 3.157.Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.
- 3.158.Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.
- 3.159.Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.
- 3.160.Permitir configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.
- 3.161.Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.
- 3.162.Gerar arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.
- 3.163.Permitir visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.
- 3.164.Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;
- 3.165.Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.
- 3.166.Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.
- 3.167.Permitir consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.
- 3.168.Permitir consulta individual de cada parcela paga relacionada a cada empréstimo cadastro no Cadastro de Empréstimos do módulo RH. Consultar os cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário.
- 3.169.Permitir consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.

3.170. Permitir consulta apenas dos proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

3.171. Permitir consulta do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:

3.171.1. Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias;

3.171.2. Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

3.172. Permitir alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas:

3.172.1. Alteração do período;

3.172.2. Adição de valor ao valor originalmente lançado;

3.172.3. Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor;

3.172.4. Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.

3.173. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

3.174. Permitir readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote.

3.175. Possibilitar cadastro de movimentos anteriores à implantação do aplicativo para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

3.176. Permitir integração com o aplicativo de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.

3.177. Possibilitar rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.

3.178. Permitir realização de cálculos de datas e de horas.

3.179. Possibilitar classificação "SISPREV WEB 1.0".

3.180. Permitir unificação de pessoas e de cadastros.

3.181. Permitir consulta rápida nos cadastros.

3.182. Possuir campo de ajuda, possibilitando pesquisas referentes ao aplicativo e suas funcionalidades.

3.183. Permitir consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

3.184. Permitir consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados e faltas.

3.185. Permitir consultas dos cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.

3.186. Permitir consulta dos contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.

3.187. Permitir cálculo e conversão de datas, dias, meses e anos.

3.188. Possibilitar cálculo digitando nos botões da calculadora ou usando o teclado. Com opção padrão ou científica.

4. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

4.1. Permitir a utilização do aplicativo via internet.

4.2. Possuir filtros para seleção de entidades.

4.3. Conter funcionalidade para aumento da granularidade das informações exibidas, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.

4.4. Possuir cadastro de IP autorizado para uploads, para impedir o envio de informações fora do IP cadastrado.

4.5. Possuir cadastro para exibição das consultas, permitindo que o cliente configure qual consulta deseja exibir por entidade que ele tem acesso.

4.6. Possibilitar o relacionamento de documentos com os processos de licitação.

4.7. Permitir realizar a atualização de dados de forma automática, com a utilização de agendas configuradas na periodicidade requisitada pelo usuário.

4.8. Permitir exportar em formato CSV as informações do Transparência, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.

4.9. Permitir personalizar o nível de detalhamento das consultas apresentadas.

4.10. Permitir consulta de Receitas, Despesas, Frotas, Licitações e quadro de pessoal.

4.11. Permitir download em PDF do Cronograma de ações da Portaria STN Nº 828/2011.

4.12. Permitir download de anexos em PDF (Receita e Despesa por categoria de econômicos, Despesa por programa de trabalho, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais).

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMADOS DOS ITENS DA LICITAÇÃO (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

1. Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	8,5	Mês	Contabilidade Pública	01	270,00		
2.	8,5	Mês	Compras e Licitações	01	150,00		
3.	8,5	Mês	Folha de Pagamento	01	220,00		
4.	8,5	Mês	Portal da Transparência	-----	145,00		
VALOR TOTAL R\$							

2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARC.	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	1	3.000,00		
2.	50	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	1	75,00		
3.	500	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	1	0,75		
4.	10	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	1	135,00		
VALOR TOTAL R\$							
VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$							

Valor da proposta por extenso _____

Validade da proposta _____ dias.

(DATAR ASSINAR E CARIMBAR)

ANEXO III

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/

MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE ANCHIETA - SC

CONTRATADA:

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- a. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
- b. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
- c. Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
- d. Suporte Técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
- e. Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.
- f. Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;

3. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. O presente instrumento terá duração de 8,5 meses (oito meses e meio), contados a partir da data de assinatura do contrato, com vigência até 31/12/2015. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos, sendo reajustado pelo INPC ou outro índice que vier a substituí-lo.

2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

3. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

4. Em caso de atraso incidirão sobre o valor dos licenciamentos do Direito de Uso multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

5. Os valores contratados serão corrigidos automaticamente, de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, contados da data

limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

6.Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

7.Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1.As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01.031.0001.2.001 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Poder Legislativo

(04) 3.3.90.39.11 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES

2.O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório 03/2015, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1.A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

2.A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.

3.Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).

4.Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1.Caberá a CONTRATANTE:

a.Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no primeiro dia útil do mês subsequente, e, nos demais casos, em até dez dias após a sua efetiva entrega.

b.Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

c.Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

d.Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

e.Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.

f.Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

g.Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.

h.Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.

i.Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

j.Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.Caberá a CONTRATADA:

a.Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

b.Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.

c.Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

d.Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

e.Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.

f.Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

1.O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.

2.A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.

3.O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

4.O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando feito sem culpa da CONTRATADA.

5.O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

1.As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.

2.As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

3.As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.

4.As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação

por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.

5.As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.

6.As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.

7.As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.

8.A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

9.Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

1.Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

2.O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:

3.Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos

4.Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

5.Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

6.Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.

7.Desenvolver relatórios específicos.

8.Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

9.O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

10.Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1.A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

2.A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

1.A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

2.A rescisão contratual poderá ser:

a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS PENALIDADES

1.A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.

2.Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

3.A penalidade de multa, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

4.A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

5.Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.

b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

1.As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Anchieta-SC. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

2.E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Anchieta-SC, _____ de _____ de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE ANCHIETA-SC
VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

CONTRATADA
NOME RESPONSÁVEL
CARGO

Testemunha 1:

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____

Testemunha 2:

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/

MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

ANEXO I

2. Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	8,5	Mês	Contabilidade Pública				
2.	8,5	Mês	Compras e Licitações				
3.	8,5	Mês	Folha de Pagamento				
4.	8,5	Mês	Portal da Transparência				
VALOR TOTAL R\$							

2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARC.	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	xxx	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	XXX	XXX		
2.	xxx	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	xxx	xxxx		
3.	xxx	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	xxx	xxxx		
4.	xxx	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	XXX	XXX		
VALOR TOTAL R\$							

Município /UF, _____ de _____ de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE ANCHIETA-SC
VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTECONTRATADA
NOME RESPONSÁVEL
CARGO

Testemunha 1:

Ass.: _____
Nome: _____
CI: _____
CPF: _____

Testemunha 2:

Ass.: _____
Nome: _____
CI: _____
CPF: _____

ANEXO IV

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Anchieta-SC

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2015, instaurado pela Câmara Municipal de Anchieta-SC.

Na qualidade de representante legal da empresa _____, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Município /UF, _____ de _____ de 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

Declaramos, para os fins de participação no procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015, instaurado pela Câmara Municipal de Anchieta-SC que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e sob pena do art. 299 do Código penal, possuindo todas a documentação comprobatória exigida no edital convocatório.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Município /UF, _____ de _____ de 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015, instaurado pela Câmara Municipal de Anchieta-SC que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Município /UF, _____ de _____ de 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENOR IDADE

_____, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva (1): emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (____).

Município /UF, _____ de _____ de 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)

Observação(1) em caso afirmativo, assinalar a ressalva no campo delimitado.

CONTRATO Nº004/2015

CONTRATO 004/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, com sede Rua Vereador Geraldo Garlet, 01, na cidade de Anchieta, CNPJ nº 06.054.817/0001-29, neste ato representado pelo Presidente Sr. Valderéz Izotton, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 027.963.459-55, residente e domiciliado na Linha São Pedro, Interior, município de Anchieta, SC, doravante denominada CONTRATANTE e por outro lado a empresa RÁDIO RAIOS DE LUZ LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76.812.627/0001-09, estabelecida na Rua 7 de Setembro, 01, centro, Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO HUBNER, inscrito no CPF sob nº 831.892.709-53, residente e domiciliado à Rua Guilherme José Missen, 310, centro, São Miguel do Oeste - SC, CEP 899000-000, doravante denominada CONTRATADA, de acordo comum e com amparo legal nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes e Processo Licitatório Nº 02/2015, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem como origem o Pregão Presencial nº 02/2015, instaurado pela CONTRATANTE, objetivando a contratação de Prestação de serviços radiofônicos com 2 (duas) inserções diárias de 60" (sessenta segundos) de segunda a sexta-feira, e divulgação jornalística no horário compreendido entre as 12h e 12h40 uma vez por semana até 3' (três minutos), e aos sábados uma vez por mês, com no mínimo 10' (dez minutos), no horário compreendido entre as 07h20 e 07h50, para a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara de Vereadores de Anchieta-SC de caráter educativo, informativo e de orientação social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

Pelo fornecimento dos serviços ora contratados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a quantia de R\$ 8.820,00 (oito mil e oitocentos e vinte reais) em parcelas mensais de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais).

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

O prazo de vigência dos serviços licitados será a partir da assinatura do Contrato, até 31/12/2015, podendo ser prorrogado por até 48 meses a critério do contratante, sendo reajustado pelo INPC ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços prestados advindo do presente processo licitatório será efetuado ao respectivo credor, conforme a entrega, mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente à prestação dos serviços, após a apresentação da fatura, desde que esteja processada na forma da Lei.

CLAUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos serão aqueles de origem própria.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente Edital correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, na seguinte classificação orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/ Ano	Descrição	Valor Bloqueado
01.031.0001.2.001	159.300,00	2015	Aplicações diretas	13.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pela aquisição do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda e Terceira.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº02/2015, a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, passa a fazer parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição.

PARAGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alterações que possa comprometer a manutenção do presente.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS E FORMA DE ENTREGA

O fornecimento dos serviços, objeto do Pregão Presencial nº 02/2015 de 09 de março de 2015, iniciar-se-á a partir da homologação do Processo Licitatório, conforme a necessidade da Contratante. Os saldos correspondentes às quantidades não utilizadas serão considerados extintos após essa data.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os serviços licitados deverão ser prestados a licitante pelo valor aprovado no processo, sendo proibida à cobrança de qualquer outra despesa que venha interferir no valor licitado e aprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADE

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos; e,
- c) Declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

O PRESENTE Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa, previstas no Art. 77 da Lei Federal 8.666/93 e alterações vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomada expressamente em instrumento aditivo, que passara parte integrante desse contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato reger-se pelas disposições expressas na Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes, e pelos preceitos de direito público,

aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrá por conta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Anchieta - SC, em 24 de Março de 2015.

VALDEREZ IZOTTON FERNANDO HUBNER
PRESIDENTE P/CONTRATADA
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: Jussara Santin
CPF nº026.265.849-67

Nome: Edegar Luiz Griebler
CPF nº 060.415.549-28

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR
CNPJ: 06.054.817/0001-29 Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01 C.E.P.: 89970-000 - Anchieta - SC	Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 15/01/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, VALDEREZ IZOTTON, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2015
b) Licitação Nr.: 1/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 28/01/2015
e) Data da Adjudicação: 28/01/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa para prestação de Serviços de Assessoria Contábil, durante o período de 02 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 000856 - LIZETE MARIA NEITZKE GRIMM 01580654924	1	0,0000	27.500,00
	1		27.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 138.749,20

Anchieta, 28 de Janeiro de 2015.

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR
CNPJ: 06.054.817/0001-29 Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01 C.E.P.: 89970-000 - Anchieta - SC	Processo Administrativo: 2/2015 Processo de Licitação: 2/2015 Data do Processo: 09/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, VALDEREZ IZOTTON, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2015
b) Licitação Nr.: 2/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/03/2015
e) Data da Adjudicação: 24/03/2015 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Prestação de serviços radiofônicos com 2 (duas) inserções diárias de 60" (sessenta segundos) de segunda a sexta-feira, e divulgação jornalística no horário compreendido entre as 12h e 12h40 uma vez por semana até 3' (três minutos), e aos sábados uma vez por mês, com no mínimo 10' (dez minutos), no horário compreendido entre as 07h20 e 07h50, para a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara de Vereadores de Anchieta-SC de caráter educativo, informativo e de orientação social.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 000009 - RADIO RAO DE LUZ LTDA	1 1	0,0000	9.800,00 9.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 158.026,61

Anchieta, 24 de Março de 2015.

VALDEREZ IZOTTON
PRESIDENTE

Antônio Carlos**PREFEITURA****41º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**

41º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 27/03/2015 a 26/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 27 de março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 20H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
08º	ALINE PALLAORO GARCIA	1737

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 050/2015; Origem: Processo licitatório nº 014/2015 - Pregão Presencial (Registro de Preço): 009/2015; Modalidade: Menor Preço por Lote; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: DANDARA FREIBERGER - ME; Objeto: aquisição parcelada de cestas básicas (gêneros alimentícios) destinados a famílias carentes do município de Antônio Carlos S/C, para distribuição gratuita na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social; Valor: Lote 01: R\$ 37,50 (Trinta e Sete Reais e Cinquenta Centavos); Vigência: 23/03/2015 - 23/03/2016.

Antônio Carlos, 26 de março de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 051/2015
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 051/2015; Origem: Chamada Pública (Agricultura Familiar): 004/2015; Dispensa de Licitação: 001/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: JUCÉLIO JOÃO PETRY; Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, priorizando-se os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 19.817,90 (dezenove mil oitocentos e dezessete reais e noventa centavos); Vigência: 24 de março de 2015 - 24 de setembro de 2016.

Antônio Carlos, 24 de março de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 052/2015
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 052/2015; Origem: Chamada Pública (Agricultura Familiar): 004/2015; Dispensa de Licitação: 001/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: ALFREDO JOÃO PETRY; Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, priorizando-se os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 19.850,00 (dezenove mil oitocentos e cinquenta reais); Vigência: 24 de março de 2015 - 24 de setembro de 2016.

Antônio Carlos, 24 de março de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 – FMDR

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - FMDR

Objeto: a prestação de serviços da empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de SANTA CATARINA - EPAGRI, empresa pública vinculada à secretaria de estado da agricultura e desenvolvimento rural. Contratada: Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, inscrita no CNPJ sob nº 83.052.191/0012-15 Valor: R\$ 41.617,00 (quarenta e um mil seiscentos e dezessete reais) em nove parcelas; Fundamento Legal: Art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Bela Vista do Toldo(SC), 23 de Março de 2015.

Gilberto Damaso da Silveira

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 03,18 DE MARÇO DE 2015 – CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BELA VISTA DO TOLDO - SC

RESOLUÇÃO Nº 03,18 DE MARÇO DE 2015 - CMDCA

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.023, de 20 de março de 2014 e, considerando as deliberações, por unanimidade, dos membros do Conselho presentes na Assembleia Extraordinária, realizada no dia 18 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do CMDCA na forma do anexo a presente resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Simone Lessak Magalhães

Presidente do CMDCA/Bela Vista do Toldo - SC

AN

A

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, BELA VISTA DO TOLDO/SANTA CATARINA

TÍTULO I

DO CMDCA - BELA VISTA DO TOLDO - SANTA CATARINA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento, promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente do município

de Bela Vista do Toldo - Santa Catarina, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, previsto no art. 88 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, criado pela Lei Municipal nº 21 de 06 de junho de 1997 e Lei Municipal nº 1.023 de 20 de março de 2014..

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 2º Compete ao CMDCA:

I - na primeira sessão, eleger seu presidente, vice-presidente e o secretário geral,

II - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis;

III - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação dos programas e serviços destinados ao atendimento às crianças e adolescentes, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

IV - analisar e deliberar a respeito dos auxílios ou benefícios, do tesouro municipal, bem como da aplicação dos mesmos, a serem concedidos a entidades não governamentais que tenham por objetivo o atendimento, a proteção, a promoção e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

V - sugerir modificações nas estruturas das Secretarias e Órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

VI - efetuar o registro das entidades não governamentais que desenvolvam programas de atendimento a crianças e adolescentes, bem como a inscrição dos programas das entidades governamentais e não governamentais na forma estabelecida neste Regimento e nos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

VII - gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e concedendo auxílios e ou subvenções para as entidades não governamentais que desenvolvam programas de atendimento a crianças e adolescentes, regularmente inscritas e registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

VIII - propor o orçamento-programa municipal destinado ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

IX - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, destinando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no artigo 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e artigo 34 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

X - elaborar o seu Regimento Interno;

XI - estabelecer política de formação de pessoal com vista à qualificação do atendimento à criança e ao adolescente, principalmente para a função de Conselheiros Tutelares;

XII - manter intercâmbio com entidades internacionais, federais e estaduais congêneres ou que tenham atuação na proteção,

promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XIII - realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos Direitos e Deveres das Crianças e dos Adolescentes;

XIV - regulamentar o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como convocá-lo na forma da Lei Municipal nº 21, de 06 de junho de 1997 e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

XV - fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento, proteção, promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CMDCA é órgão colegiado de composição paritária, integrado por três representantes do Poder Executivo e três representantes de entidades não-governamentais de defesa e/ou atendimento aos direitos da criança ou adolescentes, regularmente inscritas e registradas nesse Colegiado.

§ 1º Os representantes, titulares e suplentes, do Poder Executivo serão indicados pelo respectivo titular da pasta, preferencialmente dentre servidores efetivos com poder de decisão e, nomeados pelo Prefeito Municipal, dos seguintes Órgãos e Secretarias:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

III - Secretaria Municipal da Educação.

Seção I

Da eleição e da indicação dos membros representantes das entidades não-governamentais

Art. 4º O conjunto das entidades não-governamentais, em assembleia convocada especificamente para esse fim, elegerá suas entidades titulares e suplentes junto ao CMDCA, que deverão ser em número igual àquele de órgãos governamentais de que trata o art. 3º deste Regimento.

§ 1º O resultado da assembleia de que trata o caput deste artigo deverá ser lavrado em ata, onde constará o nome das entidades eleitas.

§ 2º. O documento de que cuida o § 2º deste artigo deverá ser encaminhado ao presidente do CMDCA, para as providências do teor do Art. 7º, § 5º, da Lei Municipal nº 21 de 06 de junho 1997.

Seção II

Da substituição de entidades não-governamentais eleitas na forma da Seção I

Art. 5º No caso de vacância de entidade não-governamental com titularidade assumirá efetiva e automaticamente a vaga, a entidade suplente mais votada em ordem decrescente na assembleia das entidades não-governamentais.

Seção III

Da substituição de membros do CMDCA

Art. 6º O requerimento de qualquer membro do Colegiado, por deliberação do Plenário do CMDCA, o conselheiro será substituído quando:

I - faltar o representante de órgão governamental a três

assembleias consecutivas, ou seis alternadas, sem o comparecimento do respectivo suplente, ressalvada a hipótese de apresentação de justificativa por escrito, nos moldes do disposto no § 3º deste artigo;

II - faltar o representante de entidade não-governamental a três assembleias consecutivas, ou seis alternadas, sem comunicação prévia ao presidente do CMDCA, ressalvada a hipótese da ausência ter ocorrido por motivo de força maior, devidamente justificada, nos termos do § 4º deste artigo;

III - apresentar conduta incompatível com a natureza de suas funções;

IV - for condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de quaisquer dos crimes ou infrações administrativas previstos nos Capítulos I e II, do Título VII, do Livro II, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; e

V - for condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de quaisquer dos crimes previstos no Código Penal ou legislação extravagante;

§ 1º As propostas de substituição de conselheiro, devidamente fundamentadas e documentadas, serão apresentadas ao CMDCA, para deliberação em assembleia.

§ 2º Qualquer dos membros do CMDCA pode solicitar a adoção das providências de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º A justificativa por escrito de que trata o inciso I deste artigo deverá ser expedida pelo Órgão/Secretaria que representa.

§ 4º A justificativa de ausência de que cuida o inciso II deste artigo dar-se-á por meio de documento expedido pela entidade não-governamental à qual o conselheiro representa, devendo o referido documento expor as razões que caracterizam o motivo de força maior.

§ 5º O conselheiro substituído não poderá ser reconduzido pelo Poder Público ou pela entidade que representa, devendo ser indicado substituto no prazo máximo de quinze dias

§ 6º. As entidades não-governamentais poderão substituir seus representantes junto ao CMDCA, mediante comunicação prévia à presidência.

Art. 7º No caso de ausência justificada assumirá o representante da entidade suplente, e na falta deste, o da mais votada, em ordem decrescente, na assembleia das entidades não-governamentais.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O CMDCA é presidido por um dos seus membros, eleito nos termos do parágrafo único do art. 21 deste Regimento Interno, e substituído, em caso de ausência, ou impedimento temporário, na forma estabelecida no § 1º do art. 22 deste normativo.

Art. 9º. Para exercer suas competências, o CMDCA dispõe da seguinte organização funcional:

I - plenário;

II - presidência;

TÍTULO II

DA COMPETÊNCIA, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DO CMDCA**Seção I
Do Plenário**

Art. 10. O plenário do CMDCA é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste regimento, e a ele compete:

I - deliberar sobre os assuntos encaminhados para apreciação do CMDCA;

II - estabelecer, por meio de resolução, normas de sua competência, necessárias à regulamentação da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - aprovar, por meio de proposta apresentada por qualquer dos membros ou órgãos do CMDCA, a criação de Comissões Permanentes e de Grupos Temáticos, definindo suas competências, composição, procedimentos e prazo de duração, assim como sua extinção;

IV - convocar, ordinariamente, a cada dois anos, a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para avaliar e deliberar a política nacional, estadual, distrital e municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

V - eleger o presidente, o vice-presidente e o secretário geral do CMDCA, observado o disposto no parágrafo único do art. 21 deste Regimento;

VI - eleger, dentre seus membros titulares, o presidente "ad hoc" de que trata o § 1º do art. 22, deste Regimento, que conduzirá as assembleias plenárias nos impedimentos do presidente, do vice-presidente e do secretário geral;

VII - formular e deliberar sobre a política e critérios de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme legislação vigente;

VIII - aprovar, anualmente, os balancetes, os demonstrativos e o balanço do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - participar da escolha junto a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, dos servidores que darão suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do CMDCA;

X - requisitar aos órgãos da administração pública e entidades privadas, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho; e

XI - aprovar, zelar pelo cumprimento e promover as alterações necessárias deste Regimento Interno.

Art. 11. O Plenário, órgão soberano e deliberativo do CMDCA, é composto pelo conjunto de membros titulares do Conselho, ou respectivos suplentes, no exercício pleno de seus mandatos.

Art. 12. O Plenário reunir-se-á em assembleia, mensalmente, em caráter ordinário, conforme calendário anual previamente aprovado e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria, ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

§ 1º As assembleias serão realizadas no local da sede do CMDCA, podendo ser convocadas para realizarem-se em local diverso, sempre que razões superiores de conveniência técnica, ou política, assim o exigirem, e desde que por deliberação do Plenário.

§ 2º As assembleias do Plenário realizar-se-ão em primeira chamada, com no mínimo metade mais um de seus membros e, após trinta minutos, com qualquer quorum.

§ 3º As assembleias serão presididas pelo presidente do CMDCA, seu substituto regimental, ou pelo presidente ad hoc de que trata o inciso VI do art. 11 deste Regimento Interno.

Art. 13. As assembleias serão públicas, salvo deliberação em contrário pelo Plenário.

§ 1º Nas assembleias, quando públicas, os presentes terão direito a fazer uso da palavra, desde que o Plenário assim tenha decidido no início da assembleia.

§ 2º Os casos especiais, relativos à publicidade das assembleias e ao direito de uso da palavra, serão submetidos à deliberação da assembleia.

Art. 14. As deliberações das assembleias do Plenário do CMDCA ocorrerão da seguinte forma:

I - em matéria relacionada à votação de Regimento Interno, Destituição de Conselheiro Tutelar, Orçamento, Fundo Municipal e substituição de Conselheiro de Direitos, o quorum de votação será de no mínimo dois terços de seus membros; e

II - as demais matérias serão deliberadas por maioria simples de votos.

Art. 15. As deliberações das assembleias do Plenário poderão consubstanciar-se em resoluções, assinadas pelo presidente do CMDCA e encaminhadas para publicação no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de cinco dias úteis.

Art. 16. As assembleias terão sua pauta preparada pela Secretaria Executiva em consonância com a Presidência e dela constará necessariamente:

I - abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, e aprovação da pauta do dia;

II - leitura do expediente das comunicações da ordem do dia;

III - matérias para deliberação;

IV - palavra franca; e

V - encerramento.

Parágrafo único. A pauta estabelecerá a carga horária e os procedimentos necessários para o tratamento das matérias.

Art. 17. Qualquer conselheiro poderá apresentar matéria à apreciação do Plenário, enviando-a por escrito para a Secretaria Executiva, que a submeterá ao conhecimento da Presidência.

Art. 18. A pauta das assembleias ordinárias será encaminhada aos Conselheiros com, no mínimo, setenta e duas horas de antecedência.

Art. 19. As deliberações das assembleias do Plenário se processarão por votação explícita, com contagem de votos a favor, contra e abstenções, com a respectiva menção em ata.

**Seção II
Da Presidência do CMDCA**

Art. 20. A Presidência é órgão constituído pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo secretário geral do CMDCA.

Parágrafo único. O presidente, o vice-presidente e o secretário geral do CMDCA serão escolhidos pelo Plenário reunido na primeira assembleia ordinária, dentre seus membros titulares, por voto de maioria simples, para cumprirem mandato de 2 (dois anos);

Art. 21. A Presidência do Conselho e das assembleias do Plenário será exercida pelo presidente do CMDCA, e em sua ausência, ou impedimento temporário, pelo vice-presidente e/ou secretário geral.

§ 1º Ocorrendo a ausência ou impedimento do presidente, do vice-presidente e do secretário geral, assumirá a presidência da assembleia um conselheiro escolhido pelo Plenário, nos moldes dos incisos V e VI do art. 11 deste Regimento Interno.

§ 2º No caso de vacância do cargo de presidente, restando menos de seis meses para o término do mandato, assumirá a presidência o vice-presidente. No entanto, se esse prazo for superior a seis (6) meses, deverá ser realizada nova eleição.

§ 3º Na hipótese de candidatura a cargos eletivos nos Poderes Executivo, Legislativo e/ou Conselhos Tutelares, perderá o mandato na mesa diretora do CMDCA, o conselheiro que não apresentar, na plenária desse colegiado, renúncia da função para a qual foi investido, na respectiva mesa diretiva, seis (6) meses antes das eleições aos cargos eletivos retro mencionados.

TÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CMDCA

Seção I Do Presidente do CMDCA

Art. 22. Ao Presidente do CMDCA incumbe:

- I - representar judicial e extrajudicialmente o CMDCA;
- II - convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos, ou suspendendo-os sempre que necessário;
- IV - assinar as deliberações do Conselho e atas relativas ao seu cumprimento;
- V - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;
- VI - delegar competência;
- VII - decidir as questões de ordem, levantadas nas assembléias;
- VIII - cumprir e fazer cumprir as resoluções emanadas do CMDCA;
- IX - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- X - assinar os expedientes do CMDCA.

Seção II Do Vice-Presidente do CMDCA

Art. 23. Ao vice-presidente incumbe:

- I - substituir o presidente do CMDCA em seus impedimentos ou ausências;

II - auxiliar o presidente do CMDCA no cumprimento de suas atribuições; e

III - exercer as atribuições que lhes sejam conferidas pelo Plenário.

Seção III Do Secretário Geral do CMDCA

Art. 24. Ao Secretário Geral incumbe:

I - substituir o presidente e o vice-presidente do CMDCA em seus impedimentos ou ausências;

II - auxiliar o presidente e o vice-presidente do CMDCA no cumprimento de suas atribuições;

III - exercer as atribuições que lhes sejam conferidas pelo Plenário.

Seção IV Dos Conselheiros do CMDCA

Art. 25. Aos conselheiros do CMDCA incumbe:

- I - comparecer às reuniões;
- II - debater e votar a matéria em discussão;
- III - solicitar reexame de Resolução quando necessário;
- IV - apresentar relatório e pareceres dentro dos prazos fixados;
- V - executar atividades que lhes forem atribuídas pelo Plenário;
- VI - proferir declarações de voto e mencioná-lo em ata, incluindo posições contrárias às matérias aprovadas, quando o desejar;
- VII - propor moções, temas e assuntos à deliberação do Plenário;
- VIII - propor temas e assuntos para inclusão na pauta das reuniões plenárias;
- IX - propor ao Plenário, a convocação de audiências com autoridades;

§ 1º Os conselheiros suplentes poderão representar o CMDCA quando aprovados em assembleia, tendo a prioridade da representação os conselheiros titulares.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Plenário em assembleia, e publicados em resoluções.

Art. 27. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação

SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCAL DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA em Bela Vista do Toldo, Santa Catarina, aos dezoito dias do mês de março de dois mil e quinze.

Simone Lessak Magalhães
Presidente do CMDCA

Benedito Novo**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 31/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE APARELHOS DE AR CONDI-
CIONADO PARA INSTALAÇÃO NAS DIVERSAS SECRETARIAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 13 de abril de 2015.

ABERTURA: às 09:05h do dia 13 de abril de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/ Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 27 de março de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****PP 89/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 89/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS E CADEIRAS PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 13 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 13 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 27 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

TP 102/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 102/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pavimentação a lajotas e drenagem de Ruas no Bairro Saveiro, no Município de Biguaçu.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 15:45 horas do dia 15/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas do dia 15/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 26 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATOS CONTRATOS 19 E 20/2015**

EXTRATOS CONTRATOS 19 E 20/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato nº 19/2015 - Licitação - Modalidade: Convite nº 03/2015

Objeto: Aquisição de materiais e serviços necessários para realização de eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu.
Fornecedor: Arte Máxima Indústria e Comércio Ltda EPP - CNPJ n. 02.884.117/0001-00

Valor: R\$ 11.905,00 (onze mil, novecentos e cinco reais)

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015.

Extrato Contrato nº 20/2015 - Licitação - Modalidade: Convite nº 03/2015

Objeto: Aquisição de materiais e serviços necessários para realização de eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu.
Fornecedor: Ademir Bosquetti Mateus Me (NENEM SOM) - CNPJ n. 10.730.145/0001-00

Valor: R\$ 19.729,96 (dezenove mil, setecentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos)

Vigência: 25/03/2015 a 31/12/2015.

Salete Orlandina Cardoso
Presidente

Blumenau**PREFEITURA****LEI Nº 8.080/2015**

LEI Nº 8.080, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA DE "RUA ERWIN STEIN", PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVAZINHA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É denominado com o mesmo nome de Rua Erwin Stein, o prolongamento da referida via pública em mais 100,00 metros, de acordo com o Decreto nº 10.436, de 12 de setembro de 2014 e plantas de desmembramento aprovadas, totalizando 177,00m (cento e setenta e sete metros) de extensão, localizada no Bairro Itoupavazinha.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.081/2015

LEI Nº 8.081, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA DE "RUA ANNA CATHARINA LENZ" E "RUA HILDEGARDT WANDREY", VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO BAIRRO ÁGUA VERDE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. As vias públicas descritas nos incisos deste artigo, localizadas no Bairro Água Verde, são assim denominadas:

I - Rua Anna Catharina Lenz, a via pública localizada no lado par da Rua Dr. Paulo Pedro Mayerle, ao lado dos lotes 53 e 70, descrita como rua "D" do loteamento Residencial Alfablu XXXI, cadastrada sob o nº 4.332, com 126,00 m (cento e vinte e seis metros) de extensão;

II - Rua Hildegardt Wandrey, a via pública localizada no lado par da Rua Dr. Paulo Pedro Mayerle, ao lado dos lotes 98 e 166, descrita como rua "F" do loteamento Residencial Alfablu XXXI, cadastrada sob o nº 4.334, com 148,00 m (cento e quarenta e oito metros), de extensão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.594/2015

DECRETO Nº 10.594, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 3.750,54 (três mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1161 - Sup/Proj/Mel/Amp. Corredor Est.

Norte - Prog. Mob. Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (644) Aplicações Diretas R\$ 3.750,54

Fonte de Recursos 0386.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.596/2015

DECRETO Nº 10.596, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR DE CONTENCIOSO JUDICIAL, DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor de Contencioso Judicial, da Procuradoria-Geral do Município - PROGEM, ROMUALDO PAULO MARCHINHACKI, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Procuradoria, no período de 25 de março a 02 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.572/2015

PORTARIA Nº 18.572, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

BETTY PAULINA REUTER GARCETE, matrícula nº 225789, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 13 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1867/03/2015;

SIMONE SOARES DE SOUZA, matrícula nº 228336, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 10 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1903/03/2015;

SIMONE SOARES DE SOUZA, matrícula nº 228964, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 14 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1904/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.574/2015

PORTARIA Nº 18.574, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA FABIO HORNBURG PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE OBRAS CONVENIADAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

FABIO HORNBURG, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Obras Conveniadas, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, no dia 20 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4647/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4647/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PEDRO WILSON BERTELLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de PEDRO WILSON BERTELLI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 007/2015, de 14/01/2015, expedida pelo IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, prestado à Secretaria de Estado da Educação, nos períodos de 01/03/1982 a 30/05/1983, 20/03/1984 a 01/02/1985, e 11/02/1985 a 21/02/1996, um total de 4783 (quatro mil, setecentos e oitenta e três) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 1 (um) mês, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 01468/02/2015.

Blumenau, 25 de fevereiro de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 573/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 573

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 569, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

FERNANDO LEITE, presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, I, da Lei Complementar nº 507/2005, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º, I, e 34, da Lei Complementar nº 747, de 23 de março de 2010, no Decreto nº 10.330, de 25 de abril de 2014, e nas Resoluções nº 1 e nº 2 de 2014 do Conselho Municipal do Meio ambiente (CMMA), resolve:

Art. 1º - revogar os efeitos da Portaria nº 569, de 06/03/2015, que dispunha sobre a prioridade na tramitação nos requerimentos relativos ao licenciamento ambiental no âmbito da FAEMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau(SC), 26 de março de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

RESOLUÇÃO COMEN 001/2015

RESOLUÇÃO COMEN Nº 001/ 2015

APROVA A PROPOSTA DE METAS FÍSICAS PRIORIZADAS PARA COMPOR A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, RELATIVOS AO FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - FREMAD, PARA O EXERCÍCIO 2016.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 856,

de 26 de abril de 2012, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.089, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a deliberação da Plenária ocorrida em 25 de março de 2015,

CONSIDERANDO:

- que o Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas - FREMAD destina-se a captar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir orçamento a ser utilizado segundo diretrizes e deliberações do COMEN;

- que o FREMAD está vinculado ao COMEN, submetendo sua estrutura de execução e controles contábeis ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Semudes, inclusive para efeitos de prestação de contas, na forma da Lei Complementar já mencionada;

- a aprovação dos valores referentes às Diretrizes Orçamentárias - LDO, relativo ao Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas - FREMAD, para o exercício 2016, em Plenária do COMEN, conforme Ata nº 02/2015, de 25 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de metas físicas priorizadas para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, relativos ao Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas - FREMAD, para o exercício de 2016, sendo o valor total de R\$ 573.000,00 (Quinhentos e setenta e três mil reais).

Art. 2º Solicitar a ampliação dos valores repassados ao recurso do Fundo, com o percentual de aumento nos valores das metas, sendo: 50% para prevenção, incluindo novos projetos programas ou serviços, reajuste do valor pago por vaga em Comunidade Terapêutica em 50% e aumento de 20% das metas de acolhimento inclusive para o público feminino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de março de 2015.

Mauro José Quintino

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMEN

EXTRATO Nº 062/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 062/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e
Globalsat Brasil Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa outorgada pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e especializada em telecomunicações, para a prestação de serviço de telefonia móvel global por satélite (SMGS), por meio do sistema digital pós pago, com a aquisição de aparelhos de telefone móveis, para uso no projeto "Restauração de 500 (quinhentos) hectares de Mata Atlântica no Parque Nacional da Serra do Itajaí", advindo de contrato de concessão e colaboração financeira não reembolsável firmado entre a FURB e o BNDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 030/2015 e Contrato nº. 024/2015, firmado em 20 de março de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço

de R\$ 14.096,00 (quatorze mil e noventa e seis reais), conforme a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, constante na fls. 97 à 99 do Processo de Dispensa de Licitação nº 030/2015.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Total por Item (em R\$)
01	35893	4	Peça	<p>Aparelho de telefonia móvel via satélite, com display LCD com luz de fundo (4 linhas x 12 caracteres), indicador de sinal e de bateria, teclado luminoso, com as seguintes especificações:</p> <p>Tempo estimado de duração de bateria: 30 (trinta) horas em espera e 4 (quatro) em conversação;</p> <p>Temperatura de operação: de -10°C à 55°C;</p> <p>Facilidades: agenda interna, contador de tempo de chamada, bloqueio do teclado comum e por senha, registro de chamadas realizadas, recebidas e perdidas;</p> <p>Deve incluir: Case (capa) de proteção, conector para fone de ouvido, carregador e cabo de dados;</p> <p>Garantia: mínima de 12 (doze) meses;</p> <p>Observações: o aparelho deve atender às regras e homologações da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e às demais exigências descritas nos Anexos I e V do Edital.</p>	8.000,00
02	35892	48	Serviço	Serviço de telefonia por satélite. Assinatura mensal de linha móvel global por satélite com franquia mensal de 40 minutos para ligações originadas na área de registro (território nacional). Minutos adicionais à franquia contratada, quando utilizados, devem ser faturados no mesmo custo dos inclusos na franquia.	6.096,00
Prazo de Garantia (em meses)				12 (doze) meses	
Preço Global (em R\$)				R\$ 14.096,00	
Preço Global (em reais, por extenso)				Quatorze mil e noventa e seis reais	

PAGAMENTO: O pagamento será realizado após a efetiva entrega dos aparelhos e ativação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhados da respectiva Nota Fiscal, através de depósito bancário (hipótese na qual a Nota Fiscal deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a Nota Fiscal), nos seguintes termos:

- a) Primeiro pagamento: incluirá as despesas devidas pela aquisição dos aparelhos de telefonia móvel, bem como os valores referentes à assinatura mensal e ocorrerá dia 15 (quinze) do mês subsequente ao de efetiva entrega dos aparelhos e ativação dos serviços;
- b) Demais pagamentos: incluirão apenas as despesas decorrentes da assinatura mensal e ocorrerão todo dia 15 (quinze) do mês subsequente ao de prestação dos serviços de comunicação via satélite;

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses e terá início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma prevista no Inciso II do Artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93, observado o disposto no §2º deste artigo.

DATA: 26/03/2015.

EXTRATO CONVENIO FURB - 2015

EXTRATO - CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

OBJETO: Proporcionar condições para realização de estágios no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Gestão Governamental, para auxiliar na realização de projetos da área de informatização aos alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu da Universidade Regional de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

VALOR DO CONVÊNIO: Correrá por conta dos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria de Gestão Governamental, que repassarão R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, conforme o plano de trabalho, não ultrapassando o valor anual de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde e R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para a Secretaria de Gestão

Governamental.

PRAZO: 1 (um) ano, de 1º de março de 2015 até 28 de fevereiro de 2016.

DATA: 26 de março de 2015.

PORTARIA Nº 991/2014 - FURB

PORTARIA Nº 991/2014, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Nomeia Alexandre Gevaerd para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 22/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 095/2014, NOMEIA

ALEXANDRE GEVAERD

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Civil, Referência PQ02.

Blumenau, 6 de agosto de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 992/2014 - FURB

PORTARIA Nº 992/2014, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Declara vacância de cargo público do Servidor Flaviano José Angeleli, por motivo de nomeação em outro cargo inacumulável.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando o disposto no inciso V do art. 44 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, com alteração promovida pela Lei Complementar Municipal nº 764, de 15 de julho de 2010, e tendo em vista a nomeação do Servidor FLAVIANO JOSÉ ANGELI (cadastro funcional nº 5470, ocupante do cargo de Técnico em Assuntos de Informática, lotado na Divisão de Tecnologia da Informação) para o cargo de Analista de Suporte, do Quadro de Pessoal da FURB, com idêntica lotação, de acordo com a Portaria nº 929/2014, de 18 de julho de 2014, DECLARA A VACÂNCIA do respectivo cargo público, por motivo de nomeação em outro cargo inacumulável, a partir de 4 de agosto de 2014, pelo período de 03 (três) anos, quando será exonerado do cargo, extinguindo-se, definitivamente, o vínculo jurídico-funcional respectivo.

Blumenau, 6 de agosto de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 993/2014 - FURB

PORTARIA Nº 993/2014, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Declara vacância de cargo público do Servidor Luiz Angelo Heinzen, por motivo de nomeação em outro cargo inacumulável.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando o disposto no inciso V do art. 44 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, com alteração promovida

pela Lei Complementar Municipal nº 764, de 15 de julho de 2010, e tendo em vista a nomeação do Servidor LUIZ ANGELO HEINZEN (cadastro funcional nº 3870, ocupante do cargo de Auxiliar em Assuntos de Informática, lotado no Núcleo de Prática Jurídica) para o cargo de Analista de Suporte, do Quadro de Pessoal da FURB, lotado na Divisão de Tecnologia da Informação, de acordo com a Portaria nº 928/2014, de 18 de julho de 2014, DECLARA A VACÂNCIA do respectivo cargo público, por motivo de nomeação em outro cargo inacumulável, a partir de 4 de agosto de 2014, pelo período de 03 (três) anos, quando será exonerado do cargo, extinguindo-se, definitivamente, o vínculo jurídico-funcional respectivo.

Blumenau, 6 de agosto de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 994/2014 - FURB

PORTARIA Nº 994/2014, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Reconduz integrante da Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA, para o período 2014-2016.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do Memorando nº 024/2014/CEUA, de 5 de agosto de 2014, oriundo da Coordenação da Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA, e ainda, o Memorando nº 091/2014/DCN, de 1º de agosto de 2014, oriundo da Chefia do Departamento de Ciências Naturais - DCN, RECONDUZ a Professora adiante nominada para integrar a CEUA - período 2014-2016 -, conforme:

1.SIMONE WAGNER RIOS LARGURA - docente, Bióloga, representante do Departamento de Ciências Naturais.

Blumenau, 6 de agosto de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 995/2014 - FURB

PORTARIA Nº 995/2014, DE 7 DE AGOSTO DE 2014.

Concede afastamento ao Servidor Anderson Rosa para exercício de cargo em órgão municipal.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando, ainda, o disposto: a) no inciso I do art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007; b) no Ofício GAPREF nº 571/2014, de 21 de julho de 2014, oriundo da Prefeitura Municipal de Blumenau, CONCEDE AFASTAMENTO ao Servidor

ANDERSON ROSA

cadastro funcional nº 2527, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Divisão de Administração de Materiais, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, na Secretaria de Administração, junto à Prefeitura Municipal de Blumenau-SC, sem ônus para a FURB, a contar de 11 de agosto de 2014.

Blumenau, 7 de agosto de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 996/2014 - FURB

PORTARIA Nº 996/2014, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Designa a Servidora Maria Luci Bittencourt para exercer, interinamente, a Função de Confiança de Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no MEMORANDO Nº 410/2014/PROEN, de 5 de agosto de 2014, DESIGNA a Servidora

MARIA LUCI BITTENCOURT

cadastro funcional nº 2047, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Educação, para exercer, interinamente, a Função de Confiança de Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante, enquanto perdurar o período de afastamento da titular, Maria José Carvalho de Souza Domingues, de 11 de agosto a 12 de setembro de 2014, suspendendo, neste período, a gratificação de chefe da Divisão de Políticas Educacionais.

Blumenau, 7 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 997/2014 - FURB

PORTARIA Nº 997/2014, DE 7 DE AGOSTO DE 2014.

Dispensa o Servidor Hans Jürgen Grohs da Função Gratificada por Responsabilidade.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, considerando o disposto no art. 21 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, e demais atribuições legais, bem como, ainda, o teor do MEMORANDO 041/2014/DTI, de 4 de agosto de 2014, oriundo da Chefia da Divisão de Tecnologia da Informação, DISPENSA o Servidor

HANS JÜRGEN GROHS

do exercício da Função Gratificada por Responsabilidade pelas atividades de Suporte Técnico na Divisão de Tecnologia da Informação - DTI, para a qual foi designado pela Portaria nº 641/2010, de 10 de novembro de 2010, a contar de 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 7 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 998/2014 - FURB

PORTARIA Nº 998/2014, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Concede gratificação por responsabilidade ao Servidor Flaviano José Angeli.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando o disposto no art. 21 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o teor do Memorando nº 041/2014/DTI, de 4 de agosto de 2014, oriundo da Chefia da Divisão de Tecnologia da Informação, CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR RESPONSABILIDADE, NÍVEL 2, ao Servidor

FLAVIANO JOSÉ ANGELI

para responder pelas atividades de Suporte Técnico da DTI, a contar de 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 7 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 999/2014 - FURB

PORTARIA Nº 999/2014, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Maria José Santana Barros.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

MARIA JOSÉ SANTANA BARROS

cadastro funcional nº 5556, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Centro de Ciências Tecnológicas, a contar de 6 de agosto de 2014.

Blumenau, 8 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.000/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.000/2014, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Darlan Jevaer Schmitt.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

DARLAN JEVAER SCHMITT

cadastro funcional nº 3931, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Biblioteca Universitária, considerando sua participação no I Workshop Gestão do Conhecimento em Bibliotecas Universitárias, em Florianópolis - SC, nos dias 6 e 7 de agosto de 2014.

Blumenau, 8 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.001/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.001/2014, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Dominique Vieira Coelho dos Santos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

DOMINIQUE VIEIRA COELHO DOS SANTOS

cadastro funcional nº 8300, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de História e Geografia, para participar do III Colóquio de Estudos Medievais - Meridianum "Fronteiras do Medievo: Saberes, Tempo e Espaço", em Florianópolis - SC, no período de 19 a 21 de Agosto de 2014.

Blumenau, 8 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.002/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.002/2014, DE 8 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Zelinda Maria Braga Hirano.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ZELINDA MARIA BRAGA HIRANO

cadastro funcional nº 2201, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para, em atendimento à Portaria nº 60, de 2 de dezembro de 2013, da Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação, participar de reunião da Comissão de Avaliação do Programa de Educação Tutorial - PET, na qualidade de consultor externo/área de Ciências Biológicas, em Brasília - DF, no período de 1º a 3 de setembro de 2014.

Blumenau, 8 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.003/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.023/2014, DE 13 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Luciano Félix Florit.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LUCIANO FÉLIX FLORIT

cadastro funcional nº 3750, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, para participar do II Seminário em Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, em Campina Grande - PB, no período de 13 a 15 de agosto de 2014.

Blumenau, 13 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.004/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.004/2014, DE 8 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Alexander Christian Vibrans.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ALEXANDER CHRISTIAN VIBRANS

cadastro funcional nº 4833, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal, para participar de (o):

- Reunião do Comitê de Processamento de dados do Inventário Florestal Nacional - IFN, em Brasília - DF, nos dias 6 e 7 de agosto de 2014;
- II Encontro Brasileiro de Mensuração Florestal, na Universidade Federal do Paraná - UFPR, em Curitiba - PR, nos dias 18 e 19 de agosto de 2014.

Blumenau, 8 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.005/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.005/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Adilson Pinheiro.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ADILSON PINHEIRO

cadastro funcional nº 1780, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Civil, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Autorização do Curso de Engenharia Civil - da Faculdade Juiz de Fora - FJF, em Juiz de Fora - MG, no período de 21 a 24 de setembro de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.006/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.006/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Celso Kraemer.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

CELSON KRAEMER

cadastro funcional nº 2423, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, para participar do V Seminário Internacional sobre Filosofia e Educação, em Passo Fundo - RS, no período de 10 a 12 de setembro de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.007/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.007/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença maternidade especial à Servidora Taciana Caldas Heidmann.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 277 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE ESPECIAL, sem prejuízo da remuneração, à Servidora

taciana Caldas Heidmann

cadastro funcional nº 9107, ocupante do cargo de Professor Substituto, lotada no Departamento de Odontologia, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de 2 de setembro de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.008/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.008/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Vania Tanira Biavatti.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

VANIA TANIRA BIAVATTI

cadastro funcional nº 4107, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Educação, para participar do VIII Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - ANPCONT, no Rio de Janeiro - RJ, no período de 18 a 20 de agosto de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.009/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.009/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Márcia Zanievicz da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MÁRCIA ZANIEVICZ DA SILVA

cadastro funcional nº 9787, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Contabilidade, para participar do VIII Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - ANPCONT, no Rio de Janeiro - RJ, no período de 16 a 20 de agosto de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.010/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.010/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Iara Regina dos Santos Parisotto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

IARA REGINA DOS SANTOS PARISOTTO

cadastro funcional nº 5302, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Contabilidade, para participar do XXXVIII EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, no Rio de Janeiro - RJ, no período de 14 a 17 de setembro de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.011/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.011/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor André Luis de Gasper.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ANDRÉ LUIS DE GASPER

cadastro funcional nº 9790, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais, para participar de expedição de coleta, relativamente ao projeto de doutorado, na Cidade do México e Cidade do Panamá, no período de 8 de setembro a 2 de outubro de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.012/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.012/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Gilberto Friedenreich dos Santos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

GILBERTO FRIEDENREICH DOS SANTOS

cadastro funcional nº 4029, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de História e Geografia, para participar do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, em Vitória - ES, no período de 10 a 16 de agosto de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.013/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.013/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Gilberto Vaz.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

GILBERTO VAZ

cadastro funcional nº 8389, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Educação Física e Desporto, considerando sua participação no 18º Encontro Sulamericano de Basquete, em Novo Hamburgo - RS, no período de 30 de julho a 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.014/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.014/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Paulo Roberto da Cunha.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

PAULO ROBERTO DA CUNHA

cadastro funcional nº 8288, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Contabilidade, para participar do VIII ANPCONT, Congresso da Associação dos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, no Rio de Janeiro - RJ, no período de 18 a 20 de agosto de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.015/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.015/2014, DE 11 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Roberto Carlos Klann.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ROBERTO CARLOS KLANN

cadastro funcional nº 8413, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Contabilidade, para

participar do VIII ANPCONT, Congresso da Associação dos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, no Rio de Janeiro - RJ, no período de 17 a 20 de agosto de 2014.

Blumenau, 11 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.016/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.016/2014, DE 12 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Rafael José Bona.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

RAFAEL JOSÉ BONA

cadastro funcional nº 7384, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Comunicação, para participar do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Foz do Iguaçu - PR, no período de 3 a 5 de setembro de 2014.

Blumenau, 12 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.017/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.017/2014, DE 12 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Marcos Antônio Mattedi.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MARCOS ANTÔNIO MATTEDI

cadastro funcional nº 3709, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, para participar do 2º SEDRES - Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, em Campina Grande - PB, no período de 12 a 15 de agosto de 2014.

Blumenau, 12 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.018/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.018/2014, DE 12 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença prêmio à Servidora Vilma Margarete Simão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 333 (trezentos e trinta e três) dias - referente aos períodos aquisitivos de: a) 1º de março de 1993 a 28 de fevereiro de 1998 (90 dias); b) 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003 (90 dias); e c) 1º de

março de 2003 a 20 de janeiro de 2017 (153 dias, proporcional), à Servidora

VILMA MARGARETE SIMÃO

cadastro funcional nº 1937, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Serviço Social, a contar de 15 de agosto de 2014.

Blumenau, 12 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.019/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.019/2014, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Declara vacância de cargo público da servidora Thaís Mariane Biembengut Faria, por motivo de nomeação em outro cargo incompatível.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando o disposto no inciso V do art. 44 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, com alteração promovida pela Lei Complementar Municipal nº 764, de 15 de julho de 2010, e tendo em vista a nomeação da Servidora THAÍS MARIANE BIEMBENGUT FARIA (cadastro funcional nº 4679, ocupante do cargo de Professor de Nível Médio/Profissionalizante, lotada na Escola Técnica do Vale do Itajaí) para o cargo de Professor do Magistério Superior, na denominação Adjunto A, Classe A, Nível 1, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, para o Quadro de Pessoal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Curitiba, de acordo com a Portaria nº 1.342, de 30 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2014, Seção 2, página 51, DECLARA A VACÂNCIA do respectivo cargo público, por motivo de nomeação em outro cargo incompatível, a partir de 28 de agosto de 2014, pelo período de 03 (três) anos, quando será exonerada do cargo, extinguindo-se, definitivamente, o vínculo jurídico-funcional respectivo.

Blumenau, 12 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.020/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.020/2014, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Designa, em substituição, integrantes do Comitê Gestor de Documentação da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do MEMORANDO Nº 001/2014/CGD, de 25 de junho de 2014, oriundo da Presidência do Comitê Gestor de Documentação, DESIGNA, as Servidoras:

- CRISTINA FERREIRA, para, em substituição à Professora Sueli Maria Vanzuita Petry, designada pela Portaria nº 145/2011, de 31 de março de 2011, integrar o Comitê Gestor de Documentação da FURB, na condição de representante do Curso de História (docente com experiência em documentação).

- ANDRÉA CRISTINA DIAS, para, em substituição à Rosemari Solange Theiss, designada pela Portaria nº 145/2011, de 31 de março de 2011, integrar o Comitê Gestor de Documentação da FURB, na condição de representante da Secretaria de Expediente e Documentação/Gabinete da Reitoria.

Blumenau, 12 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 842

DECRETO LEGISLATIVO Nº 842

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO RAUL CLEMENTE PEREIRA AO SENHOR RICARDO HERTEL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Raul Clemente Pereira ao senhor Ricardo Hertel, pela sua capacidade de iniciativa, exemplo de coragem e mérito excepcional no interesse do município de Blumenau, do Estado de Santa Catarina ou do Brasil, nas áreas sindicais, comunitárias, políticas, empreendimento empresarial e justiça.

Art. 2º A Comenda será entregue ao homenageado em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 843

DECRETO LEGISLATIVO Nº 843

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO RAUL CLEMENTE PEREIRA AO SENHOR IRINEU MILMERSTED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Raul Clemente Pereira ao senhor Irineu Milmersted, pela sua capacidade de iniciativa, exemplo de coragem e mérito excepcional no interesse do município de Blumenau, do Estado de Santa Catarina ou do Brasil, nas áreas sindicais, comunitárias, políticas, empreendimento empresarial e justiça.

Art. 2º A Comenda será entregue ao homenageado em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 844

DECRETO LEGISLATIVO Nº 844

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO RAUL CLEMENTE PEREIRA AO SENHOR HORÁCIO SANTOS REBELLO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Raul Clemente Pereira ao senhor Horácio Santos Rebello, pela sua capacidade de iniciativa, exemplo de coragem e mérito excepcional no interesse do município de Blumenau, do Estado de Santa Catarina ou do Brasil, nas áreas sindicais, comunitárias, políticas, empreendimento empresarial e justiça.

Art. 2º A Comenda será entregue ao homenageado em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
PresidenteMarcos da Rosa
Vice-PresidenteCélio Dias
1º SecretárioMarco Antonio Wanrowsky
2º Secretário**DECRETO LEGISLATIVO Nº 845**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 845

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO RAUL CLEMENTE PEREIRA AO SENHOR FRIEDRICH GIERUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito Raul Clemente Pereira ao senhor Friedrich Gierus, pela sua capacidade de iniciativa, exemplo de coragem e mérito excepcional no interesse do município de Blumenau, do Estado de Santa Catarina ou do Brasil, nas áreas sindicais, comunitárias, políticas, empreendimento empresarial e justiça.

Art. 2º A Comenda será entregue ao homenageado em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt
PresidenteMarcos da Rosa
Vice-PresidenteCélio Dias
1º SecretárioMarco Antonio Wanrowsky
2º Secretário**EXTRATOS DO QUARTO TERMO ADITIVO DOS CONTRATOS 10-001/2011, 10-002/2011, 10-003/2011 E 10-004/2011**

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10-004/2011

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DO SOFTWARE LEGISLADOR

VALOR: R\$ 10.080,00 (dez mil, oitenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: DISPENSA Nº 10-004/2011, de 02/03/2011 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA:02/03/2015

VENCIMENTO: 02/03/2016

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10-003/2011

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DO SOFTWARE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUE - SAE

VALOR: R\$ 5.623,56 (cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: DISPENSA Nº 10-003/2011, de 02/03/2011 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA:02/03/2015

VENCIMENTO: 02/03/2016

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10-002/2011

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DO SOFTWARE COMPRAS PÚBLICO - PCP

VALOR: R\$ 5.623,56 (cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: DISPENSA Nº 10-002/2011, de 02/03/2011 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA:02/03/2015

VENCIMENTO: 02/03/2016

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10-001/2011

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DO

SOFTWARE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - COP

VALOR: R\$ 7.472,64 (sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: DISPENSA Nº 10-001/2011, de 02/03/2011 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA:02/03/2015

VENCIMENTO: 02/03/2016

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 689/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 689/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 10 de Abril de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a emissão de seguros para frota municipal no Exercício de 2015.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, ou no site: www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 27 de Março de 2015.
Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 688/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 688/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 13 de Abril de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Tomada de Preços, tendo como objeto a execução de passeio publico em paver em ruas e avenidas do perímetro urbano com área de 1.030,90 M².

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, ou no site: www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 27 de Março de 2015.
Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

025.15 - DECR. REMANEJAMENTO FMAS

Decreto N.º 25/15 de 23 de março de 2015.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, POR ANULAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2262 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

11.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0028.1101 - APOIO PARA NUCLEOS HABITACIONAIS URBANOS E RURAIS
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00.00 (Rec. Ordinários) R\$ 15.000,00
Sub Total R\$ 15.000,00

Total Geral da Suplementação R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

11.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0028.1101 - APOIO PARA NUCLEOS HABITACIONAIS URBANOS E RURAIS
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00.00 (Rec. Ordinários) R\$ 15.000,00
Sub Total R\$ 15.000,00

Total Geral da Anulação R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 23 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

279.03.15 - P. CESSA EF. PENSÃO A VIUVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 279/15 de 23.03.15

Cessa Efeitos de Pensão Concedido a Viúvo de Servidora Municipal

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os Efeitos da Portaria que concedeu ao Senhor Arno Cabral Filho, viúvo da Servidora Municipal Aposentada Verônica Saccani Pereira, falecida em 15 de fevereiro de 2013, uma pensão mensal de R\$ 917,50 (Novecentos e Dezessete Reais e Cinquenta Centavos), que corresponde de 100% dos proventos a que teria direito sua cônjuge, se viva, a contar do dia 22 de março de 2015 em virtude do seu falecimento.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

280.03.15 - P. LIC. LUTO ANA P. CABRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 280/15 de 23.03.15

Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 15/2015 de 23 de março de 2015 - 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu pai Arno Cabral, a contar do dia 22 de março de 2015 com término no dia 29 de março de 2015 a funcionária Ana Paula Cabral, ocupante do cargo de Telefonista - Padrão 1 - Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

281.03.15 - P. LIC. LUTO ROSA L. P. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 281/15 de 23.03.15

Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 16/2015 de 23 de março de 2015 - 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu padrao Arno Cabral, a contar do dia 22 de março de 2015 com término no dia 29 de março de 2015 a funcionária Rosa Luiza Pereira da Silva, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

282.03.15 - P. LIC. PREMIO PÂMELA D. JUSTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 282/15 de 23.03.15
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 014/15 de 18.03.15, e despacho em 23.03.15, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, a serem usufruídas a contar do dia 17 de março com término no dia 14 de junho de 2015, correspondente ao quinquênio 2008 (Dois Mil e Oito) a 2013 (Dois Mil e Treze); a funcionária Pâmela Della Justina, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

283.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ADRIANA Z. CAPISTRANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 283/15 de 25.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 25 de março com término no dia 08 de abril de 2015, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

284.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA V. BRUDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 284/15 de 25.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 20 de março com término no dia 26 de março de 2015, a funcionária Maria Verônica Bruder, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

285.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VERA L. URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 285/15 de 25.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 17 de março com término no dia 19 de março de 2015, a funcionária Vera Lucia Urbano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

286.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IVONETE H. GARCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 286/15 de 25.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde a contar no dia 24 de março de 2015, a funcionária Ivonete Hinkel Garcia, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

287.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DILSON L. KOCH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 287/15 de 25.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 17 de março com término no dia 23 de março de 2015, ao funcionário Dilson Luiz Koch, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

288.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JANIA CASTANHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 288/15 de 25.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde a contar no dia 18 de março de 2015, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

289.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CARLOTA E. O. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 289/15 de 25.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde a contar no dia 23 de março de 2015, a funcionária Carlota Emília de Oliveira Schlemper, Ocupante do cargo de Servente - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

290.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. HERARDT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 290/15 de 25.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde a contar no dia 20 de março de 2015, a funcionária Maria de Lourdes Herardt, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

291.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SAULO E. BESEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 291/15 de 25.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde a contar no dia 16 de março de 2015, ao funcionário Saulo Etelvin Besen, Ocupante do cargo de Médico - Padrão I - Nível 11, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde da Família - ESF - Interior.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

292.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE HELIA M. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 292/15 de 25.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 24 de março com término no dia 22 de abril de 2015, a funcionária Helia Marian Alves, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - Núcleo de Aprendizagem e Produção Maria Tristão da Silva "Maria Mariano".

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROC. SELETIVO 01.15

Estado de Santa Catarina
Município de Bom Retiro
Processo Seletivo n.º 01/2015

**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Campo Novo										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	1	PATRICIA KELLY CORDEIRO APNO	003.906.249-00	26/01/1977	3	2	5	8	NA	7,40
Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Costão do Frade										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	19	CARLOS JUNIOR DEUCHER	061.023.549-40	11/07/1987	-	2	5	8	NA	6,50
Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Paraíso da Serra										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	32	LILIAN GISELE DE SOUZA	063.337.629-97	08/12/1987	2	3	4	6	NA	6,00
Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Santa Clara										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	33	ROSANA APARECIDA FRANÇA	074.569.409-83	19/12/1991	1	3	3	7	NA	5,95
Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Três Pontas										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
SEM CANDIDATOS CLASSIFICADOS										
Cargo: Auxiliar de Enfermagem										

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
SEM CANDIDATOS CLASSIFICADOS										

Cargo: Médico

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	2	JOSÉ ANTONIO DE MELO	250.994.939-04	09/10/1956	3	3	5	6	NA	6,60
2	5	SAULO ETELVINO BESEN	154.937.689-68	07/07/1945	5	3	3	4	NA	5,50

Cargo: Profissional de Enfermagem

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	35	GISELE MOREIRA KRUGER	053.841.739-04	13/08/1985	3	-	4	9	NA	7,05
2	10	TIAGO DOS SANTOS	049.006.679-86	14/06/1984	2	1	4	7	NA	5,95
3	7	TEREZINHA CHINI	764.703.189-91	12/03/1967	2	3	4	5	NA	5,45
4	11	KAROLINE FAUSTINO DA MOTA	084.007.289-98	12/08/1992	2	-	3	7	NA	5,35

Cargo: Técnico Enfermagem Socorrista

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	31	CARLOS LEONARDO SCHULLER	092.715.969-43	17/07/1995	5	4	3	8	NA	8,00
2	37	JOÃO DANIEL CORRÊA	044.550.819-17	31/07/1981	3	3	3	7	NA	6,55
3	21	ELIANE LEANDRO DA SILVA	048.692.789-01	06/05/1983	1	1	5	6	NA	5,40

Legenda:

NC - NÃO CLASSIFICADO

DN - DATA DE NASCIMENTO

NA - NÃO SE APLICA

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROC. SELETIVO 02.15

Estado de Santa Catarina
Município de Bom Retiro
Processo Seletivo n.º 02/2015

**CLASSIFICAÇÃO FINAL****Cargo: Professor ACT - Ensino Fundamental - 20 horas (HABILITADO)**

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	71	MAGDALENA MAGALI APARECIDA TAVARES DEUCHER	066.929.259-16	28/05/1992	4	2	5	5	NA	6,05
2	15	OSNI BARBOSA	385.986.049-68	06/07/1955	2	1	4	7	NA	5,95

Cargo: Professor ACT - Ensino Fundamental - 20 horas (NÃO HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	35	ANA CLÁUDIA FERREIRA CARVALHO	035.061.219-60	17/10/1981	2	-	4	9	NA	6,75
2	26	MORGANA CABRAL GODINHO	064.471.439-51	05/06/1990	2	2	3	6	NA	5,40

Cargo: Professor ACT Educação Infantil - 20 horas (HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	47	GEAN KARLA MELO VIEIRA	021.545.009-43	04/08/1980	3	1	3	6	NA	5,40
2	67	LUCIANA MORETTI HOFFMANN	059.489.039-07	10/08/1987	1	2	3	6	NA	5,10

Cargo: Professor ACT Educação Infantil - 20 horas (NÃO HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	54	TAINA FERNANDA DE OLIVEIRA BOELL	073.633.569-20	02/06/1987	4	4	4	8	NA	8,00
2	24	CAMILA LIMA	091.584.189-46	10/08/1993	4	2	4	5	NA	5,75
3	21	MAERLI MARTINHAGO	088.069.539-07	25/10/1994	3	1	3	6	NA	5,40
4	68	ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	095.210.769-41	21/04/1995	2	1	3	6	NA	5,10

Cargo: Professor ACT Educação Infantil - 30 horas (HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
---------------	-----------	-----------	-----	----	-----------	------------	----------------------	---------------------------	-------------------------	------------

1	10	IARA DEUCHER	075.829.669-02	02/01/1991	3	1	5	9	NA	7,65
2	81	JACQUELINE BLÖMER BELARMINDA	066.790.769-60	01/03/1989	4	3	3	8	NA	7,40
3	12	TATIANI DEUCHER BERNIERI	066.680.769-80	20/06/1988	5	3	3	7	NA	7,15
4	41	IVONETE APARECIDA XAVIER	760.958.279-49	17/11/1974	3	1	4	8	NA	6,80
5	74	DALISE BURATTO VAZ	084.833.189-38	28/07/1992	2	1	5	7	NA	6,25
6	29	MARIANA DEUCHER	069.495.569-85	08/10/1989	3	3	3	6	NA	6,00
7	40	JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	983.888.519-34	23/02/1965	4	1	1	7	NA	5,65

Cargo: Professor ACT Educação Infantil - 30 horas (NÃO HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	2	LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	062.119.289-98	06/08/1993	3	1	4	5	NA	5,15

Cargo: Professor de Educação Física - 20 horas (HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	36	MOACIR TEIXEIRA JUNIOR	027.932.209-73	16/07/1982	2	2	4	9	NA	7,35
2	4	JULIANO DA CRUZ	022.347.279-44	01/01/1977	4	4	3	7	NA	7,15

Cargo: Professor de Educação Física - 20 horas (NÃO HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	1	PATRICIA MARINHO DA SILVA	066.398.769-57	23/01/1989	3	1	5	5	NA	5,45
NC	70	EVERTON ALEXSANDRO BUENO	047.883.339-37	16/12/1983	3	1	3	4	NA	4,30
NC	79	MARILLIAN FLOR	094.960.969-21	14/06/1994	1	1	4	3	NA	3,45

Cargo: Professor de Jovens e Adultos - 20 horas (HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	38	SCHIRLEY APARECIDA DA CUNHA CABRAL	024.013.389-77	12/11/1975	3	1	4	7	NA	6,25

Cargo: Servente

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	14	IZAURA CRISTINA HEIDERSCHIED DA SILVA	032.855.419-70	25/08/1982	2	4	4	9	NA	7,95
2	58	JANIA PAULO	088.603.399-36	08/09/1992	3	4	2	9	NA	7,65
3	31	JESSICA DO NASCIMENTO	070.808.459-12	16/04/1991	1	3	3	9	NA	7,05

4	55	ALINE PRANGE	092.066.929-84	07/04/1993	-	4	4	8	NA	6,80
5	18	MARCELA URBANO	057.299.419-27	29/11/1984	2	-	3	9	NA	6,45
6	22	PATRICIA FERNANDA DE SOUZA SCOTTI	064.772.229-14	06/04/1988	1	4	3	7	NA	6,25
7	56	MARCIA EGER ALEXANDRE	549.440.409-97	07/01/1964	1	2	3	8	NA	6,20
8	73	TANIA MARA HEIDESRCHIED MORETTI	020.233.249-71	02/03/1976	1	1	3	8	NA	5,90
9	42	NELITA SAITZ MORETTI	035.021.229-54	04/04/1980	1	2	3	7	NA	5,65
10	44	ELIANE HOFFMANN MAZZUCHETTI	038.669.819-88	01/05/1981	1	1	2	8	NA	5,60

Legenda:

NC - NÃO CLASSIFICADO

DN - DATA DE NASCIMENTO

NA - NÃO SE APLICA

Botuvera**PREFEITURA****CONTRATO 19/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato de Contrato nº 19/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Mercado Lageado Ltda Me

Valor: R\$ 57.446,90

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de cesta básica para usuários que se encontrem em vulnerabilidade social

Fund.Legal: CV nº 02/2015

CONTRATO 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato de Contrato nº 20/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Panificadora e Confeitaria Mama Irma Ltda Me

Valor: R\$ 7.150,00

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de cesta básica para usuários que se encontrem em vulnerabilidade social

Fund.Legal: CV nº 02/2015

PL14/2015 - PP05/2015-CABOS DE AÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO Nº. 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o Processo Licitatório para AQUISIÇÃO DE CABOS DE AÇO. Recebimento da Documentação e propostas: Até as 15:30 Horas do dia 10/04/2015. Abertura da sessão: dia 10/04/2015 às 15:30 horas, na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br e vilimar@botuvera.sc.gov.br, site: www.botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 27 de Março de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3 2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 1/11

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Aguilha gengival curta 30 G CX c/100 unidades (1497)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJEX	0	34.3000
2	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA 200 MG/G (POTE LIQUIDO 12 G) DIVERSOS SABORES. (1215)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DFL	0	7.3500
3	Babador impermeável descartável para uso odontológico, 2 camadas de papel + 1 camada de plástico, medidas 33x48xm, pct c/100 und. (2640)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DERMAPLUS	0	14.6000
4	BANDA MATRIX DE AÇO INOX Nº 5 (949)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1.6000
5	Banda Matriz de aço inox nº7 (1794)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1.8000
6	Bandeja em aço inox, dimensões comprimento 23 cm, largura 13 cm, altura 1,5cm. (2642)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	40.0000
7	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1/2 (1625)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	JOTA	0	3.4500
8	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1 (1626)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	JOTA	0	3.4500
9	Broca Baixa rotação de aço esférica número 2 (1627)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	JOTA	0	3.4500
10	Broca Baixa rotação de aço esférica número 3 (1628)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	JOTA	0	3.4500
11	Broca Baixa rotação de aço esférica número 4 (1629)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	JOTA	0	3.4500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 2/11

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Broca Baixa rotação de aço esférica número 5 (1630)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	JOTA	0	3.4500	1		
13	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1090 (1788)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
14	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 FF (1791)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
15	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 FF (1790)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
16	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 FF (1792)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
17	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 FF (1789)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
18	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3118 F (1637)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
19	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3168 F (1638)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
20	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 F (1784)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
21	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 F (1785)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		
22	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 F (1786)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2.8500	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 3/11

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 F (1787)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
24	Broca Alta rotação de aço estérica número 1014 (1631)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
25	Broca Alta rotação de aço estérica número 1016 (1633)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
26	Broca Alta rotação de aço estérica número 1012 (1634)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
27	Broca Alta rotação de aço estérica número 1011 (1777)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
28	Broca Alta rotação de aço estérica número 1012 HL (haste longa) (1636)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
29	Broca Alta rotação de aço estérica número 1014 HL (1778)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
30	Broca Alta rotação de aço estérica número 1016 HL (1779)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CHAMPION	0	2,8500	1
31	Cabo para espelho clínico nº5 (1677)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LM	0	2,9000	1
32	CONDICIONADOR DE ESMALTE E DENTINA (ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% SERINGA DE 2,5 ML). (1232)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CATHEC	0	3,4700	1
33	Compositos (medicamentos) p/ cavidades c/ alveolite dentaria 20gr (1639)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	23,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 4/11

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
34	CUNHAS DE MADEIRAS FINAS E DELICADAS (PCT C/100 UNID) (1233)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	12,0000	1	
36	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tubos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2643)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DK	0	0,6500	1	
37	Escova dental infantil, cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 28 a 32 tubos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 15 a 17 cm, anatômica com empunhadura, com protetor de cerdas, cores variadas. (2644)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DK	0	0,5800	1	
38	Escova para limpeza de broca (1641)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	5,8500	1	
39	Escova Robson (1499)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,5000	1	
40	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA Nº 4 (972)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LM	0	41,0000	1	
41	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA Nº 6 (974)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LM	0	41,0000	1	
42	ESPELHO CLÍNICO Nº 5 (1222)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	4,5000	1	
43	Eugenol (material restaurador provisório) frasco c/20ml (1642)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	10,5000	1	
44	FIO DENTAL PARA USO PROFFSSIONAL DE 500 M (1502)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	8,5000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 5/11

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif	
45	Fio dental de 25 m (1780)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,7500	1	
46	Fio de sutura n. 4.0 c/ agulha 1,7 cm odonto seda cx c/ 24 unidades (4638)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	33,0000	1	
47	FITA MATRIZ 5 MM (1495)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,5000	1	
48	Fluor líquido para bochecho 0,2% NAF - frasco de 500 ml, cuja composição é de 250 mg de fluoreto de sódio com veículo Q.S.P 500 ML sem pigmento do tipo fluor solução. (1781)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	11,1000	1	
49	Forceps odontológico adulto nº 69 (2634)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LM	0	41,0000	1	
50	Gorro p/cabelo tipo touca de banho com elástico descartável, pct c/100 unidades. (1795)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	OLIMED	0	8,5000	1	
51	Hidróxido de cálcio pó (capeador pulpar) 10gr (1648)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MAQUIRA	0	5,5000	1	
52	Hidróxido de cálcio radiopaco (pasta x pasta) (1647)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNEW	0	18,9000	1	
53	Ionômetro de Vidro (pó ionômetro de vidro restaurador - pote com 10gr e líquido ácido poliacrílico pote com 08gr) cor A2 (1649)	KIT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FGM	0	38,0000	1	
55	Lâmina de bisturi nº12 cx c/ 100 (1651)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	21,0000	1	
56	Lamina de bisturi n.º 15 cx c/ 100 (4639)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	21,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 6/11

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	LIMA DE ENDODONTIA SÉRIE ESPECIAL 10 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1326)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KENDO	0	33.0000	1
58	LIMA DE ENDODONTIA LIMA 1ª SÉRIE 15-40 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1327)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KENDO	0	33.0000	1
59	Lima de endodontia lima 2ª série flexo file (cx c/6) (1783)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KENDO	0	33.0000	1
60	MASCARA DE PROTEÇÃO TRIPLA CAMADA (CX C/ 50 UND) (594)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	OLIMED	0	7.5000	1
63	MICROBRUSH (PINCÊIS APLICADORES DE SISTEMA ADESIVO) CX C/ 100 UNID. (1221)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KG	0	9.5000	1
64	Moldeira de cera descartável com 100 unid, sortidas tamanhos (P E G), material flexível espuma de poliuretano. (2639)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	39.2000	1
65	Obturador provisório com flúor, pt com 25 gr (1796)	PT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	9.0000	1
66	óculos de proteção acrílico (4640)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DANNY	0	4.5000	1
67	Papel para articulação 20x100mm (papel carbono) bloco (1658)	BL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	3.9000	1
68	Pasta profilática com flúor para profilaxia dental, uso profissional, peso líquido 90gr, contendo em sua composição água, espessante, lauril sulfato, carbonato de cálcio, pedra póme e sabor menta. (1654)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VIGODENTE	0	9.6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 7/11

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
69	Pinça clínica para algodão de 15 cm. Ponta delicada e precisa em aço inox. (2641)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LM	0	6.6900
70	PLACA DE VIDRO COM ESPESSURA DE 2 CM (1243)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	9.5000
71	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de laça. (1798)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TDV	0	41.0000
72	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de disco. (1797)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TDV	0	41.0000
73	Resina composta micro híbrida fotopolimerizável radiopaca, composta por partículas de vidro de báro, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrômetros - seringa de 4 gr cor OA3,5. (2638)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KULZER	0	63.2000
74	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL Z 100 COR A3.5 (CARGA INORGANICA ÚNICA DE 100% DE ZIRCÔNIA/SILICA, COMPOSIÇÃO MATRIZ ORGÂNICA: BIS-GMA E TEGDMA, MATRIZ INORGÂNICA: ZIRCÔNIA/SILICA (71%VOLUME) SERINGA DE 4G. (1236)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	63.2000
75	Resina composta micro híbrida fotopolimerizável radiopaca, composta por partículas de vidro de báro, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrômetros - seringa de 4 gr cor OA3 (2637)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KULZER	0	62.0000
76	RESINA COMPOSTA COR A2 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SILICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1305)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	61.0000
77	RESINA COMPOSTA COR A3 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SILICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1308)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	61.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 8/11

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
78	RESINA COMPOSTA COR A1 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICRÔMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1306)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	61,0000	1	
79	Resina fotopolimerizável cor A1, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida , radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1664)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	66,5000	1	
80	Resina fotopolimerizável cor A2, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida , radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1665)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	66,5000	1	
81	Resina fotopolimerizável cor A3, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida , radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1666)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	66,5000	1	
82	Resina fotopolimerizável cor A3.5, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida , radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1667)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	66,5000	1	
83	Revelador de placa bacteriana. Frasco c/500ml (1668)	FR	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	17,0000	1	
84	ROLETES DE ALGODÃO C/100 UNIDADES (1320)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSPLUS	0	2,1000	1	
85	Sistema Adesivo monocomponentes primer e adesivo em um só frasco. 08 gramas (1670)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FGM	0	125,0000	1	
88	Sonda exploradora dupla nº 05 (1799)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LM	0	4,7000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 9/11

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 26/03/2015 Válido até: 26/03/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
89	Sugador plástico descartável pct c/40und (1669)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSPLUS	0	4.1500	1		
90	Tricresol formalina liquido frasco c/ 10 ml (curativo para endodontia) (1676)	FRS	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	5.5000	1		
91	Tiras de lixa de aço 4mm c/ 12 unidades (1674)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	6.5000	1		
92	Tiras de lixa de aço 6mm c/ 12 unidades (1675)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	6.5000	1		
93	TIRAS DE POLIESTAR (PCT C/100 UND) (698)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	4.0000	1		
94	Tiras de poliéster para polimento e acabamento cx c/ 150 unidades (abrasivo a base de óxido de alumínio e costato de poliéster), tamanho das tiras 4mm de largura e 17" mm de comprimento, granulação média (cinza) e fina (branca). Cada tira tem um centro neuro (sem abrasivo) para introdução nas superfícies interproximais dos dentes. (1673)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	7.8000	1		
95	Tubetes de cloridrato de mepivacaína com espietina com vaso constritor 1:100.000 (tubetes de vidro). Medvacina 2% c/ vaso tubete cx c/50 (1655)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DFL	0	78.9900	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 10/11

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Verniz de fluoreto de sódio 5%, frasco de 10 ml (1802)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	22.3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 11/11

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015
PROCESSO Nº 3/2015

(6156) - PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA.

Braço do Trombudo, 26 de Março de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4 2014PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Micro ônibus com 27 lugares (13092)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.2400	1
2	Ônibus com 47 lugares (13093)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.5400	1
3	Micro ônibus com 27 lugares Executivo, poltronas Soft, as condicionado, frigobar e DVD (13094)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.5900	1
4	Ônibus com 47 lugares Executivo, poltronas convencionais, DVD e Banheiro (13095)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.8900	1
5	Ônibus executivo, calefação, banheiro, som, DVD, capacidade 42 lugares (13098)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.1900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Micro ônibus, ar condicionado, som, DVD, frigobar, capacidade 27 lugares (13099)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2.9200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014
PROCESSO Nº 8/2014

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 24 de Março de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4 2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus novos para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 225/70 R 15 (2413)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	BRIDGESTON	0	393,0000	1
2	PNEU 175/70R14 88T (1065)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	FIRESTONE	0	241,0000	1
3	Pneu 175/65 R 14 82 T (2649)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	FIRESTONE	0	212,0000	1
4	Pneu 205/75 R 16 C. (3270)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	BRIDGESTON	0	421,0000	1
5	Pneu 165/70 R 13 79T (4641)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	FIRESTONE	0	149,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus novos para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Pneu 185/65 R 14 86T (4642)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	FIRESTONE	0	217.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 26/03/2015		Válido até: 26/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus novos para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015
PROCESSO Nº 4/2015

(6325) - MODELO PNEUS LTDA

Braço do Trombudo, 26 de Março de 2015.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 007/2015 HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 007/2015

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 007/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 007/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 26 de março de 2015, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 007/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 26 de março de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 006/2015 RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 006/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de MONITOR, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	007	EDIONAINE FATIMA B. DOS SANTO PAZIO	6,25
002	013	JANETE MOLLERI CAVILHA	6,00
003	019	MANOELA MERIZIO	6,00
004	023	PATRICIA PEREIRA	6,00
005	011	GLEICIANE PEREIRA DOS SANTOS CAVALHEIRO	5,75
006	006	DUANE BERTOLINI	5,50
007	028	WALLISON PEREIRA DOS SANTOS	5,50
008	008	EDIVANA APARECIDA CARVALHO MOURA	5,25
009	002	CAMILA BENVENUTI	5,00
010	018	LUIZ GUSTAVO NUNES DO AMARAL	5,00
-	025	SAMARA DE JESUS SILVA	4,75
-	003	CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES	4,50
-	016	LUCIA APARECIDA COGNACO	4,50
-	024	RAQUEL DA ROSA	4,50
-	021	NATIELI FATIMA DA COSTA	4,25
-	009	FRANCIELE PAULO CARVALHO	4,00
-	001	ANA AMABILE ALMEIDA KLANN	3,75
-	027	VALQUIRIAINDIA SOUZA DE MOURA	3,50
-	004	DANIELA BONFIM	3,25
-	022	NEUZA DE FATIMA DE SOUZA STEFAINSKI	3,00
-	005	DANIELE PRISCILA DE MEIRA SANTOS	2,50
-	012	JACQUELINE DE S. CONCEIÇÃO	2,50
-	010	GABRIELLY FERRANTE MARTINS	----
-	014	LARISSA BRUNIELLI TEIXEIRA RAIOL BRITO	----

-	015	LARISSA HASCKEL FRANCO	----
-	017	LUCIANA GOMES	----
-	020	MORGANA VITORINO MELATO COMPER	----
-	026	THAINA COSME	----
-	029	PAMELA MAIHGUEL LOTERIO SORER	----
-	030	WILLIAN SILVA DA SILVA	----

Brusque, 26 de março de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 013/2015 PROCESSO SELETIVO

Processo Seletivo - Edital nº 013/2015

O Secretário Municipal de Orçamento de Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de AGENTE DE OBRAS e AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, em caráter temporário a fim de atender a necessidade de excepcional interesse público, para atuação no Município de Brusque, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.

1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público.

1.4- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá, exclusivamente, de prova prática de caráter eliminatório e classificatório.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

Cargo	Requisitos
Agente de obras	Ter o ensino fundamental incompleto, e outros documentos constantes nesse edital.
Agente de Serviços Especiais	Ter o ensino fundamental incompleto, e outros documentos constantes nesse edital.

3- DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

3.1 A documentação deverá ser entregue no ato da validação que será no período de 26 de março de 2015 a 07 de abril de 2015, na Secretaria Municipal de Obras Públicas. O candidato deverá apresentar duas cópias e o original dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- Folhas da identificação da CTPS;
- PIS;
- CPF;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Comprovação relativa a quitação militar;
- Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- Comprovação relativa a habilitação exigida no edital;
- Certidão de tempo de serviço ou declaração, expresso em anos e meses.

4- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão realizadas junto à Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizado na rua Ivandro Bruns, 411 - Nova Brasília, Brusque - SC, no período de 26 de março de 2015 a 07 de abril de 2015, das 08:00 as 11:30 horas, e das 13:30 as 17:00 horas.

4.2 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

4.3 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Cargos de Agente de Obras e de Agente de serviços especiais

5.1.1- Ter o ensino fundamental incompleto, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar ou, no caso de candidato formado, pelo certificado de conclusão de curso;

5.1.2- A nacionalidade brasileira ou equiparada;

5.1.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

5.1.4- Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

5.1.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

5.1.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

5.1.7- Ter sido aprovado na prova prática do processo seletivo;

5.1.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal.

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	Requisitos	REMUNERAÇÃO
Agente de Obras	7 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1.704,65
Agente de serviços especiais	30 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1.065,40

*CADASTRO DE RESERVA

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

7.1 - Agente de Obras

7.2.1 - Atribuições:

- Realizar a manutenção preventiva e corretiva de edifícios, prédios, calçadas, pontes e outras estruturas, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, bem como utilizando instrumentos e ferramentas pertinentes ao ofício.
- Preparar o material de pintura, misturando tintas, pigmentos, óleos e outros, para obter a cor e quantidade desejada.
- Realizar levantamento das necessidades de materiais, ferramentas entre outros, sempre que solicitado.
- Pintar paredes, tetos, assoalhos, árvores, muros, ruas, pontes, palcos, palanques, móveis, entre outros, observando as medidas, a posição e o estado da superfície a ser pintada.
- Executar trabalhos gerais de carpintaria, cortando, armando, instalando, pregando, colando, encaixando, montando, reformando peças ou conjuntos de madeira para edificações, veículos, mobiliário, cenários, entre outros, bem como para manutenção e/ou reformas.
- Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.
- Pavimentar e calçar solos de estradas, ruas e obras similares, alinhando, demarcando, preparando o solo, assentando o material, escavando, nivelando-os e demais procedimentos, conforme a necessidade, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos.
- Demolir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas.
- Preparar canteiros de obras, limpando a área e compactando solos.
- Efetuar manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos.
- Operacionalizar projetos de instalações de tubulações, válvulas, bombas, ligações de água, corte e religação, adequação do sistema, estudando projetos, definindo traçados das tubulações, identificando pressão do fluido, dimensionando tubulações, identificando e quantificando materiais.
- Pré-montar e instalar tubulações, cortando e alinhando tubos conforme ângulo específico, assentando e vedando tubulações e instalando acessórios e equipamentos.
- Carregar e descarregar veículos.
- Executar tarefas de ordem geral e específica, sob orientação.
- Realizar outras atribuições compatíveis as acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

7.2.2- Agente de Serviços Especiais:

- Realizar atividades pertinentes ao cultivo de flores e plantas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, limpando o local, aplicando inseticidas, bem como realizando podas e aparando-as em épocas preestabelecidas pelos superiores, de modo a conservar e embelezar canteiros, parques, jardins, entre outros.
- Promover a execução, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água.
- Auxiliar trabalhos de construção, manutenção, reparação, conserto e adequação em alvenaria, concreto, carpintaria, pintura, entre outros,

utilizando instrumentos diversos.

- Integrar a equipe de trabalho nos setores de obras e serviços públicos, como os de viação, manutenção de estradas, ruas, entre outros, bem como auxiliando em caminhão-pipa.
- Auxiliar no serviço de levantamentos, medições - topográficos e agrimensor - montando e/ou segurando equipamentos e/ou instrumentos utilizados, a fim de otimizar o serviço de alinhamento.
- Auxiliar nos serviços de encanação, mecânica, eletricidade, entre outros, atuando como suporte para o profissional habilitado sempre que necessário ou conforme solicitação do superior imediato.
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato

8- DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

8.1 Cargo Agente de serviços especiais

8.1.1- Estará classificado o candidato que comprovar, no mínimo, 02 (dois) meses de tempo de serviço no cargo para o qual se inscreveu, comprovando o tempo de trabalho por meio de declaração ou certidão de tempo de serviço (em papel timbrado) devidamente assinada pelo responsável pela emissão do documento (considerado até 28/02/2015); ou cópia dos contratos registrados na CTPS.

8.1.2- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. Pontos
01 (um) mês completo no cargo ou trabalho em atividade correlacionada ao cargo	01 ponto

8.1.3- Será automaticamente desclassificado do certame o candidato que obteve rescisão de contrato de trabalho por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque.

8.2- Cargo Agente de Obras

8.2.1 Estará classificado o candidato que comprovar no mínimo de 6 (seis) meses de tempo de serviço no cargo para o qual se inscreveu, cuja comprovação de tempo de serviço dar-se-á por meio do registro constante na Carteira de Trabalho - CTPS, ou por meio de declaração ou certidão de tempo de serviço (em papel timbrado) assinada pelo responsável pela emissão do documento (considerado até 28/02/15) e atingir a nota mínima 5 na prova prática.

8.2.2- Os candidatos serão submetidos a prova prática que tem por objetivo avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes o cargo.

8.2.3- A prova prática com caráter classificatório e eliminatório, do processo seletivo para o cargo de agente de obras, devendo a ela submeterem-se todos os candidatos inscritos para esse cargo, a qual consistirá na realização de tarefas inerentes à natureza do cargo, observando-se os critérios seguintes:

- Alinhamento e levantamento de paredes de tijolos;
- Reboco e calfinamento de paredes;
- Levantar e carregar um saco de cimento (50 kg) na distância de 50 metros. Tempo máximo 2 minutos, tempo médio 1 minuto e 30 segundos;
- Escavar com picareta e enxada uma vala em terra (largura de 20 cm, profundidade de 50 cm e comprimento de 150 cm). Tempo máximo 20 minutos e médio de 15 minutos);
- Executar um traço de concreto (cimento, areia e brita). Usando balde, pá, colher de pedreiro e enxada. Após dosagem e mistura da massa a mesma deverá ser transportada em carrinho de mão até o local indicado para conclusão da prova pelo fiscal. Tempo máximo 20 minutos, tempo médio 15 minutos para execução da tarefa;
- Conhecimentos gerais de uso e manuseio de instrumentos de trabalho, para o exercício pleno da função.

8.2.4- Os candidatos do cargo agente de obras, serão submetidos à prova prática nos dias 10 de abril de 2015, devendo apresentar-se na secretaria de obras, as 7:00hrs.

8.2.5- Será atribuída nota zero na prova prática, ao candidato que, por qualquer razão, chegar com atraso, não comparecer ou comparecer em local e horário diverso ao publicado neste edital.

8.2.6- Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no endereço eletrônico do processo seletivo e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível;

8.2.7- Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados neste edital item 8.2.3:

- Munidos de documento de identificação, sem o qual não poderão ingressar no local;
- Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

8.2.8- Os candidatos declaram, ao inscrever-se, gozar de perfeita saúde e estarem aptos para realizar as tarefas que lhe forem determinadas.

8.2.9- Durante a realização da prova prática é proibido fumar ou ingerir qualquer medicamento ou alimento e usar equipamento de som de qualquer natureza.

8.2.10- O candidato poderá trazer e beber água acondicionada em garrafa de material plástico.

8.2.11- Durante a realização da Prova Prática serão avaliados os seguintes quesitos:

- Postura corporal durante execução da tarefa;
- Disciplina, persistência e capacidade de concentração;
- Qualidade da execução da tarefa;

d) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo que se inscreveu.

8.2.12- A avaliação da Prova Prática será feita por dois avaliadores, designados pela PREFEITURA. Os avaliadores preencherão, para cada candidato, uma ficha de avaliação, atribuindo notas de 0 a 10 para cada um dos quesitos descritos no item anterior. A nota da prova prática será obtida mediante a média aritmética das notas obtidas nos quesitos.

8.2.13- Será desclassificado o candidato que não obtiver nota igual ou inferior a 5,00 (cinco) na Prova Prática.

8.2.14- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, levando-se em conta, prova prática e o tempo de serviço, até o limite mínimo especificado no item 8.2.1, ou seja, o somatório do tempo de serviço e o resultado da prova prática (média aritmética), caso haja vaga disponível; observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. pontos
De 06 meses a 03 anos	05 pontos
De 03 anos e 01 dia até 04 anos	06 pontos
De 04 anos e 01 dia até 05 anos	07 pontos
De 05 anos e 01 dia até 06 anos	08 pontos
De 06 anos e 01 dia até 07 anos	09 pontos
De 07 anos e 01 dia até 08 anos	10 pontos
De 08 anos e 01 dia até 09 anos	11 pontos
De 09 anos e 01 dia até 10 anos	12 pontos
De 10 anos e 01 dia até 11 anos	13 pontos
De 11 anos e 01 dia até 12 anos	14 pontos
Acima de 12 anos	15 pontos

8.2.15- Estará classificado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver na Prova prática 05 (cinco) pontos do total geral da nota;

8.2.16- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova prática, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

8.2.17- No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;

8.2.18- Não haverá segunda chamada para a prova objetiva em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

9- DATA, HORA E LOCAL DA PROVA PARA O CARGO AGENTE DE OBRAS

8.1- A prova prática para o cargo de agente de obras realizar-se-á no dia 09 de abril de 2015, iniciando às 07h00min, nas dependências da Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizado na rua Ivandro Bruns, 411 - Nova Brasília, Brusque - SC.

10- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.2 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Candidato mais idoso;
- b) Maior tempo de serviço;
- c) Candidato com maior número de filhos menores de 18 anos;
- d) Candidato casado ou sob regime de união estável;

11- DO RESULTADO

11.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 13 de abril de 2015, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

14- DOS RECURSOS

14.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente

fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados no setor de recursos humanos, na prefeitura de Brusque, das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

14.2- A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 15 de abril de 2015.

15- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

15.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Obras na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

- 1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando);
- 2- endereço do servidor;
- 3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei;
- 4- regime jurídico;
- 5- informações pessoais: nome, sexo, cpf, nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver;
- 6- laudo de inspeção de saúde;
- 7- comprovação de nacionalidade;
- 8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos;
- 9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais;
- 10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- 11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horaria do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento;
- 12- comprovação de idade mínima;
- 13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital;
- 14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- 15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho;
- 16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público,
- 17- termo de posse;
- 18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão;
- 19- declaração de bens;
- 20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo.

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

16.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

16.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

16.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

16.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

16.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

16.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

16.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

16.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 26 de março de 2015.

Diego Fagundes
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Anexo I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro (a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja

inacumulável com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque/SC, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do candidato

Anexo II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

Anexo III

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:																			
Casa, apartamento ou terreno																			
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual																
Veículo																			
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual															
Outros																			

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

Anexo IV

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Data de nascimento _____

Endereço: _____ nº _____

Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

Estado Civil: _____

Grau de Escolaridade _____

RegistronoÓrgãodeClassenº _____

(RG) _____ CPF _____

Ass. do candidato Ass. Fiscal

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Brusque (SC) ____/____/____

Ass. Fiscal

OBS: Para realização da prova é obrigatório a apresentação do
'Protocolo de Inscrição e Carteira de Identidade.**CONTRATO N. 02/2015 – SMS/FMS**

Contrato n. 02/2015 - SMS/FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM BRUSQUE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX.

Aos 16 dias do mês de março, do ano de dois mil e quinze, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o número 83.102.343/0001-94, por sua Secretaria Municipal de Saúde, e esta por sua vez, representada neste ato, pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, doravante designado CONTRATANTE; e de outro lado, HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Azambuja, n. 1089, bairro Azambuja, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.986.985/0001-30, neste ato representado por seu diretor administrativo, Sr. Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE, portador do RG número 4/C.193.688 SSP/SC e inscrito no CPF sob o número 093.550.819-87, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o disposto na Lei 8.080/90 e demais legislações pertinentes, celebram o presente CONTRATO

de Prestação de Serviços para o Sistema Único de Saúde em Brusque, nos termos que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto estabelecer as bases da relação entre as partes, integrar o CONTRATADO ao Sistema Único de Saúde (SUS) e definir sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde, limitado aos serviços inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) da unidade contratada, a serem prestados aos usuários do SUS que deles necessitem, sendo contratados os serviços:

1.1. Internações em clínica médica, pediátrica, obstétrica e cirúrgica, procedimentos relacionados à urgência e emergência / boletim de atendimento de urgência (BAU), serviço de auxílio ao diagnóstico e terapia (SADT), procedimentos de atenção especializada, consultas médicas, SADT ambulatorial, atendimento especializado em ortopedia, plantão e sobreaviso, cirurgias eletivas e serviço de verificação de óbito (SVO), com emissão da declaração de óbito, para os casos de morte em domicílio, sem assistência médica. Estes procedimentos encontram-se discriminados no Plano Operativo previamente definido entre as partes (Anexo I), na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) e no de CNES que integram este contrato, para todos os efeitos legais, devendo estar à disposição na Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DPRCAA) da CONTRATANTE.

1.2. Referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Regionalização da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (PDR) e serão ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

1.3. Os serviços serão executados pelo CONTRATADO aos usuários do SUS, no Município de Brusque, dentro dos limites quantitativos de acordo com o pactuado entre as partes, conforme discriminação do Plano Operativo (Anexo I).

1.4. O incentivo financeiro constante no Plano de Ação referente aos recursos da Portaria GM/MS n. 1.634/2013, havendo potencial de crescimento com ofertas e serviços de saúde pactuados para a região, poderão ser objeto de termo aditivo ou apostilamento do presente contrato, nele constando a quantificação de procedimentos e valores.

1.5. O presente instrumento também tem como objetivo:

1.5.1. Adesão ao programa para recebimento do recurso financeiro previsto na Portaria GM/MS n. 2.035 de 17 de setembro de 2013, que estabelece novas regras para cálculo do Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC), no âmbito do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos e do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino, no âmbito do SUS, correspondente a 50% (por cento) do valor do instrumento de Média e Alta Complexidade (MAC), excluindo os valores repassados com recurso próprio e pagos por meio do fundo de ação estratégica (FAEC), bem como a incorporação da Portaria n. 1.858, de 04 de setembro de 2014, que deduz recursos estabelecidos pelas Portarias n. 3.166/GM/MS, de 20 de dezembro de 2013, n. 807/GM/MS, de 08 de maio de 2014 e n. 175/GM/MS, de 29 de janeiro de 2014.

1.5.2. Adesão à Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação do bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, previsto na Portaria GM/MS n. 2.941 de 04 de dezembro de 2013.

1.5.3. Adesão ao programa de recebimento do recurso financeiro previsto na Portaria n.1.781, de 26 de agosto de 2013, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Santa Catarina e Municípios e aloca recursos financeiros para sua implementação no Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

1.5.4. Adesão ao programa de recebimento do recurso financeiro

previsto na Portaria SES n. 543, de 22 de agosto de 2008, que aprova a diretrizes operacionais do Incentivo Hospitalar.

1.5.5. Adesão ao programa de recebimento do recurso financeiro previsto na Portaria GM/MS n. 237, de 14 de fevereiro de 2014, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporada ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, em conformidade com o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme forma de pagamento descrito na referida Portaria.

1.5.6. Adesão ao programa de recebimento do recurso financeiro previsto na Portaria GM/MS n. 2.036, de 27 de outubro de 2014, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado e Município de Santa Catarina - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, referente à inserção de leitos de enfermagem clínica de retaguarda no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), previstos nas etapas I e IV dos Planos de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, conforme forma de pagamento descrito no artigo 3º da citada Portaria Ministerial.

1.5.7. Adesão ao programa de recebimento do recurso financeiro previsto na Portaria GM/MS n. 12, de 07 de janeiro de 2015, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, complementando a Portaria n. 1.492/SAS/MS, de 29 de dezembro de 2014, que habilita serviços hospitalares de referência a realizar procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

2. Na execução do presente contrato, as partes Contratantes deverão observar as seguintes condições gerais:

- 2.1. o acesso ao SUS se faz preferencialmente pelas unidades básicas de saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência;
- 2.2. o encaminhamento e atendimento do usuário dar-se-á, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência;
- 2.3. da gratuidade das ações e dos serviços de saúde prestados aos usuários, executados no âmbito deste contrato;
- 2.4. a prescrição de medicamentos na alta do usuário deve observar a Política Nacional de Medicamentos e o Plano de Assistência Farmacêutica Municipal, excetuadas as situações aprovadas pela Comissão de Assistência Farmacêutica do Município;
- 2.5. realizar atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS, em consonância com as Portarias Ministeriais;
- 2.6. observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pela Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DPRCAA) da Secretaria Municipal de Saúde em consonância com o Ministério da Saúde;
- 2.7. o estabelecimento de metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes deste contrato;
- 2.8. o CONTRATADO colocará à disposição do SUS, sua capacidade operacional instalada, necessária para o atendimento do volume assistencial definido no Plano Operativo Anual, de acordo com o Anexo I deste contrato;
- 2.9. é vedada a utilização da capacidade instalada do CONTRATADO para privilégios de atendimentos particulares, em detrimento dos pactuados no Plano Operativo constante do Anexo I;
- 2.10. a garantia da contraprestação integral pelos serviços prestados, de acordo com os serviços e procedimentos inscritos no CNES do CONTRATADO, prestados desde que atendidas as normas do SUS;
- 2.11. a fiscalização do presente contrato será realizada por meio

de comissão de acompanhamento, que será formada pela CONTRATADA, composta por dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), um representante do CONTRATADO, e um representante do COMUSA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS COMUNS

3. São encargos comuns das partes signatárias deste contrato:

- 3.1. contribuir para a elaboração e implementação de protocolos de atendimento e de encaminhamento para as ações de saúde;
- 3.2. anualmente, aprovar o Plano Operativo Anual, independente de novo contrato, e contribuir para o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas;
- 3.3. o Plano Operativo Anual, excepcionalmente, poderá ser modificado, desde que devidamente justificado e anuído pelas partes Contratantes, em documento formalmente registrado;
- 3.4. zelar pelo adequado funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Contrato, por meio da indicação de seus representantes e do fornecimento de informações requisitadas nos prazos estabelecidos;
- 3.5. realizar educação continuada de recursos humanos, com auxílio à qualificação de profissionais, no âmbito da unidade hospitalar contratada.

CLÁUSULA QUARTA- DOS ENCARGOS ESPECÍFICOS DAS PARTES

4. São encargos dos contraentes:

4.1. DO CONTRATADO

- a) buscar atingir todas as metas e condições específicas do Plano Operativo, parte integrante deste contrato, e nos Anexos II da Portaria GM/MS n.635, de 10 de novembro de 2005 e Portaria GM/MS n. 3.123, de 07 de dezembro de 2006;
- b) manter no mínimo 60% (sessenta por cento) em internações hospitalares realizadas em relação ao objeto contratado, medida por paciente-dia ou serviços ambulatoriais disponíveis aos usuários do SUS;
- c) manter afixado, em local visível aos seus usuários, aviso de sua condição de estabelecimento integrante da rede do SUS e da gratuidade aos usuários do SUS dos serviços prestados nessa condição;
- d) aplicar os recursos financeiros provenientes deste contrato integralmente no Hospital;
- e) contribuir para a investigação de eventuais denúncias de cobrança indevida feita ao usuário ou seu representante, por qualquer atividade prestada pelo Hospital, em razão da execução do objeto do presente contrato;
- f) integrar-se aos sistemas de regulação do Município, assim como todos os sistemas de informação existentes do Ministério da Saúde, bem como os que forem criados de acordo com suas necessidades;
- g) entregar a produção ambulatorial e relatório de produção (fatura) na DPRCAA da SMS, até o 10º dia de cada mês, referente a produção do mês anterior, sendo que no referido relatório deverá constar: nome do usuário, município de residência, data de realização do procedimento, código e descrição do procedimento executado e valor do procedimento;
- h) apresentar as produções no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), Sistema de Regulação, Controle e Avaliação (SISRCA), e no Sistema de Informações Hospitalares (SIH), ao CONTRATANTE, até o 10º dia do mês subsequente a realização dos procedimentos, por meio magnético, a ser enviado para o e-mail: faturamento@smsbrusque.sc.gov.br;
- i) apresentar, trimestralmente, à Comissão de Acompanhamento do Contrato, até o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre, relatório discriminativo contendo despesas e receitas, referente aos serviços efetivamente realizados, constantes exclusivamente no presente contrato;

j) apresentar, trimestralmente, à Comissão de Acompanhamento do Contrato, até o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre, relatórios de atividades mensais, que demonstrem as metas quantitativas e qualitativas, constantes no presente contrato;

k) manter atualizadas as informações no CNES;

l) entregar, sempre que solicitado, por escrito, conforme determinação contida no art. 8º, inc. IV da Portaria n. 1.034/2010, ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento de histórico do atendimento prestado ou resumo da alta, onde conste, também, a inscrição "esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais";

m) responsabilizar-se pela utilização do pessoal de apoio, tais como enfermagem, administração, limpeza, etc., necessário à execução dos serviços previstos no presente contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE;

n) manter em dia os encargos trabalhistas, fiscais, sociais e previdenciários de seus trabalhadores e prestadores de serviços;

o) garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;

p) cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

q) manter sempre atualizado o prontuário médico dos usuários e o arquivo médico;

r) não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o usuário para fins de experimentação;

s) atender o usuário com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação/execução dos serviços;

t) justificar ao usuário ou seu representante sempre que solicitado, por escrito, as razões técnicas alegadas, quando da decisão de não realização de qualquer procedimento previsto neste contrato;

u) notificar a SMS no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, por escrito, informando as razões, quando da impossibilidade técnico/administrativa da não realização de qualquer procedimento previsto neste contrato, sob pena de bloqueio dos repasses financeiros referidos na Cláusula Sexta do presente;

v) notificar a SMS de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário ou estatutário, e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando à DPRCAA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

w) notificar, imediatamente, o serviço de Vigilância Epidemiológica do Município, as doenças de notificação compulsória atendidas nos espaços da Instituição contratada;

x) manter atualizado o documento de indicação do responsável técnico, devendo os profissionais que possuírem nível superior de ensino apresentar certificado de habilitação e regularidade, reconhecido pelo conselho regional de classe;

y) responsabilizar-se pela aquisição de todos os insumos necessários para a perfeita prestação/execução dos procedimentos incluídos no presente contrato; e

z) a execução dos procedimentos provenientes do presente contrato, serão realizados somente mediante regulação/autorização emitida pelo CONTRATANTE, independente do Município de procedência do usuário.

4.2. DA CONTRATANTE

a) transferir os recursos previstos neste contrato ao CONTRATADO, conforme Cláusula Sexta;

b) regular, controlar, avaliar e auditar as ações e os serviços dispostos neste contrato conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

c) estabelecer fluxos e mecanismos de encaminhamento da demanda, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG); e

d) analisar os relatórios elaborados pelo CONTRATADO, comparando as metas do Plano Operativo com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO OPERATIVO ANUAL

5. O Plano Operativo Anual, parte integrante deste contrato e condição de sua eficácia, elaborado em conjunto entre SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e HOSPITAL, ora CONTRATADO, deverá conter:

- 5.1. todas as ações e serviços objeto deste contrato;
- 5.2. a estrutura tecnológica e a capacidade instalada do CONTRATADO descritas no CNES;
- 5.3. definição de metas físicas das internações hospitalares, atendimentos ambulatoriais, atendimentos de urgência e emergência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, com os seus quantitativos;
- 5.4. definição de metas de qualidade;
- 5.5. tabela de percentuais referentes aos valores que serão repassados de acordo com a Cláusula Sétima deste contrato;
- 5.6. metas referentes as atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar, em especial:
 - a) ao Sistema de Planilha de Custos dos serviços, objeto deste contrato;
 - b) à prática de atenção humanizada aos usuários, de acordo com os critérios definidos pela Política de Humanização do SUS;
 - c) incremento de ações de garantia de acesso, mediante o complexo regulador de atenção à saúde, respeitado os serviços e limites pactuados neste contrato;
 - d) funcionamento adequado dos comitês de avaliação de mortalidade por grupo de risco (comissão de óbito).

Parágrafo Único. Os serviços do Plano Operativo estão referidos a uma base territorial populacional, conforme PDR e o Plano Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS PÓS-FIXADOS

6. O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o teto com valor estimado mensal de R\$ 1.799.303,77 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil, trezentos e três reais e setenta e sete centavos) relativo a prestação dos serviços descritos no objeto do presente contrato, relacionados no Plano Operativo do Anexo I deste contrato, sendo R\$ 1.250.885,77 (um milhão, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) referentes a recursos federais de média e alta complexidade (MAC) e R\$ 548.418,00 (quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e dezoito reais) referentes a recursos próprio do Município, variável de acordo com a produção efetivamente executada e apresentada pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

7. O pagamento dos recursos financeiros referentes a Cláusula Sexta dar-se-ão da seguinte forma:

- 7.1. o pagamento dos valores referentes a este contrato, dependerá da avaliação da comissão de acompanhamento do instrumento contratual, que repassará via relatório, o alcance e cumprimento das metas qualitativas e quantitativas existentes neste contrato;
 - a) a Comissão de Acompanhamento do Contrato reunir-se-á trimestralmente, após o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre, para avaliação dos relatórios emitidos pelo CONTRATADO,
 - b) havendo distorções do objeto contratado, ou o não alcance das metas estabelecidas, a SMS fará o desconto dos valores referentes ao incentivo financeiro da meta não alcançada, no mês subsequente.

7.2. o pagamento dar-se-á até o limite do teto, de acordo com a produção devidamente comprovada, conforme Cláusula Quarta deste contrato, dentro dos cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde/DATASUS e Secretaria Municipal de Saúde,

valorada pela tabela unificada do SUS;

7.3. o pagamento do incentivo financeiro do plantão e sobreaviso será efetuado mediante apresentação de relatório mensal de realização do plantão e sobreaviso, bem como, disponibilização da escala para o mês subsequente;

7.4. a CONTRATANTE se compromete a acusar o recebimento e confirmar ou não a visualização dos arquivos eletrônicos, referentes a produção por parte do CONTRATADO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encaminhamento deste pelo CONTRATADO;

7.5. o pagamento do faturamento mensal será efetuado pela CONTRATANTE ao CONTRATADO até o 15º dia útil após o processamento e aprovação nos sistemas de informações do Ministério da Saúde;

7.6. o CONTRATADO se obriga a fazer o repasse aos terceiros em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o repasse do Fundo Municipal de Saúde ao CONTRATADO;

7.7. o CONTRATADO se obriga até o vencimento da próxima parcela a prestar contas com o Fundo Municipal de Saúde dos valores adicionais repassados para ter a garantia do próximo repasse;

7.8. o valor total anual estimado do presente contrato refere a importância de R\$ 21.591.645,24 (vinte e um milhões, quinhentos e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos);

7.9. o CONTRATANTE poderá fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), nos valores limites deste contrato, durante o prazo de sua vigência mediante termo aditivo, restringindo-se de acordo com a capacidade operacional do CONTRATADO e as necessidades da SMS/FMS:

a) nenhum limite ou supressão poderá exceder ao limite acima descrito, salvo aquele resultante de composição escrita entre CONTRATANTE e CONTRATADO conforme implantação das Redes de Assistência à Saúde (RAS) com suas redes temáticas e linhas de cuidados prioritárias.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8. Os serviços referidos na Cláusula Primeira deste Contrato serão prestados/executados na entidade contratada;

Parágrafo 1º. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercidos pela SMS/FMS sobre a prestação/execução do objeto deste contrato, os Contratantes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO fica exonerado da responsabilidade pelo não atendimento do usuário amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias, no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

9. O presente contrato possui vigência a partir de 16 de março de 2015 até 01 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

10. O CONTRATADO será responsável pelo pagamento de indenização de dano causado ao usuário e aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculado, decorrente de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao CONTRATADO o direito de regresso.

Parágrafo 1º. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato, pelos órgãos competentes do SUS, não exclui e nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da

legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo 2º. A responsabilidade de que trata esta Cláusula, estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. As despesas dos serviços executados por força deste contrato, correrão, no presente exercício (2014/2015), à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) GRUPO I - VALORES PÓS-FIXADOS

DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/16.500 (MAC)

DOTAÇÃO: 2501.2224.33903950/16.616 (VIGILÂNCIA EM SAÚDE)

DOTAÇÃO: 2501.2224.33903950/36.616 (VIGILÂNCIA EM SAÚDE)

b)GRUPO II - VALORES PÓS-FIXADOS

DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/10.200 (RECURSO PRÓPRIO)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE DO PREÇO

12. O valor estipulado na Cláusula Sexta será reajustado na mesma proporção dos índices e época dos reajustes concedidos na Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde (SIGTAP), garantindo o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.080/90, e das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo 1º. Os valores próprios repassados serão reajustados de acordo com o índice FIPE Saúde, anualmente, podendo ser reajustado na competência do mês de fevereiro.

Parágrafo 2º. De comum acordo, a partir da assinatura do presente contrato, o CONTRATANTE acrescerá o valor/hora do pagamento do plantão e sobreaviso com recurso próprio, correspondente ao reajuste previsto na Cláusula Décima Segunda do Contrato n. 02/2014-SMS/FMS, referente ao ano de 2015, conferindo às partes plena, irrevogável e irretratável quitação quanto ao reajuste deste período, nada mais tendo as partes a reclamar ou postular nas vias administrativas e judiciais.

Parágrafo 3º. Os reajustes independem de termo aditivo, sendo necessário anotar no processo administrativo da SMS/FMS, a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA E ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

13. A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários à regulação, controle, avaliação e auditoria dos serviços prestados.

13.1. qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operacional do CONTRATADO, poderá ensejar a não prorrogação/renovação deste contrato ou revisão das condições estipuladas;

13.2. a fiscalização exercida pela CONTRATANTE, sobre a execução dos serviços ora contratados, não eximirá o CONTRATADO de sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com o usuário e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução deste contrato;

13.3. o CONTRATADO facilitará à CONTRATANTE, o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal finalidade;

13.4. o CONTRATADO disponibilizará ao CONTRATANTE, a agenda diária e horários pré estabelecidos, no qual serão executados os serviços objeto do presente contrato, para a efetiva organização

do fluxo e para atendimento das necessidades dos usuários do SUS;

13.5. o CONTRATADO deverá guardar os documentos que comprovem a realização dos procedimentos por período não inferior a 05 (cinco) anos conforme as normas do Ministério da Saúde e Departamento Nacional de Auditoria em Saúde;

13.6. em qualquer hipótese, é assegurado ao CONTRATADO, amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações;

13.7. a fiscalização dar-se-á através da Comissão de Acompanhamento do Contrato;

13.8. a referida Comissão reunir-se-á trimestralmente para avaliação dos relatórios emitidos pelo CONTRATADO e após aprovado repassará à SMS para efetivação dos pagamentos;

13.9. a atribuição desta Comissão será a de acompanhar a execução do presente Contrato, o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Operativo e a avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários;

13.10. o CONTRATADO fica obrigado a fornecer à Comissão de Acompanhamento todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;

13.11. a existência da comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14. Fica estabelecida a possibilidade de denúncia do presente contrato, a qualquer tempo, por qualquer dos Contratantes, bastando notificar com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

14.1. constituem motivos para a rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas Cláusulas e condições previstas neste instrumento, bem como os motivos previstos nas legislações pertinentes;

14.2. em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 60 (sessenta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços contratados, as penalidades previstas nas legislações pertinentes serão duplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15. A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses do CONTRATANTE ou as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

15.1. aplicar-se-á ao presente contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor;

15.2. os Contratantes elegem o Foro desta Comarca de Brusque, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

15.3. por estarem justos e contratados passam, aceitam, outorgam e assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor, para que produza seus efeitos, na presença de duas testemunhas, depois de lido e achado conforme;

15.4. ficam revogadas as disposições do contrato n. 02/2014-SMS/FMS e correspondentes aditivos, que foram substituídos pelo presente instrumento que unificou e adequou as disposições prece-dentes.

Brusque, em 16 de março de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE
CONTRATANTE

Ana Beatriz Baron Ludvig

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX

CONTRATADO

Pe. Nélio Roberto Schwanke

ANEXO I - PLANO OPERATIVO ANUAL

O Plano Operativo é um instrumento no qual são apresentadas as ações, os serviços, as atividades, as metas quantitativas e qualitativas, e indicadores pactuados entre o CONTRATADO e CONTRATANTE.

1. METAS QUALITATIVAS

1.1. ATENÇÃO À SAÚDE

a) Redução da taxa de infecções hospitalares.

Meta: Apresentação de relatório trimestral, com redução de 3% (três por cento) por trimestre partindo da taxa atual a ser apresentada em relatório inicial.

b) Comissão de Revisão de Óbitos.

Meta: Apresentação de relatório trimestral com análise dos óbitos ocorridos por faixa etária e medidas adotadas.

c) Manutenção da taxa de cesárias no SUS.

Meta: Manter os percentuais atualmente praticados, com apresentação dos dados em relatório trimestral.

d) Estabelecer padrões de atendimento ao usuário.

Meta: Criar manuais e protocolos e encaminhar à Comissão de Acompanhamento do Contrato.

e) Comissões ativas.

Meta: Manter ativas as comissões de: Comissão de Controle de Infecção Hospitalar; Comissão de Revisão de Prontuários e Óbitos; e Comissão de Humanização Hospitalar, apresentando relatório trimestral, contendo itens relacionados as ações de cada comissão.

f) Avaliar e acompanhar o estado nutricional dos usuários e orientar a dieta para alta hospitalar.

Meta: Orientar dieta nutricional, inclusive na alta hospitalar, conforme prescrição médica, mediante registro no prontuário.

g) Incentivar o aleitamento materno nas dependências do Hospital.

Meta: Incentivar o aleitamento materno em 100% (cem por cento) das mães que realizaram parto nas instalações do CONTRATADO.

h) Dar continuidade no tratamento da urgência e emergência no Serviço de Ortopedia.

Meta: Atender mensalmente 100% (cem por cento) dos usuários do serviço de ortopedia, que necessitem de seguimento do BAU.

1.2. PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DO SUS

a) Implantar atividades humanizadoras conforme a política nacional de humanização do SUS.

Meta: Realizar atividades humanizadoras em todas os setores da instituição, comprovando as referidas ações através de relatórios trimestrais enviando-os à Comissão de Acompanhamento de Contrato.

b) Relatório mensal de usuários crônicos que apresentam internações recidivantes.

Meta: Encaminhar relatório mensal para o gestor local com o nome, endereço e telefone para contato dos usuários crônicos com internação recorrente.

c) Atendimento aos Usuários da Rede de Urgência e Emergência.

Meta: Garantir atendimentos pertinentes à Rede de Urgência e Emergência - RUE conforme legislação do SUS.

1.3. GESTÃO HOSPITALAR

a) Apresentação à Comissão de Acompanhamento do Contrato da estrutura de despesas e receitas por item, conforme classificação: pessoal, medicamentos e materiais hospitalares e outras despesas, em relatório trimestral.

Meta: apresentar dados em relatório trimestral.

b) Permitir à Comissão de Acompanhamento do Contrato, a avaliação dos serviços prestados pelo Contratado.

Meta: apresentar dados em relatório trimestral.

c) Implantação do Protocolo de Classificação de Risco no Atendimento de Urgência e Emergência.

Meta: realizar o atendimento ao usuário no Serviço de Urgência e Emergência mediante classificação de risco, em um prazo de 180 dias, a partir da data de assinatura do presente contrato.

1.4. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

a) Promover a educação continuada para os funcionários do Hospital.

Meta: Promover atividades de educação continuada para os funcionários do Hospital, devendo ser 50% (cinquenta por cento) dos funcionários em 2015 e 50% (cinquenta por cento) dos funcionários em 2016, sendo que as atividades deverão ser comprovadas em relatório.

2. METAS QUANTITATIVAS

2.1. GRUPO I - VALORES PÓS FIXADOS - VÍNCULO 16.500 (MAC) - VÍNCULO 16.616 (VIGILÂNCIA EM SAÚDE) - VÍNCULO 36.616 (VIGILÂNCIA EM SAÚDE)

2.1.1. URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

a) Os atendimentos de urgência e emergência deverão ser disponibilizados aos usuários SUS, referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano Diretor de Regionalização da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (PDR), bem como, as diretrizes do Plano de Ação das Redes de Urgência e Emergência (RUE) segundo termo de pactuação das redes às urgências n. 034/2013, de acordo com o objeto deste contrato, através de Referência e Contra-referência advindas das Unidades Básicas de Saúde dos Municípios, Policlínica e Atendimento Pré-hospitalar (SAMU e CORPO DE BOMBEIRO).

b) Os serviços serão executados pelo CONTRATADO, aos usuários do SUS, no Município de Brusque, dentro dos limites quantitativos e de acordo com o pactuado entre as partes, conforme TABELA I.

TABELA I - ATENDIMENTOS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (MAC)

PROCEDIMENTOS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	QUANTIDADE PACTUADA (MENSAL)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Atendimento Médico	6000	11,00	66.000,00	792.000,00
Eletrocardiograma - ECG	200	5,15	1.030,00	12.360,00
Patologia Clínica	800	4,61	3.688,00	44.256,00
Procedimentos - BAU	7167	5,68	40.708,56	488.502,72
Radiologia (Raio-X)	1132	8,70	9.848,40	118.180,80
Tomografia Computadorizada	12	110,00	1.320,00	15.840,00
Ultrassonografia	20	30,00	600,00	7.200,00
TOTAL			123.194,96	1.478.339,52

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos procedimentos acima pactuados, aos usuários SUS que buscarem atendimento no CONTRATADO.

2.1.2. AMBULATORIAL

a) Os atendimentos ambulatoriais especializados constantes na TABELA II, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA II - ATENDIMENTO AMBULATORIAL ESPECIALIZADO (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta Anestesiologia – pré cirurgia eletiva	26	10,00	260,00	3.120,00
Consulta Especializadas – pré cirurgia eletiva	26	10,00	260,00	3.120,00

Consulta Especializadas – pré SADT	300	10,00	3.000,00	36.000,00
Consulta de Ortopedia – seguimento BAU	230	10,00	2.300,00	27.600,00
Tratamentos Ortopédicos – GRUPO 03	150	38,08	5.712,00	68.544,00
TOTAL			11.532,00	138.384,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos ambulatoriais especializados acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

b) Os Serviços de Apoio e Diagnose constantes na TABELA III, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA III - SERVIÇOS DE APOIO E DIAGNOSE (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Radiologia – Raio-X	1400	8,70	12.180,00	146.160,00
Ultrassonografia	200	30,00	6.000,00	72.000,00
Tomografia	257	110,00	28.270,00	339.240,00
Mamografia	300	45,00	13.500,00	162.000,00
Ressonância Magnética	100	268,75	26.875,00	322.500,00
TOTAL			86.825,00	1.041.900,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos ambulatoriais especializados acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

2.1.3. HOSPITALAR

O Município de Brusque é referência nas internações hospitalares para os Municípios de: Balneário Camboriú, Blumenau, Botuverá, Camboriú, Canelinha, Gaspar, Guabiruba, Ilhota, Itajaí, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Penha e São João Batista, conforme Pactuação vigente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

a) As internações hospitalares por especialidades de média complexidade, são procedimentos autorizados/regulados pela CONTRATANTE e destinados aos usuários do SUS que necessitem de atendimento hospitalar oriundos da urgência e emergência e/ou cirurgias eletivas, encaminhados pela DPRCAA, conforme TABELA IV.

TABELA IV - DAS INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE (MAC)

INTERNAÇÃO POR ESPECIALIDADE	PACTUADO MENSAL - FÍSICO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) (12 MESES)
Clínica Médica	210	683,61	143.558,10	1.722.697,20
Clinica Cirúrgica *	190	683,61	129.885,90	1.558.630,80
Pediátrica	30	683,61	20.508,30	246.099,60
Obstétrica	106	683,61	72.462,66	869.551,92
TOTAL	536		366.414,96	4.396.979,52

* Na clínica cirúrgica estão incluídas as AIHs das cirurgias eletivas.

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) das internações por especialidades de média complexidade;
 - Realizar 100% (cem por cento) das internações que apresentarem caráter de urgência e emergência, conforme pactuação das Redes de Assistência à Saúde;
 - Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas.

TABELA V - DAS INTERNAÇÕES DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - UTI (MAC)

TIPOS DE LEITOS DE UTI	NÚMERO DE LEITOS	VALOR MENSAL (R\$) - INCENTIVO RUE	VALOR GLOBAL (12 MESES) (R\$) - INCENTIVO RUE
UTI - Adulto	6	35.180,16	422.161,92
TOTAL		35.180,16	422.161,92

Indicadores:

- Manter taxa de ocupação de no mínimo 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento), dos leitos de UTI para usuário SUS.

TABELA VI - INCENTIVO ÀS REDES TEMÁTICAS (MAC)

INCENTIVO ÀS REDES TEMÁTICAS HOSPITAL	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES *
PORTARIA GM 1.634	77.026,56	924.318,72
TOTAL	77.026,56	924.318,72

* Os valores constantes na TABELA VI serão repassados ao CONTRATADO após o envio do montante pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

TABELA VII - INCENTIVO A ADESÃO À CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR (MAC)

INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES **
PORTARIA GM/MS n. 1.858/2014 *	220.733,18	2.648.798,16
TOTAL	220.733,18	2.648.798,16

* O Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC), previsto na Portaria GM/MS n. 2.035 de 17 de setembro de 2013, terá o valor disponibilizado pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, conforme valores estabelecidos na Portaria n. 1.858, de 04 de setembro de 2014, que deduz recursos estabelecidos pelas Portarias n. 3.166/GM/MS, de 20 de dezembro de 2013, n. 807/GM/MS, de 08 de maio de 2014 e n. 175/GM/MS, de 29 de janeiro de 2014.

** Os valores que constam na TABELA VII serão repassados ao CONTRATADO após envio do montante pelo Ministério da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

TABELA VIII - ETAPA IV DO PLANO DE AÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - RUE (MAC)

PLANO DE AÇÃO RUE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES *
PORTARIA GM/MS n. 2.941/2013	100.000,00	1.200.000,00
TOTAL		1.200.000,00

* Os valores que constam na TABELA VIII serão repassados ao CONTRATADO após envio do montante pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

TABELA IX - ETAPA II DO PLANO DE AÇÃO DA REDE CEGONHA (MAC)

PLANO DE AÇÃO DA REDE CEGONHA	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES *
PORTARIA GM/MS n. 1.781/2013	17.590,08	211.080,96
TOTAL		211.080,96

* Os valores que constam na TABELA IX serão repassados ao CONTRATADO após envio do montante pela Secretaria Estadual de Saúde/SC ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

TABELA X - POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO HOSPITALAR (MAC)

INCENTIVO ESTADUAL HOSPITALAR	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES *
-------------------------------	--------------------	-------------------------------

PORTARIA SES 543/2008	32.098,99	385.187,88
TOTAL		385.187,88

* Os valores que constam na TABELA X serão repassados ao CONTRATADO após envio do montante pela Secretaria Estadual de Saúde/SC ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

TABELA XI - INCENTIVO AO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (MAC)

INCENTIVO DE REESTRUTURAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITAL FILANTRÓPICO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES *
PORTARIA GM/MS n. 237/2014	11.206,81	134.481,72
TOTAL		134.481,72

* Os valores que constam na TABELA XI serão repassados ao CONTRATADO após envio do montante pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

TABELA XII - INCENTIVO À INSERÇÃO DOS LEITOS DE RETAGUARDA - RUE (MAC)

INSERÇÃO DOS LEITOS DE RETAGUARDA	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES *
PORTARIA GM/MS n. 2.036/2014	129.270,83	1.551.249,96
TOTAL		1.551.249,96

* Os valores que constam na TABELA XII serão repassados ao CONTRATADO após envio do montante pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

TABELA XIII - INCENTIVO À REDE DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL - RAS (MAC)

INCENTIVO A RAS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES *
PORTARIA GM/MS n. 12/2015	22.440,44	269.285,28
TOTAL		269.285,28

* Os valores que constam na TABELA XIII serão repassados ao CONTRATADO após envio do montante pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque, a partir da competência 03/2015.

b) O Serviço de Verificação de Óbito (SVO) será emitida pelo CONTRATADO, bem como, a emissão da declaração de óbito, para os casos de morte em domicílio, sem assistência médica. O CONTRATADO deverá apresentar mensalmente à Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, fatura contendo o nome do de cujus e a data do óbito, bem como, cópia da declaração de óbito.

TABELA XIV - SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (VIGILÂNCIA EM SAÚDE)

INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR	QUANTIDADE	UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
SVO *	20	868,59	17.371,80	208.461,60
TOTAL				208.461,60

* Os valores que constam na TABELA XIV serão repassados ao CONTRATADO após envio da cópia da declaração de óbito, para os casos de morte em domicílio, sem assistência à Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da SMS

TABELA XV- TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC - VIGILÂNCIA EM SAÚDE)

PROCEDIMENTOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
TABELA I – ATENDIMENTOS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (MAC)	123.194,96	1.478.339,52

TABELA II – ATENDIMENTO AMBULATORIAL ESPECIALIZADO (MAC)	11.532,00	138.384,00
TABELA III – SERVIÇOS DE APOIO E DIAGNOSE (MAC)	86.825,00	1.041.900,00
TABELA IV – DAS INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE (MAC)	366.414,96	4.396.979,52
TABELA V – DAS INTERNAÇÕES DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA – UTI (MAC)	35.180,16	422.161,92
TABELA VI – INCENTIVO ÀS REDES TEMÁTICAS (MAC)	77.026,56	924.318,72
TABELA VII – INCENTIVO A ADESAO À CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR (MAC)	220.733,18	2.648.798,16
TABELA VIII – ETAPA IV DO PLANO DE AÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS (MAC)	100.000,00	1.200.000,00
TABELA IX – ETAPA II DO PLANO DE AÇÃO DA REDE CEGONHA (MAC)	17.590,08	211.080,96
TABELA X – POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO HOSPITALAR (MAC)	32.098,99	385.187,88
TABELA XI – INCENTIVO AO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (MAC)	11.206,81	134.481,72
TABELA XII – INCENTIVO À INSERÇÃO DOS LEITOS DE RETAGUARDA – RUE (MAC)	129.270,83	1.551.249,96
TABELA XIII – INCENTIVO À REDE DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL – RAS (MAC)	22.440,44	269.285,28
TABELA XIV – SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (VIGILÂNCIA EM SAÚDE)	17.371,80	208.461,60
TOTAL	1.250.885,77	15.010.629,24

2.2. GRUPO II - VALORES PÓS FIXADOS - VÍNCULO 10.200

2.2.1. URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- a) Como forma de complementar o atendimento na Urgência e Emergência, o Município disponibilizará recurso financeiro próprio, ampliando desta forma a oferta dos serviços.
- b) Este cálculo foi efetuado por meio de série histórica dos atendimentos de urgência e emergência ofertados no CONTRATADO.
- c) No atendimento de urgência e emergência, o CONTRATANTE disponibilizará os recursos abaixo discriminados com auxílio ao CONTRATADO, mediante metas atingidas descritas neste contrato.
- d) Caso exceda a quantidade de procedimentos referenciados na TABELA I deste contrato, o Município de Brusque realizará pagamento com recurso próprio até o limite descrito na TABELA XVII.
- e) Estes atendimentos de urgência e emergência deverão ser disponibilizados aos usuários do SUS, referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano Diretor de Regionalização da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (PDR), bem como, as diretrizes do Plano de Ação das Redes de Urgência e Emergência (RUE) segundo termo de pactuação das redes às urgências n. 034/2013, de acordo com o objeto deste contrato, através de Referência e Contra-referência advindas das Unidades Básicas dos Municípios, Policlínica e Atendimento Pré-hospitalar (SAMU e CORPO DE BOMBEIRO).

TABELA XVI - ATENDIMENTOS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	QUANTIDADE PACTUADA (MENSAL)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Procedimentos - BAU	2333	5,68	13.251,44	159.017,28
Tomografia Computadorizada	38	110,00	4.180,00	50.160,00
TOTAL			17.431,44	209.177,28

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos procedimentos acima pactuados, aos usuários do SUS que buscarem atendimento no CONTRATADO.

f) O incentivo financeiro do plantão e sobreaviso destina-se a garantir o atendimento médico especializado em período integral aos usuários do SUS, conforme TABELA XVIII.

TABELA XVII - PAGAMENTO DO PLANTÃO E SOBREAVISO (RECURSO PRÓPRIO)

ESPECIALIDADES – PLANTÃO E SOBREAVISO	QUANTIDADE DE HORAS	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL DE HORAS MENSAL (R\$)	VALOR DE HORAS GLOBAL (R\$) 12 MESES
Plantão Urgência/Emergência I - 24 horas	720	80,00	57.600,00	691.200,00
Plantão Urgência/Emergência II - 24 horas	590	80,00	47.200,00	566.400,00
Plantão Ortopedia	720	70,00	50.400,00	604.800,00
Plantão Anestesia – 24 horas	720	70,00	50.400,00	604.800,00

Plantão Cirurgia Geral	720	70,00	50.400,00	604.800,00
Plantão Pediatria	720	100,00	72.000,00	864.000,00
Plantão Obstetrícia	720	70,00	50.400,00	604.800,00
Sobreaviso Neurologia	720	26,00	18.720,00	224.640,00
Sobreaviso Cardiologia	720	26,00	18.720,00	224.640,00
Sobreaviso Vascular	720	26,00	18.720,00	224.640,00
Sobreaviso Clínica Médica	720	26,00	18.720,00	224.640,00
Sobreaviso Hematologia	720	26,00	18.720,00	224.640,00
TOTAL			472.000,00	5.664.000,00

Indicadores:

- Manter 100% (cem por cento) dos plantões e sobreavisos.

2.2.2. AMBULATORIAL

a) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de procedimentos SADT, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos procedimentos constantes na TABELA XIX regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XVIII - SERVIÇO DE APOIO E DIAGNOSE (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA (MENSAL)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Tomografia Computadorizada	37	110,00	4.070,00	48.840,00
Mamografia	50	45,00	2.250,00	27.000,00
TOTAL			6.320,00	75.840,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos procedimentos SADT pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

2.2.3. HOSPITALAR

2.2.3.1. CIRURGIAS ELETIVAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE (RECURSO PRÓPRIO)

a) A complementação financeira dos serviços hospitalares para a realização de cirurgias eletivas de média complexidade nas especialidades discriminadas na TABELA XX, deverão ser reguladas, autorizadas e encaminhadas pela DPRCAA ao CONTRATADO, com a finalidade de atender a demanda crescente dos usuários do SUS no Município da CONTRATANTE.

TABELA XIX - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO)

ESPECIALIDADE	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Cirurgia Geral - Colectomia	10	500,00	5.000,00	60.000,00
Cirurgia Geral - Herniorrafia	5	500,00	2.500,00	30.000,00
Cirurgia Otorrinolaringoscopia	2	500,00	1.000,00	12.000,00
Cirurgia Urologia	6	1.000,00	6.000,00	72.000,00
Cirurgia Buco-maxilo-facial	2	500,00	1.000,00	12.000,00
Cirurgia Plástica - Reconstrução	2	500,00	1.000,00	12.000,00
Cirurgia Torácica / Cabeça e Pescoço / Esôfago	4	500,00	2.000,00	24.000,00
Cirurgia Ginecológica	10	500,00	5.000,00	60.000,00
Cirurgia Vascular	2	500,00	1.000,00	12.000,00
TOTAL			24.500,00	294.000,00

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas.

b) A complementação financeira dos serviços profissionais para a realização de cirurgias eletivas/SADT/procedimentos de média complexidade nas especialidades discriminadas na TABELA XXI, deverão ser reguladas, autorizadas e encaminhadas pela DPRCAA ao CONTRATADO, com a finalidade de atender a demanda crescente dos usuários dos SUS no Município da CONTRATANTE.

TABELA XX - CIRURGIAS ELETIVAS/SADT/PROCEDIMENTOS - SERVIÇO PROFISSIONAL (RECURSO PRÓPRIO)

ESPECIALIDADE / PROCEDIMENTO	QUANTIDADE PACTU- ADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Broncoscopia	2	424,60	849,20	10.190,40
Cirurgia Torácica	2	973,58	1.947,16	23.365,92
Cirurgia Cabeça e Pescoço	1	273,82	273,82	3.285,84
Cirurgia Esôfago	1	400,00	400,00	4.800,00
Cirurgia – Herniorrafia	5	272,00	1.360,00	16.320,00
Cirurgia – Colecistectomia	3	630,00	1.890,00	22.680,00
Cirurgia em Gastroenterologia	4	470,00	1.880,00	22.560,00
Cirurgia – Urologia	6	408,33	2.449,98	29.399,76
Consulta de Ortopedia – seguimento BAU	230	20,00	4.600,00	55.200,00
Cirurgias Ortopédicas Ambulatoriais	30	103,30	3.099,00	37.188,00
Cirurgias Ortopédicas Ambulatoriais (em centro cirúrgico)	6	252,90	1.517,40	18.208,80
Consulta Pré Anestésica	50	20,00	1.000,00	12.000,00
Cirurgia Eletiva – Ato Anestésico	50	72,00	3.600,00	43.200,00
TOTAL			24.866,56	298.398,72

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas/SADT/procedimento.

TABELA XXI - ORTESE PRÓTESE E MATERIAIS UTILIZADA NA CIRURGIA UROGINECOLÓGICA ELETIVA POR MEIO DA TÉCNICA SLINGS PUBOVAGINAIS (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE PACTU- ADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MEN- SAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
OPM – CIRURGIA UROGINECOLÓGICA ELETIVA POR MEIO DA TÉCNICA SLINGS PUBOVAGINAIS	3	1.100,00	3.300,00	39.600,00
TOTAL			3.300,00	39.600,00

Indicadores:

- O encaminhamento dos usuários que necessitam realizar cirurgias uroginecológicas, em caráter eletivo, por meio da técnica de "slings" pubovaginais autólogos, será realizado previamente e exclusivamente pela CONTRATANTE, que enviará o documento AIH devidamente autorizado à CONTRATADA, respeitando a quantidade mensal descrita na Tabela XXII.

- O repasse dos valores será realizado, mediante apresentação da nota fiscal do material utilizado, que deverá ser enviado à SMS, junto com as demais faturas, na DPRCA da SMS, até o 10º dia de cada mês, referente a produção do mês anterior, respeitando o valor máximo de (R\$ 1.100,00) um mil e cem reais de OPM por cirurgia.

TABELA XXII - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
TABELA XVI – ATENDIMENTOS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (RECURSO PRÓPRIO)	17.431,44	209.177,28
TABELA XVII – PAGAMENTO DO PLANTÃO E SOBREAVISO (RECURSO PRÓPRIO)TABELA XIX – SERVIÇO DE APOIO E DIAGNOSE (RECURSO PRÓPRIO)	472.000,00	5.664.000,00
TABELA XVIII – SERVIÇO DE APOIO E DIAGNOSE (RECURSO PRÓPRIO)TABELA XX – CIRURGIAS ELETIVAS – SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO)	6.320,00	75.840,00
TABELA XIX – CIRURGIAS ELETIVAS – SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO)	24.500,00	294.000,00
TABELA XX – CIRURGIAS ELETIVAS/SADT/PROCEDIMENTOS – SERVIÇO PROFISSIONAL (RECURSO PRÓPRIO)	24.866,56	298.398,72
TABELA XXI – ORTESE PRÓTESE E MATERIAIS UTILIZADA NA CIRURGIA UROGINECOLÓGICA ELETIVA POR MEIO DA TÉCNICA SLINGS PUBOVAGINAIS (RECURSO PRÓPRIO)	3.300,00	39.600,00
TOTAL	548.418,00	6.581.016,00

TABELA XXIII - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
TABELA XVI– TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC – VIGILÂNCIA EM SAÚDE)	1.250.885,77	15.010.629,24
TABELA XXIII – TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (RECURSO PRÓPRIO)	548.418,00	6.581.016,00
TOTAL	1.799.303,77	21.591.645,24

Brusque, em 16 de março de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE
CONTRATANTE
Ana Beatriz Baron Ludvig

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX
CONTRATADO
Pe. Nélío Roberto Schwanke

CONTRATO N.º 01/2015 – SMS/FMS

Contrato n.º 01/2015 - SMS/FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM BRUSQUE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM.

Aos (13) treze dias mês de março, do ano de dois mil e quinze (2015), de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o número 83.102.343/0001-94, por sua Secretaria Municipal de Saúde, e esta por sua vez, representada neste ato, por sua Secretária Municipal de Saúde, Sra. ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, doravante designado CONTRATANTE; e de outro lado HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Botuverá, n. 202, bairro Dom Joaquim, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.991.860/0001-07, neste ato representado por seu Presidente em exercício, Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH, brasileiro, portador do RG número 890.177-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o número 504.930.279-04 doravante designado CONTRATADO; tendo em vista o disposto na Lei 8.080/90 e demais legislações pertinentes, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços para o Sistema Único de Saúde em Brusque, nos termos que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto estabelecer as bases da relação entre as partes, integrar o CONTRATADO ao Sistema Único de Saúde (SUS) e definir sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde, limitado aos serviços inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) da unidade contratada, a serem prestados aos usuários do SUS que deles necessitem, sendo contratados os serviços:

- a) Internações em clínica médica, cirurgias eletivas, procedimentos ambulatoriais em oftalmologia, serviço de auxílio ao diagnóstico e terapia (SADT) ambulatorial, pronto atendimento ambulatorial, atendimentos ambulatoriais especializados e consultas especializadas. Estes procedimentos se encontram discriminados no Plano Operativo previamente definido entre as partes (Anexo I), na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) e no de CNES que integram este contrato, para todos os efeitos legais, devendo estar a disposição na Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DPRCAA) da CONTRATANTE;
- b) Referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Regionalização da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (PDR) e serão ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS;
- c) Os serviços serão executados pelo CONTRATADO aos usuários do SUS, no Município de Brusque, dentro dos limites quantitativos de acordo com o pactuado entre as partes e deliberado pelo Conselho Municipal de Saúde (COMUSA), conforme discriminação do Plano Operativo (Anexo I).

1.1. O incentivo financeiro constante no Plano de Ação referente aos recursos da Portaria GM/MS n. 1.634/2013, havendo potencial

de crescimento com ofertas e serviços de saúde pactuados para a região, poderão ser objeto de termo aditivo ou apostilamento do presente contrato, nele constando a quantificação de procedimentos e valores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

2. Na execução do presente contrato, as partes Contratantes deverão observar as seguintes condições gerais:

- 2.1. o acesso ao SUS se faz preferencialmente pelas Unidades Básicas de Saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência;
- 2.2. o encaminhamento e atendimento do usuário dar-se-á, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência;
- 2.3. da gratuidade das ações e dos serviços de saúde prestados aos usuários, executados no âmbito deste contrato;
- 2.4. a prescrição de medicamentos na alta do usuário deve observar a Política Nacional de Medicamentos e o Plano de Assistência Farmacêutica Municipal, excetuadas as situações aprovadas pela Comissão de Assistência Farmacêutica do Município;
- 2.5. realizar atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS, em consonância com as Portarias Ministeriais;
- 2.6. observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pela Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DPRCAA) da Secretaria Municipal de Saúde em consonância com o Ministério da Saúde;
- 2.7. o estabelecimento de metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes desse Contrato;
- 2.8. o CONTRATADO colocará à disposição do SUS, sua capacidade operacional instalada, necessária para o atendimento do volume assistencial definido no Plano Operativo Anual, de acordo com o Anexo I deste contrato;
- 2.9. é vedada a utilização da capacidade instalada do CONTRATADO para privilégios de atendimentos particulares, em detrimento dos pactuados no Plano Operativo constante do Anexo I;
- 2.10. a garantia da contraprestação integral pelos serviços prestados, de acordo com os serviços e procedimentos inscritos no CNES do CONTRATADO, prestados desde que atendidas as normas do SUS.
- 2.11. A fiscalização do presente contrato será realizada por meio de comissão de acompanhamento, que será formada pela CONTRATADA, composta por dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), um representante do CONTRATADO, e um representante do COMUSA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS COMUNS

3. São encargos comuns das partes signatárias deste contrato:
- 3.1. contribuir para a elaboração e implementação de protocolos de atendimento e de encaminhamento para as ações de saúde;
 - 3.2. anualmente, aprovar o Plano Operativo Anual, independente de novo contrato, e contribuir para o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas;
 - 3.3. o Plano Operativo Anual, excepcionalmente, poderá ser modificado, desde que devidamente justificado e anuído pelas partes Contratantes, em documento formalmente registrado;
 - 3.4. zelar pelo adequado funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Contrato, por meio da indicação de seus representantes e do fornecimento de informações requisitadas nos prazos estabelecidos;
 - 3.5. realizar educação continuada de recursos humanos, com auxílio à qualificação de profissionais, no âmbito da unidade hospitalar contratada.

CLÁUSULA QUARTA- DOS ENCARGOS ESPECÍFICOS DAS PARTES

4. São encargos dos contraentes:

4.1. - DO CONTRATADO

a) buscar atingir todas as metas e condições específicas do Plano Operativo, parte integrante deste Contrato, e nos Anexos II das Portarias GM/MS n.635, de 10 de novembro de 2005 e Portaria GM/MS n. 3.123, de 07 de dezembro de 2006;

b) manter no mínimo 60% (sessenta por cento) em internações hospitalares realizadas em relação ao objeto contratado, medida por paciente-dia ou serviços ambulatoriais disponíveis aos usuários do SUS;

c) manter afixado, em local visível aos seus usuários, aviso de sua condição de estabelecimento integrante da rede do SUS e da gratuidade aos usuários do SUS dos serviços prestados nessa condição;

d) aplicar os recursos financeiros provenientes deste contrato integralmente no Hospital;

e) contribuir para a investigação de eventuais denúncias de cobrança indevida feita ao usuário ou seu representante, por qualquer atividade prestada pelo Hospital, em razão da execução do objeto do presente contrato;

f) integrar-se aos sistemas de regulação do Município, assim como todos os sistemas de informação existentes do Ministério da Saúde, bem como os que forem criados de acordo com suas necessidades;

g) entregar a produção ambulatorial e relatório de produção (fatura) na DPRCAA da SMS, até o 10º dia de cada mês, referente a produção do mês anterior, sendo que no referido relatório deverá constar: nome do usuário, município de residência, data de realização do procedimento, código e descrição do procedimento executado, valor do procedimento;

h) apresentar as produções no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), Sistema de Regulação, Controle e Avaliação (SISRCA), e no Sistema de Informações Hospitalares (SIH), ao CONTRATANTE, até o 10º dia do mês subsequente a realização dos procedimentos, por meio magnético, a ser enviado para o e-mail: faturamento.saude@pmbrusque.com.br.

i) apresentar, trimestralmente, à Comissão de Acompanhamento do Contrato, até o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre, relatório discriminativo contendo despesas e receitas, referente aos serviços efetivamente realizados, constantes exclusivamente no presente contrato;

j) apresentar, trimestralmente, à Comissão de Acompanhamento do Contrato, até o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre, relatórios de atividades mensais, que demonstrem as metas quantitativas e qualitativas, constantes no presente contrato;

k) manter atualizadas as informações no CNES;

l) entregar, sempre que solicitado, por escrito, conforme determinação contida no art. 8º, inc. IV da Portaria n. 1.034/2010, ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento de histórico do atendimento prestado ou resumo da alta, onde conste, também, a inscrição "esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais";

m) responsabilizar-se pela utilização do pessoal de apoio, tais como enfermagem, administração, limpeza, etc., necessário a execução dos serviços previstos no presente contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE;

n) manter em dia os encargos trabalhistas, fiscais, sociais e previdenciários de seus trabalhadores e prestadores de serviços;

o) garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;

p) cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

q) manter sempre atualizados o prontuário médico dos usuários e o arquivo médico;

r) não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o usuário para fins de experimentação;

s) atender o usuário com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação/execução dos serviços;

t) justificar ao usuário ou seu representante sempre que solicitado, por escrito, as razões técnicas alegadas, quando da decisão de não realização de qualquer procedimento previsto neste contrato;

u) notificar a SMS no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, por escrito, informando as razões, quando da impossibilidade técnico/administrativa da não realização de qualquer procedimento previsto neste contrato, sob pena de bloqueio dos repasses financeiros referidos na Cláusula Sétima do presente;

v) notificar a SMS de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário ou estatutário, e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando à DPRCAA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

w) notificar, imediatamente, o serviço de Vigilância Epidemiológica do Município, as doenças de notificação compulsória atendidas nos espaços da Instituição contratada;

x) manter atualizado o documento de indicação do responsável técnico, devendo os profissionais que possuem nível superior de ensino apresentar certificado de habilitação e regularidade, reconhecido pelo conselho regional de classe;

y) responsabilizar-se pela aquisição de todos os insumos necessários para a perfeita prestação/execução dos procedimentos incluídos no presente contrato;

z) a execução dos procedimentos provenientes do presente contrato, serão realizados somente mediante regulação/autorização emitida pelo CONTRATANTE, independente do Município de procedência do usuário.

4.2. - DA CONTRATANTE

a) transferir os recursos previstos neste contrato ao CONTRATADO, conforme Cláusula Sexta;

b) regular, controlar, avaliar e auditar as ações e os serviços dispostos neste contrato conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

c) estabelecer fluxos e mecanismos de encaminhamento da demanda, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG);

d) analisar os relatórios elaborados pelo CONTRATADO, comparando as metas do Plano Operativo com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO OPERATIVO ANUAL

5. O Plano Operativo Anual, parte integrante deste contrato e condição de sua eficácia, elaborado em conjunto entre SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e HOSPITAL, ora CONTRATADO, aprovado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (COMUSA), deverá conter:

5.1. todas as ações e serviços objeto deste contrato;

5.2. a estrutura tecnológica e a capacidade instalada do CONTRATADO descritas no CNES;

5.3. definição de metas físicas das internações hospitalares, atendimentos ambulatoriais, atendimentos de urgência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, com os seus quantitativos;

5.4. definição de metas de qualidade;

5.5. tabela de percentuais referentes aos valores que serão repassados de acordo com a Cláusula Sétima deste contrato;

5.6. metas referentes as atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar, em especial:

a) ao Sistema de Planilha de Custos dos serviços, objeto deste contrato;

b) à prática de atenção humanizada aos usuários, de acordo com os critérios definidos pela Política de Humanização do SUS;

c) incremento de ações de garantia de acesso, mediante o complexo regulador de atenção à saúde, respeitado os serviços e limites pactuados neste contrato;

d) funcionamento adequado dos comitês de avaliação de mortalidade por grupo de risco (comissão de óbito).

Parágrafo Único. Os serviços do Plano Operativo estão referidos a uma base territorial populacional, conforme PDR e o Plano Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS PÓS-FIXADOS

6. O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o teto com valor estimado mensal de R\$ 442.557,80 (quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) relativo a prestação dos serviços descritos no objeto do presente contrato, relacionados no Plano Operativo do Anexo I deste contrato, sendo R\$ 200.694,68 (duzentos mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos) referentes a recursos federais de média e alta complexidade (MAC) e R\$ 241.863,12 (duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e doze centavos) referentes a recursos próprio do Município, variável de acordo com a produção efetivamente executada e apresentada pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

7. O pagamento dos recursos financeiros referentes a Cláusula Sexta dar-se-ão da seguinte forma:

7.1. o pagamento dos valores referentes a este contrato, dependerá da avaliação da comissão de acompanhamento do instrumento contratual, que repassará via relatório, o alcance e cumprimento das metas qualitativas e quantitativas existentes neste contrato;

a) a Comissão de Acompanhamento do Contrato reunir-se-á trimestralmente, após o 15º dia útil do mês subsequente ao trimestre, para avaliação dos relatórios emitidos pelo CONTRATADO,

b) havendo distorções do objeto contratado, ou o não alcance das metas estabelecidas, a SMS fará o desconto dos valores referentes ao incentivo financeiro da meta não alcançada, no mês subsequente.

7.2. o pagamento dar-se-á até o limite do teto, de acordo com a produção devidamente comprovada, conforme Cláusula Quarta deste contrato, dentro dos cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde/DATASUS e Secretaria Municipal de Saúde, valorada pela tabela unificada do SUS;

7.3. o pagamento do incentivo financeiro do sobreaviso será efetuado mediante apresentação de relatório mensal de realização do sobreaviso, bem como, disponibilização da escala para o mês subsequente;

7.4. a CONTRATANTE se compromete a acusar o recebimento e confirmar ou não a visualização dos arquivos eletrônicos, referentes a produção por parte do CONTRATADO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encaminhamento deste pelo CONTRATADO;

7.5. o pagamento do faturamento mensal será efetuado pela CONTRATANTE ao CONTRATADO até o 15º dia útil após o processamento e aprovação nos sistemas de informações do Ministério da Saúde;

7.6. o CONTRATADO se obriga a fazer o repasse aos terceiros em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o repasse do Fundo Municipal de Saúde ao CONTRATADO;

7.7. o CONTRATADO se obriga até o vencimento da próxima parcela a prestar contas com o Fundo Municipal de Saúde dos valores adicionais repassados para ter a garantia do próximo repasse;

7.8. o valor total anual estimado do presente contrato refere a importância de R\$ 5.310.693,60 (cinco milhões, trezentos e dez mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos);

7.9. caso o CONTRATADO suporte eventuais diferenças extraordinárias referente aos valores próprios repassados pelo CONTRATANTE, concernente aos encaminhamentos realizados pela SMS, para os procedimentos cirúrgicos em ortopedia, otorrinolaringologia, urologia e ginecologia, poderá o CONTRATANTE realizar o repasse de recursos próprios a título de indenização, mediante

auditoria mensal, desde que não exceda o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, isentando o CONTRATANTE de qualquer cobrança adicional que ultrapasse o montante pactuado;

7.10. o CONTRATANTE poderá fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), nos valores limites deste contrato, durante o prazo de sua vigência mediante termo aditivo, restringindo-se de acordo com a capacidade operacional do CONTRATADO e as necessidades da SMS/FMS;

7.11. no período compreendido entre os 15 (quinze) dias do mês de dezembro aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro estará o contratado assegurado do recebimento dos valores constantes nas tabelas: TABELA VII - PAGAMENTO DE SOBREAVISO (RECURSO PRÓPRIO) E TABELA X - INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SADT (RECURSO PRÓPRIO) e da TABELA XII - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO), independente do alcance de das metas referidas no plano operativo e sem o envio dos correspondentes relatórios de produções mensais, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8. Os serviços referidos na Cláusula Primeira deste Contrato serão prestados/executados, na entidade contratada;

Parágrafo 1º. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercidos pela SMS/FMS sobre a prestação/execução do objeto deste contrato, os Contratantes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO fica exonerado da responsabilidade pelo não atendimento do usuário amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias, no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

9. A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses a contar da data de 14 de março de 2015, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

10. O CONTRATADO, bem como os Prestadores por ele contratado, serão responsáveis pelo pagamento de indenização de dano causado ao usuário e aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculado, decorrente de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao CONTRATADO o direito de regresso.

Parágrafo 1º. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato, pelos órgãos competentes do SUS, não exclui e nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo 2º. A responsabilidade de que trata esta Cláusula, estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. As despesas dos serviços executados por força deste contrato, ocorrerão, no presente exercício (2015-2016), à conta das seguintes dotações orçamentárias:

a) GRUPO I - VALORES PÓS-FIXADOS (16.500)
DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/16.500

b)GRUPO II - VALORES PÓS-FIXADOS (10.200)
DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/10.200

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE DO PREÇO

12. O valor estipulado na Cláusula Sexta será reajustado na mesma proporção dos índices e época dos reajustes concedidos na Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde (SIGTAP), garantindo sempre o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.080/90, e das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo 1º. Os valores próprios repassados serão reajustados de acordo com a Tabela IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado, anualmente, podendo ser reajustado na competência do mês de fevereiro.

Parágrafo 2º. Os reajustes independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SMS/FMS, a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA E ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

13. A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários à regulação, controle, avaliação e auditoria dos serviços prestados.

13.1 qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operacional do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação/renovação deste contrato ou revisão das condições estipuladas;

13.2 a fiscalização exercida pela CONTRATANTE, sobre a execução dos serviços ora contratados, não eximirá o CONTRATADO de sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com o usuário e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução deste contrato;

13.3 o CONTRATADO facilitará à CONTRATANTE, o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal finalidade;

13.4 o CONTRATADO disponibilizará ao CONTRATANTE, a agenda diária e horários pré estabelecidos, no qual serão executados os serviços objeto do presente contrato, para a efetiva organização do fluxo e para atendimento das necessidades dos usuários do SUS;

13.5 o CONTRATADO deverá guardar os documentos que comprovem a realização dos procedimentos por período não inferior a 05 (cinco) anos conforme as normas do Ministério da Saúde e Departamento Nacional de Auditoria em Saúde;

13.6 em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO, amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações;

13.7 a fiscalização dar-se-á por meio da Comissão de Acompanhamento do Contrato;

13.8 a referida Comissão reunir-se-á trimestralmente para avaliação dos relatórios emitidos pelo CONTRATADO e após aprovado repassará a SMS para efetivação dos pagamentos;

13.9 a atribuição desta Comissão será a de acompanhar a execução do presente Contrato, principalmente no tocante deste termo, cumprimento das metas estabelecidas no Plano Operativo e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários;

13.10 o CONTRATADO fica obrigado a fornecer à Comissão de Acompanhamento todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;

13.11 a existência da comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional

de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14. Fica estabelecida a possibilidade de denúncia do presente contrato, a qualquer tempo, por qualquer dos Contratantes, bastando notificar com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

14.1. constituem motivos para a rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas Cláusulas e condições previstas neste instrumento, bem como os motivos previstos nas legislações pertinentes;

14.2. em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 60 (sessenta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços contratados, as penalidades previstas nas legislações pertinentes serão duplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15. A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses do CONTRATANTE ou as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

15.1. aplicar-se-á ao presente contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor;

15.2. os Contratantes elegem o Foro desta Comarca de Brusque, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

15.3. por estarem justos e contratados passam, aceitam, outorgam e assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor, para que produza seus efeitos, na presença de duas testemunhas, depois de lido e achado conforme;

15.4. a partir da data de assinatura do presente contrato, este instrumento substitui os anteriores.

Brusque, em 13 de março de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE
CONTRATANTE
Ana Beatriz Baron Ludvig

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM
CONTRATADO
Pe. Timóteo José Steinbach

ANEXO I - PLANO OPERATIVO ANUAL

O Plano Operativo é um instrumento no qual são apresentadas as ações, os serviços, as atividades, as metas quantitativas e qualitativas, e indicadores pactuados entre o CONTRATADO e CONTRATANTE.

1. METAS QUALITATIVAS

1.1. ATENÇÃO À SAÚDE

a) Redução da taxa de infecções hospitalares.

Meta: Apresentação de relatório trimestral, com redução de 3% (três por cento) por trimestre partindo da taxa atual a ser apresentada em relatório inicial.

b) Comissão de Revisão de Óbitos.

Meta: Apresentação de relatório trimestral com análise dos óbitos ocorridos por faixa etária e medidas adotadas.

c) Realizar mensalmente as cirurgias eletivas previamente autorizadas e encaminhadas pela SMS.

Meta: Realizar mensalmente 100% das cirurgias eletivas previamente autorizadas e encaminhadas pela SMS.

d) Estabelecer padrões de atendimento ao usuário.

Meta: Criar manuais e protocolos e encaminhar à Comissão de Acompanhamento do Contrato.

e) Comissões ativas.

Meta: Manter ativas as comissões de: Comissão de Controle de Infecção Hospitalar; Comissão de Revisão de Prontuários e Óbitos; e Comissão de Humanização Hospitalar, apresentando relatório trimestral, contendo itens relacionados às ações de cada comissão.

f) Avaliar e acompanhar o estado nutricional dos usuários e orientar a dieta para alta hospitalar.

Meta: Orientar dieta nutricional, inclusive na alta hospitalar, conforme prescrição médica, mediante registro no prontuário.

g) Incentivar o aleitamento materno nas dependências do Hospital.

Meta: Incentivar o aleitamento materno em 100% (cem por cento) das mães que realizaram parto nas instalações do CONTRATADO.

1.2. PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DO SUS

a) Implantar atividades humanizadoras conforme a política nacional de humanização do SUS.

Meta: Realizar atividades humanizadoras em todos os setores da instituição, comprovando as referidas ações por meio de relatórios trimestrais enviando-os à Comissão de Acompanhamento de Contrato.

b) Relatório mensal de usuários crônicos que apresentam internações recidivantes.

Meta: Encaminhar relatório mensal para o gestor local com o nome, endereço e telefone para contato dos usuários crônicos com internação recorrente.

1.3. GESTÃO HOSPITALAR

a) Apresentação à Comissão de Acompanhamento do Contrato da estrutura de despesas e receitas por item, conforme classificação: pessoal, medicamentos e materiais hospitalares e outras despesas, em relatório trimestral.

Meta: apresentar dados em relatório trimestral.

b) Permitir à Comissão de Acompanhamento do Contrato, a avaliação dos serviços prestados pelo Contratado.

Meta: apresentar dados em relatório trimestral.

1.4. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

a) Promover a educação continuada para os funcionários do Hospital.

Meta: Promover atividades de educação continuada para os funcionários do Hospital, devendo ser 50% (cinquenta por cento) dos funcionários em 2015 e 50% (cinquenta por cento) dos funcionários em 2016, sendo que as atividades deverão ser comprovadas em relatório.

2. METAS QUANTITATIVAS

2.1. GRUPO I - VALORES PÓS FIXADOS - VÍNCULO 16.500 (MAC)

2.1.1. PRONTO ATENDIMENTO

a) O CONTRATADO conta com unidade de pronto atendimento com horário de funcionamento das 07h00min às 22h00min, e ofertará os atendimentos ambulatoriais constantes na TABELA I, disponibilizados aos usuários SUS.

TABELA I - PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Atendimento médico de urgência	1300	11,00	14.300,00	171.600,00
Procedimentos - BAU	100	5,68	568,00	6.816,00
Exames de patologia clínica	200	4,60	920,00	11.040,00
TOTAL			15.788,00	189.456,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos procedimentos do pronto atendimento acima pactuados;

2.1.2. AMBULATORIAL

b) Os Serviços de Apoio e Diagnóstico e Terapia constantes na TABELA II, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA II - SERVIÇOS DE APOIO E DIAGNOSE E TERAPIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Exames de patologia clínica	100	4,60	460,00	5.520,00
Radiologia (raio-x)	1200	7,30	8.760,00	105.120,00
Cerclagem de ânus	20	13,13	262,60	3.151,20
Colonoscopia	20	112,66	2.253,20	27.038,40
Biópsia de pele e partes moles	200	25,83	5.166,00	61.992,00
Retirada de corpo estranho do tubo digestivo	10	31,26	312,60	3.751,20
Retirada de corpo estranho do esôfago	10	49,50	495,00	5.940,00
Retirada de corpo estranho estômago/duodeno	10	47,25	472,50	5.670,00
Retirada de pólipos do tubo digestivo	130	29,84	3.879,20	46.550,40
Retossigmoidoscopia	20	23,13	462,60	5.551,20
Biópsia de ânus / canal anal	20	18,46	369,20	4.430,40
Esofagogastroduodenoscopia - EDA	160	48,16	7.705,60	92.467,20
TOTAL			30.598,50	367.182,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos serviços de apoio diagnóstico e terapia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

c) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em anestesiologia constantes na TABELA III, deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA III - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANESTESIOLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em anestesiologia	200	10,00	2.000,00	24.000,00
Procedimentos em anestesiologia	30	84,00	2.520,00	30.240,00
TOTAL			4.520,00	54.240,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em anestesiologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

d) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em angiologia constantes na TABELA IV, deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA IV - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em angiologia	360	10,00	3.600,00	43.200,00
Consulta de outros profissionais de nível superior (enfermagem)	70	6,30	441,00	5.292,00
Curativo grau II (angiologia)	100	32,40	3.240,00	38.880,00
TOTAL			7.281,00	87.372,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em angiologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

e) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em oftalmologia constantes na TABELA V, deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA V - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM OFTALMOLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PAC-TUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Facoemulsificação c/ implante de lente dobrável	50	643,00	32.150,00	385.800,00
Tratamento cirúrgico de pterígio	30	139,70	4.191,00	50.292,00
Tratamento cirúrgico triquíase	05	159,37	796,85	9.562,20
Exerese de calázio/outras lesões de pálpebras e supercílios	20	45,00	900,00	10.800,00
Sutura de esclera	30	161,19	4.835,70	58.028,40
Epilação de cílios	02	22,93	45,86	550,32
Sondagem das vias lacrimais	02	22,93	45,86	550,32
Exerese de tumor de conjuntiva	02	82,28	164,56	1.974,72
Correção cirúrgica de entrópio e ectrópio	02	116,42	232,84	2.794,08
Correção cirúrgica de hérnia de íris	01	259,20	259,20	3.110,40
Fotocoagulação à laser	02	45,00	90,00	1.080,00
Injeção intra-vítreo	20	82,28	1.645,60	19.747,20
Injeção subconjuntival	01	8,24	8,24	98,88
Iridectomia cirúrgica	01	297,46	297,46	3.569,52
Oclusão do ponto lacrimal	01	19,14	19,14	229,68
Reconstrução do canal lacrimal	01	389,64	389,64	4.675,68
Sinequiolise à yag laser	02	45,00	90,00	1.080,00
Sutura de conjuntiva	02	82,28	164,56	1.974,72
Sutura de córnea	02	164,08	328,16	3.937,92
Sutura de pálpebra	02	82,28	164,56	1.974,72
Tratamento cirúrgico de miíase palpebral	06	22,93	137,58	1.650,96
TOTAL			46.956,81	563.481,72

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/ procedimentos em oftalmologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

f) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em ortopedia, constantes na TABELA VI, deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA VI - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em ortopedia	350	10,00	3.500,00	42.000,00
Procedimentos ambulatoriais em ortopedia	20	30,00	600,00	7.200,00
TOTAL			4.100,00	49.200,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em ortopedia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

g) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cardiologia, constantes na TABELA VII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA VII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em cardiologia	350	10,00	3.500,00	42.000,00
Ecocardiografia transtorácica	120	39,94	4.792,80	57.513,60
Teste de esforço / teste ergométrico	70	30,00	2.100,00	25.200,00
Monitoramento pelo sistema holter 24 horas (3 canais)	30	30,00	900,00	10.800,00
Monitorização ambulatorial de pressão arterial	30	10,07	302,10	3.625,20
TOTAL			11.594,90	139.138,80

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos / procedimentos ambulatoriais em cardiologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

h) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em urologia, constantes na TABELA VIII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA VIII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM UROLOGIA (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consultas em Urologia	300	10,00	3.000,00	36.000,00
Procedimentos ambulatoriais em urologia: (punção de esvaziamento / drenagem de abscesso / liberação – plástica de prepúcio / exereses de cisto bolsa escrotal / fulguração – cauterização de lesões cutâneas (até 5 lesões) / eletrocauterização (até 5 lesões) / plastica freio balanço prepucial	60	11,00	660,00	7.920,00
Cistoscopia	10	18,00	180,00	2.160,00
Biópsias: próstata / bolsa escrotal / epidídimo / cordão espermático / testículo / ureter / uretra	10	92,00	920,00	11.040,00
Ultrassonografia para biópsia	10	27,50	275,00	3.300,00
Postectomia	6	219,12	1.314,72	15.776,64
TOTAL			6.349,72	76.196,64

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos / procedimentos ambulatoriais em urologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

i) Os atendimentos/procedimentos ambulatoriais em otorrinolaringologia e fonoaudiologia, constantes na TABELA IX, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA IX - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM OTORRINOLARINGOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA (MAC).

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Logaudiometria	80	26,25	2.100,00	25.200,00
Imitânciometria	80	23,00	1.840,00	22.080,00
Audiometria tonal limiar	80	21,00	1.680,00	20.160,00
Emissões otoacústicas	40	13,51	540,40	6.484,80
Avaliação auditiva comportamental	40	18,00	720,00	8.640,00
Videolaringoscopia	65	45,50	2.957,50	35.490,00
TOTAL			9.837,90	118.054,80

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em otorrinolaringologia e fonoaudiologia acima pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO.

2.1.3. HOSPITALAR

O Município de Brusque é referência nas internações hospitalares para os Municípios de: Balneário Camboriú, Blumenau, Botuverá, Camboriú, Canelinha, Gaspar, Guabiruba, Ilhota, Itajaí, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Penha e São João Batista, conforme Pactuação vigente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

a) As internações hospitalares por especialidades de média complexidade, são procedimentos autorizados/regulados pela CONTRATANTE e destinados aos usuários do SUS que necessitem de atendimento hospitalar, oriundos da urgência e/ou cirurgias eletivas, encaminhados pela DPRCAA, conforme TABELA X.

TABELA X - INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE (MAC)

INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADE	PACTUADO MENSAL FÍSICO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Clínica médica	30	464,99	13.949,70	167.396,40
Cirurgias eletivas	75	464,99	34.874,25	418.491,00
TOTAL			48.823,95	585.887,40

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) das internações por especialidades de média complexidade;
- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas previamente autorizadas e encaminhados pela DPRCAA.

b) Repassar o recurso financeiro referente a Portaria nº 543/SES/2008, de 02/09/08, que determina o pagamento de um incentivo às Unidades Hospitalares que aderirem ao processo de Contratualização sendo elegíveis os Hospitais Públicos, Filantrópicos e Prestadores do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme TABELA XI.

TABELA XI - POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO HOSPITALAR

POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO HOSPITALAR	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Portaria SES 543/2008	3.213,14	38.557,68
TOTAL	3.213,14	38.557,68

- Os valores definidos na TABELA XI estão definidos em conformidade com os requisitos contemplados nos artigos 2º, 3º e 4º da Portaria n. 543/SES/2008;
- As ações estratégicas previstas nos artigos 2º, 3º e 4º da Portaria n. 543/SES/2008, devem ser cumpridas de forma efetiva pelo CONTRATADO, para o recebimento dos valores;
- O montante definido na TABELA XI será repassado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, após repasse dos valores ao Fundo Municipal de Saúde pelo Fundo Estadual de Saúde.

c) Repassar o recurso financeiro referente a Portaria GM n. 1.634, de 06 de agosto de 2013 que estabelece recursos a serem incorporados ao limite Financeiro de Média e Alta complexidade do Estado e Municípios de Santa Catarina destinados ao incremento da contratualização dos hospitais privados sem fins lucrativos e ao reforço de custeio da Assistência Hospitalar, conforme valores descritos na Tabela XII.

TABELA XII - INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR (MAC)

INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
PORTARIA GM 1.634, DE 13/08/2013	11.630,76	139.569,12
TOTAL	11.630,76	139.569,12

- O montante definido na TABELA XII será repassado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, após repasse dos valores ao Fundo Municipal de Saúde pelo Fundo Estadual de Saúde.

TABELA XIII - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC)

TABELAS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
TABELA I – PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL (MAC)	15.788,00	189.456,00
TABELA II – SERVIÇOS DE APOIO E DIAGNOSE E TERAPIA (MAC)	30.598,50	367.182,00
TABELA III – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANESTESIOLOGIA (MAC)	4.520,00	54.240,00
TABELA IV – ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (MAC)	7.281,00	87.372,00
TABELA V – ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM OFTALMOLOGIA (MAC)	46.956,81	563.481,72
TABELA VI – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (MAC)	4.100,00	49.200,00
TABELA VII – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (MAC)	11.594,90	139.138,80
TABELA VIII – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM UROLOGIA (MAC)	6.349,72	76.196,64
TABELA IX – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM OTORRINOLARINGOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA (MAC)	9.837,90	118.054,80
TABELA X – INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE (MAC)	48.823,95	585.887,40
TABELA XI - POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO HOSPITALAR	3.213,14	38.557,68
TABELA XII – INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR	11.630,76	139.569,12
TOTAL	200.694,68	2.408.336,16

2.2. GRUPO II - VALORES PÓS FIXADOS - VÍNCULO 10.200

2.2.2. AMBULATORIAL

a) O incentivo financeiro dos sobreaviso destina-se a garantir o atendimento médico especializado em período integral aos usuários do SUS, conforme TABELA XIV.

TABELA XIV - PAGAMENTO DOS SOBREAVISO (RECURSO PRÓPRIO)

ESPECIALIDADES – PLANTÃO E SOBREA-VISO	QUANTIDADE DE HORAS	VALOR HORA (R\$)	VALOR TOTAL DE HORAS MENSAL (R\$)	VALOR DE HORAS GLOBAL (R\$) 12 MESES
Sobreaviso Clínica Médica	720	24,85	17.892,00	214.704,00
TOTAL			17.892,00	214.704,00

Indicadores:

- Manter 100% (cem por cento) dos sobreavisos.

b) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em angiologia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XV, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XV - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em angiologia	360	21,30	7.668,00	92.016,00
Curativo Grau II – Angiologia	100	47,90	4.790,00	57.480,00
TOTAL			12.458,00	149.496,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em angiologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

c) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cirurgia torácica, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XVI, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XVI - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM CIRURGIA TORÁCICA (RECURSO PRÓPRIO)

INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADE	PACTUADO MENSAL FÍSICO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em cirurgia torácica	150	40,00	6.000,00	72.000,00
Exames em cirurgia torácica	75	46,84	3.513,00	42.156,00
TOTAL			9.513,00	114.156,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cirurgia torácica pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

d) O Município disponibilizará recursos financeiros próprio para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em anestesiologia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XVII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XVII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ANESTESIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta anestesia – cirurgia eletiva	200	20,00	4.000,00	48.000,00
TOTAL			4.000,00	48.000,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em anestesiologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

e) O Município disponibilizará recursos financeiros próprios para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em urologia ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XVIII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XVIII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM UROLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consultas em Urologia	300	28,00	8.400,00	100.800,00
Procedimentos ambulatoriais em urologia: (punção de esvaziamento / drenagem de abscesso / liberação – plástica de prepúcio / exereses de cisto bolsa escrotal / fulguração – cauterização de lesões cutâneas (até 5 lesões) / eletrocauterização (até 5 lesões) / plastica freio balanço prepucial	60	61,00	3.660,00	43.920,00
Cistoscopia	10	182,00	1.820,00	21.840,00
Biópsias: próstata / bolsa escrotal / epidídimo / cordão espermático / testículo / ureter / uretra	10	128,00	1.280,00	15.360,00
Postectomia	6	0,88	5,28	63,36
TOTAL			15.165,28	181.983,36

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em urologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

f) O Município disponibilizará recursos financeiros próprios para realização de atendimento/procedimento ambulatorial em cirurgia geral, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XIX, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XIX - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CIRURGIA GERAL (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em cirurgia geral	135	40,00	5.400,00	64.800,00
TOTAL			5.400,00	64.800,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cirurgia geral pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

g) O Município disponibilizará recursos financeiros próprios para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em ortopedia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XX, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XX - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em ortopedia	350	55,00	19.250,00	231.000,00
Procedimentos em ortopedia	20	103,00	2.060,00	24.720,00
TOTAL			21.310,00	255.720,00

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em ortopedia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

h) O Município disponibilizará recursos financeiros próprios para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em oftalmologia,

ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços constantes na TABELA XXI, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XXI - ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL EM OFTALMOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Facoemulsificação (catarata)	50	125,00	6.250,00	75.000,00
TOTAL			6.250,00	75.000,00

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) dos procedimentos oftalmológicos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em oftalmologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

i) O Município disponibilizará recursos financeiros próprios para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cardiologia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XXII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XXII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta em cardiologia	350	45,00	15.750,00	189.000,00
Ecocardiografia transtorácica	120	60,06	7.207,20	86.486,40
Teste de esforço / teste ergométrico	70	100,00	7.000,00	84.000,00
Monitoramento pelo sistema holter 24 horas (3 canais)	30	55,00	1.650,00	19.800,00
Monitorização ambulatorial de pressão arterial	30	64,93	1.947,90	23.374,80
TOTAL			33.555,10	402.661,20

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em cardiologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

j) O Município disponibilizará recursos financeiros próprios para realização de atendimentos/procedimentos ambulatoriais em otorrinolaringologia, ampliando desta forma a capacidade de oferta dos serviços. Os referidos atendimentos constantes na TABELA XXIII, regulados pela DPRCAA, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III), deverão ser disponibilizados pelo CONTRATADO para os usuários SUS referenciados.

TABELA XXIII - ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM OTORRINOLARINGOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Videolaringoscopia	65	47,14	3.064,10	36.769,20
TOTAL			3.064,10	36.769,20

Indicadores:

- Realizar de 90% (noventa por cento) a 105% (cento e cinco por cento) dos atendimentos/procedimentos ambulatoriais em otorrinolaringologia pactuados, aos usuários SUS previamente regulados e agendados por meio SISREG III a ser realizado pelo CONTRATADO;

k) O Município disponibilizará recursos financeiros próprios conforme TABELA XXIV, como incentivo à realização dos procedimentos de SADT constantes e regulamentados neste contrato.

TABELA XXIV - INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SADT (RECURSO PRÓPRIO)

SADT	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Exames por imagem	5.000,00	60.000,00
Exames de colonoscopia	1.000,00	12.000,00
Procedimentos em ortopedia	650,00	7.800,00
TOTAL	6.650,00	79.800,00

2.2.3. HOSPITALAR

2.2.3.1. CIRURGIAS ELETIVAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE (RECURSO PRÓPRIO)

a) A complementação financeira dos serviços hospitalares tem a finalidade atender a demanda crescente dos usuários dos SUS no Município, a CONTRATANTE disponibilizará a CONTRATADA o incremento financeiro mensal conforme TABELA XXV.

TABELA XXV - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Cirurgias eletivas – serviço hospitalar	1	48.754,10	48.754,10	585.049,20
TOTAL			48.754,10	585.049,20

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas encaminhadas pela DPRCAA.

b) A complementação financeira dos serviços profissionais para a realização de cirurgias eletivas nas especialidades discriminadas na TABELA XXVI, deverão ser reguladas, autorizadas e encaminhadas pela DPRCAA ao CONTRATADO, com a finalidade atender a demanda crescentes dos usuários dos SUS no Município da CONTRATANTE.

TABELA XXVI - CIRURGIAS ELETIVAS - SERVIÇO PROFISSIONAL (RECURSO PRÓPRIO)

ESPECIALIDADE / PROCEDIMENTO	QUANTIDADE PACTUADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Cirurgia Vascular	20	134,59	2.691,80	32.301,60
Cirurgia Cabeça e Pescoço	2	408,87	817,74	9.812,88
Cirurgia Geral - Colectomia	6	630,00	3.780,00	45.360,00
Cirurgia Geral - Herniorrafia	8	272,00	2.176,00	26.112,00
Cirurgia Geral – Parede abdominal	3	272,00	816,00	9.792,00
Cirurgia em Ortopedia – ligamentoplastia (manguito rotador)	10	1.000,00	10.000,00	120.000,00
Cirurgia em Ortopedia – artroscopia simples/demais cirurgias ortopédicas (exceto retirada de fio ou pino intra-ósseo)	10	750,00	7.500,00	90.000,00
Cirurgia em Ortopedia – retirada de fio ou pino intra-ósseo	10	252,00	2.520,00	30.240,00
Cirurgia em Urologia	12	262,50	3.150,00	37.800,00
Ato anestésico nas cirurgias eletivas	200	72,00	14.400,00	172.800,00
TOTAL			47.851,54	574.218,48

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas previamente reguladas e autorizadas pela SMS e mensalmente encaminhadas ao CONTRADADO.

c) O Município disponibilizará recursos financeiros próprios, conforme TABELA XXVII, como incentivo à realização dos procedimentos cirúrgicos que necessitam de órteses, próteses, e materiais, cujo os valores de compra ultrapassem os da tabela SIGTAP do SUS.

TABELA XXVII - INCENTIVO À REALIZAÇÃO PROCEDIMENTOS CIRURGICOS QUE NECESSITAM DE OPM (RECURSO PRÓPRIO)

SADT	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
OPM – cirurgia em ortopedia, cirurgia em otorrinolaringologia, cirurgia em urologia, cirurgia em ginecologia, cirurgia em proctologia.	10.000,00	120.000,00
TOTAL	10.000,00	120.000,00

Indicadores:

- Realizar 100% (cem por cento) das cirurgias eletivas em ortopedia, otorrinolaringologia, urologia e ginecologia que necessitam de OPM, previamente reguladas e autorizadas pela SMS e mensalmente encaminhadas ao CONTRADADO.

- O repasse financeiro dos valores à maior praticados pelo mercado em relação aos valores constantes na tabela SIGTAP/SUS, será realizado, pós-fixado, mediante comprovação da utilização da OPM, sendo que o CONTRATADO, deverá encaminhar para a DPRCAA mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente a realização do procedimento, os seguintes documentos: a) fatura mensal, com descrição do nome do usuário, número da AIH, data da realização da cirurgia, descrição da OPM utilizada, quantidade, valor constante na tabela SIGTAP/SUS, valor praticado pelo fornecedor, e o valor a maior pago ao fornecedor (diferença entre o valor da tabela e o pago), e b) cópia da nota fiscal emitida pelo fornecedor.

TABELA XXVIII - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (RECURSO PRÓPRIO)

TABELAS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
TABELA XIV – PAGAMENTO DOS SOBREAVISO (RECURSO PRÓPRIO)	17.892,00	214.704,00
TABELA XV – ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANGIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	12.458,00	149.496,00
TABELA XVI – ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM CIRURGIA TORÁCICA (RECURSO PRÓPRIO)	9.513,00	114.156,00
TABELA XVII – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ANESTESIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	4.000,00	48.000,00
TABELA XVIII – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM UROLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	15.165,28	181.983,36
TABELA XIX – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CIRURGIA GERAL (RECURSO PRÓPRIO)	5.400,00	64.800,00
TABELA XX – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM ORTOPEDIA (RECURSO PRÓPRIO)	21.310,00	255.720,00
TABELA XXI – ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL EM OFTALMOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	6.250,00	75.000,00
TABELA XXII – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM CARDIOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	33.555,10	402.661,20
TABELA XXIII – ATENDIMENTO/PROCEDIMENTO AMBULATORIAL EM OTORRINOLARINGOLOGIA (RECURSO PRÓPRIO)	3.064,10	36.769,20
TABELA XXIV – INCENTIVO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SADT (RECURSO PRÓPRIO)	6.650,00	79.800,00
TABELA XXV – CIRURGIAS ELETIVAS – SERVIÇO HOSPITALAR (RECURSO PRÓPRIO)	48.754,10	585.049,20
TABELA XXVI – CIRURGIAS ELETIVAS – SERVIÇO PROFISSIONAL (RECURSO PRÓPRIO)	47.851,54	574.218,48
TABELA XXVII – INCENTIVO À REALIZAÇÃO PROCEDIMENTOS CIRURGICOS QUE NECESSITAM DE OPM (RECURSO PRÓPRIO)	10.000,00	120.000,00
TOTAL	241.863,12	2.902.357,44

TABELA XXIX - TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC E RECURSO PRÓPRIO)

TABELAS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
TABELA XIII – TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (MAC)	200.694,68	2.408.336,16
TABELA XXVII – TOTAL DAS METAS QUANTITATIVAS (RECURSO PRÓPRIO)	241.863,12	2.902.357,44
TOTAL	442.557,80	5.310.693,60

Brusque, em 13 de março de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

CONTRATANTE

Ana Beatriz Baron Ludvig

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM

CONTRATADO

Pe. Timóteo José Steinbach

DECRETO Nº. 7.582, DE 25 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 7.582, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 2.131.000,00 (Dois milhões e cento e trinta e um mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00Secretaria Municipal de Educação
 09.001Secretaria Municipal de Educação
 0012.0361.0025.2019Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
 3.3.90.00Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes
 0.1.01.00Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALORR\$ 1.200.000,00
 0012.0365.0335.2021Manutenção de Creches
 4.4.90.00Aplicações Diretas- Investimentos
 0.1.01.00Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALORR\$ 60.000,00
 0012.0365.0020.2020Manutenção da Educação Infantil
 3.3.90.00Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes
 0.1.01.00Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALORR\$ 51.000,00
 13.00Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0018.0451.0320.1002Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
 3.3.90.00Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00Recursos Ordinários
 VALORR\$ 100.000,00
 0.1.54.54Transf. De Convênios- União/Outros
 VALORR\$ 100.000,00
 0015.0451.0125.2036Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 4.4.90.00Aplicações Diretas- Investimentos
 0.1.00.00Recursos Ordinários
 VALORR\$ 600.000,00
 15.00Secretaria de Assist. Social e Habitação
 15.003Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social
 0004.0122.0005.2322Gestão Fundo - FHIS
 3.3.90.00Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00Recursos Ordinários
 VALORR\$ 10.000,00
 4.4.90.00Aplicações Diretas- Investimentos
 0.1.00.00Recursos Ordinários
 VALORR\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00Secretaria Municipal de Educação
 09.001Secretaria Municipal de Educação
 0012.0361.0025.2019Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
 3.1.90.00Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.01.00Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALORR\$ 800.000,00
 4.4.90.00Aplicações Diretas- Investimentos
 0.1.01.00Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALORR\$ 400.000,00
 0012.0365.0335.2021Manutenção de Creches

3.1.90.00Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.01.00Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALORR\$ 60.000,00
 0012.0365.0020.2020Manutenção da Educação Infantil
 4.4.90.00Aplicações Diretas- Investimentos
 0.1.01.00Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALORR\$ 51.000,00
 13.00Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0018.0451.0320.1002Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
 4.4.90.00Aplicações Diretas- Investimentos
 0.1.00.00Recursos Ordinários
 VALORR\$ 100.000,00
 0.1.54.54Transf. De Convênios- União/Outros
 VALORR\$ 100.000,00
 0015.0451.0125.2036Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.3.90.00Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00Recursos Ordinários
 VALORR\$ 600.000,00
 15.00Secretaria de Assist. Social e Habitação
 15.003Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social
 0004.0122.0005.2322Gestão Fundo - FHIS
 3.1.90.00Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00Recursos Ordinários
 VALORR\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de março de 2015.
 PAULO ROBERTO ECCEL ELTON RODRIGO RIFFEL
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

DIEGO FAGUNDES
 Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
 Chefe Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 002/2015 HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2015

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 002/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 26 de março de 2015, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 002/2015,

da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 26 de março de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 002/2015 RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 002/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, MÉDICO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, conforme segue:

CIRURGIÃO DENTISTA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	004	CAROLINA DE MIRANDA MEURER	6,4
002	014	JOSÉ EDUARDO DIAS DOS SANTOS	6,0
003	016	FLAVIA CARVALHO GONÇALVES	5,8
004	002	CATIUCIA LANZZARIN	5,0
005	012	GIOVANA DAL PUPO	5,0
-	001	MELISSA VENTUAN QUINALHA	4,4
-	018	UESLEI KOHLER	4,4
-	020	SILVIA MARIA SPINASSI	4,4
-	019	ERIVELTON JOFRE DE MATOS JUNIOR	4,2
-	003	JOANA PAULA FRANDOLOSO	3,6
-	017	MAHIARA FINK LIELL KOHLER	3,6
-	011	JOSÉ ALBERTO DE SOUZA	3,0
-	013	MIRELLA BOFF	2,8
-	008	RUAN CARLOS BEUTING	1,4
-	005	LUCIELLE RUDOLFO LAUS	----
-	006	SILVANA MORANDI SACHETE	----
-	007	MARIANNE BIANCA DE SAMPAIO	----
-	009	CARLOS DANIEL DE SIQUEIRA CORA-DETTE	----
-	010	NADINE NAYLA DE ANDRADE	----
-	015	FILIPPE LEONARDO STRINGARI	----
-	021	DANIELA CRISTINE ISENSSE	----

MÉDICO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	001	EMERSON MACHADO	6,00
-	002	OSMAR WAMBIER NETO	----
-	004	RAFAEL FRANCO	----
-	007	ESTELA MARIA DA CAS DE AQUIM	----
-	008	FELIPPE SONALIO BUSATO	----
-	003	RAFAEL ABUJAMRA ALVES PINTO	----
-	005	FRANCINNE VITÓRIA SILVA	----
-	006	THAUANA IZANFAR GONÇALVES	----

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	012	VILMA APARECIDA DE ALMEIDA LAUREANO	7,20
002	019	JANETE RODRIGUES DA SILVA OURIQUES	7,20
003	004	MARIA TEREZINHA BERTAN	6,80
004	026	FABIANA MESSIAS DOS SANTOS	6,80
005	027	GRAZIELA FERNANDES TACHINI	6,40
006	005	DAIANE DANIELA BERTO CONSOLARO	6,40
007	015	JOSIMAR LUDVIG	6,40
008	001	LEILA FLORES	6,20
009	008	GUILHERME FERREIRA VASCONCELOS	6,00
010	013	SHARLENE APARECIDA LEAL	6,00
011	009	SAMARA DE SOUZA SILVA NUNES	6,00
012	017	GILVANE ANDREA SPIER	6,00
013	007	MARIA GORETI LOPES	6,00
014	020	ROSELI DE FATIMA BINELLI GONÇALVES COUTO	5,60
015	024	VALDECIRA GARCIA DE SOUZA DO PRADO	5,60
016	011	ROSA CRISTINA PANTOJA PORTILHO	5,60
017	022	DOUGLAS ELIAS BORGES	5,60
018	003	SOLANGE REGINA TEIXEIRA	5,40
----	010	KATIA APARECIDA RODRIGUES	4,80
----	021	FRANCIELI APARECIDA SILVA	4,80
----	028	JANETE DA ROSA	4,40
----	023	SILVANA CORTES DE LIMA	4,40
----	002	LUCI SUELI CARDOSO PAZA	4,00
----	006	MAIQUELLE COSTA DE SOUZA	----
----	014	ANGELA MARIA ROSA	----
----	016	DANIELE SILVANO DE SOUZA	----
----	018	ROSANGELA PORTES CAETANO	----
----	025	LUCIA REGINA WINTER	----

Brusque, 26 de março de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 006/2015 HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 006/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de MONITOR, conforme segue:
MONITOR

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	007	EDIONAINE FATIMA B. DOS SANTO PAZIO	6,25
002	013	JANETE MOLLERI CAVILHA	6,00
003	019	MANOELA MERIZIO	6,00
004	023	PATRICIA PEREIRA	6,00
005	011	GLEICIANE PEREIRA DOS SANTOS CAVALHEIRO	5,75
006	006	DUANE BERTOLINI	5,50
007	028	WALLISON PEREIRA DOS SANTOS	5,50
008	008	EDIVANA APARECIDA CARVALHO MOURA	5,25
009	002	CAMILA BENVENUTI	5,00
010	018	LUIZ GUSTAVO NUNES DO AMARAL	5,00
-	025	SAMARA DE JESUS SILVA	4,75
-	003	CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES	4,50
-	016	LUCIA APARECIDA COGNACO	4,50
-	024	RAQUEL DA ROSA	4,50
-	021	NATIELI FATIMA DA COSTA	4,25
-	009	FRANCIELE PAULO CARVALHO	4,00
-	001	ANA AMABILE ALMEIDA KLANN	3,75
-	027	VALQUIRIAINDIA SOUZA DE MOURA	3,50
-	004	DANIELA BONFIM	3,25
-	022	NEUZA DE FATIMA DE SOUZA STEFAINSKI	3,00
-	005	DANIELE PRISCILA DE MEIRA SANTOS	2,50
-	012	JACQUELINE DE S. CONCEIÇÃO	2,50
-	010	GABRIELLY FERRANTE MARTINS	----
-	014	LARISSA BRUNIELLI TEIXEIRA RAIOL BRITO	----
-	015	LARISSA HASCKEL FRANCO	----
-	017	LUCIANA GOMES	----
-	020	MORGANA VITORINO MELATO COMPER	----
-	026	THAINA COSME	----
-	029	PAMELA MAIHGUEL LOTERIO SORER	----
-	030	WILLIAN SILVA DA SILVA	----

Brusque, 26 de março de 2015.
DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 007/2015 RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 007/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de MONITOR I, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
1	MARIA DE FATIMA CARVALHO ANDRADE	82
2	SUZANA SOUZA MARINHO	37
3	PATRICIA PEREIRA	30
4	VANETE DOS SANTOS QUEIROZ SILVA 31/07/61	25
5	MARINA DA SILVA 07/06/80	25
6	FRANCINE RAMOS DE CARVALHO	23
7	EDIVANA APARECIDA CARVALHO MOURA	14
8	ALINE DOS SANTOS MUNHOZ	12
9	MONIQUE VELHO CAVALLI	11
10	MARLEI TEREZINHA ROVEDA	10
11	GISLAINE GREPA	09
12	DOUGLAS MANASSES	07
13	MARIA DE FATIMA COELHO PINHEIRO	06
14	FERNANDA SOARES PINTO 20/10/88	03
-	VIVIANE MONTEIRO	00
-	PATRICIA HAMMES	00
-	LILIA BYHAIN DE OLIVEIRA	00
-	SAMANTA CARLA DESPLANCHES	00
-	MARIA EDIANE GOMES DOS SANTOS	00
-	APARECIDA CARVALHO DELEGA	00
-	CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES	00
-	RANIERIA MEMEDES DAS NEVES	00
-	VALDENISA FERNANDES DE OLIVEIRA	00
-	FRANCIELE ANGÉLICA BORGONHA	00
-	LAIS AIRES ARNOLDO	00
-	ARIANI SILVA AMARAL	00
-	ZENI APARECIDA DA SILVA AMARAL	00
-	JUANA DA ROCHA CHAVES	00
-	ADRIANA NEIDE DOS SANTOS	00
-	MARILDA PEREIRA	00
-	MARLANE DOS SANTOS COSTA	00
-	ADRIANA CABRAL E SILVA	00
-	JUBIANE CARDOSO DOS SANTOS BOETTNER	00
-	CELIA MARTINS DA COSTA	00
-	ELIZ MARIA HAACKE	00
-	STEFANE DOUZA DOS ANJOS	00
-	JOÃO JOSÉ DALMARCO NETO	00
-	LAILA FABIANE ZUNINO	00
-	PATRICIA REGINA MACHADO	00
-	MARCIO AMORIM	00

Brusque, 26 de março de 2015.
DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 014/2015 PROCESSO SELETIVO

Processo Seletivo - Edital nº 014/2015

O Secretário Municipal de Orçamento de Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de MECÂNICO nas seguintes modalidades veículos pesados, veículos leves, eletricitista automotivo e soldador, em caráter temporário a fim de atender a necessidade de excepcional interesse público, para atuação no Município de Brusque, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.

1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público.

1.4- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá em prova escrita objetiva e prova prática, de caráter eliminatório e classificatório.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

MECÂNICO
Formação Completa em Ensino Médio.

3- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1- A documentação deverá ser entregue no ato da validação que será no período de 26 de março de 2015 a 07 de abril de 2015, na Secretaria Municipal de Obras Públicas:

- a) Foto 3x4 recente;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);
- c) PIS;
- d) CPF;
- e) Carteira de Identidade;
- f) Certidão de nascimento se solteiro e sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento;
- g) Título de Eleitor;
- h) Comprovante de residência atualizado ou cópia do contrato de locação e declaração autenticado em cartório;
- i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Comprovação relativa a quitação militar, no caso de candidato de sexo masculino;
- k) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- l) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- m) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício

do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);

n) Declaração de bens (anexo III deste edital);

o) Apresentar comprovante de escolaridade;

4- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão realizadas junto à Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizado na Rua Ivandro Bruns, 411 - Nova Brasília, Brusque - SC, no período de 26 de março de 2015 a 07 de abril de 2015, das 08:00 as 11:30 horas, e das 13:30 as 17:00 horas.

4.2 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

4.3 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Ter o ensino médio completo, cuja comprovação dar-se-á por meio de apresentação do certificado de conclusão do curso.

5.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;

5.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

5.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

5.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

5.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

5.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;

5.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	FUNÇÃO	VA-GAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Mecânico	Mecânico-Veículos pesados	02+ C.R.*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.704,65
	Mecânico-Veículos leves	01+ C.R.*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.704,65
	Mecânico-Eletricista automotivo	01+ C.R.*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.704,65
	Mecânico-Soldador	01+ C.R.*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.704,65

C.R.* Cadastro de reserva.

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO**7.1- Mecânico :****7.1.1 - Atribuições:**

- Inspeccionar os veículos, através de aparelhos e/ou outras ferramentas, a fim de diagnosticar o estado de conservação e funcionamento dos motores mecânicos.

- Executar a lubrificação, regulagem e calibragem dos motores mecânicos, conforme especificações técnicas de cada fabricante, fazendo uso de instrumentos, ferramentas e/ou equipamentos apropriados.

- Montar e desmontar motores, utilizando ferramentas e/ou equipamentos, visando corrigir os defeitos encontrados.

- Traçar, furar, abrir roscas, cortar peças, manualmente e/ou mecanicamente, e/ou realizar pequenos serviços de solda, de modo a confeccionar peças, entre outros, conforme demanda e/ou solicitado.
- Substituir, ajustar e/ou retificar peças como bomba de óleo, válvula, cabeçote, entre outras, quando necessário, utilizando ferramentas e/ou equipamentos específicos, de modo que o motor funcione corretamente.
- Verificar a necessidade de reparos nas ferramentas e equipamentos utilizados na sua área de trabalho, visando manter o bom funcionamento dos mesmos.
- Registrar os reparos feitos, peças trocadas, entre outros, a fim de manter o histórico da frota, bem como os superiores informados quanto ao controle de atividades realizadas.
- Manter atualizados os dados e referências dos equipamentos e peças de reposição, de modo a assegurar o fluxo das atividades.
- Acompanhar testes em motores, verificando o adequado funcionamento, com o intuito de assegurar o resultado da atividade realizada.
- Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade.
- Informar ao superior imediato a real necessidade de substituição de peças em veículos.
- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

8- DATA, HORA E LOCAL DAS PROVAS

8.1- A prova prática para o cargo de mecânico realizar-se-á no dia 09 de abril de 2015, iniciando às 07h00min, nas dependências da Secretaria Municipal de Obras Públicas, localizado na rua Ivandro Bruns, 411 - Nova Brasília, Brusque- SC.

9- DA PROVA, CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

9.1 Os candidatos serão submetidos a prova prática que tem por objetivo avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes à função especificadas no item 6.

9.2 Estará classificado o candidato que comprovar no mínimo de 5 (cinco) meses de tempo de serviço, por meio do registro constante na Carteira de Trabalho - CTPS, ou de declaração ou certidão de tempo de serviço (em papel timbrado) assinada pelo responsável da emissão, e que atingir a nota mínima 5 na prova prática.

9.3- Todos os candidatos inscritos deverão ser submetidos a prova prática com caráter classificatório e eliminatório, a qual consistirá na realização de tarefas inerentes à natureza de cada modalidade ao cargo a ser exercido, observando-se os critérios seguintes:

FUNÇÃO	ATIVIDADES
Mecânico- Veículos pesados	Manutenção em mecânica e elétrica em geral.
Mecânico- Veículos leves	
Mecânico- Eletricista automotivo	
Mecânico- Soldador	

9.4- Será atribuída nota zero na prova prática, ao candidato que, por qualquer razão, chegar com atraso, não comparecer ou comparecer em local e horário diverso ao publicado neste edital.

9.5- Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no endereço eletrônico do processo seletivo, por aviso fixado no mural ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível;

9.6- Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados no item 8.1 deste edital:

- a) Munidos de documento de identificação pessoal, sem o qual não poderão ingressar no local;
- b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

9.7- Os candidatos declaram, ao inscrever-se, gozar de perfeita saúde e estarem aptos para realizar as tarefas que lhe forem determinadas.

9.8- Durante a realização da prova prática é proibido fumar ou ingerir qualquer medicamento ou alimento e usar equipamento de som ou eletrônico de qualquer natureza, bem como de manuais ou instrucionais.

9.9- O candidato poderá trazer e beber água acondicionada em garrafa de material plástico.

9.10- Durante a realização da Prova Prática serão avaliados os seguintes quesitos:

- a) Diagnostico do veículo;
- b) Organização no trabalho;
- c) Eficiência na operação do processo de manutenção;
- d) Segurança na execução das atividades;

- e) Limpeza e manutenção do patrimônio.

9.11- A avaliação da Prova Prática será feita por dois avaliadores, designados pela PREFEITURA. Os avaliadores preencherão, para cada candidato, uma ficha de avaliação, atribuindo notas de 0 a 10 para cada um dos quesitos descritos no item anterior. A nota da prova prática será obtida mediante a média aritmética das notas obtidas nos quesitos.

9.12- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, levando-se em conta, prova prática e o tempo de serviço, até o limite mínimo especificado no item

9.2.1, ou seja, o somatório do tempo de serviço e o resultado da prova prática (média aritmética), caso haja vaga disponível; observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. pontos
De 06 meses a 03 anos	05 pontos
De 03 anos e 01 dia até 04 anos	06 pontos
De 04 anos e 01 dia até 05 anos	07 pontos
De 05 anos e 01 dia até 06 anos	08 pontos
De 06 anos e 01 dia até 07 anos	09 pontos
De 07 anos e 01 dia até 08 anos	10 pontos
De 08 anos e 01 dia até 09 anos	11 pontos
De 09 anos e 01 dia até 10 anos	12 pontos
De 10 anos e 01 dia até 11 anos	13 pontos
De 11 anos e 01 dia até 12 anos	14 pontos
Acima de 12 anos	15 pontos

9.13- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova prática, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

9.14- No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;

9.15- Não haverá segunda chamada para a prova objetiva em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

10- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.2 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Candidato mais idoso;
- b) Maior tempo de serviço;
- c) Candidato com maior número de filhos menores de 18 anos;
- d) Candidato casado ou sob regime de união estável (comprovado com os respectivos documentos legais).

11- DO RESULTADO

11.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 13 de abril de 2015, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

14- DOS RECURSOS

14.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser deferido seu recurso, os quais deverão ser apresentados no setor de recursos humanos, na prefeitura de Brusque, das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

14.2- A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 15 de abril de 2015.

15- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

15.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Obras na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

- 1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando);
- 2- endereço do servidor;
- 3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei;
- 4- regime jurídico;
- 5- informações pessoais: nome, sexo, cpf, nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver;
- 6- laudo de inspeção de saúde;
- 7- comprovação de nacionalidade;
- 8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos;
- 9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais;
- 10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- 11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horária do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento;
- 12- comprovação de idade mínima;
- 13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital;

- 14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- 15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho;
- 16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público,
- 17- termo de posse;
- 18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão;
- 19- declaração de bens;
- 20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo.

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

16.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

16.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

16.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

16.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

16.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

16.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

16.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

16.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 26 de março de 2015.

Diego Fagundes
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Anexo I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro (a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas,

direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja inacumulável com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja inacumulável com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque/SC, ____ de ____ de 2014.

Assinatura do candidato

Anexo II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

Anexo III

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

Anexo IV

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Data de nascimento _____

Endereço: _____ nº _____

Bairro _____ Cidade _____

Fone _____

Estado Civil: _____

Grau de Escolaridade _____

(RG) _____

CPF _____

Ass. do candidato Ass. Fiscal

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Brusque (SC) ____/____/____

Ass. Fiscal

OBS: Para realização da prova é obrigatório a apresentação do 'Protocolo de Inscrição e Carteira de Identidade'.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015 - IBPLAN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015 - IBPLAN

Espécie: Contrato nº 001/2015 - IBPLAN, entre o Município de Brusque e D2 Distribuidora Ltda ME, em 24/02/2015. Objeto: Serviços de veiculação publicitária em placas de logradouro. Valor: R\$ 30.000,00. Fundamento legal: Artigo 25, "caput", da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015 - IBPLAN. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Laureci Serpa Junior e Edson Patissi.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015 - FMS

Espécie: Contrato nº 002/2015 - FMS, entre o Município de Brusque e Thyssenkrupp Elevadores SA, em 10/02/2015. Objeto: Serviços de manutenção e assistência técnica para os elevadores instalados no Centro de Serviços em Saúde. Valor: R\$ 21.600,00. Fundamento legal: Artigo 25, "caput" da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Elias Augusto Wiggers.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015 - FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015 - FMS

Espécie: Contrato nº 003/2015 - FMS, entre o Município de Brusque e EBF Comércio de Caminhões Ltda, em 13/03/2015. Objeto: serviços mecânicos com o fornecimento de peças e acessórios para a substituição do bloco do motor. Valor: R\$ 99.686,55. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 002/2015 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Errol Bogo.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015

Espécie: Contrato nº 034/2015, entre o Município de Brusque e Associação pela Saúde Emocional das Crianças, em 09/03/2015. Objeto: implementação do Programa "Amigos do Zippy" para atender aos alunos dos 2º anos, "Amigos do Maçã" para os alunos dos 3º anos, "Amigos do Zippy em Casa" para os pais dos alunos já zipados, IEE - Introdução a Educação Emocional para professores. Valor: R\$ 132.900,00. Fundamento legal: Artigo 24, inciso XX, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 009/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: Até 31/12/2015. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Tania de Faria Gellert Paris.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA Nº 060/2013

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO A ATA Nº 060/2013

Espécie: 3º Termo Aditivo, Ata nº 060/2013, entre o Município de Brusque e a Empresa RW Serviços Ltda ME, em 23/03/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual. Valor: R\$ 1.557.000,00. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Origem: Pregão nº 039/2013. Signatários: Diego Fagundes e Rosenildo Eustaquio da Silva Santos.

PORTARIA Nº 9.676, DE 25 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.676, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, conforme abaixo nominados:

NOME
JULIANA PIRES FRITZEN
DANIELLY VIEIRA DE SOUZA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014 - AD04.2014
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 02/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES:

PREÂMBULO

1. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 11.188.015/0001-41, vinculado ao Município de Brusque, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, 77, em Brusque, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Secretária de Saúde ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Azambuja, 1.089, Bairro Azambuja, em Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o número 82.986.985/0001-30, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE, brasileiro, portador do RG n. 4/C.193.688 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 093.550.819-7, abaixo assinado,

Considerando, que a Portaria n. 12, de 7 de janeiro de 2015, estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de

Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, complementando a Portaria n. 1.492/SAS/MS, de 29 de dezembro de 2014, que habilita serviços hospitalares de referência a realizar procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS),

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 01/07/2014, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal o artigo 58, I, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 58, I, da Lei 8.666/93, para a inclusão da Portaria GM/MS n. 12, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, complementando a Portaria n. 1.492/SAS/MS, de 29 de dezembro de 2014, que habilita serviços hospitalares de referência a realizar procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.1. Por meio do presente, o CONTRANTE efetuará o repasse financeiro de 02 (duas) parcelas retroativas, correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2015, sistematizado de acordo com a tabela abaixo:

INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR	VALOR MENSAL (R\$)	PARCELA ÚNICA (REFERENTE AS COMPETÊNCIAS 01/2015 E 02/2015)
PORTARIA GM/MS n. 12/2015	R\$ 22.440,44	R\$ 44.880,88
TOTAL		R\$ 44.880,88

1.2. O repasse ocorrerá após a assinatura do presente Termo Aditivo, ressaltando o período necessário aos tramites legais junto ao setor financeiro do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA VALOR CONTRATUAL

2.0. O valor anual do total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2014 é de R\$ 44.880,88 (quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos), para pagamentos pós-fixados do item acima citado.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro: 2501.2273.33903950/16.500

CLÁUSULA QUARTA DISPOSIÇÕES GERAIS

4.0. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 01/07/2014.

4.1. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), em 11 de março de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE
CONTRATANTE
ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX
CONTRATADO
Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PR Nº 01-2015 - PROC. Nº02-2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PR Nº 01-2015 - PROC. Nº02-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - PROC. Nº02-2015 - FMS

TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL E SEUS COMPONENTES PARA SETORES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAÇADOR, MOTIVO - ANULA-SE O PRESENTE PROCESSO DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA VÁRIOS VICIOS ENCONTRADOS NO EDITAL, Maiores Informações, poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 26 de março de 2015.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO

Secretaria de Saúde

PORTARIA Nº 25.083

PORTARIA nº 25.083, de 02 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e suas alterações,

RESOLVE:

DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, para exercerem a Função de Confiança de Diretores de Escolas, especificando: código, nome, cargo, escola de lotação com carga horária e escola da função com carga horária, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Escola de Lotação	Escola da Função
10534	Alzira Salete Padilha	Professora Séries Iniciais	EMEB Hilda Granemann de Sousa - 20 horas	EMEB Vereda dos Trevos - 40 horas
2946	Cleci Faganello	Orientadora Educacional	EMEB Morada do Sol - 40 horas	EMEB Morada do Sol - 40 horas
1230	Cleide Fátima Dariz	Secretária Escolar	EMEB Tabajara - 40 horas	EMEB Irmão Venâncio José -40 horas
938	Clemare Aparecida Coelho	Professora Séries Iniciais	EMEB Padre José Chamot - 40 horas	EMEB Padre José Chamot -40 horas
1942	Débora Liz Padilha Franco	Secretária Escolar	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa - 20 horas	EMEB Castelhana - 40 horas
828	Edilene Kutcher da Silva	Professora Séries Iniciais	EMEB Hilda Granemann de Sousa -20 horas	EMEB Hilda Granemann de Sousa – 20 horas
4258	Edilene Kutcher da Silva	Professora de Português	EMEB Hilda Granemann de Sousa -20 horas	EMEB Hilda Granemann de Sousa – 20 horas
184	Eliane Terezinha Pellizzaro	Professora Séries Iniciais	EMEB Tabajara - 20 horas	EMEB Pierina Santin Perret -40 horas
1801	Ieda Moschetta	Supervisora Escolar	EMEB Alto Bonito - 40 horas	EMEB Alto Bonito - 40 horas
1007	Ilza Witte Rossa	Professora Séries Iniciais	EMEB São Pedro - 20 horas	EMEB Alcides Tombini - 40 horas
2137 5684	Maria Antonia Fabiani Padilha	Professora Séries Iniciais	EMEB Vereda dos Trevos - 20 horas EMEB Henrique Julio Berger – 20 horas	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa - 40 horas
1495	Nilce Faita Fornari	Professora Séries Finais	EMEB Henrique Julio Berger - 26 horas	EMEB Esperança - 40 horas
724	Orli Ribeiro Tibes	Professora Séries Iniciais	EMEB Nossa Senhora da Salete - 10 horas	EMEB Walsin Nunes Garcia -40 horas
6953	Paulo Sérgio de Moraes	Professor de Inglês	EMEB Morada do Sol EMEB Alto Bonito - 34 horas	EMEB Hilda Granemann de Sousa - 40 horas

186	Rosangela Aparecida Balchak	Professora Séries Iniciais	EMEB Henrique Julio Berger - 40 horas	EMEB Henrique Julio Berger 40 horas
3304	Silvana Alves Ribeiro Bardella	Professora de Educação Infantil	EMEB Nossa Senhora da Salete - 20 horas	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa - 40 horas
1126	Soeli Aparecida da Silva	Professora Séries Iniciais	EMEB Tabajara - 20 horas EMEB Hilda Granemann de Sousa - 20 horas	EMEB Nossa Senhora da Salete - 40 horas
4590	Solange Margareth Campos	Professora Séries Iniciais	EMEB Nossa Senhora da Salete - 20 horas	EMEB Tabajara - 40 horas
2356	Terezinha Rosicléia Kamienski	Professora Séries Iniciais	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa - 20 horas	EMEB Ulysses Guimarães -40 horas
283	Vilson Meireles da Silva	Professor Português e Inglês	EMEB Henrique Julio Berger – 40 horas	EMEB Henrique Julio Berger 40 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.400

PORTARIA Nº 25.400, de 17 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 202 de 23/02/2011, que altera, acrescenta e revoga dispositivos na lei complementar nº 114, de 28/08/2007, que institui a Fundação Municipal de Cultura - FMC, e dá outras providências,

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal LEONIRE APARECIDA CONSTANTINI GONÇALVES, do cargo em comissão de Diretora Técnica da Fundação Municipal de Cultura - FMC, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 17 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.420

PORTARIA Nº 25.420, de 24 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS da Servidora Pública Municipal MARIA LUCIA ROCHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Servente, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 2.124 (dois mil, cento e vinte e quatro) dias, ou 05 (cinco) anos, 09 (nove) meses e 29 (vinte e nove) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00017/15-0, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 13 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Março de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26-2015 – PR – 12-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26-2015 - PR - 12-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

OBJETO; REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS TIPO MARMITEX, destinadas aos servidores das diversas Secretarias da Municipalidade, Autarquias, Fundos e Fundações - CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 14/04/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 14/04/2015.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 26 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 – FUNDESB**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 005/2015 - FUNDESB - Ata do Sistema de Registro de Preços 006/2015 - FUNDESB - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL (CONCRETO USINADO) PARA SER UTILIZADO EM RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS, CONSTRUÇÃO DE VIAS DE DIFÍCIL ACESSO (MORROS) E OUTROS SERVIÇOS EM QUE SEJA NECESSÁRIO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 26/03/2016
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 017/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 019/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA LAVAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 26/03/2016
1ª Publicação.

CONTRATO Nº 016/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2014**RESUMO DE CONTRATO****ADITIVO****FUNDESB**

Segundo termo aditivo

Contrato nº 016/2014 a ata de registro de preços 005/2014

Processo: Pregão Presencial Nº012/2014

Contratado: DISK MATERIAL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

Data: 09/12/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da municipalidade de continuidade dos serviços de limpeza de valas e colocação de tubos e redes pluviais de escoamento de água, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 32.200,00 (Trinta e dois mil e duzentos reais), conforme solicitação da secretaria de Saneamento Básico.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE MULTA VIA EDITAL.

Faz conhecer

Notificação de lançamento de multa via edital

O contribuinte MARCOS DOS SANTOS, notificado e autuado por infração a legislação que rege sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Código de Postura do Município de Camboriú - Lei Complementar nº 12/2008, Capítulo II, artigo 23, inciso II, e por estar em desacordo com Autorização Ambiental nº 024/2014. Sob pena de revelia fica intimado a apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta. A defesa deve ser encaminhada a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, assim como renuncie expressamente à defesa, reclamação ou recurso.

Autuado: MARCOS DOS SANTOS

CPF nº 044.599.599-84

Nº Auto de Infração: 018/2015

Valor da Taxa corrigida: R\$ 13.565,00

Valor da Multa: 500 UFM

Faz conhecer

Notificação de lançamento de multa via edital

O contribuinte MARCOS DOS SANTOS, notificado e autuado por infração a legislação que rege sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Código de Postura do Município de Camboriú - Lei Complementar nº 12/2008, Capítulo I, artigos 315, 323 e 324, Capítulo IX, artigo 264 e por estar em desacordo com Autorização Ambiental nº 024/2014. Sob pena de revelia fica intimado a apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta. A defesa deve ser encaminhada a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, assim como renuncie expressamente à defesa, reclamação ou recurso.

Autuado: MARCOS DOS SANTOS

CPF nº 044.599.599-84

Nº Auto de Infração: 020/2015

Valor das Taxas corrigidas: R\$ 13.565,00

Valor da Multa: 500 UFM

Faz conhecer

Notificação de lançamento de multa via edital.

O contribuinte MARCOS DOS SANTOS, notificado e autuado por infração a legislação que rege sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Lei Federal nº 9605/1998, artigo 60; Código de Postura do Município de Camboriú - Lei Complementar nº 12/2008, Capítulo I, artigos 315, 323 e 324 e por estar em desacordo com Autorização Ambiental nº 024/2014. Sob pena de revelia fica intimado a apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta. A defesa deve ser encaminhada a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, assim como renuncie expressamente à defesa, reclamação ou recurso.

Autuado: MARCOS DOS SANTOS

CPF nº 044.599.599-84

Nº Auto de Infração: 023/2015

Valor das Taxas corrigidas: R\$ 13.565,00

Valor da Multa: 500 UFM

TERMO DE ERRATA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2015 - PMC

TERMO DE ERRATA

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2015 - PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Administração vem comunicar que na publicação do aviso da Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE GALERIA COM REJUNTE INTERNO COM ARGAMASSA DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA AS VALAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 23 de janeiro de 2015:

- Onde lê-se: vigência 21/01/2015

- Leia-se: vigência 21/01/2016

Camboriú SC, 26 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e seis dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de cimento (saca com 50 kg), cal virgem, cal hidratado, ferro, arame recozido e cal de pintura, para uso na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, quando em manutenção de vias públicas, colocação de tubos e lajotas, dentre outras finalidades, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, CNPJ: 00.876.873/0001-62, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 29/2015, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	50	Saco	Cal virgem 20 kg	8,30	415,00
03	50	Saco	Cal hidratada 20kg	8,30	415,00
04	30	Barra (12 m)	Ferro 3/4"	119,30	3.579,00
05	30	Barra (12 m)	Ferro 1/2"	45,20	1.356,00
06	30	Barra (12 m)	Ferro 3/8"	28,70	861,00
07	50	Barra (12 m)	Ferro 5/16"	19,20	960,00
08	40	Barra (12 m)	Ferro 1/4"	13,90	556,00
09	60	Barra (12 m)	Ferro 4,2 mm	5,90	354,00
10	20	Kg	Arame recozido	7,30	146,00
11	30	Saco	Cal de pintura 8 kg	6,30	189,00
VALOR TOTAL				R\$ 8.831,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e seis dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de cimento (saca com 50 kg), cal virgem, cal hidratado, ferro, arame recozido e cal de pintura, para uso na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, quando em manutenção de vias públicas, colocação de tubos e lajotas, dentre outras finalidades, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LANAL COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 83.864.322/0001-06, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 29/2015, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	500	Saco	Cimento 50kg	26,00	13.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 13.000,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

LANAL COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e seis dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de conserto e troca de pneus para veículos leves, caminhões, máquinas e ônibus da frota municipal e Secretaria de Educação de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AUTO POSTO JK LTDA, CNPJ: 76.856.822/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 31/2015, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	80	Serviço	Conserto de pneu de caminhão	30,00	2.400,00
02	100	Serviço	Troca de pneu de caminhão	25,00	2.500,00
03	100	Serviço	Conserto de pneu 1400x24	40,00	4.000,00
04	50	Serviço	Troca de pneu 1400x24	35,00	1.750,00
05	12	Serviço	Conserto de pneu 19.5x24	40,00	480,00
06	12	Serviço	Troca de pneu 19.5x24	35,00	420,00
07	12	Serviço	Conserto de pneu 12.5x18	35,00	420,00
08	12	Serviço	Troca de pneu 12.5x18	30,00	360,00
09	12	Serviço	Conserto de pneu 17.5x25	35,00	420,00
10	25	Serviço	Montagem de pneu 1000x20	25,00	625,00
11	30	Serviço	Conserto de pneu 1000x20	30,00	900,00
12	20	Serviço	Montagem de pneu 215/75R17.5	20,00	400,00
13	20	Serviço	Conserto de pneu 215/75R17.5	25,00	500,00
VALOR TOTAL PARA O LOTE 01				R\$ 15.175,00	

LOTE 02					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	200	Serviço	Conserto de pneu veículo leve	10,00	2.000,00
02	200	Serviço	Troca de pneu veículo leve	10,00	2.000,00
03	200	Serviço	Balanceamento	10,00	2.000,00
VALOR TOTAL PARA O LOTE 02				R\$ 6.000,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ Pregoeira	AUTO POSTO JK LTDA Representante legal
--	---

EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 53/2015.

Considerando o Ofício nº 008/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 101/2014;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 101/2014 (originado do Processo Licitatório nº 109/2014, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescentar e suprimir quantitativos ao Contrato nº 101/2014, conforme segue:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.601.053/0001-20, com sede a Rua TRAVESSA JOSÉ ZIPPERER, nº 144, Bairro Centro, cidade SÃO BENTO DO SUL-SC, representada por IVO INGO BRAND, CPF nº 004.230.849-68, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 101/2014, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO E SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE e SUPRIME do contrato nº 101/2014 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

Considerando que o valor a ACRESCER é de R\$ 16.396,17 (dezesesseis mil trezentos e noventa e seis reais e dezessete centavos) e o valor a SUPRIMIR é de R\$ 2.235,94 (dois mil duzentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), EMPENHE-SE o valor de R\$ 14.160,23 (quatorze mil cento e sessenta reais e vinte e três centavos) referente a diferença do valor do acréscimo e da supressão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 101/2014, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 17 de março de 2015.

<div>LUCILAINE MOKFA SCHWARZ</div> <div>Secretária Municipal de Administração</div> <div>CONTRATANTE</div>	<div>LOURIVAL NEGRELI</div> <div>LN Construções Ltda</div> <div>CONTRATADA</div>
--	--

LEI Nº 4.275 DE 26 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 4.275 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em dez parcelas, a partir do mês de Março de 2015 a Dezembro de 2015, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

§1º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

§2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 8.620 de 21 de Outubro de 2014, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos, se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;

XIII Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;

XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da respectiva Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento da primeira parcela do exercício de 2015.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 172-3.3.5.041.00.896 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 26 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E SUBSEQUENTE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 918.450-3, CPF/MF nº 379.515.489-87, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº, Distrito de Fragosos, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica

de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, Campo Alegre/SC, neste ato representado por sua Presidenta LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES, estrangeira, solteira, agropecuarista, CPF/MF nº 044.124.638-93, residente e domiciliada à Rua Principal, snº, na localidade de Cubatão, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do presente exercício.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 - Disponibilizar 1 (um) botijão e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 - Orientar tecnicamente à nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.
- 8 - Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

- 1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador) bem como capacitar os produtores rurais como Inseminadores visando o aprimoramento do homem do campo e permitindo que eles mesmos possam inseminar seus próprios rebanhos sob o monitoramento do Sindicato,

- 2 - Disponibilizar aos produtores rurais capacitados para inseminação, botijões de sêmen e o material necessário para a realização do trabalho. Os botijões poderão ser adquiridos com recursos próprios do Sindicato ou obtidos na modalidade de "comodato" das empresas parceiras dos produtores rurais.

- 3 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;

- 4 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido de todos os botijões alocados no Município, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;

- 5 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

- 6 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;

- 7 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

- 8 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

- 9 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

- 10 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

- 11 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC., ou - pessoa por ele delegada;

- 12 - Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo;

- 13 - Responsabilizar-se pela reciclagem dos produtores rurais - através de treinamento específico na área de inseminação artificial, pastagens, melhoramento do leite, melhoramento do gado de corte, seja no próprio Município ou em centros de treinamentos das diferentes entidades (EPAGRI/SENAR);

- 14 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina;

- 15 - Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;

- 16 - Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 10 (dez) meses a partir de 26 de Março de 2015 até 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela no mês de Março de 2015, as demais parcelas nos meses subsequentes, perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

§2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.01.2128.335041.00 - Contribuições - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre/SC.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre/SC, 26 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI	LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES
Prefeito Municipal	Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA	
CPF/MF nº 005.522.529-21	
Nome: JOSÉ LUIS SILVA	
CPF/MF nº 304.385.869-72	

LEI Nº 4.276 DE 26 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 4.276 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO GRUPO ESCOTEIRO CAMPESTRE - 81/SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 3.170,00 (três mil, cento e setenta reais) ao GRUPO ESCOTEIRO CAMPESTRE - 81/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 14.352.010/0001-09 com sede á Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 121, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em uma parcela, no mês de março do corrente exercício.

§2º Os recursos constantes do caput deste Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em desenvolver o escotismo, propiciar a educação pelo projeto educativo da U.E.B - União Escoteira do Brasil.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 8.620 de 21 de Outubro de 2014, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;	
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;	
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;	
IV	Contratos, se houver;	

V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;	
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;	
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;	
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;	
IX	Relação dos serviços prestados se houver;	
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;	
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;	
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;	

XIII Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;

XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e	
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.	

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da respectiva Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento da 1ª parcela do corrente exercício.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 02.01.2009.3.3.50.41.00.896- Contribuições do Gabinete do Prefeito.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.277 DE 26 DE MARÇO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO****LEI Nº 4.277 DE 26 DE MARÇO DE 2015**

"AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO RIBEIRÃO DO MEIO E XIMBUVA E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO RIBEIRÃO DO MEIO E XIMBUVA, inscrita no CNPJ/MF 09.254.208/0001-01, no valor total de R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais, objetivando a Desenvolver ações voltadas a Manutenção das Atividades da Entidade, apoiando seu desenvolvimento e bem estar da Comunidade em geral.

§1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em uma parcela, o no mês de Março do corrente ano.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 8.620 de 21 de Outubro de 2014, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período; GABINETE DO PREFEITO
IV	Contratos, se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;

VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da respectiva Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento da primeira parcela do exercício de 2015.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 02.01.2009.3.3.50.41.00 - Contribuições, do Projeto Atividades Subvenção a Entidades Educacionais e Assistências do Município, do Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

Secretaria Municipal de Administração

MANDADO DE INTIMAÇÃO**ASSUNTO: DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO EDITALÍCIA, PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015.**

Mandado de Intimação nº 01/2015

Através deste EFETUE-SE A INTIMAÇÃO da IMPUGNANTE a seguir relacionada para que tenha ciência da DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO EDITALÍCIA, REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Destinatário

- CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 10ª REGIÃO - CREFITO, Rua Silva Jardim, nº 307, Centro, CEP: 88.020-200 Florianópolis/SC.

Ao Sr. Marcos Vinícius de Souza, Procurador.

Campo Alegre, 26 de março de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO EDITALÍCIA

(Processo Seletivo nº 001/2015)

IMPUGNANTE: CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 10ª REGIÃO - CREFITO.

ATO IMPUGNADO: Processo Seletivo nº 001/2015.

I - Do Relatório e Fundamentação

A impugnante, através do Ofício CREFITO10 JUR nº 008/2015, datado de 16 de março de 2015, vem impugnar o Edital do Processo Seletivo nº 001/2015, do Município de Campo Alegre/SC, no que tange a carga horária dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, do qual, após análise, prestamos os seguintes esclarecimentos que seguem.

Para o cargo de Fisioterapeuta:

A carga horária já está definida pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2.002, em seu Anexo I (Estrutura de Cargos Efetivos), de 30 horas/semanais, assim como preceitua o Edital do referido Processo Seletivo, entendendo equívoco na menção do referido cargo.

Para o cargo de Terapeuta Ocupacional:

Ocorre que a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2.002, em seu Anexo I (Estrutura de Cargos Efetivos) coloca ao Terapeuta Ocupacional a carga horária de 40 horas/semanais, assim como preceitua o Edital do referido Processo Seletivo. Desta feita, embora conhecedor da Lei Federal nº 8.856 de 1º de março de 1994, importante salientar que a matéria é de interesse local, mesmo porque o art. 30, I, da Constituição Federal de 1988 impõe a competência legislativa dos municípios de se auto organizarem com relação ao seu serviço e pessoal, devendo legislar sobre assunto de interesse local.

Neste diapasão, a questão de jornada de trabalho dos servidores públicos consiste, sem sombra de dúvidas, assunto de interesse local, sendo portanto, da competência dos municípios legislar sobre a matéria, assim como dispõe o inciso I do art. 14 da Lei Orgânica Municipal, que aduz: "Compete ao Município: I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

Dentre as matérias de competência municipal, a jornada de trabalho tem seu destaque neste momento, já que esta "é fixada unilateralmente pela Administração Pública mediante lei, (...). Essa lei, por certo é a da entidade a que vincula o servidor, ou seja, a federal, a estadual, a distrital e a municipal. Vê-se que a lei federal, que eventualmente estabelece para a atividade privada jornada especial de trabalho, não se aplica automaticamente aos

servidores" municipais.

Aliás, pensar o contrário seria divergir do pensamento do Colendo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que dispõe:

"Prejulgado 1449

A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal. No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. O aumento da carga horária de um determinado cargo público não exige a realização de novo concurso público para seu provimento, desde que sejam mantidas as atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor público nele lotado. O acréscimo de horas laboradas gera um incremento na despesa de pessoal, devendo o Município observar as condições, exigências e limitações impostas pelo art. 169 da Constituição Federal e Arts. 17, 19, 20, 22 e 23 da Lei Complementar n. 101/00, sob pena de nulidade dos atos, conforme preceitua o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal. No que tange ao recolhimento para o instituto de previdência, a alíquota definida no estatuto dos servidores deve incidir sobre o acréscimo, uma vez que aquele valor irá compor a nova remuneração mensal do servidor."

Prejulgado1925

1. Em regra, não é possível a redução unilateral, pela Administração, da carga horária de trabalho do servidor público, em virtude da garantia constitucional da irredutibilidade de remuneração e dos primados da supremacia e indisponibilidade do interesse público. Entretanto, havendo imperiosa necessidade da Administração, voltada ao atendimento de um interesse público primário, claramente fundamentada e demonstrada, será possível essa redução unilateral da carga horária, sem redução da remuneração do servidor, mediante lei que regulamentar a matéria.2. A redução do horário de atendimento dos órgãos públicos deve ressaltar os chamados "serviços essenciais" que, por sua própria característica, não podem sofrer solução de continuidade.3. Sendo de interesse próprio e particular de dado servidor público, a redução de carga horária deverá ser requerida de modo formal, mediante documento específico, de próprio punho, endereçado à autoridade administrativa que, ao recebê-lo, verificará sua possibilidade administrativa (não comprometimento do serviço público prestado pela Câmara de Vereadores), e concederá, ou não, administrativamente, o que for pedido.4. A redução de carga horária para atendimento de necessidade pessoal do servidor deve importar na adoção da regra de proporcionalidade para a fixação, em caráter excepcional, de novos vencimentos, que serão calculados à razão da proporção.5. A concessão da redução de carga horária bem como a fixação de novos vencimentos, proporcionais, deve ser formalizada através de ato local (portaria), autorizando o servidor a cumprir o horário (menor) diferenciado."

Cabe ressaltar que este pedido é comum dentro da Administração Pública, motivo pelo qual o judiciário já se manifestou por diversas vezes, conforme discorre a jurisprudência, em essencial, o Tribunal Catarinense.

"ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MUNICIPAL - TERAPEUTA OCUPACIONAL - REGIME ESTATUTÁRIO - HORAS EXTRAS ALÉM DA 6ª HORA DIÁRIA - IMPOSSIBILIDADE - JORNADA SEMANAL DE QUARENTA (40) HORAS - PREVISÃO LEGAL E CONTRATUAL. Previsto na legislação municipal e de acordo com o edital do concurso público para o provimento do cargo que a jornada de trabalho do Terapeuta Ocupacional do Município é de quarenta (40) horas semanais, não se pode falar em horas extras além da 6ª hora diária, se o trabalho é exercido em oito (8) horas diárias, de segunda a sexta-feira. (TJSC, Apelação Cível n. 2009.059642-9, de Jaraguá do Sul, rel. Des. Jaime Ramos, j. 31-10-2013)."

II - DA DECISÃO

Diante do exposto, e com base na Lei Complementar Municipal nº 006/2002, DECIDO manter inalterado o edital do Processo Seletivo nº 001/2015, do Município de Campo Alegre/SC, posto que o mesmo não contém a ilegalidade apontada.

Intime-se a impugnante desta Decisão e publique-se.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11.827 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.828 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, PATRICK ONGHEIRO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema sob nº 954897, ocupante do Cargo Público e exercendo a função de Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.828 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.828 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, ocupante do Cargo Público Agente Operacional IV, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de

Saneamento Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Outubro de 2013 à 30 de Setembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.829 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.829 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000251, Registro no Sistema sob nº 726900, ocupante do Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 09 de Maio de 2013 à 08 de Maio de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.830 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.830 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, Matrícula Funcional nº 000707, Registro no Sistema sob nº 955153, ocupante do Cargo Público e exercendo a função Agente Administrativo III, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.831 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.831 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, ANTONIO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000561, Registro no Sistema sob nº 954682, ocupante do Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 03 de Julho de 2012 à 02 de Julho de 2013, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.832 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.832 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, JOSÉ BAGNHU-CK, Matrícula Funcional nº 000026, Registro no Sistema sob nº 5100, ocupante do Cargo Público Motorista, exercendo a função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Desenvolvimento Social.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 04 de Abril de 2014 à 03 de Abril de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.833 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.833 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Servidor Público Municipal, PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JÚNIOR, Matrícula Funcional nº 000237, Registro no Sistema Sob nº 697100, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2012 á 01 de Março de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.834 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.834 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Servidor Público Municipal, DENÍLSON DE SOUZA BANDEIRA, Matrícula Funcional nº 286, Registro no Sistema Sob nº 316580, ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 02 de Maio de 2006 á 02 de Maio de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.835 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.835 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS, Matrícula Funcional nº 000160, Registro no Sistema Sob nº 299120, ocupante do cargo público Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 04 de Março de 2012 á 04 de Março de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.836 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.836 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 0158, Registro no Sistema Sob nº 185600, ocupante do cargo público Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2012 á 01 de Março de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.837 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.837 DE 26 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, Matrícula Funcional nº 000578, Registro no Sistema Sob nº 954762, ocupante do cargo público Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de Junho de 2009 á 01 de Junho de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.838 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.838 DE 26 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Servidor Público Municipal, GILSON OMAR BRUN-NUQUELL, Matrícula Funcional nº 000240, Registro no Sistema Sob nº 475801, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2012 á 01 de Março de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.839 DE 26 DE MARÇO DE 2015

ABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.839 DE 26 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Servidor Público Municipal, JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, Matrícula Funcional nº 000084, Registro no Sistema Sob nº 867200, ocupante do cargo Público Especialista em Assuntos Educacionais, exercendo a função Gratificada do Serviço de Apoio Administrativo a Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 20 de Julho de 2011 á 20 de Julho de 20145.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.840 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.840 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, ANGELA ALVES DOS SANTOS JOHANSON, Matrícula Funcional nº 000493, Registro no Sistema Sob nº 954516, ocupante do cargo Público Agente Operacional I, exercendo a função Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 15 de Janeiro de 2012 á 15 de Janeiro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.841 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.841 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, Férias ao Servidor Público Municipal, LAÉRCIO BORGES, Matrícula Funcional nº 000620, Registro no Sistema Sob nº 955012, ocupante do cargo Público Agente Operacional III, exercendo a função de Agente de Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 14 de Fevereiro de 2012 á 14 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.842 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.842 DE 26 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, ROSANI APARECIDA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000211, Registro no Sistema Sob nº 112070, ocupante do cargo Público Agente Administrativo II, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Pessoal, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 01 de Fevereiro de 2012 á 01 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.843 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.843 DE 26 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A para o Nível 4 Sub-Nível 41 Referência B no valor de R\$ 1.015,12 (um mil, quinze reais, doze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 16 de Abril de 2012.

Art.3º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 41, Referência B para o Nível 4 Sub-Nível 41 Referência C no valor de R\$ 1.196,92 (um mil, cento e noventa e seis reais, noventa e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 16 de Abril de 2012.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de Março de 2015, será pago o valor de R\$ 1.723,95 (um mil, setecentos e vinte e três reais, noventa e cinco centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de abril de 2012 e abril de 2014, já descontado o valor de R\$ 200,52 (duzentos reais e cinquenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 401,05 (quatrocentos e um reais e cinco centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de Abril de 2012 e 16 de Abril de 2014 respectivamente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.844 DE 26 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.844 DE 26 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO STELZNER, Matrícula Funcional nº 000559, Registro no Sistema sob nº 954680, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A para o Nível 1 Sub-Nível 11 Referência B no valor de R\$ 690,81 (seiscentos e noventa reais, oitenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de Agosto de 2013.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Março de 2015, será pago o valor de R\$ 333,30 (trezentos e trinta e três reais, trinta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Agosto 2013, já descontado o valor de R\$ 27,26 (vinte e sete reais, vinte e seis centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 54,53 (cincoenta e quatro reais, cinquenta e três centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Agosto de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 07/2015**

PORTARIA Nº 07, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, ambos do Regimento Interno, em especial a Resolução nº 01/2013,
RESOLVE:

Art. 1º - Constitui a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo para contratação de Estagiário no Exercício de 2015, com os seguintes integrantes:

Assessor Jurídico - Antonio Drevek , matricula nº 0082
Servidora - Betina Moreira da Silva, matricula nº 0026
Servidor - Fernando Grosskopf, matricula nº 0027

Art. 2º - Os membros ora designados deverão coordenar a referida comissão devendo supervisionar e fiscalizar o processo, bem como emitir parecer final acerca dos mesmos.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 27 de Março de 2015.
JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 08/2015

PORTARIA Nº 08 DE 27 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PRAZOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO NO EXERCÍCIO DE 2015.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Resolução nº 01/2013;
Resolve:

Art.1º Fica estabelecido os critérios abaixo para contratação de 01 (um) estagiário do Ensino Médio, para Câmara Municipal de Campo Alegre:

Item 1 - Atender ao disposto na Resolução nº 01/2013;
Item 2 - O critério de julgamento será pela maior média da soma das notas do boletim escolar 2014, apresentado pelo candidato, em caso de empate será classificado conforme maior índice de frequência escolar.

Art. 2º O prazo para cadastramento dos candidatos a estágio, será do dia 31 de Março de 2015 a 08 de Abril de 2015 na Secretaria da Câmara Municipal.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 27 de Março de 2015.
JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK
Presidente da Mesa

Campos Novos**PREFEITURA****AVISO DE CANCELAMENTO PP14-2015.**

AVISO DE CANCELAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
PREGÃO Nº 14/2015

Levamos ao conhecimento dos interessados, que a PREGÃO Nº 14/2015 fica cancelado por tempo indeterminado.

Campos Novos, 25 de Março de 2015.
DIOGENES ZOLDAN.
Pregoeiro.

PORTARIA Nº100/15

PORTARIA Nº 100/15 DE 26/01/15
CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, referente em comissão de GERENTE EXECUTIVO DE PATRIMÔNIO, junto a Secretaria da Fazenda e Administração , correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 11/01/2014 a 10/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº101/15

PORTARIA Nº 101/15 DE 26/01/15
CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA ROSANGELA APARECIDA CANÔNICA

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ROSANGELA APARECIDA CANÔNICA, referente em comissão de GERENCIA FUNDECAMPOS, junto a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente , correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/01/2014 a 13/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº102/15

PORTARIA Nº 102/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA CLARICE APARECIDA FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora CLARICE APARECIDA FAGUNDES, referente cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 11/01/2014 a 10/01/2015, na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº103/15

PORTARIA Nº 103/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA ELIANE LOPES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ELIANE LOPES, referente cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, junto a Secretaria de Saúde, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/01/2014 a 31/01/2015 na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº104/15

PORTARIA Nº 104/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) OSVALDO DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) OSVALDO DE SOUZA, referente cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 10/05/2013 a 09/05/2014, na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº105/15

PORTARIA Nº 105/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) MOACIR DORNELLES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) MOACIR DORNELLES referente cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 10/02/2014 a 09/02/2015 na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº106/15

PORTARIA Nº 106/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) NELSON RODRIGUES DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) NELSON RODRIGUES DE SOUZA referente cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 10/01/2014 a 09/01/2015 na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº107/15

PORTARIA Nº 107/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) GERALDO MAFIOLETTI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) GERALDO MAFIOLETTI referente cargo em comissão de SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 10/01/2014 a 09/01/2015, na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº108/15

PORTARIA Nº 108/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) KERLLY JUCIANE WALTER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) KERLLY JUCIANE WALTER, referente a FGR - 03, junto a Secretaria de Assistência Social, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 17/01/2014 a 16/01/2015, na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº110/15

PORTARIA Nº 110/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILCIANE GRAUPNER TEIXEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NILCIANE GRAUPNER TEIXEIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº111/15

PORTARIA Nº 111/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ODAIR MACHADO DE QUADROS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ODAIR MACHADO DE QUADROS referente ao período aquisitivo de 10/01/14 a 09/01/15 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº112/15

PORTARIA Nº 112/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULO DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº128/15

PORTARIA Nº 128/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUREMA GARCIA DOS SANTOS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JUREMA GARCIA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/10/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº142/15

PORTARIA Nº 142/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SUSANA APARECIDA OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SUSANA APARECIDA OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 02/06/2013 a 01/06/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº143/15

PORTARIA Nº 143/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA referente ao período aquisitivo de 31/03/2013 a 31/03/2014 a serem gozadas no período de 02/02/2015 a 03/03/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº144/15

PORTARIA Nº 144/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSALINA RODRIGUES DE LIMA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSALINA

RODRIGUES DE LIMA referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº145/15

PORTARIA Nº 145/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) REJANE PAULINA RUPPENTHAL

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) REJANE PAULINA RUPPENTHAL referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014 a serem gozadas no período de 26/01/2014 a 24/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº146/15

PORTARIA Nº 146/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PEDRO TOMAZ

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PEDRO TOMAZ referente ao período aquisitivo de 16/02/2012 a 15/02/2013 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº147/15

PORTARIA Nº 147/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) OS-
VALDO DE SOUZAJairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas
conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) OSVALDO DE
SOUZA referente ao período aquisitivo de 08/12/2013 a 07/02/2014
a serem gozadas no período de 12/01/2015 a 10/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº148/15

PORTARIA Nº 148/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NEU-
SA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRAJairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas
conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NEUSA
APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA referente ao período aquisiti-
vo de 06/03/2011 a 05/03/2012 a serem gozadas no período de
22/12/2014 a 21/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº152/15

PORTARIA Nº 152/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MA-
NOEL FACKISJairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas
conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MANOEL FA-
CKIS referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014
a serem gozadas no período de 15/01/2015 a 13/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº153/15

PORTARIA Nº 153/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUIZ
FERNANDO FERREIRAJairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas
conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUIZ FER-
NANDO FERREIRA referente ao período aquisitivo de 09/03/2013
a 08/03/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a
21/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº154/15

PORTARIA Nº 154/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO
MARIANO DA CRUZJairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas
conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO MA-
RIANO DA CRUZ referente ao período aquisitivo de 01/03/2013
a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a
21/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº155/15

PORTARIA Nº 155/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JEAN
CARLO PETRIJairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas
conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JEAN CARLO
PETRI referente ao período aquisitivo de 01/03/2010 a 28/02/2011
a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 04/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº156/15

PORTARIA Nº 156/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE SERNAJOTO TROMBETA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE SERNAJOTO TROMBETA referente ao período aquisitivo de 03/05/2013 a 02/05/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº157/15

PORTARIA Nº 157/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONE MARIA ZAMBOM

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONE MARIA ZAMBOM referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 19/01/2015 a 17/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº158/15

PORTARIA Nº 158/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IRACI RITA F. JORGE

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IRACI RITA F. JORGE referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2015 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº159/15

PORTARIA Nº 159/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ILDO DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ILDO DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 08/01/2015 a 06/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº160/15

PORTARIA Nº 160/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GORETE DE FATIMA DOS REIS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GORETE DE FATIMA DOS REIS referente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº162/15

PORTARIA Nº 162/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIZANGELA APARECIDA DOARTE

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIZANGELA APARECIDA DOARTE referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 21/01/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº167/15

PORTARIA Nº 167/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SERGIO JOSE SILVESTRIN

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SERGIO JOSE SILVESTRIN referente ao período aquisitivo de 16/06/2011 a 15/06/2012 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 20/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº168/15

PORTARIA Nº 168/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSÂNGELA SCHUSTER LUFT

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSÂNGELA SCHUSTER LUFT referente ao período aquisitivo de 06/02/2013 a 05/02/2014 a serem gozadas no período de 01/01/2015 a 31/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº174/15

PORTARIA Nº 174/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA NUNES

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA NUNES referente ao período aquisitivo de 02/02/2013 a 02/02/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº175/15

PORTARIA Nº 175/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KERLLY JUCIANE WALTER

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KERLLY JUCIANE WALTER referente ao período aquisitivo de 13/10/2013 a 12/10/2014 a serem gozadas no período de 22/11/2014 a 20/12/2014.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº176/15

PORTARIA Nº 176/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO CARLOS DE LIMA

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO CARLOS DE LIMA referente ao período aquisitivo de 18/05/2012 a 17/05/2013 a serem gozadas no período de 22/12/2014 a 20/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº177/15

PORTARIA Nº 177/15 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANDIRA C. VEDDY

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANDIRA C. VEDDY referente ao período aquisitivo de 15/01/2011 a 14/01/2012 a serem gozadas no período de 18/12/2014 a 17/01/2014.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº190/14

PORTARIA Nº 190/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIEGO FONSECA DOS PASSOS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DIEGO FONSECA DOS PASSOS referente ao período aquisitivo de 11/04/13 a 10/04/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº191/14

PORTARIA Nº 191/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIEGO MARTINS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DIEGO MARTINS referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº192/14

PORTARIA Nº 192/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIOMAR CANUTO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DIOMAR CANUTO referente ao período aquisitivo de 16/03/13 a 15/03/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº193/14

PORTARIA Nº 193/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDIVALDO BRESSAN

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDIVALDO BRESSAN referente ao período aquisitivo de 01/04/13 a 31/03/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº197/14

PORTARIA Nº 197/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JAIR FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JAIR FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 02/05/12 a 01/05/13 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº198/14

PORTARIA Nº 198/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO CELSO LOURENÇO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO CELSO LOURENÇO referente ao período aquisitivo de 02/04/13 a 01/04/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº199/14

PORTARIA Nº 199/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSE ALTAIR DOS SANTOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSE ALTAIR DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/01/13 a 31/12/13 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº200/14

PORTARIA Nº 200/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSE CARLOS MARQUES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSE CARLOS MARQUES referente ao período aquisitivo de 27/03/12 a 26/03/13 a serem gozadas no período de 15/12/14 a 13/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº201/14

PORTARIA Nº 201/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSE MARIA GONÇALVES LINS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSE MARIA GONÇALVES LINS referente ao período aquisitivo de 10/07/12 a 09/07/13 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº203/14

PORTARIA Nº 203/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCOS ANTONIO NARDINO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCOS ANTONIO NARDINO referente ao período aquisitivo de 23/03/10 a 22/03/11 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº204/14

PORTARIA Nº 204/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARINEZ ESCOPEL DOS SANTOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARINEZ ESCOPEL DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/02/12 a 31/01/13 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº44/15

PORTARIA Nº 44/15 de 26/01/2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO (A) SERVIDOR (A) IVANIA CRISTINA COUTO DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença sem vencimentos no período de 05/01/15 a 06/01/17 ao (a) servidor(a) IVANIA CRISTINA COUTO DA SILVA, para tratar de assuntos particulares.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº45/15

PORTARIA Nº 45/15 DE 26/01/2015

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA no período de 22/12/2014 a 20/04/2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº46/15

PORTARIA Nº 46/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DILETA T. BORTOLI MÂNICA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DILETA T. BORTOLI MÂNICA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15

.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº48/15

PORTARIA Nº 48/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ZULEMA MARA FACHIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ZULEMA MARA FACHIN referente ao período aquisitivo de 18/02/11 a 17/02/12 a serem gozadas no período de 12/01/15 a 10/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº49/15

PORTARIA Nº 49/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) THIAGO FELIPE CORRÊA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) THIAGO FELIPE CORRÊA referente ao período aquisitivo de 19/01/2013 a 18/01/2014 a serem gozadas no período de 01/12/2014 a 30/12/2014.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº50/15

PORTARIA Nº 50/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 15/12/2014 a 13/01/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº51/15

PORTARIA Nº 51/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIAS GONÇALVES LINS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIAS GONÇALVES LINS referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 15/01/2015 a 13/02/2014.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº52/15

PORTARIA Nº 52/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NAQUELI DE OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NAQUELI DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 12/04/2013 a 11/04/2014 a serem gozadas no período de 26/01/2015 a 24/02/2014.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº53/15

PORTARIA Nº 53/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MAYARA DE VARGAS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MAYARA DE VARGAS referente ao período aquisitivo de 13/08/2013 a 12/08/2014 a serem gozadas no período de 16/02/2015 a 18/03/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº54/15

PORTARIA Nº 54/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUCIELE DALL OGLIO DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JUCIELE DALL OGLIO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 09/08/2013 a 08/08/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº55/14

PORTARIA Nº 55/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LILIANE MARIA LOPES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LILIANE MARIA LOPES referente ao período aquisitivo de 10/01/2014 a 09/01/2015 a serem gozadas no período de 26/01/2015 a 24/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº56/15

PORTARIA Nº 56/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DAIANE APARECIDA CONCEIÇÃO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DAIANE APARECIDA CONCEIÇÃO referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº57/15

PORTARIA Nº 57/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NEIDE DE FATIMA BORTOLI GOETEN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NEIDE DE FATIMA BORTOLI GOETEN referente ao período aquisitivo de 17/01/2014 a 16/01/2015 a serem gozadas no período de 30/01/2015 a 28/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº58/15

PORTARIA Nº 58/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELOIZABETE INACIO W. PAGANINI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELOIZABETE INACIO W. PAGANINI referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 02/02/2015 a 03/03/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº59/15

PORTARIA Nº 59/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VERÔNICA GEHRKE GOMES PAIVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VERÔNICA GEHRKE GOMES PAIVA referente ao período aquisitivo de 02/11/2013 a 01/11/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº60/15

PORTARIA Nº 60/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA BORTOLI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA BORTOLI referente ao período aquisitivo de 01/07/13 a 30/06/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº61/15

PORTARIA Nº 61/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FLAVIO ADOLFO C. JUNIOR

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FLAVIO

ADOLFO C. JUNIOR referente ao período aquisitivo de 16/09/2013 a 15/09/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº62/15

PORTARIA Nº 62/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ATALIZE MOCELIN BECKER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ATALIZE MOCELIN BECKER referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº63/14

PORTARIA Nº 63/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KAROLINE KOECH BRATI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KAROLINE KOECH BRATI referente ao período aquisitivo de 16/01/2014 a 15/01/2015 a serem gozadas no período de 22/01/2015 a 20/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº64/15

PORTARIA Nº 64/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCIELLI MARIA KEMER

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCIELLI MARIA KEMER referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº65/15

PORTARIA Nº 65/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA PINHEIRO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA PINHEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº66/14

PORTARIA Nº 66/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA ANTUNES DORNELES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA ANTUNES DORNELES referente ao período aquisitivo de 02/07/13 a 01/07/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº67/14

PORTARIA Nº 67/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KLEBER SIQUEIRA DE ARAÚJO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KLEBER SIQUEIRA DE ARAÚJO referente ao período aquisitivo de 16/02/13 a 15/02/14 a serem gozadas no período de 15/12/14 a 15/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº68/14

PORTARIA Nº 68/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FABIULA DE OLIVEIRA COUTO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FABIULA DE OLIVEIRA COUTO referente ao período aquisitivo de 04/08/13 a 03/08/14 a serem gozadas no período de 03/02/15 a 03/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº69/15

PORTARIA Nº 69/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PATRICIA MENEGAZZO RIBEIRO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PATRICIA MENEGAZZO RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 17/01/14 a

16/01/15 a serem gozadas no período de 01/12/14 a 30/12/14.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº70/15

PORTARIA Nº 70/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GESSICA SEMIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GESSICA SEMIN referente ao período aquisitivo de 07/05/13 a 06/05/14 a serem gozadas no período de 22/01/15 a 20/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº71/15

PORTARIA Nº 71/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROZELI APARECIDA FOGAÇA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROZELI APARECIDA FOGAÇA referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº72/15

PORTARIA Nº 72/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADRIANE GOMES SAURIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADRIANE GOMES SAURIN referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº74/15

PORTARIA Nº 74/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDETE DE FATIMA BARBOSA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDETE DE FATIMA BARBOSA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 d de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº75/15

PORTARIA Nº 75/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SHEILA TATIANE VEZARO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SHEILA TATIANE VEZARO referente ao período aquisitivo de 14/07/13 a 13/07/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº76/15

PORTARIA Nº 76/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CRISTIANA P. CORREA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CRISTINA P. CORREA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº77/15

PORTARIA Nº 77/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CRISTIANE OLIVEIRA DOS SANTOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CRISTIANE OLIVEIRA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 25/03/13 a 24/03/14 a serem gozadas no período de 15/01/15 a 13/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº78/15

PORTARIA Nº 78/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA PETRY

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA PETRY referente ao período aquisitivo de 10/01/14 a 09/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº79/15

PORTARIA Nº 79/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIONE FATIMA RECH

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DIONE FATIMA RECH referente ao período aquisitivo de 05/07/13 a 04/07/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº80/15

PORTARIA Nº 80/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JULIANA MICHELIN DOS SANTOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JULIANA MICHELIN DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 02/07/13 a 01/07/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº81/15

PORTARIA Nº 81/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LINDAMIR MACEDO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LINDAMIR MACEDO referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº82/15

PORTARIA Nº 82/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARYANE CONCEIÇÃO PEDROSO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARYANE CONCEIÇÃO PEDROSO referente ao período aquisitivo de 04/09/13 a 03/09/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº83/15

PORTARIA Nº 83/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE CORONA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE CORONA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº84/15

PORTARIA Nº 84/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSYANE BESEN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSIANE BESEN referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 02/02/15 a 03/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº85/15

PORTARIA Nº 85/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EVANETE DE MELO SLHESSARENKO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EVANETE DE MELO SLHESSARENKO referente ao período aquisitivo de 02/04/13 a 01/07/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº86/15

PORTARIA Nº 86/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALINE LILIAN BONCKEWITZ

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALINE LILIAN BONCKEWITZ referente ao período aquisitivo de 01/06/13 a 31/05/14 a serem gozadas no período de 15/12/14 a 13/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº87/15

PORTARIA Nº 87/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 19/01/15 a 17/12/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº88/15

PORTARIA Nº 88/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EROLTILDES ZELIA ANHAYA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EROLTILDES ZELIA ANHAYA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº89/15

PORTARIA Nº 89/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CELIA WILPWRT RAMOS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CELIA WILPWRT RAMOS referente ao período aquisitivo de 23/02/13 a 22/02/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº90/15

PORTARIA Nº 90/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUCELIA CRISTINA VARELA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JUCELIA CRISTINA VARELA referente ao período aquisitivo de 13/09/13 a 12/09/14 a serem gozadas no período de 21/01/15 a 19/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº91/15

PORTARIA Nº 91/15 de 26/01/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) THAIS RUPP

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) THAIS RUPP referente ao período aquisitivo de 11/08/13 a 10/08/14 a serem gozadas no período de 01/01/15 a 30/01/15.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº92/15

PORTARIA Nº 92/15 DE 26/01/2015

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA WILSIANE APARECIDA GRASSI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora WILSIANE APARECIDA GRASSI no período de 13/01/2015 a 12/05/2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº94/15

PORTARIA Nº 94/15 DE 26/01/15

CONCEDE REASSUNÇÃO AO (A) SERVIDOR (A) VANILDE CONRADI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Reassunção ao (a) servidor (a) VANILDE CONRADI, na função de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de primeiro de fevereiro de dois mil e quinze.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº95/15

PORTARIA Nº 95/15 DE 26/01/15

AMPLIA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE SERVIDORA QUE MENCIONA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Ampliar em 40 horas a carga horária semanal da servidora LAIS PICININ BITTENCOURT, Auxiliar de Enfermagem, para exercer atividades junto a Secretaria de Saúde, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº96/15

PORTARIA Nº 96/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA LENIR ALEXANDRINA FAPPI SILVESTREIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora LENIR ALEXANDRINA FAPPI SILVESTREIN, referente cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, junto a Secretaria de Saúde, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/01/2014 a 31/01/2015 na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº97/15

PORTARIA Nº 97/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA MERCIA REGINA PEGORARO SILVESTREIN

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora MERCIA REGINA PEGORARO SILVESTREIN, referente cargo em comissão de SUPERINTENDENTE, junto a Secretaria de Educação, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/01/2014 a 31/01/2015 na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº98/15

PORTARIA Nº 98/15 DE 26/01/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA ELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA FORNARA

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA FORNARA, referente em comissão de SUPERINTENDENTE, junto a Secretaria de Educação, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/01/2014 a 13/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº99/15

PORTARIA Nº 99/15 DE 26/01/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA SILVANA MARIA MECABÔ

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora SILVANA MARIA MECABÔ, referente cargo em comissão de SUPERINTENDENTE, junto a Secretaria de Educação, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/01/2014 a 31/01/2015 na forma do Art. 59 da Lei Complementar nº 10/2011.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 07/2015 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de 660 (seiscentos e sessenta) tubos de concreto, conforme NBR 8890/07, para manutenção da rede pluvial do Município, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 10 de abril de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 26 de março de 2015.

GILBERTO ROSA

Diretor do SEMAIS

EXTRATO EDITAL 36/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 36/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 29/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de 200 (duzentas) caminhas portáteis para equipar as Creches do Município de Canelinha, conforme item descrito no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 10 de abril de 2015, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 26 de março de 2015.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

CHAMADA PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/SME/2015

CHAMADA PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/SME/2015

LOCAL EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho:

Em conformidade com o Edital nº 002/SME/2015, torna público a Chamada do Processo Seletivo para contratação temporária para o ano letivo/2015:

30 DE MARÇO/2015 (SEGUNDA-FEIRA)

DISCIPLINA	HORÁRIO
Educação Infantil	14 horas
Monitor de Educação Infantil	16 horas

31 DE MARÇO/2015 (TERÇA-FEIRA)

DISCIPLINA	HORÁRIO
Anos Iniciais	8 horas e 30 minutos
Educação de Jovens e Adultos	9 horas
Educação Física	9 horas e 30 minutos
Arte	10 horas
Língua Portuguesa	10 horas e 30 minutos
Inglês	11 horas

31 DE MARÇO/2015 (TERÇA-FEIRA)

DISCIPLINA	HORÁRIO
Matemática	13 horas e 30 minutos
Ciências	14 horas
Geografia	14 horas e 30 minutos
Pedagogo	15 horas
Orientador Educacional e Administrador Escolar	15 horas e 30 minutos

OBSERVAÇÃO: SOMENTE SERÁ REALIZADA A CONTRATAÇÃO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL Nº 002/SME/2015.

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

DECRETO Nº 071/2015

DECRETO Nº. 071/2015

DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO que a Escola Básica Municipal ALBERTO WARDENSKI, Inep: 42089727 situada na localidade de Salto d' Água Verde, Distrito de Água Verde, município de Canoinhas/SC, área rural, distante 10 km da sede do município, é a única instituição educacional e atende 03 (três) localidades: Salto D' Água Verde, Água Verde e Vila Militar, beneficiando cerca de 1.641 pessoas (IBGE 2010), integrando crianças, adolescentes, jovens e adultos, possibilitando ainda, atendimento das demais localidades ao entorno;

CONSIDERANDO que a referida escola possui 202 alunos matriculados em nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental, de acordo com os dados do Educacenso/2013. Atendendo também 64 alunos em tempo integral (04 dias por semana) e 138 alunos em outras atividades complementares extras, frequentando menos de 03 dias semanais;

CONSIDERANDO à necessidade de estrutura física adequada e acessível ao atendimento da demanda da comunidade rural de Salto D' Água Verde - EBM. ALBERTO WARDENSKI, sendo que atualmente, para atender a demanda 202 alunos matriculados, inclusive em tempo integral - Programa Mais Educação, faz-se necessário alocar espaços da comunidade inadequados para as práticas de ensino para realizar e cumprir as metas educacionais. CONSIDERANDO que o prédio da Unidade Escolar acima citada, encontra-se em estado precário, com espaços reduzidos de salas de aula, inexistência de refeitório, biblioteca, espaço para laboratório de informática, ciências, bem como inadequação da cozinha e sanitários para alunos e professores, necessidades estruturais básicas para oferta de Educação Básica de qualidade.

CONSIDERANDO que já estão disponíveis os recursos necessários para construir uma nova unidade educacional que atenderá as necessidades das comunidades próximas e, a finalidade da desapropriação é a construção de escola municipal e uma quadra coberta, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área rural com tamanho de 11.249,67m² (onze mil duzentos e quarenta e nove metros e sessenta e sete decímetros quadrados) pertencente a uma área maior registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas sob nº 9.967 de propriedade de TEREZA WARDENSKI TRAPP e outros, situado na localidade denominada Salto D'Água Verde, indicada na área 02 do mapa e memorial descritivo em anexo.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 016/2015

EDITAL Nº. 016/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 19 de março de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 016/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO DESP. ATLETISMO

NOME: DIMAS ANTONIO CHAGAS

CARGO: TÉCNICO DESP. FUTEBOL

NOME: ANDERSON DOS SANTOS SILVERIO

CARGO: TÉCNICO DESP. FUTSAL

NOME: ROSELIANE TIBES DE SOUZA

CARGO: TÉCNICO DESP. GINÁSTICA

NOME: CARLA REGINA FIGURA

NOME: PATRICIA HIRT MAYER

CARGO: TÉCNICO DESP. HANDEBOL

NOME: FELIPE EDUARDO FLENIK

CARGO: TÉCNICO DESP. JUDÔ

NOME: RUAN PHELIPE RODRIGUES

CARGO: TÉCNICO DESP. VOLEIBOL
NOME: JOSE ROBERTO KRZESINSKI FILHO

CARGO: MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
NOME: CLEUNICE KOSAK
NOME: KARINA MICHEL
NOME: CAMILA FERNANDES PADILHA DE LIMA
NOME: NOECI CECILIA GRANEMANN DAMAS
NOME: SARAI STEIN
NOME: GISELI LATICHUKY
NOME: JOCILDA CLARICE DA SILVA
NOME: JULIANE CRISTINA BORGES
NOME: NELZA KUCHLER
NOME: LILIAN KUROLI
NOME: SANARA BEATRIZ FELSKI
NOME: MARIA APARECIDA ROGALSKI WALDMANN
NOME: MARCELO DE LIMA CARVALHO FRANCO
NOME: NATHALY APARECIDA DE SOUZA BAUER
NOME: VERIDIANA SCHWARZ
NOME: SUELEN REGINA CORREIA
NOME: FABIOLA PLACHEK DE SOUZA
NOME: CLEIA RODRIGUES FERREIRA NOERNBERG
NOME: ROSILDA WENDT GOMES DE CAMARGO
NOME: SANDI MAIARA DE LIMA

NOME: DANIELE SORAIA LUCAS
NOME: ROSELI CORREA SILVA
NOME: ANA RITA VIEIRA DE LIMA
NOME: BEATRIZ DE FATIMA CORREA
NOME: ELLI LEONILDA BEIJE BURZI

CARGO: PROFESSOR SALA AEE
NOME: LUCIANE MARA CORREA MACHADO
NOME: NEIDE CRISTINA VIEIRA DE LIMA BECHEL
NOME: FERNANDA DE SOUZA
NOME: MARIA BERNADETE SUCHEKE
NOME: KARINE APARECIDA PADILHA DE MORAES NAISSER

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 25/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/15

HOMOLOGAÇÃO: 24/03/15

CONTRATADO: CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAJOTAS DE CONCRETO, SEXTAVADAS, SENDO 5.000 M2 TAMANHO 30X30X8 E 5.000 M2 TAMANHO 30X30X10, DESTINADAS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS A SEREM UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO OU RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS DE LAJOTA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 74,40 (setenta e quatro reais e quarenta centavos)

DATA: 26/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO EMPRESAS APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 01/2015

CONVOCAÇÃO EMPRESAS APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS		
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2015		
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 01/2015		
AMOSTRAS QUE NÃO ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL:		MOTIVO
Frasco com 5 litros de cera lustrável em emulsão a base de carnaúba,		amostra não é a base da composição carnaúba
Frasco com 4,5 kg de cera em pasta incolor,		amostra não é a base da composição carnaúba
Frasco com 375g de cera em pasta vermelha, amarela e incolor		amostra não é a base da composição carnaúba
Unidade de rodo com borracha dupla com no mínimo 100cm, com cabo de metal ou material similar		amostra é com cabo de madeira
Caixa/Fardo com 06rolos de papel toalha branco, bobina 200x20cm		amostra em papel escuro
Sabão em pó com amaciante, embalagem em caixa de papelão anatômico, com 1000gramas		amostra em pacote plástico
Unidade de pedra sanitária redonda com no mínimo 25gramas+ gancho		amostra com 20 gramas
PRODUTOS QUE NÃO FORAM APRESENTADOS NA AMOSTRA		
Copos Plásticos descartáveis com 100 unidades de 180ml		
Frasco com 05 litros de limpador de piso		
Frasco com 350ml de inseticida aerosol		
Frasco com 350ml de xampu para cabelo		
Unidade de escova de dente adulto		
Unidade de pente plástico para cabelo		
Frasco com 02 litros de desinfetante para banheiro com aroma de lavanda		
Embalagem plástica em 01 litro de água sanitária		
Unidades de escova da cabelo		
CANOINHAS, 25 DE MARÇO DE 2015		
AS EMPRESAS RELACIONADOS ACIMA, QUE ESTÃO NA SEGUNDA COLOCAÇÃO, ESTÃO CONVOCADAS PARA, EM ATÉ 03 DIAS ÚTEIS , ENTREGAR AMOSTRA		
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES		

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Capinzal

PREFEITURA

FMS CONTRATO 0090/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0090/2015 M	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada.: JUSSARA DE MELO 04675510906	
Valor.....: 1.944,00 (um mil novecentos e quarenta e quatro reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00048 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para serviços de lavagem de veículos leves e utilitários, caminhões, máquinas e tratores, da frota de todas as Secretarias e Fundos da municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0023/2015	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada.: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME	
Valor.....: 9.340,00 (nove mil trezentos e quarenta reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0090/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0090/2015 M	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada.: JUSSARA DE MELO 04675510906	
Valor.....: 34.620,00 (trinta e quatro mil seiscientos e vinte reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00048 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para serviços de lavagem de veículos leves e utilitários, caminhões, máquinas e tratores, da frota de todas as Secretarias e Fundos da municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0094/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0094/2015 M	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada.: AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA EPP	
Valor.....: 17.530,00 (dezesete mil quinhentos e trinta reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0095/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0095/2015 M	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada.: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME	
Valor.....: 20.055,00 (vinte mil e cinquenta e cinco reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0095/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0095/2015 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME	
Valor.....: 20.055,00 (vinte mil e cinqüenta e cinco reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0096/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0096/2015 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: EDEMILSO RAIZER ME	
Valor.....: 7.160,00 (sete mil cento e sessenta reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

Lei nº 3.163/2015

LEI Nº 3.163, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Institui Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE no Município de Capinzal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE e regulamenta a execução das Medidas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade no âmbito municipal.

Parágrafo único. Entende-se por Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE, um conjunto de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que deve regular desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa e para tanto, demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de

educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, segurança pública entre outras para fornecer a proteção integral.

Art. 2º O SIMASE será coordenado pelo órgão responsável pela execução da política pública de Assistência Social e integrado pelo órgão responsável pela execução de políticas públicas de educação municipal e estadual, saúde, cultura, esporte, e segurança pública que respondem pela implementação de seus respectivos programas de atendimento a adolescentes ao qual seja aplicada medida socioeducativa.

Art. 3º O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, tem por objetivos:

I - atender o adolescente, em meio aberto por decorrência do ato infracional, e que esteja cumprindo medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/2012 - SINASE), do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), e do respectivo Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.

II - Orientar e conscientizar sobre a responsabilidade do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

III - Buscar integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu Plano Individual de Atendimento - PIA;

IV - criar condições para inserção, reinserção e permanência do adolescente no sistema de ensino.

Art. 4º O Plano Individual de Atendimento - PIA, será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais e responsáveis, no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente e deverá conter:

I - as potencialidades;

II - os resultados da avaliação interdisciplinar;

III - os objetivos declarados pelo adolescente;

IV - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

V - as atividades de integração e apoio à família;

VI - formas de participação da família para efetivo cumprimento do Plano Individual de Atendimento - PIA;

VII - as medidas específicas de atenção à saúde.

Art. 5º O acesso ao Plano Individual de Atendimento - PIA, será restrito aos servidores do respectivo programa de atendimento, ao adolescente e aos seus pais ou responsável, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial.

Art. 6º O SIMASE será organizado por meio de programas de atendimento, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Capinzal, através do Centro de Referência da Assistência Social - CREAS, podendo ser executado em parceria com as entidades de atendimento socioeducativo de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade do Município.

Art. 7º O SIMASE consistirá em:

I - atender aos adolescentes deste Município, que tenham cometido delitos de pequeno potencial ofensivo, encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Capinzal;

II - promover atividades que envolvam aprendizado relativo à cidadania, informática, esportiva, recreativa, artísticas e culturais;

III - capacitar os adolescentes participantes do programa para o ingresso no mercado de trabalho;

IV - implementar parcerias com entes públicos e com a iniciativa privada para a concessão de estágios e trabalho, para os adolescentes atendidos pelo programa.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal, poderá celebrar convênios com entidades de direito público e/ou entidades de direito privado, bem como, estabelecer parcerias com empresas particulares, visando o desenvolvimento das atividades relativas à execução das medidas socioeducativas de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas, interessadas em financiar o SIMASE.

Art. 9º O SIMASE ficará a cargo da Diretoria de Desenvolvimento Social, a quem caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implantação, controle, acompanhamento e fiscalização.

Art. 10. Deverão ser consideradas no Orçamento Geral do Município as dotações específicas de cada área para cobertura das despesas decorrentes da execução dos projetos e atividades vinculadas as SIMASE.

Art. 11. É responsabilidade do Município:

I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;

II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;

III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;

V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e

VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

Art. 12. É responsabilidade órgão gestor da Assistência Social:

I - ser o Coordenador do SIMASE;

II - elaborar intersetorialmente o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, que deverá incluir um diagnóstico da situação, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento, as ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, em sintonia com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nas Resoluções do CONANDA, e encaminhar para apreciação e deliberação do CMDCA.

III - acompanhar os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

IV - tornar o CREAS o órgão responsável pela execução dos Programas de Atendimento Socioeducativo em meio aberto, com condições materiais e de recursos humanos para isso;

V - implantar o Sistema de Informação previsto do SINASE - INFOINFRA (Controle Informacional de Adolescentes em Conflito com a Lei - SIPIA II)

VI - criar condições para que o CREAS tenha acesso ao SIPIA, que registrará todas as informações a respeito de cada adolescente envolvido com ato infracional, da apreensão até a pós-medida, absolvição ou remissão, incluindo os dados de cumprimento de medida de internação e semiliberdade.

VII - realizar encontros periódicos dos técnicos dos programas do Sistema Socioeducativo para discussão troca de informações e experiências e aprimoramento do processo pedagógico.

VIII - elaborar o projeto político-pedagógico de cada programa do Sistema socioeducativo, de acordo com os parâmetros da presente lei, a ser submetido ao CMDCA.

IX - dimensionar, em consonância com o SINASE, as equipes de

atendimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, com parâmetros de número máximo de adolescentes por técnico, compostas por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, garantindo o atendimento psicossocial e jurídico pelo próprio programa ou pela rede de serviços existentes.

X - garantir que o adolescente e sua família sejam acompanhados em todas as etapas por um técnico de referência do CREAS, designado logo na primeira notificação (ainda que o programa seja executado em co-gestão).

XI - garantir a proximidade comunitária do atendimento no cumprimento de Medida em Meio Aberto, permitindo a realização das atividades socioeducativas com os adolescentes e suas famílias nos CREAS ou em outras entidades da rede socioassistencial.

XII - criar, sob a responsabilidade da equipe técnica do CREAS, o modelo para o Plano Individual de Atendimento (PIA), com definição de indicadores de processo e resultado de acordo com o previsto no SINASE.

XIII - definir no PIA as atividades socioeducativas de forma personalizada, de acordo com as reais necessidades, especificidades e interesses de cada adolescente, com definição dos objetivos que se pretende atingir, a serem desenvolvidas em diferentes locais, evitando assim atividades exclusivamente internas aos programas que se destinam apenas aos adolescentes em cumprimento de medida.

XIV - garantir a continuidade das ações de atendimento, na progressão ou regressão de medida (incluindo a internação provisória), por meio de reuniões entre as equipes técnicas dos diferentes serviços, registro padronizado no Cadastro Socioeducativo e relatórios periódicos para o técnico de referência do caso no CREAS.

XV - garantir política de capacitação para os atores envolvidos no acompanhamento e execução das Medidas Socioeducativas.

XVI - instituir avaliação e monitoramento do Sistema Socioeducativo, com indicadores de diferentes naturezas, contemplando aspectos quantitativos e qualitativos.

XVII - garantir que os adolescentes e as famílias participem do PAEFI, oferecido pelo CREAS.

Art. 13. É responsabilidade órgão gestor da Saúde, que trata dos Adolescentes da comunidade em geral:

I - consolidar parcerias com órgãos de saúde do Estado e da União visando o cumprimento dos artigos 7, 8, 9, 11 e 13 do ECA;

II - buscar articulação e parcerias com os órgãos de saúde do Estado e da União a fim de receber apoio e desenvolver programas especiais que considerem as peculiaridades, vulnerabilidades e necessidades dos adolescentes;

III - oferecer grupos de promoção de saúde incluindo temas relacionados à sexualidade e direitos sexuais, prevenção de DST/Aids, uso de álcool e outras drogas, orientando o adolescente, encaminhando-o e apoiando-o, sempre que necessário, para o serviço básico de atenção à saúde

Art. 14. É responsabilidade órgão gestor da Saúde, que trata dos Adolescentes em medida socioeducativa:

I - garantir a equidade de acesso à população de adolescentes que se encontram no atendimento socioeducativo e suas famílias, considerando suas dificuldades e vulnerabilidades, às ações e serviço de atenção à saúde da rede do Sistema Único de Saúde (SUS);

II - assegurar ao adolescente que esteja no atendimento socioeducativo o direito de atenção à saúde de qualidade na rede pública (SUS), de acordo com suas demandas específicas;

III - buscar articulação dos programas socioeducativos com a rede local de atenção à saúde mental, e a rede de saúde, de forma geral, visando construir, interinstitucionalmente, programas permanentes de reinserção social para os adolescentes com transtornos mentais;

IV - assegurar que as equipes multiprofissionais dos programas socioeducativos - articuladas com a rede local de atenção à saúde e saúde mental - estejam habilitadas para atender e acompanhar de maneira individualizada os adolescentes com transtornos

mentais que cumprem medida socioeducativa em meio aberto e/ou fechado respeitadas as diretrizes da reforma psiquiátrica, recebendo assim tratamento na rede pública de qualidade;

V - Assegurar que as ações de prevenção ao uso/abuso de drogas sejam incluídas nos grupos de discussão dentro dos programas de atendimento socioeducativo, privilegiando ações de redução de danos e riscos à saúde;

Parágrafo único. Cabe a gestão da saúde selecionar dois orientadores, os quais receberão capacitação para acompanhar os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Art. 15. É responsabilidade órgão gestor da Saúde, que trata do atendimento à saúde mental: transtornos mentais, usuários álcool e drogas:

I - garantir o acesso e tratamento de qualidade a pessoa com transtornos mentais, preferencialmente, na rede pública extra-hospitalar de atenção à saúde mental, isto é, nos ambulatórios de saúde mental, nos Centros de Atenção Psicossocial, nos Centros de Convivência ou em outros equipamentos abertos da rede de atenção à saúde, conforme a Lei nº 10.216 de 06/04/2001;

II - assegurar que os adolescentes com transtornos mentais não sejam confinados em alas ou espaços especiais, sendo o objetivo permanente do atendimento socioeducativo e das equipes de saúde a reinserção social destes adolescentes;

III - garantir que a decisão de isolar, se necessário, o adolescente com transtornos mentais que esteja em tratamento seja pautada por critérios clínicos (nunca punitivo ou administrativo) sendo decidida com a participação do paciente, seus familiares e equipe multiprofissional que deverá encaminhar o paciente para a rede hospitalar;

IV - garantir o acesso e tratamento de qualidade ao adolescente usuário de álcool e outras drogas na rede pública extra-hospitalar de atenção à saúde mental, isto é, nos ambulatórios de saúde mental, nos Centros de Atenção Psicossocial, nos Centros de Convivência ou em outros equipamentos abertos da rede de atenção à saúde, conforme a Lei nº 10.216 de 06/04/2001;

V - assegurar que os adolescentes usuários de álcool e outras drogas não sejam confinados em alas ou espaços especiais, sendo o objetivo permanente do atendimento socioeducativo e das equipes de saúde a reinserção social destes adolescentes;

VI - garantir que todos os encaminhamentos para tratamentos do uso/dependência de drogas sejam precedidos de diagnóstico preciso e fundamentados, ressaltando que o uso/dependência de drogas é importante questão de saúde pública. Nenhuma ação de saúde deve ser utilizada como medida de punição ou segregação do adolescente;

VII - Assegurar que sejam desenvolvidas práticas educativas que promovam a saúde sexual e saúde reprodutiva dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e os seus parceiros, favorecendo a vivência saudável e de forma responsável e segura abordando temas como: planejamento familiar, orientação sexual, gravidez, paternidade, maternidade responsável, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis - DST/Aids e orientação quanto aos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Art. 16. É responsabilidade órgão gestor da Educação:

I - garantir o acesso de todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo, de acordo com a sua necessidade, visando o cumprimento do exposto no Capítulo IV do ECA, em especial nos Artigos 53, 54, 56 e 57;

II - estreitar relações com as escolas para que conheçam a proposta pedagógica das entidades e/ou programas que executam o atendimento socioeducativo e sua metodologia de acompanhamento do adolescente;

III - propiciar condições adequadas à produção do conhecimento;

IV - permitir o acesso à educação escolar considerando as particularidades do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas com deficiência, equiparando as oportunidades em todas as áreas (transporte, materiais didáticos e pedagógicos,

equipamento e currículo, acompanhamento especial escolar, capacitação de professores, instrutores e profissionais especializados, entre outros, de acordo com o Decreto n.º 3.298/99;

V - permitir o acesso à educação escolar considerando as particularidades do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em uso de álcool e outras drogas, equiparando as oportunidades em todas as áreas.

VI - inserir no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, questões referentes à Política de Juventude, e questões referentes às medidas socioeducativas que abordem temas como: autocuidado, auto-estima, autoconhecimento, relações de gênero, relações étnico-raciais, cidadania, cultura de paz, relacionamentos sociais, uso de álcool e outras drogas, prevenção das violências, esportes, alimentação, trabalho, educação, projeto de vida, desenvolvimento de habilidades sociais, mercado de trabalho;

Parágrafo único. Cabe a gestão da Educação selecionar dois orientadores, os quais receberão capacitação para acompanhar os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Art. 17. É responsabilidade órgão gestor da Cultura, Esporte e Lazer:

I - propiciar o acesso a programações culturais, teatro, literatura, dança, música, artes, cinema, folclore, constituindo espaços de oportunização da vivência de diferentes atividades culturais e artísticas,

II - propiciar o acesso aos processos de formação qualificação artísticos, respeitando as aptidões dos adolescentes;

III - assegurar e consolidar parcerias com Secretarias estaduais, órgãos e similares responsáveis pela política pública, ONGs e iniciativa privada no desenvolvimento e oferta de programas culturais, esportivos e de lazer aos adolescentes;

IV - assegurar no atendimento socioeducativo e espaço a diferentes manifestações culturais dos adolescentes;

V - possibilitar a participação dos adolescentes em programas esportivos de alto rendimento, respeitando o seu interesse e aptidão (exceto internação provisória);

VI - promover por meio de atividades esportivas, o ensinamento de valores como liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero; e

VII - garantir que as atividades esportivas de lazer e culturais previstas no projeto pedagógico sejam efetivamente realizadas, assegurando assim que os espaços físicos destinados às práticas esportivas, de lazer e cultura sejam utilizados pelos adolescentes.

VIII - Propiciar o acesso dos adolescentes a atividades esportivas e de lazer como instrumento de inclusão social, sendo as atividades escolhidas com a participação destes e respeitados o seu interesse.

Parágrafo único. Cabe a gestão da Cultura, Esporte e Lazer selecionar dois orientadores, os quais receberão capacitação para acompanhar os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Art. 18. É responsabilidade do CMDCA as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal e apreciar e deliberar sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 19. Os programas de atendimento e alterações bem como as entidades de atendimento executoras devem ser inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Além da especificação do regime, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

I - a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva;

II - a indicação da estrutura material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade;

III - regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo:

a) o detalhamento das atribuições e responsabilidades do dirigente, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais educadores;

b) a previsão das condições do exercício da disciplina e concessão de benefícios e o respectivo procedimento de aplicação; e

c) a previsão da concessão de benefícios extraordinários e enaltecimento, tendo em vista tornar público o reconhecimento ao adolescente pelo esforço realizado na consecução dos objetivos do plano individual;

IV - a política de formação dos recursos humanos;

V - a previsão das ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa;

VI - a indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com as normas de referência do sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dos conselhos profissionais e com o atendimento socioeducativo a ser realizado; e

VII - a adesão ao Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, bem como sua operação efetiva.

§ 2º Para inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação, além dos itens mencionados nos Incisos de I a VII do Art.10, são requisitos específicos:

I - a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência da Justiça da Infância e Juventude e do Ministério de Educação.

II - a previsão do processo e dos requisitos para a escolha do dirigente;

III - a apresentação das atividades de natureza coletiva;

IV - a definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedada a previsão de isolamento cautelar, exceto nos casos previstos no § 2º do art. 49 da Lei Federal 12.594/12; e

V - a previsão de regime disciplinar nos termos do art. 72 da Lei Federal 12.594/12.

§ 3º O não cumprimento do previsto neste artigo sujeita as entidades de atendimento, os órgãos gestores, seus dirigentes ou prepostos à aplicação das medidas previstas no art. 97 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 20. Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

I - credenciar orientadores, em todas as áreas designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida;

II - receber o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa,

III - encaminhar o adolescente para o orientador credenciado;

IV - supervisionar o desenvolvimento da medida; e

V - avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção.

Parágrafo único. O rol de orientadores credenciados deverá ser comunicado, semestralmente, à autoridade judiciária e ao Ministério Público.

Art. 21. Incumbe ainda à direção do programa de medida de prestação de serviços à comunidade selecionar e credenciar entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, bem como os programas comunitários ou governamentais, de acordo com o perfil do socioeducando e o ambiente no qual a medida será cumprida.

Parágrafo único. Se o Ministério Público impugnar o credenciamento, ou a autoridade judiciária considerá-lo inadequado, instaurará incidente de impugnação, com a aplicação subsidiária do procedimento de apuração de irregularidade em entidade de atendimento regulamentado na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

(Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 22. O SIMASE será cofinanciado com recursos dos Governos Federal, Estadual e municipal.

Art. 23. O CMDCA definirá anualmente, o percentual de recurso do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações previstas nesta Lei, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação.

Art. 24. O programa Municipal de Atendimento Socioeducativo deve ser contemplado no PPA, LDO e Orçamento Municipal, garantindo os recursos municipais próprios necessários para o desenvolvimento do SIMASE.

Parágrafo único. Garantir que a definição da execução físico financeira seja realizada de forma conjunta com a equipe responsável pela direção do programa.

Art. 25. A execução das medidas socioeducativas em meio aberto reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;

III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;

IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;

V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;

VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; e

IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Art. 26. Criar metodologia conjunta de controle social por parte do CMDCA e CMAS.

Art. 27. É de responsabilidade do órgão gestor instituir a avaliação e monitoramento do Sistema Socioeducativo, podendo criar grupos de avaliação e aprimoramento das condições de atendimento (do ponto de vista de recursos humanos e instalações), sem caráter fiscalizatório, a fim de verificar a adequação dos programas e propor melhorias.

Art. 28. A Avaliação e o Monitoramento do Sistema Socioeducativo deve considerar indicadores de diferentes naturezas, contemplando aspectos quantitativos e qualitativos nos seguintes grupos:

I - indicadores de maus tratos;

II - indicadores de tipos de ato infracional e de reincidência;

III - indicadores de oferta e acesso: número de vagas por programa (capacidade) no município;

IV - número de adolescentes por entidade e/ou programa de atendimento Socioeducativo; número médio de adolescentes por entidade e/ou programa de atendimento Socioeducativo;

V - indicadores de fluxo no sistema: tempo de permanência e seus motivos, em cada medida/programa, fluxo dos processos, progressão de medidas e saída do sistema;

VI - indicadores das condições socioeconômicas do adolescente e da família: caracterização do perfil do adolescente autor de atos infracionais;

VII - indicadores de qualidades dos programas: indicadores que permitirão o estabelecimento de padrões mínimos de atendimento

nos diferentes programas;
VIII - indicadores de resultados e de desempenho: em conformidade com os objetivos traçados em cada entidade e/ou programa de atendimento socioeducativo
IX - indicadores de financiamento e custos: o custo direto e indireto dos diferentes programas, custo médio por adolescente nos diferentes programas e gastos municipais, estaduais, distrital e federal com os adolescentes em Capinzal.

Art. 29. Elaborar semestralmente e tornar público relatório sobre as atividades e resultados do Sistema Socioeducativo Municipal.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 26 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei nº 3.164/2015

LEI Nº 3.164, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Institui o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento (CONDEMAS), na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei institui o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento (CONDEMAS), órgão colegiado deliberativo, regulador e fiscalizador, consultivo e de assessoramento do Poder Executivo de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico, sendo assegurada a representação de forma paritária das organizações nos termos da Lei Federal n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e na formulação das políticas relativas às questões ambientais no âmbito do Município de Capinzal.

Art. 2º Ao conselho de que trata a presente Lei compete:

- I - colaborar na formulação das diretrizes para o estabelecimento da política municipal de proteção do meio ambiente;
- II - propor diretrizes para a conservação e recuperação dos recursos ambientais do Município;
- III - obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e à comunidade em geral;
- IV - propor e colaborar na execução de atividades com vistas à educação ambiental;
- V - propor a realização e promover campanhas de conscientização quanto aos problemas ambientais;
- VI - opinar sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do Município;
- VII - opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano e posturas municipais visando à adequação das exigências do meio ambiente ao desenvolvimento do Município;
- VIII - propor ao Poder Executivo a instituição de unidades de conservação visando à proteção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, mananciais e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;
- IX - manter intercâmbio com entidades oficiais e privadas de

pesquisa e demais atividades voltadas à defesa do meio ambiente;
X - controlar os serviços de saneamento básico, tais com:

- a)abastecimento de água;
- b)esgotamento sanitário;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e
- d)drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

XI - fornecer o necessário suporte da sociedade à Política e ao Plano de Saneamento Básico instituído pela Lei Municipal nº 3.047, de 14 de dezembro de 2012; e

XII - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 3º O conselho referido no art. 1º será composto por 16 (dezesesseis) membros, observados os seguintes critérios de composição:

I - um representante da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente;

II - um representante da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social;

III - um representante do Departamento de Vigilância Sanitária e Saneamento do Município;

IV - um representante do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE);

V - dois representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI);

VI - um representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC);

VII - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VIII - um representante do Sindicato Rural;

IX - um representante da Associação Municipal de Mulheres Agricultoras (AMMAC);

X - um representante da Associação de Produtores Agroecológicos;

XI - um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; e

XII - um representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC);

XIII - um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Capinzal - CDL;

XIV- um representante de Associação de Moradores e Entidades Comunitárias;

XV - um representante inscrito no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA-SC);

XVI - um representante de entidade de defesa do consumidor - Diretoria do PROCON Municipal.

§ 1º Cada segmento, entidade ou órgão indicará um membro titular e um suplente para representá-lo no Conselho.

§ 2º Indicados os conselheiros na forma do art. 3º, ato do Chefe do Poder Executivo designará os integrantes do conselho.

§ 3º O presidente do conselho referido na presente Lei será eleito por seus pares em reunião do colegiado.

Art. 4º O mandato dos conselheiros será de dois anos, admitida a recondução.

Art. 5º A atuação dos membros do conselho não será remunerada, sendo considerada atividade de relevante interesse social.

Art. 6º O funcionamento e a organização estrutural do conselho serão estabelecidos em Regimento Interno que será aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações previstas no orçamento municipal vigente.

Art. 8º Revogam-se as Leis:

I - Lei nº 1.013, de 25 de novembro de 1981;

II - Lei nº 1.636, de 31 de agosto de 1992;

III - Lei nº 2.762, de 27 de junho de 2007.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 26 de março de 2015.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito de Capinzal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0090/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0090/2015 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: JUSSARA DE MELO 04675510906		
Valor.....: 133.098,00 (cento e trinta e três mil e noventa e oito reais)		
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015 Processo_Licitatório.....: 00048 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para serviços de lavagem de veículos leves e utilitários, caminhões, máquinas e tratores, da frota de todas as Secretarias e Fundos da municipalidade.		
Capinzal, 26 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0091/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0091/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: EDIMAR FRIZZO - ME		
Valor.....: 35.950,00 (trinta e cinco mil novecentos e cinquenta reais)		
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2015 Processo_Licitatório.....: 00052 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas de serviços de manutenção de Equipamentos Agrícolas da Municipalidade.		
Capinzal, 26 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0092/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0092/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: IRMAOS TONINI LTDA.		
Valor.....: 50.399,00 (cinquenta mil trezentos e noventa e nove reais)		
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2015 Processo_Licitatório.....: 00052 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas de serviços de manutenção de Equipamentos Agrícolas da Municipalidade.		
Capinzal, 26 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0093/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0093/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: JV TORNEARIA LTDA - ME		
Valor.....: 13.550,00 (treze mil quinhentos e cinquenta reais)		
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2015 Processo_Licitatório.....: 00052 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas de serviços de manutenção de Equipamentos Agrícolas da Municipalidade.		
Capinzal, 26 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0094/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0094/2015 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA EPP		
Valor.....: 126.840,00 (cento e vinte e seis mil oitocentos e quarenta reais)		
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015 Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.		
Capinzal, 26 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0095/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0095/2015 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME	
Valor.....: 154.105,00 (cento e cinquenta e quatro mil cento e cinco reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015 Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0096/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0096/2015 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: EDEMILSO RAIZER ME	
Valor.....: 114.320,00 (cento e quatorze mil trezentos e vinte reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015 Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0097/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0097/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: MECANICA DALEOSIR LTDA	
Valor.....: 67.710,00 (sessenta e sete mil setecentos e dez reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015 Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0098/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0098/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME	
Valor.....: 87.850,00 (oitenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015 Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

PMC CONTRATO 0099/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0099/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: MECANICA NEORI LTDA EPP	
Valor.....: 113.435,00 (cento e treze mil quatrocentos e trinta e cinco reais)	
Vigência.....: Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015 Processo_Licitatório.....: 00053 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota da Municipalidade.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0079/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0048/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0079/2015

Pregão Presencial Nº 0048/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do município de Capinzal/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 10/04/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 27 de março de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C212

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº.....: TA001/2015 C212 - Contrato Nº: 0212/2014	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: CONSTRUTORA PIRATUBA LTDA - ME	
Valor.....: 0,00 (zero)	
Vigência.....: Início: 02/03/2015 Término: 04/05/2015	
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2014 Processo_Licitatório.....: 000124 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação da vigência do contrato original, com termo final na data de 04/05/2015, conforme solicitação da empresa responsável, da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 26 de Março de 2015	

RESOLUÇÃO Nº 001/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Aprova a reprogramação dos saldos financeiros referente aos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995;

Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a reprogramação dos saldos financeiros oriundos do FNAS.

Art. 2º IGD-SUAS o saldo é do valor de 2.259,83 (dois mil e duzentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos) que será utilizado na manutenção de atividades para aprimoramento do SUAS no município e atividades de capacitação dos trabalhadores do SUAS.

Art. 3º IGD-PBF tem um saldo de 5.742,12 (cinco mil e setecentos e quarenta e dois reais e doze centavos). o valor será aplicado na manutenção das atividades de aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Cadastro único

Artº 4º Proteção Social Básica somam um valor de R\$ 31.600,79 (Trinta e Um Mil e Seiscentos Reais e Setenta e Nove Centavos). Sendo que R\$ 13.360,15 (Treze Mil e Trezentos e Sessenta Reais Cinze Centavos) são recursos do Piso Básico Variável - PBV I (Pro-Jovem), R\$ 147,45 (Cento e Quarenta e Sete Reais e Quarenta e

Cinco Centavos) são recursos do Piso Básico Variável - PBV II e R\$ 18.093,19 (Dezoito Mil e Noventa e Três Reais e Dezenove Centavos) são recursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Todos os recursos acima citados serão utilizados, conforme reordenamento federal, na manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos sendo investido em material de consumo e serviços de terceiros. O valor de R\$ 28.222,16 (Vinte e Oito Mil e Duzentos e Vinte e Dois Reais e Dezesseis Centavos) são recursos do Piso Básico Fixo - PBF I que serão aplicados em material de consumo, serviços de terceiros e pagamento de pessoal para o desenvolvimento das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 5º Proteção Social Especial, o saldo total é de R\$ 57.360,61 (Cinquenta e Sete Mil e Trezentos e Sessenta Reais e Sessenta e Um Centavos). Sendo que R\$ 15.464,04 (Quinze Mil e Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Quatro Centavos) são recursos do Piso Variável de Média Complexidade - PVMC (PETI) que, conforme orientação do reordenamento federal, serão aplicados nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV. O valor de R\$ 31.655,38 (Trinta e Um Mil e Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Trinta e Oito Centavos) são recursos do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC I e serão aplicados em material de consumo, serviços de terceiros e pagamento de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. O valor de R\$ 2.054,12 (Dois Mil e Cinquenta e Quatro Reais e Doze Centavos) são recursos do Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC que serão repassado para a APAE para custeio do Programa "Prevenindo e acompanhando a pessoa com deficiência, sua família e cuidadores", conforme aprovação do CMAS. O valor de R\$ 23.651,11 (Vinte e Três Mil e Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Onze Centavos) são recursos do Piso de Alta Complexidade I e serão aplicados em material de consumo e serviços de terceiros no Acolhimento Institucional - Abrigo CiaLar.

Art.6º ACESSUAS somam um total de R\$ 108.293,96 (Cento e Oito Mil e Duzentos e Noventa e Três Reais e Noventa e Seis Centavos) e serão reprogramados pagamento de material de consumo, serviços de terceiros e pagamento de pessoal para execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 24 de fevereiro de 2015.

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO SOCCOL

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 002/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

Aprovação da Prestação de Contas dos recursos estaduais recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS no ano de 2014 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995;

Considerando a Lei nº 8.742/93, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS no ano de 2014 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 24 de fevereiro de 2015.

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO SOCCOL

Presidente

Catanduvás**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.059, DE 26 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 2.059/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2014 VINCULADOS AOS RECURSOS DO FUNDEB"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 4º, inciso I da Lei Municipal nº 2.478 de 2014, art. 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e art. 21, § 2º Lei Federal nº 11.494, de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
	2017	Manutenção do Ensino Fundamental		
	318	DESPESAS CORRENTES – Recursos do FUNDEB	R\$	35.594,01

Art. 2º - Constituem recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, de acordo com o saldo verificado nas fontes de recursos vinculadas ao FUNDEB (018 e 019), no valor de R\$ 35.594,01 (Trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e um centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Catanduvás SC, 26 de Março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 39/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
TOMADA DE PREÇOS: 4/2015
PROCESSO: 39/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de TOMADA DE PREÇOS: 4/2015, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMÓRIAS DESCRITIVOS, PLANILHAS E PROJETOS, CONTEMPLANDO EM SEUS CUSTOS O PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ALÉM DOS FRETES E DESPESAS DECORRENTES DE HORAS-EXTRAS, HOSPEDAGEM, TRANSPORTES E ALIMENTAÇÃO DE SUA EQUIPE E DEMAIS COMPONENTES PARA CONSTRUÇÃO DE 785,54 m² CORRESPONDENTE À 04 (QUATRO) SALAS DE AULA A SEREM IMPLANTADAS NO NÚCLEO MUNICIPAL SANTO ANTONIO - CELSO RAMOS/SC, PARA ATENDER O PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE).

Entrega da documentação e proposta até as 14H do dia 15/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES
Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 27 DE MARÇO DE 2015.
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Contratos

Página: 1/1

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
75	25/2015	24/03/2015	31/12/2015	8/2015	Não	28.620,00		CONSULTORIA EM SAUDE	BECHER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Objeto:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA DE SAÚDE DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.							

Total: 1

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015 - FMS

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de transportes, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de pacientes, aos municípios de Joaçaba e Chapecó, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/04/2015.

Abertura: dia 14/04/2015, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 26 de março de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

EXTRATO DO EDITAL DE ELEIÇÃO PÚBLICA Nº 1/2015-CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EXTRATO DO EDITAL DE ELEIÇÃO PÚBLICA Nº 1/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente torna público a realização de Eleição Pública para o cargo de Conselheiro Tutelar.

OBJETO: abre inscrição, fixa horário, local e critérios relativos à eleição, para preencher vaga do Conselho Tutelar do Município de Concórdia.

INSCRIÇÕES: de 01 a 30 de junho de 2015, no horário das 8h às 11h 30 e das 13h 30 às 17h, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada a Rua Osvaldo Zandavalli, 511 - Centro - Concórdia - SC.

REQUISITOS: Residir no Município de Concórdia há mais de dois anos; Idade superior a 21 anos, no ato da inscrição; Reconhecida idoneidade moral; Estar em gozo de seus direitos políticos; Estar em pleno gozo da aptidão mental para o exercício da função de conselheiro tutelar, atestado por médico psiquiatra, até dois dias antes da posse, sob pena de ser impedido de tomar posse no cargo; Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar nos últimos 5 (cinco) anos; Conhecimento em informática básica, comprovado através de aprovação na prova prática; Participar do Curso para Conselheiro Tutelar, a ser realizado nos dias 30 de julho a 01 de agosto de 2015, com 75% de frequência; Ter concluído o Ensino Médio; Ser aprovado em prova escrita de conhecimento sobre os direitos da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo CMDCA. São impedidos de servir no Conselho Tutelar, marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro, genro ou nora, irmãos,

cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e madras-ta, assim como os referidos graus de parentesco com a autoridade judiciária e representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital. Artigo 140 da Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

DOCUMENTAÇÃO: Cópia da Carteira de Identidade; Cópia da Certidão de Casamento ou declaração de União Estável, se for o caso; Cópia do Título de Eleitor com domicílio eleitoral no Município de Concórdia, até o dia 30 de junho de 2015; Cópia do Comprovante de residência e declaração assinada pelo candidato de que reside há mais de dois anos no município, com reconhecida firma; Certidão Negativa de Antecedentes Criminais fornecido pelo Fórum da Comarca; Certidão de quitação expedida pela Justiça Eleitoral; Cópia do Certificado de conclusão do ensino médio; Uma foto 5x7 sem moldura, colorida, papel fotográfico fosco, cor do fundo preferencialmente branca; O servidor público que pretender candidatar-se a uma vaga de Conselheiro Tutelar deverá apresentar, no ato da inscrição, comprovante de disponibilidade para atuar no Conselho Tutelar. Não serão aceitas inscrições por procuração.

ELEIÇÃO: será realizada no dia 04 de outubro de 2015, das 9h às 17h, na Escola de Educação Básica Deodoro, localizada na Rua Doutor Maruri, 911, Centro - Concórdia - SC.

Maiores informações podem ser obtidas através do telefone (49) 3442 0118 ou 3442 1532.

Concórdia SC, 27 de março de 2015.

ARMINDO DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO 012 - APROVA PLANO MUNICIPAL DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO-

RESOLUÇÃO Nº 012, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião extraordinária realizada em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA, no dia 03 de março de 2015, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS - NOB/SUAS 2012, a Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que estabelece o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas, Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente) e a legislação que rege a Proteção Social Especial - Serviço de Média Complexidade e a Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE,

Art. 1º - Deliberar e aprovar o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, apresentado a este conselho pela Comissão Gestora Integrada de Implantação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC, que conforme documento anexo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 03 de março de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO 013 - ESTABELECE E APROVA CRITÉRIOS LEI DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

RESOLUÇÃO Nº 013, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação dos critérios de concessão dos Benefícios Eventuais no Município de Concórdia SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião ordinária realizada, no dia 12 de março de 2015, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, Lei n. 12.435/2011, NOB/SUAS 2012 e a legislação que rege a Proteção Social Básica e a Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar e aprovar os critérios de concessão dos Benefícios Eventuais no Município de Concórdia - SC.

§ 1º - Os benefícios eventuais referem-se às quatro modalidades: Auxílio Natalidade; Auxílio Funeral; Calamidade Pública e Situação de Vulnerabilidade Temporária, conforme previsto no Art. 22 da LOAS e na Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 12 de março de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO 014 - PRORROGAÇÃO E NOVO CONVÊNIO - APAE

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação da prorrogação de prazo e celebração de Novo Convênio entre o Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS e a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião ordinária realizada, no dia 12 de março de 2015, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, Lei n. 12.435/2011, NOB/SUAS 2012, Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e Instrução Normativa n. TC-14/2012, do TCE/SC,

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar e aprova a prorrogação do prazo do Convênio nº 001/2014, referente ao Processo nº 4.200/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e a celebração de Novo Convênio.

§ 1º - A prorrogação do convênio nº 001/2014 será para um prazo de 60 dias.

Art. 2º - Quanto à renovação do convênio será atendido a partir da celebração de um novo convênio, observados todos os trâmites legais necessários para sua concessão, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 24 de março de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 012 - PLANO SINASE**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****1. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA – CMASC**

Rua Oswaldo Zandavalli, 511 fone/fax: 3442-0119 /3442-2234.

cmas@concordia.sc.gov.br**RESOLUÇÃO Nº 012, DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião extraordinária realizada em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA, no dia 03 de março de 2015, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS – NOB/SUAS 2012, a Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que estabelece o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas, Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente) e a legislação que rege a Proteção Social Especial – Serviço de Média Complexidade e a Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE,

Art. 1º - Deliberar e aprovar o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, apresentado a este conselho pela Comissão Gestora Integrada de Implantação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia – SC, que conforme documento anexo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 03 de março de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente CMAS

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

ANEXO DA RESOLUÇÃO CMAS Nº 012/2015



Prefeitura Municipal de Concórdia – SC
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Conselho Municipal de Assistência Social
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

2015 – 2025

IDENTIFICAÇÃO

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

Vigência 2015 – 2025

Período de elaboração 2014

Prefeitura Municipal de Concórdia/SC

Gestor Municipal (Prefeito) João Girardi

Município de Médio Porte

Endereço: Rua Leonel Mosele, 62, Bairro Centro

Fone: 49 3441-2000

E-mail: asplan@concordia.sc.gov.br

Órgão responsável pela Gestão do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas

Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Gestor Municipal (Secretário) Lauri Garbossa

Endereço: Rua Osvaldo Zandavalli, 511, Centro (esquina com a Rua Carlos Gomes)

Telefone: (49) 3442-0119

E-mail: sedes@concordia.sc.gov.br

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Telefone: 3442-0119

E-mail: sedes@concordia.sc.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Telefone: 3442-0119

E-mail: cmdca@concordia.sc.gov.br

EXPEDIENTE**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

1. ANA PAULA FORNER – SEMUS
2. ANDRÉIA DE PINHO – CREAS
3. ANGELA GOSENHEIMER KROMBAUER – CREAS
4. ANI CARINA DOSS GIRARDI – CREAS
5. BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS – ADOLESCENTE
6. BRUNO HENRIQUE HOLDEFER – ADOLESCENTE
7. CLAIR SALETE POLETO – CREAS
8. CLAITON CASAGRANDE – PM
9. CLEUCIR SULENTA – CMDCA
10. CRISTIANO JANTARA – ADOLESCENTE
11. DALINE CORDAZZO – EDUCAÇÃO
12. DANIELLE TIETZMANN HENTZ – CREAS
13. DEIZEL DAINARA VOSS – CRAS
14. DOUGLAS BENTO FERREIRA – ADOLESCENTE
15. EDIANE MARI BIASI – CREAS
16. EDUARDA REZENDE VENTURA – ADOLESCENTE
17. ELIANE AMPESE – CRAS
18. FERNANDA TELES – CONSELHO TUTELAR
19. FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI – CRAS
20. GIANE MARTELO – CREAS
21. GLECIA KALSING – ADOLESCENTE
22. HELMI GOSENHEIMER – CONSELHO TUTELAR
23. JAQUELINE MENEGETTI – CONSELHO TUTELAR
24. JARDEL STEDILE SOARES – ADOLESCENTE
25. JEAN CARLOS DA SILVA – ADOLESCENTE
26. JEFFERSON DEDÉA – ADOLESCENTE
27. JOSIANE ESPINOSA CABRAL – CRAS
28. JOSIANE WIERZYNSKI PIOVEZAN – CRAS
29. JULIANA PAULA STENZLER – ADOLESCENTE
30. JULIANO DOUGLAS MACHADOMEIRELES – ADOLESCENTE
31. JULIANO GONÇALVES DA SILVA – ADOLESCENTE
32. KELLI SALES SCARIOT HELLER – CREAS
33. LEANDRA DARGAS SLONGO – CULTURA

- 34. LEONARDO CISCATO DE MOURA – ADOLESCENTE
- 35. LUCAS STALBAUM – ADOLESCENTE
- 36. LUIZ EDUARDO OLKOSKI SURDI – ADOLESCENTE
- 37. MARCIA INES LORENZETT – CONSELHO TUTELAR
- 38. MARILANE FIAMETTI STUANI – CAMARA DE VEREADORES
- 39. MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS – CONSELHO TUTELAR
- 40. MARLI DA SILVA – CONSELHO TUTELAR
- 41. MATHEUS DA SILVA – ADOLESCENTE
- 42. MARCIO PRADO – ADOLESCENTE
- 43. NEUSA PRESOTTO COLOMBO – CMAS
- 44. ROBERTO MARINELLO – GERENCIA DE EDUCAÇÃO
- 45. ROZANA ORSOLIN – CRAS
- 46. SIDINEI MUSSELINI – CASEP
- 47. SILVANA CASAGRANDE – GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 48. SIRLEI ROVANI – CONSELHO TUTELAR
- 49. SOLANGE FÁTIMA VANLAR – ADOLESCENTE
- 50. STEFANIE CAROLINE MATOS – ADOLESCENTE
- 51. TANIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA – CMAS
- 52. TANIA DENISE ROMANI – GESTÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL
- 53. TIAGO MEIRELES – ADOLESCENTE
- 54. VANDERLEI RIBEIRO – PM
- 55. WILMAR MOREIRA – ADOLESCENTE

Assessoria Técnica:

Célio Vanderlei Moraes

QuéliAnchau

**PRÁTICAS
ASSESSORIA**

Especialista em Gestão e Controle Social

Sumário

1. Apresentação	7
2. Introdução.....	9
3. Procedimentos Metodológicos	12
4. Realidade de Concórdia	17
4.1. Atendimento socioeducativo no município de Concórdia/SC.....	22
5. Marco Legal e Conceitual do Plano	27
5.1. Adolescências e o Estatuto da Criança e do Adolescente	27
5.2. As medidas Protetivas e Socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente ..	29
5.3. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	33
5.4. Sobre o Diagnóstico/Resultado dos Questionários Qualitativos	35
6. Plano de Ação	40
6.1. Eixo 1 - Gestão	40
6.2. Eixo 2 - Qualificação do Atendimento.....	44
6.3. Eixo 3 - Participação dos Adolescentes.....	48
6.4. Eixo 4 - Sistema de Justiça e Segurança	50
7. REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO	52

1. Apresentação

A aprovação da Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que estabelece o Sistema Nacional de Sistema Socioeducativo e regula a execução das medidas socioeducativas permitiu aos municípios brasileiros assumir o protagonismo nas políticas públicas de atendimento ao adolescente nas medidas socioeducativas em meio aberto e em meio fechado.

Esse processo visa instituir Sistemas e Planos Decenais Municipais de Atendimento Socioeducativo.

Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Concórdia, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação mobilizou a construção do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, fruto de um trabalho coletivo que articulou várias áreas de atendimento, tanto privada, quanto pública, bem como os operadores do Sistema de Garantia de Direitos e protagonizou o Estatuto da Criança e do Adolescente em um de seus recortes mais desafiadores: a garantia de direitos aos adolescentes em prática de ato infracional.

A proposta deste plano socioeducativo é desenvolver ações integradas com a rede de atendimento à criança e ao adolescente em Concórdia, nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, cultura, esportes, justiça e segurança pública, proporcionando a efetivação dos direitos fundamentais consagrados ao adolescente na Constituição Federal (art. 227) e no ECA (art.4º), garantindo-lhes sua condição de cidadão.

Nesse sentido, as ações que estarão sendo implementadas visam promover a otimização dos recursos disponíveis, a consolidação de uma rede articulada e integrada de atendimento ao adolescente e a implementação de ações sociais eficazes de prevenção da violência.

O debate e construção do Plano de Medidas Socioeducativas de Concórdia foi um processo participativo que movimentou vários segmentos e atores, dentre eles os adolescentes, tanto em cumprimento de Medidas como de grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Dentre os segmentos estiveram representados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Superintendência de Cultura, Superintendência de Esportes, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Câmara de

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

Vereadores, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social e Centro de Atendimento Socioeducativo – CASEP.

O processo coletivo perspectivou um pacto social e refletiu o compromisso do município com a prevenção, uma vez que este processo gerou reuniões, debates, articulações estratégicas em torno de um objetivo comum: a necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos. No desenvolvimento deste Plano de atendimento considera-se a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado.

Esse mesmo sistema estabelece ainda as competências e responsabilidades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

2. Introdução

A partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, o atendimento à criança e ao adolescente tem um novo enfoque centrado na Doutrina da Proteção Integral. Através da mobilização social, vem garantir direitos às crianças e adolescentes sobrepondo-se ao antigo Código Mello Mattos (Código de Menores), que era baseado na punição e castigo.

Este processo de mudança de paradigma teve na Constituição da República de 1988 o marco histórico na luta pelos direitos da criança e do adolescente. Com a aprovação do artigo 227 desta carta magna, ficou consagrado a chamada Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas, que atribui à criança e ao adolescente a condição de sujeitos de direito. Definindo-os como pessoa peculiar em desenvolvimento conferindo-lhes a prioridade absoluta no atendimento e na elaboração de políticas públicas. Tal artigo dispõe:

Art.227 -"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Trazendo em cena esta nova concepção de infância e adolescência consagrada na nossa Carta Magna e com as diretrizes trazidas pelo ECA, temos preparado o terreno que favoreceu a criação de uma rede de proteção para garantir e defender os direitos de crianças e adolescentes envolvendo sociedade civil e Estado.

Onde também estão previstas de medidas socioeducativas a serem aplicadas aos adolescentes a partir de 12 até 18 anos incompletos que tenham cometido atos considerados infracionais (art. 112, incisos I a VI), bem como poderão ser aplicadas medidas protetivas previstas no artigo 101, nos incisos de I a VI, da mesma lei.

No entanto, em 2006 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA publicou a Resolução nº119, para normatizar a atuação das diversas políticas públicas em torno deste atendimento socioeducativo. Esta resolução deu origem a Lei 12.594, assinada em 18 de janeiro de 2012, instituindo o Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE):

“Destinado a regulamentar a forma como o poder público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual os adolescentes autores de ato infracional têm direito”. (SINASE – Perguntas e Respostas, p. 1).

O SINASE ancorado no Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, dentro da perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais visa regulamentar a execução das medidas socioeducativas no país. Permitindo que os municípios brasileiros possam assumir o protagonismo nas políticas públicas de atendimento ao adolescente nas medidas socioeducativas em meio aberto e em meio fechado, provocando a construção de um processo que institui Sistemas e Planos Decenais Municipais de Atendimento Socioeducativo.

Esta missão atribuída ao município é para garantir o cumprimento da política de atendimento especial aos adolescentes que cometeram ato infracional, de forma articulada, oportunizando a (re) construção do projeto de vida, promovendo seu desenvolvimento pessoal e social, a partir do reconhecimento e valorização de suas potencialidades e habilidades.

A construção do Plano de Atendimento Socioeducativo de Concórdia suscitou muito debate em torno desta temática, gerando problematização em torno das condições dos adolescentes que praticaram ato infracional, bem como da condição de vida dos adolescentes em nossa sociedade.

Através da construção participativa do plano visou-se gerar um pacto social, que terá reflexo no compromisso dos segmentos que participaram do processo, culminando reflexos nas ações, uma vez que este processo gerou reuniões, debates e articulações estratégicas em torno do objetivo comum que é importante frisar

novamente: A necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos.

Este processo participativo colocou em cena vários segmentos da sociedade civil e governamental, inclusive adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, gerando debates, e articulações em torno do objetivo comum, construindo assim parâmetros mais adequados que possam ter mais eficácia e eficiência através das medidas socioeducativas oferecidas a estes adolescentes.

Esta é uma missão que requer enfrentar diuturnamente enormes desafios. Para tanto, precisamos compreender os adolescentes como pessoas em processo de desenvolvimento, agentes de transformação do mundo, cada qual com uma história de vida própria, que não pode ser desconsiderada. O ato infracional praticado por adolescentes deve ser visto como uma circunstância de vida que pode ser modificada. O adolescente não se resume ao ato infracional, a sua identidade tem muitos outros aspectos que precisam ser considerados.

A implementação deste plano pressupõe, portanto, uma gestão democrática, descentralização das ações, intersetorialidade das políticas públicas, corresponsabilidade da família e comunidade. Está baseado, sobretudo no respeito aos direitos humanos e às diferenças, a crença na possibilidade de transformação das pessoas, postura ética e transparência como valores fundamentais dos sujeitos responsáveis pela execução das medidas socioeducativas.

3. Procedimentos Metodológicos

Para a construção do Plano de Medidas Socioeducativas de Concórdia foi priorizado uma abordagem participativa e interdisciplinar para que, à medida que a discussão em torno da condição peculiar dos atores de ato infracional fosse amadurecendo também se pudesse oportunizar a troca experiências, conhecimentos e principalmente qualificar a discussão e a construção das propostas para o plano.

Desta forma, durante a construção do Plano de Medidas Socioeducativas de Concórdia, aconteceram debates em torno da criança e adolescente através do processo participativo que movimentou vários segmentos e atores, dentre eles os adolescentes, tanto em cumprimento de Medida como de grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Considerou-se que os adolescentes autores de ato infracional não poderiam ficar de fora desta discussão por estarmos falando deles, portanto se considera que este trabalho só poderia acontecer com eles. Estes adolescentes tinham o que falar, e nós “os adultos”, só poderíamos saber o que é adequado a eles na condição de autores de ato infracional se déssemos a oportunidade de expressão, conforme nos traz Freire, 1996, p 113:

“Se na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele”. (FREIRE, 1996, p. 113)

Com a escuta se vivenciou a realidade dos adolescentes na construção de um plano que poderá ter eco em suas vidas. Então, para contribuir na discussão participaram representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Superintendência de Cultura, Superintendência de Esportes, Conselho Tutelar, Polícia Militar, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social e Centro de Atendimento Socioeducativo – CASEP.

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

Para fomentar o processo de construção foi contratada uma empresa que dispôs de dois profissionais que assessoraram nos encontros, conforme cronograma:

Atividades	Out	Nov	Dez	Fev	Mar
Formação	16h				
Eixo 1 Gestão do SINASE	4h	4h	4h		
Eixo2 Qualificação dos atendimentos à	4h	4h	4h		
Eixo3 Participação e autonomia dos adolescentes	4h	4h	4h		
Eixo 4 Sistema de Justiça e Segurança	4h	4h	4h		
Assessoria e análise na sistematização do resultado das oficinas para apresentar no seminário (leitura e revisão).			4h	4h	
SEMINÁRIO MEDIADOR			8h		
Eixo 1 Atendimento Inicial e Eixo 2 Atendimento aos adolescentes e às Famílias			4h		
Eixo3 Medidas Socioeducativas: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida			4h		
Eixo 4 Capacitação Profissional			4h		
Eixo 5 Sistema de Informação			4h		
Apoio a Comissão na Minuta do Plano		4h	8h	4h	
SEMINARIO DE LANÇAMENTO					4h

Foi realizada formação inicial de 16 horas com esses atores. Objetivo desta foi trabalhar conceitos e concepções e preparar os participantes para a lógica de implantação do SINASE. Além de proporcionar a integração dos adultos e jovens no debate. Este período também foi espaço de esclarecer quanto ao preenchimento dos questionários do diagnóstico, que foram pensados numa perspectiva qualitativa com vista a apreender a realidade local, mas também a concepção dos sujeitos executores do SINASE quando ao atendimento do adolescente em pratica de ato infracional.

Com objetivo de nivelar saberes e considerar a especificidade geracional, no primeiro dia de formação foi realizado oficina com adultos e adolescentes em espaços separados. No segundo dia, adolescentes apresentaram aos adultos a sua produção, dando assim, voz aos sujeitos do plano.

A atividade com metodologia específica, garantiu que adolescentes se expressassem sem constrangimento, trouxessem à tona seus anseios para o futuro, e ao mesmo tempo explicitassem o quanto são recriminados pelas instituições devido a roupas e ou trejeitos que os representam. Apontaram que no atendimento inicial do SINASE são desrespeitados e colocados em situação vexatória pelos agentes que compõem o Sistema de Segurança.

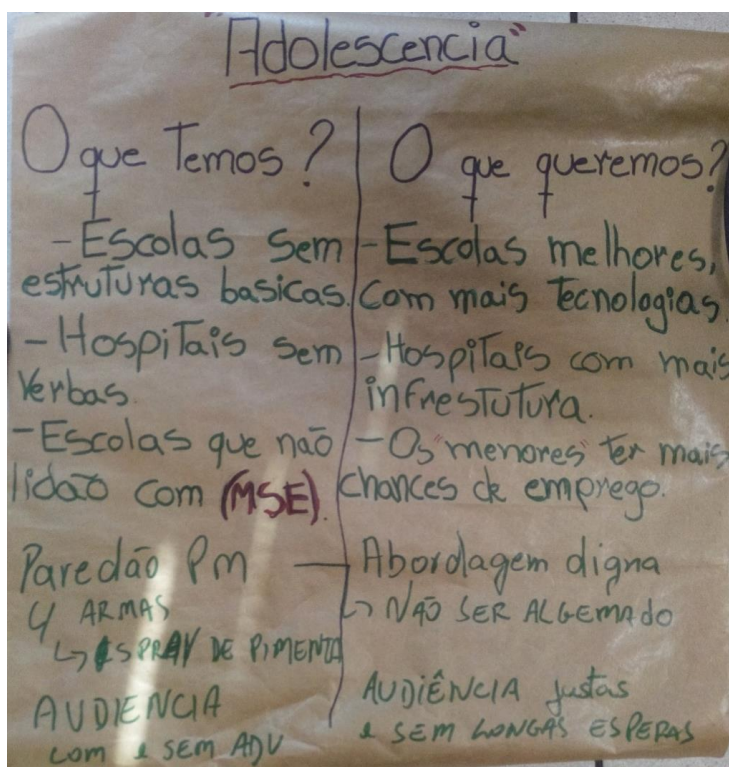


Foto 1 - Resultado Oficina Adolescentes

Já com adultos a maturidade foi em torno dos avanços legislativos para garantia dos direitos, do papel das políticas públicas. Em conjunto, com os dois públicos foi discutido o que os adolescentes apresentaram em forma de cartazes, mediado por um debate de conceitos geracionais. No segundo dia, com os dois

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

segmentos juntos, foi elencado o que é SINASE e apresentados dados de atendimentos em MSE no município de Concórdia, fechando com o planejamento da condução do plano.



Foto 2 - Trabalho coletivo

Optou-se em conduzir a construção do plano por eixos, conforme orientação do Plano Nacional. Para tanto, foi discutido a função de cada eixo e aberto aos participantes da formação inicial a identificação com cada eixo e escolha por estar nele na construção do plano.



Foto 3 - Oficina dos Eixos

Foi tomado o plano de ação do eixo decenal como pano de fundo da elaboração dos debates, passado cada proposta e elencado período e responsável, logo em seguida, da mesma forma do plano Estadual. Assim, foi se constituindo o debate e as propostas municipais

Este conjunto de pessoas, de forma coletiva tem garantido a construção de um plano que visa novas possibilidades para concretização da gestão municipal do SINASE e tem como objetivo principal a qualificação do atendimento, a participação e autonomia dos adolescentes e o fortalecimento dos Sistemas de Justiça e Segurança.

Vale ressaltar que com este trabalho também serão provocados o alargamento dos horizontes em direção a uma nova estrutura organizacional e social para o atendimento mais eficaz através da atividade socioeducativa no município.

O Plano de Medidas Socioeducativas de Concórdia executado por várias mãos e mentes contou ainda com duas importantes etapas sendo estas:

1. Constituição da Comissão Gestora Integrada de Implantação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia;

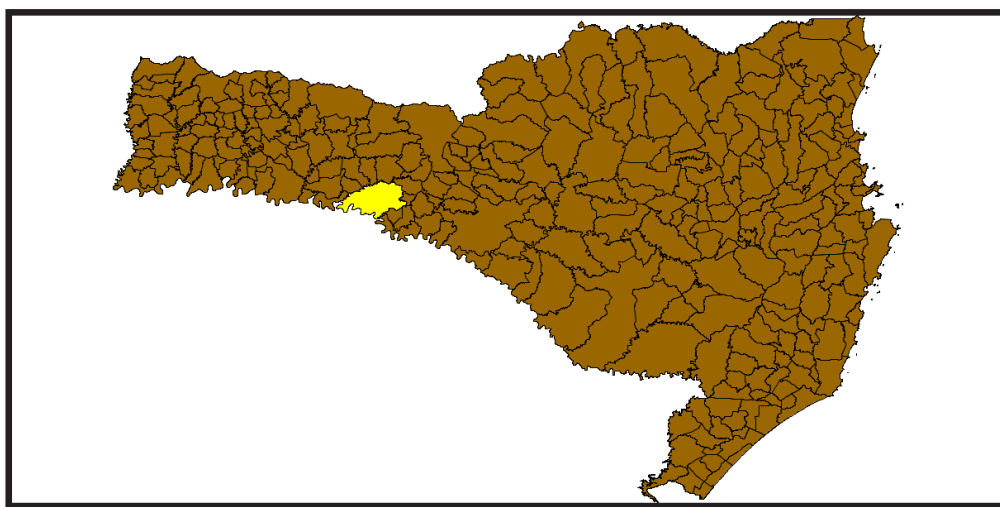
2. Apresentação do Plano ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS pela Comissão Gestora Integrada de Implantação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia para que ambos os conselhos promovam audiência pública ampliando ainda mais o debate acerca do tema, visando contribuir na implementação de políticas públicas que efetivem aquilo que foi planejado.

Ainda, como forma de consolidar todo o trabalho está programada a apresentação do material final a toda rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, rede socioassistencial, políticas públicas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura, trabalho e renda.

4. Realidade de Concórdia

O município de Concórdia localiza-se no Oeste do Estado de Santa Catarina (Mapa 1, com destaque em amarelo), tendo uma área territorial de 799,879 Km². Pertence a Microrregião de Concórdia, não sendo parte de nenhuma estrutura de Região Metropolitana. Está vinculada à Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense e pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Concórdia.

Mapa 1 – Localização do município de Concórdia no Estado de Santa Catarina



Elaboração: Marcelo Rodrigues (2014)

O Município em tela, segundo o IBGE (2014 a), teve como marco inicial de sua formação a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, iniciada em 1908 e concluída em 1910. Até então, há registros que a região fora habitada por povos indígenas tupis-guaranis, sendo os primeiros contados entre as duas culturas (brancos e indígenas), nada amistosas, o que ocasionou a dispersão de seus primeiros habitantes.

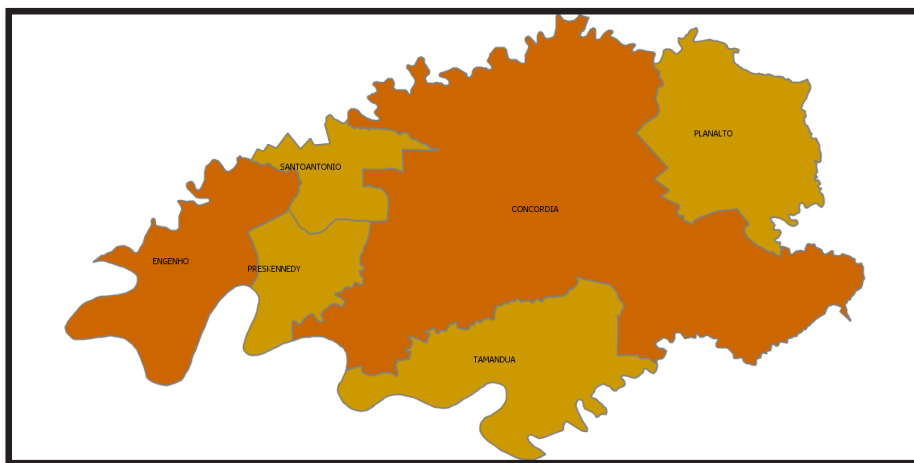
Segundo o IBGE (2014 a), no ano de 1912, se tem a chegada dos primeiros imigrantes do hoje município de Concórdia, os quais fundam uma pequena Vila, tendo como pioneiro José Fabrício Neves. No entanto, só em 1925 é que se tem o início da 'colonização', ano em que a área era conhecida como Colônia Queimados passa a ser denominada de Concórdia. Em 1927 constitui-se em Distrito, do qual fora desmembrado dos também distritos de Bela Vista, Itá e Irani, todos pertencentes ao então município de Cruzeiro, hoje denominado Joaçaba.

Assim, Concórdia permaneceu como Distrito de Cruzeiro até 1934 quando é elevado à categoria de município com a mesma denominação, fato este ocorrido pela promulgação da Lei Estadual n.º 635 de 12/07/1934 e instalado sete dias depois, isto é, em 29/09/1934. Quando de sua criação contou com quatro Distritos Administrativos, a saber: Concórdia, Bela Vista, Ipira e Itá.

Desde então, Concórdia passa por várias mudanças em sua formação administrativa, sendo desmembrado e dando origem a formação de outros municípios tais como: Seara (1953), Ipumirim (1963), Lindóia do Sul (1989), Arabutã (1991) e Alto Bela Vista (1995). Também há registros de Distritos que pertencera a Concórdia e que foram transferidos a outros municípios, como o caso de Ipira (1943), Boa Vista (1948) e Uruguaia (1948).

Assim, em divisão territorial datada em 2003, permanecendo até a atualidade, o município de Concórdia é constituído de 6 distritos: Concórdia (1934), Engenho Velho (1966), Presidente Kennedy (1966), Planalto (1994), Santo Antônio (1996) e Tamanduá (1966), conforme representado no Mapa 2

Mapa 2 – Distritos Administrativos de Concórdia (2014)

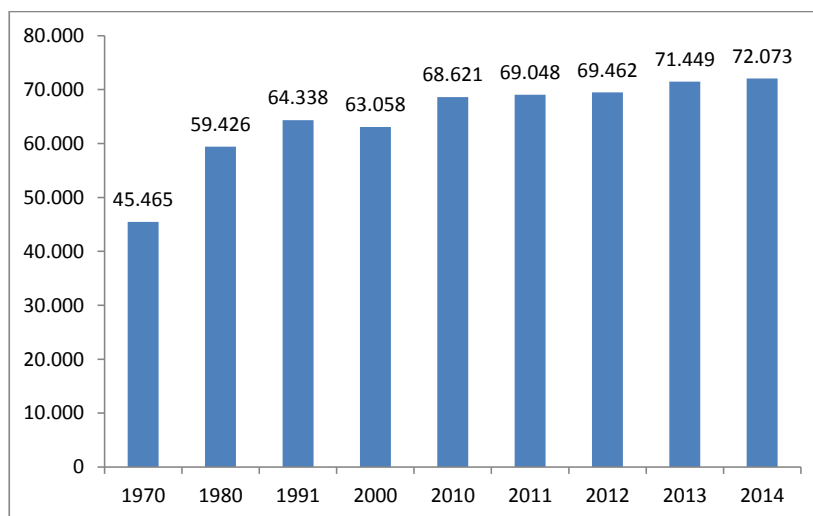


Elaboração: Marcelo Rodrigues (2014)

A população de Concórdia em 2010 era de 68.621 habitantes (33.771 do sexo masculino e 34.850 do sexo feminino), o que representa um aumento de 8,8% desde o último Censo Demográfico em 2000, enquanto o crescimento do Brasil e Santa Catarina foram, respectivamente de 12% e 17% neste intervalo de tempo.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e constante no DATA SOCIAL (2014), em 2014, o município estaria com 72.073 habitantes, o que representa uma taxa de crescimento de 5% em relação ao Censo de 2010 (1,25% ao ano). O Gráfico 1 demonstra a evolução da população nos últimos anos.

Gráfico 1 – População total de Concórdia no período de 1970 a 2014



FONTE: Os Autores (2014), com base nos dados do IBGE (2014 b) e DATA SOCIAL (2014)
 Nota: IBGE: Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. DATASOCIAL, Estimativa da População: 2011, 2012, 2013 e 2014.

A tabela demonstra a população residente no Município de Concórdia, divididas em urbana e rural, e a seguinte por sexo.

População Residente	68.621
População Residente Urbana	54.865
População Residente Rural	13.756

Fonte: IBGE, Censo 2010

Homens	Mulheres
33.771	34.850

FONTE: IBGE, Censo 2010

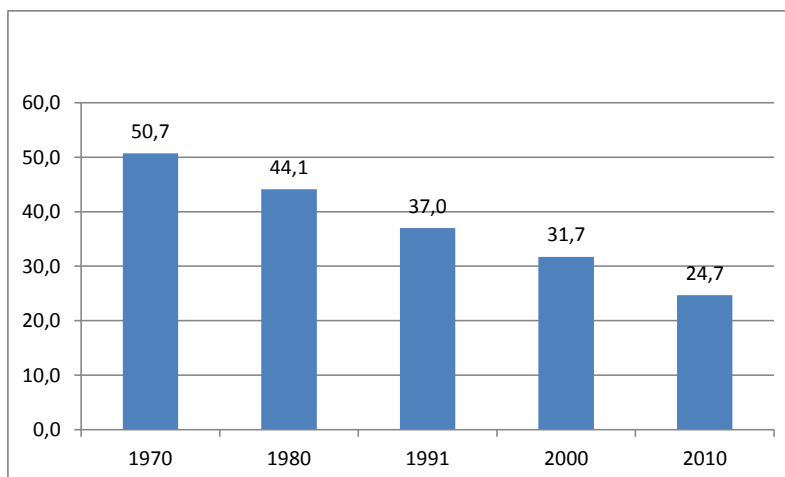
Frente ao contexto, é interessante situar por faixa etária, para que possamos visualizar o público alvo deste plano na realidade de Concórdia.

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

0 a 4 anos	4.167
5 a 9 anos	4.353
10 a 14 anos	5.302
15 a 19 anos	5.331
20 a 24 anos	5.944
25 a 29 anos	6.165
30 a 39 anos	10.896
40 a 49 anos	10.193
50 a 59 anos	7.821
60 a 69 anos	4.865
70 ou mais	3.584

FONTE: IBGE, Censo 2010.

Considerando a particularidade a que este estudo se propõe, buscou-se conhecer a distribuição da população na faixa etária de 0 a 17 anos. Conforme dados do IBGE (2014 a), este recorte etário em 2010 era de 16.921 pessoas, o que representava 24,7% sobre o total da população no município. O Gráfico seguinte apresenta percentual de crianças e adolescentes residentes em concórdia sobre o total da população, nos Censos Demográficos (%).



FONTE: Os Autores (2014), com base nos dados do IBGE (2014 a).

Houve uma redução demográfica da população criança e adolescente, o que não isenta um debate aprofundado sobre a situação deste público. Neste sentido, importa apresentar a distribuição espacial de crianças e adolescentes no Município, a

Tabela 2 os evidencia por bairros, observando-se que, os bairros que mais concentram este segmento são: das Nações, Centro, Vista Alegre, Itaíba e dos Industriários.

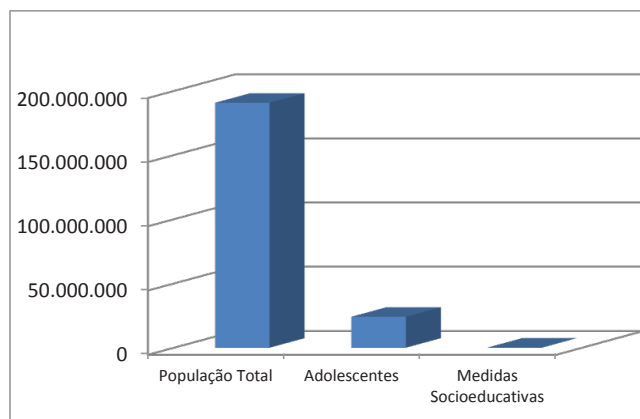
Tabela 2 - Distribuição das Crianças e Adolescentes de Concórdia em 2010 por bairros.

Localidade	População residente					
	Total	Grupos de idade				Total de 0 a 17 anos
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	
Arvoredo	724	49	54	62	39	204
Centro	6 641	289	259	399	259	1.206
Cinquentenário	1 253	66	62	81	53	262
Colibri	241	21	21	20	12	74
Cristal	196	13	12	13	13	51
Da Gruta	1 477	130	104	105	53	392
Das Nações	5 554	357	364	424	293	1.438
Dos Estados	1 268	93	96	98	64	351
Dos Imigrantes	721	53	49	57	32	191
Dos Industriários	2 649	166	186	174	120	646
Flamengo	513	40	46	55	25	166
Floresta	1 126	76	65	101	56	298
Guilherme Reich	1 436	81	92	123	60	356
Imperial	1 927	105	93	136	88	422
Itaíba	2 774	182	154	212	112	660
Jardim	1 310	72	78	77	50	277
Liberdade	735	36	42	43	37	158
Natureza	1 667	134	130	158	99	521
Nazaré	1 556	98	58	115	66	337
Nossa Senhora da Salete	540	34	45	48	25	152
Nova Brasília	683	71	86	97	48	302
Parque de Exposição	677	40	45	55	31	171
Petrópolis	1 621	125	125	128	67	445
Primavera	317	18	24	28	16	86
Santa Cruz	1 897	120	99	137	74	430
Santa Rita	796	87	95	111	61	354
São Cristóvão	601	33	32	38	23	126
São Miguel	915	57	43	56	36	192
Sunti	1 210	57	69	68	42	236
Vista Alegre	2 796	206	197	228	137	768
Total	68.621	4.243	4.353	5.302	3.161	17.059

FONTE: Os Autores (2014), com base nos dados do IBGE (2014 b).

Esses dados justificam um debate sobre a garantia de direitos humanos para crianças e adolescentes, como segmentos vulneráveis observando a realidade de cada território.

O quadro abaixo mostra a realidade do Brasil em números e ratificam as afirmativas de Volpi (2001):



FONTE: Os Autores (2014), com base nos dados do IBGE (2014 b).

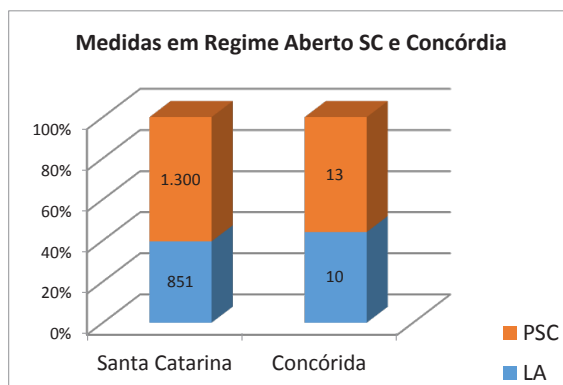
Apesar de saber que estamos falando de menos de 1% do público adolescente, o grande marco do SINASE é garantir que esse público seja atendido com dignidade e, ao mesmo tempo seja desencadeado ações de enfrentamento aos mitos sociais, que muitas vezes cerceiam as potencialidades da fase geracional.

4.1. Atendimento socioeducativo no Município de Concórdia/SC

O Município de Concórdia conta com o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), sob responsabilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS conforme orientado pelos documentos técnicos do SUAS.

Este serviço se constitui por uma equipe de referência (01 assistente social, 01 psicóloga e 01 técnico de ensino superior, que não são exclusivos) não tendo os orientadores sociais conforme exige NOB/RH-SUAS. Esta equipe é responsável por atender e acompanhar adolescentes e suas famílias quando no cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto (LA e PSC).

Com base nos dados constantes no Registro Mensal de Atendimento (RMA), estima-se que o Serviço de MSE, acompanha uma média de 214 processos anuais, dos quais 89,8% seriam de adolescentes do sexo masculino e 10,2 do sexo feminino. Quanto ao tipo de MSE em cumprimento, seriam 53,0% de Liberdade Assistida e 47,0% de Prestação de Serviço à Comunidade.



	LA	PSC	Total
Santa Catarina	851	1.300	2.151
Concórdia	10	13	23

FONTE: RMA –SAGI / MDS 2014

Já o atendimento em meio fechado é de responsabilidade do Estado, na figura jurídica da Secretaria de Justiça e Cidadania, que na prática terceiriza os serviços, e atendem adolescentes em medidas socioeducativas de meio fechado.

Concórdia conta com a estrutura do CASEP – Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório, no entanto este é utilizado também como CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo.

A SEMILIBERDADE que seria um serviço necessário para fazer a regressão da medida foi desativada, acarretando sérios danos ao processo pedagógico da medida, bem como sobrecarregando o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS uma vez que direcionou automaticamente esta demanda para o serviço.

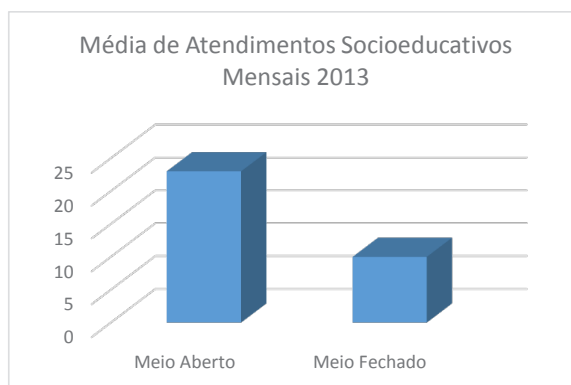
O CASEP é um espaço que acolhe o adolescente flagrado na prática de ato infracional grave, sendo que esta acolhida é provisória (de 45 dias segundo o ECA) até que seu processo seja julgado. Já o CASE, é também uma estrutura física que acolhe os adolescentes quando já tem seu processo julgado e sanção definida.

O CASE e CASEP em Concórdia, como em uma boa parte dos municípios catarinenses, se misturam no mesmo espaço físico, uma vez que a provisoriade não é respeitada conforme legislação e, por não haver estrutura física de CASE no Estado para absorver a demanda. Essa questão de misturar a demanda em único espaço prejudica os procedimentos pedagógicos.

Apesar de compreender que a máxima do SINASE é o alargamento das medidas em meio aberto, esse cenário catarinense de terceirização e de precarização da oferta, implica em sobrecarregar os atendimentos em meio aberto e por consequente também prejudicar o trabalho das equipes do CREAS. Ainda, legitimando um discurso social que com “menor” não dá nada.

Esse cenário é perverso, uma vez que alimenta a lógica do debate da redução da maioria penal ao mesmo tempo que não há estrutura de Estado para lidar com essas demandas.

A tabela abaixo apresenta a média de atendimento de adolescentes em medidas socioeducativas em Concórdia no ano de 2013, tanto em meio aberto, quanto em meio fechado.



FONTE: IBGE, RMA/MDS 2012-2013

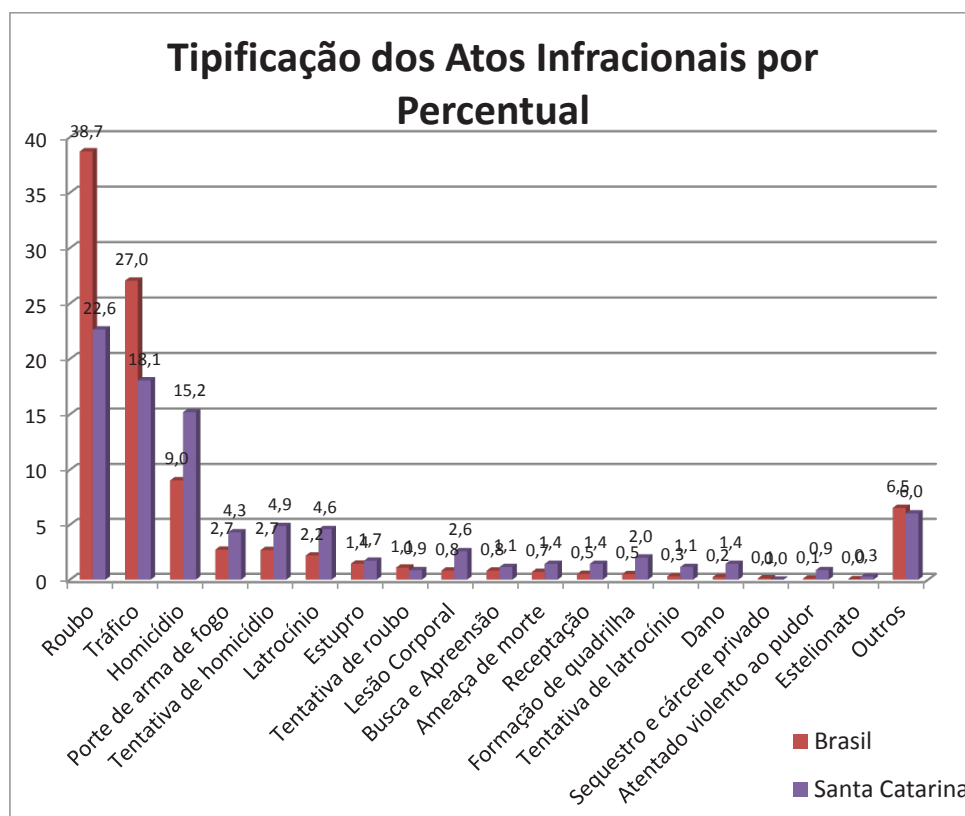
Vê-se em números que frente à realidade da população jovem de Concórdia, os adolescentes que praticam ato infracional não são em grande proporção. Tem-se aí muito mais um desafio de contracultura quanto a prática do ato infracional por adolescentes do que o atendimento em si.

Em se tratando do tipo das medidas socioeducativa, é interessante expor que elas podem progredir ou regredir, para tanto, mesmo sendo entidades diferentes que executam meio aberto e meio fechado, esta deve manter relação mensal com vistas a garantir a acolhida do público nas suas referências e contrarreferências e ao mesmo tempo não sombrear ações das equipes. O SINASE exige essa inter-relação.

Ainda, o que se tem de preocupante na prestação de serviço do meio fechado é falta de inscrição (até a data da aplicação do questionário) no Conselho Municipal

dos Direitos de Crianças e Adolescentes, que por consequente não garante monitoramento. Cabe ressaltar que o serviço respondeu que não dispõe do RH necessário e, que as estruturas físicas não foram pensadas para estes serviços, além de no caso do CASEP, ser uma edificação antiga.

Com relação aos atos mais praticados pelos adolescentes, os dados gerais de Santa Catarina e Brasil, assim como os de Concórdia não fogem à regra, são em maioria aqueles relacionados ao patrimônio. Para Calligaris (2000), estes atos infracionais são a conduta mais óbvia, afinal o ideal do sucesso financeiro é triunfante em nossa sociedade e o jovem é mantido afastado dele pela moratória da adolescência.



FONTE: SDH/MJ 2012

Ao se considerar que os crimes contra o patrimônio têm por objetivo, primeiro, a posse de um bem, de recursos financeiros, e o tráfico de drogas se constitui atualmente em uma importante fonte de renda para muitos jovens e se forem

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

agrupados os dois dados, teremos a maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes, que se relacionam à necessidade deste em obter recursos financeiros para suprir suas necessidades, sejam elas básicas ou de consumo.

A partir deste dado também é possível compreender os estereótipos sobre a adolescência e ato infracional, pois ao contrário do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação, os atos infracionais cometidos, em sua maioria, não são atos contra a vida nem mesmo contra a pessoa.

Para a efetivação das medidas em meio aberto de Prestação de Serviço a Comunidade, é necessário à criação de uma rede de parceiros que acolham estes adolescentes. O Município de Concórdia conta com 79 (setenta e nove) locais com possibilidade de cumprimento de medida de prestação de serviço à comunidade, entre elas governamentais e não governamentais. Quem gerencia estes cadastros para inclusão dos adolescentes são os técnicos do CREAS.

5. Marco Legal e Conceitual do Plano

5.1. Adolescências e o Estatuto da Criança e do Adolescente

Na medida em que o Ato Infracional é toda conduta tipificada como crime ou contravenção penal quando atribuída a uma criança ou adolescente é crucial compreendermos o fenômeno denominado adolescência. O ponto de partida é que se trata de uma etapa do desenvolvimento entre a infância e a vida adulta.

A rigor não se pode falar de adolescência, mas de *adolescências*, dado que a depender da condição econômica, do local de moradia e da cor da pele, a adolescência começa muito antes ou se estende por muitos anos além dos parâmetros legais. Da mesma forma, a adolescência pode representar o início da responsabilização de uns e uma moratória nas responsabilidades para aqueles localizados em um outro segmento social. É o período dos sonhos, das incertezas e aventuras, ou de “deixar de ser criança” e assumir a própria vida, significando custear as próprias despesas, quando se refere aos filhos dos trabalhadores.

Quando relacionada com o ato infracional geralmente é vinculada ao discernimento entre o certo e errado, mais uma vez, prestando contas aos valores da legalidade hegemônicos em nossa sociedade. Assim, vemos as forças sociais mais conservadoras, especialmente a grande imprensa propondo a redução da idade da responsabilização penal, argumentando que na atualidade os adolescentes têm discernimento sobre seus atos.

O mesmo acesso às informações que pode ser usado como base para exigir atitudes punitivas aos autores de ato infracional, serve de álibi para que outros prorroguem a tomada de decisões sobre seu futuro, afinal para quem tem poder econômico são tantas as possibilidades que é justo que use mais tempo para decidir. Encurtada para as classes trabalhadoras e alongada para os filhos das classes dominantes, a adolescência continua sendo um momento provocativo para a maioria dos adultos pelo teor de mudanças que lhe é intrínseco.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990) assumiu juridicamente a distinção entre estas duas fases da vida, fixando os doze anos como fronteira para que abandonemos a infância e os dezoito para que sejamos recebidos na vida adulta, restando este intervalo para adolescermos. Além da demarcação das idades, esta lei marcou a substituição formal da doutrina jurídico-políticas da situação irregular e proteção integral. Na primeira, vigente no Brasil entre

1927¹ e 1990, a lei centrava-se naqueles que fugiam à expectativa da moral vigente. Estariam em situação irregular tanto aqueles que praticassem atos infracional, quanto aqueles que viviam separados de suas famílias ou vivendo junto delas, enfrentavam a situação de miséria². A todos eles a lei reservava o mesmo destino. Aos moldes da mais ortodoxa teoria higienista, deveriam ser classificados, separados do convívio e tratados, antes que espalhassem a moléstia social da qual eram portadores.

Com o demonstrado fracasso deste paradigma, uma nova visão foi construída tanto no Brasil quanto no exterior³, através de um conjunto amplo de normativas. Por aqui, a Constituição Federal de 1988 cristalizou essa mudança ao afirmar que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 – ART. 227

A inclusão deste artigo na Constituição, bem como a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente logo na sequência, foi fruto de uma intensa mobilização social que envolveu educadores, juristas, religiosos e grupos populares, que entenderam indispensável à garantia dos direitos desta parcela da população para a construção de uma nova sociedade.

Filiando-se a toda a luta pelos Direitos Humanos, este movimento conseguiu formalizar o entendimento de que:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. Lei 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente Artigo 3º

¹ Código de Menores (**Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927**) Conhecido como **Código Mello Mattos, em referência a seu mentor.**

² Menores infratores, menores abandonados e menores carentes, em expressões da época, mas que ainda são usadas pelos meios de comunicação e autoridades mais conservadoras.

³ Convenção das Nações Unidas de Proteção Integral à Infância, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de menores (Regras de Beijing), Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção dos Jovens Privados de Liberdade e pelas Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad).

Como implicação, restou fixada a noção de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos a serem protegidos por um sistema integrado de instituições públicas e de organizações da sociedade civil, assegurada a prioridade absoluta nos seguintes termos:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
 - b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
 - c) Preferência na formulação e na execução das políticas públicas;
 - d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- Art. 4º**
parágrafo único.

5.2 As medidas Protetivas e Socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente

Para enfrentar o cometimento de atos infracionais pelas crianças e adolescentes, o Estatuto previu a aplicação de medidas, sempre que isto ocorra. Estas medidas não devem ter caráter punitivo, mas promover a “educação para os direitos”, no sentido de levar a criança e o adolescente a reverem seus projetos de vida pautados nos valores da convivência social e respeito aos direitos seus e dos demais.

Além disto, a aplicação de uma medida protetiva ou socioeducativa sempre deverá ser precedida do devido procedimento de ampla defesa, seja perante o Conselho Tutelar, no caso de crianças, seja perante o Poder Judiciário, no caso de adolescentes quando se configura o processo legal na integralidade.

Vale salientar que estas medidas serão aplicadas pelas autoridades competentes (Conselho Tutelar para as crianças e Poder Judiciário para os adolescentes), de forma coercitiva, isto é, independem da concordância dos autores dos atos infracionais. Assumem assim, um caráter aflagante e, neste sentido caracterizam-se como medidas de controle, restritivas de liberdade. (FRASSETO. 1999:166), (VOLPI. 2002:20).

Isto não fere os direitos quando se entende inseridos no sentido de coletividade ou, em outras palavras, as crianças e os adolescentes têm direitos, mas não para fazerem o que quiserem e sim para receber todas as condições para o pleno desenvolvimento no contexto do convívio familiar e social.

É somente neste sentido que se pode afirmar que as medidas têm o caráter pedagógico e socializador, considerando o processo de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, como referido no Estatuto.

Atribuída a autoria de ato infracional a uma criança ou adolescente, este fato deve ser encaminhado às autoridades competentes. No caso de crianças, independente do ato cometido, o Conselho Tutelar exerce esse papel e deverá selecionar uma das medidas de proteção inscritas no artigo 101, entre os incisos I ao VI do Estatuto:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental
IV – inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, Art. 101 Art. I a VI.

Poderá ainda o Conselho Tutelar, se considerar conveniente, aplicar também uma medida relativa a seus pais ou responsáveis, previstas no artigo 129, incisos I ao VI:

*I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** – Art. 129, Incisos I ao VI*

No caso de adolescentes o procedimento deverá ser equivalente àquele aplicado aos adultos, isto é, registro de ocorrência em delegacia de polícia, com apreensão em flagrante se for o caso, apresentação imediata ao Promotor de Justiça que decidirá sobre a representação contra o adolescente perante o Poder Judiciário.

Neste caso ele terá direito a ser assistido por advogado, assim como todas as garantias processuais normatizadas⁴.

Considerando as provas apresentadas e preservado o contraditório, o Juiz de Direito definirá a aplicação ou não de uma das medidas socioeducativas, conforme o artigo 112 do Estatuto:

*I – advertência;
II – obrigação de reparar o dano;
III – prestação de serviços à comunidade;
IV – liberdade assistida;
V – inserção em regime de semiliberdade;
VI – internação em estabelecimento educacional;
VII – qualquer uma das previstas no Art. 101, I a VI.*
§ 1º - A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
§ 2º - Em hipótese alguma e sob pretexto algum será admitida a prestação de trabalho forçado.
§ 3º - Os adolescentes portadores de doenças ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Art. 112.

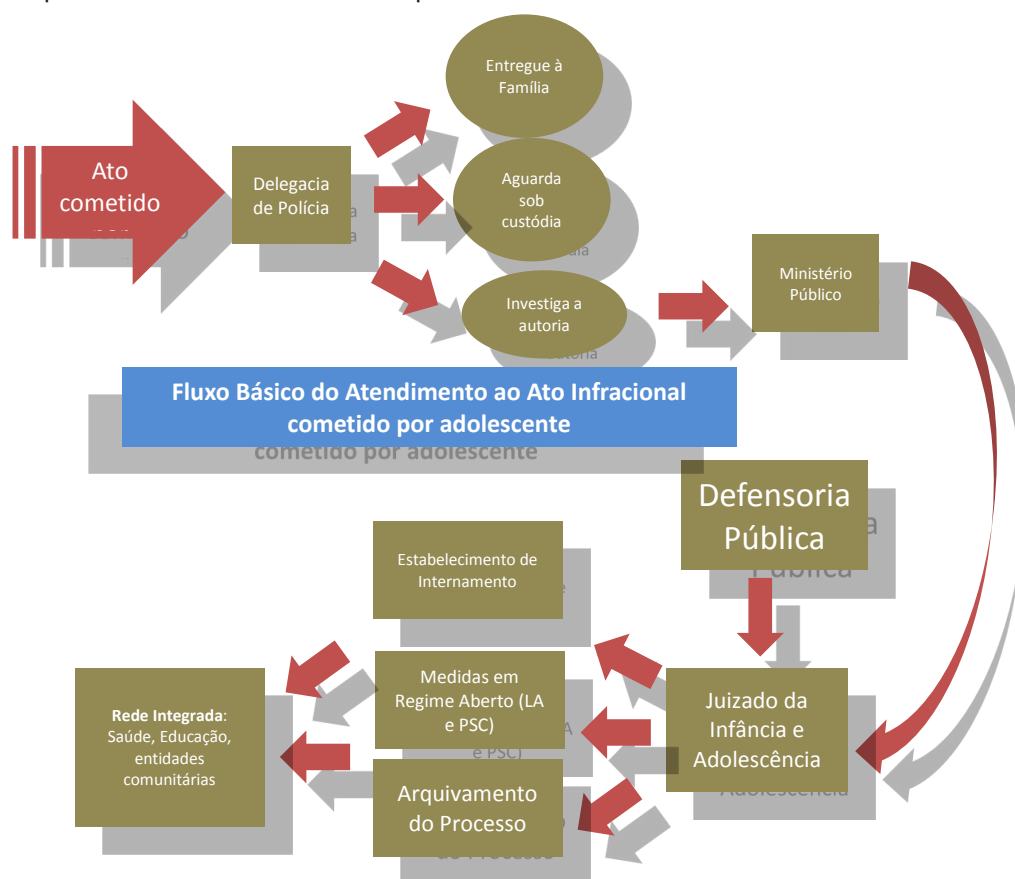
Estas medidas podem ser classificadas em três grupos: Há as medidas de aplicação direta no momento da tomada da decisão pelo Poder Judiciário (Advertência e Reparo do Dano); as de execução em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA) e aquelas que implicam na privação da liberdade (Semiliberdade e Internação).

Além disto, o Poder Judiciário poderá também decidir pela aplicação de uma das medidas protetivas constantes no Art. 101, do inciso I ao VI.

As medidas socioeducativas constituem na resposta estatal, aplicada pela autoridade judiciária, ao adolescente que cometeu ato infracional. Embora possuam aspectos sancionatórios e coercitivos, não se trata de penas ou castigos, mas de oportunidades de inserção em processos educativos (não obstante, compulsórios) que, se bem sucedidos, resultarão na construção ou reconstrução de projetos de vida

4 Capítulo III – Das Garantias Processuais. Art. 110 - Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Art. 111 - São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; II – igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa; III – defesa técnica por advogado; IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento. (ECA, arts. 110 e 111).

desatrelados da prática de atos infracionais e, simultaneamente, na inclusão social plena. Se efetivam conforme o quadro a baixo:



Após a comprovação da autoria e materialidade da prática do ato infracional - assegurados o contraditório e a ampla defesa (CF, artigo 5º, inciso LV) - as medidas socioeducativas sempre devem ser aplicadas levando-se em consideração as características do ato infracional cometido (circunstâncias e gravidade), as peculiaridades do adolescente que o cometeu (inclusive a sua capacidade de compreender e de cumprir as medidas que lhe serão impostas) e suas necessidades pedagógicas, dando-se preferência àquelas medidas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (ECA Artigos 100, 112 e 113). Convém assinalar que a autoridade judiciária também pode aplicar, cumulativamente ou não, as medidas específicas de proteção, as quais também podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar e que estão previstas no artigo 101, incisos I a VI, do ECA.

As seis medidas socioeducativas previstas no ECA devem ser aplicadas em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e observar o estado peculiar em que se encontram os adolescentes na condição de pessoas em desenvolvimento. A aplicação das medidas socioeducativas deve ter caráter pedagógico e promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Com a implementação da Lei n. 12.594, de 12 de janeiro de 2012 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabeleceram-se os objetivos das medidas socioeducativas:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Cabe agora, discutirmos melhor o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e seus desdobramentos legais e conceituais.

5.2. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Para aprimorar a implementação das medidas socioeducativas em 2012 foi sancionada a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei 12.594/2012). Além de organizar na forma de um sistema unificado, estabeleceu as regras, princípios e competências de cada esfera federativa. Para tanto é indispensável que sejam construídos Planos Municipais e Estaduais dos respectivos Sistemas de Atendimento Socioeducativo.

O Plano Municipal, mais que um documento, deve registrar a integração sistêmica dos órgãos e serviços na realização de objetivos comuns, cada um guardando sua especificidade. Assim, a organização das ações contida no plano, é a expressão de discussões integrativas e do reconhecimento da unidade e foco na atenção socioeducativa aos adolescentes do município.

De acordo com a lei, estes planos devem ter o caráter decenal e manter estrita sintonia entre os níveis de governo. Para tanto, deve-se atentar para as competências dos municípios, especificadas na Lei:

- I. Formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;
- II. Elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;
- III. Criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;
- IV. Editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;
- V. Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e
- VI. Financiar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto. **LEI 12.594/2012.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é o órgão encarregado do controle social sobre as políticas públicas para as crianças e adolescentes realizadas no município. Assim, tem a responsabilidade de articular a produção e aprovar o Plano Municipal, dado seu poder deliberativo.

A execução das medidas em regime aberto são um serviço integrante de Proteção Social Especial, fazendo parte do Sistema Único da Assistência Social, SUAS. Este sistema tem por base a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 9742/1993), instituído na forma da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS 145/2004).

O serviço relativo às medidas está contido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109/2009) e está assim especificado:

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas

*específicas para o cumprimento da medida. **Resolução CNAS 109/2009***

Desta maneira o Plano Municipal ao mesmo tempo em que organiza a atenção socioeducativa no município especificando as atribuições da Rede de Atendimento e as ações de promoção e prevenção, também aproxima os Conselhos Municipais, contribui para a integração das discussões e aprimora a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.3. Sobre o Diagnóstico/Resultado dos Questionários Qualitativos

Para apreender a compreensão do parceiros quanto ao SINASE foi direcionado um questionário com perguntas abertas para todos os gestores das políticas públicas municipais e estaduais executadas no município, além do Conselho Tutelar, Polícia Civil/DPCAMI e Militar, Judiciário e Ministério Público e Defensoria, CASEP CASEMI.

Os questionários tiveram perguntas em comum, mas também foram elaborados conforme a demanda de cada órgão. Principal objetivo da metodologia qualitativa deste instrumental foi apreender o conhecimento dos parceiros sobre os serviços e seu envolvimento com a questão, sendo que foram enviados para os seguintes órgãos:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- Conselho Tutelar
- Vara da Infância e Juventude
- Ministério Público
- Secretaria de Assistência Social/Gestão
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
- Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório – CASEP
- Semi Liberdade
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Fundação Municipal de Esportes
- Fundação Municipal de Cultura
- Gerencia Regional de Educação

- Polícia Civil
- Polícia Militar

A partir das respostas aos questionamentos enviados e recebidos, analisaram-se os dados apresentados destacando os principais pontos logo abaixo.

Quando foi questionado sobre o conhecimento em relação ao serviço, as políticas públicas, quase de forma geral, apontam conhecer superficialmente, a segurança pública, Judiciário e Ministério Público, pela relação no atendimento inicial se manifestaram positivamente. Uma minoria respondeu conhecer em partes, sabe que existe, mas não dialogam diretamente.

Essa resposta reflete diretamente na segunda questão que buscou apontar se há ações que acolham com metodologia específica o público em MSE, todas as políticas públicas responderam que não. As ações são genéricas para todos. No entanto, nem todas oferecem ações que acolhem público em qualquer tempo, como é o caso da cultura e esporte. No debate deflagram dificuldade quando ações numa perspectiva mais dialética.

Essa questão do desconhecimento quando a metodologia de atendimento diferenciada, se reflete na forma de fazer, que por sua vez se legitima em pré-conceito. Não se está afirmando prioridade aos adolescentes em prática de atos infracionais em detrimento dos demais, mas este discurso de universalidade, esconde as diferenças, e estas por sua vez viram problema a norma.

No que se refere à interação com o Serviço, a maioria respondeu como zero, ou seja, se eu não conheço, não tenho ações que absorvam em qualquer tempo, por consequente não terei ações articuladas. Portanto, a aferição imediata, é que Concórdia trata o público em medida socioeducativa como responsabilidade exclusiva do CREAS e do CASEP.

Ainda no reconhecimento, foi inserida uma questão que faz referência ao preparo dos profissionais para lidar com regras de conduta e especificamente com a petulância juvenil que apresentam os jovens que incidem em prática de ato subversivo a ordem. As respostas foram genéricas, o que pressupõe que não há algo específico que prepare os trabalhadores a lidar com o perfil dos adolescentes mais questionadores, que reagem regras e enfrentam a Lei. Por consequente, o ato de

preconceito com este público não está em processo de ruptura. Fato que se reflete diretamente na abordagem policial que mensura a vestimenta para abordar (fala dos adolescentes), a educação que não gera APOIA quando se trata de abandono escolar desse público.

O que se visualiza no conjunto das respostas ainda, especialmente na educação, que há vagas disponíveis, mas as evasões escolares são tratadas sistematicamente pelos meios legais/APOIA, sem observar diretamente a diversidade do público em questão. Alguns públicos requerem busca ativa e investimentos intersetoriais, neste quesito, a Educação apresenta dificuldade uma vez que quando os adolescentes chegam para cumprimento de medida no Centro de Referência Especializado Assistência Social/CREAS, estão sem escola há um tempo, tamanha a dificuldade em garantir o retorno escolar.

O CREAS sinaliza que a oferta de ensino profissionalizante existe em partes, porque conforme o mês do ano não há cursos profissionalizantes com vagas a disposição e, por vezes, os cursos não despertam o interesse dos adolescentes ou estes não têm a escolaridade necessária para eles.

A evasão escolar entre os adolescentes que cumprem Liberdade Assistida/LA é de 100%, já entre os que prestam Serviço à Comunidade/PSC, é de 40%. Além da maioria deles estarem cursando o ensino fundamental, para as equipes ao construir o Plano de Atendimento Individual as possibilidades diminuem. Como pensar a inclusão em cursos profissionalizantes?

Quando se questiona educação quanto à possibilidade de formações diferenciadas para corrigir esses desvios, ouvimos que a legislação não permite metodologias de EJA diferenciado para contemplar este público.

Então, além do pouco investimento no resgate desse público, o que o debate deixou a entender ser intencional, uma vez que não há preparo para lidar com estes perfis, a certificação, quando nos cursos de EJA no sistema em meio fechado, não é parcial, ou seja, o vínculo deste período não garante que o adolescente continue estudando quando ele sai do meio fechado. Se não continuar, o tempo de estudo será perdido.

Os adolescentes que cumprem LA são os que mais apresentam *déficit* de formação e maior abandono, se não bastasse essa questão, não há rede de

orientadores sociais para acompanhar este público, por consequente, são “abandonados” duas vezes.

Os adolescentes em oficinas relataram, que quando mantêm o vínculo com escola no período do cumprimento da medida, fazem de tudo para que a direção da escola não saiba da medida, com receio de sofrer represália. E, os que não estão mais nas unidades, de ensino relatam que não há atrativos, especialmente os tecnológicos que motivem a permanência, além de sofrerem desrespeito devido ao seu histórico de percalços e ou enfrentamento às regras estabelecidas.

A rede que acolhe PSC é outro tema de enfrentamento, uma vez que ela é pequena, não apresenta plano de ação para o qual vai destinar o adolescente. É necessário investir em formação e articulação continuada, para além dos cadastros.

Quando se fala das dificuldades em lidar com este público, também se aplica a Assistência Social, que não oferece o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a faixa etária dos 15 a 18 anos, além de não ter equipe específica para o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, que deveria ser de 1 Assistente Social, 1 Psicólogo e 4 orientadores sociais (trabalhadores de ensino médio).

Com relação aos recursos humanos, uma questão muito acentuada foi a precariedade das estruturas e RH da Polícia Civil, a qual não participou do debate e não respondeu questionário, o que valida as constatações empíricas. O atendimento inicial do adolescente é mediado pelo Conselho Tutelar e não por uma equipe de apoio interdisciplinar que localiza a família. As audiências deste público não são priorizadas e podem levar até 2 anos para se efetivar, desfazendo o efeito da medida e responsabilizando o CREAS por uma situação de resgate quase histórico.

Os adolescentes em seu grupo deflagram que além do tempo para julgamento, o tempo de espera pela audiência, sem informações sobre o que está acontecendo é recorrente. Ao observar o retorno do questionário do Ministério Público e Judiciário, se verifica a não exclusividade da vara e a falta de equipes multidisciplinar. Com relação à Defensoria Pública nem se cogita no atendimento inicial da Delegacia ou se garanta sua presença nas audiências quando há gravidade.

Além de não ter inscrição no CMDCA (até a data da aplicação do questionário) a entidade que executa meio fechado e Semi Liberdade, teve seus serviços

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

questionados nos últimos anos e o fechamento de sua unidade de SemiLiberdade, sobrecarregando diretamente o meio aberto, ou seja, o Serviço de Medidas Socioeducativas do CREAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

1. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA – CMASC

Rua Oswaldo Zandavalli, 511 fone/fax: 3442-0119 /3442-2234.

cmasc@concordia.sc.gov.br

6. Plano de Ação

6.1. Eixo 1 - Gestão

AÇÃO	Períodos			Responsáveis
	1º ao 3º ano	3º ao 6º ano	6º ao 10º ano	
1.1 Implementar o SINASE garantindo os recursos financeiros em cofinanciamento para o funcionamento adequado dos programas socioeducativos, com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária, à proteção social, à inclusão educacional, cultural e profissional, com base na Lei 12.594/2012 (Deliberação da IX Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente_2012_eixo 2_proposição 21).	X			Gestão de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social
1.2. Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com vistas a incluir atendimento dos adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto garantindo RH.	X			Gestão de Assistência Social / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Municipal de Assistência Social e Vigilância Socioassistencial
1.3 Acompanhamento da inserção de adolescentes em MSE nos cursos de educação profissional e tecnológica.	X			Centro de Referência Especializado de Assistência Social / Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório / Comissão Gestora Integrada do SINASE e

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

					Sistema 'S'
1.4 Garantir plano de educação permanente dos trabalhadores do SUAS e dos serviços que tenham interface com o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e suas famílias.	X				Gestão de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social
1.5 Criação da Vigilância Socioassistencial.	X				Gestão de Assistência Social
1.6 Acompanhar matrícula e frequência nas escolas dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) através dos dados do Censo Escolar da Educação Básica.	X	X	X	X	Secretaria de Educação do Município / Gerencia Estadual de Educação / Comissão Gestora Integrada do SINASE/ Centro de Referência Especializado de Assistência Social
1.7 Plano de educação permanente aos educadores com temas do SINASE e outros sobre regras e hábitos geracionais.	X		X	X	Secretaria de Educação do Município / Gerencia Estadual de Educação / Comissão Gestora Integrada do SINASE/ Centro de Referência Especializado de Assistência Social
1.8 Garantir a estrutura física e recursos humanos adequados para o atendimento dos adolescentes em cumprimento de MSE de meio fechado.	X		X	X	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Municipal de Assistência Social / Ministério Público / Comissão Gestora Integrada do SINASE

41

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

1.9 Garantir a estrutura física e recursos humanos adequados para o atendimento dos adolescentes em cumprimento de MSE de meio aberto.	X	X	X	Gestão de Assistência Social / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Municipal de Assistência Social / Ministério Público / Comissão Gestora Integrada do SINASE
1.10 Elaborar normativa municipal para criação e funcionamento da Comissão Gestora Integrada do SINASE (CGI), mediante observância da diretriz do Plano Municipal, Estadual e Nacional de Atendimento Socioeducativo que propõe a unificação da gestão do sistema socioeducativo.	X	X		Gestão de Assistência Social / Comissão Gestora Integrada do SINASE
1.11 Estabelecer parcerias e outras formas de contratos destinados ao melhor atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto ou fechado, mediante observância das diretrizes do SINASE, garantindo o financiamento e/ou cofinanciamento para a sua efetivação e efetividade.	X	X	X	Gestão de Assistência Social / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Municipal de Assistência Social / Ministério Público e Judiciário
1.12 Garantir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para 100% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	X	X	X	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo / Gestão de Assistência Social / Sistema S
1.13 Garantir agenda semestral para avaliar e monitorar o Plano de Atendimento Socioeducativo municipal.	X	X	X	Comissão Gestora Integrada do SINASE
1.14 Garantir agenda a cada 3 anos para avaliar e monitorar o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo.	X	X	X	Comissão Gestora Integrada do SINASE
1.15 Garantir o aparelhamento dos órgãos municipais para efetivar a integração do sistema de informações para Infância e Adolescência (SIPIA-SINASE) com os sistemas de informação das demais políticas setoriais.	X	X	X	Gestão de Assistência Social e Ministério Público

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

1.16 Serviço de Atendimento de MSE do CREAS deve comunicar as escolas sobre a medida dos adolescentes.	X	X	X	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
1.17 As Secretarias de Educação do Estado e Município são responsáveis em comunicar à equipe do CREAS qual foi a última escola que o adolescente frequentou.	X	X	X	Secretaria de Educação do Município e Gerência Estadual de Educação
1.18 Assegurar que todas as unidades mantenham os dados do Sistema SIPIA /SINASE atualizados		X	X	Gestão de Assistência Social / Ministério Público e Comissão Gestora Integrada do SINASE

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

6.2. Eixo 2 - Qualificação do Atendimento

AÇÃO	Períodos			Responsável
	1º ao 3º ano	3º ao 6º ano	6º ao 10º ano	
2.1 Elaborar protocolos e fluxos de atendimento para a socioeducação de forma intersetorial;	X			Comissão Gestora Integrada do SINASE
2.2 Ampliar o atendimento em contra turno para adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. (Educação, Cultura, Esporte, Assistência social, etc.)	X			Executivo Municipal
2.3 Acompanhamento da trajetória escolar dos egressos do sistema socioeducativo.	X			Comissão Gestora Integrada do SINASE
2.4 Orientar os sistemas de ensino quanto à garantia da escolarização de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas nos Planos Estaduais e Municipais de Educação.	X	X	X	Secretaria Municipal de Educação / Gerencia Estadual de Educação e Comissão Gestora Integrada do SINASE
2.5 Estabelecer parâmetros para a escolarização e educação profissional no sistema socioeducativo.	X	X	X	Comissão Gestora Integrada do SINASE e Sistema S
2.6 Garantir atendimento aos adolescentes em cumprimento de MSE na Política Nacional de Atenção Integral a Saúde.	X	X	X	Comissão Gestora Integrada do SINASE e Secretaria Municipal de Saúde
2.7 Prestar orientações técnicas para o atendimento de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade;	X	X	X	Comissão Gestora Integrada do SINASE e Centro de Referência Especializado de Assistência Social
2.8 Garantir a ampliação do número de servidores conforme NOB/RH SUAS nos serviços do CREAS, ou seja, para cada 50 famílias atendidas: 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado, 2 profissionais de nível médio ou superior e 1 auxiliar administrativo.	X	X	X	Poder Executivo e Conselho Municipal de Assistência Social

44

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

2.9 Garantir plano de educação permanente dos trabalhadores do SUAS e dos serviços que tenham interface com o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e suas famílias.	X	X	X	Gestão de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social
2.10 Qualificar as redes de atenção à saúde para o atendimento de adolescentes envolvidos com práticas de atos infracionais com transtornos mentais e problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, sem quaisquer discriminações, no caso de aplicação da medida protetiva do art. 101, inciso V, do ECA, cabendo à equipe de saúde eleger a modalidade do tratamento que atenda a demanda.	X	X	X	Secretaria Municipal de Saúde
2.11 Garantir a oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade e suas famílias bem como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	X	X	X	Gestão de Assistência Social
2.12 Ampliar, orientar e apoiar a rede local para execução da Prestação de Serviços à Comunidade por meio do estabelecimento de parcerias.	X	X	X	Comissão Gestora Integrada do SINASE / Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Gestão de Assistência Social
2.13 Desativação das Unidades de meio fechado impróprias.	X			Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Tutelar / Ministério Público e Departamento de Administração Socioeducativo
2.14 Ativação da Unidade de Semiliberdade.	X	X	X	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Tutelar / Ministério Público e Departamento de Administração Socioeducativo

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

2.15 Assegurar e fiscalizar o trabalho socioeducativo conforme os parâmetros arquitetônicos, de gestão e segurança elaborados e divulgados pelo SINASE.	X	X	X	Gestão de Assistência Social / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Ministério Público, Conselho Tutelar e Departamento de Administração Socioeducativo
2.16 Estimular e apoiar a implantação de projetos que visam distanciar os adolescentes do sistema socioeducativo, notadamente aqueles que prevêm práticas restaurativas como resolução de conflitos em comunidades e escolas.	X	X	X	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2.17 Aplicar questionário qualitativo aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, de forma periódica, objetivando melhorias no sistema socioeducativo no que se refere à garantia de direitos.	X	X	X	Comissão Gestora Integrada do SINASE
2.18 Monitorar a elaboração e aplicação do Plano Individual de Atendimento (PIA) em todas as fases e modalidades de execução	X	X	X	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Vigilância Socioassistencial / Conselho Tutelar / Ministério Público
2.19 Assegurar a inserção dos adolescentes no ensino formal, a qualquer tempo.	X	X	X	Secretaria Municipal de Educação / Gerência Estadual de Educação / Comissão Gestora Integrada do SINASE
2.20 Disponibilizar orientação social e das profissões no ensino fundamental e médio.	X	X	X	Secretaria Municipal de Educação / Gerência Estadual de Educação / Comissão Gestora Integrada do SINASE e Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

					Econômico e Turismo
2.21 Articular com gestores municipais e estaduais das políticas de saúde para ampliação da oferta de serviços especializados: CAPSi, CAPSad, Unidades de acolhimento e leitos em hospitais gerais para atendimento a adolescentes usuários de substâncias psicoativas e portadores de transtornos mentais, de acordo com o Plano Operativo da Rede de Atenção Psicossocial.	X	X	X		Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Regional de Saúde
2.22 Assegurar ações específicas entre as políticas voltadas à promoção da saúde mental dos adolescentes que pratiquem atos infracionais, ampliando vagas para garantir a internação de longo prazo quando necessário.	X	X	X		Comissão Gestora Integrada do SINASE e Secretaria Municipal de Saúde
2.23 Garantir vagas em atividades físicas, esportivas, recreativas, culturais e de lazer para adolescentes em cumprimento de MSE em qualquer tempo.	X	X	X	X	Executivo Municipal / União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia e Associação de Moradores
2.24 Articular os serviços socioassistenciais com CASEs e CASEPs, objetivando acompanhar os egressos de MSE semi e internação	X	X	X	X	Gestão de Assistência Social e Instituição que executa o serviço de semi e internação
2.25 Articular com órgãos públicos e privados, com vistas ao mapeamento e efetivação de parcerias para a realização de oficinas qualificadas e de oportunidades de geração de emprego, trabalho e renda respeitando a área de atuação de cada instituição ofertante de cursos.	X	X	X	X	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo / Sistema S
2.26 Promover formação aos profissionais envolvidos com o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com base em práticas restaurativas.		X	X	X	Comissão Gestora Integrada do SINASE

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

6.3.Eixo 3 – Participação dos Adolescentes

AÇÃO	Períodos			Responsável
	1º ao 3º ano	3º ao 6º ano	6º ao 10º ano	
3.1. Fortalecer o Conselho Tutelar para o recebimento de denúncias relativas aos adolescentes em atendimento.	X	X	X	Comissão Gestora do SINASE e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
3.2. Dialogar sobre saúde sexual e saúde reprodutiva com adolescentes e trabalhar esses conceitos comunitariamente.	X	X	X	Secretaria Municipal de Saúde e Gestão de Assistência Social
3.3 Garantir a participação dos adolescentes nas decisões relativas à execução de toda a medida socioeducativa.	X	X	X	Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório
3.4 Estruturar e implementar programa que prepare o adolescente durante a execução da medida, contemplando articulação com a Política de Saúde, Assistência social, Educação e trabalho.	X	X	X	Centro de Referência Especializado de Assistência Social / Centro de Referência de Assistência Social e Comissão Gestora do SINASE / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
3.5 Assegurar que os locais de cumprimento de medida sejam espaços participativos e de aprendizagem.	X	X	X	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Centro de Referência Especializado de Assistência Social e

48

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

					Comissão Gestora do SINASE
3.6 Fomentar a formação de conselheiros escolares adolescentes para apoiar outros adolescentes no cotidiano da fase geracional.		X			Secretaria Municipal de Educação e Gerencia Estadual de Educação / Escolas particulares e Comissão Gestora do SINASE

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

6.4. Eixo 4 - Sistema de Justiça e Segurança

AÇÃO	Períodos			Responsável
	1º ao 3º ano	3º ao 6º ano	6º ao 10º ano	
4.1 Respeitar os prazos e fiscalizar a aplicação de medidas socioeducativas.	X	X	X	Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório / Centro de Referência Especializado de Assistência Social / Judiciário / Ministério Público / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar
4.2. Criar protocolo municipal integrado de atendimento aos adolescentes, antes e após o cumprimento da medida socioeducativa.	X			Comissão Gestora do SINASE
4.3. Garantir recursos materiais e humanos compatíveis com as demandas e as atribuições da vara, Promotoria, Defensoria Pública e Delegacia Especializada com competência na área da Infância e Juventude.	X			Ministério Público / Judiciário / Poder Executivo Estadual / Centro de Referência da Assistência Social / Comissão Gestora Integrada / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
4.4. Garantir aos adolescentes o acesso ao Defensor Público e as informações relativas à sua situação processual.	X	X		Judiciário/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

50

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Concórdia - SC

4.5. Elaborar plano de segurança institucional interno e externo, visando garantir a segurança de todos (profissionais e adolescentes) que se encontram no atendimento socioeducativo bem como orientações às ações do cotidiano, solução e gerenciamento de conflitos, junto com protocolo.	X			Polícia Militar / Comissão Gestora Integrada do SINASE
4.6. Propor a criação de vara especializada na comarca do município com respectiva equipe multiprofissional, bem como seu reordenamento, com disponibilização dos recursos materiais e humanos compatíveis com as atribuições.			X	Tribunal de Justiça de Santa Catarina/ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente / Comissão Gestora Integrada do SINASE

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****1. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA – CMASC**

Rua Oswaldo Zandavalli, 511 fone/fax: 3442-0119 /3442-2234.

cmasc@concordia.sc.gov.br

7. REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócio Educativas – 2012**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012>. Acesso em: dezembro/2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420730&search=santa-catarina|imbituba>. Acesso: novembro/2014 a.

BGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em dezembro/2014 b.

IBGE. **Estatísticas ODS**. Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm. Acesso em: novembro/ 2014 c.

IBGE. **Base Suplemento Assistência Social MUNIC 2013**. Disponível em: Base Suplemento Assistência Social MUNIC 2013. Acesso: dezembro/2014.

INEP. **Informações Estatísticas**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso: novembro/2014.

JANNUZZI, Paulo de Martins. **Indicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, fontes de dados e aplicações. 4.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MDS. **DATA SOCIAL**. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro_ds.php?p_id=211&p_ibge=42&p_geo=0&p_search=Imbituba. Acesso em novembro de 2014.

PNUD. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> Acesso em: novembro/2014.

BARREIRA, Wilson, **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 1991.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de

janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)**. Brasília:MDS, 2012.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõem sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2006.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, Sem Direitos: A Privação de Liberdade na Percepção do Adolescente**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

Coronel Freitas

PREFEITURA

EDITAL DE RETOMADA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

EDITAL DE RETOMADA DE LICITAÇÃO E INSERÇÃO DE ITEM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 18/2015

1- DO OBJETO

PREGÃO PRESENCIAL para a possível CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE MOTONIVELADORA, RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR E CAMINHÃO CAÇAMBA.

Fica retomada a licitação:

2- DAS ALTERAÇÕES

O item 6.1 passa a vigorar acrescido da letra K" com a seguinte redação:

"K) - Responsabilidade Técnica para execução dos serviços a serem prestados pelas máquinas relacionadas no objeto da presente licitação, ficara a cargo da contratada a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, bem como, todos os respectivos custos com engenheiro, os quais deveram ser contabilizados na formulação da proposta de preço pelos interessados em contratar com o poder público". (NR)

3- DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência das alterações efetuadas, fica definido a data para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de recebimento e, abertura dar-se-á até as 08h30min do dia 10 de abril de 2015, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro - Coronel Freitas - SC

4 - DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 18/2015.

Coronel Freitas-SC, 26 de Março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 06/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 06/2015

Objeto: CONserto DO VEICULO DUCATO MAXICARGO PLACA MDD-4644, 2.8 COD FROTA Nº 30

Tipo: menor preço global

Entrega dos envelopes: até as 14:30 horas do dia 09/04/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 14:30 horas do dia 09/04/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 26 de março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 21/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: até as 14:30 horas do dia 13/04/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 14:30 horas do dia 13/04/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 26 de março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVES DE EMPREITADA GLOBAL (material e mão de obra) PARA REFORMA DO CRAS, LOCALIZADA NA RUA MINAS GERAIS, NA CIDADE DE CORONEL FREITAS

Tipo: menor preço global.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 16/04/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 16/04/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 27 de Março de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 064, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 064, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA DE CORONEL MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Municipal V.P. nº. 095/97, de 09/09/1997 e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA - conforme abaixo:

1 - Órgãos Públicos Municipais:

I - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

- Titular - Cleusa Menegat Belatto
- Suplente - Dinaura Dall Acqua

II - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Titular - Sandra Aparecida Scudella
- Suplente - Katia Ramos de Amaral

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Titular - Raquel Adriana Souza
- Suplente - Marli Borges

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- Titular - Gilson Eduardo Pahl
- Suplente - Fabiano Reginatto

V - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

- Titular - Rudinei Smaniotto
- Suplente - Daniela Smaniotto

2 - Organizações Representativas da Participação Popular:

I - Representantes da Associação de Pais e Professores - APP - do Município:

- Titular - Josoel de Oliveira
- Suplente - Lucineia Biazin

II - Representantes da Educação Especial - APAE

- Titular - Terezinha Crestani Barboza
- Suplente - Lorete zanco Mores

III - Representantes dos Diretores das Escolas de Nível Básico e Médio do Município:

- Titular - Katia Fernanda Antunes Leida Franchetti
- Suplente - Jocimara L. Manera Balastrelli

IV - Representantes das Associações existentes no Município:

- Titular - Edite de Oliveira Dias
- Suplente - Jucemar de Oliveira

V- Representantes das Cooperativas Existentes no Município:

- Titular - Marcia Roberta Picchi
- Suplente - Fabio Lucas Madella

Art. 2º O mandato dos Conselheiros será de dois (02) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 3º Os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, não serão remunerados sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 185, de 05 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 20 de Março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

DÉCIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

DÉCIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, no dia 20 de abril de 2015, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	THAIS APARECIDA BURATO	4º

A candidata supra relacionada deverá apresentar-se até o dia 18 de abril de 2015, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);

13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins localizado na Rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 07 de abril de 2015, às 08:00 horas, o qual será atendido para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

A candidata empossada e nomeada entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 20 de março de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

NONO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

NONO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, no dia 17 de abril de 2015, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, o seguinte candidato e respectivo cargo classificado no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
MOTORISTA	VALDIR FIN	7º

O candidato supra relacionado deverá apresentar-se até o dia 14 de abril de 2015, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins localizado na Rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 07 de abril de 2015, às 08:00 horas, o qual será atendido para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O candidato empossado e nomeado entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 16 de março de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 01/2015 FMAS**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 01/2015
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 01/2015 FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E PARA OS PROGRAMAS (CRAS) CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E (CREAS) CENTRO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, alterando-se a data de abertura da licitação, onde se lê: "02/04/2015", passa a ser lido: "10/04/2015", mantendo-se o mesmo horário, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 27 de março de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Corupá**PREFEITURA****AVISO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA 002/2015**

AVISO DE SUSPENSÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/15
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/15

Este edital tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a outorga de Permissão de Uso, a título oneroso, a empresa especializada na execução de serviços na área de LANCHONETE E RESTAURANTE, conforme Projeto Básico (Anexo 1) e Proposta Detalhe (Anexo 2), na área localizada na PRAÇA Artur Muller, Centro, pelo período de 15 anos, na Cidade de Corupá-SC, admitindo-se prorrogação (na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993), com a meta de atender aos usuários do espaço permitindo, no qual a permissionária devesse explorar a atividade de lanchonete, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares.

A Pregoeira Municipal, nomeada pela Portaria 3083/14, de 21 de Novembro de 2014, vem através da presente, comunicar a suspensão da Abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/15, que ocorreria em 27/03/2015 às 09h30min em virtude de que neste dia estará ocorrendo treinamento dos servidores membros desta comissão, impossibilitando assim a verificação de documentos dos licitantes participantes.

A nova data de abertura será no dia 08/04/2015 às 09h30min, e, o recebimento dos envelopes contendo proposta e documentação até às 09h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Corupá no horário das

08hs às 12hs e das 14hs às 17hs, ou pelo telefone (47) 3375-6500.

JESSICA TAMARA PEZZATTO
Pregoeira

ERRATA DO DECRETO Nº 218 DE 30 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADO EM 24 DE AGOSTO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO BENS IMÓVEIS "INTER VIVOS", RELATIVOS AO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E APROVA MODELO DE FORMULÁRIOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Errata do DECRETO Nº 218 de 30 de junho de 2010, publicado em 24 de agosto de 2010, que DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO BENS IMÓVEIS "INTER VIVOS", RELATIVOS AO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E APROVA MODELO DE FORMULÁRIOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ONDE SE LÊ:

ANEXO I

REQUERIMENTO E
INFORMAÇÕES PARA ITBI
(Anexo I, Decreto 220 de 01 de Julho de 2010)

ANEXO II

REQUERIMENTO DE
REVISÃO DE VALORES DO ITBI
Anexo II, Decreto 220 de 01 de Julho de 2010

LEIA-SE:

ANEXO I

REQUERIMENTO E
INFORMAÇÕES PARA ITBI
(Anexo I, Decreto 218 de 30 de Junho de 2010)

ANEXO II

REQUERIMENTO DE
REVISÃO DE VALORES DO ITBI
Anexo II, Decreto 218 de 30 de Junho de 2010

Corupá, 26 de março de 2015.

PREGÃO PRESENCIAL 006/2015 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 006/15
OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de Mão de Obra para execução de reparos e preventivos mecânicos nas diversas máquinas pesadas que compõe a frota Municipal da Secretaria de Infraestrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 27/03/2015 às 09 horas do dia 09/04/2015.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 09/04/2015.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 27 de Março de 2015
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 001/15**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 001/15
Processo Licitatório nº 001/15
Dispensa de licitação nº 001/15
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: TJB COMUNICAÇÃO LTDA-ME, com sede à Avenida Getúlio Vargas, n.º 538, sala 10, Centro, na cidade de Corupá (SC), CEP 89.278-000, registrada no CNPJ sob o nº 18.101.952/0001-67.
OBJETO: prestação de serviços de assinaturas de jornal de circulação microrregional, com periodicidade ininterrupta, pelo período de 10 (dez) meses, totalizando 70 assinaturas semanais, destinados a Câmara de Vereadores de Corupá.
VALOR: R\$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)
Data da Assinatura: 17/03/2015
Data da Vigência: 31/12/2015

EDDY EDGAR EIPPER
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO 002/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 002/15
Processo Licitatório nº 002/15
Dispensa de licitação nº 002/15
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: JORNAL DE CORUPÁ LTDA- ME, com sede à Avenida Getúlio Vargas, n.º 539, sala04, Ed. Bella Flor, na cidade de Corupá (SC), CEP 89.278-000, registrada no CNPJ sob o n.º 05.565.000/0001-52 .
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DIVULGAR OS ATOS, PROGRAMAS EDUCATIVOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
Data da Assinatura: 17/03/2015
Data da Vigência: 31/12/2015

EDDY EDGAR EIPPER
PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO DO DA POLÍCIA MILITAR NO SETOR DE TRÂNSITO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 09/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 09/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 25 de Março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

LEI Nº 5.420/2015

LEI Nº 5.420/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Edelberto Matias Lemos, inscrito no CPF sob n. 216.467.169-49, do lote urbano, Bairro São Luiz, com área de 593,01m² (quinhentos e noventa e três metros e um decímetro quadrado), situado no lado norte da Rua Paulo Bernardoni, distando 39,81m² ao leste da Rua Florianópolis, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 31,00 metros com Patrimônio Municipal;
Ao Sul, 34,89 metros com a Rua Paulo Bernardoni;
Ao Leste, 26,00 metros com o lote de Erica Diel Freitas;
Ao Oeste, 10,00 metros com Patrimônio Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de março de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 13/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 13/2015

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Item, objetivando a AQUISIÇÃO DE TUBOS EM MEDIDAS DIVERSAS PARA SEREM UTILIZADOS EM DIVERSAS OBRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 10/04/2015, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 10/04/2015, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 23 de Março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, em exercício

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 14/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 14/2015.

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço", para aquisição de "GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FREI BRUNO LINDEN", PRÉ ESCOLAR E "CHAPÉUZINHO VERMELHO" para os meses de ABRIL, MAIO E JUNHO de 2015, conforme especificado no Objeto e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 13/04/2015. Hora: 09h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 13/04/2015. Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 25 de março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito Municipal, em exercício.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 15/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 15/2015

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço", para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O NÚCLEO EDUCACIONAL "FRITZ DONNER", para os meses de ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2015, conforme especificado no Objeto e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 13/04/2015, Hora: 14h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 13/04/2015, Hora: 15h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 25 de Março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito Municipal, em exercício.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

D. 031 - NOMEIA SALETE

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Março de 2015.

DECRETO nº031/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 001/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Senhora SALETE RODRIGUES PINTO RIBEIRO, portadora do CPF nº 058.325.719-40, para o exercício do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Março de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 032 - NOMEIA MARIVETE

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Março de 2015.

DECRETO nº032/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 001/2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Senhora MARIVETE BATISTA DOS SANTOS, portadora do CPF nº 605.705.479-20, para o exercício do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Março de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 033 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 12 de março de 2015.

DECRETO Nº 033/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.02 - DEPARTAMENTO DA CULTURA

05.02.1008 - CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO/CENTRO DE EVENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00 - 00.01.0621 - 104 - Aplicações Diretas - R\$ 1.200.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (00.001.0621 - Transferência Convênios - Estado/Outros - Construção de Centro de Cultura e Eventos - 2014TR002771.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, 12 de março de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 034 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes - SC, 12 de março de 2015.

DECRETO nº 034/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 67.389,51 (Sessenta e sete mil e trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Educação	
05.01 – Departamento de Educação	
05.01.2006 – 3.3.90.00 – 03.0019 –	
105 – Aplicações Diretas	67.389,51

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da Fonte de Recursos Vinculados (03.0019 - FUNDEB) - saldo remanescente do exercício anterior nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 11.494/07 no valor R\$ 67.389,51.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 12 de março de 2015.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 035 - COMISSAO VALORES

Faxinal dos Guedes, SC, 12 de Março de 2015.
DECRETO nº 035/2015.

COSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE ESTUDO DE LEVANTAMENTO DO VALOR VENAL IMOBILIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o disposto no art. 27M, parágrafo único da Lei complementar nº 40/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Estudos e Levantamento do Valor Venal Imobiliário, para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 27M da Lei Complementar nº 40/2005. Parágrafo único. A Comissão deverá apresentar o estudo de alteração das tabelas 5 e 6 do art. 27M da Lei Complementar nº 040/2005, para posterior edição do Decreto de atualização de valores venais respectivos

Art. 2º. Ficam nomeados para compor a comissão, os seguintes cidadãos:

- I- VAIOTELE DALLA ROSA - Poder Executivo Municipal
- II- AGNALDO JOSÉ REBELATTO - Poder Executivo Municipal.
- III- KELI CRISTINA ZANCAN - Poder Legislativo Municipal.
- IV- SIDNEY SOSSANOVICV - Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de Março de 2015.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 037 - COMISSÃO CONCURSO

Faxinal dos Guedes, SC, 18 de Março de 2015.
DECRETO nº 037/2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem a Comissão do Concurso Público, objeto dos Editais nº 001/2015 e 002/2015, e do Processo Seletivo 001/2015, composto pelo seguinte quadro:

- I - HILEM DA ROSA FUNINI
- II - ARIANA SOMAVILLA GONÇALVES
- III - AMAURI ZARDINELLO

Art. 2º. Terão a atribuição de acompanhar e fiscalizar o referido Concurso Público e Processo Seletivo, bem como, resolver os casos omissos no Edital citado no artigo 1º.

Art. 3º. Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados a comunidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de Março de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 038 - NOMEIA ROSEMAR TEMP

Faxinal dos Guedes, SC, 23 de Março de 2015.
DECRETO nº038/2015

NOMEIA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, conforme as disposições da Lei Complementar 044/2006, Lei Complementar 091/2012 e demais disposições:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 003/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora ROSEMAR NUNES LOPES, portadora do CPF nº 732.485.509-10, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 23/03/2015 a 18/12/2015, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município. Parágrafo Único: A servidora desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, percebendo o vencimento conforme previsto em Lei.

Art. 2º. A servidora vincula-se às disposições da Lei Complementar n. 044/2006 e suas alterações posteriores, sendo que em relação à Previdência Social a CONTRATADA será vinculada ao RGPS.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Março de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 039 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 23 de março de 2015.
DECRETO Nº 0039/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 567,98 (quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
Unidade 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
Projeto Atividade 2.026 - Manutenção do Bloco de Gestão do SUS;
3.3.90.00.00.00.00 - 00.03.0070 - 19 - Aplicações Diretas - R\$ 567,98

Art. 2o Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 (00.003.70 - Superavit - GESTÃO DO SUS.

Art.3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 23 de março de 2015.
Edegar Giordani
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

EXTRATO ADT 1º CRI - COLETA LIXO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
CONTRATADA: CRI Coleta e Industrialização de Lixo Ltda Me
Objeto: Prestação de serviços relativos a coleta domiciliar, coleta seletiva e coleta hospitalar, com destinação final de resíduos, em unidade de propriedade da contratada, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.
Número do Contrato: 0053/2014
Primeiro Termo Aditivo: Prazo de vigência e valor.
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0023/2014 na Modalidade Tomada de Preços N.º 0001/2014.
do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de março de 2015
GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO ADT 2º TERRAMAX - PAVIMENTAÇÃO - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
CONTRATADA: Terramax Construções e Obras Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para realizar obras de pavimentação asfáltica em diversas ruas do município de Faxinal dos Guedes, conforme convênio 2013tr004135, incluindo materiais e mão de obra.
Número do Contrato: 0055/2014
Segundo Termo Aditivo: Aditivo de prazo de vigência
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0011/2014 na Modalidade Concorrência Pública N.º 0001/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na

Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de março de 2015.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO - 00122015 - NEIVA B. WERNER - EMPRESA PARA CONCURSO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0012/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Neiva Buss Werner - Me.

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a realização de concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos efetivos e temporários para o município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0015/2015, na Modalidade Carta Convite nº 0004/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de março de 2015.
GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO CONTRATO - 00142015 - SERCIO CASASOLA - CENTRO EVENTOS BARRA GRANDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0014/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Sérgio Conrado Casasola & CiaLtda.

Objeto: Contratação de empresa para construção de centro de eventos no distrito da Barra Grande, conforme contrato de repasse nº 1.015.829-10/2014, incluindo materiais e mão de obra.

Valor: R\$ 504.556,23 (quinhentos e quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2015, na Modalidade Tomada de Preços nº 0001/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 20 de março de 2015.
GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO CONTRATO_ 1MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDR. PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0013/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jackson de Oliveira e cia Ltda.

Objeto: Contratação de horas de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de rede elétrica, hidráulica, telefônica e internet, para o município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 20.650,00 (vinte mil seiscentos e cinquenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas

vigentes, Processo Licitatório nº 0014/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0005/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 20 de março de 2015.
GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO CONTRATO_00212015 - CENTRO MÉDICO LOVATEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0021/2015

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratada: Centro Médico Lovatel Ltda.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.
Valor 100.700,00.
Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0017/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO CONTRATO_1 DIVERSOS - MATERIAL ODONTOLÓGICO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0022/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Casa Cirúrgica Chapecó Ltda Me.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material odontológico para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 10.270,65 (dez mil duzentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0015/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0023/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material odontológico para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 33.544,39 (trinte e três mil quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0015/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0024/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: LA Dalla Porta Junior
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material odontológico para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 56.016,80 (cinquenta e seis mil dezesseis reais e oitenta centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0015/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0025/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Litoral Comércio de Produtos Médicos Eireli
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material odontológico para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 20.146,00 (vinte mil cento e quarenta e seis reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0015/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0026/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material odontológico para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 34.999,37 (trinta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0015/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0027/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Odontosul Ltda Me
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material odontológico para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 34.616,50 (trinta e quatro mil seiscentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0015/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 0028/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Vanusa Dias Eireli Epp.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material odontológico para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 34.771,55 (trinta e quatro mil setecentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 0003/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE 1 EDITAL_VEÍCULO EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0012/2015

Processo licitatório nº: 0024/2015

Objeto: Aquisição de veículo 0km, tipo furgão para a secretaria de educação de Faxinal dos Guedes

Data do recebimento: 13/04/2015 as 09h 00min.

Data da Abertura: 13/04/2015 as 09h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de março de 2015

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DE CONTRATO_DIVERSOS - AGRICULTURA FAMILIAR 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0015/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Angelo Tiecher

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 3.237,50 (três mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO MUN. DE ADM. E FAZENDA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 0016/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Arlindo Pagnussat

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 3.410,00 (três mil quatrocentos e dez reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO MUN. DE ADM. E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 0017/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Euclides Antonio Prestes

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 2.675,00 (dois mil seiscentos e setenta e cinco reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 0018/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Gilmar Francisco Baldissera

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 7.390,00 (sete mil trezentos e noventa reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 0019/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jaime Frankin

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 1.168,00 (mil cento e sessenta e oito reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0020/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jean C. M. Cruzaro

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0021/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Leonildo Crusaro

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 3.620,00 (três mil seiscentos e vinte reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0022/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Suelen Cima

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 2.710,00 (dois mil setecentos e dez reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0023/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Valdeci dos Santos

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 3.970,00 (três mil novecentos e setenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas

vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO MUN. DE ADM. E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0024/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Vitalino Sperotto

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar.

Valor: R\$ 3.215,00 (três mil duzentos e quinze reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2015, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 DE MARÇO DE 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DE EDITAL 1CREDENCIAMENTO RESTAURANTES

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

CREDENCIAMENTO SAÚDE 0005/2015

Credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de alimentação para os motoristas e técnicos do fundo municipal de saúde.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de março de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE EDITAL_ 1REG DE PREÇOS MEDICAMENTOS.DOC

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

Processo licitatório nº: 0018/2015

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0007/2015

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Data do Recebimento: 14/04/2015 às 09h00min

Data da abertura: 14/04/2015 às 09h15min

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de março de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE EDITAL_1REG PREÇOS MERENDA ESCOLAR

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0011/2015
Processo licitatório nº: 0023/2015
Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.
Data do Recebimento: 10/04/2015 as 09h00 min.
Data da abertura: 10/04/2015 às 09h15 min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de março de 2015.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO EDITAL 001 - PS FAXINAL DOS GUEDES

ESTADO DE SANTA CATARINA. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DO EDITAL Nº 001, DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015. O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 44, de 7 de março de 2006, torna público a realização de Processo Seletivo para admissão em caráter temporário (ACT), em cargos do magistério público municipal, com inscrições abertas no período de 25/03/2015 a 05/04/2015, para os seguintes cargos: Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor de Geografia e Professor de Matemática. As provas objetivas a entrega de documentos para a avaliação de títulos estão previstas para o dia 12/04/2015. Informações completas constam do inteiro teor do edital nº 001, que se encontra publicado no mural oficial da Administração Municipal e na internet nos portais www.faxinal.sc.gov.br e www.nwclassifica.com.br.

Faxinal dos Guedes/SC, 24 de março de 2015.
EDEGAR GIORDANI,
Prefeito Municipal.

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 00072015 CENTRO MÉDICO LOVATEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0007/2015
Processo Licitatório nº: 0017/2015
Contratada: Centro Médico Lovatel Ltda.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde
Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0017/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

RETIFICAÇÃO01 DE EDITAL ALIMENTO SOCIAL (FEIJÃO)

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO UNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 0004/2015- PROCESSO LICITATÓRIO 0004/2015.

O fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 0004/2015, que trata da "aquisição de forma parcelada de alimentos para o FMS", está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

Ficam alterados os seguintes itens:

ONDE LE-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QDADE	MARCA	VALOR UNT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
01	Feijão preto tipo 1º pacote de 1kg	UN	30		4,45	

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QDADE	MARCA	VALOR UNT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
01	Feijão preto tipo 1º pacote de 1kg	UN	300		4,45	

AS DATAS PARA O RECEBIMENTO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA PERMANECEM INALTERADAS.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 26 de março de 2015.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 42/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1- COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA ME, CNPJ/MF nº 08.010.759/0001-67, estabelecida na Rodovia Antonio Valmor Canela, 860, Sala 01, Santa Isabel, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Mateus Teodoro Longaretti, brasileiro, CI 4.261.207, CPF 009.597.619-18.

2- VISUALNEW COMUNICAÇÃO LTDA ME, CNPJ/MF nº 15.090.444/0001-32, estabelecida na Rua 17 de Dezembro, 1286, Içara/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Daniel Henrique Pereira Pinto, brasileiro, CI 4.640.5989-4, CPF 022.911.079-76.

Doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 42/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias e fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo de execução dos serviços e entrega constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente

cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias.

1.5. Aos DETENTORES DA ATA, fica estabelecido um prazo de 05 (cinco) dias, a partir da assinatura desta, para apresentação de amostra dos itens registrados.

2. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA pela entrega dos serviços em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pela CONTRATADA num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos serviços aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento

da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 42/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA ME

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Mateus Teodoro Longaretti
CPF: 009.597.619-18

VISUALNEW COMUNICAÇÃO LTDA ME

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Daniel Henrique Pereira Pinto
CPF: 022.911.079-76

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO (MULTIENTIDADES)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 53/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de abril de 2015 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 26 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO (Multientidade)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 55/PMF/2015

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral (detergente e papel toalha) para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 16 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 26 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO
(MULTIENTIDADES)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 54/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇO para execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de máquinas e materiais, para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de abril de 2015 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 26 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO
(MULTIENTIDADES)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 56/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇO para prestar serviços de recapagem de pneus para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 26 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo**PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006_2015-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0065/2015 - PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2015 - PMF

Objeto: Concessão de direito real de uso de terreno urbano de propriedade do Concedente com área de 1.041,00 m2, identificada como lote n. 0001, da quadra 544, localizado na Rua Amâncio Chelli, no Bairro Roland Meyer na cidade de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Municipal nº 2289, de 05 de março de 2015; Concedente: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO; Concessionária: DG MOVEIS MODULADOS LTDA, com sede administrativa na Rua Nadarci Brandt, n. 0093, Bairro centro, nesta cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.656.880/0001-09; Vigência: 20 (vinte) anos, contado da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período em procedimento administrativo motivado, desde que cumpridos todos os requisitos legais e as cláusulas contratuais.; Fundamento legal: Lei Municipal 2289/2015; artigo 92, da Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal 1848/2005 e Lei Federal 8.666/93. Justificativa: Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público municipal, a título de incentivo econômico, regulamentado pela Lei Municipal 1848/2005 e autorizado pela Lei Municipal nº 2289/2015, nos termos do Processo Administrativo n. 4116/2014.

Fraiburgo(SC), 25 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007_2015-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0066/2015 - PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007/2015 - PMF

Objeto: Concessão de direito real de uso de terrenos urbanos de propriedade do Concedente de acordo com a descrição específica na matrícula geral do loteamento n. 3181, do CRI de Fraiburgo, identificado como lote n. 0001, com área de 4.778,78 m2 e lote n. 2, com área de 4.789,06 m2, ambos da quadra n. 504, localizado na Avenida Guerino Agostini, Bairro Liberata, Fraiburgo, SC, a ser utilizado exclusivamente para construção do barracão da empresa e espaço destinado a estacionamento; Concedente: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO; Concessionária: AGROFRUTAS - COMERCIO E PROCESSAMENTO DE FRUTAS LTDA, com sede administrativa com sede na Rua Guerino Augustini, s/n, Liberata, Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.242.349/0001-04.; Vigência: 20 (vinte) anos, contado da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período em procedimento administrativo motivado, desde que cumpridos todos os requisitos legais e as cláusulas contratuais.; Fundamento legal: Lei Municipal 2288/2015; artigo 92, da Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal 1848/2005 e Lei Federal 8.666/93. Justificativa: Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público municipal, a título de incentivo econômico, regulamentado pela Lei Municipal 1848/2005 e autorizado pela Lei Municipal nº 2288/2015, nos termos do Processo Administrativo n. 5659/2014.

Fraiburgo(SC), 25 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0042_2015-PMF RP 0024

Aviso do Pregão Presencial nº 0042/2015 - PMF
Registro de Preços Nº 0024/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de empresa do ramo para prestação de serviços de lavagem dos veículos da frota do órgão gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos órgãos participantes (Sanefrai, FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: de abril a setembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 13.04.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

DECRETO Nº 061/2015

DECRETO Nº 061, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0800 (5)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0800 (6)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 26 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0885/2015

PORTARIA N.º 0885, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 1961, de 19 de fevereiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 05 de janeiro de 2015, o servidor ILDO LUCAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 437.087.229-49, nomeado no cargo de provimento efetivo de TESOUREIRO, com carga horária de 40 horas, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 12 de dezembro de 2014, Benefício nº 1650289364.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0886/2015

PORTARIA Nº 0886, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 054/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 080.520.599-33, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0887/2015

PORTARIA Nº 0887, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº. 063/2015, da Secretaria de Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ILDO LUCAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 437.087.229-49, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0888/2015

PORTARIA Nº 0888, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 099/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUANA PADILHA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 093.659.269-98, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2015 até 30 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0889/2015

PORTARIA Nº 0889, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIANA ROBERTA FURTADO brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº 004.916.819-33, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0890/2015

PORTARIA Nº 0890, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de GIZIÉLEM APARECIDA CARDOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 052.966.119-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CMS 004/2015

DELIBERAÇÃO 004/CMS/15

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 18 de março de 2015, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o Relatório Anual de Gestão - RAG 2014, conforme ATA Nº 003/2015.

Fraiburgo (SC), 18 de março de 2015.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

1º BIMESTRE

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1.00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	80.283.000,00	80.283.000,00	14.255.588,86	17,76	14.255.588,86	17,76	66.027.411,14
RECEITAS CORRENTES	73.208.000,00	73.208.000,00	14.102.909,66	19,26	14.102.909,66	19,26	59.105.090,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.157.200,00	10.157.200,00	2.193.794,86	21,60	2.193.794,86	21,60	7.963.405,14
IMPOSTOS	6.700.000,00	6.700.000,00	1.004.231,53	14,99	1.004.231,53	14,99	5.695.768,47
TAXAS	2.657.200,00	2.657.200,00	1.075.119,87	40,46	1.075.119,87	40,46	1.582.080,13
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	800.000,00	800.000,00	114.443,46	14,31	114.443,46	14,31	685.556,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	900.000,00	152.725,65	16,97	152.725,65	16,97	747.274,35
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900.000,00	900.000,00	152.725,65	16,97	152.725,65	16,97	747.274,35
RECEITA PATRIMONIAL	602.600,00	602.600,00	190.379,19	31,59	190.379,19	31,59	412.220,81
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	30.000,00	30.000,00	3.124,50	10,42	3.124,50	10,42	26.875,50
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	564.600,00	564.600,00	185.880,31	32,92	185.880,31	32,92	378.719,69
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	8.000,00	1.374,38	17,18	1.374,38	17,18	6.625,62
RECEITA DE SERVIÇOS	4.509.700,00	4.509.700,00	892.706,68	19,80	892.706,68	19,80	3.616.993,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	55.748.600,00	55.748.600,00	10.443.003,09	18,73	10.443.003,09	18,73	45.305.596,91
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	55.579.600,00	55.579.600,00	10.428.664,96	18,76	10.428.664,96	18,76	45.150.935,04
Transferências de Instituições Privadas	144.000,00	144.000,00	14.338,13	9,96	14.338,13	9,96	129.661,87
Transf. de Pessoas	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.289.900,00	1.289.900,00	230.300,19	17,85	230.300,19	17,85	1.059.599,81
Multas e Juros de Mora	665.900,00	665.900,00	105.162,24	15,79	105.162,24	15,79	560.737,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	119.500,00	119.500,00	33.526,44	28,06	33.526,44	28,06	85.973,56
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	491.000,00	491.000,00	91.600,40	18,66	91.600,40	18,66	399.399,60
RECEITAS DIVERSAS	13.500,00	13.500,00	11,11	0,08	11,11	0,08	13.488,89
RECEITAS DE CAPITAL	7.075.000,00	7.075.000,00	152.679,20	2,16	152.679,20	2,16	6.922.320,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.850.000,00	6.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.850.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	6.850.000,00	6.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.850.000,00
ALIEIAÇÃO DE BENS	220.000,00	220.000,00	6.429,20	2,92	6.429,20	2,92	213.570,80
ALIEIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
ALIEIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	55.000,00	6.429,20	11,69	6.429,20	11,69	48.570,80
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	146.250,00	925,00	146.250,00	925,00	-141.250,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	146.250,00	0,00	146.250,00	0,00	-146.250,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	80.283.000,00	80.283.000,00	14.255.588,86	17,76	14.255.588,86	17,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	80.283.000,00	80.283.000,00	14.255.588,86	17,76	14.255.588,86	17,76
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	80.283.000,00	80.283.000,00	14.255.588,86	17,76	14.255.588,86	17,76
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.868.301,35	—	—	666.935,60	—
Superávit Financeiro	—	3.868.301,35	—	—	666.935,60	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	80.283.000,00	87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	59.226.051,23	10.104.023,79	10.104.023,79	77.086.190,79	8.915.981,60
DESPESAS CORRENTES	67.165.500,00	69.645.903,89	19.831.359,08	19.831.359,08	59.997.284,22	9.648.619,67	9.648.619,67	59.997.284,22	8.484.889,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.885.022,00	42.716.295,33	7.019.553,00	7.019.553,00	35.696.742,33	5.593.824,38	5.593.824,38	37.122.470,95	5.593.824,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	800.000,00	800.000,00	75.929,75	75.929,75	724.070,25	27.644,71	27.644,71	772.355,29	27.644,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.480.478,00	26.129.608,56	12.735.876,33	12.735.876,33	13.393.732,23	4.027.150,58	4.027.150,58	22.102.457,98	2.863.420,84
DESPESAS DE CAPITAL	12.917.500,00	17.344.310,69	8.132.804,27	8.132.804,27	16.888.906,57	455.404,12	455.404,12	16.888.906,57	431.091,67
INVESTIMENTOS	10.317.500,00	14.744.310,69	6.715.596,20	6.715.596,20	8.028.714,49	36.601,74	36.601,74	14.707.708,95	12.289,29

Continua 2/3

26/03/2015 - admin

Continuação 3/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	80.283.000,00	87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	59.226.051,23	10.104.023,79	10.104.023,79	77.086.190,79	8.915.981,60
AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.600.000,00	2.600.000,00	1.417.208,07	1.417.208,07	1.182.791,93	418.802,38	418.802,38	2.181.197,62	418.802,38
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	80.283.000,00	87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	59.226.051,23	10.104.023,79	10.104.023,79	87.190.214,58	8.915.981,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	80.283.000,00	87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	59.226.051,23	10.104.023,79	10.104.023,79	87.190.214,58	8.915.981,60
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.151.565,07	—	14.255.588,86
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	80.283.000,00	87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	—	10.104.023,79	14.255.588,86	—	23.171.570,46

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)				100,00	59.226.051,23	10.104.023,79	10.104.023,79	77.086.190,79
Legislativa	80.283.000,00	87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	100,00	236.477,10	236.477,10	2.283.522,90
Ação Legislativa	2.520.000,00	2.520.000,00	1.794.532,61	1.794.532,61	6,42	236.477,10	236.477,10	2.283.522,90
Administração	6.903.284,00	7.352.476,27	2.652.722,99	2.652.722,99	9,49	1.039.753,35	1.039.753,35	6.312.722,92
Administração Geral	5.008.284,00	5.457.476,27	1.743.992,19	1.743.992,19	6,24	745.973,65	745.973,65	4.711.502,62
Administração Financeira	1.765.000,00	1.765.000,00	891.746,30	891.746,30	3,19	279.086,56	279.086,56	1.485.913,44
Controle Interno	130.000,00	130.000,00	16.984,50	16.984,50	0,06	14.693,14	14.693,14	115.306,86
Segurança Pública	862.700,00	1.275.397,60	344.022,83	344.022,83	1,23	57.240,45	57.240,45	1.218.157,15
Policimento	481.000,00	733.760,29	184.040,65	184.040,65	0,66	47.954,58	47.954,58	685.805,71
Defesa Civil	381.700,00	541.637,31	159.982,18	159.982,18	0,57	9.285,87	9.285,87	532.351,44
Assistência Social	1.976.500,00	2.475.425,41	821.233,45	821.233,45	2,94	290.663,11	290.663,11	2.184.762,30
Assistência à Criança e ao Adolescente	47.000,00	48.978,23	7.279,33	7.279,33	0,03	957,81	957,81	48.020,42
Assistência Comunitária	1.929.500,00	2.426.447,18	813.954,12	813.954,12	2,91	289.705,30	289.705,30	2.136.741,88
Saúde	14.774.268,00	15.330.879,82	5.088.729,61	5.088.729,61	18,20	2.591.348,64	2.591.348,64	12.739.531,18
Atenção Básica	10.472.568,00	10.870.425,51	3.397.222,27	3.397.222,27	12,15	2.076.524,94	2.076.524,94	8.793.900,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.158.500,00	3.232.680,85	1.475.972,43	1.475.972,43	5,28	339.475,15	339.475,15	2.893.205,70
Suporte Profilático e Terapêutico	611.000,00	641.194,21	128.147,21	128.147,21	0,46	96.106,12	96.106,12	545.088,09
Vigilância Sanitária	136.200,00	143.111,47	19.480,47	19.480,47	0,07	14.934,81	14.934,81	128.176,66
Vigilância Epidemiológica	396.000,00	443.467,78	67.907,23	67.907,23	0,24	64.307,62	64.307,62	379.160,16
Educação	29.201.148,00	31.518.558,17	5.443.339,99	5.443.339,99	19,47	2.951.756,50	2.951.756,50	28.566.801,67
Alimentação e Nutrição	1.411.000,00	1.440.321,55	281.481,73	281.481,73	1,01	132.014,44	132.014,44	1.308.307,11
Ensino Fundamental	16.735.138,00	18.135.347,47	3.407.016,41	3.407.016,41	12,18	1.583.020,29	1.583.020,29	16.552.327,18
Ensino Médio	377.200,00	377.214,49	50.000,00	50.000,00	0,18	24.422,74	24.422,74	352.791,75
Ensino Superior	450.000,00	450.000,00	108.496,31	108.496,31	0,39	0,00	0,00	450.000,00
Educação Infantil	10.220.700,00	11.108.564,66	1.594.017,54	1.594.017,54	5,70	1.212.236,36	1.212.236,36	9.896.328,30
Educação de Jovens e Adultos	7.110,00	7.110,00	2.328,00	2.328,00	0,01	62,67	62,67	7.047,33
Cultura	900.000,00	900.000,00	200.008,37	200.008,37	0,72	89.670,81	89.670,81	810.329,19
Difusão Cultural	900.000,00	900.000,00	200.008,37	200.008,37	0,72	89.670,81	89.670,81	810.329,19
Urbanismo	10.332.000,00	12.380.273,62	6.689.320,23	6.689.320,23	23,92	651.118,61	651.118,61	11.729.155,01
Infra-Estrutura Urbana	9.310.000,00	11.106.046,45	5.849.320,23	5.849.320,23	20,92	498.650,31	498.650,31	10.607.396,14
Serviços Urbanos	1.015.000,00	1.218.549,66	840.000,00	840.000,00	3,00	152.468,30	152.468,30	1.066.081,36
Transportes Coletivos Urbanos	7.000,00	55.677,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.677,51

Continua 1/3

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)		87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	100,00	10.104.023,79	10.104.023,79	100,00
Habitação	80.283.000,00	43.000,00	2.143,00	2.143,00	0,01	307,02	307,02	0,00
Habitação Rural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	42.000,00	70.442,11	2.143,00	2.143,00	0,01	307,02	307,02	0,00
Saneamento	5.298.500,00	5.298.500,00	1.740.168,62	1.740.168,62	6,22	751.743,67	751.743,67	7,44
Saneamento Básico Urbano	5.298.500,00	5.298.500,00	1.740.168,62	1.740.168,62	6,22	751.743,67	751.743,67	7,44
Gestão Ambiental	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.257.000,00	1.421.717,96	426.039,61	426.039,61	1,52	135.591,64	135.591,64	1,34
Extensão Rural	1.257.000,00	1.421.717,96	426.039,61	426.039,61	1,52	135.591,64	135.591,64	1,34
Indústria	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	70.000,00	97.600,00	58.045,25	58.045,25	0,21	10.040,25	10.040,25	0,10
Turismo	70.000,00	97.600,00	58.045,25	58.045,25	0,21	10.040,25	10.040,25	0,10
Transporte	230.100,00	588.492,73	197.488,52	197.488,52	0,71	94.475,65	94.475,65	0,94
Transporte Rodoviário	230.100,00	588.492,73	197.488,52	197.488,52	0,71	94.475,65	94.475,65	0,94
Desporto e Lazer	1.047.500,00	1.092.450,89	372.614,79	372.614,79	1,33	116.774,24	116.774,24	1,16
Desporto Comunitário	1.047.500,00	1.092.450,89	372.614,79	372.614,79	1,33	116.774,24	116.774,24	1,16
Encargos Especiais	4.545.000,00	4.545.000,00	2.133.753,48	2.133.753,48	7,63	1.087.062,75	1.087.062,75	10,76
Serviço da Dívida Interna	3.400.000,00	3.400.000,00	1.493.137,82	1.493.137,82	5,34	446.447,09	446.447,09	4,42
Outros Encargos Especiais	1.145.000,00	1.145.000,00	640.615,66	640.615,66	2,29	640.615,66	640.615,66	6,34

Continua 2/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	80.283.000,00	87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	100,00	59.226.051,23	10.104.023,79	10.104.023,79	100,00	77.086.190,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	80.283.000,00	87.190.214,58	27.964.163,35	27.964.163,35	100,00	59.226.051,23	10.104.023,79	10.104.023,79	100,00	77.086.190,79

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

26/03/2015 - admin

Município de Fraiburgo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.621.565,92	7.995.336,17	7.120.332,40	6.461.543,20	6.417.596,03	6.940.408,39	6.719.330,22	7.176.411,31	7.552.830,09	8.022.023,42	7.927.953,72	7.471.729,43	86.345.180,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	883.046,75	1.778.095,11	676.438,38	665.751,36	728.687,12	731.592,07	732.468,22	753.572,04	955.577,66	759.935,55	938.111,73	1.254.683,13	10.157.200,00
I.P.T.U.	193.715,63	1.166.950,77	87.208,10	40.522,84	41.069,00	37.750,37	38.779,79	51.790,30	81.364,50	12.443,02	10.000,47	11.087,90	1.772.412,89
I.R.R.F.	92.461,78	79.409,31	75.592,98	77.403,73	81.146,76	108.361,75	76.947,72	84.707,00	74.917,92	128.662,18	100.298,51	174.843,23	1.154.245,67
I.S.S.	287.337,27	290.121,34	273.434,10	253.469,07	348.763,05	292.446,48	285.380,52	330.553,02	330.452,34	298.463,87	314.009,66	288.391,71	3.200.000,00
I.T.B.I.	76.877,76	48.559,23	44.867,67	73.088,00	65.719,64	91.590,90	88.145,90	139.689,94	261.481,22	84.183,45	33.883,02	71.717,03	700.000,00
Outras Receitas Tributárias	232.854,11	193.054,46	197.345,53	221.536,72	191.985,67	201.442,57	243.314,29	194.821,78	207.361,68	236.631,03	480.920,07	708.643,26	3.457.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	73.925,68	100.837,26	69.012,51	71.341,53	71.461,85	76.072,16	70.946,07	89.631,32	87.384,81	88.043,02	91.861,20	60.864,45	951.381,86
RECEITA PATRIMONIAL	71.690,12	79.895,10	90.260,40	83.225,97	93.445,52	98.144,23	87.008,99	78.060,68	88.351,51	106.062,62	90.883,44	99.495,75	602.600,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	352.731,10	300.508,42	356.388,72	371.906,10	372.081,61	397.272,04	483.717,29	412.932,29	435.289,11	465.935,15	410.248,14	482.456,54	4.509.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.108.782,14	5.618.070,87	5.836.961,11	5.106.553,78	5.018.029,16	5.451.316,50	5.237.715,87	5.725.121,66	5.865.498,55	6.342.197,56	6.286.280,23	5.453.506,35	67.049.013,78
Cota-Parte do FPM.	1.004.782,10	1.146.769,60	1.528.238,15	1.146.079,97	984.337,68	1.192.802,80	1.048.221,16	990.676,92	1.311.287,61	1.210.062,86	1.598.228,44	1.631.481,59	15.695.003,88
Cota-Parte do IC.M.S.	1.264.903,28	1.232.561,91	1.252.889,84	1.271.087,32	1.181.202,25	1.243.703,49	1.328.737,07	1.369.929,77	1.518.733,30	1.454.020,35	1.544.120,31	1.377.165,06	16.039.053,96
Cota-Parte do IPVA.	197.651,47	241.266,89	234.727,61	215.910,30	273.877,83	246.219,07	265.560,96	302.522,62	204.596,62	107.861,93	119.913,86	159.739,48	2.400.000,00
Cota-Parte do ITR.	719,36	810,02	682,18	34,53	5.349,14	131,75	40.328,83	53.266,30	1.548,04	1.177,85	1.099,72	747,63	12.000,00
Outras Transferências Correntes	1.019.766,79	1.356.517,75	1.029.720,50	776.524,94	999.580,40	1.081.266,14	839.916,66	1.213.681,12	932.203,38	833.621,51	1.153.455,01	568.014,53	9.307.000,00
Transferências de LC 61/1989	17.332,88	18.857,46	20.510,57	19.335,22	20.068,75	20.686,44	19.467,01	20.847,55	23.939,18	23.621,02	32.241,34	19.182,00	230.000,00
Transferências de LC 87/1996	0,00	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	5.536,67	0,00	0,00	49.830,03
Transferências do FUNDEB	1.603.606,26	1.615.730,57	1.766.655,59	1.671.844,83	1.548.076,44	1.655.970,14	1.689.945,51	1.765.660,71	1.867.653,75	1.807.175,37	1.837.221,55	1.699.176,06	20.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	131.410,13	117.929,41	96.311,28	162.864,46	133.880,77	95.011,39	107.473,76	120.073,32	120.728,45	260.441,52	109.568,98	120.731,21	1.289.900,00
DEDUÇÕES (II)	497.077,63	529.164,28	608.516,80	531.560,09	494.074,18	542.815,84	534.232,80	613.099,35	613.099,35	606.534,02	659.120,32	637.662,97	6.802.414,21
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	497.077,63	529.164,28	608.516,80	531.560,09	494.074,18	542.815,84	534.232,80	613.099,35	613.099,35	606.534,02	659.120,32	637.662,97	6.802.414,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6.124.488,29	7.466.171,89	6.520.835,60	5.930.083,11	5.923.511,85	6.396.592,55	6.185.097,42	6.627.855,58	6.939.730,74	7.415.489,40	7.268.833,20	6.834.076,46	73.208.000,00

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUIS MACHADO Controlador GRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	---	---

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.417.216,78	1.417.216,78	8,71
DEDUÇÕES (II)	11.275.799,85	11.275.799,85	13.831.774,82
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.530.128,67	12.530.128,67	15.433.517,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.254.328,82	1.254.328,82	1.601.742,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.858.583,07	-9.858.583,07	-13.831.766,11
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-9.858.583,07	-9.858.583,07	-13.831.766,11

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-3.973.183,04	-3.973.183,04

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	450.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.643.400,00	13.917.029,35	12.745.865,66
Receita Tributária	10.157.200,00	2.193.794,86	2.062.131,32
I.P.T.U.	1.800.000,00	21.088,37	105.271,35
I.S.S.	3.200.000,00	602.401,37	532.599,75
I.T.B.I.	700.000,00	105.600,05	111.420,05
I.R.R.F.	1.000.000,00	275.141,74	194.383,54
Outras Receitas Tributárias	3.457.200,00	1.189.563,33	1.118.456,63
Receita de Contribuição	900.000,00	152.725,65	142.653,44
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	900.000,00	152.725,65	142.653,44
Receita Patrimonial Líquida	38.000,00	4.498,88	3.992,14
Receita Patrimonial	602.600,00	190.379,19	121.785,71
(-) Aplicações Financeiras	564.600,00	185.880,31	117.793,57
Transferências Correntes	55.748.600,00	10.443.003,09	9.442.892,63
F.P.M.	12.440.000,00	2.583.768,09	2.624.051,79
I.C.M.S.	11.840.000,00	2.337.028,45	2.044.386,77
Convênios	0,00	0,00	75.000,00
Outras Transferências Correntes	31.468.600,00	5.522.206,55	4.699.454,07
Demais Receitas Correntes	5.799.600,00	1.123.006,87	1.094.196,13
Dívida Ativa	491.000,00	91.600,40	90.498,84
Diversas Receitas Correntes	5.308.600,00	1.031.406,47	1.003.697,29
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.075.000,00	152.679,20	7.545,86
Operações de Crédito (III)	6.850.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	220.000,00	6.429,20	7.545,86
Transferências de Capital	5.000,00	146.250,00	0,00
Convênios	0,00	146.250,00	0,00
Outras Transferências de Capital	5.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.000,00	146.250,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	72.648.400,00	14.063.279,35	12.745.865,66

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	69.645.903,89	19.831.359,08	21.838.056,83	9.648.619,67	9.223.257,43
Pessoal e Encargos Sociais	42.716.295,33	7.019.553,00	6.166.729,14	5.593.824,38	5.014.647,50
Juros e Encargos da Dívida (IX)	800.000,00	75.929,75	356.175,00	27.644,71	105.540,99
Outras Despesas Correntes	26.129.608,56	12.735.876,33	15.315.152,69	4.027.150,58	4.103.068,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	68.845.903,89	19.755.429,33	21.481.881,83	9.620.974,96	9.117.716,44
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	17.344.310,69	8.132.804,27	6.017.284,32	455.404,12	709.234,06
Investimentos	14.744.310,69	6.715.596,20	3.617.284,32	36.601,74	134.309,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.600.000,00	1.417.208,07	2.400.000,00	418.802,38	574.924,52
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.744.310,69	6.715.596,20	3.617.284,32	36.601,74	134.309,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	83.790.214,58	26.471.025,53	25.099.166,15	9.657.576,70	9.252.025,98
RESUMO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-11.141.814,58	-12.407.746,18	-12.353.300,49	4.405.702,65	3.493.839,68

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS PRIMÁRIAS (RPP) - (RPP - RPP)	RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS PRIMÁRIAS
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.294.551,65

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	1.254.328,82	20.400,00	4.000,00	144,00	1.250.184,82	1.621.412,13	1.211.711,92	19.585,96	3.107.463,73
EXECUTIVO	0,00	1.037.173,85	20.400,00	4.000,00	144,00	1.033.029,85	1.485.300,08	1.084.095,37	12.481,17	3.074.289,28
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
CONTROLADORIA INTERNA	0,00	46.016,30	0,00	0,00	0,00	46.016,30	3.857,59	3.857,59	2.923,00	6.657,24
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.400,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	34.661,72	34.517,72	0,00	144,00	34.517,72	1.392,28	1.392,28	1.133,90	11.026,45
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	33.716,65	33.716,65	0,00	0,00	33.716,65	3.817,99	3.817,99	1.882,94	1.481,67
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	25.273,32	25.273,32	0,00	0,00	25.273,32	2.803,69	2.803,69	0,00	17.571,36
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMIC	0,00	12.777,94	12.777,94	0,00	0,00	12.777,94	2.142,06	2.142,06	288,13	1.517,51
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	291.922,42	287.922,42	0,00	0,00	287.922,42	818.777,16	489.213,66	926,31	1.157.304,15
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	48.415,84	48.415,84	0,00	0,00	48.415,84	0,00	0,00	0,00	11,89
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	305.551,03	305.551,03	0,00	0,00	305.551,03	358.128,83	358.128,83	4.047,48	1.579.935,80
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	238.838,63	238.838,63	0,00	0,00	238.838,63	294.380,48	212.739,27	1.299,41	279.283,21
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FM	0,00	11.730,01	11.730,01	0,00	0,00	11.730,01	4.844,43	4.844,43	0,00	1.436,14
Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	0,00	11.730,01	11.730,01	0,00	0,00	11.730,01	4.844,43	4.844,43	0,00	1.436,14
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	205.424,96	205.424,96	0,00	0,00	205.424,96	131.267,62	122.772,12	7.104,79	35.738,31
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRA	0,00	205.424,96	205.424,96	0,00	0,00	205.424,96	131.267,62	122.772,12	7.104,79	35.738,31
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.254.328,82	20.400,00	4.000,00	144,00	1.250.184,82	1.621.412,13	1.211.711,92	19.585,96	3.107.463,73

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUIS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

26/03/2015 - admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	7.036.500,00	7.036.500,00	1.081.269,95	1.081.269,95	15,37
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.007.500,00	2.007.500,00	57.901,96	57.901,96	2,88
1.1.1- IPTU	1.800.000,00	1.800.000,00	21.088,37	21.088,37	1,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.500,00	2.500,00	1.430,38	1.430,38	57,22
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	25.071,18	25.071,18	16,71
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	55.000,00	55.000,00	10.312,03	10.312,03	18,75
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	700.000,00	700.000,00	105.600,05	105.600,05	15,09
1.2.1- ITBI	700.000,00	700.000,00	106.088,89	106.088,89	15,16
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(488,84)	(488,84)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.329.000,00	3.329.000,00	642.626,20	642.626,20	19,30
1.3.1- ISS	3.200.000,00	3.200.000,00	602.419,04	602.419,04	18,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	24.000,00	24.000,00	8.276,18	8.276,18	34,48
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	18.954,89	18.954,89	23,69
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	12.993,76	12.993,76	51,98
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(17,67)	(17,67)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.000.000,00	1.000.000,00	275.141,74	275.141,74	27,51
1.4.1- IRRF	1.000.000,00	1.000.000,00	275.141,74	275.141,74	27,51
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	32.902.000,00	32.902.000,00	6.483.919,43	6.483.919,43	19,71
2.1- Cota-Parte FPM	15.400.000,00	15.400.000,00	3.229.710,03	3.229.710,03	20,97
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.400.000,00	15.400.000,00	3.229.710,03	3.229.710,03	20,97
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.800.000,00	14.800.000,00	2.921.285,37	2.921.285,37	19,74
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	230.000,00	230.000,00	51.423,34	51.423,34	22,36
2.5- Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	1.847,35	1.847,35	15,39
2.6- Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	279.653,34	279.653,34	11,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	39.938.500,00	39.938.500,00	7.565.189,38	7.565.189,38	18,94
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.671.400,00	2.671.400,00	750.513,81	750.513,81	28,09
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.955.600,00	1.955.600,00	656.598,41	656.598,41	33,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	453.000,00	453.000,00	57.956,00	57.956,00	12,79
5.4- Transferências Diretas - PNATE	127.500,00	127.500,00	21.100,02	21.100,02	16,55
5.5- Outras Transferências do FNDE	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	35.300,00	35.300,00	14.859,38	14.859,38	42,09
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	401.000,00	401.000,00	5.844,96	5.844,96	1,46
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.072.400,00	3.072.400,00	756.358,77	756.358,77	24,62
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.460.400,00	6.460.400,00	1.296.783,49	1.296.783,49	20,07
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.960.000,00	2.960.000,00	645.941,94	645.941,94	21,82
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.960.000,00	2.960.000,00	584.256,92	584.256,92	19,74
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	46.000,00	46.000,00	10.284,65	10.284,65	22,36
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.400,00	2.400,00	369,46	369,46	15,39
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	480.000,00	480.000,00	55.930,52	55.930,52	11,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	20.150.000,00	20.150.000,00	3.565.325,64	3.565.325,64	17,69
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	20.000.000,00	20.000.000,00	3.536.397,61	3.536.397,61	17,68
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	150.000,00	150.000,00	28.928,03	28.928,03	19,29
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	13.539.600,00	13.539.600,00	2.239.614,12	2.239.614,12	16,54
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

26/03/2015 - admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	14.105.000,00	14.105.000,00	1.651.957,56	1.651.957,56	11,71
13.1- Com Educação Infantil	6.105.000,00	6.105.000,00	779.075,72	779.075,72	12,76
13.2- Com Ensino Fundamental	8.000.000,00	8.000.000,00	872.881,84	872.881,84	10,91
14- OUTRAS DESPESAS	6.045.000,00	6.590.792,59	838.927,11	838.927,11	12,73
14.1- Com Educação Infantil	2.000.000,00	2.300.000,00	400.485,95	400.485,95	17,41
14.2- Com Ensino Fundamental	4.045.000,00	4.290.792,59	438.441,16	438.441,16	10,22
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	20.150.000,00	20.695.792,59	2.490.884,67	2.490.884,67	12,04
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					539.196,33
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					539.196,33
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					539.196,33
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.951.688,34
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					46,33
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					8,41
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					45,26
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					539.196,33
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	9.984.625,00	9.984.625,00	1.891.297,35	1.891.297,35	18,94
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.805.000,00	10.109.789,84	1.212.236,36	1.212.236,36	11,99
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.564.548,00	14.831.350,59	1.560.784,29	1.560.784,29	10,52
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.045.000,00	12.290.792,59	1.311.323,00	1.311.323,00	10,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.519.548,00	2.540.558,00	249.461,29	249.461,29	9,82
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	24.369.548,00	24.941.140,43	2.773.020,65	2.773.020,65	11,12
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.239.614,12
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					28.928,03
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					539.196,33
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.807.738,48
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					-34.717,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.985.600,00	2.402.148,48	22.298,67	22.298,67	0,93
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.846.000,00	4.175.269,26	156.437,18	156.437,18	3,75
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.831.600,00	6.577.417,74	178.735,85	178.735,85	2,72
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	29.201.148,00	31.518.558,17	2.951.756,50	2.951.756,50	9,37

26/03/2015 - admin

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	590.672,30	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.536.397,61	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.315.965,98	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	2.298.914,99	0,00
49.2 Restos a Pagar	17.050,99	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	28.928,03	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.840.031,96	0,00

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 539.196,33, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	6.850.000,00	0,00			6.850.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	17.344.310,69	8.132.804,27	455.404,12	0,00	9.211.506,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeir:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	17.344.310,69	8.132.804,27	455.404,12	0,00	9.211.506,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.494.310,69	-8.132.804,27	-	-	-2.361.506,42

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	220.000,00	6.429,20	213.570,80
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	6.429,20	48.570,80
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	165.000,00	0,00	165.000,00
TOTAL	220.000,00	6.429,20	213.570,80

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	697.634,38	13.389,50	839,50	240,00	0,00	1.291.413,42	697.394,38
Investimentos	697.634,38	13.389,50	839,50	240,00	0,00	1.291.413,42	697.394,38
TOTAL	697.634,38	13.389,50	839,50	240,00	0,00	1.291.413,42	697.394,38

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	475.701,54	-1.285.224,22	-809.522,68

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC N° 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	7.036.500,00	7.036.500,00	1.556.073,91	22,11
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.800.000,00	1.800.000,00	164.465,49	9,14
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	700.000,00	700.000,00	132.186,93	18,88
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.200.000,00	3.200.000,00	874.313,27	27,32
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.000.000,00	1.000.000,00	276.100,73	27,61
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	26.500,00	26.500,00	13.521,99	51,03
Dívida Ativa dos Impostos	230.000,00	230.000,00	60.307,18	26,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	80.000,00	80.000,00	35.178,32	43,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	32.302.000,00	32.302.000,00	8.744.560,11	27,07
Cota-Parte FPM	14.800.000,00	14.800.000,00	3.960.275,83	26,76
Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	1.909,96	15,92
Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	496.609,15	20,69
Cota-Parte ICMS	14.800.000,00	14.800.000,00	4.218.915,47	28,51
Cota-Parte IPI-Exportação	230.000,00	230.000,00	66.849,70	29,07
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	39.338.500,00	39.338.500,00	10.300.634,02	26,18

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.542.900,00	5.542.900,00	1.345.428,43	24,27
Provenientes da União	5.092.900,00	5.092.900,00	1.313.599,19	25,79
Provenientes dos Estados	450.000,00	450.000,00	31.829,24	7,07
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	25.500,00	25.500,00	12.528,83	49,13
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.568.400,00	5.568.400,00	1.357.957,26	24,39

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	14.535.068,00	14.746.860,21	5.148.786,96	34,91	3.054.093,76	20,71
Pessoal e Encargos Sociais	8.523.200,00	8.544.263,67	1.245.809,85	14,58	1.245.809,85	14,58
Outras Despesas Correntes	6.011.868,00	6.202.596,54	3.902.977,11	62,92	1.808.283,91	29,15

Continua 1/4

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	239.200,00	584.019,61	371.966,92	63,69	100.033,33	17,13
Investimentos	239.200,00	584.019,61	371.966,92	63,69	100.033,33	17,13
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	14.774.268,00	15.330.879,82	5.520.753,88	36,01	3.154.127,09	20,57
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.542.900,00	6.022.521,53	1.913.544,21	34,66	1.048.509,17	33,24
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.542.900,00	6.022.521,53	1.913.544,21	34,66	1.048.509,17	33,24
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.542.900,00	6.022.521,53	1.913.544,21	34,66	1.048.509,17	33,24
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	9.231.368,00	9.308.358,29	3.607.209,67	65,34	2.105.617,92	66,76
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,44
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						560.522,82

26/03/2015 - admin

Continua 2/4

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2014	512.721,89	667,88	302.565,18	210.156,71	0,00	
TOTAL	512.721,89	667,88	302.565,18	210.156,71	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00		0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Suporte Profilático e Terapêutico Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (V/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	10.472.568,00	10.870.425,51	3.525.198,39	63,85	2.434.583,29	77,19
	3.158.500,00	3.232.680,85	1.741.379,17	31,54	517.718,52	16,41
	611.000,00	641.194,21	161.335,96	2,92	120.539,09	3,82
	136.200,00	143.111,47	23.885,63	0,43	15.695,65	0,50
	396.000,00	443.467,78	68.954,73	1,25	65.590,54	2,08
TOTAL	14.774.268,00	15.330.879,82	5.520.753,88	100,00	3.154.127,09	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+1) - (15 \times IIb)/100]$

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCI Controlador Interno
------------------------------------	--	--

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	80.283.000,00
Previsão Atualizada		—	80.283.000,00
Receitas Realizadas		14.255.588,86	14.255.588,86
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	666.935,60
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	80.283.000,00
Créditos Adicionais		—	6.907.214,58
Dotação Atualizada		—	87.190.214,58
Despesas Empenhadas		27.964.163,35	27.964.163,35
Despesas Liquidadas		10.104.023,79	10.104.023,79
Superavit Orçamentário		—	4.151.565,07
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		27.964.163,35	27.964.163,35
Despesas Liquidadas		10.104.023,79	10.104.023,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			79.523.809,43
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		450.000,00	0,00
Resultado Primário		2.425.800,00	4.405.702,65
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		4.338.761,61	19.585,96
EXECUTIVO		4.338.761,61	19.585,96
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.254.328,82	144,00
EXECUTIVO		1.254.328,82	144,00
TOTAL:		5.593.090,43	19.729,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		-34.717,83	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.651.957,56	60%
Liquidadas		1.651.957,56	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	6.850.000,00
Despesa de Capital Líquida		455.404,12	16.888.906,57
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		6.429,20	213.570,80

Continua 1/2

26/03/2015 - admin

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		839,50	696.794,88
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.716.929,50	15,00	22,70
Liquidadas	1.716.929,50		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FRAIBURGO, 26/03/2015

IVO BIAZZOLO
 Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
 Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCI
 Controlador Interno

26/03/2015 - admin

Frei Rogério

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 812 /2015 ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO PPA, LDO E LOA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO.

LEI MUNICIPAL Nº 812 /2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO PPA, LDO E LOA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON: Prefeito Municipal, de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no PPA, LDO e LOA da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj./Ativ.	2.116	TRANSFERENCIA A CONSÓRCIO - CIMCATARINA
	3.3.72.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério/SC, 26 de março de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 813/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA, CULTURALEINFORMATIVA FREIROGERIENSE.

LEI MUNICIPAL Nº 813/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA, CULTURALEINFORMATIVA FREIROGERIENSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Cooperação Técnico-Financeira com a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA, CULTURALEINFORMATIVA FREIROGERIENSE, inscrita no CNPJ sob nº 03.13.497/0001-96, estabelecida na Estrada Geral Salto Correntes - Frei Rogério, s/n, Caixa Postal 35, neste Município.

Art. 2º. O valor total a ser repassado para a Associação será de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), que serão pagos em parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (mil reais), entre os meses de abril de 2015 a dezembro de 2016.

Art. 3º. Os recursos decorrentes da presente Lei serão ser utilizados para consecução dos objetivos sociais e estatutários da

Associação, bem como, no pagamento de despesas de manutenção da entidade, inclusive, despesas de pessoal.

Art. 4º. A associação deverá prestar contas detalhadamente dos recursos recebidos, na forma da legislação em vigor, tendo um prazo de 60 (sessenta) dias para aplicar os recursos correspondentes.

§1º. Caso a entidade não preste contas de determinada parcela de recursos, dentro do prazo estabelecido, ficarão automaticamente suspensas quaisquer outras liberações de recursos.

§2º. O Termo de Cooperação Financeira terá início após a publicação da presente Lei e seu término em até 31 de dezembro de 2016.

Art. 5º. Fica fazendo parte integrante desta Lei a minuta do Termo de Cooperação em anexo.

Art. 6º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 26 de março de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal.

CONVÊNIO Nº ____/2015 DE ____17 DE MARÇO DE 2015

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA, CULTURALEINFORMATIVA FREIROGERIENSE.

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Adolfo Soletti, sn, inscrito no CNPJ sob nº 01.616.039/0001-09, neste ato representando pelo Prefeito Municipal, Sr. OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado apenas de MUNICÍPIO e de outro lado a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA, CULTURALEINFORMATIVA FREIROGERIENSE, inscrita no CNPJ sob nº 03.13.497/0001-96, estabelecida na Estrada Geral Salto Correntes - Frei Rogério, s/n, Caixa Postal 35, neste Município de Frei Rogério/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. _____, doravante denominada de ASSOCIAÇÃO, resolvem firmar Termo de Cooperação Técnico-Financeira, em conformidade com a Lei Municipal nº ____/2015 de ____de 2015, contendo as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Pelo Presente convênio o Município repassará para a Associação Educativa, Cultural e Informativa Freirogeriense, com sede neste Município de Frei Rogério/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.13.497/0001-96, o valor de R\$ ____ (...), para colaborar com a entidade na execução de seus objetivos sociais e estatutários, bem como, no pagamento de despesas de manutenção da entidade, inclusive, despesas de pessoal.

§ 1º. - Com o repasse mensal previsto neste artigo, o Município de Frei Rogério fica isento de outras colaborações financeiras para com a Associação Educativa, Cultural e Informativa Freirogeriense.

§ 2º. O repasse citado nesta cláusula fica condicionado à efetiva prestação de serviços de interesse público e prestação de contas por parte da Associação Educativa, Cultural e Informativa Freirogeriense.

§3º. Os valores serão repassados até o quinto dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente convênio passa a vigorar a partir da assinatura deste Termo de Cooperação até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Convênio será rescindido por inadimplência a qualquer das obrigações aqui pactuadas bem como por deliberação do MUNICÍPIO, a qualquer momento, por razões administrativas ou financeiras.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões com fundamento no presente ajuste.

E assim, por estarem plenamente acordados na forma acima, assinam o presente Convênio em três vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Frei Rogério (SC), ____ de ____ de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON _____

Município de Frei Rogério Assoc. Ed. Cultural e Informativa Freirogeriense.

TESTEMUNHAS**LEI MUNICIPAL Nº. 814/2015 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.**

LEI MUNICIPAL Nº. 814/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Do Conselho Escolar**

Art.1º - A presente Lei dispõe sobre a criação do Conselho Escolar nas escolas públicas do município de Frei Rogério.

Art.2º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza jurídica, organização democrática, constituição paritária e participativa dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Art. 3º - O Conselho Escolar, de constituição obrigatória nas escolas públicas municipais de Frei Rogério, terá função de caráter deliberativo, consultivo, fiscal e mobilizador, constituindo-se em órgão garantidor da gestão democrática do ensino público, nos limites da legislação em vigor e compatível com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II**Seção I****Da finalidade**

Art. 4º - O Conselho Escolar tem por finalidade desenvolver ações concretas, no sentido de garantir a realização de uma política educacional de acordo com as necessidades básicas de aprendizagem, o controle da aplicação de recursos financeiros geridos pela escola, analisando o desenvolvimento e integração como um todo na rede municipal de ensino.

Seção II**Das Obrigações**

Art. 5º - O Conselho Escolar tem por obrigações básicas:

- I - Discutir e aprovar seu estatuto e regulamento;
- II - Aprovar e acompanhar a efetivação dos projetos político - pedagógicos da escola;
- III - Analisar e aprovar o Plano Anual da Escola, com base em seu

projeto político- pedagógico;

IV - Promover o fortalecimento e a modernização dos processos de gestão da escola, através de sua autonomia técnico-pedagógica e administrativo-financeira e a participação efetiva da comunidade escolar no processo educacional, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas pela Secretaria de Educação Municipal.

V - Ampliar os níveis da participação comunitária na análise dos projetos e no acompanhamento das atividades na unidade escolar, de forma a estabelecer novas relações de compromisso, parceria e co-responsabilidade;

VI - Apreciar e deliberar sobre problemas de rendimento escolar dos alunos, indisciplina, evasão, repetência, e absenteísmo de servidores, buscando e propondo soluções;

VII - Analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para a melhoria do desempenho dos professores, alunos, direção, pais e servidores;

VIII - Orientar e acompanhar a aplicação dos recursos financeiros geridos pela escola, analisando suas prestações de contas;

IX - Fortalecer a integração escola-comunidade;

X - Viabilizar apoios e parcerias, objetivando o desenvolvimento da Unidade Escolar;

XI - Apreciar e emitir decisões constando em ata, sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar, quando do não cumprimento das normas estabelecidas em seu estatuto e/ou procedimentos incompatíveis com a dignidade da função, encaminhando cópia a Secretaria Municipal de Educação.

Seção III**Da Composição**

Art. 6º - Cada Conselho deverá ser composto por diretores das escolas municipais, professores, pais, alunos e ser servidores efetivos com exercício nas unidades escolares.

Art. 7º - O Conselho Escolar poderá, a seu critério, inserir em sua composição um representante de comunidade organizada, tais como associações e/ou entidades sociais, substituindo alguma classe que por ventura não tem representação legal de acordo com as normas da legislação vigente.

Art. 8º - O Conselho Escolar de cada unidade escolar do município de Frei Rogério será composto por 07 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes de acordo com os critérios seguintes:

I - O diretor da escola como membro nato;

II - Dois representantes da classe dos professores;

III - Dois representantes da classe dos pais ou responsáveis;

IV - Um representante da classe dos servidores efetivos em exercício nas unidades escolares;

V - Um representante da classe dos estudantes, ou na falta deste um representante da comunidade organizada;

Seção IV**Das Eleições**

Art. 9º - Os membros do Conselho Escolar terão um mandato de 02 (dois) anos, facultada apenas uma recondução, por igual período, sendo o seu exercício considerado de relevante interesse público, não remunerado.

§ 1º Os membros efetivos do Conselho Escolar serão substituídos pelos suplentes em suas funções, por motivos de falta justificada até 03 (três) reuniões no período de 01 (um) ano.

§ 2º Os membros do Conselho Escolar poderão ainda ser substituídos mediante solicitação com justificativa do dirigente da entidade que o representa.

§ 3º A escolha dos representantes será feita através de voto direto e secreto dos membros da comunidade escolar, devendo o candidato optar por escrito quando pertencer a mais de uma classe:

I - Pais e/ou responsáveis;

II - Professores

III - Demais servidores públicos em exercício na unidade escolar;
IV - Estudantes ou representantes da comunidade organizada;
Art. 10 - Qualquer membro efetivo do Conselho poderá ser eleito seu presidente, desde que esteja em pleno gozo de sua capacidade civil.

§1º - São atribuições do presidente do Conselho Escolar:

I - dirigir a Assembléia Geral Escolar;

II - atender à convocação da Assembléia-Geral Escolar;

III - dar efetividade às deliberações da Assembléia-Geral Escolar;

IV - presidir todas as reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do Conselho Escolar;

V - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Escolar;

VI - dirigir as discussões concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento, quando necessário;

VII - impedir o debate durante o período de votação no pleno;

VIII - dar posse aos membros do Conselho e seus respectivos suplentes;

IX - constituir e nomear comissões, designando seus membros, bem como as temáticas a serem estudadas para votação;

X - votar, em caso de empate, no resultado de votações;

XI - propor deliberação para os casos não previstos neste Regimento Interno.

Art. 11 - A eleição será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, sob responsabilidade do Conselho Escolar.

Seção V

Da Posse

Art. 12 - A posse do primeiro Conselho Escolar será conferida pela Secretaria Municipal de Educação, e as seguintes pelo próprio Conselho Escolar, sendo nomeados os novos integrantes através de Decreto Municipal.

Art. 13 - Eleito o Conselho Escolar, a cada nova gestão, os novos representantes deverão ser empossados no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Seção VI

Das Disposições Gerais

Art. 14 - O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente de dois em dois meses e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou do Diretor da Escola, ou ainda, pela maioria dos membros.

§ 1º - As reuniões do Conselho Escolar deverão contar com o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 2º - Serão válidas as deliberações do Conselho Escolar tomadas por metade mais um dos votos dos presentes à reunião.

§ 3º - Das reuniões do Conselho, será lavrada Ata contendo assinatura dos presentes.

Art. 15 - A vacância do membro do Conselho Escolar dar-se-á por conclusão de mandato, renúncia, aposentadoria, desligamento da escola, morte ou destituição.

Art. 16 - O Conselho Escolar será regido pela legislação vigente e por seu Estatuto devidamente aprovado pela maioria dos seus membros.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 26 de março de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR006/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preços para aquisição parcelada de materiais odontológicos para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 10/04/2015. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 10/04/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba - SC, 25 de março de 2015

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 056/2015

DECRETO N.º 056, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

REGULAMENTA O INCENTIVO FINANCEIRO PARA OS PROFISSIONAIS QUE ADERIREM AO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ-AB) CRIADO PELA PORTARIA Nº 1654 GM/MS DE 19 DE JULHO DE 2011, QUE O INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente.

DECRETA:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, adere ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) criado pela Portaria nº 1654 GM/MS de 19 de julho de 2011, com o objetivo de induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde.

Art. 2º São objetivos específicos do PMAQ-AB:

I - ampliar o impacto da Atenção Básica (AB) sobre as condições de saúde da população e sobre a satisfação dos seus usuários, por meio de estratégias de facilitação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços e ações da AB;

II - fornecer padrões de boas práticas e organização das UBS que norteiem a melhoria da qualidade da AB;

III - promover maior conformidade das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com os princípios da AB, aumentando a efetividade na melhoria das condições de saúde, na satisfação dos usuários, na qualidade das práticas de saúde e na eficiência e efetividade do sistema de saúde;

IV - promover a qualidade e inovação na gestão da AB, fortalecendo os processos de Autoavaliação, Monitoramento e Avaliação, Apoio Institucional e Educação Permanente nas três esferas de governo;

V - melhorar a qualidade da alimentação e uso dos Sistemas de Informação como ferramenta de gestão da AB;

VI - institucionalizar uma cultura de avaliação da AB no SUS e de gestão com base na indução e acompanhamento de processos e resultados; e

VII - estimular o foco da AB no usuário, promovendo a transparência dos processos de gestão, a participação e controle social e a responsabilidade sanitária dos profissionais e gestores de saúde com a melhoria das condições de saúde e satisfação dos usuários.

Art. 3º As Equipes de Atenção Básica que aderirem ao PMAQ-AB deverão:

I - organizar o processo de trabalho da equipe em conformidade com os princípios da atenção básica previstos no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica e na PNAB;

II - implementar processos de acolhimento à demanda espontânea para a ampliação, facilitação e qualificação do acesso;

III - alimentar os Sistemas de Informação do SUS (e-SUS) de forma regular e consistente, independentemente do modelo de organização da equipe;

IV - programar e implementar atividades, com a priorização dos indivíduos, famílias e grupos com maior risco e vulnerabilidade;

V - instituir espaços regulares para a discussão do processo de trabalho da equipe e para a construção e acompanhamento de projetos terapêuticos singulares;

VI - instituir processos auto-avaliativos como mecanismos disparadores da reflexão sobre a organização do trabalho da equipe, com participação de todos os profissionais que constituem a equipe;

VII - desenvolver ações intersectoriais voltadas para o cuidado e a promoção da saúde;

VIII - pactuar metas e compromissos para a qualificação da Atenção Básica com a gestão municipal.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde deverá:

I - garantir a composição mínima da(s) Equipe(s) de Atenção Básica (EAB) participante(s) do Programa, com seus profissionais devidamente cadastrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);

II - manter alimentação regular e consistente do Sistema de Informação do SUS (e-SUS), com informações referentes a (s) Equipe(s) de Atenção Básica participante(s) do Programa, permitindo o seu monitoramento permanente;

III - garantir oferta mínima de ações de saúde para a população coberta por cada Equipe de Atenção Básica, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e traduzidas pelos indicadores e padrões de qualidade definidos pelo Programa;

IV - aplicar os recursos do Componente de Qualidade do PAB Variável em ações que promovam a qualificação da Atenção Básica;

V - estruturar a Coordenação de Atenção Básica, constituindo e garantindo condições de funcionamento da equipe de gestão responsável pela implantação local do Programa, utilizando os recursos humanos e financeiros disponíveis;

VI - instituir processos de Autoavaliação da gestão e da(s) Equipe(s) de Atenção Básica participante(s) do Programa;

VII - definir o território de atuação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a população adstrita por Equipe de Atenção Básica;

VIII - implantar Apoio Institucional e Matricial à(s) Equipe(s) de Atenção Básica do Município;

IX - realizar ações de Educação Permanente com/para a(s) Equipe(s) de Atenção Básica;

X - implantar processo regular de Monitoramento e Avaliação, para acompanhamento e divulgação dos resultados da Atenção Básica no município;

XI - realizar ações para a melhoria das condições de trabalho das Equipes de Atenção Básica;

XII - apoiar a instituição de mecanismos de gestão colegiada nas Unidades Básicas de Saúde;

XIII - solicitar ao Ministério da Saúde Avaliação Externa das Equipes de Atenção Básica participantes do Programa, nos prazos estipulados;

XIV - apoiar a realização do processo de Avaliação Externa das Equipes de Atenção Básica participantes do Programa, oferecendo condições logísticas de hospedagem e transporte para a equipe de avaliadores externos.

Art. 5º O recebimento mensal do abono referente ao PMAQ-AB dependem do cumprimento das seguintes condições:

I - cumprimento das exigências que disciplinam o pagamento do PAB Variável previstas na Política Nacional de Atenção Básica vigente, entre elas o cadastramento e atualização regular de todos os profissionais das Equipes de Atenção Básica no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), assim como o cumprimento da carga horária de acordo com o pactuado;

II - a alimentação mensal do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), inclusive do novo relatório PMA2-Complementar, por meio da utilização do Transmissor Simultâneo pelo Município, para o envio da base de dados do SIAB; do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN); e do Módulo de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, permitindo, com isso, o efetivo monitoramento dos indicadores contratualizados no âmbito do Programa;

III - não ter piora em mais de um desvio padrão por 3 meses ou mais no escore dos indicadores de monitoramento alcançado e considerado no processo de certificação;

IV - não ser verificado, por órgãos de controle e sistema nacional de auditoria, que as condições certificadas não estão mais presentes, devendo, nesse caso, ser realizado processo conforme as disposições do sistema nacional de auditoria;

V - garantia, pela Secretaria Municipal de Saúde e equipes, da identificação visual estabelecida pelo Ministério da Saúde, contendo informações tais como, a carteira de serviços ofertados pela equipe, o horário de funcionamento da Unidade Básica de Saúde, o nome e escala dos profissionais, o telefone do Ministério da Saúde, além do endereço na internet em que se encontram informações a respeito dos resultados alcançados pela equipe.

VI - realização visitas domiciliares, registradas em prontuário eletrônico, na área de abrangência da ESF, tendo como parâmetros mínimos:

- Médicos - 15 visitas mês
- Enfermeiros - 15 visitas mês
- Técnicos de Enfermagem - 15 visitas mês
- ACSs - 90% de visitas das famílias cadastradas mês
- Cumprimento das atividades elencadas no cronograma do PSE

VII - para as ESB, realização de atividades coletivas de prevenção em escolas, grupos e outros que assim se fizerem necessários para o cumprimento das metas estaduais de Saúde Bucal. Essas metas serão avaliadas conforme repasse das informações pela Regional de Saúde.

VIII - não apresentar ausência superior a cinco dias no mês, sejam estes alternados ou corridos.

IX - não apresentar ausência superior a dez dias em qualquer acumulado trimestral corrido, não implicando para a contagem cumulativa o período de férias ou os dias do mês em que já foram descontados no pagamento mensal do incentivo de produtividade do PMAQ.

Art. 6º Repasse do incentivo financeiro efetivamente recebido pelo

Município, fundo-a- fundo, nos termos da Portaria nº 1654 GM/MS de 19 de julho de 2011, aos profissionais das Equipes de Saúde da Família que aderiram ao Programa será realizado da seguinte forma:

I - o incentivo financeiro alcançado por cada Equipe de Saúde da Família será repassado diretamente na conta bancária dos servidores, por meio de transferência de recursos do Fundo Municipal de Saúde, mediante o cumprimento do descrito no art. 5º, nos termos deste decreto, descontados o IRRF e INSS, quando devido;
II - Os percentuais do valor alcançado pelas equipes a serem repassados aos profissionais das Equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal vinculadas serão divididos da seguinte forma:

a) Nas equipes da Estratégia Saúde da Família:

Categoria Profissional	Adesão 20%	Desempenho Regular 20%	Desempenho Bom 60%	Desempenho Ótimo 100%
Médico	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 300,00	R\$ 500,00
Dentista	R\$ 170,00	R\$ 170,00	R\$ 510,00	R\$ 850,00
Enfermeiro	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 390,00	R\$ 650,00
Técnico Enf	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 270,00	R\$ 450,00
ACD	R\$ 80,00	R\$ 80,00	R\$ 240,00	R\$ 400,00
ACS	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 250,00
ACE	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 250,00

III - Os servidores da Secretaria Municipal de Saúde responsáveis pela gestão e monitoramento do PMAQ-AB analisarão mensalmente a

participação dos profissionais e o cumprimento das metas que deverá ser repassado para os gestores do Fundo Municipal de Saúde até o 3º dia útil de cada mês;

IV - Os gestores do Fundo Municipal de Saúde deverão fazer o repasse financeiro para os profissionais, através de depósito bancário em conta indicada no Termo de Compromisso para Adesão até o 10º dia útil do mês subsequente.

Parágrafo único. Não havendo o repasse de recursos ao Fundo Municipal de Saúde, relacionado com o programa de que trata este decreto, não haverá transferência, nem a título de antecipação, aos profissionais cadastrados.

Art. 9º Deverão ser observadas, além das disposições deste decreto, as regras expedidas pelo Ministério da Saúde e demais normas Federais pertinentes.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 25 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 057/2015

DECRETO N.º 057, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 8.104,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 8.104,00 (oito mil, cento e quatro reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	8.104,00
12361282.025 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	8.104,00
3.1.90.0.3.18.000000 - Aplicações Diretas	8.104,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 8.104,00 (oito mil, cento e quatro reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 058/2015

DECRETO N.º 058, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 203.948,78 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 203.948,78 (duzentos e três mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	203.948,78
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	203.948,78
4.4.90.0.3.22.001062 - Aplicações Diretas	203.948,78

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 203.948,78 (duzentos e três mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO - CORPO DE BOMBEIROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2015. PARTICIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Garopaba. OBJETOS: 1 - Cessão do veículo marca Honda, modelo XRE300, tipo Passeio, combustível Gasolina, 2014/2014, cor vermelha, chassi nº 9C2N-D1110ER027472, placa OKG-2068. 2 - Cessão do veículo marca Fiat, modelo Uno Way 1.4, tipo Passeio, combustível Álcool/Gasolina, 2014/2015, cor vermelha, chassi nº 9BD195A63F0648284, placa OKG-2068. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Garopaba, 26 de Março de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Paulo Sérgio de Araújo, pelo Município de Garopaba.

Publicado o presente Termo de Cessão de Uso no DOM/SC em 27/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI Nº 1.871, DE 25 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.871, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 16.025,00 (dezesesseis mil e vinte e cinco reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ nº 03.733.676/0001-82.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 27/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 225/2015.

PORTARIA N.º 225, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício nº 003/2015, da Comissão de Processo Administrativo, referente Portaria nº 089/2015:

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo nº 179, da Lei Municipal nº 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria nº 089/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

A Câmara Municipal de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que fica acrescido ao item 6.6 do edital a alínea "e" com a seguinte redação:

e) Para atendimento das alíneas "c" e "d" do item 6.6 do edital, deverá a empresa consolidada apresentar as declarações emitidas pela consolidadora ou pelas citadas companhias aéreas em nome da consolidadora, juntamente com a comprovação de que existe contrato firmado entre a empresa consolidada e a consolidadora com a qual mantém relação comercial.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Garopaba, sito a Rua 30 de dezembro, nº 240, sala 04, Centro, Garopaba/SC, até as 08h55min do dia 13/04/2015.

A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 13/04/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço

acima descrito, ou no site www.camaragaropaba.sc.gov.br

Obs.: O horário de expediente externo da Câmara Municipal de Garopaba é das 13 horas as 18 horas. No dia em que será realizada a Sessão Pública deste Pregão Presencial, será aberto aos interessados para recebimento dos envelopes a partir das 08 horas.

Garopaba, 26 de março de 2015.
Luiz Bernardo
Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 005/2015
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de pavimentação em lajota sextavada das ruas, Eugenio Avanci e Francisco Piske, entre as ruas Padre José Novack e Afonso Pereira da Rocha, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha orçamentária e projetos anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 13/04/2015 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 25 de março de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 009/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Registro de Preços para a possível contratação de empresa para prestação de serviços borracharia par a veículos e máquinas, com o fornecimento dos materiais, para atender as necessidades da Administração Municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 08/04/2015 as 08:30 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 25 de março de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMA Nº 001/2015
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2015
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva/Fundo Municipal de Agricultura
CONTRATADO: Paraná Equipamentos S/A
OBJETO: Serviço de mão de obra e materiais para conserto do motor da retroescavadeira Caterpillar, para atender as necessidades da Secretaria de Estratégias Rurais.
VIGÊNCIA: 06/03/2015 a 15/04/2015
VALOR: R\$ 30.777,77 (trinta mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).
DATA DA ASSINATURA: 06/03/2015
AMPARO LEGAL: Art. 25 Inc. I da Lei nº 8.666/93

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 002/2015
PROCESSO PMG nº 007/2015
MODALIDADE: Dispensa de Licitação
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal
CONTRATADA: Mathies Advogados Associados
OBJETO: Contratação de empresa de assessoria jurídica para a implantação do Instituto de Previdência Própria do município.
VIGÊNCIA: 18/03/2015 a 17/09/2015
PRAZO: 6 (seis) meses
VALOR TOTAL: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
DATA DE ASSINATURA: 14/03/2015

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 41/2015

PORTARIA Nº 041 de 16 de março de 2015
"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA LISETE HEIN BRUNS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora LISETE HEIN BRUNS, da Secretaria Municipal de Educação, para a Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. - Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a 10 de Março de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO MD 02/2015**

Resolução MD Nº 2/2015
Revoga a Resolução MD 01/2015

Considerando solicitação do servidor José Carlos Schutz;
Considerando o protocolo do Projeto de lei Complementar Legislativo 01/2015 que institui o Plano de Carreira dos servidores efetivos e estabelece os quadros de cargos e vencimentos da Câmara de Vereadores de Garuva.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e regimentais, em especial o artigo 48 inciso II do Regimento Interno, RESOLVE:

ART. 1º - Revoga a Resolução MD 01/2015

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2015.

Gabinete do Presidente, em 25 de março de 2015.

Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa

Gilmar Martins	Elvis Nei Estevam
Vice-Presidente	Secretária

Gaspar

PREFEITURA

LEI Nº 3.629, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 3.629, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Modifica e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 1.491, de 15 de abril de 1994, que instituiu o auxílio alimentação aos servidores ativos municipais, considerando suas posteriores alterações.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei Municipal nº. 1.491, de 15 de abril de 1994, considerando as alterações posteriores, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Aos servidores ativos do Município de Gaspar, suas autarquias e fundações, será concedido auxílio alimentação no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) cuja incidência terá início sobre o vencimento do mês de março de 2015, proporcional à carga horária e aos dias efetivamente trabalhados, sendo descontados do referido auxílio os dias de falta do servidor, exceto: (NR)”

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria no orçamento vigente do Município de Gaspar, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e Fundação Municipal de Esporte, a partir da produção dos efeitos desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 26 de março de 2015.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito

LEI Nº 3.630, DE 26 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 3.630, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Município de Gaspar a reajustar o vencimento dos servidores públicos e subsídios dos agentes políticos do Município.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder reposição no vencimento dos servidores públicos municipais, incluindo os inativos, e nos subsídios dos agentes políticos no percentual de 7,13 % (sete inteiros e treze décimos por cento), incidente sobre o vencimento de março de 2015.

Parágrafo único. O índice de reposição salarial tem como base o INPC do período compreendido entre 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria no orçamento vigente do Município de Gaspar, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e Fundação Municipal de Esportes, respectivamente, a

partir da produção dos efeitos desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 26 de março de 2015.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito

LEI Nº 3.631, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 3.631, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Altera a Lei nº 3.507, de 25 de março de 2013, que “Institui Auxílio Alimentação aos servidores da Câmara Municipal de Gaspar”.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.507, de 25 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Aos servidores ativos da Câmara Municipal de Gaspar será concedido auxílio alimentação no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), cuja incidência será a partir da folha de pagamento do mês de março de 2015, proporcional aos dias efetivamente trabalhados, sendo descontados do referido auxílio os dias de falta do servidor, exceto nos seguintes casos: (NR)”.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Gaspar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 26 de março de 2015.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito

LEI Nº 3.632, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 3.632, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Concede revisão geral anual aos subsídios dos Vereadores e à remuneração dos Servidores do Poder Legislativo.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido reajuste, a título de revisão geral anual, no percentual de 7,13% (sete inteiros e treze décimos por cento), ao subsídio dos Vereadores e à remuneração dos Servidores do Poder Legislativo, incluindo os inativos.

Parágrafo único. O reajuste será aplicado na folha de pagamento do mês de março de 2015.

Art. 2º O percentual aplicado tem por base a variação do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no período de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei são oriundas de

determinação constitucional e correrão por conta do orçamento da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 26 de março de 2015.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL 004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 005/2015, de 09/01/2015, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 06/04/2015, as 09:30 horas, no endereço, Rod. SC 410 - km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, sede do Samae a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 004/2015-PR na modalidade PREGAO PRESENCIAL .

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, samaegcr@samaegcr.com.br

OBJETO DA LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO COMBINADO COM VÁCUO E PIPA PARA SUPORTE, PARA DESOBSTRUÇÃO DE DRENAGENS DE ÁGUA PLUVIAL E REDE DE ESGOTO DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Governador Celso Ramos, 27 de Março de 2015.
RENATO DA SILVA
PREGOEIRO DO SAMAE

Grão Pará**PREFEITURA****PR 14/2015 RESÍDUOS SÓLIDOS**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 42/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 14/2015-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 09/04/2015, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 26 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 04/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 04/2015

Processo Licitatório: 04/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES CADEIRANTES

Entrega dos Envelopes: 13/04/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 13/04/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <https://guaramirim.atende.net> pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 26 de março de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 27/2015- PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 27/2015

Processo Licitatório: 27/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO CAMINHÃO MB 1113 TANQUE PLACA - LZN 1465 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Entrega dos Envelopes: 09/04/2015 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 09/04/2015 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 26 de março de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 28/2015- PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 28/2015

Processo Licitatório: 28/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PAVER, LAJOTA SEXTAVADA E MEIO FIO.

Entrega dos Envelopes: 10/04/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 10/04/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 26 de março de 2015.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 432/2015

DECRETO Nº. 432/2015

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 522.229,59.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 522.229,59 (quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos) constante do orçamento Municipal, a saber:

13.00 - Fundo de Assistência Social

13.001

0008.0244.0009.2153 - Serviço de Conv. E fortalecimento de Vínculos

3339000000000000

33500 R\$ 50.644,63

0008.0244.0009.2151 - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS-IGD-SUAS

3339000000000000

33500 R\$ 5.161,53

0008.0244.0009.2136 - Bolsa Família

3339000000000000

33500 R\$ 16.974,24

0008.0244.0009.2072 - Manutenção do Centro de Assistência Social - CRAS

3339000000000000

33500 R\$ 58.141,22

0008.0243.0009.2154 - Serviço de acolhimento institucional

3339000000000000

33500 R\$ 18.407,75

30000 R\$ 91.541,94

0008.0244.0009.2069 - Atenção a pessoas e familiares em situação especial

3339000000000000

33500 R\$ 266.334,14

0008.0242.0009.2066 - Atenção ao portador de deficiência

3339000000000000

33500 R\$ 7.512,07

0008.0241.0009.2067 - Manut. E atividades pessoas idosas e suas famílias

3339000000000000

33500 R\$ 7.512,07

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit financeiro apurado nos vínculos 30000, no valor de R\$ 91.541,94 e, 33500, no valor de 430.687,65.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4195/2015

LEI Nº. 4195/2015

Concede revisão geral anual aos servidores públicos municipais da administração direta e indireta.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta do Poder Executivo, inclusive agentes políticos, secretários municipais, procurador, controlador, chefe de gabinete e inativos, nos termos do Art. 37, X, da Constituição Federal e nos termos do Artigo 25 da lei nº. 4184/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Parágrafo único. O índice aplicado para a revisão geral anual de que trata este artigo será de 7,679%, e representa a variação da inflação do período de março de 2014 até fevereiro de 2015, medidos pelo INPC - IBGE.

Art. 2º. A revisão geral anual passa a vigorar a partir de 1º de março de 2015.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de março de 2015.

Lauro Frohlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 176/2015

PORTARIA Nº. 176/2015

RETORNA DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS Neusa Oliveira da Fonseca.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença sem vencimentos Neusa Oliveira da Fonseca, na função de Merendeira, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 177/2015

PORTARIA Nº. 177/2015

CONTRATA Jaiovane Rocha Lourenci através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Jaiovane Rocha Lourenci, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Motorista de Onibus, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 178/2015

PORTARIA Nº. 178/2015

CONTRATA Luciana Mara da Costa através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Luciana Mara da Costa, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Coordenadora Pedagógica, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 179/2015

PORTARIA Nº. 179/2015

CONTRATA Quezia Regina Breve da Silva através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Quezia Regina Breve da Silva, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Fonoaudióloga, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 180/2015

PORTARIA Nº. 180/2015

CONTRATA Ana Julia Schiroky Brenneisen através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Ana Julia Schiroky Brenneisen, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Médica Clínica Geral, 20 horas semanais, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 09 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 181/2015

PORTARIA Nº. 181/2015

CONTRATA Ana Alice Florentino Leodoro através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Ana Alice Florentino Leodoro, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 03 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 182/2015

PORTARIA Nº. 182/2015

CONTRATA Paulo Cesar Oliveira Amaral através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Paulo Cesar Oliveira Amaral, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Operador de Escavadeira Hidráulica, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 17 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 183/2015

PORTARIA Nº. 183/2015

CONTRATA Rita de Cássia Santos Vanin através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Rita de Cássia Santos Vanin, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Coordenadora Pedagógica, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 184/2015

PORTARIA Nº. 184/2015

CONTRATA Graciela Aparecida Israel dos Santos através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Graciela Aparecida Israel dos Santos, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 185/2015

PORTARIA Nº. 185/2015

CONTRATA Almir Rogerio Duarte através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Almir Rogerio Duarte, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente de Manutenção, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 17 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 186/2015

PORTARIA Nº. 186/2015

CONTRATA Cleverson Luiz através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Cleverson Luiz, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 10 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 187/2015

PORTARIA Nº. 187/2015

CONTRATA Grazieli Borges através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Grazieli Borges, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 11 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 188/2015

PORTARIA Nº. 188/2015

CONTRATA Petherson Wandy Moreira através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Petherson Wandy Moreira, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Operador de Retroescavadeira, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 189/2015

PORTARIA Nº. 189/2015

CONTRATA Slayne Andrea Cardoso através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Slayne Andrea Cardoso, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 190/2015

PORTARIA Nº. 190/2015

CONTRATA Cirlene Tomaselli através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Cirlene Tomaselli, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 191/2015

PORTARIA Nº. 191/2015

CONTRATA Francieli Ricardo através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Francieli Ricardo, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professor III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 192/2015

PORTARIA Nº. 192/2015

CONTRATA Patricia Ochner através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Patricia Ochner, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 20 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 193/2015

PORTARIA Nº. 193/2015

CONTRATA Loreci Correia através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Loreci Correia, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 05 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 194/2015

PORTARIA Nº. 194/2015

CONTRATA Viviane Rodrigues Cazzaniga através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Viviane Rodrigues Cazzaniga, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 09 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 195/2015

PORTARIA Nº. 195/2015

CONTRATA Elisangela Lino através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Elisangela Lino, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 03 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 196/2015

PORTARIA Nº. 196/2015

CONTRATA Tiago Felix através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Tiago Felix, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 002/2014, na função de Técnico de Enfermagem PSF, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 04 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 197/2015

PORTARIA Nº. 197/2015

NOMEIA Daniela Richard Heidner.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Daniela Richard Heidner, na função de Diretora de Escola, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 198/2015

PORTARIA Nº. 198/2015

EXONERA Ana Paula Moser da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Ana Paula Moser da Silva, da função de Enfermeira PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 13 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 199/2015

PORTARIA Nº. 199/2015

EXONERA Cirlene Tomaselli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Cirlene Tomaselli, da função de Agente Escolar, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 18 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 200/2015

PORTARIA Nº. 200/2015

EXONERA Clovis Cordeiro de Lima.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Clovis Cordeiro de Lima, da função de Agente Comunitário de Saúde, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 201/2015**

PORTARIA Nº. 201/2015

EXONERA Mariele Cristina Gawenda Ortiz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Mariele Cristina Gawenda Ortiz, da função de Professor III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 202/2015**

PORTARIA Nº. 202/2015

EXONERA Maria Solinda Domingos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Maria Solinda Domingos, da função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 13 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 203/2015**

PORTARIA Nº. 203/2015

EXONERA Rebeca Kasue Menghi Nishimura.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Rebeca Kasue Menghi Nishimura, da função de Assessora Jurídica, vinculada à Procuradoria-Geral do Município, a partir de 31 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 204/2015**

PORTARIA Nº. 204/2015

EXONERA Samara Carmelina Dutra Lopes Krause.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Samara Carmelina Dutra Lopes Krause, da função de Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 205/2015**

PORTARIA Nº. 205/2015

CONCEDE LICENÇA SAÚDE a Almir Draeger.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde a Almir Draeger, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 206/2015

PORTARIA Nº. 206/2015

CENECDE LICENÇA SAÚDE a Jean Carlos Guesser.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde a Jean Carlos Guesser, na função de Cuidador de Criança e/ou Adolescente, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 207/2015

PORTARIA Nº. 207/2015

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE Marco Antonio Pereira de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Marco Antonio Pereira de Souza, na função de Agente de Manutenção, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 09 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 208/2015

PORTARIA Nº. 208/2015

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE Almir Draeger.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Almir Draeger, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 19 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 209/2015

PORTARIA Nº. 209/2015

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE Jean Carlos Guesser.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Jean Carlos Guesser, na função de Cuidador de Criança e/ou Adolescente, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 23 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 210/2015

PORTARIA Nº. 210/2015

CONCEDE LICENÇA SAÚDE para Lisa Maria Persike Martins.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Lisa Maria Persike Martins, na função de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 27 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 211/2015

PORTARIA Nº. 211/2015

CONCEDE LICENÇA SAÚDE para Mariloiva Seibel dos Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Mariloiva Seibel dos Santos, na função de Meredeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 29 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 212/2015

PORTARIA Nº. 212/2015

CONTRATA Jonatas Damiense Carlini através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Jonatas Damiense Carlini, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Operador de Motoniveladora, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 17 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 213/2015

PORTARIA Nº. 213/2015

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE Maria Klosowski Bruhmuller.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Maria Klosowski Bruhmuller, na função de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 214/2015

PORTARIA Nº. 214/2015

NOMEIA membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Elisangela Fenrich - presidente
Keila Patrícia dos Santos - membro
Carlos Felipe Fischer - membro
Emily Sasse Jordan - suplente
Paola Vieira Carriço Finatti - suplente

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 015/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 215/2015

PORTARIA Nº. 215/2015

NOMEIA Pregoeira e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, a servidora Elisangela Fenrich.

Art. 2º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Keila Patrícia dos Santos - membro
Adriana Anastácia Nunes - membro
Emily Sasse Jordan - suplente
Paola Vieira Carriço Finatti - suplente

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº. 16/2015.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 216/2015

PORTARIA Nº. 216/2015

NOMEIA membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Paola Vieira Carriço Finatti - presidente
Elisangela Fenrich - membro
Carlos Felipe Fischer - membro
Adriana Anastácia Nunes - suplente
Erick Willian Bandeira Thibes - suplente

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 017/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de março de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 217/2015

PORTARIA Nº. 217/2015

NOMEIA Pregoeira e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, a servidora Paola Vieira Carriço Finatti.

Art. 2º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Viviane Moller Kohlrausch - membro
Carlos Felipe Fischer - membro
Keila Patrícia dos Santos - suplente
Erick Willian Bandeira Thibes - suplente

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº. 018/2015.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de março de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 218/2015

PORTARIA Nº. 218/2015

DESIGNA atribuição aos servidores: Erick W. B. Thibes, Paola V. Carriço, Cláudio E. Maba, Carlos F. Fischer e Elisangela Fenrich.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Erick W. B. Thibes, Paola V. Carriço, Cláudio E. Maba, Carlos F. Fischer e Elisangela Fenrich, para conferência de documentos originais com suas respectivas fotocópias, destinados aos certames licitatórios e demais atos administrativos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 35/2014.

Guaramirim/SC, 24 de março de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 22

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 22/2015 - Pregão Presencial nº. 14/2015. Objeto: Aquisição de Material Esportivo e Recreativo para serem utilizados pela Rede Municipal de Ensino nas aulas de Educação Física e no Departamento Municipal de Esportes do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 10/04/2015 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 26 de março de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 003/2015 DE 12/02/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Contratada: Kalinovski & Kalinovski Ltda
OBJETO: Aquisição de Móveis, Equipamentos e Brinquedos para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Tânia Regina Piovesan Bortoluz - Creche Pró Infância.
VALOR R\$ 2.630,00
PRAZO: 15 dias entrega após Autorização Fornecimento
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 12 de fevereiro de 2015.
Nelson Guindani - Prefeito
Volnei Pedro Kalinovski- Pela contratada

CONTRATO Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 004/2015 DE 12/02/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Contratada: SUPERAR LTDA - EPP
OBJETO: Aquisição de Móveis, Equipamentos e Brinquedos para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Tânia Regina Piovesan Bortoluz - Creche Pró Infância.
VALOR R\$ 6.059,00
PRAZO: 15 dias entrega após Autorização Fornecimento
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 12 de fevereiro de 2015.
Nelson Guindani - Prefeito
Josiane Bagatoli- Pela contratada

CONTRATO Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 005/2015 DE 12/02/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Contratada: Veronica Maria Ferreira de Albuquerque - Me
OBJETO: Aquisição de Móveis, Equipamentos e Brinquedos para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Tânia Regina Piovesan Bortoluz - Creche Pró Infância.
VALOR R\$ 7.641,00
PRAZO: 15 dias entrega após Autorização Fornecimento
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 12 de fevereiro de 2015.
Nelson Guindani - Prefeito
Veronica Maria Ferreira de Albuquerque - Pela contratada

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
EXTRATO ORDEM SERVIÇO Nº 001/2015
PL 008/2015 TP 001/2015 - Contrato 006/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Contratada: Andrade Construções Ltda.
Objeto: Construção de Passeios Públicos na Rua José Bonifácio
Valor - R\$ 249.903,13
Prazo - 240 dias

Herval d'Oeste 24 de março de 2015
Nelson Guindani
Prefeito

Simar José Rosa
Contratada

Luiz Henrique G. Dalosso Valgrande
Analista de Execução de Obras Públicas

Ibiam**PREFEITURA****DL 002 2015**

MUNICÍPIO DE IBIAM
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para o ano de 2015.

CONTRATANTE: Município de Ibiam, CNPJ: 01.612.745/0001-74
CONTRATADO: EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC, CNPJ: 83.052.191/0008-39
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 da Lei 8666/93
Valor total para o ano de 2015: R\$ 19.960,00(Dezenove mil, novecentos e sessenta reais)

Justificativa: O Município de Ibiam, é predominantemente agrícola. A Empresa EPAGRI é a única no estado de SC, a prestar este tipo de serviço. Esta contratação trará mais segurança aos produtores rurais, pois terão assistência técnica referente aos investimentos/culturas realizados em suas propriedades.

Ibiam, 26 de Março de 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

PL 018/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de palestras para Jovens, Mulheres, Famílias e Grupo da Terceira Idade, e contratação de Profissional para Oficina de Educação Física para Grupo da Terceira Idade, Adolescentes e Crianças, para o ano de 2015.

Entrega dos envelopes: até o dia 13/04/2015 até às 08:00 horas
Abertura dos envelopes: 13/04/2015 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 26 de Março de 2015.
Clovis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

RESOLUÇÃO Nº 010/2015 - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 10/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

CONSIDERANDO,

- A deliberação da reunião ordinária do dia 18 de março de 2015 e Ata de nº 78/2015.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

- Art.1º Aprovar Plano de Ação e Aplicação do ano de 2015.
- Art. 2º Mudança do Plano Decenal Socioeducativo 2013-2032, tendo atualização e troca dos responsáveis pelos atendimentos aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.
- Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 25 de março de 2015.

Marcelo Rinaldi

Presidente Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente

Homologada em: __26__/_03__/_15__

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO CC 002 -2015 PMI - FUNDAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2015 PMI

SETOR: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA ESTRADA GERAL DO BAÚ, R. SILVERIO RAMOS, R. ARGENTINA HILÁRIO MABBA E R. MARIQUINHA SOARES E TRAVESSIAS ELEVADAS E DEMARCAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO NO TRECHO MUNICIPALIZADO DA SC-412 NO CENTRO DA CIDADE, PROJETOS ANEXOS AO EDITAL. EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 2014TR003764 FUNDAM.

ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO: até o dia 18/05/2015 às 09:30 hs (nove horas e trinta minutos), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 18/05/2015 às 09:30 hs (nove horas e trinta minutos), após habilitação dos representantes.

REGIMENTO: Lei Federal Nº. 8.666 de 21/06/1993, suas alterações e demais condições deste edital.

MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMI - Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, no site www.ilhota.sc.gov.br ou informações pelo email licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefones: (47) 3343-8800 ramal 815.

VALMOR BERTELLI JUNIOR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ilhota, 25 de março de 2015.

AVISO LICITAÇÃO PRG 028 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - LUBRIFICANTES

PROCESSO Nº. 101/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Educação

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM

OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 10/04/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 10/04/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 27 de março de 2015.

RESOLUÇÃO N. 06/2015

RESOLUÇÃO N. 06/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO: que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

CONSIDERANDO: promover a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibera, normatiza, controla e articula a POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE para a efetiva garantia de sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: que é atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente lei e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: a Lei Complementar Municipal nº 050, de 05 de maio de 2014 no art.7º, que estabelece como competência ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar, normatizar e controlar em ação conjunta com as Secretarias Municipais e demais órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da Criança e do Adolescente;

RESOLVE: aprovar a deliberação de recurso para o Projeto: CARAVANA MOVE BRASIL, que será realizado pelos profissionais do SESC para o incentivo à estimulação do desenvolvimento motor, cognitivo e sócio afetivo de crianças e jovens.

O projeto será financiado pelo Fundo Municipal da Infância e da Adolescência (FIA), projeto exclusivo do SESC, para a capacitação dos profissionais para o desenvolvimento do projeto e coordenação dos trabalhos com carga horária total de 60 horas divididas em 7 dias.

Ilhota, 23 de março de 2015.

Alesson Cunha

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Rua: Izidoro Maes, 257- Centro - Ilhota - SC.

Fone / Fax: (047) 3343-7061 E-mail: assistencia@ilhota.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E A INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE

ATENDIMENTO À CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE NO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE ILHOTA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e conferidas pela Lei Complementar Municipal nº008/03 de 31 de dezembro de 2003, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050/14 e deliberado na 1ª Assembleia Ordinária desse conselho de direitos, realizada no dia 20 de fevereiro de 2015.

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe ao Conselho estabelecer procedimentos para a obtenção do registro das Entidades Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos para à inscrição dos programas, projetos e ações de atendimento às crianças e/ou adolescentes executados pelas Entidades Governamentais e Não-Governamentais, de conformidade com o parágrafo único do artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO o estabelecido pelas Resoluções do CONANDA n.º 71 e 74, ambas de 2001; e a Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

CONSIDERANDO o artigo 7º, inciso X da LEI COMPLEMENTAR Municipal nº 50, de 05 de maio de 2014.

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente manter registros de todas as atividades, ações, planos, relatórios, pesquisas, estudo e outros, que tenham relação direta ou indireta com as suas competências e atribuições, conforme o artigo 7º, inciso XV da LEI COMPLEMENTAR Municipal nº 50, de 05 de maio de 2014.

Resolve:

Art. 1º- Tornar público o Chamamento 001/2015 para o registro das Entidades Não Governamentais e Governamentais que tenham por objetivo o atendimento direto, o estudo, a pesquisa, a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para o registro e/ou inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no município de Ilhota;

Art. 2º- Aprovar os procedimentos de solicitação para o registro das Entidades Não Governamentais e a inscrição dos Programas das Entidades Governamentais e Não Governamentais existentes no município de Ilhota que executam programas de proteção socioeducativo, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 90 e o artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Art. 3º- Registrar e/ou inscrever os projetos e as ações das organizações governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fazendo cumprir as normas impostas no mesmo e comunicando ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária, conforme a Lei Complementar Municipal nº 50 de 05 de maio de 2014.

Art. 4º- DO REGISTRO E/OU INSCRIÇÃO

I - As Entidades Governamentais e Não Governamentais já existentes no município de Ilhota deverão no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desde edital solicitar seu registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - A solicitação do registro das Entidades Não governamentais, dos Programas das entidades Governamentais e Não Governamentais, como as inscrições dos projetos e ações desenvolvidos por essas deverão ser feita através de requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho, conforme Anexo II;

III - As Entidades Governamentais e Não Governamentais deverão ser registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como também seus projetos e ações, no qual comunicará o registro ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade;

IV - O registro terá validade de 04 (quatro) anos que será emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Após a análise e a aprovação da documentação apresentada pela Entidade solicitante do processo de registro, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente emitirá em caso de deferimento o "Atestado de Registro", mediante Resolução;

Art. 5º - DA DOCUMENTAÇÃO

I - A Entidade Não Governamental deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção do registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

II - cópia do ato constitutivo da entidade (ata de fundação) devidamente registrada;

III - documento de identidade, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade requerente;

IV - Prova de Inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

V - ata de eleição da atual diretoria, com nomes e qualificação dos diretores;

VI - Plano de Trabalho das atividades desenvolvidas pela entidade de atendimento das crianças e/ou adolescentes, conforme orientação em anexo;

VII- Certidões para Habilitação de Instituição Proponente: Certidão Negativa de Débito (INSS/MPAS), Certidão de Regularidade de Tributos da Secretaria da Receita Federal/MF, Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal, Certidão junto ao FGTS;

VIII- Cópia do Estatuto da Entidade;

VIII- Cópia do Curriculum Vitae do responsável pela entidade Não Governamental na execução do projeto/programa, enfatizando a formação técnica e profissional;

IX- Parecer técnico sobre as instalações físicas das Entidades bem como a capacidade de desenvolver o programa apresentado no Plano de Trabalho de atendimento integral de acolhimento institucional, familiar ou de internação;

X- Os requerimentos de registro poderão ser solicitados pelas entidades na Secretaria de Assistência Social, na Rua Izidoro Maes, nº 257, Centro - Ilhota;

Art. 6º- As Entidades registradas ficam responsáveis por comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente qualquer mudança de endereço, telefone, composição da diretoria ou modalidade de atendimento, de forma a manter atualizados os seus dados cadastrais.

Art. 7º- As Entidades Governamentais e Não-Governamentais deverão no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Resolução proceder à inscrição de seus programas, projetos e ações, apresentando as documentações solicitadas, bem como:

I - requerimento solicitando a inscrição do programa, assinado pelo responsável da entidade;

II - formulário cadastral (Anexo III) específico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, preenchido pelo requerente;

III - Plano de trabalho ou projeto de trabalho (em anexo);

Art. 8º- Após a análise do Programa e dos Projetos apresentados pelas Entidades, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá comunicar à Autoridade Judiciária e aos Conselhos Tutelares o registro das Entidades e a inscrição dos Programas e Projetos apresentados;

Art. 9º- Indeferido o pedido de registro e/ou inscrição de Programas, a Entidade poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência do indeferimento interpor recurso que será julgado pela Plenária no prazo de 45 (quarenta e cinco dias) a contar do recebimento do mesmo;

Art. 10º- Serão arquivados os processos das Entidades que, no prazo de registro e de recurso não cumprirem as exigências estabelecidas por este Conselho, exigidas no art. 5º desta deliberação;

Art. 11º- Toda a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relacionada com o registro de entidades Não Governamentais e inscrição de Programas, dos projetos ou das ações desenvolvidas pelas entidades Governamentais e Não Governamentais serão encaminhadas ao Conselho Tutelar e

Autoridade Judiciária.

Art. 12º- Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Ministério Público da Infância e Juventude, o nome e endereço das Entidades Governamentais e Não-Governamentais que executam programas de proteção e socioeducativos com crianças e/ou adolescentes que não solicitarem suas Inscrições e/ou registros nos prazos estabelecidos nesta Resolução, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 13º- Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares qualquer irregularidade que tenha conhecimento quanto aos programas desenvolvidos pelas Entidades Governamentais e Não Governamentais.

Parágrafo Único - Após a verificação, por parte do órgão responsável, da irregularidade comunicada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente procederá se for o caso, a suspensão ou cassação do registro da Entidade, assegurando-se à mesma o devido processo legal e o amplo direito de defesa. Fica estabelecido o prazo de 15 dias para que a Entidade manifeste sua defesa junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 14º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 23 de março de 2015.

Alesson Cunha
Coordenador do CMDCA

ANEXO I

ROTEIRO DE PROJETO/ ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO

I- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1- Nome da Entidade:
- 1.2- Endereço da Entidade:
- 1.3- Bairro:
- 1.4- CEP:
- 1.5- Telefone: Fax:
- 1.6- E-mail:
- 1.7- CNPJ:
- 1.8- Data de Fundação:
- 1.9- Técnico Responsável:

II- TÍTULO DO PROJETO

III- SUMÁRIO DA PROPOSTA

IV- CONTEXTO DO PROJETO

V- PÚBLICO ALVO

VI- OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)

VII- JUSTIFICATIVA

VIII- METODOLOGIA

IX- EQUIPE

X- METAS

XI- RECURSOS: A) HUMANOS, B) MATERIAIS, C) FÍSICO;

XII- CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

XI- SISTEMA DE AVALIAÇÃO

ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO:

Ao Senhor/a
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A entidade abaixo qualificada vem requerer (o seu registro e/ou inscrição de seus programas) , nesse Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente,

conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 - artigos 90 e 91. Em anexo segue a documentação exigida por este conselho.

Nome da Entidade:

Endereço:

Bairro: CEP:

Telefone:

E-mail:

Solicitamos os devidos encaminhamentos.

Atenciosamente,

ILHOTA, de de

Assinatura do Representante Legal

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ENTIDADE NÃO-GOVERNAMENTAL

1. Identificação:

1.1 Razão Social:

1.2 Nome Fantasia:

1.3 Endereço:

Rua: Nº

Bairro:

Ponto de Referência:

Telefone:

E-mail:

Horário de Funcionamento:

2. Imovel:

2.1. Situação do imóvel:

() Próprio () Cedido () Alugado

2.2. Tipo de Construção:

() Alvenaria () Madeira () Mista

() Outros: Especificar:

3. Outras informações:

3.1 - Presidente da Entidade:

Nome:

Endereço:

Telefone:

Período de Mandato:

3.2 - Fundação:

Data da Fundação:.... / /

Início das atividades:.... / /

3.2 Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas- CNPJ:

Número: Validade até: /

3.3 Mantenedora:

3.4 Declaração de Utilidade Pública:

Municipal número:

Estadual número:

Federal número:

3.5 Registros:

REGISTRO	Nº REGISTRO, RESOLUÇÃO OU PROCESSO	VÁLIDO ATÉ
Conselho Municipal de Assistência Social		
Conselho Municipal de Saúde		
Conselho Municipal de Educação		
Conselho Nacional de Assistência Social		

DESPESA	VALOR/MÉDIA	OBSERVAÇÕES
Telefone		
Combustível		
Outros (Especificar)		
TOTAL		

Nº CÇAs. Adol. Atendi- dos	FAIXA ETÁRIA		SEXO		PERÍODO		OBSER- VAÇÕES
	CÇA.	ADOL.	M	F	M	V	
TOTAL							

7.7 - Capacidade de Atendimento:

Nº CÇAs. Adol. Atendidos	FAIXA ETÁRIA		SEXO		PERÍODO		OBSERVAÇÕES
	CÇA.	ADOL.	M	F	M	V	
TOTAL							

8) Atividades Desenvolvidas pelo programa:

8.1 - Com crianças e Adolescentes:

ESTRATÉGIAS	REGULARIDADE

8.2 - Com famílias:

ESTRATÉGIAS	REGULARIDADE

9) Política de Formação:

9.1 - Formas de Avaliação

9.1.1 - Dos profissionais:

9.1.2 - Do Programa:

9.2 - Recursos Humanos:

Nº	FUNÇÃO	FORMA- ÇÃO	CARGA HORÁRIA	VÍNCULO	OBS.

9.3 - Relações Externas Estabelecidas:

9.3.1 - Existem parcerias/articulações nas atividades propostas?

() Sim

Com quem?

Que tipo de atividades?

() Nãõ

10) Convênios

CONVÊNIO	VALOR

1. Outras Informações:

ILHOTA, de de

ASSINATURA:

Vínculo/Função na Entidade

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 023, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 023, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Exercício 2014, na importância de R\$10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação -Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.93		1.000	Aplicações Diretas De- correntes de Operações entre Órgãos	10.000,00
Total Suplementação				10.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação -Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90	24	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
Total Suplementação			10.000,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 26 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.857, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.857, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Exercício 2014, na importância de R\$10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação -Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.93		1.000	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	10.000,00
Total Suplementação				10.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação -Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90	24	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
Total Suplementação				10.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 26 de março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.858, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.858, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

FICA INSTITUÍDA, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE IMARUÍ, A II GINCANA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica instituída, na rede municipal de ensino e nas escolas

estaduais de Imaruí, a II gincana de educação tributária, com o intuito de promover a educação fiscal e o exercício da cidadania.

Parágrafo único. Serão aceitos notas e cupons fiscais datados de 1º de novembro de 2014 até o prazo de término da Gincana.

Art. 2º - O tema da II Gincana de Educação Tributária será "Sua Nota é um Show de Cidadania".

Art. 3º - As premiações não poderão ultrapassar o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), nos termos do regulamento.

Art. 4º - O regulamento da II Gincana de educação tributária será aprovado por Decreto.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 26 e março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.859, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.859, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

REAJUSTA OS VALORES DAS TARIFAS COMUNS DO SERVIÇO REGULAR CONVENCIONAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica reajustado o valor unitário da tarifa de transporte coletivo no Município de Imaruí, nos termos do ANEXO ÚNICO da presente Lei.

Art. 2º - O serviço de transporte coletivo do Município de Imaruí deverá ser prestado de forma adequada e que satisfaça as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade das técnicas, da tecnologia, do atendimento, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas.

Art. 3º - As tarifas dos serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros serão fixadas, e, quando necessário, revisadas e reajustadas por lei.

Art. 4º - Na fixação da tarifa devida pelo usuário serão levadas em conta as seguintes diretrizes:

- I - promoção da equidade possível no acesso aos serviços;
- II - melhoria da eficiência na prestação dos serviços;
- III - preservação do equilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- IV - divulgação que facilite a compreensão do usuário.

Art. 5º - As tarifas relativas a cada tipo de serviço poderão possuir valores diferenciados em razão das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos dos usuários.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, será promovida, sempre que possível, a integração dos tipos diferentes de serviços.

Art. 6º - Na fixação ou revisão da tarifa, o Município levará em consideração a manutenção do equilíbrio econômico financeiro

dos contratos e a capacidade de pagamento dos usuários.

Art. 7º - As tarifas poderão ser revistas, atendidas as exigências da legislação pertinente, em função de alterações dos custos dos fatores integrantes de sua composição.

Parágrafo Único - Os estudos para revisão dos valores das tarifas deverão ser realizados por iniciativa do Município, ou a requerimento do concessionário, que fornecerá as informações e cópias de documentos solicitados.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 26 de março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.860, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.860, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DESTA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado Servidão "JOÃO MADALENA", a servidão que tem início na rua Portinho Bittencourt e encerra na Lagoa de Imaruí, na comunidade de Taquaraçutuba, nesta cidade, e de Servidão "ATÍLIA TEIXEIRA MADALENA", que se inicia na João Madalena e termina na terra do senhor Geraldo Augusto Teixeira.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, em 26 de março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/GGP Nº 192/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 192, de 25 de março de 2015.

Dispõe sobre a revogação a pedido da Secretaria Municipal de Educação, da Portaria PMI/GGP Nº 80, de 11 de fevereiro de 2015, que concedeu Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001,

Considerando ainda, na sua íntegra, o Processo Administrativo nº 3.670, de 11 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a pedido da Secretaria Municipal de Educação, a Portaria PMI/GGP Nº 80, de 11 de fevereiro de 2015, que concedeu Licença sem Vencimentos a servidora FABIANA DIAS MARCELINO, inscrita no CPF sob o n.º 043.435.599-20, Professora, matrícula n.º 7487, pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 026/2015

EDITAL SEAGP Nº 026/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de Março a 26 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do

processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 026/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 01

Patricia Beatriz Vieira

EDITAL SEAGP Nº 027/2015

EDITAL SEAGP Nº 027/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de Março a 26 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada

pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 027/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 05

Rita de Cassia Santos Ferreira

EDITAL SEAGP Nº 028/2015

EDITAL SEAGP Nº 028/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de Março a 26 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com

classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 27 de março de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 028/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Morgana do Nascimento Mota

EXTRATO: DEMUTRAN/SEAPI 2015/01 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: DEMUTRAN/SEAPI 2015/01 A00
Contratada: VICENTE CELESTINO POLONI ME.
C.N.P.J: 03.675.141/0001-00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO PARA USO DA SEAPI.
Valor: R\$25.846,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 03/2015 Pregão 03/2015

Imbituba, 24 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Vicente Celestino Poloni Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: DEMUTRAN/SEAPI 2015/02 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: DEMUTRAN/SEAPI 2015/02 A00
Contratada: RO & RP TINTAS LTDA
C.N.P.J: 03.120.207/0001-98
Objeto: AQUISIÇÃO TINTAS E SOLVENTES PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA.
Valor: R\$2.020,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 24 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Ro & Ro Tintas Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: DEMUTRAN/SEAPI 2015/03 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: DEMUTRAN/SEAPI 2015/03 A00
Contratada: SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA.
C.N.P.J: 10.657.917/0001-17
Objeto: AQUISIÇÃO TINTAS E SOLVENTES PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA.
Valor: R\$45.301,50 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 24 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Sinacom Industria e Comercio de Sinaliação Viária
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/49 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/49 A00
Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME
C.N.P.J: 10.524.158/0001-14
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS ROÇADEIRAS FS 220 PARA A SEAPI.
Valor: R\$4.200,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 27/2015 Pregão 17/2015

Imbituba, 17 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Soethe Comercio de Maquinas Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/50 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/50 A00
Contratada: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME
C.N.P.J: 11.002.519/0001-25
Objeto: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA IZAIAS DOMINGOS BORGES LOCALIZADA NO BAIRRO DE NOVA BRASILIA - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$398.041,43 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 159/2014 Concorrência 11/2014

Imbituba, 19 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Rosivania Matias de Souza Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/51 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/51 A00
Contratada: J L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67
Objeto: PAVIMENTAÇÃO DA DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC NA RUA FRANCISCO CANDIDO XAVIER, SITUADA NO BAIRRO CENTRO.
Valor: R\$72.743,35 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 36/2015 Carta Convite 03/2015

Imbituba, 23 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Jl Construtora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/52 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/52 A00
Contratada: DALMIR RIBEIRO E CIA LTDA ME
C.N.P.J: 07.721.006/0001-05
Objeto: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE TRECHO DA AVENIDA CENTRAL DO ROSA LOCALIZADA NO BAIRRO DE IBIRAQUERA - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$147.201,81 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 157/2014 Concorrência 09/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Dalmir Ribeiro e Cia Ltda Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/53 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/53 A00
Contratada: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA
C.N.P.J: 05.498.419/0001-39
Objeto: RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, REVITALIZAÇÃO DOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA DUQUE DE CAXIAS LOCALIZADA NO CENTRO - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$436.223,72 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 162/2014 Concorrência 14/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Vogelsanger Pavimentação Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/54 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/54 A00
Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA
C.N.P.J: 07.185.611/0001-09
Objeto: IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ MOLDADAS DE CONCRETO - PCC DO PASSEIO PARA PEDESTRES E DA CICLOVIA, NA MODALIDADE DE CICLOFAIXA E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DA AV. RENATO RAMOS DA SILVA, NO TRCHO COMPREENDIDO ENTRE A RUA LUIS GONZAGA DE AMORIM, NO BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA E A AV. BRASIL, NO BAIRRO PAES LEME - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$970.223,18 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 161/2014 Concorrência 13/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Castelo Engenharia Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/55 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/55 A00
Contratada: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME
C.N.P.J: 11.002.519/0001-25
Objeto: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA FLORESTAL LOCALIZADA NO BAIRRO DE NOVA BRASÍLIA - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$204.457,35 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 158/2014 Concorrência 10/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Rosivania Matias de Souza Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/56 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/56 A00
Contratada: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME
C.N.P.J: 11.002.519/0001-25
Objeto: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS MARANATA E RUI BARBOSA BORGES LOCALIZADAS NO BAIRRO DE SAGRADA FAMÍLIA - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$419.069,59 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 160/2014 Concorrência 12/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

Rosivania Matias de Souza Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/02 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/02 A00

Contratada: KAC LTDA ME

C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA REUNIÕES E EVENTOS REALIZADOS PELOS PROJETOS, PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEASH.

Valor: R\$12.422,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 03/2015 Pregão 03/2015

Imbituba, 17 de março de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Kac Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/03 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/03 A00

Contratada: VANIO VIEIRA ME

C.N.P.J: 78.613.445/0001

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS A SEREM DISTRIBUIDAS ÀS FAMÍLIAS CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO - SEAST, DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$159.480,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 05/2015 Dispensa 01/2015

Imbituba, 23 de março de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Vanio Vieira Me

Representante Legal

Contratada

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC Nº 04/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC Nº 04/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA EM EXERCÍCIO, Senhor ELÍSIO SGROTT, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC Nº 04/2015. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 26 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

PORTARIA PMI/GGP Nº 193/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 193, de 26 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. DAIANE FERREIRA DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 060.933.769-66, para exercer o cargo de Assessora III, junto ao Gabinete do Prefeito - GAB, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2015.

Imbituba, 26 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 194/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 194, de 26 de março de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora de Programas do Centro Referência de Saúde da Mulher, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora de carreira abaixo descrita, da função gratificada de Coordenadora de Programas do Centro Referência de Saúde da Mulher, conforme expresso.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Coordenadoria de Programas do Centro Referência de Saúde da Mulher	SEMUSA	Maria Luiza Speck de Souza	290.198.349-91	31/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de março de 2015.

Imbituba, 26 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 195/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 195, de 26 de março de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora de Planejamento, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora de carreira abaixo descrita, da função gratificada de Coordenadora de Planejamento, conforme expresso.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Coordenadora de Planejamento	SEMUSA	Marília Mendonça	343.242.919-34	31/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de março de 2015.

Imbituba, 26 de março de 2015.
Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 196/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 196, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora de Programas da Policlínica, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Coordenadora de Programas da Policlínica, conforme expresso.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora de Programas da Policlínica	SEMUSA	Maria Luiza Speck de Souza	290.198.349-91	01/04/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Coordenador(a), perceberá gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.
Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 197/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 197, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora do Centro de Referência de Saúde da Mulher, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Coordenadora do Centro de Referência de Saúde da Mulher, conforme expresso.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora do Centro de Referência de Saúde da Mulher	SEMUSA	Marília Mendonça	343.242.919-34	01/04/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Coordenador(a), perceberá gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.
Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 198/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 198, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora de Assistência Social, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Coordenadora de Assistência Social, conforme expresso.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora de Assistência Social	SEAST	Edenisi Maria Francisco	034.089.669-82	01/04/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Coordenador(a), perceberá gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 199/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 199, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira em função gratificada de Supervisor de Orçamento, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor de carreira abaixo descrito, na função gratificada de Supervisor de Orçamento, conforme expresso.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Supervisão de Orçamento	SEAPI	Mozair Freitas da Rosa	550.587.799-00	01/04/2015

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Supervisor, perceberá gratificação de 17% (dezessete por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, I da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 200/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 200, de 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 18/2014 e Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2015, para exercerem os cargos/ funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Sara Cabral	Professora I – 20h	064.782.409-40	PSS 18/2014	18/03/2015
Jicéli de Amorim	Professora I – 20h	024.633.209-31	PSS 18/2014	23/03/2015
Maria Gisele Freitas Simião	Professora I – 20h	005.013.519-81	PSS 01/2015	25/03/2015
Ruama Pires de Medeiros	Professora I – 20h	078.285.579-22	PSS 01/2015	25/03/2015
Tânia Mara Porto Lauretino	Professora I – 20h	045.424.399-50	PSS 01/2015	25/03/2015
Lisiane Cristina Garcia Zanco	Professora I – 20h	999.772.220-53	PSS 01/2015	25/03/2015
Samantha Kary de Souza	Professora I – 20h	059.898.349-00	PSS 01/2015	26/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL
17/2015(SAÚDE)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 10 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível Aquisição de medicamentos para cumprimento de ações judiciais impetradas por pacientes contra a Secretaria Municipal de Saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SUSPENSÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 (SEMUSA)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Comunicamos à todos os interessados que, fica suspenso o Processo nº 09/2015 Pregão Presencial nº 05/2015, para análise do pedido de impugnação pela empresa Maria Madalena de Campos ME.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012/15**

Ato da Presidência nº 012/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 8ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 30 de Março de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PLC nº 338/2015	19/03/15	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Cria a nominata Função de Representação para o cargo de Controlador Interno na Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
35	PL nº 4.683/2015	19/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Contrato de Cooperação Técnica Financeira com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. para execução de Trabalhos de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural e, da outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
32	PL nº 4.684/2015	19/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Imbituba - APAE.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
33	PL nº 4.685/2015	19/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Imbituba - APAE.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
34	PL nº 4.686/2015	19/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a repassar recursos financeiros à Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
35	PL nº 4.687/2015	19/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
36	PL nº 4.688/2015	20/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Altera a redação do Art. 1º da Lei nº 4.513, de 4 de fevereiro de 2015.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
37	PL nº 4.689/2015	23/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de parte de uma área de bem público, à Associação dos Agricultores e Pescadores Artesanais de Imbituba e Região dos Lagos – APROLAGOS, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
40	PL nº 4.692/2015	26/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
41	PL nº 4.693/2015	26/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual Quadriênio 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2015, e abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ nº 015/2015	10/03/15	Legislativo Municipal	Luís Cláudio Carvalho de Souza	Requer ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba que solicite à Secretária Municipal de Saúde, Senhora Maria Martins, o envio à Câmara de Vereadores de Imbituba de documento contendo a relação de todos os postos de saúde do município com seus endereços, horários de atendimento, bem como os nomes dos médicos que atuam em cada posto, especificando o horário de atendimento desses médicos.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 016/2015	10/03/15	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	Requer ao Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba a convocação dos Secretários Municipais, conforme calendário definido previamente, para comparecerem em sessões ordinárias da Câmara, a fim de apresentarem relatórios de gestão de suas pastas, bem como responder questionamentos dos vereadores sobre assuntos correlatos às suas secretarias.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 017/2015	20/03/15	Legislativo Municipal	Renato Carlos de Figueiredo	Requer ao Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba que convide os representantes da empresa Serrana para prestarem esclarecimentos sobre a situação da água em nosso município.	Ordinário	Única	Única

	REQ nº 018/2015	20/03/15	Legislativo Municipal	Renato Carlos de Figuei- redo	Requer à AGESAN (Agencia Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina) que fiscalize o sistema de tratamento, abastecimento e saneamento básico de Imbituba, bem como, audite as contas da Prefeitura de Imbituba quanto à contratação, sem licitação, da empresa Serrana, para administrar os sistemas.	Ordinário	Única	Única
	MOÇÃO nº 003/2015	20/03/15	Legislativo Municipal	Luís Cláudio Carva- lho de Souza	- Moção de Congratulação à Senhora Regina Haleva pela sua atuação de destaque no ramo do turismo, contribuindo para o desenvolvimento de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 26 de março de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente

Zeli Pires
Vice-Presidente

Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeira-Secretária

Indaial

PREFEITURA

ATA Nº 012/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 012/2015-10430

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e quinze, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 026/2015 - Edital de Pregão nº 012/2015-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.648.513/0001-76, estabelecida à Rod. SC 408, KM 10 - Bairro Centro, no município de Antônio Carlos - Estado de Santa Catarina.

1.2. IMPEL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.132.239/0001-67, estabelecida à Av. João Paulo I, nº 166 - Bairro Santo Antônio, no município de Ituporanga - Estado de Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos de higiene, limpeza, copa e cozinha, conforme as especificações constantes no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do Edital de Pregão nº 012/2015-10430.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

749664 – PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ÁLCOOL 70º USO HOSPITALAR, TAMPAS LACRADAS, FRASCO DE 1 LITRO, COM REGISTRO NA ANVISA. DATA DE FABRICAÇÃO ATUAL.	UNIDADE		10.000	R\$3,03	R\$30.300,00
2	ÁLCOOL GEL 70º USO HOSPITALAR, TAMPAS LACRADAS, FRASCO DE 500 ML. DATA DE FABRICAÇÃO ATUAL.	UNIDADE		3.000	R\$2,88	R\$8.640,00
4	SABONETE LÍQUIDO, NEUTRO, PRONTO USO, EMBALAGEM DE 5 LITROS. COM REGISTRO NA ANVISA, AFE (AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO) DO FABRICANTE EMITIDA PELA ANVISA. DATA DE FABRICAÇÃO ATUAL. NÃO PODE SER NA COR VERMELHA.	GALÃO		2.000	R\$9,80	R\$19.600,00
Total Lote:						R\$58.540,00
Total do Fornecedor:						R\$58.540,00
791725 - IMPEL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	ÁLCOOL ETÍLICO 96º, EMBALAGEM DE 01 LITRO, SOLUÇÃO INCOLOR, LÍMPIDA E SEM PARTÍCULAS, TAMPAS LACRADAS.	UNIDADE		2.000	R\$3,90	R\$7.800,00
Total Lote:						R\$7.800,00
Total do Fornecedor:						R\$7.800,00
Total da homologação:						R\$ 66.340,00

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos

trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 026/2015 - Edital de Pregão nº 012/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;

c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;

d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;

g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" a "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;

b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 23 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP Luiz Fernando Sebold Representante
IMPEL PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA Claiton Pedres Sócio Administrador	

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

ATA Nº 013/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 017/2015-10430

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e quinze, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.953.067/0001-78, estabelecida à Rua Quintino Bocaiúva, nº 185 - Bairro Centro, no município de Apiúna - Estado de Santa Catarina.

1.2. SCHULZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.719.136/0001-68, estabelecida à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 6417 - Bairro Estrada das Areias, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

1.3. CASA DA MERENDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.316.546/0001-06, estabelecida à Viaduto Colorado, nº 1130 - Bairro Rebouças, no município de Curitiba - Estado do Paraná.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e de copa e cozinha, conforme as especificações constantes no Edital de Pregão no 017/2015-10430.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

314978 – SUPERMERCADO FISTAROL LTDA						
Lote: 6 - LOTE 06 - PÓ DE CAFÉ.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
22	PÓ DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO, SELO DA ABIC - COM TOLERÂNCIA DE 1% DE IMPUREZAS COMO CASCAS, PAUS, ETC., COM AUSÊNCIA DE LARVAS, PARASITOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, UMIDADE MÁXIMA DE 6%P/P E RESÍDUO MINERAL FIXO MÁXIMO DE 5%P/P, CAFEÍNA MÍNIMA DE 0,7%P/P - EMBALAGEM TIPO ALMOFADA DE 500G.	PACOTE		2.000	R\$5,25	R\$10.500,00
Total Lote:						R\$10.500,00
Lote: 8 - LOTE 08 - CREME DE LEITE (NATA); QUEIJO; MAIONESE; CATCHUP; MOSTARDA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
25	CREME DE LEITE (NATA), POTE COM 400G, RESFRIADO EM TEMPERATURA IDEAL, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE ESTAMPADAS NA EMBALAGEM, REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, FABRICAÇÃO RECENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 02 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		150	R\$4,46	R\$669,00
26	QUEIJO MUSSARELA FATIADO FRESCO, PRODUZIDO À BASE DE LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTICO, CLORETO DE CÁLCIO, COALHO E SAL. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	QUILO		2.000	R\$18,52	R\$37.040,00
27	MAIONESE TRADICIONAL. EMBALAGEM EM 500G COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO DE 500G.	PACOTE		100	R\$2,83	R\$283,00

28	CATCHUP - COMPOSTO A BASE DE POLPA E SUCO DE TOMATE, SAL, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ADMITINDO NO MÍNIMO 35% DE RESÍDUOS SECOS, DE CONSISTÊNCIA CREMOSA, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES DE PREPARO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRAPAK COM 200G. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DE PRODUTO E ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ANVISA E INMETRO. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		200	R\$2,36	R\$472,00
29	MOSTARDA AMARELA, ÁGUA, VINAGRE, AÇÚCAR, AMIDO, MOSTARDA, SAL, CÚRCUMA, PIMENTA-DO-REINO, CANELA, CONSERVADORES BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO E ACIDULANTE ÁCIDO LÁTICO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM COM MÍNIMO 200 GR.	UNIDADE		120	R\$2,36	R\$283,20
Total Lote:						R\$38.747,20

Lote: 12 - LOTE 12 - REFRIGERANTE; XAROPE DE CAPILÉ; ESPUMANTE; ÁGUA MINERAL.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
40	REFRIGERANTE, NOS SABORES: GUARANÁ, LIMÃO, LARANJA, UVA E COLA. EMBALAGEM: GARRAFA PLÁSTICA DE 2 LITROS. VALIDADE: DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA.	FRASCO		800	R\$3,10	R\$2.480,00
41	XAROPE DE CAPILÉ DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, CONTENDO 1L LITRO, FABRICAÇÃO RECENTE.	FRASCO		400	R\$4,25	R\$1.700,00
42	ESPUMANTE SEM ÁLCOOL, VÁRIOS SABORES, EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 600 ML.	UNIDADE		100	R\$12,65	R\$1.265,00
43	ÁGUA MINERAL EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 500 ML	UNIDADE		200	R\$1,55	R\$310,00
44	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 500 ML.	UNIDADE		100	R\$0,95	R\$95,00
Total Lote:						R\$5.850,00

Lote: 21 - LOTE 21 - ROLO DE FILME; ROLO PLÁSTICO; ROLO DE PAPEL ALUMÍNIO; FILTRO DE PAPEL; FÓSFORO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
78	ROLO DE FILME PVC 28 CM X 30 M.	UNIDADE		50	R\$4,40	R\$220,00
79	ROLO DE PLÁSTICO TAMANHO 20X20 COM 100 UNIDADES	UNIDADE		50	R\$3,30	R\$165,00
80	ROLO DE PAPEL ALUMÍNIO 45 CM X 7,5 M.	UNIDADE		50	R\$4,95	R\$247,50
81	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ, Nº 103, CAIXA COM 60 UNIDADES.	CAIXA		200	R\$3,53	R\$706,00
82	FÓSFORO EM CAIXA CONTENDO 300 PALITOS LONGOS.	CAIXA		50	R\$2,50	R\$125,00
Total Lote:						R\$1.463,50

Lote: 22 - LOTE 22 - FERMENTO BIOLÓGICO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
83	FERMENTO BIOLÓGICO PARA PÃO. EMBALADO À VÁCUO, A MESMA DEVE ESTAR INTACTA, DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE. CONTENDO 125GR.	UNIDADE		50	R\$3,64	R\$182,00

Total Lote: R\$182,00

Total do Fornecedor: R\$56.742,70

430331 - SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Lote: 7 - LOTE 07 - LEITE.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
23	LEITE INTEGRAL (UHT), LÍQUIDO, INTEGRAL, PASTEURIZADO, LONGA VIDA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 01 LITRO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. (CAIXA COM 1 LITRO)	LITRO		12.000	R\$2,38	R\$28.560,00
24	LEITE SEMI DESNATADO, EMBALAGEM TETRA BRIK (LONGA VIDA), COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. CAIXA DE 01 LITRO.	LITRO		1.200	R\$2,38	R\$2.856,00
Total Lote:						R\$31.416,00

Lote: 13 - LOTE 13 - PRESUNTO; SALSICHA; BACON.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
------	---------	---------	-------	------	----------------	-------------

45	PRESUNTO, FATIADO, RESFRIADO, TEMPERATURA NO RECEBIMENTO ATÉ 10°C, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE ESTAMPADOS NA EMBALAGEM, REGISTRO DO ÓRGÃO COMPETENTE, VALIDADE MÍNIMA DE 02 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	QUILO		100	R\$10,19	R\$1.019,00
46	SALSICHA PREPARADA COM CARNES DE PRIMEIRA QUALIDADE EM BOM ESTADO SANITÁRIO, ESTAR ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. EMBALAGEM INTACTA, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUPERFÍCIE ÚMIDA, PEGAJOSA, EXSUDADO LÍQUIDO, PARTES FLÁCIDAS OU CONSISTÊNCIA ANORMAL. NÃO SERÁ TOLERADA A PRESENÇA DE MANCHAS ESVERDEADAS, PARDACENTAS OU COLORAÇÃO SEM UNIFORMIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	QUILO		200	R\$6,59	R\$1.318,00
47	BACON CARNE SUÍNA (BARRIGA), ÁGUA, SAL, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, ESTABILIZANTES TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO E PIROFOSFATO TETRASSÓDICO, ANTIOXIDANTE ERITORBATO DE SÓDIO, ESPECIARIAS NATURAIS (ALHO, CEBOLA, PIMENTA) CONSERVADORES NITRATO E NITRITO DE SÓDIO, ESPESSANTE CARRAGENA. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	QUILO		20	R\$18,00	R\$360,00

Total Lote:

R\$2.697,00

Lote: 14 - LOTE 14 - OVO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
48	OVOS DE GALINHA - DE GRANJA, NOVO, TAMANHO MÉDIO, ACONDICIONADOS EM CARTELAS, NÃO PODE ESTAR COM CASCA TRINCADA OU QUEBRADA, DE 1ª QUALIDADE. CAIXA COM 12 UNIDADES.	DUZIA		100	R\$3,78	R\$378,00

Total Lote:

R\$378,00

Lote: 15 - LOTE 15 - CARNES.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
49	CARNE MOÍDA/PEDAÇO CORTES MÚSCULO TRASEIRO E ACÉM. CARNE PROVENIENTE DE MACHOS DA ESPÉCIE BOVINA, SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO SANITÁRIA E VETERINÁRIA CONSTANDO O NÚMERO DE INSCRIÇÃO SIF OU SIE E MANIPULADAS EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS SATISFATÓRIAS. SÓ SERÃO ACEITO CARNE DE SEGUNDA SEM OSSO E/OU PEDAÇOS DE NERVOS E GORDURAS APARENTES COM COR VERMELHO VIVO E ASPECTO SAUDÁVEL. SENDO OS CORTES DE MÚSCULO TRASEIRO E ACÉM. NÃO SERÃO ACEITO CARNE COM ODOR, COR E SABOR IMPRÓPRIOS AO PRODUTO E/OU ASPECTO AMOLECIDO, PEGAJOSO, ESVERDEADO E PARDACENTO.	QUILO		300	R\$15,26	R\$4.578,00
50	CARNE BOVINA, COXÃO MOLE, CORTADA EM BIFE, CONGELADA, SEM GORDURA. CARNE DE COR VERMELHO-CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR AGRADÁVEL, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INTACTA DE POLIPROPILENO, (EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DEMAIS, DEPOIS DE CONGELADOS), CONSTANDO PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, E PROCEDÊNCIA DA CARNE. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO E NO MÁXIMO TRINTA DIAS.	QUILO		300	R\$20,58	R\$6.174,00
51	PEITO DE FRANGO INTEIRO RESFRIADO. EMBALAGEM INTACTA, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUPERFÍCIE ÚMIDA, PEGAJOSA, EXSUDADO LÍQUIDO, PARTES FLÁCIDAS OU CONSISTÊNCIA ANORMAL. SÓ SERÃO ACEITOS PRODUTOS COM A COMPROVAÇÃO DA INSPEÇÃO SIF/DIPOA.	QUILO		300	R\$9,13	R\$2.739,00
52	CARNE DE FRANGO TIPO COXA E SOBRE-COXA CONGELADA COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE NO MÁXIMO DE 6%. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COM REGISTRO NO SIF OU SISF.	QUILO		200	R\$5,85	R\$1.170,00
53	FRANGO A PASSARINHO, CONGELADO, PACOTE CONTENDO 1KG, EMBALAGEM CONSTANDO PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPECAO ESTADUAL OU FEDERAL, E PROCEDENCIA DA CARNE. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO DE SEIS MESES E DATA DE FABRICACAO DE NO MAXIMOTRINTA DIAS.	QUILO		200	R\$10,44	R\$2.088,00

Total Lote:

R\$16.749,00

Lote: 16 - LOTE 16 - FILÉ DE TILÁPIA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
54	FILÉ DE TILÁPIA IN NATURA CONGELADO IQF, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INTACTA DE POLIPROPILENO, (EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DEMAIS, DEPOIS DE CONGELADOS), COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 12 MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS.	QUILO		50	R\$24,29	R\$1.214,50

Total Lote:						R\$1.214,50
Lote: 17 - LOTE 17 - FRUTAS.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
55	BANANA CATURRA. SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, CASCA INTEGRAL. ISENTA DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ODOR E SABOR ESTRANHO.	QUILO		600	R\$1,29	R\$774,00
56	LARANJA TIPO PERA COM 70% DE MATURAÇÃO. SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, CASCA INTEGRAL. ISENTA DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ODOR E SABOR ESTRANHO. PESO POR UNIDADE DE APROXIMADAMENTE 180G.	QUILO		100	R\$1,48	R\$148,00
57	MAMÃO TIPO FORMOSA COM 70% DE MATURAÇÃO. SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, CASCA INTEGRAL. PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA. ISENTO DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. PESO E TAMANHO PADRÃO.	QUILO		100	R\$2,35	R\$235,00
58	MAÇÃ TIPO FUGI COM 70% DE MATURAÇÃO SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, CASCA INTEGRAL. COM COR, SABOR E AROMA CARACTERÍSTICOS DA ESPÉCIE.	QUILO		100	R\$3,05	R\$305,00
59	BATATA TIPO INGLESA "BATATINHA", FRESCAS DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME DE COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR E SABOR TÍPICO DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA. ISENTO DE: SUJIDADE, INSETOS, PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. PESO E TAMANHO PADRÃO.	QUILO		220	R\$1,39	R\$305,80
60	CEBOLA APARÊNCIA FRESCA, COLHIDAS AO ATINGIR O GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO E PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. ISENTO DE DANOS E DEFEITOS DE NATUREZA FÍSICA OU MECÂNICA, TERRA ADERENTE, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. PESO E TAMANHO PADRÃO.	QUILO		200	R\$1,89	R\$378,00
61	CENOURA FRESCA DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME DE COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR E SABOR TÍPICO DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA. ISENTO DE: SUJIDADE, INSETOS PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. PESO E TAMANHO PADRÃO.	QUILO		100	R\$1,95	R\$195,00
62	REPOLHO APARÊNCIA FRESCAS E SÃ, ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTO, FIRME DE COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR E SABOR TÍPICO DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA. ISENTO DE: SUJIDADE, INSETOS PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	UNIDADE		100	R\$3,05	R\$305,00
63	TOMATES SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, CASCA INTEGRAL. COM COR, SABOR E AROMA CARACTERÍSTICOS DA ESPÉCIE.	QUILO		200	R\$3,38	R\$676,00
64	AIPIM - DESCASCADO, CONGELADO, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, SEM MANCHAS ESCURAS NO INTERIOR. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO, DE 1 KG CADA. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PACOTE		100	R\$3,99	R\$399,00
65	BATATA DOCE DEVERÁ ESTAR FRESCO, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA E NO PONTO DE CONSUMO.	QUILO		100	R\$2,35	R\$235,00

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
66	PIMENTÃO, TAMANHO MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRA, ISENTA DE PARASITAS.	QUILO		50	R\$4,59	R\$229,50
67	PEPINO	QUILO		100	R\$2,35	R\$235,00
68	PINHÃO DEVE SER CONSERVADO E SEM A PRESENÇA DE FURO DE BICHO NA CASCA PARA O CONSUMO.	QUILO		100	R\$12,39	R\$1.239,00
69	ALHO APARÊNCIA FRESCA, COLHIDOS AO ATINGIR O GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO E PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. ISENTO DE DANOS E DEFEITOS DE NATUREZA FÍSICA OU MECÂNICA TERRA ADERENTE, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. PACOTE 100 GRAMAS.	QUILO		100	R\$4,99	R\$499,00

Total Lote:						R\$6.158,30
Lote: 18 - LOTE 18 - PÃO.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

70	PÃO DE FORMA, FATIADO - COM 650G. OS MESMOS DEVEM ESTAR EMBALADOS, INDIVIDUALMENTE, EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, DENTRO DAS NORMAS DE HIGIENE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. FABRICAÇÃO RECENTE E COM VALIDADE MÍNIMA DE 03 DIAS.	UNIDADE		1.000	R\$6,19	R\$6.190,00
Total Lote:						R\$6.190,00
Lote: 19 - LOTE 19 - CHUCRUTE.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
71	CHUCRUTE, PACOTE COM 500G INTACTA, COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE ESTAMPADAS NA EMBALAGEM, REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, FABRICAÇÃO RECENTE.	UNIDADE		100	R\$4,45	R\$445,00
Total Lote:						R\$445,00
Total do Fornecedor:						R\$65.247,80
783412 - CASA DA MERENDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01- ACHOCOLATADO; AÇÚCAR; ARROZ; FARINHA DE TRIGO; FERMENTO.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ACHOCOLATADO, EM PÓ INSTANTÂNEO, COM 08 VITAMINAS. INGREDIENTES: AÇÚCAR CRISTAL, CACAU EM PÓ, ALCALINO LECITINADO, SAL REFINADO, CONTENDO VITAMINA C, NIACINAMIDA, VITAMINAS B6, B2, B1, A ÁCIDO FÓLICO E VITAMINA B12 E AROMATIZANTE NATURAL REFORÇADO DE BAUNILHA. EMBALADO EM SACOS DE POLIETILENO LEITOSO DE 400GR, COM DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE. PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES. APRESENTAR CÓPIA AUTENTICADA DO REGISTRO DO PRODUTO NO MISTÉRIO DA SAÚDE, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.	UNIDADE		500	R\$1,99	R\$995,00
2	AÇÚCAR REFINADO, PRODUTO PROCESSADO DE CANA-DE-AÇÚCAR, COM MOAGEM REFINADA, SAFRA NOVA, NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADES, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO, COLORAÇÃO E PESO INSATISFATÓRIO, EMBALAGEM DE POLIETILENO COM 5 KG. REG. NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	PACOTE		500	R\$9,33	R\$4.665,00
3	ARROZ PARABOLIZADO, LONGO, TIPO 01, CLASSE LONGO FINO, SAFRA NOVA. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES, PERCENTUAL DE IMPUREZAS ACIMA DE 5% (GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS) EMBALAGEM DE POLIETILENO, CONTENDO 5 KG. COM REGISTRO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, VALIDADE 6 MESES.	PACOTE		100	R\$9,77	R\$977,00
4	FARINHA DE TRIGO TIPO 1, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, 100% PURA DE EXCELENTE QUALIDADE, PÓ BRANCO, FINO E DE FÁCIL ESCOAMENTO, NÃO DEVENDO ESTAR EMPEDRADO E ISENTO DE SUJIDADES. EMBALAGEM INTACTA DE 5 KG, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.	PACOTE		50	R\$9,48	R\$474,00
5	FERMENTO EM PÓ EMBALAGEM INTACTA DE 250G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. DEVERÁ CONTER: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANIOCA, FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES NA DATA DA ENTREGA. LATAS DE 250G.	LATA		50	R\$2,76	R\$138,00
Total Lote:						R\$7.249,00
Lote: 2 - LOTE 02- MASSA ALIMENTÍCIA; FUBÁ; MILHO PARA PIPOCA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	MASSA ALIMENTÍCIA TIPO CASEIRO CONTENDO: SÊMOLA COM OVOS, NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR, MANCHAS, FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS OU EMPAPAMENTO APÓS COCÇÃO, VALIDADE 12 MESES. EMBALAGEM DE POLIETILENO. PACOTE DE 01 KG	PACOTE		200	R\$4,77	R\$954,00
7	FUBÁ MIMOSO DE MILHO, PRODUTO OBTIDO PELA MOAGEM DO GRÃO DE MILHO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR ÚMIDOS OU RANÇOSOS, COM UMIDADE MÁXIMA DE 15%P/P, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 5%P/P, COM NO MÍNIMO DE 7%P/P DE PROTEÍNA. COM O RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2,5 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. - EMB. 1 KG.	PACOTE		50	R\$1,27	R\$63,50

8	MILHO PARA PIPOCA TIPO 1, PREPARADOS COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS COM NO MÁXIMO DE 15% DE UMIDADE - EMB. 500 G.	PACOTE		200	R\$1,46	R\$292,00
---	--	--------	--	-----	---------	-----------

Total Lote: R\$1.309,50

Lote: 3 - LOTE 03- BISCOITO SALGADO; BISCOITO SORTIDO; BISCOITO DE MANTEIGA; BOLACHA RECHEADA; BOLACHA MARIA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
9	BISCOITO SALGADO TIPO "CREAM CRACKER" PACOTE DE 1 KG, CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM DUPLA PROTEÇÃO, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 08 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	PACOTE		300	R\$5,32	R\$1.596,00
10	BISCOITO SORTIDO DOCE, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, FARINHA DE MILHO, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, AROMA DE NATA, AROMA DE COCO, AROMA DE BAUNILHA, PACOTE CONTENDO 700G, VALIDADE 06 MESES.	PACOTE		800	R\$5,02	R\$4.016,00
11	BISCOITO DE MANTEIGA, EMBALAGEM CONTENDO 400G, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADOS NA EMBALAGEM, REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE, FABRICAÇÃO RECENTE.	PACOTE		300	R\$2,41	R\$723,00
12	BOLACHA RECHEADA, DIVERSOS SABORES, PACOTE COM NOMÍNIMO 150G, NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE OU BISCOITOS QUEBRADOS (PERCENTUAL MÁXIMO ACEITO ATÉ 10%), FABRICAÇÃO RECENTE, PRAZO DE VALIDADE IMPRESSO NO RÓTULO.	PACOTE		200	R\$0,83	R\$166,00
13	BOLACHA MARIA, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, MALTE, LEITE, SAL, FERMENTO QUÍMICO. COM DUPLA EMBALAGEM, EM POLIETILENO, NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE OU BISCOITOS QUEBRADOS (PERCENTUAL MÁXIMO ACEITO ATÉ 10%) FABRICAÇÃO RECENTE, PRAZO DE VALIDADE IMPRESSO NO RÓTULO. CONTENDO 800GR.	PACOTE		300	R\$4,99	R\$1.497,00

Total Lote: R\$7.998,00

Lote: 4 - LOTE 04- PÓ PARA PUDIM; GELATINA EM PÓ; PÓ PARA SUCO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14	PÓ PARA PUDIM, SABORES VARIADOS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS. CAIXA COM 85GR	UNIDADE		300	R\$0,81	R\$243,00
15	GELATINA EM PÓ - SABORES DIVERSOS: PÓ PARA PREPARO DE GELATINA CONTENDO GELATINA EM PÓ E AÇÚCAR, COLORIDO ARTIFICIALMENTE, CONTENDO 85GR. A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NUMERO DE LOTE.	UNIDADE		200	R\$1,38	R\$276,00
16	PÓ PARA SUCO, SABORES VARIADOS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 180 DIAS. EMBALAGEM COM MÍNIMO 85 GRAMAS.	UNIDADE		500	R\$0,55	R\$275,00

Total Lote: R\$794,00

Lote: 5 - LOTE 05- SAL REFINADO; CANELA EM PÓ; CHÁ DE FRUTAS; CALDO; TEMPERO EM PASTA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
17	SAL REFINADO PACOTES DE 1 KG, IODADO, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	QUILO		100	R\$0,75	R\$75,00
18	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM 50G, PROVENIENTE DE CASCAS SÃS, LIMPAS E SECAS. PURA, LIVRE DE SUJIDADES E CONTAMINANTES. EMBALAGEM APRESENTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, E NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, CONTENDO 50GR DE PESO LÍQUIDO. DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PACOTE		10	R\$1,64	R\$16,40
19	CHÁ DE FRUTAS, CAIXA CONTENDO 10 SACHÊS DE 20G.	CAIXA		300	R\$2,70	R\$810,00
20	CALDO, SABORES (FRANGO, CARNE E FEIJÃO) CAIXA COMSEIS TABLETES, CAIXA COM PESO MÍNIMO 57G.	CAIXA		200	R\$2,25	R\$450,00
21	TEMPERO EM PASTA COMPLETO COM PIMENTA, SAL, CEBOLA, PIMENTA JALAPENÃ, POLPA DE ALHO. PIMENTA DE CHEIRO VERMELHA, PIMENTADO-REINO PRETA, CEBOLINHA, SALSA, MANJERICÃO, REALÇADO DE SABOR GLUTAMATO MONOSSÓDICO, AROMATIZANTE E CONSERVADOR METABISULFITO DE SÓDIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. POTE COM MÍNIMO 300 GR.	UNIDADE		50	R\$4,51	R\$225,50

Total Lote: R\$1.576,90

Lote: 9 - LOTE 09 - DOCE EM PASTA; DOCE DE LEITE; MELADO DE CANA; MARGARINA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
30	DOCE EM PASTA CREMOSO DE FRUTAS, BALDE C/ 1 KG; SABORES: GOIABA, PÊSSEGO, FIGO E UVA, VALIDADE DE NO MÍNIMO 24 MESES E DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS, CONTANDO DA DATA DA ENTREGA. (NAS ENTREGAS OS SABORES DEVEM SER VARIADOS)	POTE		100	R\$4,56	R\$456,00
31	DOCE DE LEITE, PASTOSO. INGREDIENTES: LEITE, AÇÚCAR, GLICOSE, AMIDO DE MILHO E BICARBONATO DE SÓDIO. COM DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE. ESTABELECIMENTO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO COM REGISTRO DE ÓRGÃO COMPETENTE. CONTENDO 1 KG.	POTE		100	R\$5,39	R\$539,00
32	MELADO DE CANA PURO - 100% PURO, EMBALAGEM EM POTES DE POLIETILENO, ATOXICO, TRANSPARENTE DE 1KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 10 MESES PARA CONSUMO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UNIDADE		50	R\$8,44	R\$422,00
33	MARGARINA COM SAL MÍNIMO DE 65% DE LIPÍDIOS, EMBALAGEM INTACTA DE 1 KG, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	POTE		100	R\$7,33	R\$733,00
Total Lote:						R\$2.150,00

Lote: 10 - LOTE 10- MILHO VERDE; SARDINHA; EXTRATO DE TOMATE.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
34	MILHO VERDE (ÁGUA E SAL). NÃO CONTÉM GLÚTEN, AS EMBALAGENS DEVEM ESTAR INTACTAS, EM LATAS NÃO APRESENTANDO FERRUGEM, AMASSAMENTO, VAZAMENTO, ABAULAMENTO, COM DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE, COM REGISTRO DE ÓRGÃO COMPETENTE LATA CONTENDO 200G.	LATA		150	R\$1,20	R\$180,00
35	SARDINHA, AO OLEO, CONTENDO 83G.	LATA		50	R\$2,18	R\$109,00
36	EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM INTEGRA DE 350G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. O EXTRATO DE TOMATE DEVE SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SÃOS, SEM PELE E SEMENTES. É TOLERADA A ADIÇÃO DE 1% DE AÇÚCAR E DE 5% DE CLORETO DE SÓDIO. O PRODUTO DEVE ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÕES E NÃO INDICAR PROCESSAMENTO DEFEITUOSO. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES NA DATA DA ENTREGA. LATAS DE 350G.	LATA		200	R\$1,88	R\$376,00
Total Lote:						R\$665,00

Lote: 11 - LOTE 11 - ADOÇANTE; ÓLEO DE SOJA; VINAGRE.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
37	ADOÇANTE DIETÉTICO, LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO A LEITOSO, INGREDIENTES SUCRALOSE, TIPO DIETÉTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BICO DOSADOR EMBALAGEM DE 500 ML.	FRASCO		30	R\$4,13	R\$123,90
38	ÓLEO DE SOJA REFINADO OBTIDO DE MATÉRIA PRIMA VEGETAL EM BOM ESTADO SANITÁRIO ESTAR ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSIÇÃO. ASPECTO LÍMPIDO E ISENTO DE IMPUREZAS À 25°C, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. VALIDADE DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.	FRASCO		200	R\$3,34	R\$668,00
39	VINAGRE BRANCO, EMBALAGEM DE 750 ML, FERMENTADO DE VINHO COM A ACIDEZ MÍNIMA DE 4,0%.	FRASCO		100	R\$1,08	R\$108,00
Total Lote:						R\$899,90

Lote: 20 - LOTE 20 - BALAS; PIRULITOS; WAFER; BOMBOM; PIPOCA DOCE; SALGADINHO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
72	PACOTE DE BALAS SORTIDAS, QUE SE APRESENTEM DURAS E QUEBRADIÇAS, EMBALAGEM DE POLIETILENO, COM FABRICAÇÃO RECENTE, CONTENDO MÍNIMO 800GR. SABORES DIVERSOS.	PACOTE		600	R\$4,93	R\$2.958,00
73	PACOTE DE PIRULITO, DE FORMA ACHATADA, COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 5 CM, EMBALAGEM DE POLIETILENO, COM FABRICAÇÃO RECENTE, CONTENDO 1 KG. SABORES DIVERSOS.	PACOTE		800	R\$7,35	R\$5.880,00
74	WAFER DE CHOCOLATE, CAIXA COM 140G, CONTENDO 20 UNIDADES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VALIDADE ESTAMPADOS NA EMBALAGEM, REGISTRO DO ÓRGÃO COMPETENTE, FABRICAÇÃO RECENTE. (TIPO BIS OU SIMILAR).	CAIXA		1.200	R\$4,04	R\$4.848,00
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

75	BOMBOM TIPO SONHO DE VALSA, PACOTE COM 45 UNIDADES, PESO APROXIMADO DE 1KG. INFORMACOES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADOS NA EMBALAGEM, REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE, FABRICACAO RECENTE.	PACOTE		400	R\$28,83	R\$11.532,00
76	PIPOCA DOCE, PACOTE COM 50 GRAMAS, FABRICAÇÃO RECENTE.	PACOTE		3.000	R\$0,68	R\$2.040,00
77	SALGADINHO SORTIDOS EMBALAGEM CONTENDO 50 GRAMAS (BILUZITOS OU SIMILAR).	PACOTE		300	R\$0,80	R\$240,00
Total Lote:						R\$27.498,00
Total do Fornecedor:						R\$50.140,30
Total da homologação:						R\$ 172.130,80

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;

c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;

d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;

g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;

b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 17 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	SUPERMERCADO FISTAROL LTDA Moacir Antônio Fistarol Sócio Gerente
SCHULZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA Eduardo Schulz Sócio Administrador	CASA DA MERENDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA Juarez Ferreira Padilha Representante Legal

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

DECRETO Nº 1343/15

. DECRETO Nº 1343/15

. De 26 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICÍPIO DE INDAIAL, provenientes de provável Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil e setecentos e cinquenta reais) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
02.010.0027.0813.0002.2803.333 9000000000000	01345467	243.750,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 26 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 051/2015.

Inexigibilidade nº 009/2015-10430

Objeto: Contratação de palestra com o tema "Contos Infantis" para bibliotecários da rede municipal de ensino..

Entrega dos envelopes: 26/03/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

Licitatório nº 052/2015.

Inexigibilidade nº 006/2015-25983

Objeto: Contratação de apresentações artísticas musicais da corporação musical amigos do vale.

Entrega dos envelopes: 26/03/2015.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO

Diretora Executiva

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 180/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 180/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na rua João Antonio da Silva, nº 39, sala 01, bairro Warnow, na cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Reis, brasileiro, solteiro, inscrito sob CPF sob nº 003.649.019-93 e Cédula de identidade sob nº 3.742.476 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua João Antônio da Silva, nº 63, bairro Warnow, na cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula décima, item 10.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das obras de recuperação de pavimentação em vias públicas, em pavimentos de paralelepípedos, lajotas, pedra portuguesa, piso cimentado, grama e guias, em área total estimada de 25.150,00 m2, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2014 e as respectivas para o exercício de 2015:

- 08.01.015.451.008.2207.339039990000.01000000 - Recurso Próprio
- 08.01.015.451.008.2207.339039990000.01160000 - CIDE
- 22.01.017.512.022.2332.339039990000.01000000 - Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.2332.339039990000.01245502 - CASAN

* 22.01.1338-1645502

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA Gilberto Reis Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Janio Vilson de Aviz Secretário Municipal

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO
Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 026 DO CONTRATO Nº 051/2008
TERMO ADITIVO Nº 026 AO CONTRATO Nº 051/2008

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ nº 83. 102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito municipal legitimamente eleito para cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 383.728.439/53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.534.974/0001-54, localizada na Rua Araranguá, nº 760, Bairro Centro, na cidade de Criciúma - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Moacir José Fernandes, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 047.579.479/68, residente e domiciliado na rua Araranguá, nº 760, bairro Centro, na cidade de Criciúma - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo entre si como justo e contratado, na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e

justificativa em anexo, a cláusula quinta "caput", do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a implantação de uma estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO

I. O prazo de execução das obras é de 02 de março de 2015 a 30 de abril de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA Moacir José Fernandes Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 21/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 21/2015 para serviços de pintura. A abertura das propostas se dará no dia 10/04/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 26 de março de 2015.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 22/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 22/2015 para recapagem de pneus. A abertura das propostas se dará no dia 10/04/2015 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 26 de março de 2015.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 1º BIMESTRE DE 2015

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.940.780,00	22.940.780,00	3.834.713,55	16,72	3.834.713,55	16,72
	21.940.780,00	21.940.780,00	3.834.713,55	17,48	3.834.713,55	17,48
RECEITAS CORRENTES	1.312.300,00	1.312.300,00	142.488,96	10,86	142.488,96	10,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.249.900,00	1.249.900,00	122.984,19	9,84	122.984,19	9,84
IMPOSTOS	62.400,00	62.400,00	19.504,77	31,26	19.504,77	31,26
TAXAS	100.000,00	100.000,00	21.649,68	21,65	21.649,68	21,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	21.649,68	21,65	21.649,68	21,65
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	13.100,00	13.100,00	49.984,94	381,56	49.984,94	381,56
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	48.012,14	0,00	48.012,14	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.100,00	13.100,00	1.972,80	15,06	1.972,80	15,06
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	28.300,00	28.300,00	1.821,44	6,44	1.821,44	6,44
RECEITA DE SERVIÇOS	20.421.280,00	20.421.280,00	3.603.069,22	17,64	3.603.069,22	17,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.256.180,00	20.256.180,00	3.603.019,22	17,79	3.603.019,22	17,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.400,00	4.400,00	50,00	1,14	50,00	1,14
Transf. de Pessoas	160.700,00	160.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	65.800,00	65.800,00	15.699,31	23,86	15.699,31	23,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.600,00	52.600,00	8.780,69	16,69	8.780,69	16,69
Multas e Juros de Mora	4.500,00	4.500,00	768,67	17,08	768,67	17,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.300,00	8.300,00	4.107,65	49,49	4.107,65	49,49
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	400,00	400,00	2.042,30	510,57	2.042,30	510,57
RECEITAS DIVERSAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.940.780,00	22.940.780,00	3.834.713,55	16,72	3.834.713,55	16,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.940.780,00	22.940.780,00	3.834.713,55	16,72	3.834.713,55	16,72
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.940.780,00	22.940.780,00	3.834.713,55	16,72	3.834.713,55	16,72
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	26.392,33	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	26.392,33	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.940.780,00	26.392,33	22.967.172,33	5.362.324,05	5.362.324,05	2.588.794,87	11,27
DESPESAS CORRENTES	20.853.780,00	26.392,33	20.880.172,33	5.271.735,87	5.271.735,87	2.528.271,46	12,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.051.551,92	11.076,52	12.062.628,44	1.722.123,05	1.722.123,05	1.660.155,93	13,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.500,00	0,00	49.500,00	5.820,81	5.820,81	5.820,81	11,76
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.752.728,08	15.315,81	8.768.043,89	3.543.792,01	3.543.792,01	862.294,72	9,83
DESPESAS DE CAPITAL	1.987.000,00	0,00	1.987.000,00	90.588,18	90.588,18	60.523,41	3,05
INVESTIMENTOS	1.731.000,00	0,00	1.731.000,00	47.417,80	47.417,80	17.353,03	1,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	256.000,00	0,00	256.000,00	43.170,38	43.170,38	43.170,38	16,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.940.780,00	26.392,33	22.967.172,33	5.362.324,05	5.362.324,05	2.588.794,87	11,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.940.780,00	26.392,33	22.967.172,33	5.362.324,05	5.362.324,05	2.588.794,87	2.588.794,87	20.378.377,46
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	1.245.918,68	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.940.780,00	26.392,33	22.967.172,33	5.362.324,05	5.362.324,05	2.588.794,87	3.834.713,55	20.378.377,46

FONTE:

IPUMIRIM, 25/03/2015

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.940.780,00	22.967.172,33	5.362.324,05	5.362.324,05	2.588.794,87	2.588.794,87	100,00	20.378.377,46
Legislativa	800.000,00	800.000,00	88.725,53	88.725,53	84.156,53	84.156,53	3,25	715.843,47
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	88.725,53	88.725,53	84.156,53	84.156,53	3,25	715.843,47
Essencial à Justiça	66.000,00	66.000,00	9.456,44	9.456,44	7.601,34	7.601,34	0,29	58.398,66
Defesa da Ordem Jurídica	66.000,00	66.000,00	9.456,44	9.456,44	7.601,34	7.601,34	0,29	58.398,66
Administração	2.130.931,21	2.130.931,21	659.573,75	659.573,75	351.905,17	351.905,17	13,59	1.779.026,04
Planejamento e Orçamento	137.000,00	137.000,00	19.558,07	19.558,07	19.558,07	19.558,07	0,76	117.441,93
Administração Geral	1.922.931,21	1.922.931,21	625.737,18	625.737,18	318.068,60	318.068,60	12,29	1.604.862,61
Controle Interno	71.000,00	71.000,00	14.278,50	14.278,50	14.278,50	14.278,50	0,55	56.721,50
Segurança Pública	78.000,00	78.000,00	68.000,00	68.000,00	5.000,00	5.000,00	0,19	73.000,00
Policimento	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Defesa Civil	60.000,00	60.000,00	50.000,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	0,19	55.000,00
Assistência Social	227.960,00	243.275,81	30.345,57	30.345,57	12.027,20	12.027,20	0,46	231.248,61
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.000,00	140.000,00	21.965,57	21.965,57	9.077,20	9.077,20	0,35	130.922,80
Assistência Comunitária	87.960,00	103.275,81	8.380,00	8.380,00	2.950,00	2.950,00	0,11	100.325,81
Saúde	5.568.828,13	5.568.828,13	2.178.397,52	2.178.397,52	809.845,76	809.845,76	31,28	4.758.982,37
Atenção Básica	3.617.928,13	3.617.928,13	794.556,82	794.556,82	583.217,01	583.217,01	22,53	3.034.711,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.704.800,00	1.704.800,00	1.344.267,76	1.344.267,76	187.055,81	187.055,81	7,23	1.517.744,19
Suporte Profilático e Terapêutico	85.000,00	85.000,00	13.966,74	13.966,74	13.966,74	13.966,74	0,54	71.033,26
Vigilância Sanitária	107.300,00	107.300,00	16.939,29	16.939,29	16.939,29	16.939,29	0,65	90.360,71
Vigilância Epidemiológica	53.800,00	53.800,00	8.666,91	8.666,91	8.666,91	8.666,91	0,33	45.133,09
Educação	5.629.140,66	5.640.217,18	462.566,87	462.566,87	338.468,30	338.468,30	13,07	5.301.748,88
Alimentação e Nutrição	136.000,00	136.000,00	24.206,08	24.206,08	12.616,15	12.616,15	0,49	123.383,85
Ensino Fundamental	4.042.040,66	4.053.117,18	373.874,69	373.874,69	261.426,05	261.426,05	10,10	3.791.691,13
Ensino Médio	287.500,00	287.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.500,00
Ensino Superior	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Educação Infantil	1.048.600,00	1.048.600,00	64.426,10	64.426,10	64.426,10	64.426,10	2,49	984.173,90
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Continua 1/3

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.940.780,00	22.967.172,33	5.362.324,05	5.362.324,05	2.588.794,87	2.588.794,87	100,00	11,27
Cultura	115.000,00	115.000,00	942,52	942,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	115.000,00	115.000,00	942,52	942,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	3.005.200,00	3.005.200,00	738.520,20	738.520,20	277.658,74	277.658,74	10,73	9,24
Infra-Estrutura Urbana	2.165.700,00	2.165.700,00	262.567,23	262.567,23	122.404,03	122.404,03	4,73	5,65
Serviços Urbanos	839.500,00	839.500,00	475.952,97	475.952,97	155.254,71	155.254,71	6,00	18,49
Habitação	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	50.000,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	1.900,00	1.900,00	0,07	3,80
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00	20.000,00	20.000,00	1.900,00	1.900,00	0,07	7,60
Recursos Hídricos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.268.000,00	1.268.000,00	216.092,15	216.092,15	149.578,17	149.578,17	5,78	11,80
Abastecimento	530.000,00	530.000,00	133.344,12	133.344,12	92.070,14	92.070,14	3,56	17,37
Extensão Rural	348.000,00	348.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	150.000,00	150.000,00	46.631,32	46.631,32	21.391,32	21.391,32	0,83	14,26
Defesa Agropecuária	240.000,00	240.000,00	36.116,71	36.116,71	36.116,71	36.116,71	1,40	15,05
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	2.003.200,00	2.003.200,00	433.484,17	433.484,17	316.148,69	316.148,69	12,21	15,78
Transporte Rodoviário	2.003.200,00	2.003.200,00	433.484,17	433.484,17	316.148,69	316.148,69	12,21	15,78
Desporto e Lazer	445.000,00	445.000,00	44.261,37	44.261,37	35.701,37	35.701,37	1,38	8,02
Desporto Comunitário	445.000,00	445.000,00	44.261,37	44.261,37	35.701,37	35.701,37	1,38	8,02
Encargos Especiais	1.353.520,00	1.353.520,00	411.957,96	411.957,96	198.803,60	198.803,60	7,68	14,69
Serviço da Dívida Interna	305.500,00	305.500,00	48.991,19	48.991,19	48.991,19	48.991,19	1,89	16,04
Outros Encargos Especiais	1.048.020,00	1.048.020,00	362.966,77	362.966,77	149.812,41	149.812,41	5,79	14,29

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.940.780,00	22.967.172,33	5.362.324,05	5.362.324,05	2.588.794,87	2.588.794,87	100,00	11,27	20.378.377,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.940.780,00	22.967.172,33	5.362.324,05	5.362.324,05	2.588.794,87	2.588.794,87	100,00	11,27	20.378.377,46

FONTE:

IPUMIRIM, 25/03/2015

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.274.200,00	1.274.200,00	124.818,49	124.818,49	9,80
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	177.700,00	177.700,00	1.326,12	1.326,12	0,75
1.1.1- IPTU	173.100,00	173.100,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	1.135,61	1.135,61	51,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.400,00	2.400,00	190,51	190,51	7,94
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	149.700,00	149.700,00	21.872,61	21.872,61	14,61
1.2.1- ITBI	149.700,00	149.700,00	21.872,61	21.872,61	14,61
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	564.300,00	564.300,00	81.450,31	81.450,31	14,43
1.3.1- ISS	559.600,00	559.600,00	80.942,13	80.942,13	14,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	4.300,00	4.300,00	508,18	508,18	11,82
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	382.500,00	382.500,00	20.169,45	20.169,45	5,27
1.4.1- IRRF	382.500,00	382.500,00	20.169,45	20.169,45	5,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.694.950,00	18.694.950,00	3.319.731,44	3.319.731,44	17,76
2.1- Cota-Parte FPM	5.973.250,00	5.973.250,00	1.211.141,28	1.211.141,28	20,28
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.973.250,00	5.973.250,00	1.211.141,28	1.211.141,28	20,28
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.699.300,00	11.699.300,00	1.995.979,01	1.995.979,01	17,06
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	47.900,00	47.900,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	182.400,00	182.400,00	33.284,06	33.284,06	18,25
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	790.600,00	790.600,00	79.327,09	79.327,09	10,03
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	19.969.150,00	19.969.150,00	3.444.549,93	3.444.549,93	17,25
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	3.307,22	3.307,22	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	3.307,22	3.307,22	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	160.700,00	160.700,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	160.700,00	160.700,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	503.500,00	503.500,00	126.112,18	126.112,18	25,05
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	664.200,00	664.200,00	129.419,40	129.419,40	19,49
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.726.820,00	3.726.820,00	662.496,28	662.496,28	17,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.182.480,00	1.182.480,00	242.228,19	242.228,19	20,48
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.339.860,00	2.339.860,00	399.195,63	399.195,63	17,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.580,00	9.580,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	36.480,00	36.480,00	5.207,17	5.207,17	14,27
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	158.120,00	158.120,00	15.865,29	15.865,29	10,03
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.248.100,00	3.248.100,00	582.603,08	582.603,08	17,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.248.100,00	3.248.100,00	577.743,11	577.743,11	17,79
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	4.859,97	4.859,97	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-478.720,00	-478.720,00	-84.753,17	-84.753,17	17,70
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.646.551,88	2.649.234,88	181.755,08	181.755,08	6,86
13.1- Com Educação Infantil	379.000,00	379.000,00	26.694,02	26.694,02	7,04
13.2- Com Ensino Fundamental	2.267.551,88	2.270.234,88	155.061,06	155.061,06	6,83
14- OUTRAS DESPESAS	601.548,12	609.941,64	51.641,63	51.641,63	8,47
14.1- Com Educação Infantil	350.000,00	350.000,00	36.397,18	36.397,18	10,40
14.2- Com Ensino Fundamental	251.548,12	259.941,64	15.244,45	15.244,45	5,86
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.248.100,00	3.259.176,52	233.396,71	233.396,71	7,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					233.396,71
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					31,20
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					8,86
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					59,94
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.992.287,50	4.992.287,50	861.137,48	861.137,48	17,25
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.039.000,00	1.039.000,00	64.426,10	64.426,10	6,20
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.592.740,66	3.603.817,18	261.426,05	261.426,05	7,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.519.100,00	2.530.176,52	170.305,51	170.305,51	6,73
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.073.640,66	1.073.640,66	91.120,54	91.120,54	8,49
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.631.740,66	4.642.817,18	325.852,15	325.852,15	7,02
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-84.753,17
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.859,97
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-79.893,20
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					405.745,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					11,78
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	333.500,00	333.500,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	216.400,00	216.400,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	549.900,00	549.900,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.181.640,66	5.192.717,18	325.852,15	325.852,15	6,28

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	193.820,60	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	193.820,60	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		102.395,59	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		577.743,11	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		226.283,84	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		178.763,48	0,00
49.2 Restos a Pagar		47.520,36	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.859,97	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		458.714,83	0,00

IPUMIRIM, 25/03/2015

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA N º 106/2015

PORTARIA N º. 106/2015.

CONCEDE ADICIONAL POR ESPECIALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o artigo 38, da Lei Complementar n º 056/2012,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora MARLEM MARQUES DAL LAGO, ocupante do cargo de Professora Assistente (40 h/sem) do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, Adicional por Especialização, de acordo com a LC 056/2012 de 08 de Fevereiro de 2012.

Art 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 107/2015

PORTARIA N º. 107/2015.

CONCEDE ADICIONAL POR ESPECIALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o artigo 38, da Lei Complementar n º 056/2012,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora WILZA CARLA HENNING, ocupante do cargo de Professora de História (20 h/sem) do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, Adicional por Especialização, de acordo com a LC 056/2012 de 08 de Fevereiro de 2012.

Art 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 108/2015

PORTARIA N º 108/2015 de 24 de Março de 2015.

DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o processo instaurado pela Portaria nº 232/2014, de 02 de Maio de 2014;

CONSIDERANDO que no processo administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria nº. 232/2014, percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor indiciado;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que essa Autoridade Municipal tem, no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 232/2014;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 23 de Março de 2015, no qual restou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que o levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR a falta de caracterização de descumprimento das disposições contidas na LC 01/97, com relação aos deveres e proibições, imputáveis ao servidor JORGE NOGATH, não merecendo aplicação de sanções disciplinares e, determinar o arquivamento do presente Processo Administrativo Disciplinar, conforme artigo 170, parágrafo único e artigo 171 da Lei Complementar nº 01/97, vez que os fatos narrados não configura evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 109/2015

PORTARIA N º. 109/2015.

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título I, Capítulo IV, Artigo 5, Parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, conforme disposto na Lei n.º 1.767 de 19/12/2013 e, de acordo com o resultado final do edital n.º 002/2014 de 25/02/2014, homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1.º - NOMEAR a contar de 16/03/2015, NILTON RICARDO DONDA, nascido em 19/10/1983, portador do CPF n.º 045.971.059-13, RG. n.º 4.198.560 SESP/SC, para o desempenho da função pública de Conselheiro Tutelar.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 110/2015

PORTARIA N º. 110/2015.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/04/2015 à 29/06/2015, a servidora efetiva MARILENA MARQUES FIGURA.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 111/2015

PORTARIA N º. 111/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 31/07/2015, os efeitos da Portaria nº 306/2013 de 01/09/2013, com redação pela Portaria nº 414/2014, que dispõe sobre a contratação do servidor IVO WEINFURTER, para desempenhar em caráter temporário e excepcional, até o prazo acima mencionado, as atividades de Condutor de Balsa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a contar de 02/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 112/2015

PORTARIA Nº. 112/2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares, aos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	Alcir José Chaves	01/04 a 30/04/2015
2.	Angelita Nigrin	01/04 a 30/04/2015
3.	Clodoaldo Trukan	01/04 a 30/04/2015
4.	Eder Mauricio Senn	01/04 a 30/04/2015
5.	Francisco Kowodzeichack	01/04 a 30/04/2015
6.	Gilson Brand	01/04 a 20/04/2015
7.	Jaci Baggenstoss Binder	01/04 a 30/04/2015
8.	João Paulo Hacker	01/04 a 30/04/2015
9.	Liria de Fátima Theis	01/04 a 30/04/2015
10.	Reichardt Wagner	01/04 a 24/04/2015
11.	Viviane Renata Opautchak	01/04 a 30/04/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 26 de Março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015 - PR Nº 12/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - OBJETO: aquisição de material (8.000M³ de pedra basalto detonada, colocada no pátio da jazida) para manutenção e recuperação de estradas vicinais do Município. PROPONENTE: CETARB Comércio de Minérios Ltda. ME. VALOR: R\$ 12,00 o M³. Prazo: 12 (doze) meses.

Itaiópolis, 23 de março de 2015.
José Heraldo Schritke
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 12/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - OBJETO: aquisição de material (5.000M³ de pedra basalto detonada, colocada no pátio da jazida) para manutenção e recuperação de estradas vicinais do Município. CONTRATO Nº 48/2015. CONTRATADA: CETARB Comércio de Minérios Ltda. ME. Valor: R\$ 12,00 o m³, totalizando R\$ 60.000,00. PRAZO: 31/12/2015.

Itaiópolis, 24/03/2015.
José Heraldo Schritke
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO EDITAL - PR Nº 17/2015

Processo Licitatório nº 23/2015 - Pregão Presencial nº 17/2015 - Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de Transporte Escolar. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 10 de abril de 2015, até as 08hs30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 10 de abril de 2015, as 09:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 25 de março de 2015.
José Heraldo Schritke
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo sexto dia de março de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, ISABELA RAICIK DUTRA POHL, nomeados pelo(a) 2388/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 16/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ROÇADEIRA TRINCHA ARTICULADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	JOSÉ ANTONIO DE MOURA
LITOAGRI COM. DE MAQ. E EQUIP. AGRIC. LTDA.-ME	LIRIO DA SILVA
BRASIL PARTS PECAS PARA TRATORES LTDA. (ISS)	RODY CARLOS ALVES
FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	LUCIANO KULKAMP
CWR COMERCIAL LTDA ME	RUBILAN BRANCALHONI

Analisados os documentos foi visto que as empresas TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA e BRASIL PARTS PECAS PARA TRATORES LTDA o objeto do Contrato Social não condiz com o edital conforme item 4.1., portanto consideradas DESCLASSIFICADAS. As demais empresas foram achadas conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Ganhadora	Valor Total
FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R\$ 28.024,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 26 de março de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
VALERIO PACHECO Membro	ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro
BRASIL PARTS PECAS PARA TRATORES LTDA. (ISS) RODY CARLOS ALVES	FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA LUCIANO KULKAMP
CWR COMERCIAL LTDA ME RUBILAN BRANCALHONI	LITOAGRI COM. DE MAQ. E EQUIP. AGRIC.LTDA.-ME LIRIO DA SILVA
TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	

DECRETO MUNICIPAL Nº 2410/2015 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 1980/2013, QUE DISPÕE SOBRE A COMISSÃO IMOBILIÁRIA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2410/2015

Data: 18 de março de 2015.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 1980/2013, QUE DISPÕE SOBRE A COMISSÃO IMOBILIÁRIA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1 Fica incluído a alínea (d) no artigo 2º do Decreto Municipal nº 1980/2015, que passará a ter a seguinte redação:

(d) Avaliação: objetivando a indenização por danos materiais efetuados pela municipalidade em bens imóveis de terceiros.

Art. 2 Fica incluído § 3º no artigo 2º do Decreto Municipal nº 1980/2015, que passará a ter a seguinte redação:

§ 3º Nos casos previstos na alínea □d□, o processo será acompanhado de laudo técnico e parecer técnico da Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

Art. 3 Este decreto entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2416/2015 INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2416/2015

Data: 24 de março de 2015.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 44/2014, de 12 de agosto de 2014, e considerando OF. SME 55/2015,

DECRETA

Art.1º Fica instituída comissão para condução de Processo Administrativo Disciplinar - Processo nº 30/2015, nos termos da Lei Complementar nº 44/2014, de 12 de agosto de 2014, que será constituída pelos seguintes servidores:

- a. Izabel Correia da Silva
..... Presidente
- b. Priscila de Araújo Carneiro
..... Membro
- c. Sandra Regina Fernandes da Silva
..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar a conduta do servidor Ricardo Vinícius Brauer, no desempenho das funções do cargo de professor.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2417/2015 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2383/2015, QUE INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2417/2015

Data: 24 de março de 2015.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2383/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 44/2014, de 12 de agosto de 2014, e considerando Memorando nº 06/PAD nº 29/2015, da Comissão Disciplinar,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o caput Decreto Municipal nº 2383/2015, de 10 de fevereiro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- a. Sandra Regina Fernandes da Silva
..... Presidente
b. Priscila de Araújo Carneiro
Membro
c. Izabel Correia da Silva
..... Membro
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2418/2015 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2374/2015, QUE INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2418/2015

Data: 24 de março de 2015.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2374/2015, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 44/2014, de 12 de agosto de 2014, e considerando Memorando nº 06/2015, da Comissão Disciplinar - Processo nº 28/2015,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o caput Decreto Municipal nº 2374/2015, de 05 de fevereiro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- a. Leandro Machado da Silva
..... Presidente
b. Priscila de Araújo Carneiro Membro
c. Maria Nely dos Santos Silva
..... Membro
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2419/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2419/2015

Data: 26 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/18/2015, de 25 de março de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$

1.730.500,00 (Hum milhão setecentos e trinta mil e quinhentos reais), conforme segue:
Suplementações

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

05.01 Departamento de Administração

041220003.2015 Manutenção do Departamento de Administração
33390 Aplicações Diretas (424) DR 30000
..... R\$ 100.000,00

05.02 Departamento de Finanças

00401220003.2018 Manutenção do Departamento de Finanças
33390 Aplicações Diretas (423) DR 30000
..... R\$ 600.000,00

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

02708120016.1011 Construção de Complexo de Quadra Esportiva na Av. das Nações
34490 Aplicações Diretas (425) DR 30000
..... R\$ 380.000,00

08.02 Departamento de Lazer

02708120016.1009 Construção e Revitalização de Praças Esportivas e de Lazer
34490 Aplicações Diretas (426) DR 30000
..... R\$ 50.000,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

01504510009.1028 Pavimentação de Ruas
34490 Aplicações Diretas (427) DR 30000
..... R\$ 600.500,00

Total das Suplementações
..... R\$ 1.730.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA PATROLA GD 555 E A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 160.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 01/2015
Processo:17/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 25 Inciso I da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Inexigibilidade de Licitação nº 01/2015, Processo nº17/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: Mantomac Com. De Peças e Serviços Ltda CNPJ 79.879.318/002-25. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA PATROLA GD 555 E A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 160. Valor: R\$150.061,90 (cento e cinquenta mil sessenta e um reais e noventa centavos). Datada e assinada no dia 25 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 04/2015 - FME

ERRATA EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 04/2015 - FME:	
ONDE LÊ-SE 04/2015 – FME LEIA-SE 012/2015	VALOR: R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
Concedente: Fundo Municipal de Esportes CNPJ: 21.672.486/0001-84	Beneficiado: Associação Pró Tênis de Mesa - APTM CNPJ: 11.087.307/0001-98
Objeto: O presente Termo de Fomento visa estabelecer bases em regime de mutua cooperação, para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, a ser executado pelo FOMENTADO	Previsão orçamentária: Proj./Atividade: 2128. Manutenção das Ativ. de Esportivas Modalidade Aplicação: 212 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000
Lei de Autorização: Nº 4.555 / 2014	Data: Joaçaba, 24 de março de 2015.
Superintendente: Rony Edson Lenz	Presidente: Isac Luiz Ribeiro

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 08/2015 - FME

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 08/2015 - FME	VALOR: R\$ 15.300,00 (QUINZE MIL E TREZENTOS REAIS)
Concedente: Fundo Municipal de Esportes CNPJ: 21.672.486/0001-84	Beneficiado: Associação Joaçabense de Tênis - AJT CNPJ: 11.030.233/0001-53
Objeto: O presente Termo de Fomento visa estabelecer bases em regime de mutua cooperação, para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, a ser executado pelo FOMENTADO	Previsão orçamentária: Proj./Atividade: 2128. Manutenção das Ativ. de Esportivas Modalidade Aplicação: 212 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000
Lei de Autorização: Nº 4.555 / 2014	Data: Joaçaba, 24 de março de 2015.
Superintendente: Rony Edson Lenz	Presidente: Paulo Henrique Stroer

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 13/2015 - FME

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO 13/2015 - FME	VALOR: R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
Concedente: Fundo Municipal de Esportes CNPJ: 21.672.486/0001-84	Beneficiado: Associação Joaçaba de Esporte e Cultura - AJEC CNPJ: 06.066.796/0001-61

Objeto: O presente Termo de Fomento visa estabelecer bases em regime de mutua cooperação, para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, a ser executado pelo FOMENTADO	Previsão orçamentária: Proj./Atividade: 2128. Manutenção das Ativ. de Esportivas Modalidade Aplicação: 212 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000
Lei de Autorização: Nº 4.555 / 2014	Data: Joaçaba, 24 de março de 2015.
Superintendente: Rony Edson Lenz	Presidente: Everaldo Galhotto

EXTRATO PP 17/2015/PMJ - PL 27/2018/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 16/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 16/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 26 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO - SECRETÁRIO

HOMOLOG PL 6/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2015/FMS

O Secretário de Saúde Ademir Luiz Righi, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 06/2015/FMS - PP 04/2015 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde.

Empresas Vencedoras:

DOLDENPLUS-COM. DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES LTDA.

VALOR R\$ 4.640,00

LITORALM COM. DE PRODUTOS MEDICOS EIRELLI-ME

VALOR R\$ 40.320,00

VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PROD. HOSP. LTDA

VALOR R\$ 42.150,00

FISCAIS: LEDA FATIMA PAZA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 25 de março de 2015.

Ademir Luiz Righi

Secretário- FMS

PAUTA DA SESSÃO Nº 073/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 073/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.565 de 02 de maio de 2014, alterado pelo Decreto nº 4.629 de 05 de setembro de 2014 torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 06 de abril de 2015, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata de nº 89 de 16 de março de 2015;
2. Leitura, discussão e votação do Processo nº 136.852/2015 em nome de DANIEL ASSIS CARDOSO DE CASTRO, conforme relatório do Conselheiro DIRCEU ANTONIO BAZZO;
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 25 de março de 2015.

Graciela Glasenapp

Secretária do CMC

PORTARIA N.º 4105

PORTARIA Nº 4.105 DE 23 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ALEXANDRE MENEGOTTO DE MENDONÇA, Assessor de Cultura, nível CC-5, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal - Divisão de Cultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de março de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4106

PORTARIA Nº 4.106 DE 23 DE MARÇO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) VERONICA ARRUDA WOLFF, para exercer o cargo de Coordenador Programa Acessuas (Programa Municipal de Acesso ao Mundo do Trabalho), com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 248 de 09 de agosto de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial o disposto na Lei Complementar n.º 294 de 16 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de março de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4107

PORTARIA Nº 4.107 DE 23 DE MARÇO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) MARCELO JUNIOR DE LIMA KOCHHAN, para exercer o cargo de Técnico de nível médio Programa Acessuas (Programa Municipal de Acesso ao Mundo do Trabalho), com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 248 de 09 de agosto de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial o disposto na Lei Complementar n.º 294 de 16 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de março de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4108

PORTARIA Nº 4.108 DE 23 DE MARÇO DE 2015
"SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir servidor indicado para compor a Comissão Especial para acompanhar o processo seletivo n.º 002/2015 para contratação de Advogado e Engenheiro Agrônomo, por prazo determinado, no âmbito do Gabinete do Prefeito - Divisão da Procuradoria Jurídica e Divisão de Meio Ambiente.

Membro: Daniele Galvão Rodrigues
Substituto: Andre Luiz Dri

Art. 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4109

PORTARIA Nº 4.109 DE 24 DE MARÇO DE 2015
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se débito a ser inscrito em dívida ativa decorrente de acidente de trânsito ocorrido com o veículo GM/Astra Sedan, placas MCY 0501 conduzido pelo Sr. Carlos Zagonel conforme memorando da Procuradoria Jurídica.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4110

PORTARIA Nº 4.110 DE 24 DE MARÇO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria n.º 3.506/2015 com a finalidade de que se apure o pagamento irregular de regência de classe a professores que não atuam efetivamente no magistério municipal, na forma estabelecida no art. 55 da Lei Complementar n.º 210/2011, conforme documentação encaminhada pela procuradoria jurídica.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4111

PORTARIA Nº 4.111 DE 24 DE MARÇO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria n.º 3.664/2015 com a finalidade de que se apure o pagamento irregular de regência de classe a professores que não atuam efetivamente no magistério municipal, na forma estabelecida no art. 55 da Lei Complementar n.º 210/2011, conforme documentação encaminhada pela procuradoria jurídica.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

ATA REGISTRO 04/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, inf							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fralda descartável , polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos,.Tam. M(infantil)	UN	GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H (7959)	AMIGUINHOS	0	0,2100	1
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (8037)	BABY PIS	0	0,2200	2
			FIORENZANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8038)		0	0,3200	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)		0	0,4130	4
2	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero super absorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos. Tamanho GG (Adulto)	UN	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (8037)	DESCAPACK	0	0,8400	1
			VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT (8039)		0	0,8500	2
			GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H (7959)	POP FRAL	0	0,9900	3
3	Fralda descartável , polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos,.Tam. M(adulto).	UN	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (8037)	DESCAPACK	0	0,8400	1
			VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT (8039)		0	0,8500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015**

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 25/03/2015 Válido até: 25/03/2016**Objeto da Compra:** Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, inf

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H (7959)	POP FRAL	0	0,9900	3
4	Fralda descartável , polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos., Tam. P(adulto).	UN	VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT (8039)	VENEZA	0	0,8100	1
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (8037)	POP	0	0,8200	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)		0	0,9720	3
5	Fralda descartável , polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos., Tam. G(adulto).	UN	VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT (8039)	VENEZA	0	0,8300	1
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (8037)	DESCAPACK	0	0,8400	2
			GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H (7959)	POP FRAL	0	0,9900	3
6	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero super absorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos. Tamanho GG (Infantil).	UN	GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H (7959)	AMIGUINHOS	0	0,3000	1
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (8037)	BABY PIS	0	0,3100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 25/03/2015 Válido até: 25/03/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, inf						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			FIORENZANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8038)		0	0,3600
3						
7	Fralda descartável , polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliester, adesivos, elásticos,, TAMANHO G (INFANTIL)	UN	GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H (7959)	AMIGUINHOS	0	0,2800
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (8037)	BABY PIS	0	0,2900
			FIORENZANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8038)		0	0,3300
8	Fralda descartável , polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliester, adesivos, elásticos,, TAMANHO P (INFANTIL)	UN	GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H (7959)	AMIGUINHOS	0	0,2200
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (8037)	BABY PIS	0	0,2300

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, inf							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FIORENZANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8038)		0	0,2800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, inf							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015
PROCESSO Nº 6/2015

- (6772) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (7959) - GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H
- (8037) - LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME
- (8038) - FIORENZANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
- (8039) - VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT

Joaçaba, 25 de Março de 2015.

SIMAE**PORTARIA JHL 64/2015**

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/JHL/001/2015

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS

PORTARIA n.º JHL 064/2015, de 26/03/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Item XI 11.1, do Edital do Concurso Público SIMAE/JHL/001/2015, torna público a classificação final geral dos candidatos submetidos as condições do processo em tela:

AUXILIAR ADMINISTRATIVO								
Inscrição	Candidato	CE	R. SIMAE	CP	CM	T.P.O.	Total	Class.
0423	CARYANE FERREIRA RIBEIRO	2,10	1,50	1,00	1,80	6,40	6,40	1º
0409	ALESSANDRA MARCON ZANCHETTA	2,10	0,60	1,60	1,40	5,70	5,70	2º
0327	SANDRA APARECIDA BAGGIO	1,80	1,20	1,60	1,00	5,60	5,60	3º
0784	VINICIUS WALENDOWSKY	2,10	0,60	1,00	1,40	5,10	5,10	4º
0539	MIGUEL MAFRA ALVES	2,40	0,60	0,80	1,20	5,00	5,00	5º

PEDREIRO									
Inscrição	Candidato	CE	R. SIMAE	CP	CM	T.P.O.	Prática	Total	Class.
0751	LINDOLVANDER JOSÉ MACHADO	3,30	1,20	1,00	1,60	7,10	8,75	7,93	1º
0467	VANDERLEI NUNES FERREIRA	2,70	1,50	1,00	1,80	7,00	8,75	7,88	2º
1052	JOSE FERNANDO ESCANDIEL	2,70	0,60	0,80	1,60	5,70	10,00	7,85	3º
1073	GILBERTO DE OLIVEIRA	2,70	1,20	0,80	0,60	5,30	8,75	7,03	4º
0440	PAULO STRAUSS	2,40	0,30	1,00	1,60	5,30	8,75	7,03	5º
0456	PEDRO PAULO SILVA DA CRUZ	1,80	0,90	1,20	1,20	5,10	8,13	6,62	6º
1051	ANDRE SANTOS MICHELON	2,40	0,60	1,00	1,40	5,40	7,50	6,45	7º
1070	CLEDERSON RODRIGO ANTUNES LINS	2,70	0,60	0,40	1,40	5,10	7,50	6,30	8º

AUXILIAR DE OPERAÇÕES									
Inscrição	Candidato	CE	R. SIMAE	CP	CM	T.P.O.	Prática	Total	Class.
0210	EVANDRO CASTANHA	3,60	0,90	1,00	1,60	7,10	8,87	7,99	1º
1045	MATEUS LOPES DE BARBAS	3,90	0,90	0,80	1,00	6,60	9,12	7,86	2º
1078	EDUARDO BORGES DA SILVA	3,00	1,20	0,80	1,40	6,40	8,87	7,64	3º
1014	ROBERTO DA CAMARA	3,60	0,60	1,00	1,60	6,80	7,79	7,30	4º
0523	LASCITA CRISTINA BAU	3,60	0,60	0,80	1,00	6,00	8,37	7,19	5º
0588	ANDERSON BENITES AGUIRRA	3,60	0,90	0,80	0,80	6,10	8,24	7,17	6º
1065	RODRIGO BECHI CANUTO	3,00	0,60	0,60	1,00	5,20	8,91	7,06	7º
0703	MARCELO LUIZ DAHMER	2,40	0,60	0,80	1,20	5,00	8,24	6,62	8º
1066	EDNA ALVES CASSIANO CANUTO	1,80	0,60	1,40	1,20	5,00	7,91	6,46	9º
0754	LEONARDO JOSÉ MACHADO	3,30	0,60	0,80	0,60	5,30	7,16	6,23	10º

Joaçaba-SC, 26 de Março de 2015.

À vista do exposto, homologo o resultado final do Concurso Público Nº 001/2015, para todos os efeitos legais e com validade de dois anos a contar desta data.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE
Publique-se.

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900

CONTRATADO: RENE ALEXANDRE VOLKERT, inscrito no CPF sob n.º 287.498.479-53, RG nº 533.891-3, residente e domiciliado na Rua Josefina Amorim, 98 Bairro Sagrado Coração de Jesus, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Av. Papa João XXIII, 194 - Bairro Petrópolis, na cidade de Lages/SC, para transferência da Equipe de Manutenção da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

LAGES/SC 31 Dezembro de 2014

Antônio arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 066/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 066/2014 PML - 2º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.434.177/0001-04 com sede a Rua Frei Rogério, 11 CEP 88504-140 - Centro, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica das Ruas Edgar Schmidt Ramos, Senador Salgado Filho, Adolfo Fortunato da Silva e Francisco Santiago Dantas, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato,

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 6 (seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGENCIA CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de Dezembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 118/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: DH COMERCIO E TRANSPORTES LTDA inscrita no CNPJ n.º 04.132.042/0001-37 com sede a Rua Ernani Braga, 227 - São Paulo - Lages/SC CEP 88.506-550

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 62/2015, correlato a Pregão Presencial nº 29/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Leite para Consumo nas Unidades Escolares Municipais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: deverá ser entregue ponto-a-ponto, nos Centros de Educação Infantil e Pré-escolas, toda segunda e quinta-feira até às 11h e nas demais unidades escolares entrega única na segunda-feira até às 12h, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à Empresa vencedora.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais).

Lages, 26 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 90/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 90/2103 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ESTRUTURAL ADM LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.133.393/0001-08, com sede à Frei Gabriel, 280 - Lages - SC - CEP: 88.502-970.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO.

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de uma sala sita à Rua Frei Justino, 143 - centro. nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o Setor de Recursos Humanos da PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 31 de Dezembro de 2014.

Antônio arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 051/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 051/2014 PML- 4º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, com sede a Rodovia BR 282, nº 46 - São Sebastião - CEP: 88520-305 - Lages /SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica das Ruas Guerino Omizzolo, Fortunato Dias Batista, Hilda Schmidt Piccinini e Joaquim Borges de Melo, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato, assim identificadas:

- Lote 01 - Rua Guerrino Omizzolo;
- Lote 02 - Rua Fortunato Dias Batista;
- Lote 03 - Rua Hilda Schmidt Piccinini;
- Lote 04 - Rua Joaquim Borges de Melo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGENCIA CONTRATUAL:

Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 27/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 27/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MADEIREIRA FONTANA LTDA EPP. Inscrita no CNPJ sob n.º 83.216.598/0001-88, com sede a Rua Engenheiro Paulo Ribeiro, 505 - Área Industrial - Lages/SC. CEP: 88.514-010.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 10/2015, correlato ao Pregão nº 09/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.477,00 (três mil quatrocentos e quarenta e sete reais)

Lages, 25 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 28/2015 SAMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 28/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MAX RICARDO MARIN E CIA LTDA - EPP. Inscrita no CNPJ sob n.º 82.977.125/0001-30, com sede a Av. Luiz de Camões, 1062 - Coral - Lages/SC. CEP: 88.523-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 10/2015, correlato ao Pregão nº 09/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 23.272,35 (vinte e três mil duzentos e setenta e dois reais com trinta e cinco centavos)

Lages, 25 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 29/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 29/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Inscrita no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos, 86 - Centro - Lages/SC. CEP: 88.502-005.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 10/2015, correlato ao Pregão nº 09/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 67.100,80 (sessenta e sete mil e cem reais e oitenta centavos)

Lages, 25 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 30/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 30/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Inscrita no CNPJ sob n.º 08.093.667/0001-98, com sede a AV. Duque de Caxias, 1174 - Sagrado Coração de Jesus - Lages/SC. CEP: 88.508-001.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 10/2015, correlato ao Pregão nº 09/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 02(dois) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 46.291,00 (quarenta e seis mil duzentos e noventa e um reais)

Lages, 25 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

RERRATIFICAÇÃO PP 32-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE CAVALETES PARA USO EM DIVERSAS OBRAS DA SECRETARIA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento ao pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados o novo modelo do item a ser licitado. O novo modelo encontra-se disponibilizado no site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 26 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

TP 04-2015 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 04/2015 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Recuperação de Ruas

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 24/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 800.400,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 032/2015**

DECRETO Nº 032/2015.

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei 8.666, de 21 de setembro de 1993 e a Lei 8.883, de 08 de junho de 1994, DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Jair Fernandes Madeira, presidente da Comissão Permanente de Licitações, vigente até 60 (sessenta) dias a partir da publicação do presente decreto, com o retorno do Sr. Alan Jung Crocetta, do período de licença.

Parágrafo único. O presidente da Comissão Permanente de Licitações será substituído, em suas ausências e impedimentos, por Jair Fernandes Madeira.

Art. 2º. Fica o Presidente da Comissão autorizado a assinar os instrumentos licitatórios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº 033/2015

DECRETO Nº 033/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O DESASSOREAMENTO DE PARTE DO LEITO DO RIO TUBARÃO E DO RIO BONITO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, combinado com os artigos 9º e 63, incisos XXI e V, respectivamente da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a ocorrência de fortes precipitações na bacia do Rio Tubarão;

CONSIDERANDO o Rio Tubarão encontra-se bastante assoreado no centro urbano do município, no trecho compreendido entre as coordenadas geográficas 28º23'44.60" S e 49º23'46.60" O; 28º22'56.40" S e 49º22'05.38" O.

CONSIDERANDO o Rio Bonito também encontra-se assoreado nas proximidades do centro urbano do município, no trecho compreendido entre as coordenadas geográficas 28º23'46.92" S e 49º23'55.61" O; 28º24'3.32" S e 49º24'1.19" O.

CONSIDERANDO que o assoreamento impede a vazão das águas e ocasiona transbordamentos laterais atingindo estradas, residências e outras edificações;

CONSIDERANDO que a situação atual tem ocasionado insegurança, gerando conflitos e desestímulo à população;

CONSIDERANDO os prejuízos sociais e econômicos;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio tem a finalidade de proporcionar o aumento da secção transversal deste trecho do Rio Tubarão e no Rio Bonito;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio ocasionará a diminuição dos prejuízos econômicos e sociais, o aumento do nível de segurança da população;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio reduzirá os riscos frequentes de alagamento e dará tranquilidade e a melhorará a qualidade de vida da população envolvida;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, como medida preventiva e contenção de cheias, o desassoreamento de parte do leito do Rio Tubarão, no trecho compreendido entre as coordenadas geográficas 28º23'44.60" S e 49º23'46.60" O; 28º22'56.40" S e 49º22'05.38" O e do Rio Bonito no trecho compreendido entre as coordenadas geográficas 28º23'46.92" S e 49º23'55.61" O; 28º24'3.32" S e 49º24'1.19" O.

Art. 2º - As áreas dos leitos dos rios descritos no artigo anterior tem com o objetivo específico a limpeza, aprofundamento e alargamento de parte do leito do Rio Tubarão e do Rio Bonito.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 059/2013 de 26/08/2013.

LAURO MÜLLER, 26 DE MARÇO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

EDITAL DE PREGAO Nº13/FMS

EDITAL DE PREGAO Nº13/FMS
PROCESSO Nº13/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 09 de abril de 2015 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de materiais permanentes para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller - SC., para o ano de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 26 de março de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº14/FMS

EDITAL DE PREGAO Nº14/FMS
PROCESSO Nº14/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 09 de abril de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para aquisição de motocicleta, capacete e bau para atender as necessidades do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 26 de março de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 023/2015

DECRETO Nº 023/2015, 19 de Março de 2015.

“Aprova Desmembramento de terreno urbano localizado na Rua Ivens de Araujo, esquina com Rua Antonio Granemann de Souza, centro, na cidade de Lebon Régis-SC”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;
DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de lote nº1 da Quadra 52 sendo este de 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), constante da matrícula nº 2.846 do Cartório de Registro de Imóveis de Lebon Régis, localizado na Rua Ivens de Araujo, centro do Município de Lebon Régis, de propriedade de Manoel Fernandes Neto e Salete Teresinha Fernandes, com as seguintes medidas e confrontações:

FRENTE: Com Oeste na extensão de 50,00 metros e confronta com Rua Ivens de Araujo;

FUNDOS: Com leste na extensão de 50,00 metros e confronta Sr. Dorival Dias Pinto, sendo o Lote 02;

LADO DIREITO: Com Norte na extensão de 15,00 metros e confronta com Rua Antonio Granemann de Souza;

LADO ESQUERDO: Com Sul na extensão de 15,00 metros e confronta com Sr Dercílio Gomes das Almas, sendo o Lote nº11.

Art. 2º - Do imóvel original descrito acima será Desmembrado uma área de terra superficial de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), constituído pelo Lote 24, da quadra 52, tendo as seguintes confrontações:

FRENTE: Com Oeste na extensão de 25,00 metros e confronta com Rua Ivens de Araujo;

FUNDOS: Com Leste na extensão de 25,00 metros e confronta Sr. Dorival Dias Pinto, sendo o Lote 02;

LADO DIREITO: Com Norte na extensão de 15,00 metros e confronta com Rua Antonio Granemann de Souza;

LADO ESQUERDO: Com Sul na extensão de 15,00 metros e confronta com Lote Remanescente do Sr. Manoel Fernandes Neto , sendo o Lote nº 1.

Art. 3º - Do imóvel original descrito no Art. 1º , ficará uma área Remanescente, superficial de 375,00 m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), constituído pelo lote 1, da Quadra 52, tendo as seguintes confrontações:

FRENTE: Com Oeste na extensão de 25,00 metros e confronta com Rua Ivens de Araujo;

FUNDOS: Com Leste na extensão de 25,00 metros e confronta Sr. Dorival Dias Pinto sendo o Lote 02;

LADO DIREITO: Com Norte na extensão de 15,00 metros e confronta com área Desmembrada, Lote 24;

LADO ESQUERDO: Com Sul na extensão de 15,00 metros e confronta com Lote do Sr. Dercilio Gomes das Almas, sendo o Lote nº11.

Art.4º- A aprovação do desmembramento objeto do presente Decreto decorreu pelo cumprimento da parte do proprietário de todas as exigências do Plano Diretor Do Município, Lei Complementar Municipal n. 068/2010 possuindo lotes e originando áreas dentro das especificações ditas pela citada lei em especial está localizada no perímetro urbano, no qual, estão devidamente implantadas e ativas as redes de abastecimentos de água e de energia elétrica, Ficam fazendo parte integrante deste Decreto como se aqui estivessem transcritos o memorial descritivo e o

levantamento topográfico das áreas acima discriminadas, ambos de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Tito Hurbem de Melo - CREA/SC 071072-2.

Art.5º. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 19 de março de 2015.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 164/2015

PORTARIA Nº 164 DE 23 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário LUIZ SANDRO SOARES DOS SANTOS, Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 23/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 23 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 23 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 165/2015

PORTARIA Nº 165 DE 23 DE MARÇO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR A PEDIDO, ANDRE MEIRA, do cargo de Médico, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 09/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 23 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 166/2015

PORTARIA Nº 166 DE 23 DE MARÇO DE 2015
REVOGA A PORTARIA 150/15

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. REVOGAR a Portaria 150/15 de 10 de março de 2012, que exonera por aposentadoria a funcionária ENEDINA DE JESUS DIAS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 23 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 23 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 473/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0473/2015 de 24 de Março de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, ROSELI FERREIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 23/04/2015.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 24 de Março de 2015.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA - PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS/AMAUC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS/AMAUC.

O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, Estado de Santa Catarina, juntamente com o Consórcio Lambari para atender ao dispositivo na Lei nº. 12.305 de 02 de agosto de 2010; convoca a comunidade em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA META 04 - APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS/AMAUC elaborado com base nos dados levantados através de oficinas e visitas in loco, dos municípios que compõem a região da AMAUC, a realizar-se no dia 14 de Abril de 2015, às 14h00min, no Município de Lindóia do Sul, no Auditório da Câmara de Vereadores.

Lindóia do Sul, 26 de Março de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇOS 03/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015, na forma da Lei nº 8.666/93, objetivando a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de uma cobertura no pátio no Centro de Educação Infantil Roselene Fatima Bussolaro, localizado na Rua João Paulo II, foi DECLARADA DESERTA, no dia 26 de março de 2015. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 26 de março de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA - PL 029/2015 - DL 008/2015 - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 029/2014
Dispensa nº 008/2014

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação com o ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 83.518.860/0001-49, situado na Av. 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna (SC), para a locação das dependências do clube destinado os treinos de bolão atividade desenvolvida pelos grupos de idosos através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/SC.

Valor homologado: R\$ 4.320,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas em especial o disposto no art. 24, inciso X.

Luzerna (SC), 23 de março de 2015.
WALMOR S. DRESCH NETO STOHER
Gestor do FMAS

DECRETO 2016

DECRETO Nº 2016 de 26 de março de 2015.

“ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19 da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 6.599,42 (seis mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído a atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 3.52 - Piso Básico Fixo R\$ 6.599,42
Detalhamento de Recursos - 303 - Piso Básico Fixo

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de março de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 021/2015 - PP 012/2015- MATERIAL ESPORTIVO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 021/2015 - PML
Pregão nº 012/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 021/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço, para aquisição de quimonos e equipamentos para a execução das aulas de Judô, para atender aos alunos da Rede Municipal de Educação, conforme especificações constantes no Anexo I, deste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* RENATA IAFRATE TRAVISANI – EPP

* ANDRADE, PASSINI COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - ME

- Valor total: R\$ 12.500,00

Luzerna (SC), 24 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2015

O Prefeito Municipal de Macieira torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2015 que trata da Contratação de empresa com exclusividade de shows para apresentação de shows nacionais com ATAÍDE E ALEXANDRE e ANDRÉ E CRISTIANO na data de 12 de abril de 2015, incluso palco coberto, som e iluminação, geradores de energia, transporte, hospedagem, alimentação, camarim, vans para o traslado local, vinhetas para rádio e som de rua, artes organização de todo o evento juntamente com a Comissão Organizadora, destinados à festa em comemoração aos 23 anos de emancipação do município de Macieira, com especificações detalhadas do objeto e certificados de exclusividade de artistas apresentadas em anexo ao processo e no ofício de justificativa. CONTRATADA: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO - ME. Contrato Administrativo: 0018/2015. Valor da contratação: R\$ 79.400,00 (setenta e nove mil e quatrocentos reais). Fundamentação Legal: Artigo 25, I, da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Macieira, 25 de março de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão de Licitações

DECRETO 1482

DECRETO Nº 1482, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 58, VIII, da Lei Orgânica, c/c a Lei 546 de 25 de Outubro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. - A criação de programa de apoio e incentivo aos agricultores e pecuaristas, proporciona dentre outros incentivos, a entrega de doses de vacina para IBR, BVD e leptospirose para objetivar melhoramento na fertilização, buscando também qualificar e estruturar a raça/espécie do gado com o intuito de fortalecer o gado e aumentar a produção do leite.

Parágrafo Único: O decreto deverá atender às diretrizes dos artigos abaixo e atender à Lei 546/2011 pertinente ao incentivo.

Art. 2º. - Será fornecido aos pecuaristas leiteiros a vacina de acordo com o período apropriado para a vacinação, para o melhoramento e fortalecimento do gado leiteiro visando o aumento da produção de leite.

Parágrafo primeiro - A distribuição da vacina deverá observar os seguintes critérios:

- a) O agricultor/produtor interessado deverá manter cadastro na Secretaria de Agricultura para receber os benefícios, apoio e incentivo deste Decreto;
- b) Terão direito a vacina somente os produtores de leite, sendo os animais devidamente registrados na CIDASC como gado de leite;
- c) As vacinas serão destinadas para fêmeas e toros que estejam em idade reprodutiva e sejam destinados a produção de leite;
- d) A aplicação e controle das vacinas, ficam por conta do médico veterinário da prefeitura municipal;

Art. 3º - As despesas com a manutenção e conservação das vacinas serão por conta da municipalidade.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Macieira SC.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 83.102.509/0001-72

TRANSPORTES COLETIVOS NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA

Nota Fiscal nº. 630 R\$ 25.668,70

Nota Fiscal nº. 631 R\$ 18.242,27

Nota Fiscal nº. 632 R\$ 23.635,11

Valor total: R\$ 67.546,08

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar da Prefeitura Municipal, através da secretaria Municipal de Educação, não podendo, desta forma, sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 27 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 10.539.768/0001-91

BUTIAZINHO TRANSPORTES LTDA ME

Nota Fiscal nº. 005 R\$ 4.654,88

Nota Fiscal nº. 006 R\$ 3.247,59

Nota Fiscal nº. 007 R\$ 5.142,02

Valor total: R\$ 13.044,49

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar da Prefeitura Municipal, através da secretaria Municipal de Educação, não podendo, desta forma, sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 27 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CPF: 005.036.859-17

PAULO HENRIQUE PATROCINI DA SILVA

Recibo nº. 005/008 R\$ 4.826,03

Valor Total: R\$ 4.826,03

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que o supracitado presta serviços de consultoria e assistência técnica especializada em engenharia clínica para implementação e execução do projeto básico da UPA 24 horas, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 27 de março de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 80.858.053/0001-87

VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA

Nota Fiscal nº. 637 R\$ 27.291,54

Nota Fiscal nº. 635 R\$ 23.684,93

Nota Fiscal nº. 640 R\$ 10.861,16

Valor total: R\$ 61.837,63

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar da Prefeitura Municipal, através da secretaria Municipal de Educação, não podendo, desta forma, sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 27 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 04.744.641/0001-01

STYLLUS TRANSPORTES COLETIVO LTDA EPP

Nota Fiscal nº. 003 R\$ 22.842,86

Valor total: R\$ 22.842,86

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar da Prefeitura Municipal, através da secretaria Municipal de Educação, não podendo, desta forma, sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 27 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos eletrônicos e câmeras de segurança, destinados a Polícia Militar através do FUMMPOM, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 10/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 26 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS aquisição de pneus, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Educação, através do Fundo Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 09/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 26 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Mauricio Kalil

Pregoeiro Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 15/2015 TP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 15/2015 - Tomada de Preços - Técnica e Preço

Objeto: Contratação de serviços de Agência de Publicidade, conforme projeto básico Briefing, no município de Maracajá.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 14h do dia 28 de abril de 2015

Abertura da Sessão: a partir das 14h15min do dia 28 de abril de 2015.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis, através do e-mail licitacao@maracaja.sc.gov.br, ou do site www.maracaja.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3523-1111.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 13/2015_TP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

LICITAÇÃO Nº 13/2015 - TP

Objeto: Construção de trilha de suspensão no Parque Ecológico
A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 13/2015 - Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO da única empresa participante: CONSTRUTORA IRMÃOS WILLEMANN LTDA ME, com o valor global de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

Maracajá, 25 de março de 2015.
Itaionara Tramontin Recco
Presidente da Comissão de Licitação

Maravilha

PREFEITURA

EDITAL 03-2015 RUA SÃO JOSÉ - COBRANÇA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 003/2015

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal n.º 1942/93, Lei Complementar n.º 40/2011 de 19 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 058/2013 de 13 de novembro de 2013, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público municipal, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação com pedra irregulares (calçamento), compreendendo a seguinte via pública da cidade de Maravilha:

1 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA:

RUA SÃO JOSÉ: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 19+17,20m, ou seja, da Rua Nidolfo Carlos Mattje até o final), totalizando uma área de (6.678,75m²).

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação com pedras de basalto irregulares (calçamento) em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 1245/2012 na modalidade de Tomada de Preço n. 006/2012, e de acordo com o orçamento individual de cada trecho da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

As obras compreenderam os seguintes serviços:

1. Terraplenagem;
2. Drenagem pluvial;
3. Pavimentação;
4. Sinalização viária;
5. Passeio.

3 CUSTO TOTAL DA OBRA

O custo total para a realização da obra com as melhorias realizadas, de acordo com a planilha quantitativa e orçamentária publicada no Edital de Contribuição de melhoria nº. 004/2012 de 05 de junho de 2012 foi de R\$ 280.833,40 (duzentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta centavos) com o custo de R\$ 42,05 (quarenta e dois reais e cinco centavos) por metro quadrado de área pavimentada.

4 DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (item 3 do edital) computadas as despesas de estudo, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios dela decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis da zona de influência.

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de 10% (dez por cento) do valor da obra. O Município participa no custo da obra com a importância de 90% (noventa por cento) do valor da obra.

5 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra da rua e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo, realizado por comissão designada.

6 FORMAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos poderão ser efetuados nas seguintes formas:

Em 03 (três) parcelas mensais consecutivas, com desconto de 15% (quinze por cento), ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas fixas sem desconto. O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de junho de 2015.

7 OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convir.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e a respectiva valorização, conforme anexo I do presente edital.

Os proprietários dos imóveis beneficiados com a obra de que trata este edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte na Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 26 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

ANEXO I

AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015

Laudo de avaliação de imóveis, após a conclusão da Obra Pública (calçamento), localizados na RUA SÃO JOSÉ: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 19+17,20m, ou seja, da Rua Nidolfo Carlos Mattje até o final), totalizando uma área de (6.678,75m²), com área total de (1.662,10m²), conforme parecer da Comissão Especial de Avaliação, designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra	Valorização	Valor venal territorial após a obra (calçamento)	Valor da Contribuição de Melhoria
281700-0	Município de Maravilha	P/QD	93	R\$ 415.296,00	R\$ 30.821,97	R\$ 446.117,97	R\$ 2.880,53
282200-0	Teresinha Luci Seibert	81	12A1	R\$ 22.248,00	R\$ 2.010,13	R\$ 24.258,13	R\$ 154,31
282202-0	Marcos Ferreira de Salles/ Rosani Slys N. de Salles	81	12A2	R\$ 22.248,00	R\$ 2.010,13	R\$ 24.258,13	R\$ 154,31
282201-0	Carmes Maria Tecchio	81	12-B	R\$ 29.664,00	R\$ 2.680,17	R\$ 32.344,17	R\$ 205,75
282300-0	Ivanor Jaci Machado	81	11	R\$ 143.870,40	R\$ 2.680,17	R\$ 146.550,57	R\$ 997,90
282400-0	Adelar Ianke	81	96-A	R\$ 29.664,00	R\$ 1.340,09	R\$ 31.004,09	R\$ 205,75
282401-0	Cirinita Bruch / Fatima A. Bueno	81	96-B	R\$ 29.664,00	R\$ 1.340,09	R\$ 31.004,09	R\$ 205,75
282402-0	Deonildo Jairo Glinke	81	96-C	R\$ 29.664,00	R\$ 1.340,09	R\$ 31.004,09	R\$ 205,75
282403-0	Esp. De Martha Bruch	81	96-D	R\$ 124.588,80	R\$ 670,04	R\$ 125.258,84	R\$ 864,16
282404-0	Sergio Bruch e Outros	81	96-E	R\$ 105.307,20	R\$ 670,04	R\$ 105.977,24	R\$ 730,42
282405-0	Pedro Vandesir Ripplinger	81	96-F	R\$ 29.664,00	R\$ 1.340,09	R\$ 31.004,09	R\$ 205,75
282406-0	João Pedro Nunes	81	96-G	R\$ 29.664,00	R\$ 1.340,09	R\$ 31.004,09	R\$ 205,75
282500-0	Luiz Walczacki	81	A/B 95	R\$ 79.722,00	R\$ 2.881,18	R\$ 82.603,18	R\$ 552,96
282502-0	Altair Claudio Wanscher, Laudemar de Souza, Neli T. Wanscher	81	95-C	R\$ 116.802,00	R\$ 670,04	R\$ 117.472,04	R\$ 810,15
282503-0	Moises Lima da Cruz e Jorge M.	81	95-D	R\$ 123.847,20	R\$ 670,04	R\$ 124.517,24	R\$ 859,01
282504-0	Pedro Bertolo	81	95-E-F	R\$ 81.576,00	R\$ 2.948,19	R\$ 84.524,19	R\$ 565,82
282600-0	Luiz Gnoatto	81	94	R\$ 357.451,20	R\$ 6.432,41	R\$ 363.883,61	R\$ 2.479,31
285900-0	Município de Maravilha	80	A p/6e7	R\$ 30.257,28	R\$ 1.608,10	R\$ 31.865,38	R\$ 209,87
285901-0	Darci Schmidt	80	B p/6e7	R\$ 27.408,05	R\$ 1.456,67	R\$ 28.864,72	R\$ 190,10
285902-0	Berberina Fatima Vargas Priebe	80	C p/6e7	R\$ 27.408,05	R\$ 1.456,67	R\$ 28.864,72	R\$ 190,10

285903-0	Adriane Wenzel	80	D p/6e7	R\$ 27.408,05	R\$ 1.456,67	R\$ 28.864,72	R\$ 190,10
285904-0	Ireno Irio Haack	80	E p/6e7	R\$ 27.408,05	R\$ 1.456,67	R\$ 28.864,72	R\$ 190,10
285905-0	Salete Emilia Braganholo	80	F p/6e7	R\$ 27.462,93	R\$ 1.459,35	R\$ 28.922,28	R\$ 190,49
286000-0	Ivanete Muler	80	G p/6e7	R\$ 34.399,86	R\$ 1.608,10	R\$ 36.007,96	R\$ 238,60
281508-0	Rui Eduardo Billig	79	91-I	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281509-0	Alcino Gass	79	91-J	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281510-0	Luis Carlos Carvalho	79	91-L	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281511-0	José Rodrigues	79	91-M	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281512-0	Nelson Fischer de Mattos	79	91-N	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281513-0	Maria Geneci de Campos	79	91-O	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281514-0	Clodomiro Alves Lima	79	91-P	R\$ 51.912,00	R\$ 2.680,17	R\$ 54.592,17	R\$ 360,07
281608-0	Armando Lang	79	92-I	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281609-0	Nelci João Alves dos Santos	79	92-J	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281610-0	Carlos Cesar Rukhaber	79	92-L	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281611-0	Pedro Luiz Giehl	79	92-M	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281612-0	Edilse Poncio dos Santos	79	92-N	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281613-0	Rogério Drehmer e Mariana Magalski	79	92-O	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281614-0	Janice Lindemann Hermann	79	92-P	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
281615-0	Ademar Cezar Wanscher	79	92-Q	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
285702-0	Lusimar Rosa da Silva	80	4-B	R\$ 22.248,00	R\$ 2.680,17	R\$ 24.928,17	R\$ 154,31
285703-0	Lusimar Rosa da Silva	80	C/4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.340,09	R\$ 23.588,09	R\$ 154,31
285704-0	Clauderli Piltz - Silvia Regina Crestani	80	D/4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.340,09	R\$ 23.588,09	R\$ 154,31
285705-0	Sinesio Jose Konradt	80	E4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.340,09	R\$ 23.588,09	R\$ 154,31
285706-0	Vanduir Gass	80	F4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.340,09	R\$ 23.588,09	R\$ 154,31
285707-0	Salete Frumi / Sidnei Facco	80	G4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.340,09	R\$ 23.588,09	R\$ 154,31
285708-0	Salete Frumi / Sidnei Facco	80	H4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.340,09	R\$ 23.588,09	R\$ 154,31
285700-0	Claudir Muller	80	I4-5	R\$ 25.473,96	R\$ 1.728,71	R\$ 27.202,67	R\$ 176,69
271304-0	Sebastião Alves	78	53-E	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271206-0	Anildo Herpich	78-A	52-G	R\$ 22.248,00	R\$ 4.020,26	R\$ 26.268,26	R\$ 154,31
271207-0	Lourenço Estanislau Schneider	78-A	52-H	R\$ 22.248,00	R\$ 4.020,26	R\$ 26.268,26	R\$ 154,31
271220-0	Salete Carbolim Ferreira	78	G	R\$ 22.248,00	R\$ 4.020,26	R\$ 26.268,26	R\$ 154,31
271401-0	Valdir Rodrigues França	78	54-B	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271402-0	Município de Maravilha / Marlene de Fátima Amado	78	54-C	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271403-0	Raul Ferraz Correa	78	54-D	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271404-0	Município de Maravilha / Raimundo Luchini	78	54-E	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271405-0	Arsemildo Antonio Kistenmacher	78	54-F	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271406-0	Leandro José Schallenberger	78	54-G	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271407-0	Rosimar Aldair Kopsel	78	54-H	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271408-0	Município de Maravilha	78	54-I	R\$ 25.956,00	R\$ 1.340,09	R\$ 27.296,09	R\$ 180,03
271600-0	Dovilio Leida	82	57	R\$ 345.956,40	R\$ 8.040,51	R\$ 353.996,91	R\$ 2.399,58
271700-0	Gilmar Zanatta	82	56	R\$ 442.364,40	R\$ 8.040,51	R\$ 450.404,91	R\$ 3.068,28
271800-0	Francisco dos Santos	82	55-A	R\$ 56.732,40	R\$ 2.010,13	R\$ 58.742,53	R\$ 393,50
271801-0	Jorge Schwerz	82	55-B	R\$ 54.841,32	R\$ 1.943,12	R\$ 56.784,44	R\$ 380,38
271802-0	Marli Alves	82	55-C	R\$ 28.922,40	R\$ 2.010,13	R\$ 30.932,53	R\$ 200,61
271803-0	Iracema Olinda do Nascimento e Filhos	82	55-D	R\$ 29.886,48	R\$ 2.077,13	R\$ 31.963,61	R\$ 207,30
271500-0	Maria Kviatkoski	82	58-A	R\$ 66.744,00	R\$ 2.412,15	R\$ 69.156,15	R\$ 462,94
271501-0	Juliana Fischer de Mattos	82	58-B	R\$ 44.496,00	R\$ 1.608,10	R\$ 46.104,10	R\$ 308,63
271502-0	Bruno Selmo Graeff e Áurea Maria Graeff	82	58-C	R\$ 54.693,00	R\$ 1.976,63	R\$ 56.669,63	R\$ 379,36
271503-0	Maria Rabuske	82	58-D	R\$ 54.693,00	R\$ 1.976,63	R\$ 56.669,63	R\$ 379,36

EDITAL 04-2015 RUA ELOI LUIS DADAN - COBRANÇA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 004/2015

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei nº 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal nº 1942/93, Lei Complementar nº 40/2011 de 19 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 058/2013 de 13 de novembro de 2013, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público municipal, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação com pedra irregulares (calçamento), compreendendo a seguinte via pública da cidade de Maravilha:

1 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA:

RUA ELOI LUIZ DADAN: (trecho compreendido entre a estaca 26+00 até 33+16,80m, ou seja, da Rua Gov. Pedro Ivo até a Rua São José), totalizando uma área de (1.662,10m²).

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação com pedras de basalto irregulares (calçamento) em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 1247/2012 na modalidade de Tomada de Preço nº 008/2012, e de acordo com o orçamento individual de cada trecho da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

As obras compreenderam os seguintes serviços:

1. Terraplenagem;
2. Drenagem pluvial;
3. Pavimentação;
4. Sinalização viária;
5. Passeio.

3 CUSTO TOTAL DA OBRA

O custo total para a realização da obra com as melhorias realizadas, de acordo com a planilha quantitativa e orçamentária publicada no Edital de Contribuição de melhoria nº. 005/2012 de 05 de junho de 2012 foi de R\$ 69.102,37 (sessenta e nove mil, cento e dois reais e trinta e sete centavos) com o custo de R\$ 41,57 (quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos) por metro quadrado de área pavimentada.

4 DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (item 3 do edital) computadas as despesas de estudo, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios dela decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis da zona de influência.

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de 10% (dez por cento) do valor da obra. O Município participa no custo da obra com a importância de 90% (noventa por cento) do valor da obra.

5 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra da rua e, individualmente, o valor da efetiva valorização

ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo, realizado por comissão designada.

6 FORMAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos poderão ser efetuados nas seguintes formas:

Em 03 (três) parcelas mensais consecutivas, com desconto de 15% (quinze por cento), ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas fixas sem desconto. O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de junho de 2015.

7 OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convir.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e a respectiva valorização, conforme anexo I do presente edital.

Os proprietários dos imóveis beneficiados com a obra de que trata este edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte na Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 26 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

ANEXO I

AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 004/2015

Laudo de avaliação de imóveis, após a conclusão da Obra Pública (calçamento), localizados na RUA ELOI LUIZ DADAN: (trecho compreendido entre a estaca 26+00 até 33+16,80m, ou seja, da Rua Gov. Pedro Ivo até a Rua São José), com área total de (1.662,10m²), conforme parecer da Comissão Especial de Avaliação, designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra	Valorização	Valor venal territorial após a obra (calçamento)	Valor da Contribuição de Melhoria
285701-0	Francisco Muller e Fatima Soares	80	4-A	R\$ 22.248,00	R\$ 5.710,94	R\$ 27.958,94	R\$ 343,00
285702-0	Lusimar Rosa da Silva	80	4-B	R\$ 22.248,00	R\$ 5.710,94	R\$ 27.958,94	R\$ 343,00
285600-0	Valdecir Silveira Martins	80	1-A	R\$ 37.080,00	R\$ 9.518,23	R\$ 46.598,23	R\$ 457,33
285601-0	Celio Kafer Feil	80	1-B	R\$ 37.080,00	R\$ 9.518,23	R\$ 46.598,23	R\$ 457,33
285301-0	Município de Maravilha / Catarina f. Rodrigues	66	J - 1	R\$ 22.248,00	R\$ 5.710,94	R\$ 27.958,94	R\$ 457,33
285316-0	Jani Rosalia Enck	66	106-I	R\$ 22.248,00	R\$ 5.710,94	R\$ 27.958,94	R\$ 457,33
281700-0	Município de Maravilha	P/QD	93	R\$ 17.056,80	R\$ 4.378,39	R\$ 21.435,19	R\$ 1.600,65

EDITAL 05-2015 RUA IGUAÇU - COBRANÇA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 005/2015

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal n.º 1942/93, Lei Complementar n.º 40/2011 de 19 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 058/2013 de 13 de novembro de 2013, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público municipal, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação com pedra irregulares (calçamento), compreendendo a seguinte via pública da cidade de Maravilha:

1 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA:

RUA IGUAÇU: trecho 01: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 4+19,43m, ou seja da Rua Nidolfo Carlos Mattje até a Rua São Jorge), com área de (994,36m²); trecho 02: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 12+4,50m, ou seja da Rua Prefeito Baldissera até a Rua Eloi Luiz Dadan), com área de (1.470,15m²); trecho 03: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 5,0+0,00m, ou seja da Rua Eloi Luiz Dadan até o final) com área de (1.022,76m²), totalizando uma área de (3.487,27m²).

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação com pedras de basalto irregulares (calçamento) em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 1247/2012 na modalidade de Tomada de Preço n. 008/2012, e de acordo com o orçamento individual de cada trecho da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

As obras compreenderam os seguintes serviços:

1. Terraplenagem;
2. Drenagem pluvial;
3. Pavimentação;
4. Sinalização viária;
5. Passeio.

3 CUSTO TOTAL DA OBRA

O custo total para a realização da obra com as melhorias realizadas, de acordo com a planilha quantitativa e orçamentária publicada no Edital de Contribuição de melhoria nº. 003/2012 de 05 de junho de 2012, foi de R\$ 138.234,21 (cento e trinta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos) sendo: trecho 1: R\$ 32.075,66 (trinta e dois mil, setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) com o custo de R\$ 32,26 (trinta e dois reais e vinte e seis centavos) por metro quadrado de área pavimentada; trecho 2: R\$ 69.970,53 (sessenta e nove mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e três centavos) com o custo de R\$ 47,59 (quarenta e sete mil e cinquenta e nove centavos) por metro quadrado de área pavimentada; trecho 3: R\$ 36.188,02 (trinta e seis mil, cento e oitenta e oito reais e dois centavos) com o custo de R\$ 35,38 (trinta e cinco reais e trinta e oito centavos) por metro quadrado de área pavimentada.

4 DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (item 3 do edital) computadas as despesas de estudo, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios dela decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis da zona de influência.

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de 10% (dez por cento) do valor da obra. O Município participa no custo da obra com a importância de 90% (noventa por cento) do valor da obra.

5 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra da rua e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo, realizado por comissão designada.

6 FORMAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos poderão ser efetuados nas seguintes formas:

Em 03 (três) parcelas mensais consecutivas, com desconto de 15% (quinze por cento), ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas fixas sem desconto. O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de junho de 2015.

7 OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convir.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e a respectiva valorização, conforme anexo I do presente edital.

Os proprietários dos imóveis beneficiados com a obra de que trata este edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte na Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 26 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

ANEXO I**AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2015**

Laudo de avaliação de imóveis, após a conclusão da Obra Pública (calçamento), localizados na RUA IGUAÇU: trecho 01: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 4+19,43m, ou seja da Rua Nidolfo Carlos Mattje até a Rua São Jorge), com área de (994,36m²); trecho 02: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 12+4,50m, ou seja da Rua Prefeito Baldissera até a Rua Eloi Luiz Dadan), com área de (1.470,15m²); trecho 03: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 5,0+0,00m, ou seja da Rua Eloi Luiz Dadan até o final) com área de (1.022,76m²), totalizando uma área de (3.487,27m²), conforme parecer da Comissão Especial de Avaliação, designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Cadastro	Proprietários	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra	Valorização R\$	Valor venal territorial após a obra (calçamento)	Valor da Contribuição de Melhoria
TRECHO 01							
259503-0	José Analicio Antonio Gonçalves	70	27-D	R\$ 88.103,40	R\$ 4.248,14	R\$ 92.351,54	R\$ 424,81
259504-0	Olindo Fontana Bittencourt	70	27-E	R\$ 94.396,50	R\$ 4.551,58	R\$ 98.948,08	R\$ 455,16
259603-0	Cleiton Fernandes dos Santos / Ediane Matte	70	29-D	R\$ 40.047,00	R\$ 1.930,97	R\$ 41.977,97	R\$ 193,10
259602-0	Marisiane Lisboa	70	29-C	R\$ 38.583,38	R\$ 1.860,40	R\$ 40.443,78	R\$ 186,04
259601-0	Dirceo Turmina	70	29-B	R\$ 71.593,55	R\$ 3.452,07	R\$ 75.045,62	R\$ 345,21
259600-0	Dirceo Turmina	70	29-A	R\$ 80.111,16	R\$ 3.862,77	R\$ 83.973,94	R\$ 386,28
260100-0	Anildo Herpich	77	A	R\$ 81.714,95	R\$ 3.940,10	R\$ 85.655,05	R\$ 394,01
260101-0	Anildo Herpich	77	B	R\$ 36.709,75	R\$ 1.770,06	R\$ 38.479,81	R\$ 177,01
260102-0	Nevio José Marostica	77	C	R\$ 36.709,75	R\$ 1.770,06	R\$ 38.479,81	R\$ 177,01
260103-0	Evandro Ademir Pietsch e Ivanice Freytag Pietsch	77	D	R\$ 36.709,75	R\$ 1.770,06	R\$ 38.479,81	R\$ 177,01
260104-0	Clairton Neiland	77	E	R\$ 36.709,75	R\$ 1.770,06	R\$ 38.479,81	R\$ 177,01
260007-0	Maria Rosa Nunes de Siqueira	77	31-G	R\$ 23.837,50	R\$ 1.149,39	R\$ 24.986,89	R\$ 114,94
TRECHO 02							
281507-0	Município de Maravilha	79	91-H	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80

281506-0	Imblusina da Rosa	79	91-G	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281505-0	Adolfo Arndt	79	91-F	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281504-0	Esp. De Emilia Veiga da Costa	79	91-E	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281503-0	Ari Ribeiro	79	91-D	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281502-0	Claudio Rachel	79	91-C	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281501-0	Evaristo Rodrigues Franca	79	91-B	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281500-0	Lourdes Schappo	79	91-A	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281700-0	Município de Maravilha	P/QD	93	R\$ 415.296,00	R\$ 22.847,52	R\$ 438.143,52	R\$ 2.284,75
281600-0	Lauro Borges Cavalheiro	79	92-A	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281601-0	Tarci Roque de Oliveira	79	92-B	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281602-0	Vilivaldo Arnaldo Schapp	79	92-C	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281603-0	Teresinha Salet de Campos	79	92-D	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281604-0	Valdecir Silveira Martins	79	92-E	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281605-0	Ademir Muller	79	92-F	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281606-0	Suely Cililde Gudiel	79	92-G	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
281607-0	Vilivaldo Arnaldo Schappo	79	92-H	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280901-0	Município de Maravilha / Antonio da Silva	67	B	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280902-0	Município de Maravilha / Gema Laskowski	67	C	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280903-0	Município de Maravilha	67	D	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280904-0	Município de Maravilha / Edi José Becker	67	E	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280905-0	Município de Maravilha	67	F	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280906-0	Município de Maravilha / Clerio Pimel	67	G	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280907-0	Município de Maravilha / Margarete de Souza	67	H	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280908-0	Joel da Luz	67	I	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280909-0	Ivanira Greff	67	J	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280910-0	Alvicio de S. Leite, Alcimir A. S. Leite e Alair S. L. dos Santos	67	L	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280911-0	Esp. De Olga Trocha Kommers	67	M	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280912-0	Nilva Pandolfo	67	N	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280913-0	Pedro Vandesir Ripplinger	67	O	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
28014-0	Selvina Alionça de Oliveira	67	P	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280915-0	Silvestre Alberti	67	Q	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280916-0	Nadir Pereira Drews	67	R	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
280917-0	Município de Maravilha	67	S	R\$ 25.956,00	R\$ 1.427,97	R\$ 27.383,97	R\$ 142,80
TRECHO 03							
285301-0	Município de Maravilha / Catarina F. Rodrigues	66	J1	R\$ 22.248,00	R\$ 1.883,86	R\$ 24.131,86	R\$ 188,39
285302-0	Município de Maravilha / Rosemar Wilsmann	66	J2	R\$ 22.248,00	R\$ 1.883,86	R\$ 24.131,86	R\$ 188,39
285303-0	Município de Maravilha / Otilia de Andrade	66	J3	R\$ 22.248,00	R\$ 1.883,86	R\$ 24.131,86	R\$ 188,39
285304-0	Joacir Felski	66	J4	R\$ 22.248,00	R\$ 1.883,86	R\$ 24.131,86	R\$ 188,39
285305-0	Município de Maravilha / Hilda Ivanila Kepsele	66	J5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.883,86	R\$ 24.131,86	R\$ 188,39
285306-0	Município de Maravilha / Maria Ivonete Abeck	66	J6	R\$ 22.248,00	R\$ 1.883,86	R\$ 24.131,86	R\$ 188,39
285307-0	Beno Wenzel	66	J7	R\$ 22.248,00	R\$ 1.883,86	R\$ 24.131,86	R\$ 188,39
285308-0	Altair Auri Arendt	66	J8	R\$ 22.248,00	R\$ 1.883,86	R\$ 24.131,86	R\$ 188,39
285600-0	Valdecir Silveira Martins	80	1-A	R\$ 37.080,00	R\$ 3.139,76	R\$ 40.219,76	R\$ 313,98
285500-0	Jacir Alberto Dreckslar	80	G	R\$ 29.664,00	R\$ 2.511,81	R\$ 32.175,81	R\$ 251,18
285501-0	Micheli Maria Robert	80	F	R\$ 29.664,00	R\$ 2.511,81	R\$ 32.175,81	R\$ 251,18
285404-0	Vanderlei Lang	80	E	R\$ 29.664,00	R\$ 2.511,81	R\$ 32.175,81	R\$ 251,18
285400-0	Saleta Frumi / Sidnei Facco	80	3-D	R\$ 29.664,00	R\$ 2.511,81	R\$ 32.175,81	R\$ 251,18
285401-0	Eliane M. G. Facco / Sidnei Facco	80	3-C	R\$ 29.664,00	R\$ 2.511,81	R\$ 32.175,81	R\$ 251,18
285402-0	Eliane Maria Galo Facco	80	3-B	R\$ 29.664,00	R\$ 2.511,81	R\$ 32.175,81	R\$ 251,18
285403-0	Adiles Maria Cembranel	80	3-A	R\$ 34.326,00	R\$ 2.906,56	R\$ 37.232,56	R\$ 290,66

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2015 LINK DE INTERNET

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 019/2015 - Modalidade de Pregão Presencial n. 009/2015, para prestação de serviço de comunicação de multimídia e link de internet. Este processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 13/04/2015, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 13/04/2015 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h30mi, e das 13h30min as 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 24 de março de 2015
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS Nº. 001/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público o aviso de chamada pública para produtores rurais com o objetivo de fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

Os interessados deverão procurar o Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro, sido a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas para retirar o edital, ou para maiores informações pelo telefone 048 - 3537-8400.

Meleiro/SC, 26 de março de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 131/2015

PORTARIA nº 131/2015

TRATA DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

D E S I G N A R

Art. 1.º O servidor VILMAR MOTTA TRISTÃO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, para exercer suas funções do cargo de Fiscal de Obras.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Março de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0101/2015

DECRETO Nº 0101/2015 de 17.03.2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR ELYSON JEAN KAMMLER PARA DESEMPENHO DE CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado a partir de março de 2015, o servidor municipal ELYSON JEAN KAMMLER, ocupante do cargo efetivo de Auditor Fiscal - Tributário e Serviços Públicos Municipais, para desempenhar concomitantemente com as atribuições do cargo efetivo de que dispõe a nomeação conforme Decreto nº 012/2015, as funções do cargo em comissão de COORDENADOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, para responder pelos serviços de Tributação e Fiscalização no Setor de Tributos, com dedicação integral.

Parágrafo Único - Pelo desempenho das funções o servidor designado no caput deste artigo, perceberá a remuneração do cargo efetivo e a gratificação de representação do cargo em comissão, nível CC - 05, conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 17 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 010/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0101/2015

Cargo em Comissão: Coordenador Geral do Departamento de Tributação

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu o Senhor ELYSON JEAN KAMMLER, portador do CPF nº 066.129.139-16, RG nº 4.269.751, a fim de tomar posse no cargo de Coordenador Geral do Departamento de Tributação do Município de Modelo/SC, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0101/2015, com lotação no Departamento Municipal de Administração e Fazenda do município de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo

com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 17 de março de 2015.

ELYSON JEAN KAMMLER
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 095/2015

DECRETO Nº 095/2015 de 05.03.2015.

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARI MICHELS EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando carta de concessão de Benefício pelo INSS sob o nº 6092871762,

Considerando que há embargos de declaração nos Autos nº 00005605320138240256, objetivando esclarecer a data correta do início do benefício de aposentadoria,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido ao Servidor ARI MICHELS, matrícula nº 785-4, ocupante do cargo efetivo de Motorista, afastamento sem vencimentos do município, em virtude de aposentadoria por invalidez, conforme carta de concessão de Benefício pelo INSS sob o nº 6092871762, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: O período de afastamento de que trata o Art 1º será a partir de 04 de março de 2015 até a data da decisão dos embargos conforme Autos nº 00005605320138240256, podendo ser prorrogada no interesse público e demais disposições legais.

Art. 2º - O Servidor deverá comunicar de imediato a decisão dos embargos relativos à implantação do benefício para que se proceda a exoneração, nos termos da Lei, conforme requerido e a respectiva concessão do benefício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 04 de março de 2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 05 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

ARI MICHELS
Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01-14 AO CONTRATO 99-14

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato Administrativo n. 099/2014
Termo aditivo: 001/2014
Contratada: MAIS ATIVOS INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA

O Prefeito Municipal de Modelo - SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Termo aditivo 001/2014, ao Contrato nº 099/2014, ficando aditada a Cláusula décima quarta, firmado em 22/09/2014, para prorrogar a vigência do referido contrato de 31 de dezembro de 2014 até 30 de abril de 2015.

Modelo (SC), 26 de março de 2015
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034/2015

PORTARIA Nº 034/2015 de 25.03.2015.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus e conforme requerido, de acordo com recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Francieli Pavalicini	1978-0	01.11.2013 a 31.10.2014	06.04.2015 a 15.04.2015 (10 dias) + AP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 25 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, exercício de 2015 para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 01/abril/2015 até as 12:00 horas do dia 09/abril/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 09/abril/2015 às 13:30 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 27 de março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICO DE ÁGUA, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, exercício de 2015 para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 01/abril/2015 até as 17:00 horas do dia 08/abril/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 09/abril/2015 às 08:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 27 de março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA VEICULAR, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, exercício de 2015 para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 01/abril/2015 até as 12:00 horas do dia 09/abril/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 09/abril/2015 às 16:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 27 de março de 2015

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de MATERIAL DE LIMPEZA, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, exercício de 2015 para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 01/abril/2015 até as 17:00 horas do dia 09/abril/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 10/abril/2015 às 08:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 27 de março de 2015

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de SERVIÇOS DE IMPRENSA, nos casos especificados conforme delimitações constantes no Edital, exercício de 2015 para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 01/abril/2015 até as 12:00 horas do dia 10/abril/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 10/abril/2015 às 16:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 27 de março de 2015

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS DE BORRACHARIA, nos casos especificados conforme delimitações constantes no Edital, exercício de 2015 para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 01/abril/2015 até as 12:00 horas do dia 10/abril/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 10/abril/2015 às 13:30 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 27 de março de 2015

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015

OBJETO: Registro de preços para contratação de: PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 23:00 horas do dia 26/março/2015 até as 14:30 horas do dia 09/abril/2015.

ABERTURA: às 15:00 horas do dia 09/abril/2015

PORTAL: www.cidadecompras.com.br

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 26 de Março de 2015

DELCIR BARZOTTO

Diretor de Departamento Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015

OBJETO: Registro de preços para contratação de: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SISTEMA ELÉTRICO EM POÇOS ARTESIANOS conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 23:00 horas do dia 26/março/2015 até as 10:30 horas do dia 10/abril/2015.

ABERTURA: às 11:00 horas do dia 10/abril/2015

PORTAL: www.cidadecompras.com.br

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 26 de Março de 2015

DELCIR BARZOTTO

Diretor de Departamento Compras

Morro da Fumaça**PREFEITURA****REGISTRO DE PREÇOS 033/2015**

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 033/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEO E FILTROS LUBRIFICANTES conforme anexo. Data: 09/04/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auxílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 29/2015. PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 29/2015. PMN

AO(S) 26 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: ESGOBRAN LIMPEZA E DESENTUPIDORA LTDA (5355), ESGOTOU LIMPEZA E DESENTUPIDORA LTDA - ME (9247), CM PONCIANO - ME ESGONETO CUIDANDO MEIO AMBIENTE (11251), AUTO FOSSA PEREQUE LTDA - EPP (14561).. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES ESGOTOU, ESGOBRAN, CM PONCIANO, AUTO FOSSA PEREQUE. TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM INFORMADOS QUE TODOS LICITANTES ERAM ME/EPP, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSOU-SE PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS. EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, SENDO QUE O LICITANTE AUTO FOSSA PEREQUE FOI O VENCEDOR DE TODOS OS ITENS, APÓS FOI ABERTO A HABILITAÇÃO DO MESMO E CONSTATADO QUE FORAM ATENDIDAS AS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL, O LICITANTE CM PONCIANO MENCIONOU RECURSO QUANTO A HABILITAÇÃO DA AUTO FOSSA ESGONETO (ENTENDIA QUE NÃO HAVIA O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS EMERGENCIAIS ITEM 5.5.6) SEGUNDO O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO O LICITANTE FOI HABILITADO POIS APRESENTOU TAL CONTRATO. ENCERRA-SE A PRESENTE .

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 26 DE MARÇO DE 2015.

ATA DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS 51/2015 PMN

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

VIEMOS POR MEIO DE ESTE INFORMAR QUE A EMPRESA TECNOLÓGICA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA. INSCRITO NO CNPJ: 03.365.198/0001-03. APRESENTOU AS MOSTRAS DOS ITENS, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, FORAM APROVADA CONFORME NO RESPECTIVO EDITAL .

A EMPRESA. DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP

INSCRITO NO CNPJ: 00.750.862/0001-31 APRESENTOU A MOSTRA DO ITEM, 8, FORAM APROVADA CONFORME NO RESPECTIVO EDITAL

NAVEGANTES 26 DE MARÇO

MARIA JOSÉ FLOR SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA DE CONVOCAÇÃO AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 4 2015 FMS

ATA II CONVOCAÇÃO AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 FMS

Aos 26 dias do mês de março de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 04/2015 FMS, objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE REFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. ITENS FRACASSADOS NO PP 35/2014 verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	LICITANTES	Aprovação/reprovação	LICITANTES CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTATADO NO EDITAL
47	METROMED - COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES LTDA	REPROVADO-SOLUÇÃO NÃO ESTÉRIL	PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP
56	METROMED - COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES LTDA	REPROVADO-AMOSTRA ENVIADA DE TRÊS VIAS, E LÁTEX SILICONIZADA, NÃO ATENDENDO AO EDITAL.	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
72	METROMED - COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES LTDA	REPROVADO-AMOSTRA ENVIADA DE 12CM, NÃO ATENDENDO AO EDITAL.	FRACASSADO
11	COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	REPROVADO-PRODUTO NÃO ESTÉRIL	FRACASSADO
12	COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	REPROVADO-AMOSTRA ENVIADA DE TRÊS VIAS, E LÁTEX SILICONIZADA, NÃO ATENDENDO AO EDITAL.	FRACASSADO
54	COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	REPROVADO-AMOSTRA LÁTEX SILICONIZADA, NÃO ATENDENDO AO EDITAL.	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
06	PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP	REPROVADO-PRODUTO NÃO ATENDE AO EDITAL, METRAGEM ESTENDIDA MENOR DE 4,5 METROS.	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 2º

08	PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP	REPROVADO- PRODUTO NÃO ATENDE AO EDITAL, METRAGEM ESTENDIDA MENOR DE 4,5 METROS.	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 2º
09	PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP	REPROVADO -PRODUTO NÃO ATENDE AO EDITAL, AMOSTRAS ENVIADA APRESENTA 06 CAMADAS	FRACASSADO
42	PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSADO
64	PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP	REPROVADO- REPROVADO- AMOSTRA NÃO ATENDE AO EDITAL QUE SOLICITA CAIXA TIPO DISPENSER	FRACASSADO
07	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	REPROVADO- PRODUTO NÃO ATENDE AO EDITAL, O PRODUTO NÃO ATENDE AO EDITAL, NA QUAL SOLICITA PRODUTO 100% DE ALGODÃO. AMOSTRA APRESENTADA TEM SUA COMPOSIÇÃO 94% DE ALGODÃO, 5% POLIÉSTER E 1% ELASTANO	PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP
15	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSADO
20	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	REPROVADO- PRODUTO NÃO ATÓXICO	PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP 2º
51	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	REPROVADO- NA AVALIAÇÃO DO PRODUTO APRESENTADO É DE LÁTEX SILICONIZADA, POREM NÃO ATENDENDO AO EDITAL, POIS SOLICITA SILICONIZADA TRANSPARENTE, COM MANDRIL. (PROBLEMA NO DESCRITIVO DO EDITAL)	FRACASSADO

52	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	REPROVADO-. NA AVALIAÇÃO DO PRODUTO APRESENTADO É DE LÁTEX SILICONIZADA, POREM NÃO ATENDENDO AO EDITAL, POIS SOLICITA SILICONIZADA TRANSPARENTE, COM MANDRIL. (PROBLEMA NO DESCRITIVO DO EDITAL)	FRACASSADO
53	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	REPROVADO- NA AVALIAÇÃO DO PRODUTO APRESENTADO É DE LÁTEX SILICONIZADA, POREM NÃO ATENDENDO AO EDITAL, POIS SOLICITA SILICONIZADA TRANSPARENTE, COM MANDRIL. (PROBLEMA NO DESCRITIVO DO EDITAL)	FRACASSADO
55	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	REPROVADO- NA AVALIAÇÃO DO PRODUTO APRESENTADO É DE LÁTEX SILICONIZADA, POREM NÃO ATENDENDO AO EDITAL, POIS SOLICITA SILICONIZADA TRANSPARENTE, COM MANDRIL. (PROBLEMA NO DESCRITIVO DO EDITAL)	FRACASSADO
45	L. MOHR LTDA	REPROVADO-RECONSIDERANDO A REININDICAÇÃO DE CONTESTAÇÃO, A COMISSÃO JULGA CONVENIENTE O PEDIDO DE REAVALIAÇÃO DO ITEM, REPROVANDO O PRODUTO POIS A AMOSTRA NÃO É A MESMA MARCA DA COTADA	COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA 3º COLOCADO

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro
 Maria Benedita - Pregoeira substituta
 Equipe de apoio:
 Adriana Correa
 Carla Claudino
 Franciele Justino
 Pedro Paulo

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA 14/2015 PMN

ATA DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL E CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL Nº 14 /2015 PMN

Aos 26 dias do mês de março de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 14/2015 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA PINTURA (TINTAS, ROLOS, PINCÉIS, LIXAS E AFINS) PARA MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC VERIFICARAM E DERAM O parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	LICITANTES 1º COLOCADOS	Aprovação/reprovação	LICITANTES COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
3	CURY DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA.	REPROVADO- NÃO POSSUI ALGICIDA E SILICONE	SCHROEDER COMÉRCIO DE TINTAS E ACESSÓRIOS LTDA – ME.
4	CURY DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	REPROVADO- NÃO POSSUI NÍVEL DE QUALIDADE PREMIUM, ALGICIDA E SILICONE.	SCHROEDER COMÉRCIO DE TINTAS E ACESSÓRIOS LTDA – ME.
6	CURY DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	REPROVADO- NÃO POSSUI NÍVEL DE QUALIDADE PREMIUM, ALGICIDA E SILICONE.	SCHROEDER COMÉRCIO DE TINTAS E ACESSÓRIOS LTDA – ME.
7	CURY DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	REPROVADO- NÃO POSSUI NÍVEL DE QUALIDADE PREMIUM, ALGICIDA E SILICONE.	SCHROEDER COMÉRCIO DE TINTAS E ACESSÓRIOS LTDA – ME
5	CURY DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	REPROVADO- NÃO POSSUI NÍVEL DE QUALIDADE PREMIUM, ALGICIDA E SILICONE.	SCHROEDER COMÉRCIO DE TINTAS E ACESSÓRIOS LTDA – ME
12	CURY DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	REPROVADO- NÃO POSSUI VISCOSIDADE: 90 – 100 UK SÓLIDOS VOLUME 20. 24 %VOC (COMPOSTOS ORGÂNICOS VOLÁTEIS) : 2.77 G/L. SÓLIDOS / PESO 39 – 43% PONTO DE FULGOR 100 C.	SCHROEDER COMÉRCIO DE TINTAS E ACESSÓRIOS LTDA – ME

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro
 Maria Benedita - Pregoeira substituta
 Equipe de apoio:
 Josezite dos Santos
 Carla Claudino
 Franciele Justino
 Pedro Paulo da Costa

ATA I E II PREGÃO Nº 50/2015 PMN

ATA I E II PREGÃO Nº 50/2015 PMN

25/03/15 - ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS ELMO, BOZZANO, COM ONIX, AQUINPEL, K&K, DIAL, ADL, MAXIMA, ALESSANDRA HELKER, BAGATOLI, LINEAR, BLU DIST. , MM COM., JOAO ROBERTO RIBAS, FORNECEDORA, DICAPEL, LUIS MINIOLI, JLM, COM. ESQUADRO ----- CONSTA QUE AS EMPRESAS LUIZ MINIOLLI, JLM, COM. ESQUADRO NÃO POSSUÍAM OS REPRESENTANTES PRESENTES NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO E NÃO ENCAMINHARAM O 3º ENVELOPE CONTENDO OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, DESTA FORMA ESTAS 3 EMPRESAS FORAM DESCLASSIFICADAS (ITEM 3.8 OBS) APÓS ESTA INFORMAÇÃO AOS PRESENTES, FORAM INFORMADOS QUE APENAS OS LICITANTES MÁXIMA PAPELARIA, JOAO ROBERTO RIBAS, DICAPEL NÃO ERAM ME/EPP O RESTANTE TODAS ERAM. APÓS O CREDENCIAMENTO E ASSINATURA PELOS LICITANTES, FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. O LICITANTE ALESSANDRA HOJEDA FOI DESCLASSIFICADO NO ITEM 69 POIS APRESENTOU PROSPECTO INCOMPATÍVEL), O LICITANTE DIAL FOI DESCLASSIFICADO POIS APRESENTOU SUA PROPOSTA EM NOME DE BLUNAC (OUTRA EMPRESA E OUTRO CNPJ), COMERCIAL ÔNIX FOI DESCLASSIFICADO NO ITEM 84 POIS NÃO APRESENTOU FOLDER. ELMO ITEM 84 FOI DESCLASSIFICADO POIS NÃO APRESENTOU FOLDER. MÁXIMA PAPELARIA FOI DESCLASSIFICADO NO ITEM 84 TAMBÉM NÃO APRESENTOU FOLDER. LINEAR FOI DESCLASSIFICADO NO ITEM 84 NÃO APRESENTOU FOLDER. NOS LANCES BOZZANO PEDIU DESCLASSIFIC. NO ITEM 7, FORNECEDORA PEDIU DESCL. ITEM 11, KK PEDE DESC. ITEM 17, ELMO E K,K PEDIRAM DESCL ITEM 24, BLU PEDIU DESCL ITEM 56, A LICITAÇÃO FOI SUSPensa NO ITEM 38 PARA RETORNAR NO DIA POSTERIOR AS 9 HORAS, NO MESMO LOCAL, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO.

26/03/15 REABERTA A SESSÃO AS 9 HORAS CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE COM A PRESENÇA DOS LICITANTES, ELMO, FORNECEDORA, BOZZANO, ÔNIX, OS DEMAIS ESTAVAM AUSENTES, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE CONTINUOU A ETAPA DE LANCES, NO ITEM 74 CHEGOU O LICITANTE BLU (AS 9:24H), AO TRANSCORRER DA ETAPA DE LANCES O PREGOEIRO VERIFICOU QUE O ITEM 84 HAVIA VÁRIOS LICITANTES QUE COTARAM ENTRETANTO ESTRANHAMENTE NÃO APRESENTARAM FOLDERS (CONFORME ATA ANTERIOR, SENDO QUE ERA A MESMA MARCA DO ÚNICO QUE HAVIA APRESENTADO FOLDER (O LICITANTE BAGATOLI) DESTA FORMA ESTA COMISSÃO ENCAMINHA OS AUTOS PARA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA VERIFICAR O OCORRIDO. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS VENCEDORES E CONSTATADO QUE TODOS ATENDERAM AO SOLICITADO NO EDITAL, COM EXCEÇÃO DOS LICITANTES MM COMERCIO QUE GANHOU O ITEM 69 (PICOTADEIRA) MAS APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE DE PEN DRIVE, E O LICITANTE BAGATOLI QUE GANHOU O ITEM 84 (GUILHOTINA) MAS APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TOTALMENTE INCOMPATÍVEL (DE TERMOLINA LEITOSA, TINTA, CHAVEIRO, ETC) estes 2 foram inabilitados, APÓS FORAM FORNECIDOS AOS LICITANTES PARA ASSINATURA, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCAMINHA-SE OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE.

Douglas Lemos
 Pregoeiro
 Navegantes 26 de Março de 2015

ATA PREGÃO Nº21/2015 PMN**ATA PREGÃO PRESENCIAL 21/2015. PMN**

AO(S) 26 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (8168), PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES BARKI E PJ SERVIÇOS E COMERCIO, AS DUAS SENDO ENQUADRADAS COMO ME/EPP.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI DISPONIBILIZADO O CREDENCIAMENTO PARA VISTOS, SEM APONTAMENTOS. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS E LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. AS DUAS EMPRESAS FORAM CLASSIFICADAS UMA EM CADA ITEM. EM SEGUIDA ABRIU-SE O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DAS LICITANTES, ONDE CONSTATOU-SE QUE AS MESMAS FORAM DEVIDAMENTE HABILITADAS. NÃO HAVENDO INTENÇÃO DE RECURSOS. ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 26 DE MARÇO DE 2015.

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS 39/2015 PMN / FINALIZAÇÃO**ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 PMN / FINALIZAÇÃO**

AOS 26 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2015 OS RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS REFERENTE O PREGÃO Nº 39/2015 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, VERIFICARAM E DERAM O PARECER - APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DOS PRODUTOS APRESENTADOS CONFORME SEGUE:

ITENS	LICITANTES COLOCADOS 2º	APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO	RESULTAO
05	PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA - ME	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU
17	PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA - ME	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU

20	PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA - ME	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU
21	PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA - ME	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA

EQUIPE DE APOIO:

JOSEZITE DO SANTOS

CARLA CLAUDINO

FRANCIELE JUSTINO

PEDRO PAULO

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 PMN / CONVOCAÇÃO**ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 PMN / CONVOCAÇÃO**

AOS 26 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2015 OS RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS REFERENTE O PREGÃO Nº 44/2015 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES) PARA COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, VERIFICARAM E DERAM O PARECER - APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DOS PRODUTOS APRESENTADOS CONFORME SEGUE:

EMPRESA LICITANTE: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. EPP

ITEM 01 - ACÉM MOÍDO De acordo com as especificações, o produto não está de acordo com o edital, pois a porcentagem de gordura está acima do especificado no edital e a temperatura de conservação (congelamento) não é a temperatura ideal.

ITEM 02 - CARNE BOVINA DE 1ª (PATINHO) De acordo com as especificações, o produto não está de acordo com o edital, pois a porcentagem de gordura está acima do especificado no edital e a temperatura de conservação (congelamento) não é a temperatura ideal.

ITEM 04 - FÍGADO BOVINO (ISCAS) De acordo com as especificações, o produto está de acordo com o edital.

ITEM 05 - LOMBO SUÍNO De acordo com as especificações, o produto está de acordo com o edital.

ITEM 07 - SALSICHA DE CARNE De acordo com as especificações, o produto não está de acordo com o edital, pois foi apresentada amostra de salsicha de frango.

PARECER TÉCNICO: SUZANA TIEMI MORAIS NUTRICIONISTA - CRN-8: 5738

Convocação para apresentação das amostras

ITENS	LICITANTES COLOCADOS 1º	APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO	LICITANTES COLOCADOS CONVOCADOS P/ APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. EPP	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL, POIS A PORCENTAGEM DE GORDURA ESTÁ ACIMA DO ESPECIFICADO NO EDITAL E A TEMPERATURA DE CONSERVAÇÃO (CONGELAMENTO) NÃO É A TEMPERATURA IDEAL.	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
02	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. EPP	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL, POIS A PORCENTAGEM DE GORDURA ESTÁ ACIMA DO ESPECIFICADO NO EDITAL E A TEMPERATURA DE CONSERVAÇÃO (CONGELAMENTO) NÃO É A TEMPERATURA IDEAL.	COMERCIAL STORINNY - EPP
07	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. EPP	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL, POIS FOI APRESENTADA AMOSTRA DE SALSICHA DE FRANGO.	COMERCIAL STORINNY - EPP
06	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL, POIS FOI APRESENTADA AMOSTRA DE SALSICHA DE FRANGO.	FRACAS-SOU

OBS.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA

EQUIPE DE APOIO:

JOSEZITE DO SANTOS

CARLA CLAUDINO

FRANCIELE JUSTINO

PEDRO PAULO

AVALIAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO---RETIFICADO II--- Nº 04/2015 FMS

26 de março de 2015

Avaliação do Processo Licitatório---retificado II---

Amostras empresa Plasmedc Com. de Mat. Médico Ltda EPP

A Comissão de Licitação composta por Ana Lucia Moreira, Jefferson Beloto, Helena dos Santos Soares e Luciane Alles, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 04/2015 - PR.

Metromed – Com. De Mat. Méd. Hospitalares LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
47	Reprovado	Solução não Estéril
56	Reprovado	Amostra enviada de três vias, e látex siliconizada, não atendendo ao edital.
72	Reprovado	Amostra enviada de 12cm, não atendendo ao edital.

J. R. EHLKE & CIA LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
68	Aprovado	

COINTER Material Medico Hospitalar LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
01	Aprovado	
11	Reprovado	Produto não Estéril
12	Reprovado	Produto não Estéril
16	Aprovado	
19	Aprovado	
27	Aprovado	
28	Aprovado	
29	Aprovado	
30	Aprovado	
46	Aprovado	
54	Reprovado	Amostra látex siliconizada, não atendendo ao edital.
63	Aprovado	

L. MOHR LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
44	Aprovado	
45	Reprovado	Reprovado-reconsiderando a reinvidicação de contestação, a comissão julga conveniente o pedido de reavaliação do item, reprovando o produto, pois a amostra não é a mesma marca da cotada

PLASMEDC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
06	Reprovado	Produto não atende ao edital, metragem estendida menor de 4,5 metros.
08	Reprovado	Produto não atende ao edital, metragem estendida menor de 4,5 metros.
09	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada apresenta 06 camadas.
18	Aprovado	
21	Aprovado	
22	Aprovado	
23	Aprovado	
24	Aprovado	
33	Aprovado	
41	Aprovado	
42	Reprovado	Não Apresentou Amostra
64	Reprovado	Amostra não atende ao edital que solicita caixa tipo dispenser.

Cirúrgica Bela Vista Comércio de Produtos Hospital		
Item	Avaliação	Descritivo
05	Aprovado	
07	Reprovado	Reprovado- produto não atende ao edital, o produto não atende ao edital, na qual solicita produto 100% de algodão. Amostra apresentada tem sua composição 94% de algodão, 5% poliéster e 1% elastano.
10	Aprovado	
14	Aprovado	
15	Reprovado	Não Apresentou Amostra
20	Reprovado	Amostra apresentada é da marca copertina e o produto não atende a marca do cotada.
37	Aprovado	
38	Aprovado	
39	Aprovado	
40	Aprovado	
50	Aprovado	
51	Reprovado	Reprovado- na avaliação do produto apresentado é de látex siliconizada, porem não atendendo ao edital, pois solicita siliconizada transparente, com mandril. (problema no descritivo do edital)
52	Reprovado	Reprovado- na avaliação do produto apresentado é de látex siliconizada, porem não atendendo ao edital, pois solicita siliconizada transparente, com mandril. (problema no descritivo do edital)
53	Reprovado	Reprovado- na avaliação do produto apresentado é de látex siliconizada, porem não atendendo ao edital, pois solicita siliconizada transparente, com mandril. (problema no descritivo do edital)
55	Reprovado	Reprovado- na avaliação do produto apresentado é de látex siliconizada, porem não atendendo ao edital, pois solicita siliconizada transparente, com mandril. (problema no descritivo do edital)
57	Aprovado	
58	Aprovado	
59	Aprovado	
60	Aprovado	
70	Aprovado	

Ana Lúcia Moreira.
Jeferson Belotto.
Helena dos Santos Soares.
Luciane Alles

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 58/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 09/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 09/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 26 de março de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

CONVOCAÇÃO SAÚDE.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
EODETE DE FATIMA RAMOS ZAMPEZE(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão
Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
ANA LÚCIA DUARTE CARVALHO(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão

Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra

CRISTINE PENA DE OLIVEIRA(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão

Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra

ANA PAULA KNAK(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 005/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão

Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra

MARIELLEN ARALDI (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 005/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de FARMACEUTICO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão

Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra

DENISE PORTO BRUNO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 003/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 003/2013, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo

determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 003/2013

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão

Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
MARISE APARECIDA BETTONI QUEIROZ (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 003/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 003/2013, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 003/2013

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão

Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
NELCI NASCIMENTO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 003/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 003/2013, para o cargo de

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 003/2013

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão

Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
ROSEMERI GUILHERME DE LIMA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 003/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 003/2013, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 003/2013

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão	
---------------	--

Secretaria de Administração e Logística	
---	--

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilm Sr
EDUARDO WIETHORN RODRIGUES (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia

de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de MÉDICO CIRURGIÃO GERAL 10 HORAS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão
Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
RAFAELA DE SOUZA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 001/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2013, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2013

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão
Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
TERTULIANO LOPES DOS SANTOS NETO(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A)

para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de MÉDICO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 003/2013

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão
Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
ANDREA HEINEN (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2013, para o cargo de MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão
Secretaria de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de março de 2015

Ilma Sra
KATIA MARQUES CALDEIRA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 001/2014, para o cargo de MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Benilde Perão

Secretaria de Administração e Logística

DECISÃO- PEDIDO TROCA DE MARCA. DEFERIMENTO 235/2014 PMN

DECISÃO- PEDIDO TROCA DE MARCA.
DEFERIMENTO

Aos 26 (vinte e seis) dias, do mês de março de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.235/2014, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE DEFERIR o pedido de troca de marca referente o item 12 (farinha láctea 230g) tendo em vista:

Em 24/03/2015 chegou ao departamento de Compras a solicitação encaminhada pela DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA CNPJ 00.750.862/0001-31, de troca do item 12 (farinha láctea 230g) da marca VITALON para NUTRIMENTAL, após analisar a justificativa e parecer da nutricionista (email de 25/03/2015) confirmando que as informações nutricionais são equivalentes, esta comissão entende por aceitar a troca de marca.

A respeito cita-se o parecer de Pedro de Menezes Niebuhr consultor da FECAM:

[...] Pois então, o licitante vencedor cota suas canetas Bic a R\$ 0,30 a unidade. Em nossa perspectiva, não existe prejuízo ao interesse público que o licitante vencedor postule a alteração da marca Bic - cuja amostra havia sido aprovada pela Comissão e integrava a ata - para passar a fornecer canetas Faber Castell, desde que, frise-se, a nova marca indicada satisfaça todas as exigências editalícias.

O que se quer dizer é que, se plausível a justificativa do fornecedor para a alteração do produto consignado na ata, e não verificado no caso concreto prejuízo algum para o interesse público, a alteração pode ser legal. [...]

http://www.fecam.org.br/consultoria/consultor_detalhes.php?cod_parecer=352

Desta forma esta Comissão aceita o pedido de troca, INTIMA-SE o contratado DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA CNPJ 00.750.862/0001-31 para fornecer o produto da marca

NUTRIMENTAL.

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria B. Correa - Pregoeira Substituta

Equipe de apoio -

Pedro Paulo da Costa

Carla Claudino

Josezite dos Santos

Franciele Justino

Corroborando

Benilde Perão

Secretária de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 014/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 014/2015.

DATA: 23 de março de 2015.

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.

Fornecedor: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 09.944.371/0001-04.

OBJETO: DISPENSA VISANDO A AQUISIÇÃO DE COMPLEMENTO ALIMENTAR (FARINHA RILLA E MACARRÃO RILLA) PARA COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS DO INFANTE A.L.A.R., A FIM DE PROCEDER O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL EMANADA ORIGINARIAMENTE DOS AUTOS Nº 0901545-35.2014.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 7.278,00

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 052/2015

CONTRATO Nº 052/2015

Origem: Processo Nº 028/2015 - Pregão Presencial nº 016/2015.
Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60.
Contratada: JMM ELÉTRICA LTDA EPP, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, nº 30, Centro, na cidade de Nova Trento, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.226.152/0001-59. Objeto do Contrato: A presente licitação tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço de Mão de Obra Elétrica com fornecimento de material (postes, fios, braço, luminária) para nova iluminação da Ponte Ivo Silveira, município de Nova Trento, conforme termo de referência, especificações e quantitativos descritos no anexo I deste Edital.. O valor total é de R\$ 8.630,00 (oito mil seiscentos e trinta reais). Vigência: 26/03/2015 à 31/12/2015.

Nova Trento, 26 de março de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 048/2015

DECRETO nº 048/2015

convoca os CLASSIFICADOS no CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2015 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 26 ao dia 28 de março de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05

(cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 25 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir luiz quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 048/2015)

CARGO: PROFESSOR HABILITADO DE INGLÊS 10H

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Juceli Maria Armelini

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO DE ARTES

CLASS.	NOME COMPLETO
01	José Arlindo Trainotti

CARGO: PROFESSOR HABILITADO DE ENSINO RELIGIOSO

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Amanda Elisa Dell Antonia

PROCESSO 034/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 034/2015 - Pregão Presencial nº 021/2015 - Registro de Preços 008

Objeto: O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição parcelada de 540 Cestas Básicas para atender famílias carentes do Município de Nova Trento conforme estudo Sócio Econômico efetuado pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 14/04/2015 até as 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Nova Trento.

Fone: 48.32673213 / 48.32673211 - ou através do e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

PROCESSO 035/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 035/2015 - Pregão Presencial nº 022/2015
- Registro de Preços nº 009

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra Elétrica e Hidráulica, para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I e II, que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 15/04/2015 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211 / 3267.3213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 033/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 033/2015 - Pregão Presencial nº 020/2015

Objeto: O presente Pregão tem por objeto a Aquisição de 01 (um) Trator cortador de grama à gasolina novo, recolhedor de grama novo e sopradores/aspiradores de grama, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, de acordo com as exigências constantes do anexo I (Termo de Referência) que fica fazendo parte integrante deste Pregão. Julgamento: Menor Preço por lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 14/04/2015 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 (48) 3267.3211 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br. Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015

HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço de Mão de Obra Elétrica com fornecimento de material (postes, fios, braço, luminária) para nova iluminação da Ponte Ivo Silveira, município de Nova Trento, conforme termo de referência, especificações e quantitativos descritos no anexo I deste Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

JMM ELETRICA LTDA EPP (CNPJ Nº 13.226.152/0001-59) - Valor Total: R\$ 8.630,00 (oito mil seiscentos e trinta reais).

Nova Trento/SC, 26 de março de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 25/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.456,00 (Três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)

Novo Horizonte/SC, Dia 25-03-2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº001/2015, mediante o qual fica CONVOCADA, para nomeação, a candidata aprovada no Processo Seletivo nº001/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº001/2015 (disponível no sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br; ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
RITA DE CÁSSIA PIZ-ZOLATTI DEBIASI	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs

Orleans, 26 de março de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PAGINA 05 DO CONCURSO PUBLICO PARA SUBSTITUIR A ANTERIOR SEM UMA NOTA

075	VANDERSON LIMA	16/09/1990	6,4	28º LUGAR
113	MARCEL GOUDINHO	24/10/1978	6,0	29º LUGAR
039	LUCAS DA ROSA	12/05/1981	6,0	30º LUGAR
123	IDIOMAR NEVES	26/09/1974	5,6	31º LUGAR
116	RODRIGO TURAZZI BRATTI	23/03/1984	5,6	32º LUGAR
112	ROBERTO VALENTE JUNIOR	10/04/1975	5,2	33º LUGAR
095	NATHAN JONATA ANTUNES	28/02/1989	5,2	34º LUGAR
117	JADER LUIZ DE OLIVEIRA	03/06/1959	4,8	REPROVADO
122	VALMAR MACHADO	04/01/1961	4,8	REPROVADO
119	JUCEMAR MAZON ALBERTON	02/08/1967	4,8	REPROVADO
074	DOMINGOS RODEN	17/06/1962	4,4	REPROVADO
052	EDSON GOMES	24/12/1970	4,4	REPROVADO
099	ADEMAR SATURNINO	25/08/1965	3,6	REPROVADO

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota e classificação, tem o prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação deste resultado para entrar com recurso conforme Edital Concurso Público nº 001/2015.

Orleans, 25 de março de 2015.
VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO
Presidente da Comissão do Concurso Público

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

O Município de Palhoça torna público que foi prorrogado o Pregão Presencial nº 41/2015, ficando marcado para o dia 10 de abril de 2015, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviço de vigilância patrimonial, segurança eletrônica e monitoramento, para atender as necessidades das Unidades de Ensino Municipais. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.

Palhoça, 26 de março de 2015. A PREGOEIRA.

COMUNICADO PREGÃO PRESENCIAL 038/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
COMUNICADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 10 de abril de 2015, às 9:00h, e não 08 de abril 2015, publicado no dia 25/03/2015, a Sessão Pública acontecerá na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares deste Município, no Sistema de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 26 de março de 2015. PREGOEIRA.

CONTRATO Nº028/2015

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º028/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. OBJETO: contratação de empresa para Execução dos Serviços de Terraplanagem, Drenagem, Obras Complementares, Pavimentação Asfáltica, Iluminação e Meio Ambiente (LOTE 1) para Implantação da Avenida das Torres - entre a AV. Hilza Terezinha Pagani à Marginal da BR 101 (Área Industrial). VALOR: R\$ 8.994.945,86 (oito milhões novecentos e noventa e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). DATA: 03/03/2015.

CONTRATO Nº029/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º029/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA. OBJETO: contratação de empresa para a Execução dos Serviços de Sinalização Definitiva Horizontal e Vertical (LOTE 2) para Implantação da Avenida das Torres - entre a AV. Hilza Terezinha Pagani à Marginal da BR 101 (Área Industrial). VALOR: R\$ 377.050,47 (trezentos e setenta e sete mil cinquenta reais e quarenta e sete centavos). DATA: 03/03/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 13 de abril de 2015, às 14:00h, o recebimento e abertura das propostas e a sessão de lances do PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais de informática para o Centro Administrativo Municipal. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net.

Palhoça, 26 de março de 2015. A PREGOEIRA.

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA Nº 01/2015 A TPNº 02/2015

ERRATA Nº001/2015

DA TOMADA DE PREÇOS nº 002/2015

A Câmara Municipal de Palhoça torna pública a alteração do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº 02/2015 - contratação de empresa especializada para captação, gravação em vídeo e transmissão via internet das sessões ao vivo, ordinárias, solenes, ordinárias com solenidade, extraordinárias, audiências públicas realizadas pela câmara municipal de Palhoça, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lia:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282, de conformidade com a Solicitação nº ----/2015, expedida pelo Senhor Otávio Marcelino Martins Filho, Presidente da referida Unidade Gestora, através da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 051/2015, publicada na data de 18 de fevereiro de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL - LOTE ÚNICO, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos".

Agora se lê:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282, em conformidade com a Autorização de Abertura de Licitação, expedida pelo Senhor Otávio Marcelino Martins Filho, Presidente da referida Unidade Gestora, através da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 051/2015, publicada na data de 18 de fevereiro de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob a forma de execução indireta em REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL - LOTE ÚNICO, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos".

Tendo em vista que as alterações acima afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para realização do certame, qual seja 15.04.2015 às 09h00min, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Palhoça, 26 de março de 2015.

CRISTIANE APARECIDA SILVA

Presidente da C.P.L

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 013/2015

PORTARIA Nº 013/2015.

Concede pensão por morte, em caráter integral a Senhora CELIA MELO COSTA WAGNER, dependente presumida do servidor ativo falecido, Sr. MARCELO WAGNER, detentor do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a Senhora CELIA MELO COSTA WAGNER, inscrita no CPF nº 664.830.859-15 e portadora do RG nº 2.301.327-3, dependente presumida do servidor ativo, Sr. MARCELO WAGNER, falecido em 07/03/2015.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ Único - A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma

prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 07/03/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 20 de março de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola

Presidente da Autarquia

Ariana Vera da Rosa Tavares

Técnico Previdenciário

Matrícula 900048

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 08/2015 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMITOS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMITOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº008/2015

MODALIDADE: Tomada de Preços Nº 001/2015

TÍTULO: Contratação de agência de publicidade para divulgação dos atos oficiais e avisos da Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos.

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Regência: Lei 8.666/93 e alterações e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 14h00mm do dia 15/04/2015.

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 15/04/2015, às 14h30mm.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos, sito a Rua Lauro Müller, nº 425, centro, cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

Palmitos - SC, 25 de março de 2015.

RINELDO DOMINGOS PERIN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos

PROCESSO 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALMITOS

Processo Licitatório nº41/15, Modalidade: Chamada Pública nº01/15. Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL 001/2015. Entrega dos Envelopes até: 30/04/2015, até as 09:00 horas. Abertura dos Envelopes: 30/04/2015 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 26 de março de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 015/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015

Portaria Nº 015/2015 de 26 de março de 2015

“CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE SO SERVIDOR JAMES MICHEL CERNIAK - MATRÍCULA 118”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 228 da Lei Complementar 8/2003 que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao servidor com matrícula sob nº. 118, o senhor James Michel Cerniak, portador do CPF nº. 041.576.899-33, devido ao nascimento de seu filho Arthur Miguel Cerniak no dia 28 de fevereiro de 2015, o auxílio natalidade na competência de março/2015, nos termos do art. 228 da Lei Complementar 8/2003 que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Papanduva, no valor de R\$ 869,54 correspondente ao menor vencimento pago pelo município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 26 de março de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

PORTARIA Nº 016/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015

Portaria Nº 016/2015 de 26 de março de 2015

“CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA, MATRICULADA SOB O Nº. 123, LICENÇA PRÊMIO REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 14 DE JULHO DE 2006 À 13 DE JULHO DE 2011,

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos Artigos 86 e 99 da Lei Complementar nº. 08 de 03 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida 60 dias de licença prêmio para servidora Joselene de Fátima Ferreira, com matrícula sob nº. 123, no período de 15 de março de 2015 à 13 de maio de 2015, referente período aquisitivo de 14 de julho de 2006 à 13 de julho de 2011, não restando saldo de dias da licença prêmio do respectivo período aquisitivo para ser gozado futuramente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação,

com efeitos retroativos à 15 de março de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 26 de março de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 025 DE 26 DE MARÇO DE 2015

"A COMISSÃO COORDENADORA DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSTITUI I E NOMEIA OS MEMBROS REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RESPALDADA NO DECRETO MUNICIPAL Nº 021/2015"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privada que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 905/2013;

DECRETA:

Art. 1º- fica constituída a formação da Equipe Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º- Ficam nomeados:

Representantes da SMEC: Carina Porto Peres, Elvânia Metzelthin

Representante da Escola Estadual: Vanessa Scheffer Bauer

Representante da Assistência Social: Angela Luzia Francisco Bauer

Representante da Secretaria de Saúde: Elizangela Coelho Rodrigues

Representante de Administração e Finanças: Silvia Maria Andrioli da Silva

Art. 3º- Os membros da presente Comissão não serão remunerados.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 26 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 26 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação

Objeto: Prestação de serviço para as publicações legais e atos institucionais da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Contratada: ELIZEU DA ROSA CARDOSO CNPJ: 11223519/0001-55

Processo Administrativo: 02/2015

VALOR: R\$: 6.000,00 (seis mil reais)

Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 26 de março de 2015.

Pedro Paulo Bitencourt

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO Nº 348, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 348, de 24 de março de 2015.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PARA CONCERTO DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de avaliação dos danos da Motoniveladora Caterpillar 120H, pertencente a fora da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a fim de realizar o conserto necessário e possibilitar sua utilização;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão Especial destinada à realização de avaliação para conserto da Motoniveladora Caterpillar 120H as pessoas a seguir nominadas:

I - Giovani Reinoldo Hansen;

II - Milton Agostinho Canonica;

III - Jair Correa Neves;

IV - Derli Genuino Brustolin;

V - Marcos Antonio Rodrigues da Silva.

Art. 2º. A Comissão Especial ora nomeada será presidida pelo Sr. Giovani Reinoldo Hansen e deverá, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar relatório circunstanciado detalhando as peças que serão necessárias serem substituídas e o serviço necessário para o conserto (mão-de-obra), bem como registro fotográfico e orçamento detalhado.

Parágrafo único. Para execução dos trabalhos a Comissão poderá utilizar-se de serviços técnicos de empresas e/ou profissional especializado.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia - SC, 24 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EXTRATO CONTRATO Nº 0035/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0035/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0021/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de pneus novos, destinados aos veículos da frota municipal.
Valor: Pelos pneus novos a serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 35.560,00 (trinta e cinco mil quinhentos e sessenta reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 24 de março de 2016.

Passos Maia, SC, 24 de março de 2016.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 0036/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0036/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0021/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: JK PNEUS LTDA
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de pneus novos, destinados aos veículos da frota municipal.
Valor: Pelos pneus novos a serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 173.994,00 (cento e setenta e três mil novecentos e noventa e quatro reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 24 de março de 2016.

Passos Maia, SC, 24 de março de 2016.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 0037/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0037/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0021/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: JOAÇABA PNEUS LTDA
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de pneus novos, destinados aos veículos da frota municipal.
Valor: Pelos pneus novos a serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 170.176,00 (cento e setenta mil e cento e setenta e seis reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 24 de março de 2016.

Passos Maia, SC, 24 de março de 2016.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 0038/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0038/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0021/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: MICHELON PNEUS LTDA
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de pneus novos, destinados aos veículos da frota municipal.
Valor: Pelos pneus novos a serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 21.042,00 (vinte e um mil e quarenta e dois reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 24 de março de 2016.

Passos Maia, SC, 24 de março de 2016.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 002/2014

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº. 002/2014

Município de Paulo Lopes Torna Público que Realizará Licitação, na Modalidade CONCORRÊNCIA, Objetivando a contratação de até 02 (duas) empresas para prestação de serviços funerários, condicionada a outorga onerosa, ou seja, MELHOR TÉCNICA E MAIOR OFERTA DE PREÇO, nos termos do inciso VI, do art. 15 da lei federal nº. 8.987/95. Os envelopes nº 01, nº 02 e nº 03 deverão ser entregues até às 08:55 horas do dia 12 de maio de 2015, na Seção de Protocolo da Prefeitura de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, s/n, Centro, Paulo Lopes/SC, onde serão protocolados. A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 12/05/2014, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, no horário das 07h00min às 13h00min.

Paulo Lopes, 26 de março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 07/2015

ERRATA
AO AVISO DE LICITAÇÃO DO PE07/2015

O Município de Paulo Lopes, com sede administrativa na Rua José Pereira da Silva, torna público para conhecimento dos interessados que RETIFICOU o aviso de pregão eletrônico acima identificado, conforme segue:

Onde se lê:

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 07/2015

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de materiais e equipamentos odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 09h00min do dia 08/04/2015. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 07/04/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Leia-se:

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 07/2015

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR

PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de materiais e equipamentos odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 09h00min do dia 08/04/2015. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 08/04/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

PORTARIA Nº 133/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 133/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Daniele Nelsa Cizino, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora de Secretaria da Educação, portadora do CPF nº 031.566.229-82, matrícula nº 11017, nomeada pela portaria nº 138/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 26 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

PORTARIA 100

PORTARIA Nº 100/2015

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

NOMEAR: Membros para compor a COMISSÃO JULGADORA DAS AMOSTRAS do Processo Licitatório nº 08/2015- FMS - Pregão Presencial nº 04/2015- FMS para aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR para Secretaria da Saúde do município de Penha/SC, compostas dos funcionários descritos abaixo:

- Regiane Basso - Enfermeira
- Henrique Andrade - Coordenador de almoxarifado
- Rosangela Dilma Ferreira Jacinto - Diretora Administrativa

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 26 de março de 2015.
MARIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA 101

PORTARIA Nº 101/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o incêndio e danos causados ocorridos na garagem da Secretaria Municipal de Saúde no dia 23/03/2015, conforme B.O. Nº 00464-2015-01114, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 25 de março de 2015.
MARIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA 99

PORTARIA Nº 99/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o incêndio e danos causados ocorridos na garagem da Secretaria Municipal de Saúde no dia 23/03/2015, conforme B.O. Nº 00464-2015-01114, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 25 de março de 2015.
MARIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 48/2014- FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Fica rescindido o Termo de Contrato Administrativo nº 48/2014 - FMAS, firmado em 14 de novembro de 2014, entre a Sr. (a) SANTA LÍDIA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e esta PREFEITURA, tendo como objeto a Locação de um imóvel para funcionamento da colmeia no bairro de Armação, oriundo do Processo Licitatório. Nº 17/2014 - FMAS modalidade Dispensa de Licitação Nº 05/2014 - FMAS.

Penha, 26 de Março de 2015.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 100/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 100/2015

OBJETO: RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DA REVISTA FIQUE DE OLHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 047/2015.

EMPRESA CONTRATADA: REVISTA FIQUE DE OLHO LTDA-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material, no valor total de R\$ 4.488,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta e oito reais) mensais.

DATA DO CONTRATO: 19 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

LEI Nº 1.817, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.817, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a conceder auxílio financeiro à "Sociedade Nossa Senhora dos Navegantes", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.360.207/0001-00, com sede na Linha Navegantes, Pinheiro Preto - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem como objetivo auxiliar a beneficiária, ainda que parcial, no custeio das despesas com a reforma de banheiros do salão comunitário.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do valor, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento e fiscalização da execução da obra de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e muni

cipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º O recurso repassado será depositado em conta bancária específica e vinculada, e movimentada, preferencialmente, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Art. 5º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária;

III - Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV - Certidão negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

V - Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI - Certidão Negativa do FGTS;

VII - Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração certificando o cumprimento, pela sociedade, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.818, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.818, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a conceder auxílio financeiro à "Sociedade Santo Izidoro", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 78.511.482/0001-31, com sede na Linha Santo Izidoro, Pinheiro Preto - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem como objetivo auxiliar a beneficiária, ainda que parcial, no custeio das despesas com a reforma de banheiros do salão comunitário.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do valor, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento e fiscalização da execução da obra de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º O recurso repassado será depositado em conta bancária específica e vinculada, e movimentada, preferencialmente, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da

unidade concedente.

Art. 5º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária;

III - Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV - Certidão negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

V - Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI - Certidão Negativa do FGTS;

VII - Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração certificando o cumprimento, pela sociedade, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.819, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.819, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a conceder auxílio financeiro à "Sociedade Linha São Roque", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.348.830/0001-00, com sede na Linha São Roque, Pinheiro Preto - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem como objetivo custear as despesas com a construção e reforma da "casa de salga de carnes" da comunidade.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento do valor, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento e fiscalização da execução da obra de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º O recurso repassado será depositado em conta bancária

específica e vinculada, e movimentada, preferencialmente, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Art. 5º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária;

III - Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV - Certidão negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

V - Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI - Certidão Negativa do FGTS;

VII - Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração certificando o cumprimento, pela sociedade, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.820, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.820, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a conceder auxílio financeiro à "Sociedade Linha Caxias", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 03.206.524/0001-21, com sede na Linha Caxias, Pinheiro Preto - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem como objetivo custear despesas com reforma da cobertura e calhas da churrasqueira do salão da comunidade.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do valor, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento e fiscalização da execução da obra de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º O recurso repassado será depositado em conta bancária específica e vinculada, e movimentada, preferencialmente, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Art. 5º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária;

III - Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV - Certidão negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

V - Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI - Certidão Negativa do FGTS;

VII - Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração certificando o cumprimento, pela sociedade, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de março de 2015.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.821, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.821, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a conceder auxílio financeiro à "Associação Beneficente e Cultural 1º de Julho", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 06.001.569/0001-58, com sede no Bairro São José, Município de Pinheiro Preto - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem como objetivo custear despesas com reforma de banheiros do salão comunitário.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados do

recebimento do valor, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento e fiscalização da execução da obra de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º O recurso repassado será depositado em conta bancária específica e vinculada, e movimentada, preferencialmente, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Art. 5º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária;

III - Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV - Certidão negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

V - Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI - Certidão Negativa do FGTS;

VII - Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração certificando o cumprimento, pela sociedade, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de março de 2015.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.822, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.822, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a conceder auxílio financeiro ao "CTG Laço de Prata", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 13.603.164/0001-55, com sede na Linha Caxias, Município de Pinheiro Preto - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos

reais).

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem como objetivo custear despesas com construção de rampas de acesso aos banheiros e instalações de uso comum, colocação de cerâmica e louças hidráulicas nos banheiros e reforma da cerca da cancha de laço.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento do valor, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento e fiscalização da execução da obra de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º O recurso repassado será depositado em conta bancária específica e vinculada, e movimentada, preferencialmente, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Art. 5º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária;

III - Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV - Certidão negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

V - Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI - Certidão Negativa do FGTS;

VII - Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração certificando o cumprimento, pela sociedade, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.823, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.823, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a conceder auxílio financeiro a "Sociedade Cultural e Recreativa São Lucas", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 00.947.021/0001-19, com sede Linha Colônia Muller, Município de Pinheiro Preto - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem como objetivo custear despesas com a compra de espetos e cavalete de aço inox para a casa de churrasco.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do valor, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento e fiscalização da execução da obra de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º O recurso repassado será depositado em conta bancária específica e vinculada, e movimentada, preferencialmente, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Art. 5º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária;

III - Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV - Certidão negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

V - Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI - Certidão Negativa do FGTS;

VII - Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração certificando o cumprimento, pela sociedade, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.824, DE 24 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.824, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À COMISSÃO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira à Comissão Municipal do Idoso de Pinheiro Preto, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.632.128/0001-07, com sede em Pinheiro Preto, sociedade sem fins lucrativos, no valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

Parágrafo único. A contribuição de que trata o art. 1º desta lei tem como objetivo custear despesas com a compra de toalhas de rosto e caixas de bombons a serem distribuídos aos idosos no dia do aniversário e comemoração alusiva à "Páscoa", objetivando a melhoria da saúde e qualidade de vida.

Art. 2º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da contribuição financeira.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária.

Art. 3º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal, seguridade social e fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126 DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 126 DE 24 DE MARÇO DE 2015

EXONERA ROSANA DOS SANTOS, EXERCENTE DE FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, ROSANA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 019.443.139-82, da função em caráter temporário de Professor Educação Infantil e Fundamental - ÁREA I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de Março de 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

REPUBLICADO POR EQUIVOCO NA DATA - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

NÚMERO DO PROCESSO: 002/2015

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 002/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Objeto: Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, pelo valor total de R\$ 2.943,55 (dois mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). Empresa Contratada: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto, 10 de março de 2015.

IVAN BOGONI,

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Pomerode**PREFEITURA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 006/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 006/2015

Processo Administrativo n.º 021/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE CURSO NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PLANEJADA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE TEMÁTICAS DE INTERESSE DA GESTÃO, QUALIFICANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA E PROPICIANDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO UM TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PARA A MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO.
Valor total contratado: R\$139.160,00 (cento e trinta e nove mil e cento e sessenta reais).
Prazo de vigência: 31/12/2015.
Base Legal - Artigo 25, I c/c Artigo 13, VI da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 26 de Março de 2015.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada**PREFEITURA****CONTRATOS 2015**

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
EXTRATO DE CONTRATOS 2015

CONTRATO Nº 057/2015 - FMS
PROCESSO LICITATÓRIO 006/2015 - FMS
PREGÃO Nº 005/2015 - FMS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA EPP
CNPJ: 08.780.814/0001-06
OBJETO: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DE FORMA PARCELADA, PARA SER UTILIZADO CONFORME A NECESSIDADE NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
VALOR: R\$ 34.800,00 (Trinta e quatro mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA: DE 25 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 058/2015 - FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015 - FMS
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2015 - FMS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: FARMÁCIA LUCAS LTDA EPP
CNPJ: 85.273.787/0001-18
OBJETO: Aquisição de medicamentos (destinados a pacientes em situação grave ou por ordem judicial, e medicamentos que não constam no processo licitatório dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque), constantes na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Secretaria Executiva - CMED - Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor.
VALOR: Será em conformidade do percentual de desconto sobre o valor do medicamento, constante na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Secretaria Executiva - CMED - Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor.
VIGÊNCIA: DE 25 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 059/2015 - FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015 - FMS
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2015 - FMS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: DROGARIA SÃO COSME LTDA
CNPJ: 02.728.761/0001-90
OBJETO: Aquisição de medicamentos (destinados a pacientes em situação grave ou por ordem judicial, e medicamentos que não constam no processo licitatório dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque), constantes na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Secretaria Executiva - CMED - Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor.
VALOR: Será em conformidade do percentual de desconto sobre o valor do medicamento, constante na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Secretaria Executiva - CMED - Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor.
VIGÊNCIA: DE 25 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015
CONTRATO Nº 061/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015
PREGÃO Nº 0016/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 11.499.653/0001-83
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (DIDÁTICO) PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VALOR: R\$ 6.880,45 (Seis mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: DE 25 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 062/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015
PREGÃO Nº 0016/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: MARCIO ANTONIO MORAS EPP
CNPJ: 85.253.474/0001-06
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (DIDÁTICO) PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VALOR: R\$ 22.417,15 (Vinte e dois mil quatrocentos e dezessete reais e quinze centavos).
VIGÊNCIA: DE 25 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 063/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015
PREGÃO Nº 0016/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA
CNPJ: 85.248.680/0001-10
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (DIDÁTICO) PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VALOR: R\$ 5.242,40 (Cinco mil duzentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA: DE 25 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 064/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015
PREGÃO Nº 0016/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTO PARA ESCRITÓRIO LTDA
CNPJ: 11.924.851/0001-47
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (DIDÁTICO) PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VALOR: R\$ 7.376,00 (Sete mil e trezentos e setenta e seis reais).
VIGÊNCIA: DE 25 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 065/2015
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0024/2015
PREGÃO Nº 017/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM ZANOL LTDA EPP
CNPJ: 12.781.807/0001-98
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVAEIRA HIDRÁULICA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.
VALOR: R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA: DE 25 DE MARÇO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

2015

Ponte Serrada, 26 de Março de 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 033/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a Contratação de empresa especializada ou professores habilitados nas áreas de: Capoeira, acordeom (gaita), violão e para a banda municipal, conforme solicitação do Departamento Municipal de Cultura de Ponte Serrada..

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 15/04/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 15/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 26 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando Registro de preço válido por 12 meses para possível aquisição de tintas e solvente para sinalização viária no município de Ponte Serrada.

Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 15/04/2015.

Abertura: às 14h00min horas do dia 15/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 26 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 026/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º
018/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que a licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa, de acordo com as condições estabelecidas no edital, que a mesma foi ADIADA nos seguintes termos:

Recebimento de Envelopes: até as 13h20min do dia 16/04/2015.
Abertura: às 13h30min horas do dia 16/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.
Ponte Serrada, 26 de Março de 2015.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL Nº 2.253, DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.253, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Institui a Semana do Idoso no Município de Porto Belo e dá outras providências.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal do Idoso no Município de Porto Belo, a ser comemorada entre os dias 28 de setembro de 02 de outubro de cada ano.

Art. 2º. Nesta semana, o Poder Executivo, através do Conselho Municipal do Idoso, promoverá um conjunto de ações fomentando a discussão e defesa dos direitos dos idosos, podendo, para isso, formalizar parcerias com os setores da sociedade civil organizada e iniciativa privada.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de março de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.254, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.254, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO A EFETUAR REPASSE PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS -APAE- E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado a efetuar repasse para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, tendo por objeto o apoio à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, com a finalidade de reintegrar o indivíduo ao meio familiar e comunitário.

Art. 2º O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de R\$ 790,53 (setecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos) mensais, nos moldes do convênio a ser firmado.

Parágrafo Único: O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a efetuar o de repasse nos anos subsequentes, condicionado ao repasse dos recursos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, mediante celebração de novo convênio.

Art. 3º A entidade deverá apresentar toda a documentação necessária para firmar o Convênio em conformidade com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Instrução Normativa nº 02/2013, do Controle Interno do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de orçamento próprio.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 1.249/2002.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de março de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.255, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.255, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

"DENOMINA A PRAÇA PÚBLICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada Praça Martinho Leonardo José Hermans a área pública localizada na Rua Aduce Garcia, s/nº, Sertão de Santa Luzia, ao lado do Campo de Futebol.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de março de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.256, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.256, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE COMÉRCIOS QUE DEPOSITEM PNEUS, NOVOS OU USADOS, FERROS VELHO, PÁTIO DE VEÍCULOS APREENDIDOS, E AFINS, UTILIZAREM SISTEMAS DE COBERTURA PARA EVITAR ACÚMULO DE ÁGUA QUE SE TORNA FOCO GERADOR DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI, TRANSMISSOR DA DENGUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Autor: Vereador Elias Cabral

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica obrigatória a instalação de cobertura fixa ou desmontável, em toda e qualquer espécie de comércio que mantenha depósito de pneus, novos e usados, ferros velhos e afins, para evitar o acúmulo de água que se torna meio propício para gerar foco do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue.

Parágrafo Primeiro: A cobertura deverá ser de material rígido, a fim de evitar bolsões acumulados de água.

Parágrafo Segundo: Em caso de pátio de veículos apreendidos, a cobertura citada no parágrafo anterior deverá ser utilizada somente para os veículos avariados, e que por decorrência disso possam acumular água da chuva.

Art. 2º O descumprimento desta lei acarretará ao comércio infrator as seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente e em caso de reincidência:

I - Advertência através de notificação, para que o infrator cesse a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias;

II - Multa, através de auto de infração, no valor de 500 UFMR;

III - Suspensão das atividades, por 30 (trinta) dias;

IV - Cassação do Alvará de Funcionamento.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de março de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.257, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.257, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA A RETIRADA DOS POSTES IRREGULARES NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Autor: Vereador Antônio Brito Junior

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica a empresa Concessionária de Energia Elétrica, obrigada a retirada sem qualquer ônus os postes irregulares instalados no Município de Porto Belo (SC).

Parágrafo Único: Consideram-se irregulares os postes e "estai" (cabo de aço utilizado como sustentação e apoio de poste de luz) localizados em frente às garagens, postes fora de alinhamento em vias públicas e postes de madeira que apresentem perigo e a própria rede de distribuição.

Art. 2º Quanto constatado a instalação irregular ou que esteja obstruindo o acesso a determinado imóvel, caberá ao interessado comunicar o Município que oficiará a empresa concessionária do problema, através de protocolo, a qual terá o prazo de 60 (sessenta) dias para sanar o problema.

Art. 3º O não cumprimento desta Lei acarretará multa de 500 UFMR por dia à empresa concessionária de energia elétrica.

Art. 4º Nos novos loteamentos os postes de sustentação à rede elétrica deverão ser colocados nas divisas dos lotes de terrenos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de março de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito em exercício

Porto União**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 029/2015 PREFEITURA**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 029/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Paraíso das Flores Ltda.
Objeto: Fornecimento de 300 caixas de mudas de flores sortidas com 15 (quinze) unidades em cada caixa, tipo F1, incluindo flores para as estações de inverno e verão.
Valor Total: R\$ 2.085,00 (Dois mil e oitenta e cinco reais).
Vigência: até 31 de dezembro de 2015.
Base legal: Pregão Presencial 009/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de março de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Paraíso das Flores Ltda.
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 022/2015- Prefeitura
Pregão Presencial 009/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Paraíso das Flores Ltda.

Porto União SC, 13 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****CONTRATO NR. 43/2015**

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 43/2015

CONTRATAN- TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 28.793,97 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e três reais, com noventa e sete centavos).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:30 (treze horas e trinta minutos), do dia 10 (dez) de abril de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Uniforme Escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, devidamente matriculados no Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2015, constando quantitativos, tamanhos e valores no Anexo I deste Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 26 DE MARÇO DE 2015.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4603, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4603, de 18 de março de 2015.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO AO SR. CLAUDIO MARCELINO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério ao Sr. Claudio Marcelino, brasileiro, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade nº 529.906, CPF nº 292.656.499-68 domiciliado e residente na Rua Gabriel Bianchet, 303, Bairro Taboão, em Rio do Sul/SC, no cargo de Professor, nível 3, classe E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art. 2º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º- A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4604, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4604, de 18 de março de 2015.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO À SRA. MARGARETE MARIA EISSMANN."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional

41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério à Sra. Margarete Maria Eissmann, brasileira, separada judicialmente, portadora da Cédula de Identidade nº 1.675.720, CPF nº 533.073.649-87 domiciliada e residente na Rua Sofia Kopp, 50, Bairro Barragem, em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, nível 3, classe C, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no Artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4605, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4605, de 18 de março de 2015.

"CONCEDE PENSÃO A SRA. SUELI ALMEIDA BRAND".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 c/c artigo 40 § 7º, inciso II da CF de 1988.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a partir de 14 de Fevereiro de 2015, pensão por morte à Sra. Almeida Brand, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 5.131.166-3, CPF nº 320.476.149-53, domiciliada e residente na rua Fraiburgo, 93, Bairro Barragem, em Rio do Sul - SC, na qualidade de esposa, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. Helio Brand, servidor público municipal ativo, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, masculino, nível E-1.

Art. 2º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003, a pensão corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 14/02/2015.

Art. 4º- Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social

Art. 5º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4608, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4608, de 19 de março de 2015.

"EXONERA ANA MARIA DE OLIVEIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonerado a pedido, a partir de 20/03/2015, a servidora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Chefe Divisão Programas Extra Curricular da Escola Modelo, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4611, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4611, de 20 de março de 2015.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A Sra. MARIA JULIA PAMPLONA".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 40 § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por idade a Sra. Maria Julia Pamplona, brasileira, união estável, telefonista, portador da Cédula de Identidade nº 576.707 e CPF nº 066.897.879-15 domiciliada e residente na Rua Castro Alves, 07, Centro, em Rio do Sul/SC, no cargo de Telefonista, nível C-1, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes

do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

20 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KARISE ROBETTI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 32/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 02/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KARISE ROBETTI, portador(a) do CPF nº 075.941.759-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 32/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 32/2015, iniciando-se a prorrogação em 03/03/2015 e encerrando-se em 06/08/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/02/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KARISE ROBETTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 5.564

LEI Nº 5.564, de 25 de março de 2015.

"ANULA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:
----------	--

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
25 de março de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.566

LEI Nº 5.566, de 25 de março de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	600.000,00
	TOTAL	R\$	600.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
0.001	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	600.000,00
	TOTAL	R\$	600.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
25 de março de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.567

LEI Nº 5.567, de 25 de março de 2015.

"DENOMINA NODGI PELLIZZETTI OS EDITAIS DE INCENTIVO À CULTURA PREVISTOS NO INCISO II, DO ART. 6º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 281, DE 23 DE JULHO DE 2014".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam denominados "Nodgi Pellizzetti" os Editais de Incentivo à Cultura previstos no inciso II, do art. 6º, da Lei Complementar nº 281, de 23 de julho de 2014.
----------	---

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
-------------	--

GABINETE DO PREFEITO

25 de março de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR Nº 300

LEI COMPLEMENTAR Nº 300, de 24 de março de 2015.

"ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Acrescenta o inciso V ao art. 9º da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com a seguinte redação: "Art. 9º (...)

V - taxa de permeabilidade." (NR)

Art. 2º- Altera o inciso II, § 2º do art. 116 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 116. (...)

§2º (...)

II - quadro de áreas com os seguintes itens: área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente (se houver), áreas ocupadas pela nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas, taxa de ocupação, índice de aproveitamento e taxa de permeabilidade;" (NR)

Art. 3º- Altera o art. 467 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 467- O lote mínimo para subzonas ZR1, ZR1E, ZR2, ZR3, ZCD1 e ZCD2, deverá obedecer à tabela 01.

TABELA 01

Aclividade Declividade
Testada Mínima
Profundidade Mínima
Área Mínima

Até 25,00%
12,00 m
20,00 m
300,00 m2

25,01% a 30,00%
14,00 m
25,00 m
450,00 m2

30,01% a 45,00%*
25,00 m
30,00 m
900,00 m2

*O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% e 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamento aprovados) e existentes até dez/13." (NR)

Art. 4º-

Altera o art. 468 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 468. O lote mínimo para subzona ZCD3, ZI e ZRP, deverá obedecer a tabela 02.

TABELA 02

Aclividade Declividade
Testada Mínima
Profundidade Mínima
Área
Mínima

Até 25,00%
30,00 m
50,00 m
1.500,00 m2

25,01% a 30,00%
45,00 m
60,00 m
3.000,00 m2

30,01% a 45,00%*
60,00 m
80,00 m
5.000,00 m2

*O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% a 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamentos aprovados) e existentes até dez/13." (NR)

Art. 5º-

Altera o art. 469 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 469. O lote mínimo para subzona ZCD4, deverá obedecer a tabela 03.

TABELA 03

Aclividade Declividade
Testada Mínima
Profundidade Mínima
Área
Mínima

Até 25,00%
14,00 m
20,00 m
450,00 m2

25,01% a 30,00%
20,00 m
30,00 m
650,00 m2

30,01% a 45,00%*
25,00 m
50,00 m
1.500,00 m2

*O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% a 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamentos aprovados) e existentes até dez/13." (NR)

Art. 6º-

Acrescenta o art. 469-A a Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

"Art. 469-A. O lote mínimo na subzona ZPA, deverá obedecer a tabela 04.

TABELA 04

Aclividade Declividade

Testada Mínima

Profundidade Mínima

Área

Mínima

Até 25,00%

30,00 m

50,00 m

3.000,00 m2

25,01% a 30,00%

45,00 m

60,00 m

5.000,00 m2

30,01% a 45,00%*

60,00 m

80,00 m

7.500,00 m2

* O parcelamento em imóveis com declividade entre 30% a 45% somente será permitido em vias regularizadas (definidas por lei ou projetadas em loteamentos aprovados) e existentes até dez/13." (NR)

Art. 7º-

Altera o caput do art. 502 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 502. O perímetro urbano de Rio do Sul conforme mapa de zoneamento, parte integrante desta Lei Complementar, fica subdividido nas seguintes zonas e subzonas:

(...)" (NR)

Art. 8º-

Altera a Seção I do Capítulo III da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Seção I

Das Zonas Residenciais

Art. 505. Ficam definidas como Zona Residencial as áreas destinadas à função habitacional, onde podem ser permitidos ou tolerados, mediante Estudo de Impacto de Vizinhança, outros usos que não prejudiquem as características da região.

Art. 506. Fica definida como Zona Residencial as áreas destinadas prioritariamente à função habitacional permanente, onde podem ser permitidos ou tolerados outros usos de acordo com o porte, nível de degradação ambiental e pólo gerador de tráfego.

Parágrafo único. Subdividem-se nas subzonas: ZR1 Residencial de baixa densidade, ZR2 Residencial de média densidade e ZR3 Residencial de alta densidade e possuem as seguintes delimitações:

Subzona Residencial 1 (ZR1):

I - ZR1 (BAIRRO ALBERTINA I):

NORTE - Pelo Rio Itajaí do Sul.

SUL - Pelo Ribeirão Albertina.

LESTE - Pela Rodovia SC 350, excluindo os lotes que derem testada.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Sul.

II - ZR1 (BAIRRO ALBERTINA II):

NORTE - Pela Rodovia SC 350, excluindo os lotes que derem

testada.

SUL - Pelo limite do perímetro urbano.

LESTE - Pela Divisa com o Bairro Laranjeiras.

OESTE - Pelo Ribeirão Albertina.

III - ZR1 (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):

NORTE - Pela Rua Clemente Demarchi (excluindo os lotes que lhe derem testada).

SUL - Pela divisa do perímetro urbano.

LESTE - Pela Rua Emilio Adami (incluindo os lotes que lhe derem testada até encontrar o limite do Zoneamento Industrial onde exclui os lotes que derem testada).

OESTE - Pelo limite do perímetro urbano e divisa do município com a cidade de Agronômica.

IV - ZR1 (BAIRRO BARRA ITROUPAVA):

NORTE - Pela Rua Itajaí (incluindo os lotes que lhe derem testada) e pelo limite com a subzona ZCD3.

SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.

LESTE - Pelo Ribeirão Itoupava e Rio Itajaí Açu.

OESTE - Pela Rua Carmela Lenzi (incluindo os lotes que derem testada) e pelo limite com a subzona ZI.

V - ZR1 (BAIRRO BARRAGEM - I):

NORTE - Pela Estrada da Madeira excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pela divisa do perímetro urbano.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Budag.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Barra do Trombudo.

VI - ZR1 (BAIRRO BARRAGEM - II):

NORTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

SUL - Pela Estrada da Madeira excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Budag.

OESTE - Pela Rua Joaçaba incluindo os lotes que derem testada.

VII - ZR1 (BAIRRO BELA ALIANÇA - I):

NORTE - Pela Rua Conselheiro Willy Hering excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pelo limite com a subzona ZRP e limite do perímetro urbano.

LESTE - Pela divisa com o perímetro urbano e o limite com o Município de Lontras.

OESTE - Pela divisa com o bairro Bremer.

VIII - ZR1 (BAIRRO BELA ALIANÇA - II):

NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu.

SUL - Pela Estrada Blumenau excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela Rua Pedro Frankenberger incluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pela Via Prevista 21 (VP21), excluindo os lotes que lhe derem testada.

IX - ZR1 (BAIRRO BELA ALIANÇA - III):

NORTE - Pelo Ribeirão Matador.

SUL - Pela Rua Conselheiro Willy Hering excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pelo Rio Itajaí-Açu.

OESTE - Pela subzona ZEIC.

X - ZR1 (BAIRRO BOA VISTA):

NORTE - Pela Rua Humaitá (excluindo os lotes que derem testada, entre a Ladeira Paraná até a Ladeira Porto Velho).

SUL - Pela Zona de Preservação Ambiental e pela divisa com o Bairro Laranjeiras.

LESTE - Pela subzona ZPA, pela divisa com o bairro Taboão e Bairro Santana.

OESTE - Pela divisa com os bairros Laranjeiras e Eugênio Schneider,

incluindo os lotes que derem testada para a Ladeira Paraná, Rua Goiânia, Rua Pará e Rua Gabriel Maueski.

OBS.: os lotes compreendidos entre a cota 470,00 metros e cota 520,00 metros poderão ser incluídos nesta subzona, mediante comprovação de estabilidade por Laudo Geofísico, emitido por profissional habilitado e acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica.

XI - ZR1 (BAIRRO BREMER I):

NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu.

SUL - Pela Estrada Blumenau excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Bela Aliança.

OESTE - Pelo Ribeirão Taboão.

XII - ZR1 (BAIRRO BREMER II):

NORTE - Pela Estrada Blumenau excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pela divisa do Bairro Taboão, pelo perímetro urbano e pela subzona ZPA.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Bela Aliança.

OESTE - Pelo Ribeirão Taboão e divisa com o Bairro Taboão.

XIII - ZR1 (BAIRRO CANTA GALO I):

NORTE - Pela subzona ZPA.

SUL - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Itoupava.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Fundo Canoas.

XIV - ZR1 (BAIRRO FUNDO CANOAS I):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela divisa com o Bairro Progresso.

LESTE - Pela Estrada Boa Esperança, excluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Progresso e pelo limite do perímetro urbano.

XV - ZR1 (BAIRRO FUNDO CANOAS II):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pelo limite com os Bairros Progresso e Canta Galo e pela subzona ZPA.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Canta Galo, pelo limite do perímetro urbano e pela subzona ZPA.

OESTE - Pela Estrada Boa Esperança, excluindo os lotes que lhe derem testada.

XVI - ZR1 (BAIRRO LARANJEIRAS):

NORTE - Pela subzona ZR3 e pela subzona ZR2.

SUL - Pela divisa com o Bairro Albertina e limite do perímetro urbano.

LESTE - Pela subzona ZPA e limite do perímetro urbano.

OESTE - Pelo final da Rua dos Caçadores, Rua Maranhão e Rua XV de novembro, excluindo os lotes que lhes derem testada.

OBS.: os lotes compreendidos entre a cota 470,00 metros e cota 520,00 metros poderão ser incluídos nesta subzona, mediante comprovação de estabilidade por Laudo Geofísico, emitido por profissional habilitado e acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica.

XVII - ZR1 (BAIRRO NAVEGANTES):

NORTE - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.

LESTE - Pela subzona ZI.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Barra Itoupava.

XVIII - ZR1 (BAIRRO PAMPLONA):

NORTE - Pela subzona ZPA.

SUL - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Progresso e pela subzona ZPA.
OESTE - Pela Subzona ZPA.

XIX - ZR1 (BAIRRO PROGRESSO):

NORTE - Pela divisa com o Bairro Fundo Canoas.

SUL - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.
LESTE - Pela Estrada Boa Esperança, excluindo os lotes que derem testada.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Pamplona e divisa com o perímetro urbano.

XX - ZR1 (BAIRRO RAINHA I):

NORTE - Pela divisa do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testadas.

LESTE - Pelo limite do perímetro urbano e divisa municipal.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Valada São Paulo.

XXI - ZR1 (BAIRRO RAINHA II):

NORTE - Pela Travessa Arnoldo Hoffmann, incluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pela Rua Willand Kurt, incluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela Rua Willand Kurt, incluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pelo Rio Itajaí-Açu.

XXII - ZR1 (BAIRRO SANTA RITA):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pelo Ribeirão Cobras.

OESTE - Pela subzona ZPA e ZI.

XXIII - ZR1 (BAIRRO SANTANA):

NORTE - Pelo limite da subzona ZR3 e pela Avenida Oscar Barcelos, excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pela divisa com o Bairro Boa Vista e a ZPA.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Taboão.

OESTE - Pelo limite das subzonas ZR2 e ZR1E.

XXIV - ZR1 (BAIRRO TABOÃO I):

NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu e pelo limite da subzona ZEIC.

SUL - Pela Estrada Blumenau, excluindo os lotes que lhe derem testada.

LESTE - Pela divisa com o Ribeirão Taboão.

OESTE - Pelo Rio Itajaí Açu.

XXV - ZR1 (BAIRRO TABOÃO II):

NORTE - Pela Estrada Blumenau, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo limite com a subzona ZRP.

LESTE - Pela divisa com o perímetro urbano e divisa com o Bairro Bremer.

OESTE - Pela Rua João Ledra, excluindo os lotes que lhe derem testada.

XXVI - ZR1 (BAIRRO TABOÃO III):

NORTE - Pela Estrada Blumenau, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo limite da subzona ZRP.

LESTE - Pela Rua João Ledra, excluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Santana e pela subzona ZPA.

XXVII - ZR1 (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):

NORTE - Por uma linha reta que parte da Travessa Pedro Mazzini (incluindo os lotes que lhe derem testada) até o ponto P14 do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pelo limite da subzona ZI, ZPA e pela Rua José Marchi

incluindo os lotes que lhe derem testada.
OESTE - Pelo Ribeirão Itoupava.

XXVIII - ZR1 (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):
NORTE - Pela o limite da subzona ZRP.
SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.
LESTE - Pela divisa com o Bairro Rainha.
OESTE - Pelo Ribeirão Cobras.

XXIX - ZR1-E (BAIRRO SUMARÉ):
NORTE - Pela divisa com o Bairro Budag, pela Rua João Conrado Stoll, excluindo os lotes que lhe derem testada.
SUL - Pela divisa do perímetro urbano e Rio Itajaí do Sul.
LESTE - Pela Rua Ruy Barbosa até a Rua Ituporanga (excluindo os lotes que derem testada) e Rio Itajaí do Sul.
OESTE - Pela divisa com o Bairro Budag, pela rua Eleonora Budag (incluindo os lotes de testada) e pelo limite do perímetro urbano.

XXX - ZR1-E (BAIRRO SANTANA):
NORTE - Pela Rua Visconde de Cairú, excluindo lotes que derem testada.
SUL - Pela Rua Humaitá, excluindo lotes que derem testada.
LESTE - Pela Rua Justina de Barba Ledra, incluindo lotes que derem testada.
OESTE - Pela Rua Caetano Cé e Rua Imbuia (incluindo lotes que derem testada) e pela subzona ZR2.

Subzona Residencial 2 (ZR2):

I - ZR2 (BAIRRO EUGÊNIO SCHNEIDER):
NORTE - Pela divisa com o Bairro Centro.
SUL - Pela divisa com o Bairro Laranjeiras, excluindo os lotes que derem testada para a Estrada do Acre.
LESTE - Pela divisa com o Bairro Boa Vista, excluindo os lotes que derem testada para a Rua Guanabara.
OESTE - Pela subzona ZR3.

II - ZR2 (BAIRRO CENTRO):
NORTE - Pela subzona ZR3.
SUL - Pela Rua Humaitá, incluindo os lotes que lhe derem testada até o encontro com a Rua Imaruí.
LESTE - Pela divisa com o Bairro Santana e subzona ZR1E.
OESTE - Pela divisa com a subzona ZR3.

III - ZR2 (BAIRRO SANTANA):
NORTE - Pela subzona ZR3, na rua Ana Nery (excluindo lotes que derem testada).
SUL - Pela Rua Visconde de Cairú, incluindo os lotes que lhe derem testada.
LESTE - Pela Rua Washington Luiz, incluindo os lotes que lhe derem testada, até a Rua Visconde de Cairú.
OESTE - Pela Rua Caetano Cé, incluindo os lotes que lhe derem testada, até o encontro com a Rua Expedicionário Schade.

IV - ZR2 (BAIRRO CANTA GALO):
NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.
SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.
LESTE - Pelo Rio Itajaí Açu.
OESTE - Pelo Ribeirão Canoas.

Subzona Residencial 3 (ZR3):

I - ZR3 (BAIRRO CANOAS):
NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.
SUL - Pelo Rio Itajaí do Oeste.
LESTE - Pela subzona ZR1.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

II - ZR3 (BAIRRO CENTRO I):
NORTE - Pela subzona ZCD1.
SUL - Pela Avenida Oscar Barcelos, incluindo os lotes que derem testada para a Rua Dr. Neumann, Rua Oscar Kirsten e Rua dos Pioneiros, seguindo pela Rua Ana Nery, incluindo os lotes que lhe derem testada.
LESTE - Pela divisa com o Bairro Santana.
OESTE - Pelo rio Itajaí do Sul.

III - ZR3 (BAIRRO CENTRO II):
NORTE - Pela divisa com o Bairro Jardim América e pela subzona ZEIC.
SUL - Pela subzona ZCD1.
LESTE - Pela divisa com o bairro Jardim América.
OESTE - Pelo Rio Itajaí Açu e pela subzona ZEIC.

IV - ZR3 (BAIRRO JARDIM AMÉRICA):
NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu.
SUL - Pela divisa com o Bairro Centro e pela subzona ZCD1.
LESTE - Pela Rio Itajaí Açu.
OESTE - Pelo Rio Itajaí Açu e Rua 07 de Setembro (incluindo os lotes que derem testada) e pela subzona ZEIC.

V - ZR3 (BAIRRO LARANJEIRAS):
NORTE - Pela divisa com o Bairro Centro.
SUL - Pela Rua Maranhão, incluindo os lotes que lhe derem testada até a Rua dos Caçadores.
LESTE - Pela Rua dos Caçadores, incluindo os lotes que derem testada.
OESTE - Pela Rua XV de Novembro excluindo os lotes que derem testada.

VI - ZR3 (BAIRRO SANTANA):
NORTE - Pela subzona ZCD1.
SUL - Pela Rua Ana Nery, incluindo os lotes que lhe derem testada.
LESTE - Pela Rua Rodrigues Alves, incluindo os lotes que lhe derem testada até o encontro com a Rua Ana Nery.
OESTE - Pela Rua Caetano Cé, incluindo os lotes que lhe derem testada até o encontro com a Rua Ana Nery." (NR)

Art. 9º-

Altera a Seção II do Capítulo III da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Seção II

Das Zonas de Corredores Diversificados

Art. 507.Ficam definidas como Zona de Corredor Diversificado, as áreas destinadas prioritariamente para as funções de comércio e prestação de serviços, podendo-se admitir outros usos, conforme definido por esta Lei Complementar.

Parágrafo único- Subdividem-se nas subzonas: Zona Corredor Diversificado Central, Zona Corredor Diversificado Bairro-Centro, Zona Corredor Diversificado de Eixo Industrial e Zona Corredor Diversificado de Turismo Rural (ZCD1, ZCD2, ZCD3, ZCD4), possuindo as seguintes delimitações:

I - Zona de Corredor Diversificado Central - ZCD1:

Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado Central os lotes das quadras entre a Avenida Oscar Barcelos e Alameda Aristiliano Ramos, entre a Rua Carlos Gomes e Alameda Aristiliano Ramos e Rua Anita Garibaldi, excluindo os lotes que derem testada para a Rua Coelho Neto, e o Calçamento Osni Gonçalves.

II - Zona de Corredor Diversificado Bairros-Centro - ZCD 2:

Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado Bairro / Centro os lotes que fazem testada para as seguintes vias: Rua Clemente

Demarchi, Estrada da Madeira até a subzona ZR3, Rua Ruy Barbosa (até a Rua Ituporanga), Rua XV de Novembro, Rodovia SC 350 (até o limite do perímetro urbano e municipal), Estrada Boa Esperança, Estrada Blumenau, Rua Conselheiro Willy Hering e Rua João Ledra até 330,00 metros após a Rua Aldo Luiz Cristofolini.

III - Zona de Corredor Diversificado de Eixo Industrial - ZCD3: Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado de Eixo Industrial todos os lotes que fazem testada com o lado esquerdo da Rodovia BR 470 e os lotes que fazem testada com o lado direito da Rodovia BR 470, no trecho entre a divisa com o município de Lontras e a Rua Roberto Henrique Wagner.

IV - Zona de Corredor Diversificado de Turismo Rural - ZCD4: Ficam definidos como Zona Corredor Diversificado Turístico Rural os lotes que fazem testada por uma faixa de 100,00m (cem metros) metros a partir do eixo das seguintes vias: Estrada Geral Albertina (até o limite do perímetro urbano), Rua João Ledra a partir da subzona ZCD2 até a Rua Carlos Parma, Rua Gustav Hasse (até o limite do perímetro urbano), Rua Julio Schlupp (a partir da Estrada Geral Braço Bela Aliança até a Rua Gustav Hasse), Rua Prefeito Luis Adelar Soldatelli a partir da subzona ZR1 até o limite do perímetro urbano, Rua Expedicionário Alessandro Stédille a partir da subzona ZR1 até a confluência com a Rua dos Vereadores, Rua dos Vereadores a partir da subzona ZI até o limite com o perímetro urbano.”(NR)

Art. 10-
Altera a Seção III do Capítulo III da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Seção III
Das Zonas Rurais de Proteção

Art. 508- Ficam definidas como Zona Rural de Proteção (ZRP) os lotes pertencentes ao Perímetro Urbano, mas ainda com características de uso rural, destinadas à manter as atividades rurais, tradicionalistas e de preservação do meio ambiente dentro do caráter urbano, podendo-se admitir outros usos, conforme definido por esta Lei Complementar.

I - ZRP (BAIRRO ALBERTINA I):
NORTE - Pela Estrada Geral da Albertina (excluindo os lotes que derem testada).
SUL - Pela divisa com o município de Aurora.
LESTE - Pela divisa do perímetro urbano.
OESTE - Pela Rodovia SC 302, excluindo os lotes que lhe derem testada.

II - ZRP (BAIRRO ALBERTINA II):
NORTE - Pelo Rio Itajaí do Sul.
SUL - Pela divisa municipal.
LESTE - Pela Rodovia SC 302, excluindo os lotes que derem testada.
OESTE - Pelo Rio Itajaí do Sul.

III - ZRP (BAIRRO BELA ALIANÇA):
NORTE - Pelo ponto P27 do perímetro urbano, até a Estrada Geral Braço Bela Aliança, excluindo os lotes que lhe derem testada.
SUL - Pelo limite do perímetro urbano.
LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.
OESTE - Pelo limite do perímetro urbano.
OBS.: excluem-se os lotes da subzona ZCD4.

IV - ZRP (BAIRRO TABOÃO):
NORTE - Por uma linha perpendicular a Rua João Ledra situada na esquina com a Rua Particular localizada a 330,00 (trezentos e trinta metros) da Rua Aldo Luiz Cristofolini.

SUL - Pela divisa com o perímetro urbano.
LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.
OESTE - Pelo subzona ZPA e limite do perímetro urbano.
OBS.: excluem-se os lotes da subzona ZCD4.

V - ZRP (BAIRRO ITOUPAVA):
NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.
SUL - Pela Travessa Zacarias Vieira, excluindo os lotes que lhe derem testada, e pelas subzonas ZR1 e ZI.”
LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.
OESTE - Pelo limite do perímetro urbano.
OBS.: excluem-se os lotes da subzona ZCD4.

VI - ZRP (BAIRRO VALADA SÃO PAULO):
NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.
SUL - Pela subzona ZR1 que termina a 600,00m (seiscentos metros) da Rua Antonio Dolzan.
LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.
OESTE - Pelo Ribeirão Cobras e limite do perímetro urbano.”

Art. 11-
Altera a Seção IV do Capítulo III da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:
“Seção IV
Das Zonas Industriais

Art. 509. Ficam definidas como Zona Industrial (ZI) as áreas destinadas preferencialmente à instalação de indústrias, cujas atividades estejam de acordo com o CNAE e Resoluções do CONSEMA, podendo-se admitir outros usos, conforme definido por esta Lei Complementar.

I - ZI (BAIRRO BARRA DO TROMBUDO):
NORTE - Por uma linha perpendicular à Rua Emílio Adami, que se inicia a 312,00m da Estrada da Madeira, seguindo em linha reta até a Estrada Palmitos, no ponto que dista 235,00m (duzentos e trinta e cinco metros) perpendicularmente à SD 15.
SUL - Por uma linha reta que parte da lateral direita da Rua Particular que dista 752,00m (setecentos e cinquenta e dois metros) da Estrada da Madeira, até encontrar a Estrada Palmitos.
LESTE - Pela Rua Emilio Adami, incluindo os imóveis que lhe derem testada no lado direito.
OESTE - Pela Estrada Palmitos, incluindo os lotes que lhe derem testada.

II - ZI (BAIRRO BARRA ITOUPAVA):
NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.
SUL - Pela Rua Itajaí, excluindo os lotes que lhe derem testada.
LESTE - Pela Travessa Emílio Trevisani, excluindo os lotes que derem testada.
OESTE - Pela Rua Carmela Lenzi, excluindo os lotes que derem testada.

III - ZI (BAIRRO BELA ALIANÇA):
NORTE - Pelo Rio Itajaí Açu.
SUL - Pela Estrada Blumenau, excluindo os lotes que lhe derem testada.
LESTE - Pela Rua Pedro Frankenberger, excluindo os lotes que lhe derem testada.
OESTE - Pela divisa com o Bairro Bremer.

IV - ZI (BAIRRO NAVEGANTES):
NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.
SUL - Pelo Rio Itajaí Açu.
LESTE - Pelo Ribeirão Cobras.
OESTE - Pela Rua 13 de Agosto, Rua Particula do Condomínio

Belegante e Rua George Rausch, excluindo os lotes que lhe derem testada.

V - ZI (BAIRRO PAMPLONA I):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem lhe testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Canoas.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste e Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

VI - ZI (BAIRRO PAMPLONA II):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que lhe derem testada.

SUL - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

LESTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste.

OESTE - Pelo Rio Itajaí do Oeste e divisa municipal.

VII - ZI (BAIRRO RAINHA):

NORTE - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

SUL - Pelo rio Itajaí Açu.

LESTE - Pela divisa municipal.

OESTE - Pelo Rio Itajaí Açu e subzona ZR1.

VIII - ZI (BAIRRO VALADA ITROUPAVA I):

NORTE - Pela Travessa Zacarias Vieira em linha reta até o limite do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470 excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pelo Ribeirão Itoupava.

OESTE - Pela divisa com o Bairro Canta Galo, excluindo os lotes que derem testada para a Rua Severino Lenzi, e pela ZPA.

VIX - ZI (BAIRRO VALADA ITROUPAVA II):

NORTE - Pela subzona ZRP.

SUL - Pela Rodovia BR 470, excluindo os lotes que derem testada.

LESTE - Pela Rua Ambrósio Simeoni, incluindo os lotes que lhe derem testada.

OESTE - Pela subzona ZR1."(NR)

Art. 12-

Altera a Seção V do Capítulo III da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Seção V

Das Zonas de Preservação

Art. 510. Ficam definidas como Zona de Preservação Ambiental (ZPA) as áreas destinadas à preservação ecológica, paisagística e ambiental, sendo admitido apenas o uso residencial de micro e pequeno porte, conforme definido por esta Lei Complementar.

I - ZPA (BAIRRO BOA VISTA):

NORTE - Pela Rua Espírito Santo, Rua Reinoldo Klehm, Rua Gustavo Kopp (até a Rua 13 de maio), Travessa 13 de maio e Rua Humaitá, excluindo todos os lotes que lhe derem testada) até a cota 470,00 metros, seguindo pela linha de divisa com o Bairro Taboão.

SUL - Pelo limite com o bairro Laranjeiras.

LESTE - Pela Divisa com o Bairro Taboão.

OESTE - Por uma linha reta que parte do cruzamento das Ruas Espírito Santo e Rua José Cardoso Sobrinho, excluindo os lotes que lhes derem testada até a cota 470,00 metros, até a divisa com o bairro Laranjeiras.

II - ZPA (BAIRRO BREMER):

NORTE - Pela Rua Alvino Hoffmann, excluindo os lotes que lhe derem testada, seguindo por uma linha perpendicular à Estrada dos Quintinos até encontrar o limite do perímetro urbano.

SUL - Pelo limite do perímetro urbano.

LESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

OESTE - Pelo limite do perímetro urbano.

III - ZPA (BAIRRO CANTA GALO):

NORTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.

SUL - Por uma linha reta e quebrada que parte do ponto P07 do perímetro urbano até o final da Rua Antonio Salla, excluindo os imóveis que lhe derem testada, partindo do final da Rua Antonio Salla até a Ponte Francisco Bondavalli, excluindo os imóveis que derem testada para a Rua Dona Francisca; seguindo até a ponte Augusto Pedro Vieira de onde parte para a Rua Heitor Largura (excluindo os imóveis que lhe derem testada a partir da Rua Acary Ismar Dalfovo), seguindo então por uma faixa de 500,00m (quinhentos metros) paralela à Rodovia BR 470 (excluindo os lotes que derem testada para a Rua Dinamarca e Emílio Ferrari).

LESTE - Por uma faixa de 200,00m (duzentos metros) paralela à Rua dos Vereadores).

OESTE - Pelo limite do Perímetro Urbano.

IV - ZPA (BAIRRO LARANJEIRAS):

NORTE - Pela divisa com o Bairro Boa Vista

SUL - Com o limite do perímetro urbano.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Taboão.

OESTE - Pela Rua Guanabara, excluindo os lotes que lhe derem testada até a cota 470,00 metros, seguindo em linha reta até a Rua Salvador.

V - ZPA (BAIRRO PAMPLONA):

NORTE - Pela divisa do perímetro urbano.

SUL - Pela Rodovia BR 470, incluindo os lotes que lhe derem testada, e pela subzona ZR1.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Progresso.

OESTE - Pela divisa do perímetro urbano.

VI - ZPA (BAIRRO VALADA ITROUPAVA):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela subzona ZI.

LESTE - Pela divisa com o Bairro Santa Rita.

OESTE - Pela subzona ZRP.

VII - ZPA (BAIRRO SANTA RITA):

NORTE - Pelo limite do perímetro urbano.

SUL - Pela subzona ZI.

LESTE - Por uma linha reta que parte em ângulo interno de 134º, do final da Rua Ambrósio Simeoni, com extensão de 560,00m (quinhentos e sessenta metros).

OESTE - Pelo ponto da extremidade leste em linha curva até encontrar o limite do perímetro urbano.

Subzona de Preservação Especial (PE):

I - PE1 - Terreno situado junto a confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste;

II - PE2 - Cachoeira do Taboão;

III - PE3 - Cachoeira do Fundo Canoas;

IV - PE4 - Cachoeira do Bela Aliança;

V - PE5 - Cachoeira da Albertina;

VI - PE6 - Área de domínio da RFFSA;

VII - PE7 - Cota emergencial definida no art. 478."(NR)

Art. 13-

Altera o inciso VII do art. 478 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 478. [...]"

VII - para efeito desta Lei Complementar consideram-se como faixas non aedificandi o que segue:

a) toda área abaixo da cota emergencial, considerando o nível do mar, definida pela tabela abaixo:

Rio

Trecho Cota de referência	335,00 m
Itajaí do Oeste Barra do Trombudo 338,00 m	Itajaí-Açu Bremer 334,00 m
Itajaí do Oeste Barragem 338,00 m	Itajaí-Açu Navegantes 334,00 m
Itajaí do Oeste Pamplona 338,00 m	Itajaí-Açu Santa Rita 333,00 m
Itajaí do Oeste Budag 338,00 m	Itajaí-Açu Bela Aliança 333,00 m
Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu Canoas 337,00 m	Itajaí-Açu Rainha 333,00 m
Itajaí do Sul Bom Fim 339,00 m	b) faixa paralela à estrada Blumenau (em toda a sua extensão) com a largura de 15,00m a partir do eixo para cada lado; c) faixa paralela à Travessa Paulo Ledra, trecho entre a Avenida Oscar Barcelos e ponte Ministro Mário Andreazza com extensão de 20,00m, sendo que 8,50m a partir do eixo para o lado esquerdo e 11,50cm a partir do eixo para o lado direito (considerando-se como lado direito o da esquina com a rua Dom Bosco); d) faixa de 15,00m paralela à Avenida Governador Ivo Silveira partindo do eixo para cada lado; e) faixa paralela à Estrada da Madeira e Rua Clemente Demarch de 15,00m a partir do eixo para cada lado; f) faixa de domínio da RFFSA em toda área existente no município; g) faixa paralela à Rua Lilly Brehmer, de 15,00m a partir do eixo para cada lado; h) faixa paralela à Rua Deputado Walter Roussenq Filho, de 17,00m a partir da lateral esquerda.". (NR)
Itajaí do Sul Albertina 339,00 m	Art. 14- Altera o caput do art. 512 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 512. Para cada zona e subzona os Usos Admitidos e Índices Urbanísticos Admitidos são os contidos no Quadro de Índices Urbanísticos (Anexo 06), parte integrante desta Lei Complementar."(NR)
Itajaí do Sul Sumaré 338,00 m	Art. 15- Altera o art. 522 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 522. A liberação de atividades nas zonas e subzonas do município de Rio do Sul, constantes no zoneamento estabelecido pela presente Lei, será determinada pela sua função, pelo porte ou ainda se for considerada: I - Polo Gerador de Tráfego Leve (PGTL); II - Polo Gerador de Tráfego Pesado (PGTP); III - Polo Gerador de Ruído Noturno (PGRN); IV - Polo Gerador de Ruído Diurno (PGRD). §1º Os usos e atividades que forem enquadrados nos incisos I a III do caput deste artigo e definidos pelo Plano Diretor ou por legislação específica, deverão se submeter à eventuais exigências da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente para liberação. §2º Considera-se como Polo Gerador de Tráfego o empreendimento que centraliza, por sua natureza, a utilização rotineira de veículos, podendo o tráfego ser considerado como leve ou pesado, de acordo com o que segue: I - consideram-se como Polo Gerador de Tráfego Pesado as seguintes atividades:
Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu Centro 338,00 m	
Itajaí-Açu Jd. América 337,00 m	
Itajaí-Açu Canta Galo (lado Oeste da Av. Ivo Silveira) 337,00 m	
Itajaí-Açu Canta Galo (lado Leste da Av. Ivo Silveira) 336,00 m	
Itajaí-Açu Santana 337,00 m	
Itajaí-Açu Taboão 336,00 m	
Itajaí-Açu Barra Itoupava 335,00 m	
Itajaí-Açu Valada Itoupava	

- a) Estabelecimentos de comércio ou serviço, geradores de tráfego pesado, quando predomina a movimentação de caminhões, ônibus e congêneres;
- b) Estabelecimentos de posto de abastecimento de combustíveis com capacidade de armazenamento de óleo diesel acima de 15.000l (quinze mil litros);
- c) Estabelecimentos de companhia transportadora ou estabelecimentos de distribuidora de mercadoria, de mudança e congêneres, que operem com frota de caminhões;
- d) Estabelecimentos de entreposto, depósitos ou armazéns de estocagem de matéria-prima;
- e) Estabelecimentos atacadistas ou varejistas de materiais brutos, como sucata, materiais de construção, insumos e produtos agrícolas;
- f) Terminal rodoviário e indústrias de grande porte.

II - consideram-se como Polo Gerador de Tráfego Leve as seguintes atividades:

- a) Estabelecimentos de comércio e prestação de serviço de grande porte, tais como hiper e supermercados, "shopping centers", lojas de departamentos, centros de compras;
- b) Pavilhões para feiras ou exposições, varejões e congêneres;
- c) Locais de grande concentração de pessoas, tais como salas de espetáculos, centros de convenções, estádios e ginásios de esportes, locais de culto religioso, universidades, escolas e congêneres;
- d) Hospitais e pronto-socorro;
- e) Estabelecimentos de posto de abastecimento de combustíveis com capacidade de armazenamento de óleo diesel de até 15.000l (quinze mil litros).
- f) Indústrias de pequeno e médio porte.

§3º Consideram-se como Polo Gerador de Ruído Noturno o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição que, pela sua atividade tenha funcionamento entre 22:00 horas e 6:00 horas do dia seguinte, representado pelas seguintes atividades:

- I - Bares com música, casas de jogos e bilhares, clubes noturnos, boates e congêneres;
- II - Salões de baile, salões de festas e congêneres;
- III - Campos de esportes, edifícios para esporte ou espetáculo;
- IV - Locais de culto religioso que utilizem alto-falante em cerimônia noturna;
- V - Centros de eventos e convenções.

§4º Considera-se como Polo Gerador de Ruído Diurno o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição que, pela sua atividade tenha funcionamento entre 6:00 horas às 22:00 horas, representado pelas seguintes atividades:

- I - Estabelecimentos com atividade industrial que utilizem qualquer equipamento ou aparelho motorizado e similares, que emitam ruídos;
- II - Estabelecimentos com atividade de prestação de serviços que utilizem qualquer equipamento ou aparelho motorizado e similares, que emitam ruídos.

§5º Os usos e atividades que se enquadrarem nos incisos I a III do caput deste artigo, além do cumprimento dos demais dispositivos previstos nesta lei, poderão ter sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança EIV, conforme regulamentado por decreto municipal, desde que a atividade esteja prevista como "P" (permitida) ou "T" (tolerada) no Quadro de Índices Urbanísticos - Anexo 06.

§6º Os usos se encontram definidos na tabela do CNAE - Classificação Nacional de atividades Econômicas, disponível no site do IBGE." (NR)

Art. 16-

Altera o art. 523 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 523. Para análise do porte dos empreendimentos, será considerado o seguinte:

- I - Micro Porte - até 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída;
- II - Pequeno Porte - de 150,01m² (cento e cinquenta e um metros

quadrados) até 500,00m² (quinhentos metros quadrados) de área construída;

III - Médio Porte - de 500,01m² (quinhentos e um metros quadrados) a 2.500,00m² (dois mil metros quadrados) de área construída;

IV - Grande Porte - acima de 2.500,01m² (dois mil quinhentos e um metros quadrados) de área construída."(NR)

Art. 17-

Altera o art. 525 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 525. O uso residencial será multifamiliar sob forma de edifícios ou condomínios de forma permanente ou transitória.

§ 1º O uso residencial transitório se caracteriza por:

I - hotéis - que se situarão nas zonas residenciais, zonas de corredores diversificados, Industriais, zonas rurais de proteção e rurais;

II - motéis - que se situarão nas zonas Industriais, zonas de proteção rural e rurais;

III - pensões, albergues, pousadas e alojamentos - que se situarão nas zonas residenciais, zonas de corredores diversificados, zonas Industriais, zonas de proteção rural e rurais.

§ 2º A edificação de hotéis, motéis ou similares na área rural e zonas de proteção rural poderão acontecer sempre que não causar degradação ambiental."(NR)

Art. 18-

Altera o art. 526 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 526. O uso residencial multifamiliar poderá ser tolerado na Zona de Proteção Rural quando o local for provido de infraestrutura básica de acordo com parecer favorável da Comissão Permanente do Plano Diretor."(NR)

Art. 19-

Altera o art. 529 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 529. Quando se tratar dos usos previstos nesta seção estes somente poderão acontecer no alinhamento frontal na subzona ZCD1.

Parágrafo único. Não sendo no alinhamento, respeita-se o afastamento frontal preconizado para a zona em que se situam. Conforme Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06."(NR)

Art. 20-

Altera o art. 533 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 533. O uso de serviço e comércio poderá ser autorizado em todas as subzonas, de acordo com o Quadro de índices Urbanísticos - Anexo 06 - quando não interferir nas demais atividades."(NR)

Art. 21-

Altera o art. 534 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 534. Deverá ser observado para instalação de qualquer indústria o Quadro das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, conforme Resoluções 003/2008, 13/2012 e 14/2012 do CONSEMA e respectivas alterações, bem como o Quadro de Índices Urbanísticos - anexo 06."(NR)

Art. 22-

Altera o art. 549 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 549. O uso social privado é destinado aos clubes e associações e poderá se localizar em qualquer zona desde que observado o isolamento acústico."(NR)

Art. 23-

Altera o art. 554 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 554. Circos e Parques de Diversões deverão localizar-se preferencialmente nas vias estruturais e coletoras, não podendo localizar-se na subzona ZR1E."(NR)

Art. 24-

Altera o art. 556 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 556. Para locação de Edifícios Públicos Administrativos deve-se observar:

I - serem tratados como locais de trabalho e afluência pública e não como monumento para ostentação;

II - previsão de terrenos para instalação de pequenas unidades descentralizadas da administração municipal;

III - ter estacionamento compatível com área construída, conforme regulamentado por esta Lei Complementar."(NR)

Art. 25-

Altera o art. 568 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 568. As igrejas poderão se instalar em qualquer subzona desde que apresente um Estudo de Impacto de vizinhança (EIV) junto com um senso de aprovação dos moradores num raio de 200,00m (duzentos metros) do local a ser instalada."(NR)

Art. 26-

Altera o art. 587 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 587. São consideradas Vias Arteriais as que fazem ligações entre as vias de acesso rápido e as vias coletoras, sendo elas:

DENOMINAÇÃO

DA VIA

GABARITO

CONSIDERAÇÕES

ATUAL

PROPOSTO

PASS.D

PISTA

PASS.E

PASS. D

PISTA

PASS.E

Aristiliano

Ramos Av. – Trecho 01 (Av. 7 de setembro até Rua São João)

2,00

16,00

2,00

4,00

16,00

4,00

Aristiliano

Ramos Av. – Trecho 02 (Rua São João até Praça Gino de Lotto)

2,00

16,00

2,00

4,00

16,00

4,00

Barão do Rio Branco

3,00

11,80

2,90

3,00

12,00

3,00

Basílio C. Negrodo R

1,80

11,90

1,10

3,00

11,90

3,00

Blumenau – Trecho 01 (Praça Gino de Lotto até Rua João Fronza)

.....

18,00 (total)

.....

4,00

22,00

4,00

Ver projeto

Blumenau – Trecho 02 (Rua João Fronza até Estrada Quintino)

.....

19,00

(total)

.....

4,00

22,00

4,00

Ver projeto

Blumenau – Trecho 03 (Estrada Quintino até o Ribeirão Matador)

.....

19,00 (total)

.....

4,00

22,00

4,00

Ver projeto

Boa Esperança

2,00

8,00

2,00

2,00

8,00

+

2,00*

2,00

2,00*

= ciclovias

Bulcão Viana – Trecho 01 (Georg Lucas até General Osório)

2,00

10,00

2,00

2,00

10,00

2,00

Bulcão Viana – Trecho 02 (General Osório até Ângelo Tomio)

2,00

8,00

2,00

2,00

8,00

2,00

Carlos Gomes R

2,55

10,50

2,35

3,00	3,70
10,50	12,10
3,00	3,90

Clemente Demarch R	30,00
2,00	(total)
12,00
2,00	
4,00	Governador Jorge Lacerda
12,00	3,00
4,00	2,60*
	+
Conselheiro Willy Hering – Trecho 01 (Riberirão Matador até Rua	11,60
Júlio Schlupp)	3,00
1,00	3,00
3,50+6,80	2,60*+
1,80	11,60
4,00	3,00
22,00	2,60*= 2,00 ciclovía + 0,60 canteiro
4,00	
Ver projeto	Guilherme Gemballa
	4,00
Conselheiro Willy Hering – Trecho 02 (Rua Júlio Schlupp até divisa	12,00
com Lontras)	4,00
.....	4,00
13,00	12,00
(total)	4,00
.....	
4,00	Júlio Roussenq Filho
22,00	2,00
4,00	9,00
Ver projeto	2,95
	3,00
Dom Bosco	9,00
2,00	3,00
11,00	
2,00	Lilly Bremer
3,00	2,00
11,00	8,00
3,00	2,00
	4,00
Dom Pedro II	22,00
1,45	4,00
10,00	Ver projeto
1,60	
3,00	Madeira
10,00	6,00
3,00	7,00
	5,00
Dona Augusta Deecke Av.	4,00
3,00	22,00
2,60*	4,00
+	Ver projeto
11,40	
3,00	Marconi R
3,00	2,90
14,00	9,40
3,00	1,60
2,60*=2,00 ciclovía +0,60 canteiro	3,00
	9,40
Florinda Coninck	3,00
.....	
8,00	Novembro, 15 de R
.....	2,00
2,00	12,00
8,00	2,00
2,00	4,00
	12,00
Governador Ivo Silveira	4,00

Oscar Barcelos R
Trecho 01
R. XV de Novembro / Viaduto

2,40

10,00

2,80

4,00

10,00

5,00

Oscar Barcelos - Trecho 02
Viaduto / R. Pioneiros

2,00

10,00

3,90

2,00

4,00

10,00

4,00

Oscar Barcelos - Trecho 03
R. Pioneiros / R. Pres. Kennedy

3,95

9,50

+

0,50*

1,85

(ciclovía)

1,35

10,00

4,00

0,50*

= canteiro

Oscar Barcelos - Trecho 04
R. Pres. Kennedy / R. Paulo Ledra

4,90

19,00

5,00

4,00

19,00

4,00

Oscar Barcelos - Trecho 05

R. Paulo Ledra / R. João Ledra

5,00

15,10

4,70

.....

29,00

(total)

.....

Patrício Noveletto

12,00

2,00

8,00

2,00

Presidente Kennedy

2,00

9,00

+ 2,00*

2,00

3,00

9,00

+

2,00*

3,00

2,00*

= ciclovía

Princesa Isabel R

1,50

9,00

1,50

3,00

12,00

3,00

Rui Barbosa R

1,50

9,00

1,50

3,50

11,00

3,50

Setembro, 7 de

5,00

10,00

5,00

5,00

10,00

5,00

Vereadores

2,00

2,30*+

8,30

4,30

.....

16,00 (total)

.....

2,30*

= ciclovia

Vidal Ramos R

1,95
10,60
2,00
a
3,60
3,00
10,60
3,00

Deputado Walter Roussenq

10,00

2,00
8,00
2,00

".(NR)

Art. 27-

Altera o art. 607 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 607.Consideram-se Vias Previstas:

TRECHO

LOCALIZAÇÃO

VP1

Entre R. Bom Sucesso e Estr. São José

VP2

Prolongamento da R. Chile até Loteamento Panorama

VP3

Prolongamento da R. Chile até R. Osvaldo Kriek

VP4

Entre R. Ermínio Stolf até R. João Fronza

VP5

Trecho entre R. Humaitá e R. Nova Trento

VP6

Entre Rua Pedro Francisco Heisel e a R. Curt Schroeder

VP7

Prolongamento da R. Vaticano em 500,00m até encontrar a rua sem denominação SD122

VP8

Antigo leito RFFSA do acesso ao Mutirão Habitacional Barragem até R. Otto Wetztein

VP9

Prolongamento da R. dos Caçadores até R. Maranhão

VP10

Prolongamento da R. São Paulo até a R. Botânico Kulmann

VP11

Trecho entre SD57 e a R. Roberto Koch

VP12

Prolongamento da Rua João Hoffmann até a Rua Alfredo Viebrantz

VP13

Paralela Estrada da Madeira

VP14

Ligação SC 302 com a Rua Pedro Avelino dos Santos (RSL-050)

VP15

Ligação Rua Kurt Schroeder e Rua Jorge Theidl

VP16

Ligação Rua D. Pedro II com a Av. Governador Jorge Lacerda (com ponte)

VP17

Paralela Rua Princesa Isabel

VP18

Ligação Av. 7 de setembro com Rua Coelho Neto

VP19

Ligação Alameda Bela Aliança com Rua Coelho Neto

VP20

Ligação Rua Dom Bosco com Al. Bela Aliança

VP21

Ligação Estrada Blumenau com Rua Dom Bosco

VP22

Marginal rodovia BR 470 (Valada Itoupava)

VP23

Ligação Rua João Ledra com Estrada Quintino

VP24

Paralela Estrada Blumenau (após Rua João Ledra)

VP25

Ligação Valada São Paulo com Valada Itoupava

VP26

Marginal rodovia BR 470 – entre Rua Ambrósio Semioni e Estada da Penha)

VP27

Marginal rodovia BR 470 – entre Rua 13 de agosto e Rua Willand Kurth

VP28

Ligação Estrada Blumenau e rodovia BR 470 (com ponte)

VP29

Ligação Rua Duque de Caxias com Av. Oscar Barcelos

VP30

Duplicação Ponte dos Arcos

VP31

Ligação BR 470 com Estrada Bonfim

VP32

Ligação Estrada Bonfim com SC 350 (com ponte)

VP33

Ligação Rua Dom Pedro II com Av. Governador Jorge Lacerda (com ponte)

VP34

Paralela Rua dos Caçadores

VP35

Marginal BR 470 (entre Fundo Canoas e Estrada Redentor)

VP36

Ligação SC 350 com Taboão (via Estrada Valada Albertina e Rua João Ledra)

VP37

Marginal BR 470 entre Rua Carl Lingner e Rua Emílio Ferrari

VP38

Paralela da Ivo Silveira (com ponte)

VP39

Ligação Rua General Osório com Avenida Oscar Barcelos

“(NR)

Art. 28-

Altera o art. 644 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 644. Os índices máximos e mínimos são fixados para cada subzona de acordo com o Quadro de Índices Urbanísticos, anexo 06.

Parágrafo único- Os limites de aproveitamento dos lotes são determinados pela aplicação simultânea de:

I - índice de aproveitamento;

II - gabarito;

III - afastamentos;

IV - taxa de ocupação;

V - taxa de permeabilidade.”(NR)

Art. 29-

Altera o art. 645 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 645. O índice de aproveitamento é calculado para expressar a área máxima da construção permitida.

Parágrafo único- Na aplicação deste índice não serão computadas no cálculo das subzonas ZR1, ZR2, ZR3, ZCD1 e ZCD2, como forma de estímulo às áreas correspondentes a:

I - áreas sob pilotis - desde que seja ocupada tão somente pelo hall de entrada, por compartimentos de utilização transitória e por áreas de lazer;

II - playground e outros equipamentos destinados ao lazer em áreas não cobertas;

III - subsolos;

IV - garagem e área de circulação de veículos;

V - casa de máquinas, bombas, poço de elevadores, caixa d'água, centrais de ar condicionado, gás, instalações para coleta de lixo, shafts, lajes técnicas e medidores em geral;

VI - local destinado a circulação de pessoas dentro de edificação comercial, desde que coberta;

VII - apartamento de zelador;

VIII - plataforma para pouso de emergência segundo normas do Corpo de Bombeiros.”(NR)

Art. 30-

Altera o art. 652 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 652. Não serão computados para efeito de cálculo de altura das edificações:

I - sobrelojas e mezaninos, desde que não ultrapassem 6,00 m (seis metros) de altura;

II - pavimento em subsolo;

III - caixa d'água, casa de máquinas e outros serviços gerais do prédio situados na cobertura, até o limite máximo de 6,00 m (seis metros) de altura;

IV - terraços cobertos destinados a recreação de uso comum dos condôminos, desde que com área máxima de 1/3 (um terço) da área do último pavimento;

V - chaminés;

VI - o pavimento térreo e o primeiro pavimento, nas subzonas ZR2, ZR3, ZCD1 e ZCD2, quando o pavimento térreo for destinado ao uso por estacionamento rotativo público/privado e o primeiro pavimento for destinado à garagem pública ou privativa.”(NR)

Art. 31-

Altera o art. 654 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 654. Os espaços livres definidos como afastamentos obrigatórios, deverão ser tratados como áreas verdes de acordo com a taxa de permeabilidade prevista para a referida subzona, onde se encontra o imóvel, ressaltando o direito à realização das seguintes obras:

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - central de gás, subsolo ou estacionamento descoberto nos afastamentos laterais ou de fundos;

III - Quando o uso for comercial ou industrial, poderá ser utilizado os afastamentos para estacionamentos e pátios de carga e descarga.

§1º Nas superfícies não construídas, deverão ser plantadas árvores de pequeno porte, na proporção mínima de um espécime para cada 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área do terreno.

§2º O afastamento frontal deverá ser usado com ajardinamento, permitindo-se a impermeabilização do solo desde que não ultrapasse a taxa de permeabilidade prevista pelo quadro de índices urbanísticos.”(NR)

Art. 32-

Altera o art. 656 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 656. As construções deverão obedecer ao seguinte:

I - respeitar o afastamento frontal mínimo de 4,00 metros em todas as subzonas, exceto nas subzonas ZCD1, ZCD3 e ZI a partir da previsão de alargamento da via, se for o caso;

II - respeitar o afastamento mínimo frontal exigido no Quadro de Índices Urbanísticos, em todos os pavimentos.

§1º O recuo frontal nas subzonas residenciais, em becos com até 6,00 (seis) metros de largura, sem possibilidade de expansão, desde que atestado pelo órgão municipal competente, será de 2,00 (dois) metros.

§2º (...).”(NR)

Art. 33-

Altera o art. 658 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 658- Para edificações térreas na área resultante do afastamento frontal fica permitida a construção de guaritas, centrais de gás e lixeiras.

Parágrafo único- Para os demais pavimentos fica permitido o avanço de sacadas em balanço, com no máximo 1,50m (metro e cinquenta centímetros) sobre o recuo exigido e afastamento das divisas laterais de no mínimo 1,50m.” (NR)

Art. 34-

Revoga o art. 660 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006.

Art. 35-

Altera o art. 662 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 662- Na subzona de Corredor Diversificado Central - ZCD1, a edificação poderá utilizar a taxa de ocupação de até 100% (cem por cento) do terreno até o 3º pavimento desde que respeitadas as exigências das áreas mínimas de iluminação e ventilação estabelecidas nesta Lei Complementar.” (NR)

Art. 36-

Altera o art. 663 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 663. Para as demais zonas, a parede cega quando utilizada, nunca poderá ultrapassar mais de 60% (sessenta por cento) do perímetro do lote.

§1º Para lotes de esquina, poderá ser ocupado até 75% (setenta e cinco por cento) do perímetro do lote;

§2º Excetua-se deste cálculo a dimensão da(s) testada(s) do lote;

§3º Deverá sempre ser respeitado o afastamento mínimo frontal obrigatório, quando este for exigido;

§4º Nas subzonas ZCD1 e ZR3 a altura da parede cega no(s) alinhamento(s) da edificação, não poderá ser superior a 10,00 (dez metros) e para as demais subzonas não poderá ultrapassar 7,00 (sete metros), incluindo a platibanda."(NR)

Art. 37-

Altera o art. 665 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 665. Será permitido o uso das divisas laterais e de fundos com paredes cegas nos seguintes casos:

I - nas subzonas de corredor diversificado central e ZR3 com até 3 (três) pavimentos, respeitando a altura máxima prevista;

II - nas subzonas ZR1, ZR2 e ZCD2 com até 2 (dois) pavimentos desde que não sejam de uso residencial, respeitando a altura máxima prevista."(NR)

Art. 38-

Altera o art. 676 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 676. São considerados parte integrante desta Lei Complementar os seguintes anexos e suas alterações:

Anexo 01 - Mapa do Perímetro Urbano e Limite de Bairros;

Anexo 02 - Cone de Sombreamento;

Anexo 03 - Mapa de Zoneamento;

Anexo 04 - Mapa de Zoneamento da Zona de Preservação Especial e Inundável;

Anexo 05 - Quadro de Usos;

Anexo 06 - Quadros de Índices Urbanísticos.

Anexo 07 - Quadro das Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental;

Anexo 08 - Mapa da Hierarquização Viária, Pontes e Vias Previstas;

Anexo 09 - Mapa das Vias Projetadas e Vias de Pedestres;

Anexo 10 - Mapa das Vias sem Denominação."

Art. 39-

Altera o art. 781 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 781. Os níveis máximos de intensidade de som ou ruídos permitidos, são definidos conforme tabela e de acordo com as zonas estabelecidas no zoneamento desta Lei Complementar.

TABELA - LIMITE MÁXIMOS PERMISSÍVEIS DE RUÍDOS**ZONAS DE USO****DIURNO****NOTURNO****ZCD3, ZI**

70 dB (A)

60 dB (A)

ZR1,ZR2,ZR3,ZEIS

60 dB (A)

55 dB (A)

ZCD1,ZCD2,ZCD4

65 dB (A)

60 dB (A)

ZPA, ZRP

50 dB (A)

45 dB (A)

ZONA**SUBZONA****Residencial**

ZR1 e ZR1E – Residencial de Baixa Densidade

ZR2 – Residencial de Média Densidade

ZR3 – Residencial de Alta Densidade

Corredor Diversificado

ZCD1 – Corredor Diversificado Central

ZCD2 – Corredor Diversificado Bairro/Centro

ZCD3 – Corredor Diversificado de Eixo Industrial

ZCD4 – Corredor Diversificado Turístico Rural

Industrial

ZI – Zona Industrial

Preservação Ambiental

ZPA – Preservação Ambiental

Rural de Proteção

ZRP – Rural de Proteção

Especial de Interesse Social

ZEIS – Especial de Interesse Social

§1º Fica definido como horário diurno, o período compreendido entre as 6:00 horas e as 22:00 horas;

§2º Fica definido como horário noturno, o período compreendido entre as 22:00 horas e as 6:00 horas do dia seguinte."(NR)

Art. 40-

Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 41-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

24 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR Nº 301

LEI COMPLEMENTAR Nº 301, de 25 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I**DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****Seção I****Da Natureza e do Objeto**

Art. 1º-	O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é instância deliberativa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, formulador e controlador da Política Municipal de Assistência Social.
	Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social é vinculado administrativamente ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura e assessoria técnica necessária ao seu funcionamento.

Art. 2º-	O Conselho Municipal de Assistência Social tem como objetivo exercer o controle social, através do exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de assistência social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela divulgação, promoção e defesa dos direitos sócio-assistenciais, e pela ampliação e qualidade dos serviços para todos os destinatários da política.
----------	---

Seção II Das Competências

Art. 3º-	Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:
	I - Elaborar seu Regimento Interno, o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;
	II - Aprovar a Política e o Plano Municipal, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas nas Conferências, elaborado por equipe técnica do órgão gestor de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;
	III - Convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;
	IV - Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;
	V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio-assistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social nacional, estadual e municipal;
	VI - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;
	VII - Aprovar o plano integrado de formação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);
	VIII - Contribuir com o órgão gestor da Assistência social e demais conselhos na articulação inter-setorial das políticas públicas;
	IX - Zelar pela implementação do Sistema Único de Assistência Social, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo, e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

	X - Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no Fundo de Assistência Social;
	XI - Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na política de assistência social e explicitar os indicadores de acompanhamento;
	XII - Propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;
	XIII - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social do município;
	XIV - Informar ao órgão gestor de Assistência Social sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;
	XV - Acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social, através de relatórios periódicos apresentados pelo órgão gestor;
	XVI - Acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;
	XVII - Criar e deliberar sobre o processo de eleição dos Conselhos Locais de Assistência Social;
	XVIII - Nomear os membros dos Conselhos Locais de Assistência Social (CLAS);
	XIX - Analisar, acompanhar e deliberar as contribuições advindas dos Conselhos Locais de Assistência Social;
	XX - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e outros benefícios de transferência de renda;
	XXI - Fiscalizar a gestão e execução dos recursos do índice de gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD/PBF) e do índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD/SUAS);
	XXII - Planejar e deliberar sobre os gastos de pelo menos 3% dos recursos do índice de gestão descentralizada do Programa Bolsa Família destinados ao desenvolvimento das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social e dos Conselhos Locais de Assistência Social;
	XXIII - Aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos sócio-assistenciais objetos de co-financiamento;
	XXIV - Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
	XXV - Deliberar sobre Planos de Providência;
	XXVI - Estabelecer diretrizes e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social;
	XXVII - Estimular e acompanhar espaços de participação popular no Sistema Único de Assistência Social.

Seção III Da Composição e Eleição

Art. 4º-	O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 18 membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de 2 anos, permitida uma recondução, na seguinte forma;
	I - 9 (nove) representantes governamentais, sendo:
	a) 02 (dois) membros integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
	b) 01 (um) membro integrante da Secretaria Municipal de Saúde;
	c) 01 (um) membro integrante da Secretaria Municipal de Educação;

	d) 01 (um) membro integrante da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente;
	e) 01 (um) membro integrante da Secretaria Municipal de Administração;
	f) 01 (um) membro integrante da Secretaria Municipal da Fazenda;
	g) 01 (um) membro integrante da Fundação Cultural de Rio do Sul;
	h) 01 (um) membro integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.
	II - 9 (nove) representantes da sociedade civil com seus respectivos suplentes, distribuídos entre entidades prestadoras de serviços, de usuários e de trabalhadores da área.
	§ 1º São consideradas entidades de Assistência Social aquelas organizações, de iniciativa da sociedade, que não possuem fins lucrativos e que desenvolvem, de forma permanente, continuada e planejada, atividades de atendimento e assessoramento e que atuam na defesa e garantia de direitos.
	§ 2º São considerados Usuários da Política de Assistência Social os sujeitos de direito que constituem público alvo da Política Nacional de Assistência Social, diante disto, os representantes de usuários ou de organizações de usuários são sujeitos coletivos, expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo direto enquanto usuário.
	§ 3º São considerados Trabalhadores da Política de Assistência Social todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único da Assistência Social.
	§ 4º Quando não ocorrer o preenchimento integral das vagas pelos representantes das entidades prestadoras de serviços sócio-assistenciais, estas poderão ser ocupadas por representantes de trabalhadores e usuários da Política de Assistência Social, para garantir a paridade.

Art. 5º-	Os representantes governamentais e seus respectivos suplentes são escolhidos no âmbito do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.
----------	--

Art. 6º-	Os representantes das entidades da sociedade civil, titulares e suplentes, serão eleitos no Fórum da Sociedade Civil, especificamente convocado pelo Prefeito, com 20 (vinte) dias de antecedência, sob fiscalização do Ministério Público.
	Parágrafo único. Os representantes das entidades da sociedade civil, uma vez eleitos, terão prazo de dois dias para indicar sua nomeação à diretoria do Fórum da Sociedade Civil, caso não ocorra a efetiva nomeação no prazo estipulado, serão substituídos na composição do Conselho Municipal de Assistência Social, pelos respectivos suplentes.

Art. 7º-	Os Conselheiros nomeados, através de Decreto, reunir-se-ão sob a presidência do conselheiro mais antigo, para a eleição da Mesa Diretora.
----------	---

Art. 8º-	O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público, relevante e não será remunerado.
----------	--

Seção IV Da Estrutura e do Funcionamento

Art. 9º-	São órgãos do Conselho Municipal de Assistência Social:
	I - Plenária;
	II - Mesa Diretora;
	III - Comissões e Grupos de Trabalho;
	IV - Secretaria Executiva.

Subseção I Da Plenária

Art. 10-	A plenária é o órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social, cuja competência é:
	I - aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social;
	II - aprovar a agenda anual das sessões ordinárias do conselho, apresentadas pela Mesa Diretora em cada início de ano;
	III - deliberar sobre matérias encaminhadas para apreciação do Conselho;
	IV - baixar normas de sua competência, necessárias à regulamentação da Política Municipal de Assistência Social;
	V - aprovar propostas apresentadas por qualquer membro ou órgão do Conselho Municipal de Assistência Social, de criação ou extinção de Comissões ou de Grupos de Trabalho, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazos de duração;
	VI - definir com a Secretaria Municipal de Assistência Social, o suporte técnico, administrativo e financeiro do Conselho Municipal de Assistência Social;
	VII - eleger, dentre seus membros, o presidente, o vice-presidente, primeiro e segundo secretário;
	VIII - eleger, dentre seus membros titulares, o coordenador "ad hoc", que conduzirá a Assembleia, nos impedimentos dos titulares.
	Parágrafo único. Todas as deliberações aprovadas em Assembleia devem ser formalizadas em Resoluções e publicadas oficialmente.

Art. 11-	As sessões são públicas.
----------	--------------------------

Subseção II Da Mesa Diretora

Art. 12-	A Mesa Diretora tem a seguinte composição:
	I - Presidente;
	II - Vice-Presidente;
	III - Primeiro Secretário;
	IV - Segundo Secretário.

Art. 13-	Os membros da Mesa Diretora são eleitos pelo Conselho, de forma paritária, por maioria absoluta dos votos na plenária, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
	§ 1º A eleição da Mesa Diretora dar-se-á na reunião ordinária do Conselho no mês de maio, iniciando seu mandato na data da posse.
	§ 2º O mandato da Mesa Diretora é alternado, entre governo e sociedade civil sendo permitida a recondução.

Subseção III

Das Comissões e Grupos de Trabalho

Art. 14-	As Comissões permanentes são órgãos da estrutura funcional do Conselho Municipal de Assistência Social e auxiliares da plenária, às quais compete:
	I - Acompanhar, monitorar e avaliar as ações do Conselho Municipal de Assistência Social e das entidades ou organizações da Assistência Social;
	II - Estudar, analisar, opinar e emitir parecer sobre matérias que lhes for distribuída pela mesa diretora.
	Parágrafo único. Os pareceres emitidos pelas comissões são deliberados em plenária.

Art. 15-	Ficam instituídas as seguintes comissões permanentes:
	I - Inscrição e Monitoramento;
	II - Finanças, Políticas Públicas e Legislação;
	III - Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.

Art. 16-	Os grupos de trabalho, de caráter provisório, são instituídos para tratar de assuntos específicos e pontuais pela plenária.
	Parágrafo único. Os estudos e análises, bem como seus pareceres, devem ser deliberados pela plenária.

Subseção IV

Da Secretaria Executiva

Art. 17-	A Secretaria Executiva, como órgão da estrutura funcional do Conselho Municipal de Assistência Social, é uma unidade de apoio, tendo como competências:
	I - Promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social;
	II - Dar suporte técnico-operacional para o Conselho Municipal de Assistência Social, com vistas a subsidiar as realizações das sessões plenárias, reuniões de Comissões e Grupos de trabalhos;
	III - Acompanhar as atividades de formação para conselheiros e rede sócio-assistencial, em conformidade com as diretrizes definidas no Plano de Formação;
	IV - Dar cumprimento aos procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social, conforme deliberação em plenária.
	Parágrafo único. A Secretaria executiva contará com um corpo técnico e administrativo próprio para cumprir as funções designadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 18-	Cabe ao órgão gestor da Assistência Social garantir o funcionamento do conselho, através de recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.
----------	--

CAPÍTULO II

DOS CONSELHOS LOCAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Da Natureza e do Objetivo

Art. 19-	Os Conselhos Locais de Assistência Social (CLAS) são instâncias colegiadas de controle social, de caráter permanente, consultivo e propositivo do Conselho Municipal de Assistência Social, instituídos nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
Art. 20-	Os Conselhos Locais de Assistência Social têm como objetivo contribuir com a democratização da política de assistência social, de forma descentralizada, fortalecendo a participação popular no controle social.

Seção II

Da Composição e da Eleição

Art. 21-	Os Conselhos Locais de Assistência Social são compostos por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Conselho Municipal de Assistência Social para mandato de 2 (dois) anos.
	I - 04 (quatro) representantes dos usuários;
	II - 02 (dois) representantes dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social;
	III - 02 (dois) representantes de dirigentes de unidades.
	Parágrafo único. A representação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e dos dirigentes de unidades poderão ser representantes de organizações governamentais e não governamentais.

Art. 22-	O processo eletivo dos Conselhos Locais de Assistência Social será deliberado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
----------	--

Seção III

Das Competências

Art. 23-	Compete aos Conselhos Locais de Assistência Social:
	I - articular, mobilizar e acompanhar a política de assistência social;
	II - realizar as pré-conferências municipais, conforme deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social e orientações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
	III - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, serviços, projetos e benefícios;
	IV - publicizar na sua área de abrangência, os diversos assuntos deliberados no Conselho Municipal de Assistência Social;
	V - divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistenciais;

	VI - contribuir para a qualidade de vida do cidadão e da comunidade, sendo um meio de mobilização popular num processo contínuo de democratização;
	VII - garantir o acesso dos usuários às políticas públicas em nível local;
	VIII - monitorar e avaliar a qualidade dos serviços desenvolvidos pelo território.

Seção IV Do Funcionamento

Art. 24-	Os Conselhos Locais de Assistência Social funcionarão junto às unidades dos Centros de Referência de Assistência Social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento.
----------	--

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25-	O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) tem o objetivo de prover condições financeiras e de gerir os recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de assistência social no Município de Rio do Sul, executados ou coordenados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.
----------	--

Art. 26-	A gestão do Fundo Municipal de Assistência Social é de competência do Secretário Municipal de Assistência Social, nos termos da legislação pertinentes e fiscalizados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social.
----------	--

Art. 27-	A elaboração do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social observará as diretrizes da política pública de Assistência Social contidas no Plano Municipal de Assistência Social, aprovado pelo CMAS.
	Parágrafo único. Os recursos financeiros destinados à assistência social serão administrados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, por meio de unidade orçamentária própria, observado o Plano Municipal de Assistência Social, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 28-	O gestor do Fundo Municipal de Assistência Social encaminhará ao Conselho Municipal de Assistência Social, trimestralmente, a demonstração da receita e da despesa por meio de relatórios de execução da despesa e, anualmente, o inventário de bens móveis e imóveis, de almoxarifado e o balanço geral.
----------	---

Art. 29-	As receitas do Fundo Municipal de Assistência Social são constituídas por:
	I - Transferências oriundas do orçamento geral do Município e de outros recursos do orçamento municipal;
	II - Transferências oriundas do orçamento da seguridade social e de outros recursos do orçamento estadual;
	III - Transferências regulares e automáticas de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, na forma estabelecida pela legislação pertinente;

	IV - Rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;
	V - Parcelas de produtos de arrecadação de receitas próprias oriundas das atividades econômicas de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de Lei de convênios e outros instrumentos congêneres;
	VI - Produtos de convênios, acordos e outros ajustes congêneres firmados com outras entidades e esferas de governo;
	VII - Doações feitas diretamente ao Fundo;
	VIII - Produtos das operações de crédito;
	IX - Produto de alienação de bens;
	§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente nas contas do Fundo Municipal de Assistência Social, a serem abertas e mantidas em instituição financeira oficial e movimentadas, em conjunto, pelo Secretário da Assistência Social, pelo Secretário de Finanças, ou, na falta de um, pelo Diretor Financeiro da Secretaria de Finanças;
	§ 2º A movimentação dos recursos de natureza financeira dependerá da:
	I - existência da disponibilidade, em função do cumprimento da programação;
	II - prévia aprovação do gestor do Fundo.
	§ 3º As liberações das receitas constantes dos incisos V e VI deste artigo serão realizadas pelo Município até, no máximo, em até 15 (quinze) dias após a arrecadação.

Art. 30-	Constituem ativos administrados pelo Fundo Municipal de Assistência Social:
	I - as disponibilidades monetárias em Instituições Financeiras oriundas das receitas especificadas no artigo anterior;
	II - os direitos que porventura vier a constituir;
	III - os bens móveis e imóveis destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 31-	Constituem passivos administrados pelo Fundo Municipal de Assistência Social as obrigações que o Município venha a assumir para a realização das ações e serviços públicos em Assistência Social.
----------	---

Art. 32-	O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, administrado por meio de unidade orçamentária própria, evidenciará as políticas governamentais e os programas de trabalho, observados o Plano Anual, a lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual, os princípios orçamentários, bem como os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.
----------	---

Art. 33-	A contabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social tem por objetivo evidenciar a sua atuação orçamentária, financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidos em Lei.
----------	---

Art. 34-	A Contabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social emitirá relatórios trimestrais como forma de garantir a transparência, acessibilidade e entendimento dos resultados, facilitando a análise dos dados.
----------	--

Art. 35-	A despesa administrada pelo Fundo Municipal de Assistência Social constituir-se-á de:
	I - Financiamento de ações e serviços públicos de Assistência Social, desenvolvidos pela Secretaria de Municipal de Assistência Social ou por ela contratados ou conveniados;
	II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito público e privado para execução de projetos específicos do setor de assistência social;
	III - Financiamento de programas e projetos previstos no Plano Municipal de Assistência Social aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
	IV - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
	V - Construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis para adequação de rede física de prestação de serviços públicos de assistência social;
	VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em assistência social;
	VII - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos investimentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços de assistência social;
	VIII - Custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
	Parágrafo único. As despesas previstas neste artigo deverão atender as normas e orientações técnicas do Sistema Único de Assistência Social.

Art. 36-	Eventuais saldos positivos apurados em balanço patrimonial do Fundo Municipal de Assistência Social serão transferidos para o exercício financeiro subsequente, a crédito da mesma programação.
----------	---

Art. 37-	A escrituração contábil será realizada pela contabilidade da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.
	§ 1º A contabilidade, após prévia deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, elaborará o plano de aplicação financeira dos recursos do fundo e emitirá relatórios mensais de gestão.
	§ 2º Constituem relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Assistência Social e demais demonstrações exigidas pela legislação.
	§ 3º As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do município.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38-	O Conselho Municipal de Assistência Social terá seu funcionamento regulado por regimento interno próprio.
----------	---

Art. 39-	O Prefeito homologará o regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social e o regulamento de funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da proposta para aprovação pela presidência do conselho.
----------	---

Art. 40-	Caberá à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, atender entre outras, as seguintes demandas:
	I - promover a mobilização de recursos sociais existentes no município, bem como estimular a criação de outros recursos necessários à universalização dos direitos sociais;
	II - prestar apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social;
	III - manter o cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social;
	IV - instruir os pedidos de inscrição de entidades de assistência social;
	V - proporcionar as entidades conveniadas ou subvencionadas orientação técnica quanto à aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos;
	VI - instruir processos que visem a sustentação da concessão de subvenções e auxílios as entidades que não estejam de acordo com as normas do Sistema Único de Assistência Social;
	VII - executar as decisões do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 41-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
----------	---

Art. 42-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3115, de 30 de agosto de 1996.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
25 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

MACILDA REICH BONI - 12º TERMO ADITIVO

12º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, firmado em 21/02/2011, com término previsto para 20/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MACILDA REICH BONI, portador(a) do CPF nº 951.442.699-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2011, iniciando-se a prorrogação em 21/03/2015 e encerrando-se em 17/04/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/03/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MACILDA REICH BONI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

MARIA ROSALINA LEITE - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2015, firmado em 27/01/2015, com término previsto para 02/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSALINA LEITE, portador(a) do CPF nº 792.117.049-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 30/2015, iniciando-se a prorrogação em 03/03/2015 e encerrando-se em 17/04/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/02/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARIA ROSALINA LEITE
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PORTARIA 0213/2015

PORTARIA N. 0213/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Exonera a pedido, a partir de 23/03/2015, a servidora BEATRIZ MARTINS GOULART, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Serviços Gerais Feminino, nos termos do Art. 39, da

Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ipm

PORTARIA Nº 0207/2015

PORTARIA Nº. 0207/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora DAIANA VALIATI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme certidão de nascimento n.º 0044615 41 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de BERNARDO MINATTI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA Nº 0208/2015

PORTARIA Nº. 0208/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora INDIAMARA CHAVES ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, conforme certidão de nascimento n.º 0044622 27 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de BRENDA ALMEIDA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PREGÃO PRESENCIAL 038/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de concurso público destinado ao provimento de cargos do quadro de

pessoal do município. Secretaria de Educação..
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/04/2015, às 08:30h. no endereço abaixo, na sala de licitações.
CRENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 09/04/2015, no endereço abaixo, na sala de licitações.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 26 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO ADITIVO 014/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 014/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 149/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE DRENAGEM DOS BECOS ROBERTO TAUFFEMBACH, LAGUNA E RUA CRICIÚMA, BAIRRO BOS VISTA EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Aos cinco (05) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., estabelecida na rua Duque de Caxias, 78, Sala 03, 1º andar, Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-123 inscrita no CNPJ sob o nº 14.629.988/0001-67, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor, Sr. Gustavo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 085/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 149, datado de 30 de julho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 e § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 29.193,12 (vinte e nove mil e cento e noventa e três reais e doze centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescida ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 9.051,57 (nove mil e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA QUARTA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUINTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
.Sr. Gustavo Aragão Silva
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

TAYTA CRISTINA GOETTEN - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2015, firmado em 27/01/2015, com término previsto para 02/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAYTA CRISTINA GOETTEN, portador(a) do CPF nº 041.388.519-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 31/2015, iniciando-se a prorrogação em 03/03/2015 e encerrando-se em 17/04/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/02/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAYTA CRISTINA GOETTEN

Contratado(a)

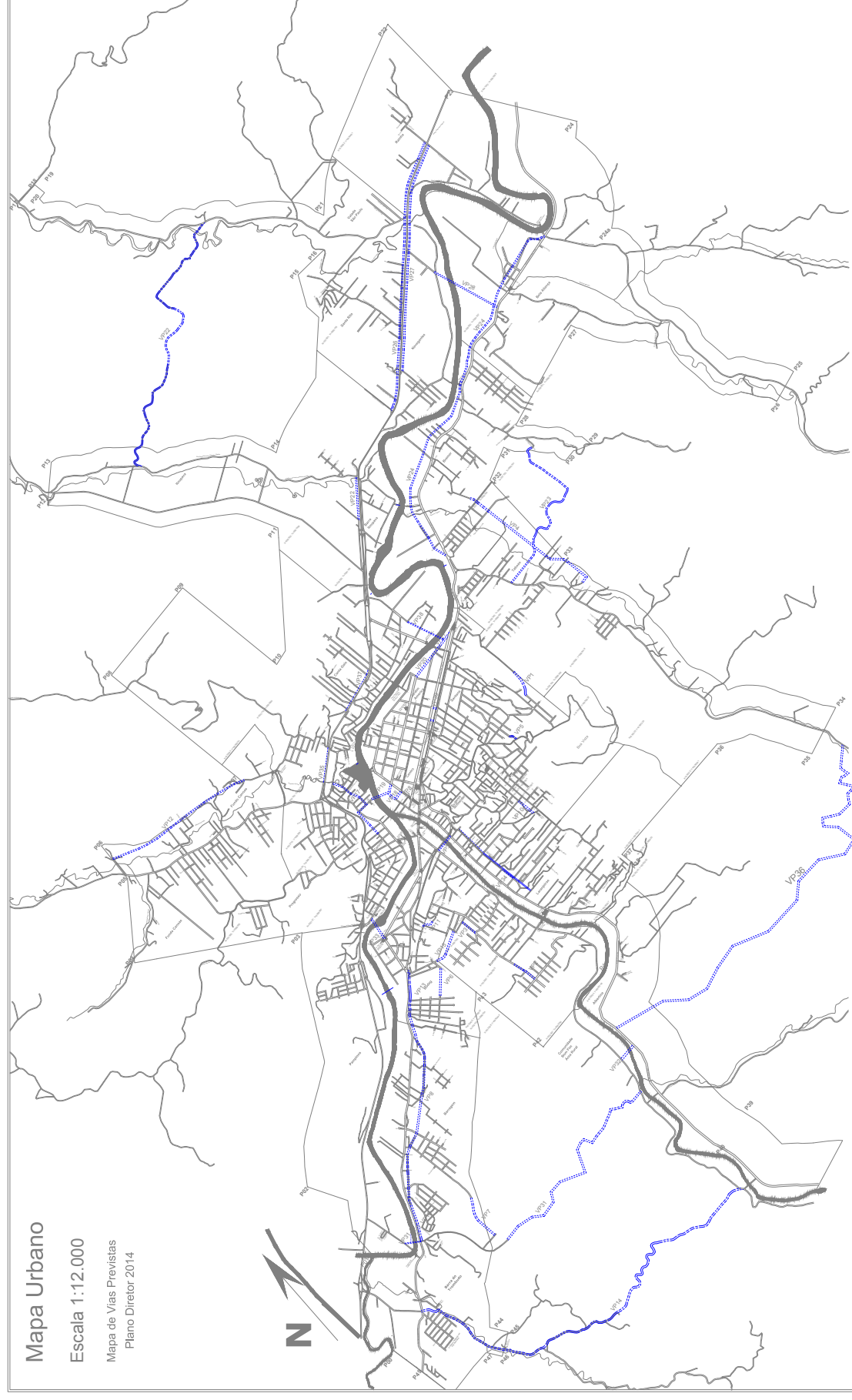
Testemunhas:

Nome:

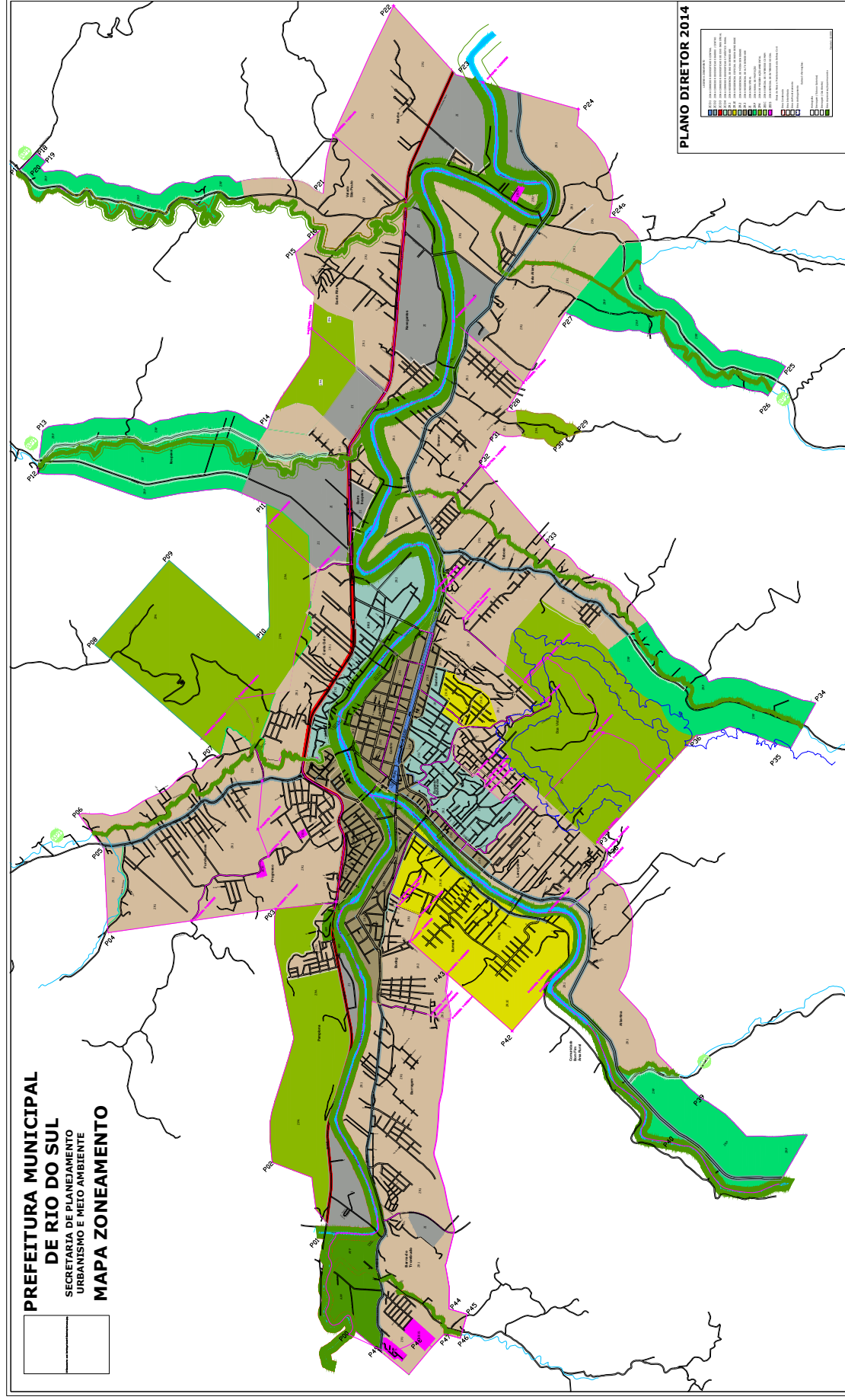
CPF:

Nome:

CPF:

LEI COMPLEMENTAR Nº 300 - ANEXO 01

LEI COMPLEMENTAR Nº 300 - ANEXO 02



LEI COMPLEMENTAR N° 300 - ANEXO 03

ANEXO 06 - QUADRO DE ÍNDICES URBANÍSTICOS																
SIGLA	ZONA	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁX. (%)	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO	TAXA DE PERMEABILIDADE DO SOLO (%)	GABARITO DE ALTURA	AFASTAMENTOS		ATIVIDADES	USO DO SOLO				DIRETRIZES PARA PARCELAMENTO DO SOLO			
						FRONTAL (metros)	LATERAIS E FUNDOS (m), min. 1,50m		MIKRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	DECLIV.	FRENTE MÍN.(m)	PROFUND. MÍN.(m)	ÁREA MÍN.(m²)
ZR1	ZONA RESIDENCIAL DE BAIXO ADENSAMENTO (c) (d) (f) (i) (n) (q) (r)	60%	2,00 Básico 3,00 Máximo	20	04pav. Básico 06pav. Máximo	4,00	H/6	Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P				
ZR1E					04 pavimentos			Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	T	I	I				
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	T	I	I	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	T	I	I				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	T	T	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Ruído Noturno	P	P	P	I				
					10 pav. Básico	4,00		Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
						4,00	H-9/6	Institucional e Comunitário	P	P	P	P	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	I	I				
					12 pav. Máximo			Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	I	I	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	I	I				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	I	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
					12 pav. Básico	0,00	H-9/6	Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços/Misto	P	P	P	P				
					12 pav. Máximo			Institucional e Comunitário	I	I	I	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	I	I	I				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	I	I	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	I	I				
					livre			Polo Gerador de Tráfego Pesado	I	I	I	I	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P				
					08 pav. Básico	4,00	H/6	Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
					10 pav. Máximo			Residencial	P	P	P	P	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Indústria de Alto Potencial de Degradação	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	T	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	T	T	I				
								Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00

[illegible]

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

CONTRATO Nº. 014/2015 FMS

CONTRATO Nº. 014/2015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, ODAIR FIGUEIREDO, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 03/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na rua Tuiuti, nº 154, centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Odair Figueiredo, inscrita no CPF sob nº 751.014.329-20, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços técnicos especializados em CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
03.01.01.004-8	Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada	6,30

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, não devendo exceder a 342 atendimentos por mês e o valor de R\$ 2.154,60 (dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira será executado pela profissional ODAIR FIGUEIREDO, inscrita no CPF sob nº. 751.014.329-20, com registro no conselho respectivo sob o nº. CRP/SC 12/09776, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional

necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente prestados/realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário constante na cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: BLMAC - MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto nº. 1.232, de 30/08/1994, Portaria/MS/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o

pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados. Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito à multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 (tres) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul/SC, 25 de março de 2015.

Dr. Luiz Carlos Zanis

Secretário Municipal de Saúde

Odair Figueiredo

Contratada

Testemunhas

1) Adalgisa Vendrami da Silva Feijo

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 023.029.869-97

2) Fabíola kreusch

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 037.134.899-47

CONTRATO Nº.13/2015 FMS

CONTRATO Nº.13/2015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) CAROLINA SILVA SCHIEFELBEIN VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CONSULTA ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Carolina Silva Schiefelbein inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 013.779.250-64, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010072	Consulta Médica em Atenção Especializada	30,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico (a) Carolina Silva Schiefelbein inscrito (a) no CPF sob nº 013.779.250-64 com registro no conselho CRM-SC sob o nº. 19103, e deverá ser executado nas dependências físicas do Centro de Atenção Psico Social - CAPS

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as

despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2015, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de

1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 25 de Março de 2015.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Carolina Silva Schiefelbein
--	-----------------------------

Testemunhas:

1) Adalgisa Vendrami da Silva Feijo
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 023.029.869-97

2) Fabíola kreusch
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 037.134.899-47

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 10

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 10

Pelo presente instrumento particular o Município de Rio do Sul - SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, sediada na Rua Tuiuti, 154, Centro, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Luiz Carlos Zanis, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado o/a Sr. (a) Maria Lucia André, inscrito (a) no CPF sob o nº 563.649.039-91, portador do RG nº 7R - 1.037.967, com endereço na rua Princesa Isabel, nº 453, bairro Canoas, na cidade de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, daqui em diante denominada de CONTRATADO (A), devidamente habilitada através do Processo Licitatório representado pela Carta Convite nº 06/2015 de 13 de fevereiro de 2015 entre si celebram um contrato de prestação o presente Contrato de Prestação de Serviços, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de profissional para organização e controle de almoxarifado da secretaria municipal de saúde de Rio do Sul - SC

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS NORMAS GERAIS

O presente contrato administrativo baseado no regular processo licitatório, representado pelo edital de licitação, modalidade Carta Convite nº 06/2015 - FMS, de 13 de fevereiro de 2015, fundamentando-se pelo art. 54 e seus incisos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO (A) se obriga a oferecer ao Fundo Municipal de Saúde todo o recurso necessário ao seu atendimento.

PARÁGRAFO ÚNICO: obrigar-se-á, ainda a:

1- Manter-se atualizado no que diz respeito aos trâmites administrativos do setor de Almoxarifado.

2- Atender com presteza e eficiência aos pedidos do secretário municipal de saúde.

3- Assumir todas as responsabilidades fiscais, previdenciárias, ou quaisquer outras correlatas, que forem utilizados na execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO (A) se obriga a executar os serviços especificados na "Cláusula Primeira" será de 6 horas diárias, de segunda a sexta-feira, a serem desenvolvidas no horário das 07:30 às 13:30 horas, podendo tal horário ser flexibilizado para atender as necessidades do departamento conforme a demanda.

CLÁUSULA QUINTA - A ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão às expensas do item orçamentário, elemento 190, código da despesa: 9236 (Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física), do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, vigindo a partir de 27 de fevereiro de 2015, podendo ser prorrogado por igual período, conforme acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

Pelos serviços ora contratados o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 1.800,00 (Mil oitocentos reais) mensalmente, 05 (cinco) dias após emissão da Nota Fiscal, conforme a Carta Convite 06/2015, de 25 de fevereiro de 2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Nota Fiscal deverá ser emitida sempre no quinto dia útil de cada mês.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

As partes poderão rescindir o presente, sem ônus a qualquer dos signatários, desde que comunicada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante comprovante de ciência. A critério da Secretaria de Saúde - FMS, caberá ainda, rescisão deste contrato, quando o CONTRATADO:

1- Não cumprir com as diretrizes contratuais;

2- Transferir ou ceder a obrigação contratual de prestação de serviços à terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente contrato.

E por estarem assim, entre si justos e acertados, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor.

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis

Secretário Municipal de Saúde

Maria Lucia André

Contratada

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº12

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº12

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, doravante denominado "Secretaria Municipl de Saúde", localizado na Rua Tuiuti,nº154, Centro, CEP 89.160-045, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.469.199/0001-55, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Luiz Carlos Zanis, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS,ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS- EPP, doravante denominada "Contratada", estabelecida à Rua Tenente Costa, nº123, Centro, Ituporanga - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.151.415/0001-30, representada neste ato pelo seu diretor geral Sr. Jeancarlo Souza Carteira de Identidade nº 3.160.855, CPF nº 058.206.669-76.

As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520; ao Pregão Presencial nº 009/2015 do Município de Rio do Sul/SC e às seguintes cláusulas deste contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas para as funções de professor e pedagogo, conforme especificações contidas no Termo de Referência descrito no ANEXO 05

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE os serviços mencionados na cláusula anterior em até 70 (setenta dias) corridos, a partir da assinatura do presente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO E PREÇO

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pelos serviços prestados:

O pagamento se dará nas seguintes condições:

30% quando da publicação do edital;

30% quando da publicação das inscrições homologadas;

40% quando da publicação do Decreto de Homologação do Processo Seletivo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO:

A CONTRATADA, além do objeto deste Contrato, para a perfeita execução, obriga-se a:

I - Planejar, organizar e realizar o processo seletivo em conformidade com os termos da Proposta do Contrato.

II - Elaborar os editais normativos do processo seletivo, os manuais de orientação aos candidatos, os avisos, os comunicados e os demais atos relacionados aos diversos certames, submetendo-os à prévia aprovação do Município de Rio do Sul;

III - Elaborar cronograma geral, com planejamento detalhado de todos os procedimentos a serem adotados referente à execução dos serviços, e submetê-lo à aprovação da Comissão Especial constituída para o Processo Seletivo;

IV - Preparar e encaminhar à CONTRATANTE, antecipadamente e em prazo hábil para publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Município, os editais e demais documentos obrigatórios referentes ao processo seletivo;

V - Responsabilizar-se pela expedição das guias de recolhimento das taxas de inscrição dos candidatos e pelo recebimento dos respectivos valores, previamente definido pelo município e que deverão ser repassados ao município em conta específica;

VI- Responsabilizar-se pelo recebimento das inscrições dos candidatos, fazendo-o exclusivamente via internet, devendo ainda disponibilizar um local adequado para o recebimento das inscrições, com prévia aprovação do Município, se houver necessidade, bem como de pessoal qualificado para o atendimento;

VII - Fornecer ao Município de Rio do Sul, relatórios demonstrativos com indicação da totalidade de inscritos e demais informações solicitadas pelo município;

VIII - Fornecer ao Município de Rio do Sul, após a realização de cada fase do processo seletivo, relatórios contendo as listagens dos resultados apurados e a listagem oficial para a homologação dos resultados no Diário Oficial dos Municípios - DOM;

IX - Responsabilizar-se pelo recrutamento e formação das bancas examinadoras para elaborar e corrigir as provas a serem aplicadas e examinar eventuais recursos;

X - Manter absoluto sigilo, no que se refere à elaboração, reprodução, guarda, transporte, distribuição e segurança das provas a serem aplicadas, cujo acesso às informações pertinentes ficará restrito às pessoas responsáveis pelo trabalho;

XI - Abster-se de dar publicidade acerca de quaisquer informações referentes ao concurso, o que somente poderá ser feito após a prévia e expressa autorização do Município de Rio do Sul;

XII - Dar publicidade aos cadernos de questões e ainda, disponibilizar, em área restrita ao candidato, o cartão-resposta individualizado ou, como segunda opção, providenciar por e-mail ao candidato, caso solicite;

XII - Responsabilizar-se pela recepção, exame e resolução de consultas e recursos interpostos em qualquer fase do concurso, submetendo as decisões às instâncias que vierem a ser definidas nos editais normativos dos concursos e, uma vez resolvidas as questões, dar conhecimento formal ao Município de Rio do Sul, inclusive com a entrega das cópias dos atos praticados;

XIV - Prestar assessoria jurídica ao Município de Rio do Sul de forma a orientá-la e auxiliá-la na elaboração de respostas a interpelações e ações judiciais e extrajudiciais que decorram dos concursos e desde que digam respeito aos serviços prestados pelo(a) CONTRATADO(A);

XV - Responsabilizar-se pela aplicação e correção das provas, que deverá ser por meio de leitura óptica e correção eletrônica computadorizada;

XVI - Responsabilizar-se pelo recrutamento, treinamento e remuneração dos fiscais e demais profissionais que se fizerem necessários para garantir o bom andamento e a lisura do processo;

XVII - Manter todas as condições de habilitação que ensejaram a sua contratação, durante toda a vigência do Contrato;

XVIII - Atender solicitações do Município de Rio do Sul com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços de que trata o Edital e seus Anexos;

XIX - Prestar todo e qualquer atendimento ao candidato;

XX - Manter contatos permanentes com o Município de Rio do Sul durante o decorrer do processo, para mediar informações/esclarecimentos que se fizerem necessários;

XXI - Ao término do Processo Seletivo, fornecer arquivos de dados para importação em sistema, conforme layout fornecido pelo Município de Rio do Sul;

XXII - Acompanhamento, recebimento e julgamento das provas de títulos, mediante grade de avaliação de títulos previamente aprovado pelo município, incorporando-se com às notas obtidas das provas objetivas da primeira fase do Processo Seletivo, se houver;

XXIII - Responsabilizar-se por qualquer fato ou ação que leve à anulação do certame, arcando com todos os ônus dele decorrentes, exceto se ficar comprovado que a contratada não seja a culpada;

XXIV - Outras providencias que forem necessárias durante o processo, objetivando garantir a eficiência dos trabalhos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

A CONTRATANTE, além do objeto do Contrato, para a perfeita execução, obriga-se a:

I - Coordenar, acompanhar e supervisionar a execução das atividades do certame, através da Comissão Especial constituída para o Processo Seletivo, garantindo a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência;

II - Subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias à realização das atividades;

III - Participar, em conjunto com a CONTRATADA, da análise e aprovação do Edital de Abertura;

IV - Comunicar à CONTRATADA todas as ocorrências de que tenha conhecimento e cuja resolução esteja na responsabilidade da CONTRATADA;

V - Levantar o perfil profissional desejado, com sugestões de conteúdo programático e bibliografias, se o for o caso;

VI - Definir diretrizes para orientar a elaboração do Edital do Processo Seletivo junto à Contratada.

VII - Manter contatos permanentes com a CONTRATADA, durante o decorrer do processo, para mediar informações/esclarecimentos que se fizerem necessários.

VIII - Comunicar à CONTRATADA todas as ocorrências de que tenha conhecimento e cuja resolução esteja na responsabilidade da CONTRATADA.

IX - Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias e referentes à realização do concurso público.

X - Providenciar a publicação dos editais.

XI - Providenciar local adequado para a realização da prova escrita objetiva.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8. 883/94;

b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula nona;

c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8. 883/94;

e) em caso de rescisão prevista nos incisos XII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, sem que haja culpa da proponente vencedora será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

f) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8. 883/94.

10.2. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do Município, a rescisão importará em:

a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o Município e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a VENCEDORA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo do Município. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A fundamentação do presente Contrato está definida no item II do art. 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul.

E, por se acharem ajustados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12 de março de 2015.

Luiz Carlos Zanis

Secretário Municipal de Saúde

Jeancarlo Souza

Diretor Geral

Click Soluções Técnicas A. e P. Ltda EPP

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO 15/2015 FMS

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO 15/2015 FMS

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial nº 32/2012 - FMS, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de monitoramento eletrônico das unidades de saúde desta secretaria.

Aos nove dias do mês de março de 2015, por este Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços com origem no Edital de Pregão Presencial nº 32/2012 - FMS, com data de homologação 04/09/2012, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, neste ato representado pelo seu gestor, Sr. Luiz Carlos Zanis, doravante denominado de CONTRATANTE, e Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.719.963/0001-77, representada neste ato por sua Gerente Comercial, Srª Cristiane Longhi Tortelli, portadora do RG nº 6.564.264, CPF nº 924.808.370-68, doravante designada Contratada, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Ao Pregão Presencial 32/2012 FMS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na execução de serviços de monitoramento e vigilância eletrônica para atender necessidades desta Secretaria, acrescenta-se 03 (três) sensores na unidade Academia de Saúde - Rua XV de novembro. Pelo serviço objeto deste aditivo será pago mensalmente o valor de R\$ 23,11 (vinte e três reais e onze centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Zanis

Secretário Municipal de Saúde de Rio do sul

CRISTIANE LONGHI TORTELLI

Casvig Catarinense de S. e Vigilância Ltda

Salto Veloso**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 175/2015**

PORTARIA Nº. 175/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Março de 2015 a 21 de Abril de 2015, totalizando 30 dias de férias ao Servidor MIGUEL ANTONIO VITORAZZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/06/2013 a 31/05/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 176/2015

PORTARIA Nº. 176/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir de 22 de março de 2015, o Sr. SAMUEL AGOSTINHO DE BORTOLI, do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO 40hrs semanais, nomeada pela Portaria nº DP0276/2013 lotado na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 23 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 177/2015

PORTARIA Nº. 177/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a AGNALDO MAURÍCIO PÉRICO LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I,

Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 178/2015

PORTARIA Nº. 178/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a ANDREA TEREZA DE BORTOLI ANSILIERO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de Março de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 179/2015

PORTARIA Nº. 179/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a ANDRIANA PIVA MACARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 180/2015

PORTARIA Nº. 180/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a CRISTIANE DE LOURDES LAZZARI SONDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 181/2015

PORTARIA Nº. 181/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a HELENE DE BORTOLI SOLDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 182/2015

PORTARIA Nº. 182/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a JULIANA BASSO ANSILIERO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 183/2015

PORTARIA Nº. 183/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a JOVILDE DE BASTIANI FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 184/2015

PORTARIA Nº. 184/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a KÁTIA RAQUEL DOTTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 185/2015

PORTARIA Nº. 185/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a LIREZ MARIA ANSILIERO GETASSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 186/2015

PORTARIA Nº. 186/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MARINES APARECIDA DE FREITAS PATEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 187/2015

PORTARIA Nº. 187/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MONICA GIACOMIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 188/2015

PORTARIA Nº. 188/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a SILVANA TEREZINHA PEDROSO CESCA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 189/2015

PORTARIA Nº. 189/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MARIA SERIGHELLI VIEIRA RUIVO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 190/2015

PORTARIA Nº. 190/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

Resolve,

Artigo 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a SOLANGE FERRANTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "C", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 191/2015

PORTARIA Nº. 191/2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. MARIA DO CARMO TASCA NAVA, pelo período de 18/03/2015 a 18/09/2015, correspondente a 185 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 192/2015

PORTARIA Nº. 192/2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada a Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora Sra. SUELI TEREZINHA CHAVES SIMÕES, matrícula funcional nº 1121, pelo período de 01/04/2015 a 15/07/2015, correspondente a 106 dias, conforme atestado médico e perícia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 071/2015

DECRETO Nº 071/2015

NOMEIA MEMBROS E ATRIBUI COMPETÊNCIA DE COORDENAÇÃO E/OU ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para a Coordenação e/ou elaboração do Plano Municipal de Educação:

Margarete Rosa Alves

Roseli Bressler

Márcia Jacoby

Neide Terezinha Delalibera

Marcia Maria Weschenfelder Schmidt

Ana Maria Broll

Eroni Allebrandt

Parágrafo Único - Todos os membros ora nomeados são integrantes do Conselho Municipal de Educação - COMED, instituído por intermédio do Decreto 248/2013 de 16 de Setembro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

DECRETO Nº 072/2015 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 072/2015

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1237/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.01 Depto de Obras

267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem

75	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
----	------	-------------------	--------------------	-----------

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura

06.01 Depto de Obras

267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem

74	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
----	------	-------------------	--------------------	-----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 23 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

LEI MUNICIPAL 1250

LEI Nº 1250 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAEs de MARAVILHA/SC E CAMPO ERÊ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo do Município de Santa Terezinha do Progresso, autorizado a firmar convênio com as APAEs dos Municípios de Campo Erê/SC e Maravilha/SC para o ano de 2015, nos termos propostos nas minutas em anexo ao presente projeto de lei.

Art. 2º - Para aplicação desta lei serão utilizados valores constantes da dotação orçamentária do exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 26 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

ASSESSORIA EM PROJETOS

Matricula nº 136/8

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº028/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº028/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Concede férias à Servidora Pública Municipal ROSELI MARIA GIRARDI CARARO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal ROSELI MARIA GIRARDI CARARO, ocupante do Cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 10 (Dez) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo De 07 de Março de 2014 a 06 de Março de 2015, a serem Gozadas no período de 23 de Março de 2015 a 01 de Abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Coord de Departamento
Sec. Mun. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº029/2015 – DE 17 DE MARÇO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº029/2015 - DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor SADI ANTONIO ORLANDI e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor SADI ANTONIO ORLANDI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 90 (noventa) dias,

conforme - CID M.23 - Transtornos Internos dos Joelhos, ou seja, no período de 15 de Março de 2015 a 13 de Junho de 2015, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Coord. de Departamento
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº030/2015 – DE 18 DE MARÇO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº030/2015 - DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor DANIMAR GUEDES dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor DANIMAR GUEDES, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE SECRETARIA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 03 (três) dias, conforme - CID Z54.0 - Convalescença após cirurgia, ou seja, no período de 17 de Março de 2015 a 19 de Março de 2015, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 18 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Coord. de Departamento
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº031/2015 – DE 18 DE MARÇO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº031/2015 - DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora ANALICE MATIELLO e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora ANALICE MATIELLO, ocupante do cargo temporário de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (NÃO HABILITADA), Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 02 (dois) dias, conforme - CID N23 - Cólica Frenética Não Especificada, ou seja, no período de 18 de Março de 2015 a 19 de Março de 2015, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 18 de março de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Coord. de Departamento
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº032/2015 - DE 23 DE MARÇO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº032/2015 - DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Concede férias a Servidora Pública Municipal CAMILA LANZARIN.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 e seguintes da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CAMILA LAZARIN, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, com carga horária 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 09 de março de 2013 a 08 de março de 2014, para gozo de 01 de abril de 2015 até 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 23 de março de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Coord. de Departamento
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 14 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA REFORMA DA COBERTURA DA E.B.M. ARACY HANSEN E CONSTRUÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO NA E.B.M. ALFREDO DIENER, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME CONVÊNIO Nº 2014TR0002495, PROCESSO ER 252156148, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 19 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DECRETO Nº 902/2015

DECRETO Nº 0902, DE 24 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 20 da Lei nº 3055, de 21 de agosto de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, do município de São Bento do Sul, e seus respectivos suplentes, na forma que segue:

§ 1º REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

I. GABINETE DO PREFEITO:

- a) Cleusa Piccoli Vieira - Titular;
- b) Tadeu do Nascimento - Suplente;

II. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- a) Rafael Schroeder - Titular;
- b) Luis Carlos Anton - Suplente;

III. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS:

- a) Osmar Telma - Titular;
- b) Dirceu Buttchewicz - Suplente;

IV. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO:

- a) Cassio Luiz Zschoerper - Titular;
- b) Ricardo Callado - Suplente;

V. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO:

- a) Emerson Hinke - Titular;
- b) Matheus Guedes Reis - Suplente;

VI. PROCON MUNICIPAL

- a) André Luiz Grossl - Titular;
- b) Fabia Alessandra Mengarda Belarmino - Suplente;

VII. SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - MAE

- a) Osvalcir Peters - Titular;
- b) Maria Lourdes Sperka - Suplente;

§ 2º REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

I. UNIÃO SÃO BENTENSE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - USBAM:

- a) Sueli Maria Gontark Zacluzne - Titular;
- b) Osni Sluminsky - Suplente;

II. SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO - SENAC:

- a) Alex Luiz Mariano - Titular;
- b) Suélin Barboza - Suplente;

III. SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO BENTO DO SUL:

- a) Sergio Paloma Pinto - Titular;
- b) Peter Alexandre Kneubuehler - Suplente;

IV. ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS NO PLANALTO NORTE (AEAPLAN):

- a) Roberto Albuquerque - Titular;
- b) Zaira Zipperer Schroeder - Suplente;

V. CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SÃO BENTO DO SUL - CDL:

- a) Sandro Antonio Adriano - Titular;
- b) Gilmar Foit - Suplente;

VI. REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA (UDESC):

- a) Renato de Mello - Titular;
- b) Agnaldo Vanderlei Arnold - Suplente;

VII. REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA - FETEP

- a) Osvalmir Tschoeke - Titular;
- b) Adelino Denk - Suplente;

Art. 2º O mandato do Conselho nomeado é de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução ou reeleição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 903/2015

DECRETO Nº 0903, DE 24 DE MARÇO DE 2015

ALTERA O DECRETO Nº 0242, DE 24 DE JULHO 2013, QUE NOMENEA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º. O Decreto nº 0242, de 24 de julho de 2013 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º (...)

"II - Conselheiros não Governamentais:

(...)

b) Representante do JCI São Bento do Sul:
Ana Maria Del Olmo Hillesheim - Suplente

d) Representante do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE:
Felipe Simões da Matta - Suplente

(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 905/2015

DECRETO Nº 0905, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente da Empresa Municipal de Habitação e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 - Investindo em Programas Habitacionais

4.4.90.39.00.00.00 600 - Outros Serv . Terc. PJ	R	\$
100.000,00		

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizada a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 - Investindo em Programas Habitacionais

(33) 4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações	R	\$
100.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015 SEMUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público que será realizada a seleção de pessoas jurídicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 8.080/90, com as normas da Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, Norma Operacional Básica (NOB-SUS 01/96)), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) e segundo o disposto nas demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

1. DO OBJETO:

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas jurídicas para a prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

2. DOS SERVIÇOS:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão todos os exames constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - PATOLOGIA CLÍNICA, por valores iguais aos definidos na tabela vigente, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, e que possuam Sede e/ou Posto de Coleta no Município de São Bento do Sul/SC, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002.

4. DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

Os usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde serão aqueles que forem encaminhados pelas Unidades de Saúde e Unidades de Referência à Saúde do Município de São Bento do Sul, na forma do seu modelo de atenção de referência e contra-referência, devidamente autorizados pela SEMUS.

5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, conforme Portaria Ministerial nº 3478, de 20 de agosto de 1998, através de

depósito em conta corrente da CONTRATADA, após conferência das guias médicas, as quais deverão ser entregues no referido Setor até o 3º dia útil do mês subsequente à realização dos procedimentos; após disponibilização pelo Ministério da Saúde (MS) das versões para os Sistemas de Informatização; e autorização de pagamento pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, após envio de base ao MS, conforme cronograma.

5.3. As requisições, após conferência pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria da SEMUS, deverão ficar arquivadas pela contratada e à disposição desta Secretaria, conforme legislação em vigor.

5.4. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital, consignados no SIA/SUS, tem o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) estipulado no Contrato. Havendo diminuição na demanda de algum dos serviços contratados, a sobra poderá ser convertida para outro serviço em que a demanda seja maior, respeitando o valor orçamentário total da FPO anual.

6. DA INSCRIÇÃO:

6.1. As inscrições para contratação pelo presente Edital se darão no período de 27 de março de 2015 a 27 de abril de 2015.

6.2. Requerimento de Contratação (Anexo I) - Solicitação formal de contratação (em duas vias para protocolo), contendo a declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

6.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, com a apresentação dos documentos originais, com fotocópia para autenticação, no ato da inscrição, por funcionário da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde.

6.4. A entrega da solicitação de Contratação deverá ser acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social devidamente registrado, no órgão competente e suas devidas alterações de reformulação;
- c) Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito municipal, estadual ou federal;
- d) Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, por categoria funcional e cópia da inscrição no Conselho de Classe, quando houver;
- e) Comprovante de inscrição da unidade no respectivo "Conselho Regional" da categoria;
- f) Curriculum Vitae resumido do responsável técnico (anexar diploma, títulos e certificados);
- g) Relação de equipamentos (quantificar e especificar);
- h) Cópia dos Contratos dos serviços terceirizados pela unidade de saúde, para a prestação dos serviços relacionados diretamente aos serviços contratados, ou declaração do prestador de que não necessita de terceiros para execução dos serviços, objeto deste Edital;
- i) Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS;
- j) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
- k) Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;
- l) Certidão Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- m) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- n) Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, reconhecidamente apto para tal;
- o) Alvará de localização e permanência no local, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal;
- p) Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Secretaria

da Receita Federal;

q) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede do Proponente;

r) Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;

s) Dados bancários (relacionar número da Agência e o número da Conta Corrente do Banco para depósito);

t) Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

6.5. A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.6. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços estará apto para firmar o Termo de Contrato, conforme decisão da SEMUS de acordo com o interesse público.

6.7. A negativa ou o não comparecimento, quanto ao definido no item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/contratada deve atender às seguintes condições:

- a) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Deverá possuir um Programa Interno de Qualidade, conforme determina a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- c) A empresa Contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem conhecimento prévio e aceitação, por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- e) As entidades que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizadas com o SUS;
- f) A SEMUS poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com as entidades consideradas habilitadas, mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, "caput", da Lei nº. 8.666/93), considerada a inviabilidade de competição de preço, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;
- g) A Contratação se dará após a aprovação e homologação do requerimento de inscrição, quando deferido em sua análise técnica e legal, pela Comissão Especial de Contratação e na forma preconizada por este Edital.

7.2. A SEMUS não se obriga a contratar todas entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS em conformidade com os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.101, de 12/06/08 e a série histórica da Programação Física e Orçamentária, visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, dando prioridade para os serviços com integralidade da assistência, atendendo todos os procedimentos constantes na FPO, especificados no Contrato firmado com o prestador, com maior número de horas oferecidas para atendimento aos usuários do SUS e sistema informatizado que possibilite agilizar o atendimento ao público alvo deste Edital.

8. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, A CONTRATADA COMPROMETE-SE:

8.1. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

8.2. O agendamento, e a realização dos exames e a distribuição dos resultados (laudos) serão de responsabilidade da empresa contratada, que assumirá todos os ônus decorrentes da realização do objeto contratado.

8.3. A empresa contratada será responsável pelo material e equipamentos necessários para a realização dos exames a serem realizados, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento/solução

imprescindível para a realização do solicitado e os equipamentos de proteção individual (EPI).

8.4 As requisições de exames deverão ficar em posse do paciente até a data da realização do solicitado, quando deverá ser assinado, no verso, pelo usuário.

8.5 A entrega dos resultados/laudos dos exames dar-se-á no local onde foi realizado o procedimento.

9. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

9.1. O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:

- a) Divulgação da Chamada Pública;
- b) Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;
- c) Divulgação dos nomes dos prestadores técnicos habilitados;
- d) Adjudicação e Homologação.

9.2. A divulgação dos prestadores habilitados será feita por meio de publicação no Diário Oficial do Município, pelo site diariomunicipal.sc.gov.br.

9.3. Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (02) dias úteis após a divulgação dos resultados, endereçado a Secretaria Municipal de Saúde, para a Comissão Especial de Contratação, por escrito e protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (sede).

10. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:

10.1. A vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por outros períodos, de acordo com o ano orçamentário, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.

10.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso escrito e protocolado, apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e/ou encaminhada via Fax (47) 3631-0431 e 3631-0433 à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, aos cuidados da Comissão Especial de Contratos, a Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Bairro Centro, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

11.2. Integra o presente Edital Anexo I - Requerimento para Contratação, que poderão ser fornecidos a qualquer interessado no Setor de Controle, Avaliação e Auditoria.

11.3. A Clínica habilitada deverá iniciar suas atividades a partir da assinatura do Contrato, e a critério da SEMUS.

11.4. Fica reservada, à SEMUS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

REQUERIMENTO

À
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão Especial de Contratação
N E S T A

Prezados Senhores:

Pelo presente, atendendo ao Edital nº 001/2015, oferecemos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS/São Bento do Sul, a prestação de serviços de _____

Declaramos desde já, que o atendimento será realizado conforme normas e determinação da Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação do SUS.

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração proposta, a qual será feita com base na Tabela de Valores e Procedimentos do SIA/SUS, da qual temos pleno conhecimento, e sem qualquer cobrança adicional ao usuário.

Anexo a relação dos documentos entregues para a Comissão conforme Edital, para análise e parecer.

São Bento do Sul, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Data: ____/____/____ Nome e Assinatura Funcionário: _____

EDITAL Nº 001/2015 - PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 001/2015

Progressão Funcional do Magistério Público Municipal

A Secretária Municipal de Educação de São Bento do Sul, torna público que ficam abertas as solicitações para a Progressão Funcional dos profissionais efetivos do Magistério Público Municipal, por comprovação de nova habilitação profissional, conforme prevê a Lei Municipal nº 945, de 28 de maio de 2004 e Lei nº 2985, de 27 de março de 2012.

1. DOS REQUISITOS:

1.1 Ser membro efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal estável e estabilizado;

1.2 Comprovar nova habilitação profissional correlata à área de ensino, atuação e formação, desde que não implique em mudança de área de atuação.

2. DA SOLICITAÇÃO:

2.1 A solicitação deverá ser efetuada nos dias 30 de março a 08 de abril de 2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 75 - Centro.

2.2 O servidor deverá preencher o requerimento (modelo próprio), fornecido às Unidades Escolares e/ou no ato da inscrição, anexando cópia legível dos documentos, relacionados no item 3 deste Edital.

2.3 O requerimento não poderá conter qualquer rasura ou emenda, sendo o mesmo cancelado.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

3.1 Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de:

- a) Decreto de nomeação, e/ou Decreto de enquadramento no Quadro do Magistério Público Municipal, ou outro documento oficial que indique o atual cargo do servidor;
- b) Documentos comprobatórios da nova habilitação;

I. Diploma e Histórico Escolar do Curso Superior de Licenciatura Plena, para a passagem de Magistério para Licenciatura Plena;
II. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Certificado de Pós-Graduação (Lato Sensu) em nível de especialização, com duração mínima de 360 horas, incluindo monografia/artigo, para passagem de Licenciatura Plena para Especialização;
III. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Diploma de Mestrado para passagem de Especialização para Mestrado;
IV. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Diploma de Doutorado para passagem de Mestrado para Doutorado;
V. Diploma e Histórico Escolar de Curso de Magistério ou Pedagogia para a passagem de Ensino Médio para Magistério ou Pedagogia, para os cargos de Atendente Educativo.
3.2 Os documentos somente serão válidos se expedidos até a data da efetivação da solicitação.

4. DA ANÁLISE:

4.1 A análise de solicitação para a Progressão Funcional caberá a Comissão Permanente de Progressão Funcional designada pelo Chefe do Poder Executivo.

4.2 A progressão vertical está condicionada ao seguinte:

I. à obtenção, pelo servidor, de novo nível de escolaridade com efetiva conclusão do curso indicativo do nível de escolaridade em questão, demonstrada com o respectivo certificado ou diploma, reconhecido segundo a legislação educacional vigente;
II. ao interstício anual, com data-base no mês de abril;
III. à obtenção do último resultado da Avaliação Periódica de Desempenho como "Avaliação Positiva".

4.3 A solicitação será indeferida quando não atender as disposições da legislação vigente e normas deste Edital.

5. DA DIVULGAÇÃO:

5.1 O Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação expedirá listagem das solicitações indeferidas e dos motivos do indeferimento, a qual será fixada no mural da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, na Rua Benjamin Constant, nº 120, no dia 14 de abril de 2015.

5.2 A Secretária de Educação expedirá Portaria concedendo a Progressão Funcional.

6. DA RECONSIDERAÇÃO:

6.1 A contar da data de expedição da listagem das solicitações indeferidas, o membro do Magistério terá o prazo de 02 (dois) dias para solicitar reconsideração do indeferimento, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, por meio de:

a) Requerimento devidamente preenchido; e
b) Documento que justifique a solicitação de reconsideração.

6.2 Caberá à Comissão Permanente de Progressão Funcional, a análise do pedido de reconsideração, cujo resultado será informado ao requerente.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1 O servidor, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital.

7.2 Na impossibilidade do servidor efetuar sua inscrição, a mesma poderá ser efetuada por procuração com fins específicos.

7.3 O servidor que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexistente terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

7.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada pelo Chefe do Poder Executivo.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.

Alcione Teresinha Hinke
Secretária Municipal de Educação

ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO

_____, ocupante do cargo efetivo de _____, Escolaridade _____, Classe _____, Grupo Ocupacional _____ com carga horária de _____ horas semanais, atuando na Unidade Escolar _____, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa. a Promoção Funcional, para Escolaridade _____, conforme prevê a Lei nº 945, de 28 de maio de 2004 e Lei nº 2985, de 27 de março de 2012, mediante comprovação anexa.
Nestes Termos, peço Deferimento.

São Bento do Sul, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Requerente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Leite que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa HR SUPERMERCADO LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de Leite Longa Vida Integral, para o Gabinete do Prefeito e Assessorias, conforme Compra Direta nº 294/2015.

DO VALOR: R\$ 859,20 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses e 14 (quatorze) dias, a contar de 18/02/2015.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

ASS: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.
HR SUPERMERCADO LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 012/2015 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 012/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Bancários de Nº 017/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA BANCO DO BRASIL S.A., conforme Dispensa de Licitação nº 009/2014, de 01 de abril de 2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 017/2014, que consiste na Prestação de Serviços relativos à Emissão e Administração de Cartão de Pagamento para utilização pela ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA do Município de São Bento do Sul, em saques e como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços.

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 017/2014 no dia 01 de abril de 2015, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Décima Quinta - Da Vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 02 de abril de 2015 e com término em 01 de abril de 2016.

2º - Fica incluída a CLÁUSULA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, no Contrato Primitivo, conforme segue:

A execução do Contrato será acompanhada e Fiscalizada pelo

Servidor Municipal LUIZ NERI PEREIRA, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Matrícula nº 32.959, portador do CPF nº 041.999.769-30 e na impossibilidade deste, por outro servidor designado para substituí-lo.

O servidor acima designado anotará em registro próprio todas as ocorrências com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor nomeado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Caso o fiscal do contrato acima designado entenda necessário, poderá ser permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de abril de 2014, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 19 de março de 2015.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.

HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

BANCO DO BRASIL S.A., como Contratada.

LISTAGEM PORTARIAS 03/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8421, de 24 de março de 2015. Opera Remoção de Servidor, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a partir de 23 de março de 2015. Francisco Zoellner Filho. Auxiliar de Serviços.

Portaria nº 8422, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 17/11/2011 a 06/01/2015. Luciane Moura. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8423, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 07/11/2011 A 13/01/2015. Versiane Janaina Heinzen. Nutricionista. SEMUS.

Portaria nº 8424, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 23/01/2012 a 25/01/2015. Tatiane Eli Falquevicz. Auxiliar de Serviços. FC.

Portaria nº 8425, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 01/02/2012 a 31/01/2015. Maria Luisa Noriller. Professor de Música II. FC.

Portaria nº 8426, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 01/11/2011 a 01/02/2015. Rosicler Tomczyk Pscheidt. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8427, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 06/02/2012 a 05/02/2015. Laercio Marcelo Liebl. Professor de Música I. FC.

Portaria nº 8428, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 23/01/2012 a 08/02/2015. Cassia de Moraes Neves. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 8429, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 14/02/2012 a 13/02/2015. Eri Garcia Buemo. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 8430, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio

Probatório, período 03/02/2012 a 28/02/2015. Maria Cristina Siebre. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8431, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 01/03/2012 a 28/02/2015. Rafael Guimarães. Professor de Música II. FC.

Portaria nº 8432, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 01/03/2015 a 05/03/2015. Anderson Niedziel-ski. Técnico em Informática. SEMUS.

Portaria nº 8433, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 01/03/2012 A 08/03/2015. Dirceu Alves de Lima. Agente de Autoridade de Trânsito. SEPLU.

Portaria nº 8434, de 24 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período 19/03/2012 a 18/03/2015. Claudio Aurelio Fagundes. Fisioterapeuta. FMD.

Portaria nº 8435, de 24 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de março de 2015. Anderson Neves. Farmacêutico. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8436, de 24 de março de 2015. Revoga Portaria nº 8435/2015 que nomeou Anderson Neves, no cargo de Farmacêutico, por desistência espontânea em 23 de março de 2015.

Portaria nº 8437, de 24 de março de 2015. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Serviços, a partir de 23 de março de 2015, ocupado pela servidora Marisa Dums Liebl, com fulcro no art. 47, VI, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 8438, de 24 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de março de 2015. Lara Aparecida Lissarassa Reisdorfer. Assistente Social. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8439, de 24 de março de 2015. Revoga Portaria nº 8438/2015 que nomeou servidora pública Lara Aparecida Lissarassa Reisdorfer, no cargo de Assistência Social, por desistência espontânea em 23 de março de 2015.

Portaria nº 8442, de 24 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de março de 2015. Maria Luisa Keiser Grossl. Assistente Social. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8443, de 24 de março de 2015. Exonera Coordenador de Serviços Gerais e Som, a partir de 01 de abril de 2015. Lourival Leandro. GAPRE.

Portaria nº 8444, de 24 de março de 2015. Nomeia Coordenador de Setor de Serviços Gerais e de Som, a partir de 01 de abril de 2015. Lourival Leandro. SECON.

Portaria nº 8447, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 29 de abril de 2014, passando de Nível I para Nível II - Ensino Médio. Sebastião Pykosz. Motorista II. Grupo Ocupacional 04. SEMOB.

Portaria nº 8448, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 22 de janeiro de 2015, do Nível I para Nível II - Graduação. Gerson Luis Favero. Técnico em Enfermagem. Grupo Ocupacional 04. SEMUS.

Portaria nº 8449, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir 26 de janeiro de 2015, do Nível I para Nível II - Técnico Médio. Marta Madalena Seidel. Auxiliar de Enfermagem.

Grupo Ocupacional 03. SEMUS.

Portaria nº 8450, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 29 de janeiro de 2015, do Nível I para Nível II - Especialização. Silvia Renata Loureiro Favoreto. Odontólogo. Grupo Ocupacional 07. SEMUS.

Portaria nº 8451, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 04 de fevereiro de 2015, do Nível I para Nível II - Especialização. Vera Lucia Ruckl da Silva. Enfermeira. Grupo Ocupacional 05. SEMUS.

Portaria nº 8452, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 05 de fevereiro de 2015, do Nível I para Nível II - Técnico Médio. Adriana Lenschow. Auxiliar de Consultório Dentário. Grupo Ocupacional 03. SEMUS.

Portaria nº 8453, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir 09 de fevereiro de 2015, do Nível I para Nível III - Graduação. Alisson Ricardo do Prado. Motorista. Grupo Ocupacional 03. SEMUS.

Portaria nº 8454, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 09 de fevereiro de 2015, do Nível I para Nível III - Ensino Médio. Raquel David dos Santos. Grupo Ocupacional 01. SEMED.

Portaria nº 8455, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 09 de fevereiro de 2015, do Nível I para Nível III - Graduação. Rosangela Belescky. Instrutor de Recriação. Grupo Ocupacional 03. SEMAS.

Portaria nº 8456, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir 11 de fevereiro de 2015, do Nível I para Nível III - Graduação. Marcia Schwalbe Bianchin. Instrutor de Recriação. Grupo Ocupacional 03. SEMAS.

Portaria nº 8457, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 12 de fevereiro de 2015, do Nível I para Nível III - Graduação. Camila Kaszubowsky. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03. FMD.

Portaria nº 8458, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 10 de março de 2015, do Nível I para Nível III - Graduação. Antonio Marcos Costa Nunes. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03. SEMUS.

Portaria nº 8459, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 11 de março de 2015, do Nível I para Nível III - Graduação. Raquel Fernandes Ramiro. Instrutor de Recriação. Grupo Ocupacional 03. SEMAS.

Portaria nº 8460, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 14 de março de 2015, do Nível I para Nível III - Graduação. Edineia Narlok Kaluzny. Oficial Administrativo. Grupo Ocupacional 02. PROCUR.

Portaria nº 8461, de 25 de março de 2015. Concede Progressão Funcional, a partir de 02 de abril de 2015, do Nível I para Nível III - Técnico Médio. Valmir Grein. Vigia. Grupo Ocupacional 01. SEMOB.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 8419/2015

PORTARIA Nº 8419, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 23 de março de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ROSIMERI HANNEMANN DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental, Nível II, Classe F, matrícula nº 1651, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1332/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de março de 2015.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8420/2015

PORTARIA Nº 8420, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 23 de março de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARILIN ALICE PFUETZENREUTER GARBE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental, Nível I, Classe C, matrícula nº 5700, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1447/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2015.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8440/2015

PORTARIA Nº 8440, DE 24 DE MARÇO DE 2015
Corrige Portaria nº 7189/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CORRIGIR, a partir de 16 de janeiro de 2015, a Portaria nº 7189/2015, que demitiu a empregada pública JAQUELINE DA SILVA MENEZES DA SILVA, no tocante a data, passando de "a partir de 12 de novembro de 2014" para "a partir de 12 de dezembro de 2014".

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8441/2015

PORTARIA Nº 8441, DE 24 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor LAURO ADEMAR DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial FIAT/Doblo, placas MKU 3593.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8445/2015

PORTARIA Nº 8445, DE 24 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor WILLIAN GLATZ, ocupante do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- KIA/Bongo, placas MKC 9509
- GM/Celta, placas MBT 6615
- Honda CG, placa MJP 1091
- Honda CG, placa MJP 1361

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8446/2015

PORTARIA Nº 8446, DE 24 DE MARÇO DE 2015
ALTERA A PORTARIA Nº 1508, DE 21 DE MARÇO DE 2013, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei nº 060, de 29 de maio de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria nº 1508, de 21 de março de 2013, passa a ter a seguinte redação:

(...)
ASSOCIAÇÃO MÉDICA CELSO EMILIO TAGLIARI
Giovana Coelho Ludvig Rodrigues - Suplente
(...)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8493/2015

PORTARIA Nº 8493, DE 26 DE MARÇO DE 2015
Exonera Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 26 de março de 2015, ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, do cargo de Diretor do

Departamento de Obras, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8529/2015

PORTARIA Nº 8529, DE 26 DE MARÇO DE 2015
Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 26 de março de 2015, CELIA NOEMI FARY, do cargo de Coordenador de Setor de Secretaria, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8530/2015

PORTARIA Nº 8530, DE 26 DE MARÇO DE 2015
Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 26 de março de 2015, CELIA NOEMI FARY, no cargo de Chefe de Divisão de Secretaria, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIAS/SEMED Nº 1510 A 1575/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1510, de 27 de fevereiro de 2015. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Fernanda Cristina Piontkiewicz Gonschorovski. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1511, de 27 de fevereiro de 2015. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares. Marcelo Lauro Vidal de Souza. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1512, de 27 de fevereiro de 2015. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Maria de Lourdes Nogueira. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1513, de 27 de fevereiro de 2015. Concede Gozo de Férias. Carmen Ressel. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1514, de 27 de fevereiro de 2015. Concede Gozo de Férias. Denise Novak. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1515, de 27 de fevereiro de 2015. Constitui Comissão Especial.
Portaria/SEMED nº 1516, de 02 de março de 2015. Concede Licença Prêmio. Francisca de Fátima dos Santos. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1517, de 18 de março de 2015. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Tatiana Kotovicz Vier. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1518, de 18 de março de 2015. Concede Retorno às Atividades. Jenilde Maria Linzmeyer. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1519, de 18 de março de 2015. Concede Gozo de Férias. Maria Soares Bueno. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1520, de 18 de março de 2015. Concede Gozo de Férias. Charlene Mara Grande. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1521, de 18 de março de 2015. Concede Gozo de Férias. Ivonice Maria de Oliveira dos Santos. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1522, de 18 de março de 2015. Concede Gozo de Férias. Ane Aline Cordeiro. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1523, de 18 de março de 2015. Concede Licença Prêmio. Eluisa Romancini. Especialista em Assuntos Educacionais.
Portaria/SEMED nº 1524, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Elissama Santos Dias Girardi. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1525, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Cirlei Aparecida Calistro. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1526, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Silvana Neumann. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1527, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Patricia Aparecida Silveira Niepiçuy. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1528, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Simone Stiegler Neppel. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1529, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Catia Della Justina. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1530, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Maria Lucia Pereira Fortes. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1531, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Patricia Bachel Martins. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1532, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Inajara Niesukowski. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1533, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Silvia Gomes de Abreu Padilha. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1534, de 18 de março de 2015. Concede

Conclusão de Estágio Probatório. Sirlaine Aparecida Borges. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1535, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Nivia Baum. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1536, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Thadia Jamille Polesa Fischer. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1537, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Dorilda da Silva Correa. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1538, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Zuleidi Silveira Martins. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1539, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Adriana Aparecida Ribeiro Levan-doski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1540, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Michele Felix do Nascimento. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1541, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Sandra Mara Pacheco. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1542, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Roseli Aparecida Kruger. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1543, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Aurea Germano. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1544, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Eliane Furst. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1545, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Lucileide Gramm Zierhut. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1546, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Sonia Maria Neves Cuco. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1547, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Cleide Rejane Leal de Lima. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1548, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Erani de Andrade Mallon. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1549, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Jussara Kuchler Lietz. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1550, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Regina Célia Silva Oliveira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1551, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Renilda Kupicki da Cruz. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1552, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Elisangela Maria da Silveira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1553, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Maria Teresinha Muller Borges. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1554, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Karin Fabiane Blaskovsky. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1555, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Maria Pereira de Souza. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1556, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Sonia Regina dos Santos Jubanski. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1557, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Zeni Branco Ferreira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1558, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Claudete Aparecida Decky. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1559, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Marilaine Teresinha Chimelli Ribeiro. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1560, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Suzana Aparecida Iackusch Augustin. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1561, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Carla Emanuele Schroeder. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1562, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Jucelia Andruschechen Grein. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1563, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Gian Franko Link Felix. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1564, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Renato Quost. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1565, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Luara Karoline Arbegaus Rytchyski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1566, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Rita Andrea Ferreira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1567, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Franquele Teresinha Bonfim Schroeder. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1568, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Eluisa Romancini. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 1569, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Silvana de Fátima Meimberg Godoi Fava. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1570, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Edineia Marta Weber Pasini. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1571, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Janaina Maciel. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1572, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Nezilda Terezinha de França. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1573, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Rosemari Nalevaia. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1574, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Ana Marcieli Karachinski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1575, de 18 de março de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Anderson Martenhuk. Professor Anos Finais.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DECISÃO 045/14

São Bento do Sul 27 de Fevereiro de 2015

Decisão Final

Processo 045/14

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Super Rio Supermercados Ltda ME
CNPJ 19.807.704/0001-07

Penalidade de Multa de 140 UFM's

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

Pregão Presencial nº 21/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 21/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 09 de março de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Locação de mão de obra de 03 auxiliares de operações para implantação de redes de abastecimento de água.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(104) 3.3.90.37.00.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 24/2015

Tomada de Preços nº 24/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 24/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 12:00 horas do dia 30 de abril de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSULTORIA EM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS NA AREA DE ESGOTAMENTO SANITARIO, DISTRIBUICAO DE AGUA E RESÍDUOS SOLIDOS

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(93) 3.3.90.35.00.00 - Setor de Saneamento Geral - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 19/2014

Contrato Nº: 26/2015 - 2º Termo Aditivo de Prazo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: BSA- Bureau de Serviços em Eng. Ambiental LTDA

Vigência: Início: 13/03/2015 - Término: 13/06/2015

Recursos: Dotação:

81 - 3.3.90.39.05.00 - Setor de Resíduos Sólidos - Exercício Vigente

Objeto: Prestação de serviços para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Valor: R\$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco mil Reais) Valor Total.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DISP N.34/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:34/2015.
Edital:Dispensa de Lic p/compras e Serv. N. 34/2015
Tipo : Preço compatível ao praticado no Mercado
Objeto: prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Carlos.
Contratado: Cons Informática na Gestão Púb Municipal (CIGA)
Valor : R\$ R\$ 4.320,00.(quatro mil trezentos e vinte reais)
Justificativa: Fundamentada no art 24 , inciso VIII da Lei Lic. N.8666/93 , artigo 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.
.Vigência: até 31.12.2015

SAO CARLOS, 25 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.09/2015-FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.09/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N. 09/2015
Tipo : Menor preço
Objeto: SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAUDE- ENFERMEIRO
Entrega dos Envelopes ;10:30 horas -dia 10 de abril de 2015
Abertura dos Envelopes:10:30 horas- dia 10 de abril de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
Rua Demétrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800

SAO CARLOS, 26 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO N.36/2015 PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.36/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N. 36/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto: PEÇAS E SERVIÇOS P/MOT GD555-3
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 14 de abril de 2015
Abertura dos Envelopes :08:00 horas- dia 14 de abril de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta,
das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000.

SAO CARLOS, 26 DE MARÇO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.37/2015-PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.37/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N. 37/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto: PEÇAS E SERVIÇOS P/RETROESCAVADEIRA JCB-66
Entrega dos Envelopes:09:00 horas -dia 14 de abril de 2015
Abertura dos Envelopes :09:00 horas- dia 14 de abril de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta,
das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000.

SAO CARLOS, 26 DE MARÇO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N35/2015 -PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.35/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 35/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS P/ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 10 de abril de 2015
Abertura dos Envelopes :08:00 horas- dia 10 de abril de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta,
das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000.

SAO CARLOS, 26 DE MARÇO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1915 DE 25 05 15 CONSELHO DE HABITAÇÃO

DECRETO Nº 1915, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Habitação - CMH

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0020 de 16/04/08; pela Lei Complementar Municipal nº 0048 de 04/10/2013 e,

- Considerando o disposto no inciso II no artigo 12 da Lei nº 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS;
- Considerando a necessidade de nomeação de novos membros vacantes do conselho;
- Considerando a solicitação da Secretaria de Assistência Social;
- Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor do Conselho Municipal de Habitação - CMH, os seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Titular - Sandra Maria Fiorese
- b) Suplente - Cristiane Ansolin

II - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

- a) Titular - Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
- b) Suplente - Audrey Hofmann

III - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:

- a) Titular - Ari Pertile
- b) Suplente - Ageu Paulo Pereira

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Titular - Viane Ferrarini Meoti
- b) Suplente - Fernanda Picolli

V - Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica - CASAN e CELESC:

- a) Titular - Elton Amauri dos Santos (CASAN)
- b) Suplente - Cloir Anselmi (CELESC)

VI - Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:

- a) Titulares - Nicanor Rodrigues de Souza e Celoni Bandeira Rodrigues
- b) Suplentes - Laura Terezinha Demski Rauber e Pedro Candido

VII - Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:

- a) Titular - Sebastiana Eronita Galvão
- b) Suplente - Ariede Francisca Brunetto

VIII - Movimentos Sindicais do Município:

- a) Titular - Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais)
- b) Suplente - Amantino Bacca (SINTRAF São Domingos)

IX - Grupos de Mulheres Organizadas:

- a) Titular - Dulce Fonseca
- b) Suplente - Matilde Áurea Lammel

§ 1º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, para o mandato imediatamente subsequente.

§ 2º Os membros do conselho não receberão qualquer

remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação será presidido pelo titular do órgão público responsável pela coordenação da política municipal de habitação e auxiliado por um Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, conselheiros representantes da sociedade civil, escolhidos dentre seus pares.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 1.370, de 21 de outubro de 2013.

São Domingos (SC), 25 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul**PREFEITURA****LICITAÇÃO Nº 28/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 28/2015

Modalidade - Pregão Presencial nº 006/2015

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS (ÔNIBUS) DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 09/04/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30 min do dia 09/04/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 26 de Março de 2015.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

São José**PREFEITURA****LEILÃO Nº 001/2014 - PROCESSO Nº 400/2014**
COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 400/2014 - LEILÃO Nº 001/2014.

OBJETO: Leilão de veículos, equipamentos e bens inservíveis do Município de São José/SC, conforme edital e seus anexos.

A Secretaria de Administração, por meio do Secretário de Administração, informa aos licitantes e demais interessados que fica suspenso SINE DIE o certame.

Será determinada nova data para sessão pública, com posterior publicação.

São José, 26 de março de 2015.

Waldemar Bornhausen Neto

Secretário de Administração

Presidente da Comissão Permanente para

Leilão de Veículos, Equipamentos e Bens Inservíveis

DECRETO Nº 4158/2015

DECRETO Nº 4.158/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ALINE MARIA LAURINDO DE FRANCA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	16/03/2015
ARIELLA DE OLIVEIRA BORGES	Professor-M	20 Horas	16/03/2015
FABIANA FERREIRA MARTINS	Auxiliar de Ensino	30 Horas	16/03/2015
FABIO JUNIOR BITENCOURT	Auxiliar de Ensino	30 Horas	16/03/2015
JANAINA TEREZINHA CUNHA FRANCISCO	Professor-M	40 Horas	16/03/2015
LIDIANE DE FATIMA GOMES	Auxiliar de Ensino	30 Horas	16/03/2015
MARCELLA GIMENES E SILVA	Professor-M	30 Horas	16/03/2015
MARLENE FERIATO	Professor-H	27 Horas Aulas	16/03/2015
SONIA REGINA LEITES DOS SANTOS	Professor-M	40 Horas	16/03/2015
VIVIANE DA SILVA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	16/03/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/03/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4159/2015

DECRETO Nº 4.159/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA CRISTINA RADTKE VARGAS	Professor-M	20 Horas	17/03/2015
CLAITON JEOSAN NICOLAU DE PINA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	17/03/2015
ELISANGELA LUCAS ALVES	Professor-M	40 Horas	17/03/2015
JULIANA CORDEIRO	Auxiliar de Sala	40 Horas	17/03/2015
MARIA CRISTINA SADLER RODRIGUES DA SILVEIRA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	17/03/2015
PATRICIA DE ANDRADE I	Auxiliar de Ensino	30 Horas	17/03/2015
SINELANDIA SCHUTZ DA SILVA ALVES	Professor-H	36 Horas Aulas	17/03/2015
TAMIRIS DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino	40 Horas	17/03/2015
TASSIA JAMILE MANENTE	Auxiliar de Ensino	30 Horas	17/03/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/03/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4160/2015

DECRETO Nº 4.160/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANDREA LAHIR NASCIMENTO ARANHA	Auxiliar de Sala	40 Horas	18/03/2015
CRISTIANE VIANA TEODOSIO	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/03/2015
GABRIEL VIDEIRA SILVA	Professor-H	39 Horas Aulas	18/03/2015
GISLAYNE ROBERTA COELHO	Professor-M	40 Horas	18/03/2015
LIDIA GARCIA DA SILVA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/03/2015
MARIA SALETE NAZARIO ARCENO	Professor-M	40 Horas	18/03/2015
NOEMI DE FATIMA BRANCO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	18/03/2015
THAYSE DE SOUZA PIRES	Auxiliar de Ensino	30 Horas	18/03/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/03/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4161/2015

DECRETO Nº 4.161/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

NOME	CARGO	DATA
ANA PAULA LIMA	Professor-H	20/03/2015
CLAUDETE CHAVES BERNARDO	Professor-M	23/03/2015
DARCILA ROSANGELA MARTINS DA SILVA	Auxiliar de Ensino	02/03/2015

DENISE CARRE SCHWERZ	Professor-H	17/03/2015
GRASIELA MARIA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Ensino	20/03/2015

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4162/2015

DECRETO Nº 4.162/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
LURDES HELENA KUNZLER GIRADELLO	Auxiliar de Sala	23/03/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4163/2015

DECRETO Nº 4.163/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.647/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.647/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora KARINY SOUZA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério

na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4164/2015

DECRETO Nº 4.164/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.553/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.553/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora ADRIANA TELLES RIBEIRO DORNELLES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4165/2015

DECRETO Nº 4.165/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.590/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.590/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora EDUARDA SOUZA GAUDIO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4166/2015

DECRETO Nº 4.166/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.698/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.698/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora DANIELA HALMENSCHLAGER FELL para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4167/2015

DECRETO Nº 4.167/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.621/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.621/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora SUZANA PACHECO DOS REIS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4180/2015

DECRETO Nº 4180/2015

CONVALIDA ATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2014/SMS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e em observância ao disposto na Lei nº 4.671/2008 alterada pelas Leis nº 4.823/2009 e 5.322/2013,

CONSIDERANDO a constatação de vícios formais concernentes à admissão de servidores admitidos em caráter temporário, selecionados por meio de regular processo seletivo;

CONSIDERANDO o Parecer nº 090/2015/PGM, exarado pela Procuradoria Geral do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convalidado o ato de admissão de GABRIELA CARDOSO FLORES, referente ao cargo de Técnico de Enfermagem da Família, decorrente de aprovação no processo seletivo referente ao Edital nº 002/2014/SMS, regendo-se a sua contratação pelo regime jurídico administrativo especial definido pela Lei nº 4.671/2008, alterada pelas Leis nos 4.823/2009 e 5.322/2013.

Art. 2º - Fica invalidada a anotação atinente à admissão da servidora em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), uma vez que sua contratação não é regida pelo regime trabalhista (CLT), na forma do artigo 12, I, da Lei nº 4.671/2008, com a redação dada pela Lei nº 5.322/2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014, data da admissão da servidora.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4181/2015

DECRETO Nº 4180/2015

CONVALIDA ATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2014/SMS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e em observância ao disposto na Lei nº 4.671/2008 alterada pelas Leis nº 4.823/2009 e 5.322/2013,

CONSIDERANDO a constatação de vícios formais concernentes à admissão de servidores admitidos em caráter temporário, selecionados por meio de regular processo seletivo;

CONSIDERANDO o Parecer nº090/2015/PGM, exarado pela Procuradoria Geral do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convalidado o ato de admissão de GABRIELA CARDOSO FLORES, referente ao cargo de Técnico de Enfermagem da Família, decorrente de aprovação no processo seletivo referente ao Edital nº 002/2014/SMS, regendo-se a sua contratação pelo regime jurídico administrativo especial definido pela Lei nº 4.671/2008, alterada pelas Leis nos 4.823/2009 e 5.322/2013.

Art. 2º - Fica invalidada a anotação atinente à admissão da servidora em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), uma vez que sua contratação não é regida pelo regime trabalhista (CLT), na forma do artigo 12, I, da Lei nº 4.671/2008, com a redação dada pela Lei nº 5.322/2013.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014, data da admissão da servidora.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4182/2015

DECRETO Nº 4182/2015

CONVALIDA ATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2014/SMS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e em observância ao disposto na Lei nº 4.671/2008 alterada pelas Leis nº 4.823/2009 e 5.322/2013,

CONSIDERANDO a constatação de vícios formais concernentes à admissão de servidores admitidos em caráter temporário, selecionados por meio de regular processo seletivo;

CONSIDERANDO o Parecer nº 090/2015/PGM, exarado pela Procuradoria Geral do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convalidado o ato de admissão de JAQUELINE MARLENE CARDOSO, referente ao cargo de Enfermeiro da Família, decorrente de aprovação no processo seletivo referente ao Edital nº 002/2014/SMS, regendo-se a sua contratação pelo regime jurídico administrativo especial definido pela Lei nº 4.671/2008, alterada pelas Leis nos 4.823/2009 e 5.322/2013.

Art. 2º - Fica invalidada a anotação atinente à admissão da servidora em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), uma vez que sua contratação não é regida pelo regime trabalhista (CLT), na forma do artigo 12, I, da Lei nº 4.671/2008, com a redação dada pela Lei nº 5.322/2013.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2014, data da admissão da servidora.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4185/2015

DECRETO Nº 4185/2015

CONVALIDA ATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2014/SMS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e em observância ao disposto na Lei nº 4.671/2008 alterada pelas Leis nº 4.823/2009 e 5.322/2013,

CONSIDERANDO a constatação de vícios formais concernentes à admissão de servidores admitidos em caráter temporário, selecionados por meio de regular processo seletivo;

CONSIDERANDO o Parecer nº 090/2015/PGM, exarado pela Procuradoria Geral do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convalidado o ato de admissão de JENEFER GARCEZ ALEXANDRE, referente ao cargo de Enfermeiro da Família, decorrente de aprovação no processo seletivo referente ao Edital nº 002/2014/SMS, regendo-se a sua contratação pelo regime jurídico administrativo especial definido pela Lei nº 4.671/2008, alterada pelas Leis nos 4.823/2009 e 5.322/2013.

Art. 2º - Fica invalidada a anotação atinente à admissão da servidora em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), uma vez que sua contratação não é regida pelo regime trabalhista (CLT), na forma do artigo 12, I, da Lei nº 4.671/2008, com a redação dada pela Lei nº 5.322/2013.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014, data da admissão da servidora.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4186/2015

DECRETO Nº 4186/2015

CONVALIDA ATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2014/SMS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e em observância ao disposto na Lei nº 4.671/2008 alterada pelas Leis nº 4.823/2009 e 5.322/2013,

CONSIDERANDO a constatação de vícios formais concernentes à admissão de servidores admitidos em caráter temporário, selecionados por meio de regular processo seletivo;

CONSIDERANDO o Parecer nº090/2015/PGM, exarado pela Procuradoria Geral do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convalidado o ato de admissão de JOSÉ VICTOR SALAMANCA DÁVALOS, referente ao cargo de Médico da Família, decorrente de aprovação no processo seletivo referente ao Edital nº 002/2014/SMS, regendo-se a sua contratação pelo regime jurídico administrativo especial definido pela Lei nº 4.671/2008, alterada pelas Leis nos 4.823/2009 e 5.322/2013.

Art. 2º - Fica invalidada a anotação atinente à admissão da servidora em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), uma vez que sua contratação não é regida pelo regime trabalhista (CLT), na forma do artigo 12, I, da Lei nº 4.671/2008, com a redação dada pela Lei nº 5.322/2013.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014, data da admissão do servidor.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4187/2015

DECRETO Nº 4187/2015

CONVALIDA ATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2014/SMS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e em observância ao disposto na Lei nº 4.671/2008 alterada pelas Leis nº 4.823/2009 e 5.322/2013,

CONSIDERANDO a constatação de vícios formais concernentes à admissão de servidores admitidos em caráter temporário, selecionados por meio de regular processo seletivo;

CONSIDERANDO o Parecer nº 090/2015/PGM, exarado pela Procuradoria Geral do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convalidado o ato de admissão de LUIZ FERNANDO SARTORI CENTENARO, referente ao cargo de Médico da Família, decorrente de aprovação no processo seletivo referente ao Edital nº 002/2014/SMS, regendo-se a sua contratação pelo regime jurídico administrativo especial definido pela Lei nº 4.671/2008, alterada pelas Leis nos 4.823/2009 e 5.322/2013.

Art. 2º - Fica invalidada a anotação atinente à admissão da servidora em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), uma vez que sua contratação não é regida pelo regime trabalhista (CLT), na forma do artigo 12, I, da Lei nº 4.671/2008, com a redação dada pela Lei nº 5.322/2013.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de outubro de 2014, data da admissão do servidor.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4188/2015

DECRETO Nº 4188/2015

CONVALIDA ATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2014/SMS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e em observância ao disposto na Lei nº 4.671/2008 alterada pelas Leis nº 4.823/2009 e 5.322/2013,

CONSIDERANDO a constatação de vícios formais concernentes à admissão de servidores admitidos em caráter temporário, selecionados por meio de regular processo seletivo;

CONSIDERANDO o Parecer nº090/2015/PGM, exarado pela Procuradoria Geral do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convalidado o ato de admissão de SANDRO TOSETO CARBONERA, referente ao cargo de Médico da Família, decorrente de aprovação no processo seletivo referente ao Edital nº 002/2014/SMS, regendo-se a sua contratação pelo regime jurídico administrativo especial definido pela Lei nº 4.671/2008, alterada pelas Leis nos 4.823/2009 e 5.322/2013.

Art. 2º - Fica invalidada a anotação atinente à admissão da servidora em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), uma vez que sua contratação não é regida pelo regime trabalhista (CLT), na forma do artigo 12, I, da Lei nº 4.671/2008, com a redação dada pela Lei nº 5.322/2013.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014, data da admissão do servidor.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4189/2015

DECRETO Nº 4189/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado SEIDI VIEIRA JUNIOR para o cargo em comissão de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Infraestrutura, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4190/2015

DECRETO Nº 4190/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada SÔNIA PEREIRA PINHEIRO para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ENTIDADES HOMOLOGADAS PARA O PROCESSO ELETIVO DE 01 (UM) CONSELHEIRO SUPLENTE DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, BIÊNIO 2014-2016.

ENTIDADES HOMOLOGADAS PARA O PROCESSO ELETIVO DE 01 (UM) CONSELHEIRO SUPLENTE DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, BIÊNIO 2014-2016.

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CANDIDATAS:

AMORJA - Associação dos Moradores do Jardim Amodelar
REPRESENTANTE: Eliane Magalhães Rosa.

ONG FUR GOTT ARBEIT - FGA
REPRESENTANTE: Josiane Madeira Espíndola

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VOTANTES:

AMORJA - Associação dos Moradores do Jardim Amodelar
REPRESENTANTE: Eliane Magalhães Rosa.

ONG FUR GOTT ARBEIT - FGA
REPRESENTANTE: Josiane Madeira Espíndola

CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS - CVM
REPRESENTANTE: Roberto Tadeu Proença

CASA DE APOIO LIBERDADE
REPRESENTANTE: Ozair dos Santos

ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ
REPRESENTANTE: Carla Cristiane de Oliveira Guimarães

LAR DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
REPRESENTANTE: Luiz Carlos Barcelos Filho

COMISSÃO ELEITORAL

Artur Feijó Luiz Carlos Barcelos Filho
Creche Orfanato CVM Lar da Criança N. Sra. Fátima

Ozair dos Santos Carla de Oliveira Guimarães
Casa de Apoio Liberdade Associação das Irmãs Franc. São José

Maria Clotildes Daniel Joaquim Roberto Tadeu Proença
Assobensa Creche e Orfanato CVM

São José (SC), 26 de março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.073/2015**

PORTARIA Nº 073/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - O Servidor DAVI LUIZ LEMOS SCHWAHN , do cargo de COODENARDOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Túlio Maciel , conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 07 de março de 2015.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.074/2015

PORTARIA Nº 074/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - O Servidor RODRIGO LUIZ FONTOURA, do cargo de SECRETÁRIO PARLAMENTAR III, lotado no Gabinete do Vereador Túlio Maciel , conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.075/2015

PORTARIA Nº 075/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Senhor DAVI LUIZ LEMOS SCHWAHN, para exercer o cargo em comissão de SECRETARIO PARLAMENTAR III, lotado no Gabinete do Vereador Túlio Maciel, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.076/2015

PORTARIA Nº 076/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Senhor RODRIGO LUIZ FONTOURA, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR PARLAMENTAR I - , lotado no Gabinete da Vereador Túlio Maciel, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.077/2015

PORTARIA Nº 077/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - O Servidor EUCLESIA SANTANA DA SILVA , do cargo de COODENARDOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador MOACIR DA SILVA , conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.078/2015

PORTARIA Nº 078/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - A Servidora ENIKS DE SOUZA , do cargo de Oficial de Gabinete Parlamentar I, lotados no Gabinete do Vereador ORVINO COELHO DE ÁVILA , conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.079/2015

PORTARIA Nº 079/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - A Senhora EUCLESIA SANTANA DA SILVA, para exercer o cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador ORVINO COELHO DE ÁVILA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.080/2015

PORTARIA Nº 080/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Senhor ENIKS DE SOUZA, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR PARLAMENTAR I - , lotado no Gabinete da Vereador MOACIR DA SILVA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.081/2015

PORTARIA Nº 081/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - O Senhor MARCOS NUNES, do cargo em comissão da Presidência de CHEFE DE TRANSPORTES, conforme Lei nº 4.696 de 15.09.2008.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de março de 2015.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.082/2015

PORTARIA Nº 082/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - O Senhor MAURICIO LUIZ SHMITT, do cargo em comissão da Presidência de CHEFIA DE DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELEFONIA, conforme Lei nº 4.696 de 15.09.2008.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de março de 2015.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N.083/2015

PORTARIA Nº 083/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, inciso III, a, c/c art. 74, II, b, 1, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Senhor MARCOS NUNES, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, - CCP - 04 da Câmara Municipal, conforme a Lei nº 5.471 de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 18 de março de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA N.084/2015

PORTARIA Nº 084/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, inciso III, a, c/c art. 74, II, b, 1, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Senhor MAURICIO LUIZ SHMITT, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA - CCP - 03, da Câmara Municipal, conforme a Lei nº 5.471 de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 18 de março de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.565, DE 20 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 5.565, DE 20 DE MARÇO DE 2015
"NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, ANA CAROLINA ALBERT, para exercer o cargo de AUXILIAR DE DENTISTA, carga horária de 120 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504, de 18 de dezembro de 2015, classificada em 4º lugar, média final 5,60, a partir de 09 de março de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 09 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de março de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 053/2015 - SF

DECRETO Nº. 053/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01	DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.020	ENSINO FUNDAMENTAL - SALÁRIO - EDUCAÇÃO
"133"	3.3.90.30.00.00.1.0036 Material de Consumo
..... R\$ 20.000,00	

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos Salário Educação, Fonte 1.0036, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.020 ENSINO FUNDAMENTAL - SALÁRIO - EDUCAÇÃO
"135" 4.4.90.52.00.00.1.0036 Equipamentos e Material Per-
manente R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 DE MARÇO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 054/2015 - SF

DECRETO Nº. 054/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.092 PMAQ-PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA
"56" 3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serviços de Terceiros -
Pessoa Jurídica..R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), Recursos PMAQ, Fonte 1.0038, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.092 PMAQ-PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA
"55" 3.3.90.30.00.00.1.0038 Material de Consumo
..... R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 DE MARÇO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015, TP Nº 004/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados que resolve RETIFICAR os itens 2.2.1, 2.3.1, 2.4.1, 2.5.1 e 2.6.1 descritos na Planilha Orçamentaria, Anexo III do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 004/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PISTA DE SKATE COM ÁREA TOTAL DE 497,29 M², NA RUA NEREU RAMOS ESQUINA COM TRAVESSA SÃO PEDRO, PRAÇA DA BANDEIRA, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, (PUBLICADO NO DOM/SC EDIÇÃO Nº 1702, DIA 13/03/2015 - PAG. 802), reabrindo-se o prazo legal para abertura dos envelopes, designando-se nova data para o dia 14/04/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 22/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por Item, para aquisição de Peças e Serviços de Mecânica, para Secretaria Municipal de Estradas de Rodagem, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 10/03/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de Março de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.282/2015 - DECRETA TURNO ÚNICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA 02 DE ABRIL DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.282/2015

DECRETA TURNO ÚNICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA 02 DE ABRIL DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem os incisos VI e XL, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Turno Único das 07h00min às 13h00min nas repartições públicas Municipais, no dia 02 de abril de 2015 (quinta-feira), relativamente às comemorações da semana da paixão.

Art. 2º Ficam mantidos os serviços de interesse público e emergenciais do Município, especialmente a UPA/24 horas e o Plantão de Atenção Básica e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, em conformidade com o cronograma determinado pelo ato correspondente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC

Em, 24 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado
na presente data.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2015-PMS

PROCESSO Nº. 55/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção (cimento) para atender as necessidades da Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de abril de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de abril de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.277/2015 DE 23 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 3.277/2015 de 23 de março de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.090/2015 de 17 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 19.980,00 (dezenove mil novecentos e oitenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.93.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 19.980,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.71.70.00.00.00.00 - 00.01.0000 - R\$ 9.990,00

3.1.71.70.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Rateio pela Participação em Consórcio Público R\$ 9.990,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de março de 2015.

OSVALDO JURCK ELMER

Prefeito Municipal

SANDRO QUADROS

Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.279/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 3.279/2015 de 25 de março de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 174.000,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 226.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0224 - Obras e Instalacoes R\$ 100.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK ELMER

Prefeito Municipal

SANDRO QUADROS

Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.002/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6.002/2015, de 25 de março de 2015
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER.

Osvaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem a Comissão Organizadora Municipal da 4ª Conferência Municipal de Saúde de Schroeder, a saber:

- Nádia Cristiane Hefter Tambosi - Diretora de Saúde - CPF nº 022.876.719-94 - Presidente;

- Maiara dos Santos de Oliveira - Enfermeira da Estratégia Saúde da Família - CPF nº 041.030.709-27 - Coordenadora;

- Denise Erig Rocha de Souza - Farmacêutica do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Conselheira de Saúde - CPF nº 821.974.159-72 - Secretária;

- Cláudia Regina Quintino Lombardi - Agente Comunitária de Saúde - CPF nº 022.029.189-65 - Membro;

- Elenir Beatriz Vasel Motta - Técnica de enfermagem - CPF nº 683.134.469-00 - Membro;

- Orlando Tecilla - Secretário de Saúde - CPF nº 311.753.179-34 - Membro;

- Roseane Finta - Técnica de Enfermagem da Estratégia Saúde da Família e Conselheira de Saúde - CPF nº 004.074.509-04 - Membro;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.003/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 6.003/2015, de 26 de março de 2015
REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.578/2007, de 15 de maio de 2007,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Schroeder, a saber:

I - REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social:

- Débora Patrícia Grando Borges - Titular
- Paulo Henrique Gneipel - Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

- Scheila Adriana Müller - Titular
- Tereza Stefan Harmel - Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:

- Jonny Jordy Walz - Titular
- Guilherme Lessmann - Suplente

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

b) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

- Viviane Rodrigues - Titular
- Giselle Tomaselli Obenaus - Suplente

c) Representantes dos Usuários e/ou Organizações de Usuários da Assistência Social:

- Regina Vanda Kuster - Titular
- Cátia Mara Dallagnolo - Suplente
- Ercílio Sílvia Ramos - Titular
- Luciana Pereira dos Santos - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.004/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.004/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Raquel Keske, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF
Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA TOMADA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 02/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 37/2015 Data do Processo: 06/03/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 31/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma no prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado na Estrada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 199,20m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição do presente para exame e rubricação. Constatando que a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por pelo participante presente, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta da empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME. Constatou-se vencedora a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME com o valor total de R\$ 78.197,36, entretanto a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME não apresentou as planilhas de acordo com o solicitado no edital, sendo assim será concedido o prazo para apresentação de nova proposta conforme item do edital 12.10 "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993" Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue a cópia da ata a empresa participante.

Schroeder, 26 de Março de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Osmair Rogério Marquez	- - Representante
------------------------	-------------------------

Serra Alta

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 003/2015

CONVÊNIO Nº. 003/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) AV. DOM PEDRO II, 830, Centro, inscrita no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL FRANCISCO ARTUR BOTH portador do CPF: 353.597.570-00, RG 6011000632, doravante denominada simplesmente de CONVENIENTE e O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC, associação de assistência social, sem intuito lucrativo de utilidade pública estadual e federal, inscrito no CNPJ sob o nº 04.310.564/0001-81, com sede central à Rua Antônio Dib Mussi nº 473, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-110, doravante designado simplesmente CIEE/SC neste ato representado por seu Superintendente Executivo Sr. ANIBAL DIB MUSSI, RG nº 3656339-0, CPF nº 157.229.299-72, doravante denominada de CONVENIADA, ajustam as seguintes cláusulas e condições mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas, com especial atenção à Lei 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este convênio estabelece cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho", e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CIEE/SC

- Manter convênios específicos com as Instituições de Ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- Obter da Unidade Concedente a identificação e características das oportunidades de estágio e sobre os respectivos Programas de Atividades a serem oferecidos;
- Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas Instituições de Ensino para emissão do Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- Encaminhar à Unidade Concedente do Estágio os estudantes cadastrados e interessados na(s) oportunidade(s);
- Providenciar toda documentação referente ao estágio e encaminhar a negociação do Seguro Contra Acidentes Pessoais em favor do estagiário;
- Assessorar a Instituição de Ensino, quando acordado, em sua sistemática de acompanhamento e avaliação do Programa do Estágio;
- Notificar à Unidade Concedente do Estágio, qualquer irregularidade informada pela Instituição de Ensino constatada no Programa do Estágio e/ou na situação escolar dos estagiários;
- Efetuar o pagamento da Bolsa-Auxílio mensal ao estagiário no máximo até 5 (cinco) dias após a confirmação da transferência dos

respectivos valores pela Unidade Concedente do Estágio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

- Assinar os documentos concernentes ao estágio, na forma da lei;
- Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, bem como fornecer os dados necessários à avaliação das respectivas instalações;
- Designar um supervisor, de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- Manter em favor do estagiário, Seguro Contra Acidentes Pessoais no valor de mercado, podendo ser apólice coletiva, encaminhada em conjunto com o CIEE/SC;
- Entregar ao estagiário, por ocasião de seu desligamento, um Termo de Realização do Estágio, contendo a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação do desempenho;
- Manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- Enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- Formalizar as oportunidades de estágio com as Instituições de Ensino, adequando suas condições às exigências da legislação com assessoria do CIEE/SC nos limites do Art. 5 da Lei 11.788/08;
- Receber os estudantes encaminhados mantendo entendimentos sobre as condições de realização de estágio, informando ao CIEE/SC os nomes dos selecionados para o estágio;
- Informar mensalmente ao CIEE/SC a frequência dos estagiários;
- Transferir ao CIEE/SC, mensalmente, os valores correspondentes para aplicação exclusiva na concessão da Bolsa-Auxílio aos estagiários da Unidade Concedente;
- Informar ao CIEE/SC, por meio do Termo de Rescisão do Estágio, imediatamente, toda vez que ocorrer rescisão de qualquer Termo de Compromisso do Estágio - TCE;
- Exercer, em plenitude, a parceria educacional a ser estabelecida, não permitindo o descumprimento das cláusulas pactuadas no Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- Reduzir, pela metade, a jornada de estágio, durante o período de provas escolares, cujo calendário será fornecido antecipadamente pela Instituição de Ensino;
- somente permitir que o estudante inicie o estágio quando o termo de compromisso e plano de atividades do estágio estiver devidamente assinado por todas as partes envolvidas;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

O Município concederá ao CIEE/SC uma contribuição institucional no valor de R\$ 42,00 (Quarenta e Dois Reais) por estudante/mês que estiver realizando estágio em suas dependências, ao abrigo deste convênio, para ressarcimento das despesas com a implementação e operacionalização do estágio.

§ 1º Esse valor de contribuição prevalecerá até o momento em que contingências econômicas justifiquem sua alteração;

§ 2º As partes ajustam que os valores mensais das Bolsas Auxílio serão as seguintes:

Nível	Valor Mensal (R\$)
Nível Médio	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 420,00
Técnico Profissionalizante	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 545,00

Técnico Profissionalizante	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 817,00
3º Grau	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 575,00
3º Grau	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 862,00

Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste convênio ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente ao departamento em que o estagiário for alocado.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará por 1 (um) ano, podendo ser prorrogado através de termo aditivo até o máximo de 60 (sessenta) meses, ou rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, por inadiplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este convênio, em 2 (duas) vias de igual teor.

Serra Alta, 27 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONVENIENTE

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC
CONVENIADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico OAB 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

MARCELO PORCIUNCULA
CPF: 573.806.439-91

CONVÊNIO Nº 004/2015

CONVÊNIO Nº 04/2015

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Serra Alta, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando à realização de Policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

Aos 27 dias do mês de março de 2015, o Município de Serra Alta, doravante denominado Município, situado na Avenida Dom Pedro II, nº 830, centro, na cidade de Serra Alta (SC), inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo Exmo. Sr. FRANCISCO ARTUR BOTH, inscrito no CPF/MF sob nº 353.597.570-00, Prefeito Municipal, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada PMSC, situada na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, centro, na cidade de Florianópolis (SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PMPaulo Henrique Hemm, amparados na Lei Municipal nº 394/98, de 13 de outubro de 1998; no inciso IV,

do art. 7º da Lei Complementar nº 981, de 07 de maio de 2007; no Decreto nº 307, de 04 de julho de 2003; no Decreto nº 525, de 29 de julho de 2003; no Decreto nº 1.773, de 11 de maio de 2004; no Decreto nº 1.899, de 31 de maio de 2004; no Decreto nº 3.485, de 15 de setembro de 2005; e na Portaria nº 105/GERE/DIGA/GAB/SSP de 21 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado nº 17.799, de 09 de janeiro de 2006, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente termo de convênio, de acordo com às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimentos de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) a PMSC:

I - Dispor de organização Policial Militar no Município;

II - Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;

III - Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastrada no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;

IV - Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;

V - Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

b) Ao Município:

I - Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 375 (trezentos e setenta e cinco) litros de gasolina, para cobrir as despesas com a manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço;

II - Depositar a importância prevista no inciso "I", na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha;

III - Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por aquisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observando as Diretrizes de Ação Administrativa do Comando Geral da PMSC;

IV - Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial

Militar do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal no seguinte elemento de despesas:

Órgão: 03.01 - Manutenção da Adm. Geral
Projeto/Atividade: 2300 - Segurança Municipal;
33900000 - Material de Consumo;
33900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 05 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser renunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para admitir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem juntos e acordes, assinaram o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Serra Alta (SC), 27 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH PAULO HENRIQUE HEMM
Prefeito Municipal Serra Alta Cel. PM Cmt Geral PMSC

Testemunhas:

Carimbo

Carimbo

DECRETO Nº 072/2015

DECRETO Nº. 072/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN PARA O CARGO DE PROFESSOR I, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, EDITAL Nº. 002/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº. 002/2014, do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Srª. SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN, portadora do CPF nº. 811.727.619-49, RG nº. 2.433.487, para o Cargo de PROFESSOR I, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, Nível 61, do Grupo 6 - MAG, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral

de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015 -FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 - FMS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Próteses Dentárias para distribuição gratuita pela Secretaria de Saúde aos munícipes Serraltenses que necessitam, atendendo ao Programa Saúde Bucal Saudável para adultos, nos termos da legislação municipal vigente.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 17 de Abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17 de Abril de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 27 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO DE SERRA ALTA

PORTARIA Nº 027/2015

PORTARIA Nº. 027/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE LEWIS MATÉ HEINECK PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2014, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	LEWIS MATÉ HEINECK
CPF:	004.361.329-23

RG:	2.659.401
CARGO:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
GRUPO:	6 - MAG
NÍVEL:	62
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso público;
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso público;
VIGÊNCIA:	25/03/2015 a 14/12/2015.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 002

PORTARIA Nº 002/2015

EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, Santa Catarina, Sr. JEFERSON MARTINI, no uso das atribuições legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DJULIA CRISTINA LINDEMANN, do cargo de Assessora Jurídica a partir do dia 16 de março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta SC, 16 de março de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta.

PORTARIA 003

PORTARIA Nº 003/2015

EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, Santa Catarina, Sr. JEFERSON MARTINI, no uso das atribuições legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora CRISTIANE FUZINATO, do cargo de Secretária Geral, a partir do dia 16 de março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta SC, 16 de março de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta.

PORTARIA 004

PORTARIA Nº 004/2015

NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Jeferson Martini no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, e em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC, com a Lei Complementar nº 008/2012, Lei nº 1019/2015 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR DJULIA CRISTINA LINDEMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 080.439.939-55, RG nº 4.970.293, para o cargo de ASSESSORA JURÍDICA, 20H, com remuneração de acordo com a tabela remuneratória do Anexo I da Lei nº 1019/2015.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos a partir desta data.

Serra Alta SC, 17 de março de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta

PORTARIA 005

PORTARIA Nº 005/2015

NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Jeferson Martini no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, e em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC, com a Lei Complementar nº 008/2012, Lei nº 1019/2015 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR CRISTIANE FUZINATO, brasileira, convivente, inscrita no CPF nº 040.079.799-28 e RG nº 4.910.750-0, para o cargo de SECRETÁRIA GERAL, 20H, com remuneração de acordo com a tabela remuneratória do Anexo I da Lei nº 1019/2015.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos a partir desta data.

Serra Alta/SC, 17 de março de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta

Siderópolis

PREFEITURA

ANEXOS 1,2,8,12 DA LRF - 1º BIMESTRE 2015

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.500.000,00	32.500.000,00	4.678.256,68	14,39	4.678.256,68	14,39
	30.294.100,00	30.294.100,00	4.678.256,68	15,44	4.678.256,68	15,44
RECEITAS CORRENTES	3.219.000,00	3.219.000,00	308.721,21	9,59	308.721,21	9,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.200.000,00	2.200.000,00	262.060,73	11,91	262.060,73	11,91
IMPOSTOS	999.000,00	999.000,00	46.660,48	4,67	46.660,48	4,67
TAXAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	355.000,00	355.000,00	63.846,05	17,98	63.846,05	17,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	355.000,00	355.000,00	63.846,05	17,98	63.846,05	17,98
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	210.600,00	210.600,00	32.343,38	15,36	32.343,38	15,36
RECEITA PATRIMONIAL	210.600,00	210.600,00	32.343,38	15,36	32.343,38	15,36
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	53.000,00	53.000,00	5.770,00	10,89	5.770,00	10,89
RECEITA DE SERVIÇOS	25.455.000,00	25.455.000,00	4.057.125,39	15,94	4.057.125,39	15,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.262.000,00	25.262.000,00	4.057.125,39	16,06	4.057.125,39	16,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	193.000,00	193.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	1.001.500,00	1.001.500,00	210.450,65	21,01	210.450,65	21,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	207.000,00	207.000,00	16.139,09	7,80	16.139,09	7,80
Multas e Juros de Mora	227.000,00	227.000,00	10.533,60	4,64	10.533,60	4,64
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	567.500,00	567.500,00	183.777,96	32,38	183.777,96	32,38
RECEITAS DIVERSAS	2.205.900,00	2.205.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	2.203.900,00	2.203.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.203.900,00	2.203.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	32.500.000,00	32.500.000,00	4.678.256,68	14,39	4.678.256,68	14,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	32.500.000,00	32.500.000,00	4.678.256,68	14,39	4.678.256,68	14,39
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	32.500.000,00	32.500.000,00	4.678.256,68	14,39	4.678.256,68	14,39
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.350.000,00	6.003.082,31	37.353.082,31	16.407.002,11	16.407.002,11	4.646.827,32	4.646.827,32	12,44
DESPESAS CORRENTES	26.613.740,00	649.182,31	27.262.922,31	7.978.913,67	7.978.913,67	4.268.531,05	4.268.531,05	15,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.685.240,00	236,45	15.685.476,45	2.990.719,45	2.990.719,45	2.888.752,18	2.888.752,18	18,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	220.000,00	0,00	220.000,00	86.786,69	86.786,69	26.090,24	26.090,24	11,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.708.500,00	648.945,86	11.357.445,86	4.901.407,53	4.901.407,53	1.353.688,63	1.353.688,63	11,92
DESPESAS DE CAPITAL	4.706.260,00	5.353.900,00	10.060.160,00	8.428.088,44	8.428.088,44	378.296,27	378.296,27	3,76
INVESTIMENTOS	3.656.260,00	5.353.900,00	9.010.160,00	7.831.669,58	7.831.669,58	208.298,39	208.298,39	2,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.050.000,00	0,00	1.050.000,00	596.418,86	596.418,86	169.997,88	169.997,88	16,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.350.000,00	6.003.082,31	37.353.082,31	16.407.002,11	16.407.002,11	4.646.827,32	4.646.827,32	12,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.350.000,00	6.003.082,31	37.353.082,31	16.407.002,11	16.407.002,11	4.646.827,32	4.646.827,32	32.706.254,99
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	31.429,36	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.350.000,00	6.003.082,31	37.353.082,31	16.407.002,11	16.407.002,11	4.646.827,32	4.678.256,68	32.706.254,99

FONTE:

SIDEROPOLIS , 25/03/2015

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Judiciária	31.350.000,00	37.353.082,31	16.407.002,11	16.407.002,11	4.646.827,32	4.646.827,32	100,00	12,44
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	180.000,00	180.000,00	20.934,74	20.934,74	20.934,74	20.934,74	0,45	11,63
Administração	180.000,00	180.000,00	20.934,74	20.934,74	20.934,74	20.934,74	0,45	11,63
Administração Geral	3.515.000,00	3.575.000,00	911.958,94	911.958,94	453.672,01	453.672,01	9,76	12,69
Administração Financeira	2.775.000,00	2.815.000,00	745.576,12	745.576,12	323.932,19	323.932,19	6,97	11,51
Segurança Pública	740.000,00	760.000,00	166.382,82	166.382,82	129.739,82	129.739,82	2,79	17,07
Defesa Civil	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.120.000,00	1.120.000,00	390.469,91	390.469,91	175.437,35	175.437,35	3,78	15,66
Assistência Comunitária	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	1.080.000,00	1.080.000,00	390.469,91	390.469,91	175.437,35	175.437,35	3,78	16,24
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.501.500,00	9.147.382,31	3.273.706,90	3.273.706,90	1.405.134,89	1.405.134,89	30,24	15,36
Atenção Básica	89.000,00	89.000,00	19.396,46	19.396,46	13.076,72	13.076,72	0,28	14,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.494.500,00	7.996.040,86	2.674.750,96	2.674.750,96	1.292.404,35	1.292.404,35	27,81	16,16
Vigilância Sanitária	351.000,00	452.078,45	116.769,11	116.769,11	55.690,96	55.690,96	1,20	12,32
Alimentação e Nutrição	90.000,00	110.263,00	60.907,52	60.907,52	9.051,40	9.051,40	0,19	8,21
Educação	477.000,00	500.000,00	401.882,85	401.882,85	34.911,46	34.911,46	0,75	6,98
Ensino Fundamental	7.062.000,00	8.383.400,00	2.473.010,81	2.473.010,81	1.254.382,19	1.254.382,19	26,99	14,96
Ensino Superior	5.673.500,00	6.994.900,00	2.216.272,96	2.216.272,96	1.051.483,94	1.051.483,94	22,63	15,03
Educação Infantil	51.000,00	51.000,00	15.044,00	15.044,00	15.044,00	15.044,00	0,32	29,50
Educação de Jovens e Adultos	1.292.500,00	1.292.500,00	238.693,85	238.693,85	184.854,25	184.854,25	3,98	14,30
Educação Especial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	43.000,00	43.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,06	6,98
Difusão Cultural	117.500,00	117.500,00	84.261,40	84.261,40	82.432,60	82.432,60	1,77	70,16
Urbanismo	117.500,00	117.500,00	84.261,40	84.261,40	82.432,60	82.432,60	1,77	70,16
Infra-Estrutura Urbana	6.992.000,00	10.959.800,00	7.629.829,33	7.629.829,33	781.953,74	781.953,74	16,83	7,13
Serviços Urbanos	6.509.000,00	10.476.800,00	7.572.213,38	7.572.213,38	728.909,83	728.909,83	15,69	6,96
Habituação	483.000,00	483.000,00	57.615,95	57.615,95	53.043,91	53.043,91	1,14	10,98
Habituação Urbana	6.000,00	6.000,00	1.000,00	1.000,00	515,55	515,55	0,01	8,59
	6.000,00	6.000,00	1.000,00	1.000,00	515,55	515,55	0,01	8,59

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	31.350.000,00	37.353.082,31	16.407.002,11	16.407.002,11	4.646.827,32	4.646.827,32	100,00	12,44
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	661.000,00	661.000,00	262.209,03	262.209,03	71.898,13	71.898,13	1,55	10,88
Controle Ambiental	31.000,00	31.000,00	3.009,03	3.009,03	1.011,36	1.011,36	0,02	3,26
Agricultura	630.000,00	630.000,00	259.200,00	259.200,00	70.886,77	70.886,77	1,53	11,25
Extensão Rural	580.000,00	588.000,00	105.966,07	105.966,07	70.441,23	70.441,23	1,52	11,98
Comércio e Serviços	580.000,00	588.000,00	105.966,07	105.966,07	70.441,23	70.441,23	1,52	11,98
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	816.000,00	816.000,00	552.535,43	552.535,43	133.936,77	133.936,77	2,88	16,41
Encargos Especiais	816.000,00	816.000,00	552.535,43	552.535,43	133.936,77	133.936,77	2,88	16,41
Serviço da Dívida Interna	1.695.000,00	1.695.000,00	701.119,55	701.119,55	196.088,12	196.088,12	4,22	11,57
Outros Encargos Especiais	1.270.000,00	1.270.000,00	683.205,55	683.205,55	196.088,12	196.088,12	4,22	15,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	425.000,00	425.000,00	17.914,00	17.914,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.350.000,00	37.353.082,31	16.407.002,11	16.407.002,11	4.646.827,32	4.646.827,32	100,00	12,44

FONTE:

SIDEROPOLIS , 25/03/2015

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 036331/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.454.000,00	2.454.000,00	275.209,62	275.209,62	11,21
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	543.000,00	543.000,00	14.347,21	14.347,21	2,64
1.1.1- IPTU	325.000,00	325.000,00	1.451,14	1.451,14	0,45
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.207,41	1.207,41	2,41
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	147.000,00	147.000,00	7.781,36	7.781,36	5,29
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	21.000,00	21.000,00	3.907,30	3.907,30	18,61
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	328.000,00	328.000,00	27.421,62	27.421,62	8,41
1.2.1- ITBI	325.000,00	325.000,00	27.421,62	27.421,62	8,44
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.185.000,00	1.185.000,00	131.296,13	131.296,13	11,08
1.3.1- ISS	1.150.000,00	1.150.000,00	136.957,71	136.957,71	11,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	252,82	252,82	5,06
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(5.914,40)	(5.914,40)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	400.000,00	400.000,00	102.144,66	102.144,66	25,54
1.4.1- IRRF	400.000,00	400.000,00	102.144,66	102.144,66	25,54
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.855.000,00	21.855.000,00	3.696.388,26	3.696.388,26	16,91
2.1- Cota-Parte FPM	10.000.000,00	10.000.000,00	2.018.568,77	2.018.568,77	20,19
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.000.000,00	10.000.000,00	2.018.568,77	2.018.568,77	20,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	1.464.165,38	1.464.165,38	14,64
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	160.000,00	160.000,00	25.432,61	25.432,61	15,90
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	70.242,39	70.242,39	351,21
2.6- Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	117.979,11	117.979,11	7,37
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	24.309.000,00	24.309.000,00	3.971.597,88	3.971.597,88	16,34
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	820.000,00	820.000,00	133.860,59	133.860,59	16,32
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	831.000,00	831.000,00	133.860,59	133.860,59	16,11
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.371.000,00	4.371.000,00	735.644,95	735.644,95	16,83
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.000.000,00	2.000.000,00	403.713,69	403.713,69	20,19
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.000.000,00	2.000.000,00	289.105,23	289.105,23	14,46
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	32.000,00	32.000,00	5.086,50	5.086,50	15,90
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	14.048,46	14.048,46	351,21
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	320.000,00	320.000,00	23.691,07	23.691,07	7,40
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	592.708,85	592.708,85	15,60
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	592.708,85	592.708,85	15,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-571.000,00	-571.000,00	-142.936,10	-142.936,10	25,03
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.238.000,00	3.238.000,00	524.235,63	524.235,63	16,19
13.1- Com Educação Infantil	798.000,00	798.000,00	147.644,42	147.644,42	18,50
13.2- Com Ensino Fundamental	2.440.000,00	2.440.000,00	376.591,21	376.591,21	15,43
14- OUTRAS DESPESAS	572.000,00	572.000,00	204.319,35	204.319,35	35,72
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	572.000,00	572.000,00	204.319,35	204.319,35	35,72
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.810.000,00	3.810.000,00	728.554,98	728.554,98	19,12
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					728.554,98
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					88,45
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					34,47
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-22,92
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	6.077.250,00	6.077.250,00	992.899,47	992.899,47	16,34
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.222.500,00	1.222.500,00	184.854,25	184.854,25	15,12
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.703.000,00	5.920.000,00	1.002.719,88	1.002.719,88	16,94
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.012.000,00	3.012.000,00	580.910,56	580.910,56	19,29
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.691.000,00	2.908.000,00	421.809,32	421.809,32	14,51
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	51.000,00	51.000,00	15.044,00	15.044,00	29,50
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	43.000,00	43.000,00	3.000,00	3.000,00	6,98
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.021.500,00	7.238.500,00	1.205.618,13	1.205.618,13	16,66
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-142.936,10
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-142.936,10
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.330.510,23
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					33,5
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	515.000,00	545.000,00	31.157,22	31.157,22	5,72
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	525.500,00	599.900,00	17.606,84	17.606,84	2,93
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.040.500,00	1.144.900,00	48.764,06	48.764,06	4,26
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.062.000,00	8.383.400,00	1.254.382,19	1.254.382,19	14,96

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
		FUNDEB (h)
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		60.900,56
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		592.708,85
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		434.032,06
49.1 Orçamento do Exercício		371.106,87
49.2 Restos a Pagar		62.925,19
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		219.577,35
		FUNDEF
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.453.000,00	2.453.000,00	275.209,62	11,22
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	325.000,00	325.000,00	1.451,14	0,45
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	325.000,00	325.000,00	27.421,62	8,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.150.000,00	1.150.000,00	131.043,31	11,40
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	400.000,00	400.000,00	102.144,66	25,54
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	55.000,00	55.000,00	1.460,23	2,65
Dívida Ativa dos Impostos	167.000,00	167.000,00	7.781,36	4,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	31.000,00	31.000,00	3.907,30	12,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.855.000,00	21.855.000,00	3.696.388,26	16,91
Cota-Parte FPM	10.000.000,00	10.000.000,00	2.018.568,77	20,19
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	70.242,39	351,21
Cota-Parte IPVA	1.600.000,00	1.600.000,00	117.979,11	7,37
Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	1.464.165,38	14,64
Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	160.000,00	25.432,61	15,90
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	24.308.000,00	24.308.000,00	3.971.597,88	16,34

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.739.240,00	8.143.022,31	2.632.825,86	32,33	1.311.378,39	16,10
Pessoal e Encargos Sociais	5.468.240,00	5.468.476,45	1.174.695,49	21,48	1.077.258,22	19,70
Outras Despesas Correntes	2.271.000,00	2.674.545,86	1.458.130,37	54,52	234.120,17	8,75
DESPESAS DE CAPITAL	196.260,00	415.360,00	219.601,73	52,87	45.768,32	11,02
Investimentos	196.260,00	415.360,00	219.601,73	52,87	45.768,32	11,02

Continua 1/4

Município de SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	196.260,00	415.360,00	219.601,73	52,87	45.768,32	11,02
	196.260,00	415.360,00	219.601,73	52,87	45.768,32	11,02
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.935.500,00	8.558.382,31	2.852.427,59	33,33	1.357.146,71	15,86
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	(i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	7.935.500,00	8.558.382,31	2.852.427,59	100,00	1.357.146,71	100,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						34,17
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						761.407,03

Continua 2/4

Município de SIDERÓPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
TOTAL	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
0,00								
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
TOTAL (VIII)	INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	0,00	0,00			0,00			
0,00								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28								
TOTAL (VIII)	INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	7.494.500,00	7.996.040,86	2.674.750,96	93,77	1.292.404,35	95,23		
	351.000,00	452.078,45	116.769,11	4,09	55.690,96	4,10		
	90.000,00	110.263,00	60.907,52	2,14	9.051,40	0,67		
	7.935.500,00	8.558.382,31	2.852.427,59	100,00	1.357.146,71	100,00		

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

SIDEROPOLIS , 25/03/2015

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

MOISÉS DE MATTIA
CONTADOR CRC-SC 03633

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 044/2015

DECRETO Nº 044, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 247.943,98 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
1.008 - Reforma e Amp. da Rede Física do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.3022 - Aplicações Diretas
R\$ 247.943,98

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 3022.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 18 de março de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 045/2015

DECRETO Nº 045, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 7.882,32 (sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.02 - DIRETORIA DE ESPORTES
1.036 - Construção de Equipamentos Esportivos
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 4.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3605 - Aplicações Diretas
R\$ 370,31

4.4.90.00.00.00.00.00.0605 - Aplicações Diretas
R\$ 12.01

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação das fontes 80 (recursos próprios), 3605 (superávit - academias), 605 (academias) e 91 (alienação de bens).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 18 de março de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 028/2015

DECRETO Nº. 028/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), através do REFORÇO de dotação orçamentária constante no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS AGRICULTURA E INTERIOR
UNIDADE: 03 - FUNDEAGRO - FUNDO MUNICIPAL DO DESENV. DA AGROPECUÁRIA
PROJ./ATIV.: 20.543.1007.2.091 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
MODALIDADE: 3.3.90.03.0183 - Aplicações Diretas (131) R\$ 130.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0183 - Superávit Financeiro Recurso Ordinário
TOTAL R\$ 130.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, apurado na fonte de recurso 0000 - Recursos Ordinários Livres.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE MARÇO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de março de dois mil e quinze.

DECRETO 029/2015

DECRETO Nº. 029/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 7º, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor

de até R\$ 67.098,50 (sessenta e sete mil, noventa e oito reais e cinquenta centavos), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.: 12.361.1005.2.113 - Manutenção do Ensino Fundamental
MODALIDADE: 4.4.90.01.0058 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0058 - Salário Educação

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.: 08.244.1008.2.048 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social
MODALIDADE: 3.3.90.01.0000 - Aplicações Diretas (70) R\$ 9.280,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 - Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 08.244.1143.2.139 - Proteção Social Básica
MODALIDADE: 3.3.90.01.0052 - Aplicações Diretas (76) R\$ 34.873,50
FONTE DE RECURSO: 01.0052 - Outras Transferências de Recursos para o FMS

PROJ./ATIV.: 08.244.1144.2.140 - Serviço da Proteção Social de Média Complexidade
MODALIDADE: 3.3.90.01.0052 - Aplicações Diretas (81) R\$ 17.945,00
FONTE DE RECURSO: 01.0052 - Outras Transferências de Recursos para o FMS

TOTAL R\$ 67.098,50

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 67.098,50 (sessenta e sete mil, noventa e oito reais e cinquenta centavos) previstos no artigo 1º deste Decreto, ficam REDUZIDAS as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.: 12.361.1005.2.113 - Manutenção do Ensino Fundamental
MODALIDADE: 3.3.90.01.0058 - Aplicações Diretas (42) R\$ 5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0058 - Salário Educação

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ./ATIV.: 08.244.1008.2.048 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social
MODALIDADE: 4.4.90.01.0000 - Aplicações Diretas (71) R\$ 9.280,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000 - Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 08.244.1143.2.139 - Proteção Social Básica
MODALIDADE: 3.1.90.01.0052 - Aplicações Diretas (74) R\$ 34.873,50
FONTE DE RECURSO: 01.0052 - Outras Transferências de Recursos para o FMS

PROJ./ATIV.: 08.244.1144.2.140 - Serviço da Proteção Social de Média Complexidade
MODALIDADE: 3.1.90.01.0052 - Aplicações Diretas (79) R\$ 17.945,00
FONTE DE RECURSO: 01.0052 - Outras Transferências de Recursos

para o FMAS

TOTAL R\$ 67.098,50

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de março de dois mil e quinze.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 65/2015

DECRETO Nº. 65, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido Tulyo Savio Carbone, Matrícula nº 2400, do Cargo de Médico, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e tem efeitos a partir de 1º de Abril de 2015.

Timbé do Sul/SC, 26 de março de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA CREDENCIAMENTO N.º 01 2015 FME - ÁRBITROS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015 - FME

Às quinze horas e trinta minutos, do vigésimo quarto dia, do mês de março de dois mil e quinze (24/03/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 01/2015 - FME.

Entregaram os envelopes os seguintes profissionais: JONATHAN BARTH CPF Nº 083.961.999-57, RODRIGO VIEIRA CPF Nº 040.932.529-55, WALDIR KLITZKE CPF Nº 308.421.589-87, LEONARDO TRAVAGLIA CPF Nº 080.470.329-92 e JOANA PAULA MATTEI LARGURA CPF Nº 027.460.619-45.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade.

Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura dos envelopes para análise dos documentos, sendo que os seguintes profissionais atenderam as condições do edital: JONATHAN BARTH CPF Nº 083.961.999-57, RODRIGO VIEIRA CPF Nº 040.932.529-55, WALDIR KLITZKE CPF Nº 308.421.589-87 e LEONARDO TRAVAGLIA CPF Nº 080.470.329-92

Nesse sentido, restaram credenciados os seguintes profissionais nas respectivas modalidades:

JONATHAN BARTH			
Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário em R\$
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

RODRIGO VIEIRA			
Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00

04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

WALDIR KLITZKE			
Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

LEONARDO TRAVAGLIA			
Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário em R\$
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

Restou inabilitada no certame a profissional JOANA PAULA MATTEI LARGURA, tendo em vista que não apresentou a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme exigência do item 4.3.2, letra "c" do edital. No entanto, nos termos do item 5.1.4 do Edital, poderá a profissional, durante todo o período de vigência do mesmo, apresentar nova documentação para credenciamento escoimada dos vícios que culminaram na inabilitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 31 2015 PMT - PAVIMENTAÇÃO PASSEIO UPE AMOR PERFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 31/2015 - PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de pavimentação do passeio da Unidade Pré Escolar Amor Perfeito localizada na Rua Itapema, Bairro Quintino, neste município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação (Repetição Total Tomada de Preço n.º 18/2015 sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 14 de abril de 2015. ABERTURA: dia 14 de abril de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 26/03/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 56 2014 PMT - MATERIAL DE LIMPEZA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: J.P. Lima Com. Prod. Limpeza LTDA -EPP; Célia Regina W. Sani ME; Coml. Storinny LTDA ME; Blunac Distribuidora Eireli ME; Luiz Fernando Sebold ME; L&E Comércio Varejista LTDA EPP; PKB Produtos Químicos LTDA EPP; BMI Prosper Eirele ME; e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 149.323,06 (cento e quarenta e nove mil trezentos e vinte e três reais e seis centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 26/06/2015

Timbó, 27/06/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015**

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Processo Licitatório: 03/2015

Pregão Presencial nº 01/2015

RETIFICAÇÃO DO EDITAL:

Justificativa:

Visando maior participação de Empresas interessadas, altera-se, no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, as seguintes especificações do OBJETO:

1. Sistema de Freios: Alteração para Freios ABS, sendo opcional o sistema EBD.
2. Motor: 1.6 ou superior considerando o mínimo de 95 cv (gasolina) e no mínimo de 101cv (álcool)
3. A sessão pública do pregão presencial nº 01/2015, prevista para ocorrer no dia 06/04/2015 às 9 horas fica transferida para o dia 10/04/2015 às 9 horas

Os interessados poderão obter informações detalhadas sobre o certame na Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC) ou pelo telefone (47) 3382-2177, de segunda a sexta-feira, entre das 8h às 12h e das 14h às 17h.

Timbó (SC), 26 de Março de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

SAMAE**PORTARIA NO SAMAE -062 DE 23 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No SAMAE -062 DE 23 DE MARÇO DE 2015

Concede Exoneração a Servidora Pública Municipal Camila Trombelli, contratada temporariamente para cargo de Técnico de Saneamento na Autarquia Municipal, a contar de 23 de março do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, a Servidora Pública Municipal CAMILA TROMBELLI, contratada temporariamente para o cargo de Técnico em Saneamento, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 069, de 02 de julho de 2013, a contar de 23 de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -058, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -058, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3679, 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação do servidor abaixo relacionado:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
FABIANO ALVES DE QUADROS	147, de 10/12/2014	07/04/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -059, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -059, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3679, 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
JOEL OLIVEIRA	147, de 10/12/2014	30/04/2015
DIEGO FERNANDO SCHWEDER	035, de 18/02/2015	30/04/2015
THIAGO LUIZ SCHWEDER	035, de 18/02/2015	30/04/2015
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA	035, de 18/02/2015	30/04/2015
PAULO RICARDO DOS SANTOS	041, de 27/02/2015	30/04/2015
VANDERLEI GESSNER	046, de 09/03/2015	30/04/2015

MÁRCIO CARDOSO	050, de 10/03/2015	30/04/2015
CARLA ROEDER LACERDA	053, de 10/03/2015	30/04/2015
ADRIANO OLIVEIRA	054, de 10/03/2015	30/04/2015
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	056, de 10/03/2015	30/04/2015
DEVAIR JOSÉ FAGUNDES	035, de 18/02/2015	30/04/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -060, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -060, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3679, 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
EGON MAASS	147, de 10/12/2014	31/05/2015
ERACI STEINERT	147, de 10/12/2014	31/05/2015
JANETE APARECIDA COLARITES	147, de 10/12/2014	31/05/2015
MAICON STEFFEN	147, de 10/12/2014	31/05/2015
NEUSA CASTANHA	147, de 10/12/2014	31/05/2015
SUZANA MORAIS	147, de 10/12/2014	31/05/2015
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	147, de 10/12/2014	31/05/2015
JANETE BILK	147, de 10/12/2014	31/05/2015
FABIO STEUCK	147, de 10/12/2014	31/05/2015
GILDA ANACLETO	147, de 10/12/2014	31/05/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -061, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -061, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3679, 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADILSON MESCH	147, de 10/12/2014	30/06/2015
ADRIANO ADAM	147, de 10/12/2014	30/06/2015
ALMIR TESTONI	147, de 10/12/2014	30/06/2015
JEFFERSON JOÃO RESSUAGLI	147, de 10/12/2014	30/06/2015
TIMBERLI TATIANE WEI-ZENMANN	147, de 10/12/2014	30/06/2015
DANRLEI ANDERSON PEYERL	026, de 02/02/2015	30/06/2015
CAMILA GONÇALVES	032, de 10/02/2015	30/06/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2015.**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2015.

CREDENCIAMENTOS DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO.

O Município de Três Barras torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento nº. 002/2015 para contratação de empresas de comunicação para prestação de serviços de radiodifusão, para divulgação e publicidade de programas e campanhas educativas sobre as atividades do órgão, leis, convênios, atos e contratos administrativos, etc., ao preço da tabela de valores anexa ao edital.

DAS INSCRIÇÕES: Os interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, os documentos para habilitação indicados no edital.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS: Os contratos firmados com os credenciados terão vigência até 31 de dezembro de 2015.

DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO: A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico originado por Inexigibilidade de Licitação com base legal na Lei 8.666/93 e suas alterações e neste credenciamento, após a entrega da documentação relacionada no edital, conforme minuta constante no anexo II do edital.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Próprios do Município.

DAS INFORMAÇÕES: Informações sobre o andamento da licitação e resultados de julgamentos bem como cópias do edital poderão ser obtidas nos dias úteis, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min horas, na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, ou através do telefone 47 3623-0121.

Três Barras - SC, 23 de março de 2015.

ELOI JOSE QUEGE - Prefeito Municipal.

SALVADOR DE MAIO NETO - Assessoria Jurídica.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 26/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 26/2015 - Edital Pregão nº. 23/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 09 de abril de 2015, Propostas para "Registro de Preço de: Margarina, Caldo de Galinha, Papel Higiênico, Café e Cha Mate para infusão, destinados as Escolas Municipais, CMEI's, CAPS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e outros.

Sistema de entrega: semanal, de acordo com a solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 09 de abril de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 23 de março de 2015.

ELOI JOSE QUEGE - PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 24/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibila Parisotto, para o ano letivo de 2015, conforme itens constantes no Anexo I integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 09/04/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2015 DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dá nova redação ao anexo IV da Lei 1.188/2014 de 27 de Agosto de 2014 que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o anexo IV, nível 2, DAS 2, aumentando a carga horária de 30 horas semanais, para 40 horas semanais de Servidor em cargo de comissão, Direção e Assessoramento Superior, Secretário Executivo do quadro de Servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, passando a remuneração de nove para doze pisos.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes para este fim.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

ANEXO IV VENCIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL

A) DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS			
NÍVEL	PISOS	DAS 1	DAS 2
01	6,24	A	
02	12,00		A

DAS 1: Assessor Jurídico (10 horas semanais)

DAS 2: Secretario Executivo (40 horas semanais)

B) ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS		
NÍVEL	PISOS	ANS 1
01	4,00	A
02	4,40	B
03	4,84	C

ANS 1 : Contador (10 horas semanais)

C) ATIVIDADES DE SERVIÇOS AUXILIARES – SAU		
NÍVEL	PISOS	SAU 1
01	1,00	A
02	1,10	B
03	1,21	C

SAU 1: Auxiliar de Serviços Gerais (10 horas semanais)

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 109/2015

PORTARIA Nº 109/15, de 26 de Março de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICO ADMITIDA EM CARATER TEMPORARIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Maio de 2015 a contratação da servidora ANGELLI TEIXEIRA COTA, CPF nº 833.564.019-04, matrícula nº 3175, exercendo a função pública de Farmacêutica, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 26 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 05/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 05/2015/FMS

Objeto: aquisição parcelada de matéria prima para confecção de fraldas geriátricas. Recebimento dos envelopes: até as 14h30 do dia 13/04/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h30 do dia 13/04/2015, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 09 de abril de 2015 às 9 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição de 18.000 (dezoito mil) kg de semente de aveia preta comum selecionada e fiscalizada, em embalagens de 40 kg, destinadas ao Programa Troca Troca de Sementes para melhoramento de pastagens do Município de Vargeão - SC, a serem entregues nos locais, datas, horários e quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, nas propriedades dos agricultores beneficiados com o programa no Município de Vargeão, SC; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 22/2015.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 26 de março de 2015.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2015 E CONVÊNIO CEJEL

EXTRATO DE CONTRATO nº 087/2015 e Convênio CEJEL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VIVER - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para organização e realização de Eleição do Conselho Tutelar do Município de Vargeão, SC, compreendendo todas as etapas até a posse dos eleitos.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 087/2015.

Vargeão, SC, 23 de março de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: ESCOLA JOVENS ESTUDANTES - CEJEL

OBJETO: Criação de vagas no ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária, para os habitantes do município de Vargeão. VALOR: 9 (nove) parcelas de R\$ 841,67 (oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos), num total de R\$ 7.575,00 (sete mil quinhentos e setenta e cinco reais).

AMPARO LEGAL: Constituição Federal e Lei Municipal nº 1402/2009.

Vargeão, SC, 17 de março de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2015

EXTRATO DE CONTRATO nº 088/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LAÍS LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços laboratoriais com coleta e realização de exames com base na Tabela SUS (Sistema Único de Saúde), para a população do município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: O preço referente à prestação dos serviços de coleta e realização de exames laboratoriais serão aqueles constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Credenciamento nº 01/2015 e Contrato nº 088/2015.

Vargeão, SC, 24 de março de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****ENCERRAMENTO LOTE 02 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que o LOTE 02 do processo licitatório modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015-PMV, o qual tem por objeto contratação de empresa do ramo para prestar manutenção, instalação, desinstalação e limpeza de aparelhos de ar condicionado de uso da Polícia Civil, foi encerrada sem vencedores, ante à não apresentação da documentação no prazo da Lei Complementar 123/2006, pela empresa Refrigeração Moura Ltda - ME, decaindo ao direito de contratação. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 26 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0551/2014

Extrato do Contrato n. 0551/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KARINE FERNANDES DA SILVA

CPF: 047.617.169-59

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2014 a 30 de novembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

LEI COMPLEMENTAR Nº 0156/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 156/15, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Altera disposições na Lei Complementar Municipal nº 39/05, que Institui o Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 39/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Conselho instituído nos termos desta lei terá oito membros e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, por indicação dos seguintes órgãos:

I - ORGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL;

b) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E AÇÃO SOCIAL;

c) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

d) REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES.

II - ORGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) REPRESENTANTE DA REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER;

b) REPRESENTANTE DA UNIÃO VIDEIRENSE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES - UVA;

c) REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA;

d) REPRESENTANTE DE CLUBES DE SERVIÇO.

§ 1º A participação no Conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, considerado serviço relevante e de interesse público.

§ 2º É assegurado ao Conselho de que trata este artigo, o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas atribuições. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

LEI Nº 3.217/15

LEI Nº 3.217/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Institui o Cadastro para o Bloqueio do recebimento de ligações de Teleatendimento, no âmbito do Município de Videira e da outras providências que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de teleatendimento, no âmbito do Município de Videira.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, considera-se teleatendimento a modalidade de oferta ou publicidade, comercial ou institucional, de produtos ou serviços mediante ligações telefônicas.

Art. 2º O titular de linha telefônica que não pretenda receber ligações de teleatendimento poderá inscrever o respectivo número no Cadastro de que trata o artigo 1º, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A partir do trigésimo dia da inscrição prevista no caput deste artigo, as empresas de teleatendimento, os estabelecimentos que se utilizarem desse serviço ou as pessoas físicas contratadas com

tal propósito não poderão efetuar ligações telefônicas direcionadas ao correspondente número, salvo se comprovarem a existência de prévia autorização do titular da linha.

§ 2º A autorização prevista no § 1º deste artigo deverá ser escrita e individualizada, com prazo definido, observado modelo a ser disponibilizado pelo PROCON/Videira, cumprindo à empresa, estabelecimento ou pessoa física favorecida custodiar o documento durante sua vigência.

Art. 3º A inscrição prevista no artigo 2º será efetuada exclusivamente pelo titular da linha telefônica respectiva, pessoalmente, mediante preenchimento de formulário próprio, ou pelo acesso a campo específico no sítio mantido pelo PROCON/Videira na rede mundial de computadores - internet, devendo ser fornecidos os seguintes dados:

I - nome firma ou denominação social;

II - número de cédula de identidade ou de inscrição estadual;

III - número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - endereço, incluído o Código de Endereçamento Postal (CEP);

V - número telefônico da linha a ser cadastrada;

VI - endereço eletrônico (e-mail), quando existente.

§ 1º Concluído o registro dos dados, o titular da linha receberá senha para a consulta e eventuais alterações do Cadastro.

§ 2º O sítio eletrônico ou o formulário empregado para a inscrição de que trata este artigo incluirá advertência de que a inexistência no fornecimento dos dados poderá acarretar a responsabilização civil e penal de quem lhe der causa.

Art. 4º O titular de linha telefônica que receber ligação de teleatendimento após o transcurso do prazo a que alude o § 1º do art. 2º poderá, nos 30 (trinta) dias subsequentes, formular reclamação, pessoalmente, mediante preenchimento de formulário próprio, ou pelo acesso a campo específico no sítio mantido pelo PROCON/Videira na internet, informado necessariamente a data, o nome da empresa, estabelecimento ou pessoa física infratora e, quando possível, o nome do operador, o horário e o número da linha de que partiu o chamado.

Parágrafo Único - O autor da reclamação a que refere o caput deste artigo deverá apresentar relação das chamadas recebidas no dia da ocorrência, fornecida pela concessionária de serviços de telefonia fixa ou móvel, ou autorizar o PROCON/Videira a, em seu nome, solicitar a esta última tais informações.

Art. 5º O PROCON/Videira disponibilizará em seu sítio na internet relação das linhas telefônicas inscritas no Cadastro de que trata o art. 1º desta Lei, incluindo o número e data da inclusão, vedada a divulgação da identidade dos respectivos titulares.

§ 1º As empresas de teleatendimento, os estabelecimentos que se utilizem desse serviço ou as pessoas físicas contratadas com tal propósito deverão consultar a relação a que se refere o caput deste artigo antes de realizar ligação telefônica dessa natureza.

§ 2º A consulta de que trata o § 1º deste artigo se dará mediante prévia inscrição em campo próprio no sítio mantido na internet pelo PROCON/Videira, contendo os seguintes dados:

I - nome, firma ou denominação social;

II - número de inscrição no CPF ou no CNPJ;

III - nome e qualificação do representante legal da pessoa jurídica, quando cabível;

IV - relação das empresas para as quais presta serviços de teleatendimento, se houver.

§ 3º Concluído o registro dos dados, o interessado receberá senha para consulta e eventuais alterações no cadastro.

Art. 6º O titular de linha telefônica cadastrada nos termos desta lei poderá, a qualquer tempo, solicitar a exclusão do cadastro, pessoalmente, mediante preenchimento de formulário próprio, ou pelo acesso a campo específico no sítio mantido pelo PROCON/Videira na internet.

Art. 7º Considerar-se-á prática abusiva, nos termos da legislação de proteção e defesa do consumidor, condicionar o fornecimento de produto ou serviço.

I - a exclusão ou não inserção do número de linha telefônica no cadastro a que se refere o art. 1º desta Lei;

II - a outorga da autorização de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei.

Art. 8º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 9º Os dispositivos desta Lei não se aplicam às entidades filantrópicas que se utilizam de teleatendimento para angariar recursos próprios.

Art. 10 O Poder Executivo, através dos órgãos competentes, dará ampla publicidade acerca dos dispositivos contidos nesta Lei.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 26 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 26 de Março de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 3/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 26/03/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISICAO DE PNEUS PARA USO NOS VEICULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA RODOVIARIA MUNICIPAL, CONFORME CRO NOGRAMA DE USO POR SECRETARIA., para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

9909.0 - MODELO PNEUS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	PNEU 1000R20 LISO 16 LONAS, NOVO, DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE CAMINHOS NOVOS), PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MINIMO 14.6 MM. DEVERA CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEESPECIFICACOES: INDICE DE CARGA; INDICE DE VELOCIDADE; SIMBOLO DO INMETRO;	FS557 16L FIRESTONE	6,00	1.168,00	7.008,00
00002	UN	PNEU 1000R20 , BORRACHUDOS 16 LONAS, NOVO, DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE CAMINHOS NOVOS) COM PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MINIMO 19.5 MM. DEVERA CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEESPECIFICACOES: INDICE DE CARGA; INDICE DE VELOCIDADE; SIMBOLO DO INMETRO;	T546 16L FIRESTONE	10,00	1.239,00	12.390,00
00003	UN	PNEU 900R20 LISO 14 LONAS - NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE CAMINHOS NOVOS) - COM PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MINIMO 14.0 MM. DEVERA CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEESPECIFICACOES: INDICE DE CARGA; INDICE DE VELOCIDADE; SIMBOLO DO INMETRO	R250 14L BRI- DGESTONE	4,00	1.100,00	4.400,00
00004	UN	PNEU 900R20 BORRACHUDO 14 LONAS - NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE CAMINHOS NOVOS) - COM PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MINIMO 19.5 MM. DEVERA CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEESPECIFICACOES: INDICE DE CARGA; INDICE DE VELOCIDADE; SIMBOLO DO INMETRO;	T546 14L FIRESTONE	8,00	1.100,00	8.800,00
00005	UN	PNEU 1400X24-16 LONAS - NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE MAQUINAS NOVAS), DESENHO G-2 DIAGONAL COM ESCULTURA COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 24,90 MM	SGG RBG2 16L FIRESTO	8,00	1.797,00	14.376,00
00006	UN	PNEU 1300X24-12 LONAS - NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE MAQUINAS NOVAS), DESENHO G-2 DIAGONAL COM ESCULTURA COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 23,40 MM.	SGG RBG2 12L FIRESTO	4,00	1.442,00	5.768,00
00007	UN	PNEU 19.5-24 12 LONAS NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE MAQUINAS NOVAS)	AT UTILITY FIRESTONE	2,00	2.170,00	4.340,00
00008	UN	PNEU 275/80/R22.5 RADIAL BORRACHUDO 16 LONAS - NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DECAMINHAO OU ONIBUS NOVOS)- COM PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MINIMO 18 MM; DEVERA CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEESPECIFICACOES: SIMBOLO DO INMETRO	FD663 16L FIRESTONE	20,00	1.262,00	25.240,00
00009	UN	PNEU 275/80/R/22.5 RADIAL MISTO 16 LONAS, NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE CAMINHAO OU ONIBUS NOVOS), COM PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MINIMO 14 MM; DEVERA CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEESPECIFICACOES: SIMBOLO DO INMETRO	M840 16L BRI- DGESTONE	40,00	1.344,00	53.760,00
00010	UN	PNEU 275/80/R/22.5 RADIAL LISO 16 LONAS, NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE CAMINHAO OU ONIBUS NOVOS), COM PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE NO MINIMO 14 MM; DEVERA CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEESPECIFICACOES: SIMBOLO DO INMETRO	FS400 16L FIRESTONE	20,00	1.212,00	24.240,00
00011	UN	PNEU 205/70/R15 NOVO DE 1ª LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUCAO DE VEICULOS NOVOS), DEVERA CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEESPECIFICACOES: CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA ; VELOCIDADE MAXIMA; SIMBOLO DO INMETRO;	DURAVIS BRI- DGESTONE	8,00	382,00	3.056,00

00012	UN	PNEU 215/75/R16, NOVO DE 1ª LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS), DEVERA CONTEREM ALTO RELEVU AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES: CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA; VELOCIDADE MAXIMA; SIMBOLO DO INMETRO;	CHRONO 113R PIRELLI	2,00	558,00	1.116,00
00013	UN	PNEU 205/75/R16, NOVO DE 1ª LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS), DEVERA CONTEREM ALTO RELEVU AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES: CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA; VELOCIDADE MAXIMA ; SIMBOLO DO INMETRO;	DURAVIS BRIDGESTONE	16,00	449,00	7.184,00
00014	UN	PNEU 215/75/R17.5, RADIAL LISO, CAPACIDADE DE CARGA, 124/126 M, NOVO, DE 1ª LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE CAMINHÃO OU ONIBUS NOVOS) (CONTENDO EM ALTO RELEVU O SIMBOLO DO INMETRO).	FS557 12L FIRESTONE	12,00	694,00	8.328,00
00015	UN	PNEU RADIAIS 175/70R13, NOVO DE 1ª LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS), DEVERA CONTEREM ALTO RELEVU AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES: CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA DE NO MINIMO 82 E VELOCIDADE MAXIMA COM NO MINIMO O INDICE T , SIMBOLO DO INMETRO;	MULTIHAWK 82T FIREST	50,00	164,00	8.200,00
00017	UN	PNEU RADIAL 175/70R14, NOVO DE 1ª LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS), DEVERA CONTEREM ALTO RELEVU AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES:CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA DE NO MINIMO 88 E VELOCIDADE MAXIMA COM NO MINIMO O INDICE T , SIMBOLO DO INMETRO;	F580 88T FIRESTONE	8,00	257,00	2.056,00
00018	UN	PNEU 185/70/R14, NOVO DE 1ª LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS), DEVERA CONTEREM ALTO RELEVU AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES: SIMBOLO DO INMETRO.	MULTIHAWK 88T FIREST	8,00	237,00	1.896,00
00019	UN	PNEU 12.5/80-18 10 LONAS NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE MAQUINAS NOVAS).	PN12 10L PIRELLI	4,00	1.066,00	4.264,00
00021	UN	PNEU 16.9-24 12 LONAS NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE MAQUINAS NOVAS)	10L PN12 Pirelli	2,00	2.600,00	5.200,00
00022	UN	PNEU 16.9-28 12 LONAS NOVO DE 1ª. LINHA (UTILIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO DE MAQUINAS NOVAS)	AT Utility Firestone	2,00	2.629,00	5.258,00
Total do Fornecedor: 206.880,00 (DUZENTOS E SEIS MIL E OITOCENTOS E OITENTA REAIS)						
Total da Licitação: 206.880,00 (DUZENTOS E SEIS MIL E OITOCENTOS E OITENTA REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 3/2015 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros

os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 26 de Março de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

MODELO PNEUS LTDA

ORESTES SPADARI

Contratada

AVISO DE LICITAÇÃO 002/2015 FAS

Processo de Licitação 002/2015 FAS

Modalidade: Pregão 001/2015 FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISICAO DE CESTAS BASICA KIT HIGIENE E FRALDAS PARA A SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 09 de abril de 2015 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 27 de Março de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 051/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: ANA GUERINI GABIATTI.

Contrato nº: 051/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA PROPOSTA POLÍTICA PEDAGÓGICA DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 26/03/2015.

Vigência: 30/06/2015.

Valor do Contrato: R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).

PP 01/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 FMS

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de Um veículo Minibus Novo para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 09/04/2015.

Abertura: dia 09/04/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 27 de março de 2015.

OSMAR DERVANOSKI,

Gestor do FMS.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 17-2015 PMXV - 01

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 17/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa LUBRIFIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.558.657/0001-31, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Valter Clovis Osowski, portador do CPF nº 808.594.029-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 17/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a

possível aquisição de óleos lubrificantes, graxas, aditivos e detergentes para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina.

Item	Qtde	Unid.	Valor Unitário Máximo em R\$	Especificação
5	150,00	Unidade	7,00	LÍQUIDO DE FREIO DOT 4, EMBALAGEM 500 ML.
13	60,00	Balde	156,00	ÓLEO PARA TRANSMISSÃO SAE 30 TO4, COM 20 LITROS.
19	70,00	Balde	114,00	ÓLEO PARA TRANSMISSÃO 68, COM 20 LITROS.
20	100,00	Litro	8,00	ADITIVO CONCENTRADO PARA RADIAÇÃO, COM 01 LITRO, MOTOR À GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS NATURAL VEICULAR.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 17/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 26 de março de 2015.

LUBRIFIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA Valter Clovis Osowski	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 17-2015 PMXV - 02

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 17/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa WE EQUIPAMENTOS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.579.408/0001-13, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Edemar Wundervald, portador do CPF nº 892.972.619-49, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 17/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de óleos lubrificantes, graxas, aditivos e detergentes para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina.

Item	Qtde	Unid.	Valor Unitário em R\$	Especificação
1	250,00	Litro	7,00	ADITIVO CONCENTRADO PARA RADIA-DOR, COM 01 LITRO PARA MOTOR A DIESEL.
2	70,00	Balde	70,00	DETERGENTE AUTOMOTIVO ÁCIDO INTERCAP, EMBALAGEM COM 50 LITROS.
3	70,00	Balde	197,00	GRAXA PARA ROLAMENTO À BASE DE LÍTIO, 160 2, EMBALAGEM COM 20 KG.
4	50,00	Balde	225,00	GRAXA PARA ROLAMENTO V220, ALTA CARGA E TEMPERATURA, EMBALAGEM COM 20 KG.
6	150,00	Balde	145,00	ÓLEO 10W API CF-2, COM 20 LITROS.
7	50,00	Balde	139,00	ÓLEO 140 API, GL 5, EMBALAGEM COM 20 LITROS.
8	200,00	Balde	140,00	ÓLEO 15W40 API CI4, EMBALAGEM COM 20 LITROS PARA MOTOR A DIESEL.
9	50,00	Balde	180,00	ÓLEO FLUIDO 10W30, EMBALAGEM COM 20 LITROS.
10	25,00	Balde	168,00	ÓLEO HIDRÁULICO ATF, COM 20LITROS.
11	250,00	Litro	13,20	ÓLEO SEMI-SINTÉTICO 10W40 SL PARA MOTOR À GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS NATURAL VEICULAR.
12	70,00	Balde	160,00	ÓLEO PARA SISTEMA DE FREIO, ÚMIDO, WBF 100, EMBALAGEM COM 20 LITROS.
14	170,00	Litro	12,70	ÓLEO SEMI-SINTÉTICO 15W40 SL, PARA MOTOR À GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS NATURAL VEICULAR, EMBALAGEM COM 1 LITRO.
15	170,00	Litro	14,50	ÓLEO SINTÉTICO 5W30 SN, PARA MOTOR À GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS NATURAL VEICULAR, EMBALAGEM COM 1 LITRO.
16	70,00	Balde	130,00	ÓLEO VG.46, EMBALAGEM COM 20 LITROS.
17	100,00	Balde	43,00	ÓLEO ARLA 32, COM 20 LITROS.
18	70,00	Balde	136,00	ÓLEO PARA TRANSMISSÃO 90, COM 20 LITROS.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 17/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 26 de março de 2015.

WE EQUIPAMENTOS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA Edemar Wundervald	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO 021/2015

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

O Senhor Prefeito Idacir Antônio Orso, torna público, a todos os interessados, a retificação da publicação nº1705 do dia 18 de março de 2015, referente à Dispensa de Licitação 021/2015, processo licitatório 060/2015, onde consta que a COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CONCORDIA é ganhadora do item 01(pão sovado integral), venho por meio deste publicar a desistência por parte deles. Ficando como ganhadores apenas os fornecedores Gilmar Jose Scatolin, CPF: 684.745.559-49 - valor: 19.999.98 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais com noventa e oito centavos) e Claudimar Luiz Scatolin, CPF: 589.818.109-15 - valor: valor: 19.999.98 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais com noventa e oito centavos).

Xaxim, 25 de março de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

Decreto 135

DECRETO Nº 135/2015

Estabelece Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais do Município de Xaxim - SC e dá outras providências.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais de Xaxim, no período vespertino do dia 02 de abril de 2015 (Quinta-Feira Santa), permanecendo em funcionamento normal os serviços essenciais do município.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 24 de março de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Associações

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2015 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AMREC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2015 - De 26 de Março de 2015

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Senhor JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, em conformidade com o Estatuto Social no Art. 15, I; Art. 19; Art. 22, III; e Art. 23, I, no uso de suas atribuições,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios filiados à FECAM e associados à Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC para Assembleia Geral Extraordinária na forma de Pré-Assembleia Regional a ser realizada com a seguinte ordem do dia:

Data: 09 de Abril de 2015 - Horário: 16h
Local: Avenida Santos Dumont, 855 Bairro: Milanese Criciúma - SC; CEP 88803-200.

Ordem do Dia:

- Proposição de Referendum sobre a Contribuição Financeira dos municípios à FECAM;
- Outros assuntos de interesse dos municípios associados;
- Encerramento.

Florianópolis/SC, 26 de março de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI
Prefeito de Chapecó
Presidente eleito da FECAM

Consórcios

CIDEMA

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

CLEOMAR WEBER KUNH, Prefeito Municipal de São Carlos, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 17 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar por 2 (dois) anos a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2013 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, conforme item 9.4 do Edital nº 001/2013, nos termos da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 26 de março de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito de São Carlos
Presidente do CIDEMA

CIGA

EXTRATO CONTRATO 214 - PGT - ARARANGUÁ

Extrato de Contrato nº 214/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Araranguá

CONTRATANTE: Município de Araranguá

CNPJ: 82.911.249/0001-13

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 226/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.165,00 (Hum mil cento e sessenta e cinco reais), totalizando 9.320,00 (nove mil trezentos e vinte reais) .

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 02 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 215 - PGT - CAMPOS NOVOS

Extrato de Contrato nº 215/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Campos Novos

CONTRATANTE: Município de Campos Novos

CNPJ: 82.939.232/0001-74

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 076/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.680,00 (Hum mil seiscentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 13 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 216 - PGT - CAPINZAL

Extrato de Contrato nº 216/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Capinzal

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CNPJ: 82.939.406/0001-07

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 070/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.165,00 (Hum mil cento e sessenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015.

Florianópolis, 20 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 217 - PGT -ABELARDO LUZ

Extrato de Contrato nº 217/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Abelardo Luz

CONTRATANTE: Município de Abelardo Luz

CNPJ: 83.009.886/0001-61

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 018/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 05 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 218 - PGT -MAFRA

Extrato de Contrato nº 218/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - MAFRA

CONTRATANTE: Município de Mafra

CNPJ: 83.102.509/0001-72

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 009/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.280,00 (hum mil duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 219 - PGT - MAFRA

Extrato de Contrato nº 219/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Mafra

CONTRATANTE: Município de Mafra

CNPJ: 83.102.509/0001-72

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 008/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Mafra no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 220 - DOM - CAPINZAL

Extrato de Contrato nº 220/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Capinzal

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CNPJ: 82.939.406/0001-07

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0081/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Capinzal no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 600,00 (seiscientos reais) por mês, totalizando R\$ 6000,00 (seis mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 20 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 221 - DOM - CAMPOS NOVOS

Extrato de Contrato nº 221/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Campos Novos

CONTRATANTE: Município de Campos Novos

CNPJ: 82.939.232/0001-74

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 075/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Campos Novos no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 640,00 (seiscientos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 13 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 223 - PGC - SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

Extrato de Contrato nº 223/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - São João do Itaperiú

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de São João do Itaperiú

CNPJ: 95.954.467/0001-87

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 01/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 224 - PGC - TREZE TÍLIAS

Extrato de Contrato nº 224/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Treze Tílias

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Treze Tílias

CNPJ: 03.539.865/0001-19

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 01/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 225 - PGC - CHAPADÃO DO LAGEADO

Extrato de Contrato nº 225/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Chapadão do Lageado

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

CNPJ: 02.030.843/0001-66

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 02/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 491 - PGC -SÃO JOAO DO ITAPERIÚ

Extrato de Contrato nº 491/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - São João do Itaperiú

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de São João do Itaperiú

CNPJ: 95.954.467/0001-87

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 009/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 02 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2015

Origem: Dispensa de Licitação
Processo Administrativo nº 12/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS-NORDESTE/SC
Contratada: GRIIMS SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO LTDA. - ME(CNPJ 12.640.109/0001-72)

Objeto: Contratação de empresa para a confecção de placa para o Hall de entrada do CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 115,00 (cento e quinze reais)

Data: 11 de março de 2015.

José Chaves
Prefeito Municipal de Garuva
Presidente do CISNORDESTE/SC
CONTRATANTE

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2015

Origem: Dispensa de Licitação
Processo Administrativo nº 13/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/NORDESTE
Contratada: SERASA S.A. (CNPJ: 62.173.620/0001-80)

Objeto: Aquisição de certificado digital e-CNPJ A3 Kit cartão inteligente e leitora para o CISNORDESTE/SC

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 449,00 (quatrocentos e quarenta e nove reais)

Data: 12 de março de 2015.

José Chaves
Prefeito Municipal de Garuva
Presidente do CISNORDESTE/SC
CONTRATANTE

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 14/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/NORDESTE
Contratada: GRÁFICA DUARTE LTDA. (CNPJ: 05.813.133/0001-09)

Objeto: Aquisição de Blocos (Requisição de Receituário, Encaminhamento de Pacientes Consultas/Retorno, Requisição de Exames Externos, Emissão de Laudo de BPA-I para o CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta reais)

Data: 26 de março de 2015.

José Chaves
Prefeito Municipal de Garuva
Presidente do CISNORDESTE/SC
CONTRATANTE

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 12/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC

EXTRATO D E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015
Processo Administrativo nº 15/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC

Contratada: JVO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP (CNPJ 80.701.766/0001-32)

Objeto: Compra de material de expediente para utilização na sede do CISNORDESTE/SC

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23 § 8º da Lei nº 8.666/93.

Valor Global do Contrato: R\$ 424,51 (quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos)

Data do Contrato: 19 de março de 2015.

José Chaves
Prefeito Municipal de Garuva
Presidente do CISNORDESTE/SC
CONTRATANTE

CIS/AMARP**1º ADITIVO CONTRATO AFSC**

1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto e de outro lado a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, CNPJ 17.757.127/0001-52, situada na Avenida João Marques Vieira, 975- Fraiburgo-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flávio José Martins, CPF 133.199.739-91, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço Associação Fraiburguense de Saúde Coletiva - AFSC, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Oftalmologia (Consulta) (**)	03.01.01.007-2	60,00

(**) Na consulta de oftalmologia estão incluídos os exames de: Gonioscopia, Fundoscopia, Check-up de Glaucoma e Tonometria.

Parágrafo único - (...)

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de março de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 11 de março de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto

Flávio José Martins

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

VISTO:
Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CONTRATO POLICLINICA GLOBO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - POLICLÍNICA GLOBO.

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços que fazem entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99, no município de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Presidente Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, brasileiro, prefeito do município de Caçador, portador da Cédula de Identidade nº 3.484.366, inscrito no CPF sob nº 550.201.009-00, residente e domiciliado no município de Caçador, SC, e POLICLÍNICA GLOBO LTDA, CNPJ 03.556.450/0001-53, situada na Rua Coronel Fagundes nº 70, Videira-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Sílvia Jorge Filho, RG 116.685 CPF 200.377.409-20.

As partes devidamente identificadas nesse aditivo e no Contrato de Prestação de Serviço original resolvem de comum acordo promover alterações no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, conforme abaixo:

Fica o Contrato de Prestação de Serviço original alterado em sua CLÁUSULA TERCEIRA -VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO, acrescido de:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
M.A.PA.	02.11.02.005-2	140,00

Demais procedimentos da Clausula supra citada permanecem válidos.

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviço original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 02 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE
Gilberto Amaro Comazzetto

CONTRATADA
Sílvia Jorge Filho

TESTEMUNHAS:

VISTO:
Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CREDENCIAMENTO AFSC

1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 55/2015 - ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto e de outro lado a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, CNPJ 17.757.127/0001-52, situada na Avenida João Marques Vieira, 975- Fraiburgo-SC, neste ato representada pelo seu representante

legal Flávio José Martins, CPF 133.199.739-91, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 55/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - do Termo de Credenciamento 55/2015, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Oftalmologia (Consulta) (**)	03.01.01.007-2	60,00

(**) Na consulta de oftalmologia estão incluídos os exames de: Gonioscopia, Fundoscopia, Check-up de Glaucoma e Tonometria.

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de março de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 55/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 11 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flávio José Martins

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CREDENCIAMENTO POLICLINICA GLOBO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

1º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 18/2015 - POLICLÍNICA GLOBO LTDA

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99, no município de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Presidente Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, brasileiro, prefeito do município de Caçador, portador da Cédula de Identidade nº 3.484.366, inscrito no CPF sob nº 550.201.009-00, residente e domiciliado no município de Caçador, SC, ALTERA o credenciamento 18/2015 que CREDENCIA, POLICLÍNICA GLOBO LTDA, com Endereço a Rua Coronel Fagundes, nº. 70, município de Videira/SC, CNPJ 03.556.450/0001-53, para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS-AMARP.

As partes devidamente identificadas no Termo de Credenciamento original resolvem de comum acordo promover alterações conforme abaixo:

Fica o Termo de Credenciamento original acrescido de:

I - OBJETO

O credenciado prestará aos usuários do CIS-AMARP, serviços especializados de saúde em CARDIOLOGIA nos códigos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
MONITORIZACAO AMBULATORIAL DE PRES-SAO ARTERIAL M.A.P.A.	02.11.02.005-2	140,00

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 02 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE

Gilberto Amaro Comazzetto

CONTRATADA

Silvio Jorge Filho

TESTEMUNHAS:

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

CIS/AMURES

PORTARIA Nº 06/2015 - CIS/AMURES

PORTARIA Nº 06/2015

NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvanio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no concurso Público homologado em 22 de Setembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. SYLVIA BRÄSCHER CARNEIRO, para exercer em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível médio, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO e carga horária de 40 horas semanais.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 26 de Março de 2015.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES

TERMO DE POSSE PARA CARGO EMPREGO PÚBLICO SYLVIA BRÄSCHER CARNEIRO

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO - REGIDO PELA CLT "CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO"

1-TERMO DE POSSE:

Eu, SYLVIA BRÄSCHER CARNEIRO, brasileira, solteira, residente e domiciliada a rua Frei Rogério nº 774, Bairro Centro, na cidade de Lages, SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 11 de 03 de Novembro de 2014, publicado no DOM de 03 de Novembro de 2014, em virtude de aprovação em concurso público, homologado em 02 de Setembro de 2014.

Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem meu patrimônio e atesto, sob as penas da lei, não exercer outro emprego ou função pública municipal, estadual ou federal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Lages, 26 de Março de 2015.
EDELVÂNIO NUNES TOPANOTI
Presidente CIS/AMURES

SYLVIA BRÄSCHER CARNEIRO
Empossado

CIASS

PROCESSO SELETIVO 001/2015 CIASS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CIASS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015

O CIASS - Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, através da Comissão de Processo Seletivo nomeada pela Resolução nº 04, de 17/03/2015 no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Edital de abertura para realização de Processo Seletivo destinado a abrir inscrições para realização do processo seletivo para admissão em caráter temporário de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal, na forma deste Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O CIASS reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.processosseletivos.com.br/ciass, efetuar seu cadastro e sua inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizados nos Anexos I e II, partes integrantes do presente Edital.

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais

interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital e da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal Máxima	Remuneração	Requisitos Mínimos ao Cargo
1	Assistente Social	01	20h	R\$ 807,71	Nível Superior Completo na Área de Assistência Social.
2	Psicólogo	01	20h	R\$ 773,62	Nível Superior Completo na Área da Psicologia
3	Monitor / Cuidador	08	40h	R\$ 1000,00	2º Grau Completo
4	Merendeira	01	40h	R\$ 717,40	Primário – 1ª a 4ª série (Completo)
5	Auxiliar de Serviços Gerais	01	40h	R\$ 717,40	Primário – 1ª a 4ª série (Completo)
6	Vigia	02	40h	R\$ 765,40	Primário – 1ª a 4ª série (Completo)

Nota 1: As atribuições dos cargos são as constantes do Art 41 nos quadros III e IV da Lei 2226/2014 de 16 de Dezembro de 2014, que ratifica o Protocolo de Intenções com a finalidade de instituir o Consórcio Intermunicipal entre os municípios de Ermo, Jacinto Machado, Meleiro, Morro Grande, Timbê do Sul e Turvo, da Orientação Técnica do Conanda sobre o Serviço de Acolhimento para Crianças e adolescentes e demais leis correspondentes.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

3.1 PRÉ-INSCRIÇÃO ON-LINE

3.1.1 A pré-inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 29/03/2015 a 06/04/2015. Para realizar a sua pré-inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:
a) Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/ciass;

b) Ler atentamente o edital, efetuar seu cadastro caso ainda não seja cadastrado, preencher o Formulário de Pré-inscrição on-line, imprimir o comprovante, e seguir os passos constantes no ÍTEM 3.2 deste edital.

3.1.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de Pré-inscrição on-line.

3.1.3 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de pré-inscrição, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br.

3.1.4 As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer nos dias 06 e 07/04/2015, durante horário de expediente, na Rua Ângelo Rovaris 1365, Sala 02, Centro, Turvo/SC, em horário de expediente, munido dos seguintes documentos:

- Formulário de Pré-inscrição impresso;
- CPF e Carteira de Identidade (original e cópia);
- Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia);
- O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de

conclusão do curso (original e cópia).

e) Laudo médico, para os candidatos que possuírem deficiência.

f) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

3.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

3.2.3 O candidato deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.

3.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

3.3.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das validações das inscrições.

3.3.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.processosseletivos.com.br/ciass nos últimos dias de pré-inscrição on-line.

3.3.3 A Organizadora do Certame e o CIASS não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.4 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas pela autoridade competente no dia 08/04/2015, até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site www.processosseletivos.com.br/ciass, onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.

3.4.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

4.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente

4.2 Estar no gozo de direitos políticos;

4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

4.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

4.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM 2 do presente Edital, na data da contratação.

4.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.

4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, com comprovação de profissional psicólogo através de laudo emitido por uso de entrevista quando da admissão.

4.8 Gozar de boa saúde, condição que será comprovada, quando do processo de admissão, através de atestado médico;

4.9 Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

4.10 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.

4.11 Apresentar declaração de bens.

4.12 Apresentação do número do registro do seu respectivo

Conselho Regional. (para os cargos de Psicólogos e Assistentes Sociais).

5 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 01 (uma) etapa consistente de Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

5.1 PROVA ESCRITA

5.1.1 A prova escrita avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

5.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

5.1.2.1 Para os candidatos inscritos nos cargos de nível Superior ou Médio

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 10 (dez) questões de português, 05 (cinco) questões sobre conhecimentos gerais da área da Política Pública da Assistência Social e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos na respectiva área/cargo de inscrição. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

5.1.2.2 Para os candidatos inscritos no cargo de Nível Fundamental

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 10 (dez) questões de português, e 10 (cinco) questões de conhecimentos específicos na respectiva área/cargo de inscrição. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

5.1.2.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

5.1.2.4 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

5.1.2.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula: $NPE = (NA \times 0,5)$ onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).

5.1.2.6 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

5.1.2.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

5.1.2.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

5.1.2.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

6 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

6.1 A prova será realizada no dia 25 de Abril de 2015, (sábado), nas dependências da Escola Municipal de Educação Básica Prof. Laurita Manfredini Bristot, situada na Rodovia SC 285, Linha Contessi, Turvo/SC.

6.2 Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 08h30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.3 A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos com início às 09h00min e término às 10h30min.

6.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

6.5 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

6.6 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

6.7 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.8 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

6.9 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 dias (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

6.10 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

6.11 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

6.12 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinadas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

6.13 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

6.14 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes, serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

6.15 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.

6.16 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

6.17 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 48 horas úteis após aplicação da prova.

6.18 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no

momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

6.19 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.20 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

6.21 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

6.22 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

6.23 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

6.24 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

6.25 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

6.26 Os cadernos de provas deste certame serão arquivados e mantidos pelo período de 90 (noventa) dias a contar da data de aplicação da prova objetiva do Processo Seletivo, findo o qual, serão destruídos.

6.27 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

6.28 A Comissão poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

7 DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO FINAL = NOTA DA PROVA ESCRITA

7.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

- a) Aquele que possuir a Maior Idade;
- b) Persistindo o empate prevalecerá o que tiver o maior número de dependentes.

7.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.5 A publicação da homologação da classificação final será divulgada no site: www.processosseletivos.com.br/ciass e no Diário Oficial dos Municípios de SC www.diariomunicipal.sc.gov.br/, no dia 19/05/2015.

8 DOS RECURSOS

8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;
- b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.
- c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

8.2 O recurso à prova escrita deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado,

devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo ser dirigido e protocolado na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde na Rua Ângelo Rovaris, 1365, Sala 02, Centro, Turvo - SC, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.

8.3 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.4 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

8.5 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato o Caderno de Provas com respectivo Gabarito, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

9 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

9.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

9.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

9.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

9.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

9.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

9.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição, e complementado pelo preenchimento do ANEXO III desde edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

9.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

9.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiências determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição solicitação de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

9.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

10 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

10.1 Fica delegada competência à PS Concursos para:

a) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
b) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;

c) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de pré-inscrições e inscrição através de sistemas automatizados e on-line;

d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;

10.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada através do Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

a) Elaborar e responder pelo edital;

b) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;

c) Acompanhar a realização das provas;

d) Validar as informações prestadas pelo candidato, relativamente às pré-inscrições;

11 CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICO, PSICOLÓGICO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

11.1 Os candidatos aprovados e classificados no Certame serão convocados no caso de necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo e encaminhados para o exame psicológico e médico e para a comprovação dos requisitos exigidos no ITEM 4 do presente Edital, obedecendo-se rigorosamente a ordem da classificação.

11.2 O exame psicológico e médico adicional deverão emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

11.3 À critério do médico avaliador responsável pelo parecer referido no ITEM 11.2, poderão ser requisitados exames complementares.

11.4 Os candidatos considerados aptos nos exames psicológicos e médico deverão apresentar a documentação necessária à sua admissão, mediante convocação.

11.5 O candidato convocado deverá apresentar Rua Ângelo Rovaris 1365, Sala 02, Centro, Turvo/SC, a documentação necessária à sua admissão, composta por:

a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;

b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;

c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;

e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;

f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;

g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972;

h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos;

i) Carteira de Identidade;

j) CPF;

k) PIS/PASEP;

l) Certidão de Casamento;

m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

n) Duas fotos 3x4 recentes;

o) Carteira Profissional Original;

p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.2 Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

12.3 Será excluído do certame o candidato que:

- Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- Não pontuar na prova objetiva;
- Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

12.4 O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob o regime constante no Art 43 do Protocolo de Intenções do CIASS.

12.5 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.

12.6 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério do CIASS, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da do mesmo.

12.7 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

12.8 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

12.9 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo Simplificado, e junto ao ao CIASS, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

12.10 Os casos omissos serão resolvidos pela empresa responsável e pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

12.11 O presente Edital estará disponibilizado no site www.processosseletivos.com.br/ciassc, no mural do CIASS e no site do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

12.12 Faz parte deste edital o Anexo I - Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

12.13 Faz parte deste edital o Anexo II - Dos Conteúdos Programáticos.

12.14 Faz parte deste edital o Anexo III - Do Requerimento do candidato com deficiência ou solicitação de cuidados especiais.

12.15 Faz parte deste edital o Anexo IV - Do formulário para curso.

12.16 A validade do processo seletivo de que trata este Edital será de 01 (um) ano, permitida sua prorrogação, uma única vez, por igual período.

12.17 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

12.18 Revogam-se as disposições em contrário.

TURVO/SC, em 27 de Março de 2015.

JIANE TISCOSKI RAMOS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2015, a data, o local e o horário da prova.

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CIASS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	27/03/2015
Período de pré-Inscrições Online	29/03/2015 a 06/04/2015
Período de validação das inscrições	06 e 07/04/2015 (das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00)
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	08/04/2015 (Até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	09 e 10/04/2015 (das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00)
Resultado dos Recursos e Publicação Final das Inscrições Deferidas	13/04/2015 (Até as 23h:59min)
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	25/04/2015
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	27 e 28/04/2015 (das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00).
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	08/05/2015 (Até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	11 e 12/05/2015 (das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00).
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	19/05/2015 (Até as 23h:59min)

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 08h30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

A prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos com início às 09h00min e término às 10h30min.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena de eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação

das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

TURVO/SC, em 27 de Março de 2015.

JIANE TISCOSKI RAMOS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado, o anexo I, do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015, a data, o local e o horário da prova.

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CIASS - CONSÓRCIO L INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

1. CONHECIMENTOS GERAIS DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para os cargos de Nível Superior e Médio:
Lei Orgânica da Assistência Social (8.742 de 07/12/1993); Sistema Único de Assistência Social - SUAS; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS); Conselho Nacional de Assistência Social; ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos das Crianças; Política Nacional do Idoso (PNI);

2. LÍNGUA PORTUGUESA

Para os Cargos de Nível Superior

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Características dos diversos gêneros textuais. 3. Tipologia textual. (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal). 4. Elementos de coesão e coerência textual. 5. Funções da linguagem, Ortografia oficial. 6. Acentuação gráfica. 7. Emprego do sinal indicativo de crase. 8. Pontuação. 9. Emprego e descrição das classes de palavras. 10. Sintaxe da oração e do período. (ênfase em concordância e regência). 11. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto. 12. Fonética e Fonologia Fonema e Letra Ortografia 13. Recursos sonoros Vícios de linguagem Lexicologia Polissemia Sinônimos e antônimos Homônimos e parônimos; 14. Morfologia Estrutura as palavras Formação das palavras Neologismos e Estrangeirismos.

Para os cargos de nível Médio

Fonética e Fonologia Fonema e Letra Ortografia Recursos sonoros Vícios de linguagem Lexicologia Polissemia Sinônimos e antônimos Homônimos e parônimos Morfologia Estrutura as palavras Formação das palavras Neologismos e Estrangeirismos Interpretação de textos e charges.

Para os cargos de nível Fundamental

Leitura e entendimento de texto, Ortografia, Acentuação gráfica, Linguagem Formal, Concordância Nominal e Verbal, Separação silábica, Classes Gramaticais. Leitura e interpretação de textos simples.

3. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

3.1 - Assistente Social

Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e alterações; Código

de Ética do Assistente Social, aprovado pelo CFESS; Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e alterações; Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Proteção Social básica; Proteção social especial; Programas Governamentais de Transferência de Renda.

3.2 - Psicólogo

1. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e alterações; 2. Código de ética profissional; 3. Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; 4. Violência Doméstica; 5. Proteção Social Básica; 6. Proteção social específica; 7. Programas Governamentais de Transferência de Renda; 8. Educação Especial; 9. Inclusão; 10. Infância, adolescência; 11. As inter-relações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos. 12. A criança e a separação dos pais. 13. A criança e o adolescente vitimizados. 14. Natureza e origens da tendência anti-social; 15. Os direitos fundamentais da criança e o do adolescente. 16. O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional. 17. Psicodiagnóstico - técnicas utilizadas. 18. A entrevista psicológica. 19. Apoio ao Programa de Saúde da Família.

3.3 - Vigia

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) 4. Higiene pessoal. 5. Relação interpessoal e ética profissional. 6. Atividades específicas inerentes ao cargo. 7. Boas Maneiras. 8. Comportamento no ambiente de trabalho. 9. Noções básicas de Vigilância. 10. Noções básicas de atendimento ao público. 11. Ética e Cidadania. 12. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

3.4 - Auxiliar de Serviços Gerais

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Utilização de materiais e utensílios, armazenamento e manuseio de produtos de higiene. 4. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) 5. Higiene pessoal e dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. 6. Regras de etiqueta para os serviços de copa. 7. Contaminação de alimentos. 8. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. 9. Cuidados no uso de produtos de limpeza. 10. Relação interpessoal e ética profissional. 11. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

3.5 - Merendeira

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Utilização de materiais e utensílios, armazenamento e manuseio de produtos de higiene. 4. Utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual) 5. Higiene pessoal e dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. 6. Regras de etiqueta para os serviços de copa. 7. Contaminação de alimentos. 8. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. 9. Cuidados no uso de produtos de limpeza. 10. Relação interpessoal e ética profissional. 11. Pirâmide de alimentos. Preparação, higienização e conservação de Alimentos. 12. Meio ambiente e preservação ambiental. 13. Destinação do lixo e reciclagem. 14. Aquecimento global. 15. Poluição. 16. Saneamento básico. 17. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

3.6 - Cuidadores

1. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. 2. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. 3. Estatuto da Criança e do Adolescente. 4. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 5. Constituição Federal (Da Ordem Social). 6. Desenvolvimento da criança. Importância da arte e brincadeiras para as crianças. 7. Higiene e limpeza de crianças. 8. Prevenção de acidentes. 9. Princípios fundamentais para o bom atendimento. 10. Relações humanas no trabalho. 11. Noções de limpeza e higiene. 12. Preparação, higienização e conservação de Alimentos. 13. Noções do valor nutricional na alimentação das crianças. 14. Noções sobre

Intoxicação. 15. Primeiros Socorros. 16. Meio Ambiente. 17. Combate a endemias. 18. Atualidades científicas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, esportivas do Brasil e do mundo.

TURVO/SC, 27 de Março de 2015.

JIANE TISCOSKI RAMOS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado, o anexo II, do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2015, Conteúdos Programáticos para a Prova Escrita.

RONALDO CARLESSI

Presidente do CIASS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CIASS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015

ANEXO III

PARA USO DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA OU SOLICITAÇÃO DE CUIDADOS ESPECIAIS

R E Q U E R I M E N T O

Nome: _____

Nº. de Inscrição: _____

RG: _____,

CPF: _____,

Candidato (a) _____

Inscrito (a) para a Cargo de: _____

_____, Código _____, Residente:

, nº _____, Bairro: _____, Fone:

(_____) _____,

Pessoa com deficiência ou Lactante _____

_____, requer a Vossa Senhoria condições especiais (*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Simplificado - Edital n.º 001/2015 do CIASS, de 27 de março de 2015, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade. Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

N. Termos

P. Deferimento.

TURVO/SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência para o caso de candidato com deficiência.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CIASS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. de Inscrição: _____

Carteira de Identidade Nº.: _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____/____/____

Assinatura

RESOLUÇÃO 006/2015

CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 006/15, de 27 de Março de 2015.

ABRE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2015

RONALDO CARLESSI, presidente do CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

Resolve:

Art. 1º - O CIASS - Consorcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde de Turvo e Municípios Limítrofes, torna público que se acham abertas as inscrições ao Processo Seletivo destinado à Admissão de Pessoal em Caráter Temporário - ACT para preenchimento de vagas criadas pelo Estatuto/Contrato de Consórcio Público e Protocolo de Intenções na Área do serviço sócioassistencial e de saúde de alta complexidade na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92, do Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 2º - As inscrições serão somente Online, através do sitio na Internet <http://www.processosseletivos.com.br/ciass> entre os dias 29 de Março de 2015 a 06 de Abril de 2015, via Online e o Período de Validação da Inscrição será entre os dias 06 e 07 de Abril de 2015, na Rua Angelo Rovaris, 1365, sala 02 - Centro - Turvo-SC .

Art. 3º - A prova escrita será realizada no dia 25 de Abril de 2015, das 08:30 horas às 10:30 horas, nas dependências da Escola Municipal Prof. Laurita Manfredini Bristot, situado na Rodovia SC 285, Linha Contessi - Turvo-SC.

Art. 4º - O edital completo será divulgado no www.diariomunicipal.sc.gov.br

Turvo (SC). 27 de Março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Presidente da CIASS DE TURVO

